



Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

**Inovação como resultado da participação no Concurso da
Nova Aldeia da Luz.**

Jose Antonio Mora Castro

Orientador(es) | Pedro Guilherme

Évora 2025





Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

**Inovação como resultado da participação no Concurso da
Nova Aldeia da Luz.**

Jose Antonio Mora Castro

Orientador(es) | Pedro Guilherme

Évora 2025



Presidente: Prof. Luis Ferro

Arguente: Prof. Daniel Jiménez

Orientador: Prof. Doutor Pedro
Guilherme

Índice

| | |
|--|------------|
| Agradecimentos | viii |
| Resumo | ix |
| Abstract..... | x |
| Glosario | xii |
| Introdução..... | 2 |
| Problemática | 4 |
| Objeto..... | 6 |
| Objetivos..... | 6 |
| Estado da arte..... | 8 |
| Metodologia..... | 12 |
| 1. Concursos, desafios arquitectónicos | 14 |
| 1.1. Definição do concurso de arquitetura | 16 |
| 1.2. Fases e agentes do concurso..... | 18 |
| 1.3. Tipos de concursos e características..... | 30 |
| 1.4. A discussão sobre a inovação | 36 |
| 2. Antecedentes..... | 40 |
| 2.1. Alentejo e Mourão..... | 42 |
| 2.2. O estudo da AAL..... | 44 |
| 2.3. O projeto da barragem do Alqueva | 60 |
| 2.4. O lançamento do CPPNAL | 64 |
| 3. Propostas | 70 |
| 3.1. Metodologia da análise | 72 |
| 3.2. Proposta nº.495809 (PP)..... | 74 |
| 3.2.1. Apresentação da entrevista..... | 74 |
| 3.2.2. Leitura crítica | 94 |
| 3.3. Proposta nº.137592 (PB) | 106 |
| 3.3.1. Apresentação da entrevista..... | 106 |
| 3.3.2. Leitura crítica..... | 126 |
| 4. Inovação..... | 142 |
| 4.1. O que é inovar? | 144 |
| 4.2. Inovação arquitetónica em concursos com temáticas pouco convencionais | 150 |
| 4.3. Inovação arquitetónica nas respostas ao concurso | 164 |
| 4.4. Conclusões | 178 |
| Bibliografia..... | 182 |

Indice de imagens185

Agradecimentos

Dedico este trabalho aos meus pais e a minha família toda, que foram fonte principal de inspiração e constante apoio ao longo deste percurso educativo. Agradeço ao meu orientador, Pedro Guilherme, a professora Marie Arthupel e a todos os professores que acreditaram no meu potencial e ajudaram a tornar este projeto em realidade.

Agradeço infinitamente a todas as pessoas envolvidas neste processo de formação, aos meus amigos nacionais e internacionais que me motivaram a me tornar uma melhor pessoa e partilhamos uma grande quantidade de experiências frutíferas ao longo deste tempo.

Quero agradecer as famílias Ryan e Prié pelo apoio moral nos últimos anos e aos colaboradores Pedro Pacheco e Pedro Bandeira.

A inovação como resultado da participação no Concurso da Nova Aldeia da Luz

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo principal estudar o concurso de arquitetura enquanto ferramenta fundamental no desenvolvimento de soluções projetais e conceptuais. A escolha desta temática justifica-se pelo potencial dos concursos como eventos arquitetónicos capazes de oferecer propostas inovadoras para problemas específicos.

Em particular, analisa-se o caso da Antiga Aldeia da Luz, cujo processo de desterritorialização, no contexto da construção da barragem do Alqueva, teve como resultado uma operação urbana de grande envergadura e complexidade com algumas polémicas. Neste contexto, o concurso de arquitetura, surgiu como ferramenta de transformação, respondendo ao programa ambicioso com elevado impacto social.

Esta investigação visa estudar o papel do concurso e as suas várias fases de desenvolvimento, a partir da revisão crítica do arquivo de propostas, a leitura e interpretação documental da Luz e entrevistas aos arquitetos. O objetivo da dissertação é estudar as propostas que fizeram parte do concurso para compreender a abordagem que cada arquiteto teve.

Palavras-chave: Aldeia da Luz, infraestrutura, Alqueva, deslocamento, concurso do plano geral.

Innovation as a result of the competition for the New Village of Luz.

Abstract

The main objective of this dissertation is to study architectural competitions as a fundamental tool in the development of design and conceptual solutions. The choice of this theme is justified by the potential of competitions as architectural events capable of offering innovative proposals for specific problems.

In particular, it analyses the case of the Old Village of Luz, whose process of deterritorialisation, in the context of the construction of the Alqueva dam, resulted in a large-scale and complex urban operation that was somewhat controversial. In this context, the architectural competition emerged as a tool for transformation, responding to the ambitious programme with a high social impact.

This research aims to study the role of the competition and its various stages of development, based on a critical review of the archive of proposals, the reading and interpretation of documents on Luz, and interviews with the architects. The aim of the dissertation is to study the proposals that were part of the competition in order to understand the approach taken by each architect.

Keywords: Aldeia da Luz, infrastructure, Alqueva, displacement, general plan competition.

Glosario

| | |
|--------|---|
| AAP | Associação dos Arquitetos Portugueses |
| AAL | Antiga Aldeia da Luz |
| AL | Aldeia da Luz |
| CAE | Conselho de Arquitetos da Europa |
| CE | Caderno de encargos ou briefing |
| CEE | Comunidade Económica Europeia |
| CIUP | Concurso Interno de Unidades de Projeto |
| CPPNAL | Concurso do Plano do Pormenor para a Nova Aldeia da Luz |
| CPPNAL | Projeto do Plano do Pormenor da Nova Aldeia da Luz |
| DR | Diário da República |
| EDIA | Empresa de Desenvolvimento e Infra-estrutura do Alqueva |
| ETAR | Estação de Tratamento de Águas Residuais |
| INSL | Igreja da Nossa Senhora da Luz |
| JC | José Castro |
| JF | João Figueira |
| NAL | Nova Aldeia da Luz |
| OA | Ordem dos Arquitetos |
| PB | Pedro Bandeira |
| PDM | Plano Diretor Municipal |
| PP | Pedro Pacheco |
| RAN | Reserva Agrícola Nacional |
| REN | Reserva Ecológica Nacional |
| RGEU | Regulamento Geral das Edificações Urbanas |
| RIBA | Royal Institute of British Architects |
| SAI | Sociedade de Engenheiros e Arquitetos da Suíça |
| UIA | União Internacional de Arquitetos |
| UP | Unidade de Projeto |



Figura 1. Vista da Antiga Aldeia da Luz (Diario de Noticias, 2022)

Introdução

A inovação constitui, na sua essência, um dos conceitos centrais para a reflexão arquitetónica, surgindo como resposta às várias transformações sociais, tecnológicas e culturais. A arquitetura, enquanto disciplina que articula arte, ciência e técnica, enfrenta o desafio de inventar ou de reinventar soluções que possam adaptar-se aos novos modos de vida.

Neste quadro, os concursos de arquitetura assumem um papel relevante chegando ser mais que instrumentos de seleção de projetos. Estes configuram-se como espaços de experimentação e investigação, onde os arquitetos podem oferecer soluções distintas em relação às tradicionais.

A motivação desta investigação nasce da constatação de que a inovação, embora amplamente referida no discurso arquitetónico, assume pontos de vista ambíguos e nem sempre são refletidos nos casos de estudo. Fala-se frequentemente em inovação como sinónimo de novidade, mas nem sempre se descreve a sua verdadeira contribuição teórica para o avanço da disciplina e para a vida coletiva.

Nesse sentido, a investigação inclui como caso de estudo a Aldeia da Luz, reconstruída na sequência da construção da barragem de Alqueva. A natureza do concurso deu origem a um processo sensível pouco visível, em relação às experiências de outros concursos de arquitetura, e representa um caso onde a arquitetura enfrenta situações complexas – a deslocação de uma comunidade inteira e a construção de uma nova aldeia. A análise deste caso permite observar, de forma concreta, como os concursos podem gerar respostas arquitetónicas inovadoras perante desafios sociais e territoriais de grande complexidade e compreender como alguns arquitetos refletem sobre esse processo e a responsabilidade ética no desenvolvimento da sociedade através deste mundo específico da encomenda.

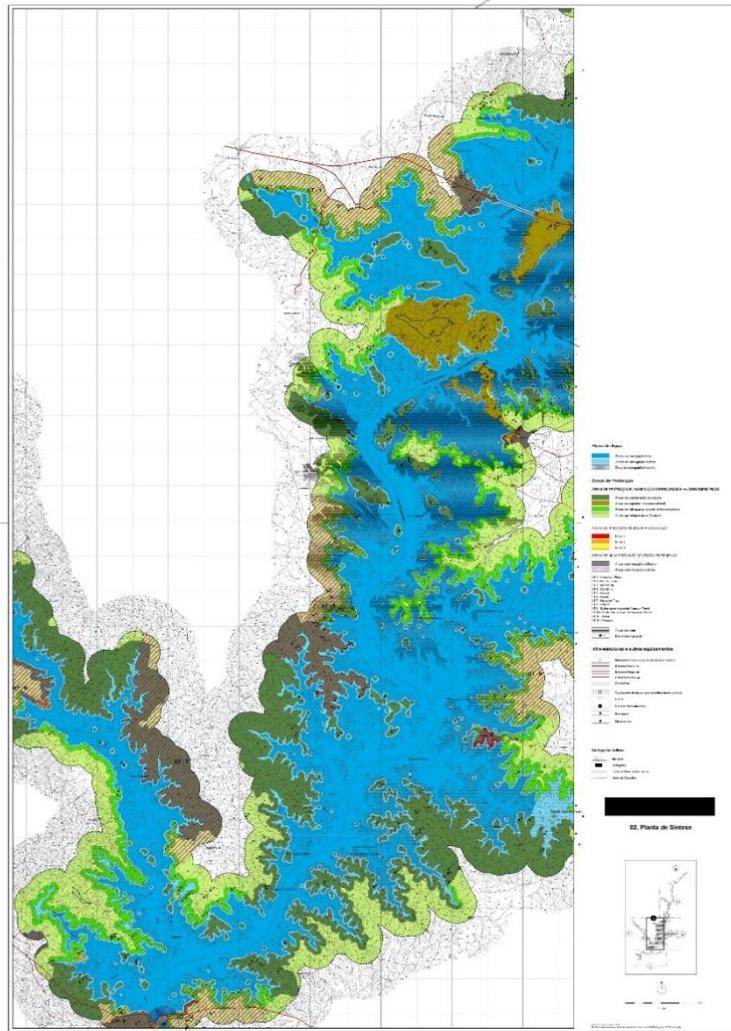


Figura 2. Planta hidrológica de Alqueva (IGEO, 2015)

Problemática

A presente investigação problematiza o papel do concurso em arquitetura como mecanismo de resposta aos desafios e necessidades de uma realidade e sociedade em transformação. Tendo como referência o caso da Aldeia da Luz, importa compreender o carácter inovador das propostas urbanísticas que foram apresentadas e as especificidades do processo, tendo em conta a cronologia do concurso, restrições regulamentares, programa e avaliação do júri.

Importa reconhecer a relação que se estabeleceu entre circunstâncias singulares do concurso, a metodologia adotada pelos participantes e a realidade da Antiga Luz.

Face ao exposto, levantam-se as seguintes questões:

Qual é o carácter inovador no Concurso da Nova Aldeia da Luz?

Quais foram os valores arquitetónicos que foram tidos em conta na seleção da proposta vencedora?

Como é que as soluções apresentadas reagiram aos problemas lançados no concurso?

A investigação que se desenvolveu irá questionar algumas conclusões e hipóteses de desenvolvimento futura.

Objeto

O elemento central de estudo deste trabalho é o Concurso de Pormenor da Nova Aldeia da Luz, desenvolvido entre 1996 e 2002. A construção da barragem do Alqueva na proximidade da aldeia deixou em risco a vida em comunhão dos habitantes da Antiga Aldeia da Luz. No ano de 1994, a população do povoado era de 325 pessoas que se sustentavam por meio da prática agropecuária. No meio rural na região de Alentejo, a Aldeia da Luz representa um exemplo de como os territórios de baixa densidade podem ser impactados pela construção de grandes infra-estruturas.

Com o intuito de construir uma nova aldeia nos terrenos circundantes e por força de submersão da Antiga Aldeia da Luz elaborou-se um concurso de caráter internacional. Com base nesse concurso, pretende-se estudar o concurso como ponto de partida que põe em causa o trabalho dos arquitetos e as suas intenções de projeto. Foram efetuadas várias escolhas desde a parte de avaliação, reconhecimento e consenso das propostas apresentadas que culminaram no que hoje se encontra construída: a Nova Aldeia da Luz.

Objetivos

Este trabalho procura recolher informações que ajudem a analisar os resultados de um evento em específico - o Concurso do Plano do Pormenor da Nova Aldeia da Luz - e a compreender o modo como o concurso serviu para a dinamização de propostas inovadoras pelos arquitetos. A investigação recolhe fontes bibliográficas referentes ao conhecimento do entendimento dos concursos em arquitetura e o seu potencial no âmbito da prática profissional. Esta base foi complementada com um conjunto de exemplos de alguns tipos de concursos que existem e os atributos que cada variante pode trazer quanto à inovação potencial.

Ao mesmo tempo, procura-se indagar a história da Antiga Aldeia da Luz para compreender o que significava morar num meio rural. Reconhecer os hábitos e tradições é de fato uma forma de empatizar com os futuros moradores e saber trabalhar o essencial das suas vontades e/ou aspirações.

Este documento procura enaltecer as qualidades das soluções apresentadas na altura do concurso de forma crítica e explora a existência de um diálogo alternativo e/ou complementar em relação às formas de agir dos profissionais que se apresentaram ao concurso. Estudam-se os projetos apresentados, tentando compreender de que modo houve um pensamento inovador no concurso mencionado, seja ao nível do próprio autor, seja ao nível de desenho da nova aldeia e/ou do concurso que enquadra a sua criação.

Estado da arte

Face à complexidade do tema apresentado, o estado da arte subdivide-se em duas etapas. Num primeiro momento, é estudada a temática dos concursos em arquitetura; num segundo momento, a investigação introduz o caso de estudo selecionado, tratando-se do caso da Nova Aldeia da Luz.

De acordo com o arquiteto Pedro Guilherme, os concursos surgem como laboratórios de investigação que advêm de um treino e método de exercício profissional, que tem como a origem o próprio ensino da arquitetura. De fato, embora o processo criativo possa assumir como ponto de partida as condicionantes do contexto no concurso, os seus resultados excedem o desafio inicial, contribuindo para o desenvolvimento do currículo pessoal dos arquitetos envolvidos e a obtenção de soluções inovadoras.

Os concursos são eventos que tem uma estrutura de organização com agentes, etapas e regras específicas. Estes fundamentos ajudam a perceber a escala e diversidade dos concursos arquitetónicos pensando na interligação entre os requerimentos pedidos e elementos oferecidos. Recorre-se ao livro *“Participating in architectural competitions: a guide for competitors, promoters and assessors”* (STRONG, 1976), obra que sistematiza os conceitos fundamentais e contribui para a familiarização com o processo de um concurso arquitetónico.

Em adição, os concursos, no seu desenvolvimento tem uma grande diversidade de resultados. O objetivo destes eventos é de aumentar o número de soluções perante um problema. Arquitetos reconhecidos ao nível nacional debatem no livro *“O que é a inovação em arquitetura?”* (ROSETA & MARÇAL, 2016) o significado da inovação nas suas vidas profissionais. O intuito é de conectar experiências para justificar a existência ou inexistência da inovação na arquitetura. Este texto, torna assim, num complemento com a introdução aos concursos.

Importa ainda destacar a tese de doutoramento *“O concurso internacional de arquitetura como processo de internacionalização e investigação na arquitectura de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura”* (GUILHERME, 2016). Este trabalho propõe posicionar o concurso arquitetónico como promotor do reconhecimento e legado dos arquitetos mencionados, vetores de promoção da arquitetura portuguesa.

A história da Antiga Luz viu-se descrita pelos assentamentos de pessoas ao longo dos anos. As características que marcaram as famílias luzenses por décadas estão ligadas ao entendimento do território e as suas mudanças. Esta informação encontra-se detalhada no livro “Marcas do tempo nas terras da Luz” (SILVIA, 2003) que descreve a Antiga Aldeia da Luz desde os seus possíveis começos até a mudança mais importante do seu contexto rural. É relevante o entendimento cronológico da realidade da Aldeia da Luz para qualquer leitura possível do contexto.

No que diz respeito à descrição do Alqueva e Antiga Aldeia da Luz, utiliza-se o texto “Empreendimento de fins múltiplos de Alqueva” (EDIA, 2002) onde é detalhada informações da Antiga Aldeia da Luz e os estudos feitos prévios referentes à construção da nova aldeia. Os espaços públicos principais figuram neste estudo; paralelamente, este estudo inclui informação extensa sobre a geografia particular do Alentejo, o impacto ambiental da infraestrutura proposta e as opções tipológicas e urbanas escolhidas.

Metodologia

Pretendeu-se seguir uma metodologia de análise bibliográfica e arquivista, complementada por entrevistas aos ateliers que participaram no concurso. As informações obtidas forneceram uma ampla quantidade de detalhes sobre o decorrer do concurso incluindo fatores como a formação académica e profissionais dos participantes e referências arquitetónicas para a elaboração da proposta.

Numa primeira instância, foi compilada e estruturada a bibliografia mais relevante sobre os concursos arquitetónicos. Este ponto de partida que tem como objetivo explicar o porquê hoje em dia nós usamos os concursos arquitetónicos como um meio de desenvolvimento profissional e um encontro de ideias inovadoras tendo em consideração a realidade europeia e as tendências arquitetónicas históricas.

Numa segunda instância, foram compiladas e examinadas as informações sobre o concurso da Aldeia da Luz. Pretendeu-se entender as componentes do regulamento, do Caderno de Encargos, da calendarização, etc. Esta fase incluiu estudos dos concorrentes, introdução das entrevistas e a leitura propostas, tendo em linha de conta a apreciação técnica e qualitativa do júri.

Numa última instância, em termos conclusivos, foram adicionados os componentes inovadores que o concurso trouxe enaltecendo o trabalho desenvolvido pelos agentes. Tratou-se de um trabalho de reflexão sobre as informações obtidas e um detalhamento das áreas em que houve uma possível inovação.

1. Concursos, desafios arquitectónicos

Introdução ao capítulo

O presente capítulo encontra-se subdividido em três partes. Em primeiro lugar, há uma introdução ao corpo de conhecimento dos concursos em arquitetura. Em segundo lugar, especifica-se a estruturação do concurso por meio de várias fases e agentes envolvidos (desde o promotor do projeto até os futuros usuários). Inclui-se a explicação de algumas condicionantes e de que modo o Caderno de Encargos pode ser ferramenta que configura o concurso e promove uma prática regulada e inovadora. Por fim, são explicadas as características e tipos de concursos e o percurso que os concorrentes desenvolvem para experimentar mostrando a variedade de saídas e resultados. Finalmente há a uma introdução ao debate da inovação no campo da arquitetura.

1.1. Definição do concurso de arquitetura

Concurso: ação de uma multidão se dirigir para um ponto. Encontro, ajuntamento. Acção de concorrer, cooperar. Certame, luta para disputar um premio, um cargo. ¹

Concorrer: convergir, coexistir, cooperar, *competir*.

Competir: lutar por obter alguma coisa. Procurar ser melhor ou ultrapassar em valor. Entrar em competição. Pode ser comparado e igualar ou ultrapassar, em valor ou qualidade, outros elementos, geralmente da mesma natureza.²

A palavra “concurso” designa uma atividade onde existe uma disputa por um premio (COELHO, 1890). Estes esforços estão fortemente relacionados com a ambição que os indivíduos têm na sua área profissional. O objetivo final é obter uma vantagem no processo de desenvolvimento de uma atividade necessária. É a relação entre o concurso, como instituição de desenho e inovação, e do profissional, neste caso os arquitetos, que vai ser explorada neste capítulo.

Os concursos de arquitetura são eventos multidisciplinares estruturados por um programa. Este ponto de partida demonstra que, a grande questão geradora do projeto surge de um conjunto de diretrizes válidas e sustentadas pela necessidade de resolver um problema. Esta competição revela como um ato voluntário de fazer parte de um processo criativo que visa demonstrar as habilidades dos profissionais.

Por sua vez, existe um caráter de simultaneidade onde, por regra, as propostas seguem um calendário e são desenvolvidas de forma paralela por concorrentes. A uniformidade das datas limite e a carga de trabalho exigido obriga a um desempenho exaustivo de parte dos participantes, que, apesar de uma situação de equidade, abordam ao programa de forma distinta. Um dos livros que sustenta esta lógica de organização e a descrição dos concursos em arquitetura é o livro “*Winning by design*” (Primeira edição, p. 23) de Judith Strong (1996) em que a autora especifica que:

- Existem vários concorrentes;
- Existe um problema idêntico dado a todos os concorrentes;
- As regras e procedimentos são prescritos e obrigatoriamente seguidos;
- Há um seguimento sistemático e independente do painel de júris para determinar a situação mais adequada e que se propõe ser a vencedora.

¹ COELHO, Adolpho. “Diccionario manual etymologico da língua portugueza”. Lisboa, 1890.

² Dicionario da Língua Portuguesa, 2001.

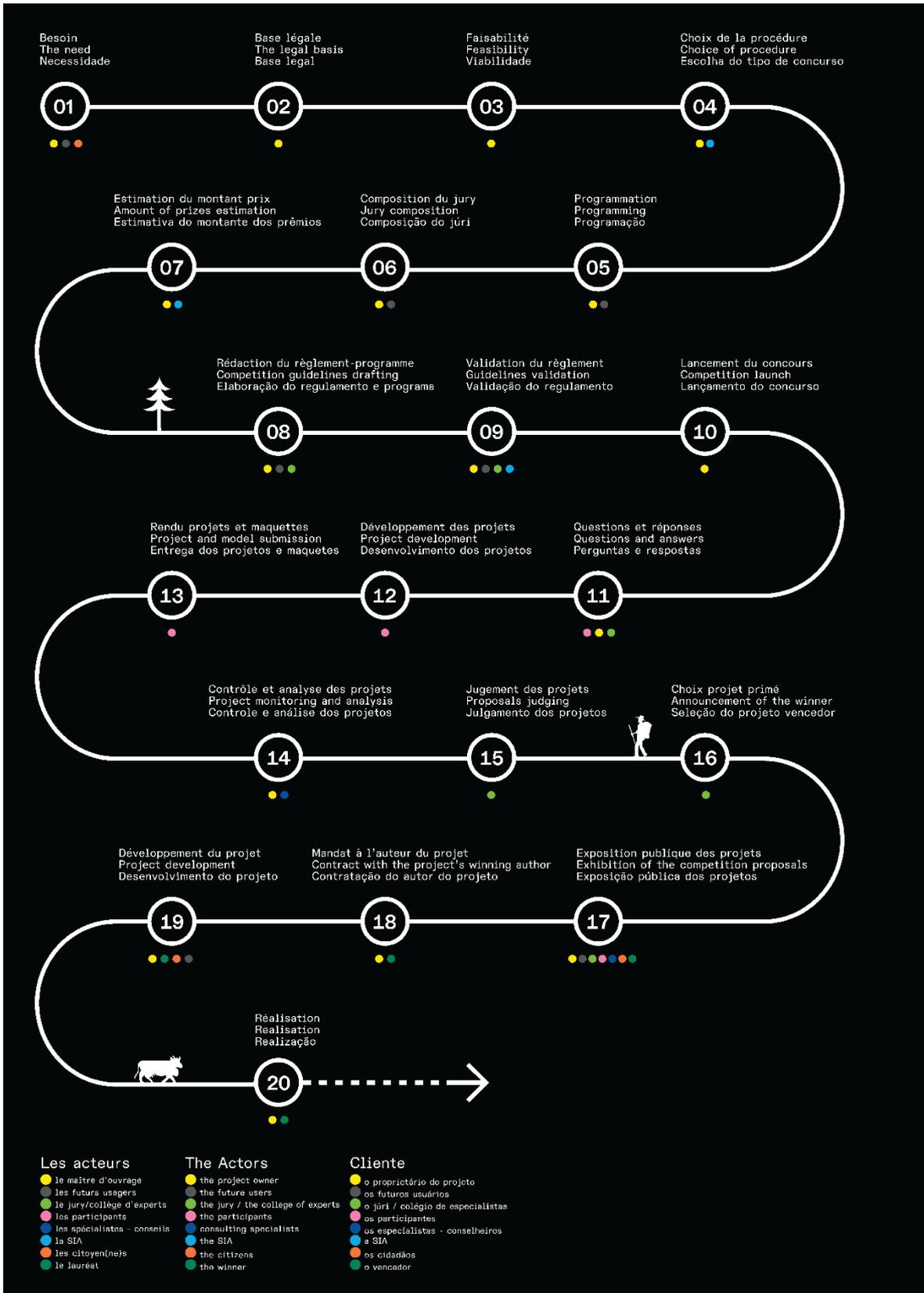


Figura 3. Esquema da Association le Concours Suisse (Sociedade Suíça de Arquitetos e Engenheiros, 2024)

1.2. Fases e agentes do concurso

O trabalho inicial de estruturação de um concurso passa por várias fases, o que facilita a organização e designação de tarefas. Este processo serve como uma ferramenta analítica que distribui o trabalho entre os agentes pertinentes e é pensado para economizar tempo, dinheiro e esforço. Nem todos os agentes participam de todas as etapas, sendo necessária a colaboração de profissionais de diferentes áreas de especialidade para o desenvolvimento eficaz do concurso.

O quadro do *Concours Suisse* (Figura 3) integra um conjunto de fases e de sequências de ações que sublinham a importância dos concursos de arquitetura no quotidiano. Foi elaborado não apenas para os profissionais envolvidos nesses processos, mas também com o intuito de sensibilizar o público em geral para a complexidade e o esforço necessários ao desenvolvimento de um concurso. O quadro procura clarificar a relação entre as diferentes fases e os agentes participantes. É importante salientar que estas etapas representam um processo comum no mercado de trabalho europeu, dado que a maioria dos concursos segue esta estrutura, embora a ordem possa variar conforme a escala e o tipo de concurso.

Numa primeira instância, o promotor do projeto busca definir o público-alvo com base no contexto em que o terreno este inserido. A identificação desse público determina as funções e facilidades que o projeto deve oferecer, alinhando-se às necessidades por habitação, infraestrutura ou outras necessidades específicas de intervenção. Com essa definição em mente, prossegue com a verificação dos requisitos legais que precisam ser considerados nas etapas subsequentes do desenvolvimento do projeto.

Nesse contexto, a viabilidade de um concurso deve ser avaliada considerando fatores técnicos, legais, económico, social e ambiental. Embora todos esses aspetos sejam importantes, alguns deles destacam-se como principais, em relação a outros, na análise de factibilidade do projeto. O principal é o fator económico, pois muitos projetos falham ou nem chegam a ser realizados devido a um estudo económico inadequado. Este estudo inclui uma estimativa dos custos de mão de obra, materiais, transporte dos materiais, pagamento de licenças e autorizações, manutenção da obra, entre outros.

A seleção do tipo de concurso é o ponto culminante da primeira etapa, definem-se os parâmetros que ajudam na escolha mais adequada de tipo de concurso. A variedade de tipos de concursos é dependente da escala da propriedade, dos beneficiários, do grau de investimento financeiro e de

outros fatores. O tipo de concurso define o tipo de trabalho que é necessário realizar pelos concorrentes.

Judith Strong (1996) afirma que os concursos (*design competitions*³) nos quais se traduzem em concursos de arquitetura, se dividem em duas categorias; a primeira é o convite, tem a ver com a construção de um projeto definitivo num local definido. Isto significa que estas condições já foram debatidas e estabelecidas tornando o projeto num acontecimento calculado e futuramente físico; a segunda categoria é sobre como as ideias têm relação sobre os estudos de valor e interesse público. Esta vertente procura elementos de reflexão no âmbito arquitetónico como possíveis soluções que poderão não ser construídas.

Após a decisão do tipo de concurso, há que efetuar a sua programação, que abrange a determinação do cronograma das fases a serem cumpridas até a conclusão do processo. Estes prazos proporcionam uma visão clara do tempo necessário e dos responsáveis envolvidos em cada fase. O calendário serve como ferramenta de organização para o promotor como também os agentes que ajudam a desenvolver o projeto em simultâneo.

Logo em seguida, realiza-se a seleção do grupo de jurados com base na natureza do projeto em questão. Essa escolha busca abordar as propostas a partir das perspetivas de uma ampla gama de profissionais. O objetivo é escolher um conjunto de jurados que possuam um conhecimento profundo e diversificado que permita escolher a melhor solução. Esse resultado é alcançado após uma análise qualitativas das propostas apresentadas e confrontadas ao programa apresentado.

O sistema de concurso baseia-se num conceito de avaliação por um júri independente.

Este é um dos princípios de reciprocidade subjacentes e reciprocidade ao sistema - os arquitetos trabalham sobre um problema de conceção para poder explorada uma série de soluções. Fazem-no no pressuposto de que a seleção será feita com base na qualidade das soluções de conceção apresentadas. (STRONG, 1996, p. 46)

O concurso baseia-se na interação entre dois agentes: o avaliador e o avaliado. Estas duas entidades desenvolvem de forma independente a proposta e a sua avaliação, e o objetivo é de obter uma leitura crítica sobre o que as propostas oferecem como solução potencial e inovadora.

³ Design.- Proveniente da palavra *designare*, que significa assinalar algo, (Elisabeth Tostrup, 1999) afirma que esta palavra é entendida tanto como a peça arquitetónica tal como é prefigurada no material de conceção como a própria representação gráfica (desenhos, fotografias ou modelos). Os *designs competitions* é definido pela RIBA como um termo coletivo para qualquer processo onde os arquitetos e qualquer processo que convide arquitetos e outros profissionais da área da conceção a competir entre si por uma encomenda ou prémio.

O CE define, de forma transparente, estas soluções e procedimentos.

- a) Designação da entidade adjudicante
- b) Indicação do tipo de concurso e do processo
- c) Declaração de responsabilidade relativamente à regulamentação
- d) Referência às regras aplicáveis por força da legislação que rege os contratos públicos
- e) Condições de participação e indicação do prazo para o cumprimento dessas condições, bem como condições relativas às entidades adjudicantes em caso de alargamento do grupo de participantes
- f) Montante total dos prémios (montante dos prémios, bem como o montante máximo e as condições para eventuais menções honrosas); informações sobre o modo de cálculo do montante do prémio
- g) A intenção da entidade adjudicante quanto às modalidades de execução da obra e ao tipo e âmbito do contrato em causa
- h) Regras relativas ao procedimento em caso de desacordo, à resolução de litígios
- i) Nomes dos membros do júri, dos membros suplentes e dos peritos designados
- j) Nomes dos participantes selecionados e/ou convidados
- k) Calendário do concurso (data de inscrição, prazo para as perguntas e respostas, hora e local de apresentação das propostas)
- l) Índice dos documentos fornecidos aos participantes
- m) Índice dos trabalhos exigidos aos participantes e especificações relativas à representação do projeto
- n) Tipo de código de identificação de todos os documentos apresentados no âmbito do concurso e a obrigação de declarar o(s) nome(s) do(s) autor(es)

Uma das etapas mais decisivas deste processo é a divulgação do concurso, que visa atrair a atenção dos potenciais participantes através de diversos meios de comunicação. Nesse momento, a equipa promotora apresenta os objetivos do concurso escolhido e busca alcançar o maior número de inscrições, de forma a obter o maior número de propostas. O anúncio do concurso é o ponto de partida mas deve existir a possibilidade de esclarecer dúvidas em fases específicas. Assim sendo, depois da partilha das condições através do CE aos participantes, existe normalmente um período de tempo adicional que serve para esclarecer dúvidas.

A fase seguinte é especialmente envolvente para os participantes, pois eles têm a liberdade de desenvolver suas ideias de acordo com os objetivos estabelecidos pelos organizadores. A metodologia utilizada na elaboração de cada proposta varia conforme o tipo de concurso em

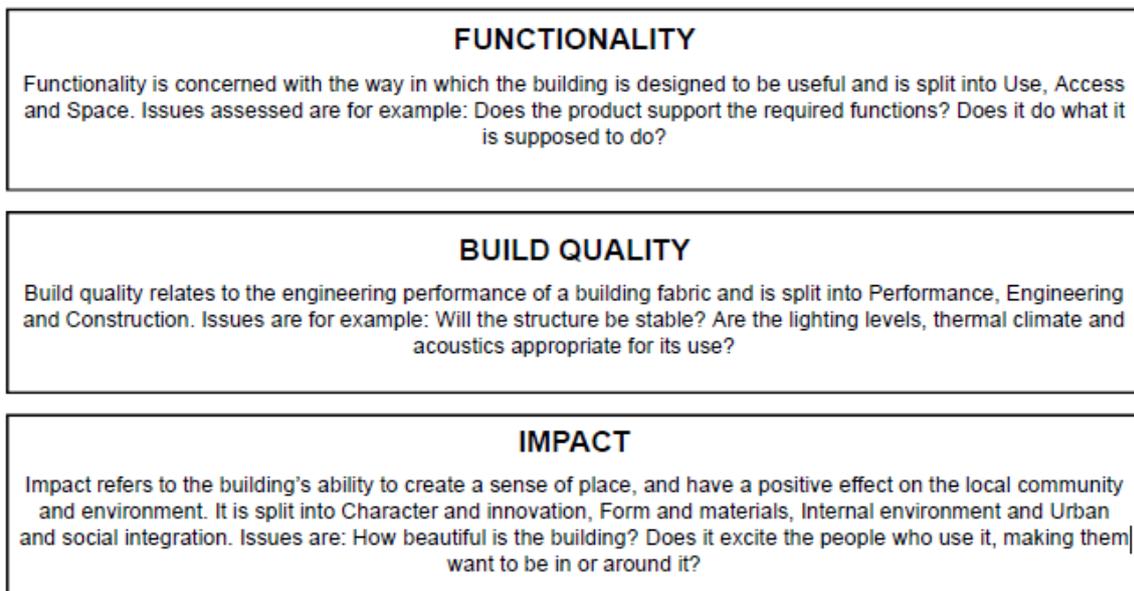


Figura 4. As qualidades do desenho arquitetónico de acordo com Design Quality Indicator (CIC, 2007)

questão, mas inclui normalmente um estudo do local de implantação e dos utentes que serão beneficiados pelo projeto. Um dos principais benefícios referidos por vários autores do início deste processo criativo é a ausência do contacto entre cliente e o arquiteto, o que liberta o concorrente de constrangimentos que podem ser inibidores da inovação.

Na etapa preliminar do concurso o arquiteto e o cliente não se encontram. Esta situação afeta a forma como o trabalho é abordado, na medida em que o arquiteto e o utilizador não se conhecem. O arquiteto não pode experimentar uma ideia com um cliente para ver como este reage antes de a incorporar no projeto. (STRONG, 1996, p. 14)

A fase de entrega das propostas representa a síntese de meses de trabalho condensada numa série de documentos. A organização do trabalho das equipas reflete-se nos elementos principais em resposta ao solicitado pelo CE, onde o desempenho coletivo verbal (escrito) e não verbal (desenhado) e solventar a qualidade e coerência dos materiais apresentados na proposta. Diante de esta realidade, cumprir os requisitos básicos é essencial e, quando possível, revela-se uma estratégia oportuna adicionar documentos que reforcem ou elevem a ideia a um nível superior de credibilidade, por exemplo com a apresentação de aproximações realistas.

Para uma melhor compreensão da importância do material apresentado, Elisabeth Tostrup escreveu, em 1996, o livro “Architecture and Rhetoric: Text and Design in Architectural Competitions, Oslo 1939-90”, onde reflete sobre os métodos de apresentação dos participantes, que favorecem as suas ideias através de uma linguagem de representação clara. No livro, Tostrup defende que a linguagem arquitetónica se torna mais concisa ao considerar dois aspetos: os elementos gráficos (verbais e não verbais) produzidos e a componente retórica, que pode ser incluída na memória descritiva ou na apresentação oral do projeto.

O processo de controlo e aceitação das propostas é feito por parte do júri. Este trabalho consiste em validar se as propostas seguem o que foi pedido. Existe um processo de filtragem das equipas participantes através da validação dos documentos essenciais nas datas estabelecidas. O processo de validação é importante, pois determina quem pode prosseguir nas fases subsequentes e em relação ao número total de concorrentes. De acordo com o quadro explicativo do Design Quality Indicator (Figura 4), existem três eixos que se concentram no valor do trabalho arquitetónico. Embora este quadro se baseie numa abordagem atual e contemporânea, é fundamental destacar os princípios de Vitruvius⁴ como precursores da avaliação arquitetónica.

⁴ No livro “De Architectura” escrito por Marco Vitruvius Polião em I a.C., encontram-se princípios fundamentais da arquitetura. O valor deste livro encontra-se nos conceitos base que são referentes para o desenvolvimento e até julgamento dos projetos edificados.

UTILITAS-FIRMITAS-VENUSTAS

USO-DURABILIDADE-BELEZA

O entendimento destes três tópicos podem ser a base de qualquer avaliação arquitetônica. *Utilitas* refere-se à funcionalidade do projeto, ao modo como o projetista define uma justificação sólida entre a função e a conceção do projeto, considerando o uso, o contexto, o acesso e o lugar. *Firmitas* avalia a qualidade do edificado, tendo em conta os aspetos estruturais e a escolha de materiais, com base na longevidade do edificado. Por fim, *Venustas* determina a relação estética e simbólica entre os utilizadores e o edifício, ou seja, a capacidade de criar ambientes distintivos, culturais e partilhados simbolicamente pela comunidade.

No contexto dos concursos, a diversidade de soluções arquitetônicas surge acompanhada pela oportunidade de avaliação por parte do júri. O consenso para definir o vencedor inicia-se com a leitura crítica pelos profissionais que compõem o júri, os quais devem procurar um equilíbrio entre as propostas que apresentam maior coerência, para com os aspetos previamente definidos no CE.

A partir do artigo “Finnish architectural competitions: structure, criteria and judgement process” sobre os concursos em arquitetura desenvolvidos na Finlândia, escrito por Reza Kazemian e Magnus Rönn em 2009, há uma lógica por detrás do processo de julgamento e a escolha da melhor opção. O projeto deve responder às seguintes perguntas tendo em consideração critérios básicos de valorização arquitetónica.

- Contexto e envolvente: em que medida as propostas apresentadas a concurso se adaptam ao sítio? Como é que as propostas se relacionam com os edifícios próximos e a paisagem circundante?
- Totalidade e coerência: como é que os participantes resolveram a tarefa do concurso no seu conjunto? Até que ponto uma afirmação forte e um projeto atrativo foram combinados com a racionalidade tendo em conta a função, a economia e a sustentabilidade?
- Acessibilidade: como é que os participantes resolveram os acessos ao local e aos edifícios? Como é abordada a relação e a unidade entre as condições externas e os padrões internos de espaços e circulação?
- Funcionalidade: como é que os participantes planejaram a organização espacial? Como é que as propostas funcionam em relação às atividades organizadas/uso?

- Soluções técnicas: como é que são os sistemas técnicos nas soluções oferecidas no concurso? As soluções técnicas são suficientemente seguras e viáveis na prática?
- Desenvolvimento potencial: como podem as propostas do concurso ser desenvolvidas no futuro? É possível atenuar as deficiências e melhorar as soluções sem perder o conceito subjacente e as qualidades inerentes à proposta?

Sabendo que a seleção dos vencedores é uma das etapas mais aguardadas, tanto pelos promotores como pelos participantes e, naturalmente, pelo público, os membros do júri devem elaborar um documento, assinado e enviado aos promotores, no qual justificam as suas escolhas com base em todos os critérios previamente estabelecidos. Além disso, o processo é caracterizado por um elevado grau de confidencialidade. No encerramento do concurso, realiza-se uma cerimónia onde são atribuídos os prémios (em dinheiro), que pode coincidir com a abertura da exposição das propostas e a conferência de imprensa. (STRONG, 1996, p. 24)

No caso dos concursos de uma única fase, o passo seguinte consiste no desenvolvimento do contrato para a execução do projeto. Este passo representa a concretização do projeto propriamente dito, tendo em última instância a edificação da proposta vencedora. O objetivo, durante este período, é desenvolver os vários aspetos que se destacaram nessa proposta, de forma a garantir a construção da ideia original de base. Para tal, é fundamental que o projeto respeite as normas e exigências dos promotores, assim como as regulamentações da câmara municipal competente.

Durante a fase de desenvolvimento do projeto, há uma comunicação contínua entre os promotores e o vencedor, sendo necessária a execução de acordo com o cronograma. O cronograma continua a ser, nesta fase, um dos elementos essenciais, pois reflete e prevê as estimativas de tempo para a concretização final do projeto. Isto visa facilitar a distribuição de tarefas para todos que estão envolvidos no processo até a execução da obra. A hierarquia das tarefas procura perceber a viabilidade da proposta e contribui para a resolução dos problemas.

1.3. Tipos de concursos e características

A diversidade de propostas arquitetónicas (Figura 5) no desenvolvimento do concurso depende dos requisitos, do público e do uso futuro do local. A tentativa de satisfazer vários objetivos naturalmente cria uma categorização que visa diretamente responder a essas prioridades.

De acordo com o documento “Design Competitions; Guidance for clients”, publicado pela RIBA, em 2012, há motivos pelos quais há uma procura por parte dos clientes que buscam soluções arquitetónicas em diversas áreas da construção. O documento destaca que os concursos podem ser utilizados para:

- Planeamento urbano, desenvolvimento de masterplan e propostas de sítios;
- Novos edifícios;
- Obras de reabilitação e renovação;
- Projetos de engenharia;
- Esquemas paisagísticos;
- Projetos de ordem público e obras de arte;

Nos concursos em planeamento urbano, é necessário fazer uma boa utilização da escala e ter consciência da ligação entre infraestruturas para oferecer opções viáveis. Neste tipo de concurso procura-se oferecer desenhos de cidades ou bairros com um plano coerente e equilibrado entre as zonas de habitação, zonas comerciais e zonas de lazer.

Por outro lado, nos concursos para novos edifícios, o foco é encontrar uma solução que responda às necessidades dos promotores, respeitando os limites do terreno. Trata-se de um trabalho em menor escala, mas que pode comportar uma variedade de utilizações.

As obras de reabilitação e renovação são desenvolvidas em edifícios já existentes, alguns dos quais com valor histórico. A reabilitação propõe a alteração do uso original do edifício, enquanto a renovação visa reparar e restaurar certos elementos da construção. (DAUDÉN, 2020)

Os concursos de projeto de engenharia representam uma oportunidade para desenvolver propostas ambiciosas e de elevado nível de complexidade estrutural. Nestes concursos, valoriza-se a viabilidade estrutural da proposta arquitetónica, realçando o trabalho conjunto de arquitetos e engenheiros.

Outro tipo de concursos são os de projetos paisagísticos. Nestes, procura-se desenvolver soluções que estejam em harmonia com a envolvente. O estudo da flora, fauna, declives, pluviosidade,

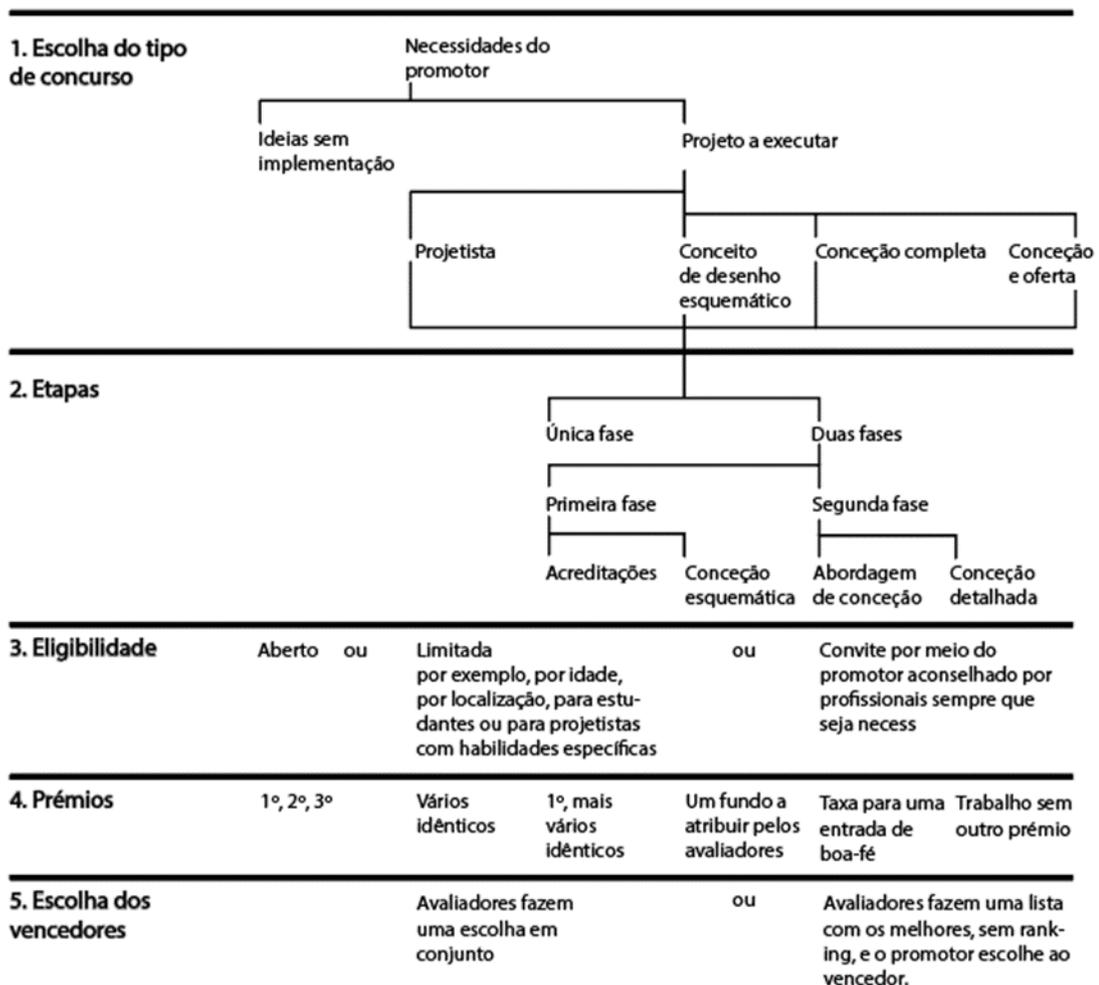


Figura 6. Escolha do tipo e do processo do concurso. Do livro "Winning by design" (Strong, 1996)

geografia e condições climáticas contribui para a criação de uma proposta paisagística coerente. Os concursos de projeto organizados por entidades públicas destinam-se nomeadamente ao cumprimento de interesses coletivos e públicos. Estes concursos são realizados para garantir soluções arquitetónicas que beneficiem a maior parte da população, sendo o seu financiamento proveniente do setor público. As obras de arte, que também podem estar nesses projetos e têm como objetivo promover a cultura, contribuindo para a sua contínua difusão.

Para a compreensão dos tipos de concursos, toma-se em conta a informação fornecida pelo documento “Guia dos Concursos da UIA: para os Concursos de Arquitetura e Disciplinas Afins”, elaborado pela União Internacional dos Arquitetos, em 2017. Este documento visa esclarecer a estrutura do procedimento dos concursos, dada o nível de complexidade dos projetos atuais.

De acordo com o Regulamento da UIA, publicado em 2017 no Artigo 2, existem dois tipos de concursos:

- O concurso de projetos, que apresenta várias soluções com vista a realização efetiva de um projeto.

- O concurso de ideias, que demonstra as várias abordagens e soluções conceptuais, sem qualquer intenção em executar o projeto.

No primeiro caso, há um trabalho minucioso nos detalhes que será particularmente útil na execução futura do projeto, sendo esta a intenção desde o início. O objetivo final é contratar o arquiteto responsável pela proposta vencedora.

No segundo caso as soluções arquitetónicas servem como exemplos claros para os promotores sobre a diversidade de soluções arquitetónicas possíveis para o mesmo programa. O seu propósito é aprimorar as propostas, proporcionando maior liberdade na sua evolução e clarificando certas abordagens escolhidas.

O documento “Design Competitions: Guidance for Clients” menciona ainda um terceiro tipo de concursos, as entrevistas competitivas. Estas são utilizadas pelos clientes como meio de seleção, tendo em conta o tipo de trabalho anterior e o nível de experiência dos participantes. Após essa seleção, os escolhidos são convidados a participar no concurso. As fases dos concursos (Figura 6) podem ser de uma, duas ou, raramente, várias etapas. Os concursos de ideias têm uma única fase, que pode eventualmente constituir a primeira etapa de um concurso de projeto em duas fases. Dado isto, é fundamental que o regulamento do concurso esclareça o número de etapas previstas

para o seu desenvolvimento, procurando, sempre que possível, realizar um concurso de projeto numa única fase. Os concursos apresentam uma limitação de acordo com o tipo de processo escolhido. O promotor procura garantir o melhor desenvolvimento do concurso através da restrição do número de participantes no momento das inscrições. Existem, assim, os processos abertos, nos quais qualquer profissional pode participar. Em seguida, há o processo restrito, em que apenas alguns profissionais previamente selecionados podem integrar o concurso. Por fim, existe o processo combinado, que consiste num concurso aberto, mas com a presença de alguns participantes convidados. (UIA, 2016, p, 10)

Estar inscrito dentro de um concurso em arquitetura implica fazer parte de uma plataforma criativa onde os participantes trabalham rigorosamente numa proposta que, de acordo com o seu critério, tem potencial para responder ao programa estabelecido. Esta oportunidade representa um estímulo, de forma que promove o debate sobre o nível de pertinência da proposta e até o próprio programa.

O concurso trata-se de um evento efémero onde os profissionais procuram trabalhar em equipa para fazer da sua solução a mais credível. Saber que o concurso é uma oportunidade faz com que os participantes sejam cuidadosos com o trabalho apresentado apesar de existir um investimento de tempo, dinheiro e esforço laboral alto, pois existe um potencial ganho futuro. Os arquitetos trabalham com profissionais de outras áreas promovendo a troca de conhecimentos que fortalece o desenvolvimento das respostas que, ao ser pensada nas diferentes variantes de viabilidade, faz que o projeto seja mais realista e complexa. Embora o arquiteto seja portador de conhecimentos gerais em várias áreas, é necessário salientar que este trabalho multidisciplinar promove um intercâmbio de conhecimentos entre os profissionais envolvidos no concurso ou projeto.

Os elementos apresentados (maquetes, desenhos, outros) servem como forma de persuadir o cliente e de demonstrar as escolhas feitas pelo concorrente. “A retórica, a arte da oratória, é essencial nos concursos de arquitetura, uma vez que todos os níveis envolvem movimentos propositados e persuasivos num discurso argumentativo, em que o orador (retor), neste caso o autor ou o projetista, tenha deliberadamente levar os outros a aceitar a sua forma de pensar.” (TOSTRUP, 1996, p. 7)

1.4. A discussão sobre a inovação

Um dos aspetos que mais interessam na investigação foi o carácter inovador dos concursos arquitetónicos e o seu valor perante uma etapa aberta a novas possibilidades. O concurso permite articular um espaço de experimentação que permita avaliar as competências dos profissionais e, simultaneamente, evidenciar como esses processos podem gerar resultados inovadores.

A construção de um discurso sobre inovação em arquitetura implica a definição de diretrizes que visam acompanhar o processo criativo em diferentes escalas. Esse percurso pode resultar na adoção de novas tecnologias, no emprego de materiais em contextos específicos, na promoção de integração social em cenários delicados, na formulação de conceitos originais para a resolução de problemas complexos e no fortalecimento de estratégias sustentáveis, entre outros aspetos que ampliam o alcance de mudança na prática arquitetónica.

Desta forma, introduz-se duas frases retiradas da tese de doutoramento intitulada “O concurso internacional de arquitectura como processo de internacionalização e investigação na arquitectura de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura”. De acordo com PG:

“Um concurso baseia-se numa ideia de ausência e de uma vontade de obter esse recurso com um sistema de regras e de limites e uma avaliação da melhor solução...”

“A inovação está par a par com a novidade e com a diferença ou rutura com o que existia antes. Implica, normalmente, a introdução de qualquer coisa nova – prática, procedimento, conceito, ferramenta, etc – ao que é a prática corrente.”

Estas afirmações promovem uma lógica onde se procura estabelecer as dinâmicas entre o evento – o concurso- e um possível resultado – a inovação. Neste contexto, menciona-se a relevância dos concursos como instrumentos que promovem a criatividade individual, e, ao mesmo tempo, estruturam um campo de investigação coletiva. O concurso, ao impor regras claras deixa, em simultâneo, espaço para a experimentação. Isto resulta na quebra do tradicional, tornando-o como um mecanismo útil para a inovação projetual.

No livro “O que é a inovação em arquitetura?”, publicado por Filipa Roseta e Sofia Marçal, em 2016, mencionam-se uma série de opiniões de vários arquitetos sobre a inovação. As autoras afirmam que este diálogo nasceu de uma provocação onde os arquitetos convidados tinham de escolher a obra que melhor representasse a palavra *inovação*.

**COMPARAÇÃO DOS COMENTARIOS SOBRE A INOVAÇÃO
de acordo com o livro "O que é inovação em arquitetura?"**

| | | | | | | | | | | | | |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|
| Existência da inovação | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ~ | ✓ | ✓ | ✓ | ~ | ~ | ✓ |
| Temporalidade | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | | ✓ | ✓ | | |
| Raridade, originalidade e mudança do tradicional | ✓ | | | ✓ | | ✓ | | ✓ | | | | ✓ |
| Avanços tecnológicos ou criação | ✓ | | | | | ✓ | | | | ✓ | | |
| Dualidade e contato entre arte e ciência | | ✓ | ✓ | | | | | ✓ | | | ✓ | |
| A inovação como consequência do processo | | | | | ✓ | | | | ✓ | | | |
| Aporte ao coletivo | | | ✓ | | | | | ✓ | | | | ✓ |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |

Lista de arquitetos participantes

1. Bartolomeu Costa Cabral
2. Gonçalo Byrne
3. Pedro Botelho
4. Helena Roseta
5. Nuno Portas
6. João Santa-Rita
7. João Ó
8. João Luis Carrilho da Graça
9. Rogério Taveira
10. Luis Jorge Martinez Ferreira
11. Inês Loubo
12. Pedro Campos Costa

- ✓ Afirmativo
- ✗ Negativo
- ~ Ligeiramente positivo

* Os comentarios dos arquitetos estão sujeitos a interpretação

Figura 7. Quadro comparativo dos comentarios mencionados no livro "O que é inovação em arquitetura?" de Filipa Roseta e Sofia Marçal. (Produção própria, 2025)

A análise comparativa dos comentários (Figura 7) põe em evidência que a inovação é um conceito maioritariamente reconhecido pelos arquitetos participantes do evento, embora existam diferentes graus de valorização e interpretação.

O tema da temporalidade foi abordado de diversas formas. Para muitos participantes, a inovação esta fortemente ligada ao seu tempo, correspondendo a soluções contextuais que procuram refletir as necessidades sociais e culturais específicas. Essa percepção reforça a ideia de que o caráter inovador não é absoluto, mas relativo às circunstâncias históricas. Adicionalmente, alguns participantes mencionam a questão da efemeridade do que pode ser considerado como novidade, reduzindo o impacto positivo da inovação em arquitetura.

Outro eixo recorrente foi o da raridade, originalidade e mudança do tradicional. Neste ponto, sublinha-se que a inovação obtém uma lógica devido à quebra de convenções estabelecidas das práticas arquitetónicas, introduzindo abordagens inesperadas ou reinterpretando conhecimentos ensinados. Assim, inovação é vista como um diferenciador, embora seja necessário dialogar criticamente com a herança arquitetónica.

A relação entre avanços tecnológicos e criação também surgiu naturalmente. Vários arquitetos destacaram que novas ferramentas digitais, métodos construtivos e materiais sustentáveis oferecem oportunidades para repensar o processo projetual.

Na sequência da temática anterior, fala-se da dualidade entre o contato da arte e a ciência e neste caso as opiniões evidenciam uma valorização do intercâmbio de conhecimentos entre as duas disciplinas. A arquitetura compreende-se como um campo que integra a racionalidade técnica e a expressão artística.

Muitos participantes associaram a inovação à sua condição de consequência do processo criativo em que, de acordo com alguns arquitetos, este resultado não é algo estudado ou calculado prévio ao seu desenvolvimento. Trata-se de um resultado que não é premeditado e não se encontra inserido nos objetivos do trabalho.

Por fim, destacou-se o trabalho de arquitetura perante uma perspectiva de inovação no aporte ao coletivo. A inovação, quando relevante, transcende o individual e contribui ao benefício geral, sendo a arquitetura uma profissão que integra o outro e se realiza para outro, num princípio de desenvolvimento social e cultural.

2. Antecedentes

Introdução ao capítulo

Este capítulo organiza os acontecimentos do território de Mourão. Propõe-se quatro momentos específicos: Antiga Aldeia da Luz (AAL), O conteúdo deste capítulo é feita a partir da ordem cronológica dos acontecimentos do território de Mourão entre 1996 e 2002. A organização propõe quatro momentos específicos, sendo mencionada a AAL, o projeto do Alqueva, o Concurso do Plano Pormenor da Nova Aldeia da Luz (CPPPNAL) e a execução da nova aldeia. A primeira parte põe em evidência a AAL como uma própria aldeia alentejana com a sua história com o rio e aldeias próximas. O estudo do enquadramento da envolvente facilita a compreensão do que foi posto em jogo na altura da construção da barragem do Alqueva. Este projeto de infraestrutura de grande escala mudou o meio rural dando passo ao Concurso da Nova Aldeia da Luz. O estudo do concurso oferece uma compreensão das necessidades e requerimentos transmitidos no Caderno de Encargos (CE).

Palavras-chave: Aldeia da Luz, barragem do Alqueva, Concurso do Plano do Pormenor da Aldeia da Luz, Conselho de Mourão.

Personagens: Aldeões da Luz, EDIA, Câmara Municipal de Mourão.

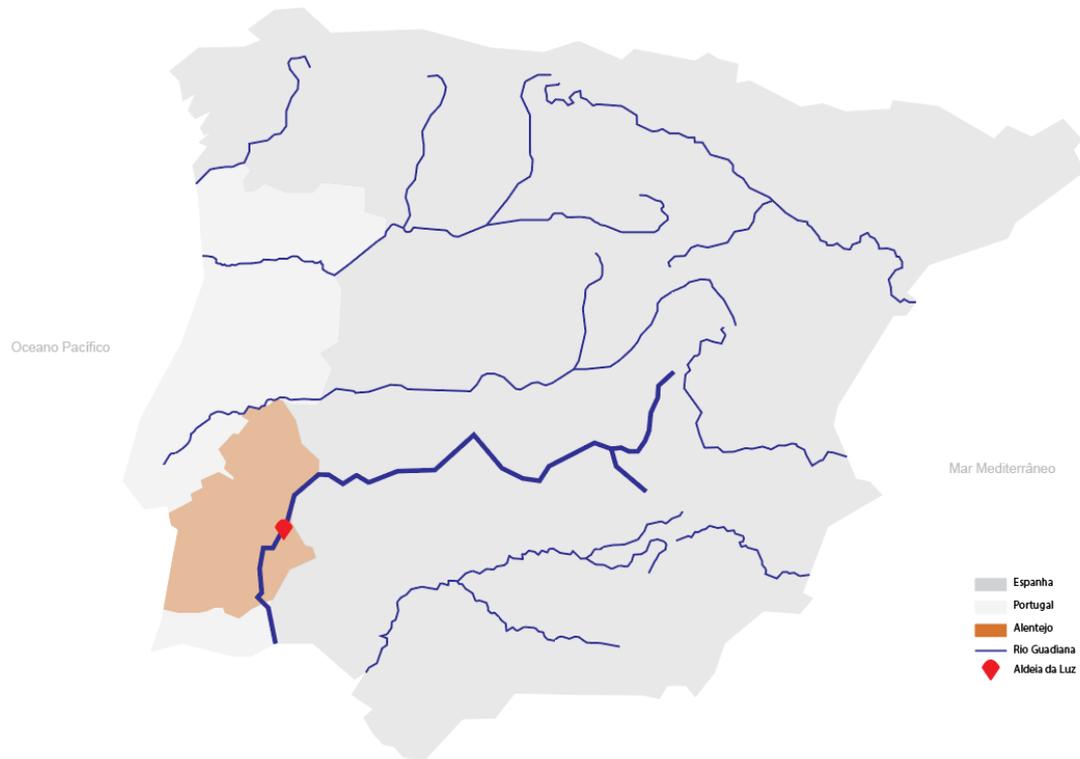


Figura 8. Cartografia fluvial da Península Ibérica com ênfase no Rio Guadiana (Produção própria, 2024)



Figura 9. Fotografia do percurso feito entre Mourão e a aldeia da Luz (Arquivo pessoal, 2024)

2.1. Alentejo e Mourão

Numa perspetiva de macroescala, a região do Alentejo situa-se numa posição estratégica em Portugal, delimitada pelo Oceano Atlântico e pela fronteira com Espanha. No gráfico (Figura 8), é possível observar a Península Ibérica e os seus principais recursos hídricos, sendo eles um resultado dos acentamentos montanhosos de cada região. O destaque é para o rio Guadiana⁵, que atravessa a região e define o limite da fronteira com a Estremadura, em Espanha.

As paisagens do interior do Alentejo (Figura 9) tem a característica de ter uma topografia ligeiramente acidentada e uma presença de flora nos pontos hídricos mais importantes. Chega a ser evidente a imensidão da planura do terreno favorecendo a visibilidade de qualquer irregularidade no terreno. Os fatores meteorológicos dão-lhe uma reputação de ser um local com temperaturas extremas onde as temperaturas chegam a ser extremamente frias no inverno e extremamente quentes no verão. Trata-se dumas das zonas mais áridas do país com solos são argilosos, xistosos⁶ e arenosos.

A distribuição da população é evidenciada em pequenos povoados que estão interligados pela sua proximidade e os maiores centros urbanos são cidades de Évora e Beja. O Conselho de Mourão apresenta todas as características de toda a região tendo em consideração os seus pontos limítrofes com Espanha. Grande parte dos terrenos do conselho são usados para a prática agrícola.

De acordo com o livro “Marcas do tempo nas terras da Luz”, publicado pela EDIA, em 2006, assume-se que os primeiros assentamentos faziam parte da expansão do Imperio Romano (I^o século a.C. até o I^o século d.C.) com o Castelo de Lousa⁷. Embora não exista justificação suficiente, assume-se que a aldeia da Luz nasceu a partir da construção da Igreja da Nossa Senhora de Luz. Esta igreja serviria como um ponto no percurso da peregrinação e ofereceria um ponto de repouso e de comércio.

“Uma igreja. Uma aldeia. Dois espaços de que se apropriaram os homens e as mulheres que passaram pela Luz ao longo dos séculos, nesse processo constituindo a sua identidade.” (MONTEIRO, 2006, p. 25)

⁵ O rio Guadiana fez parte de vários conflitos territoriais entre Espanha e Portugal.

⁶ Uma das primeiras casas onde os estabelecimentos sedentários foram construídos usando pedras de xisto.

⁷ O Castelo de Lousa foi a edificação mais evidente da arquitetura militar do conselho de Mourão.

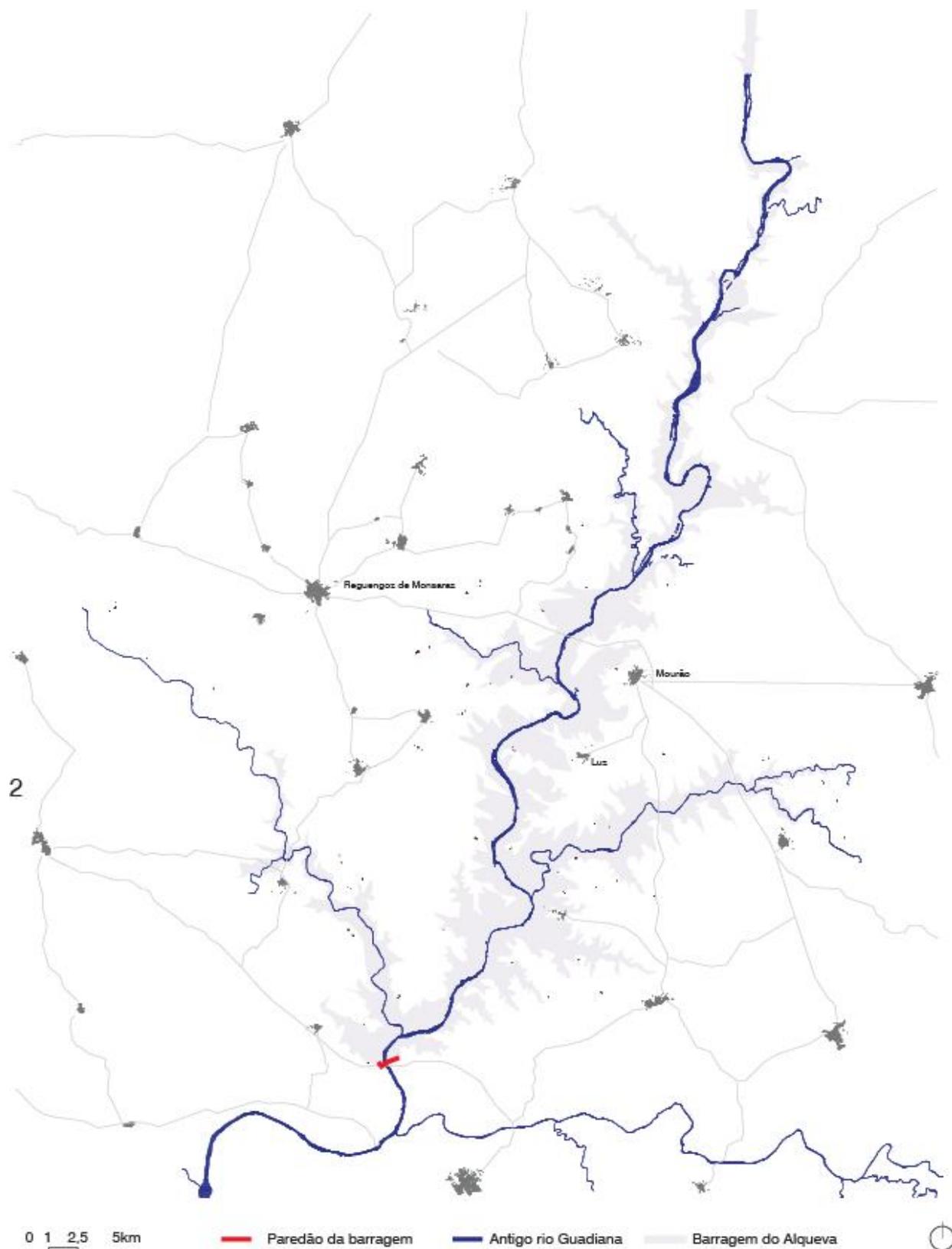


Figura 10. Carta do Rio Guadiana com as alterações ao seu caudal. Elaboração a partir do trabalho "Paisagem como tema" (2025)

2.2. O estudo da AAL

Seguindo a leitura do território, encontramos o estudo das características físicas da antiga aldeia. Sendo assim, a Antiga Aldeia da Luz encontrava-se a num vale a sete quilómetros de Mourão, a capital do Conselho. Ela albergava 363 habitantes, antes da construção do projeto da barragem em 1996. Na leitura do plano geral da antiga aldeia existem alguns componentes urbanos que caracterizam a antiga Aldeia da Luz como um claro exemplo dum centro rural alentejano. Para isto, existem três fatores fundamentais: o primeiro sendo a sua proximidade com o rio Guadiana, o segundo é a conectividade por meio dos caminhos que ligavam a Luz com Mourão e outras aldeias próximas⁸; e o terceiro sendo a delimitação dos terrenos com a habitação de baixa densidade da aldeia.

Na análise da realidade do antigo curso do rio Guadiana, é possível destacar o moderado nível de concentração de água na região. O rio contornava a aldeia pelas zonas norte e oeste, apresentando, na sua configuração original, algumas irregularidades no caudal (Figura 10). O Guadiana ajustava-se às cotas mais baixas⁹, sendo alimentado por ribeiras e pequenos rios que contribuía para o fluxo contínuo de água. Entre os seus afluentes, destacavam-se o rio Degrede, que provinha do noroeste, e o rio Ardila, que fluía a partir do leste.

O plano geral da antiga aldeia da Luz (Figura 11) fornece informações claras sobre os principais caminhos, destacando-se, entre eles, o que ligava à aldeia vizinha de Mourão. Este caminho desempenhava um papel fundamental na interligação da aldeia com outras localidades situadas do outro lado do rio. A definição dos caminhos principais estabelecia uma hierarquia em relação aos restantes que conectavam a Luz a outras aldeias, herdades e até o próprio rio Guadiana. O plano evidencia ainda a presença de caminhos que eram delimitados por parcelas de diferentes dimensões.

⁸ Os centros urbanos próximos da Luz mais relevantes, além de Mourão, eram Reguengos de Monsaraz e Granja.

⁹ Toman-se em consideração a cota 90.

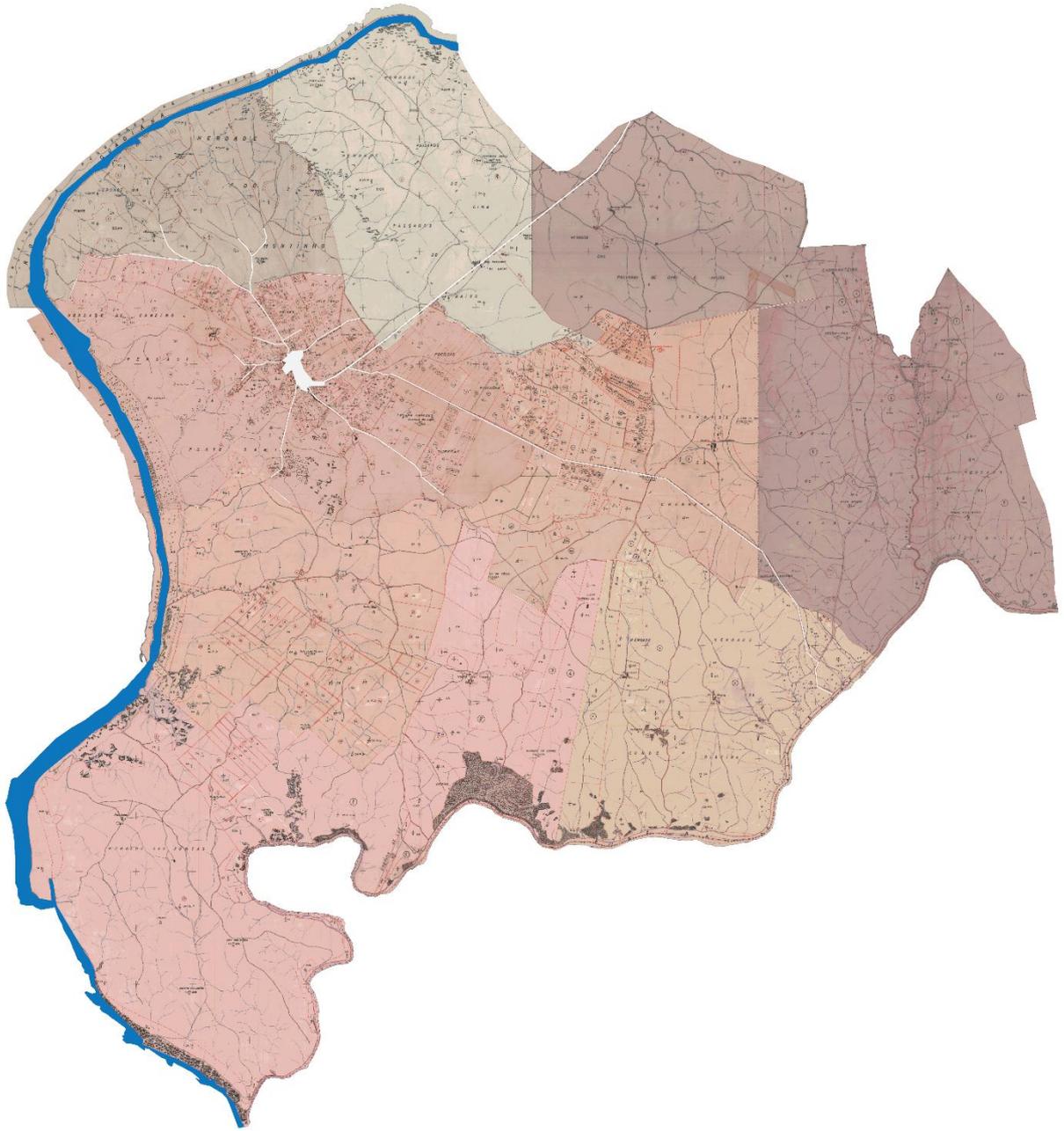


Figura 11. Composição visual com cartas das secções cadastrais perto da antiga Aldeia da Luz (DGTerritorios, 2021)

Para uma melhor compreensão da antiga malha urbana da aldeia, utiliza-se o documento “Concurso para o Estúdio Prévio/ Projeto de Execução” que faz parte do arquivo da EDIA publicado em 1996. Nele afirma-se a existência de três partes da aldeia – a origem do aglomerado; a área de expansão e a expansão mais recente. Esta evolução gradual vê-se refletida na irregularidade da malha urbana (Figura 12).

A Rua de Trás serviu como eixo para o desenvolvimento inicial da malha da aldeia, sobrepondo-se ao antigo caminho de ligação ao Castelo da Lousa¹⁰. Esta malha adapta-se ao terreno de forma orgânica. A segunda fase torna-se mais evidente com a existência ou criação do Largo de 25 de abril, que assume o papel de espaço estruturador urbano. Para este largo convergem o caminho proveniente de Mourão e, de forma explícita, a Rua da Igreja. A terceira fase de crescimento apresenta uma intervenção menos significativa na planta geral.

Dois eixos viários principais podem ser identificados (Figura 13). O primeiro eixo tem origem em Mourão, percorrendo a Rua de Mourão e a Rua Dr. Sé de Carneiro. Este trajeto é interrompido pelo Largo 25 de Abril e prossegue pela Rua da Calçadinha. Este eixo, que se estende no sentido este-oeste, divide a aldeia numa zona norte e numa zona sul, desempenhando um papel fundamental na ligação da aldeia às localidades vizinhas. A definição destes caminhos principais estabeleceu uma hierarquia em relação aos percursos secundários, que conectavam a aldeia e outras povoações e herdades.

O segundo eixo resulta da articulação de várias ruas: Rua da Fonte, que segue na ordem decorrente da Rua da Estrela, a Rua da Igreja e a Travessa do Montinho. Estas vias convergem numa praça de forma triangular cuja formação se deve à existência de uma fonte num dos seus cantos.

Numa escala mais próxima, observa-se uma configuração urbana que tem origem num ponto central: a praça do Largo de 25 de abril. Todos os caminhos, pedonais ou rodoviários, convergiam para a praça, que apresenta uma forma romboide. Metade deste espaço era considerada uma praça propriamente dita, com o devido tratamento urbano, incluindo passeios e árvores. As ruas principais eram a Rua de Mourão, a Rua do Meio e a Rua de Trás.

¹⁰ O Castelo da Lousa foi uma das primeiras edificações em ser erguidas no rio Guadiana. Esta fortificação é um símbolo da presença dos primeiros povoados nesta localidade. O uso de xisto é evidenciado na construção na maior parte do castelo.



Figura 12. Planta geral da Antiga Aldeia da Luz com os nomes das ruas e travessas. (Produção própria, 2025)

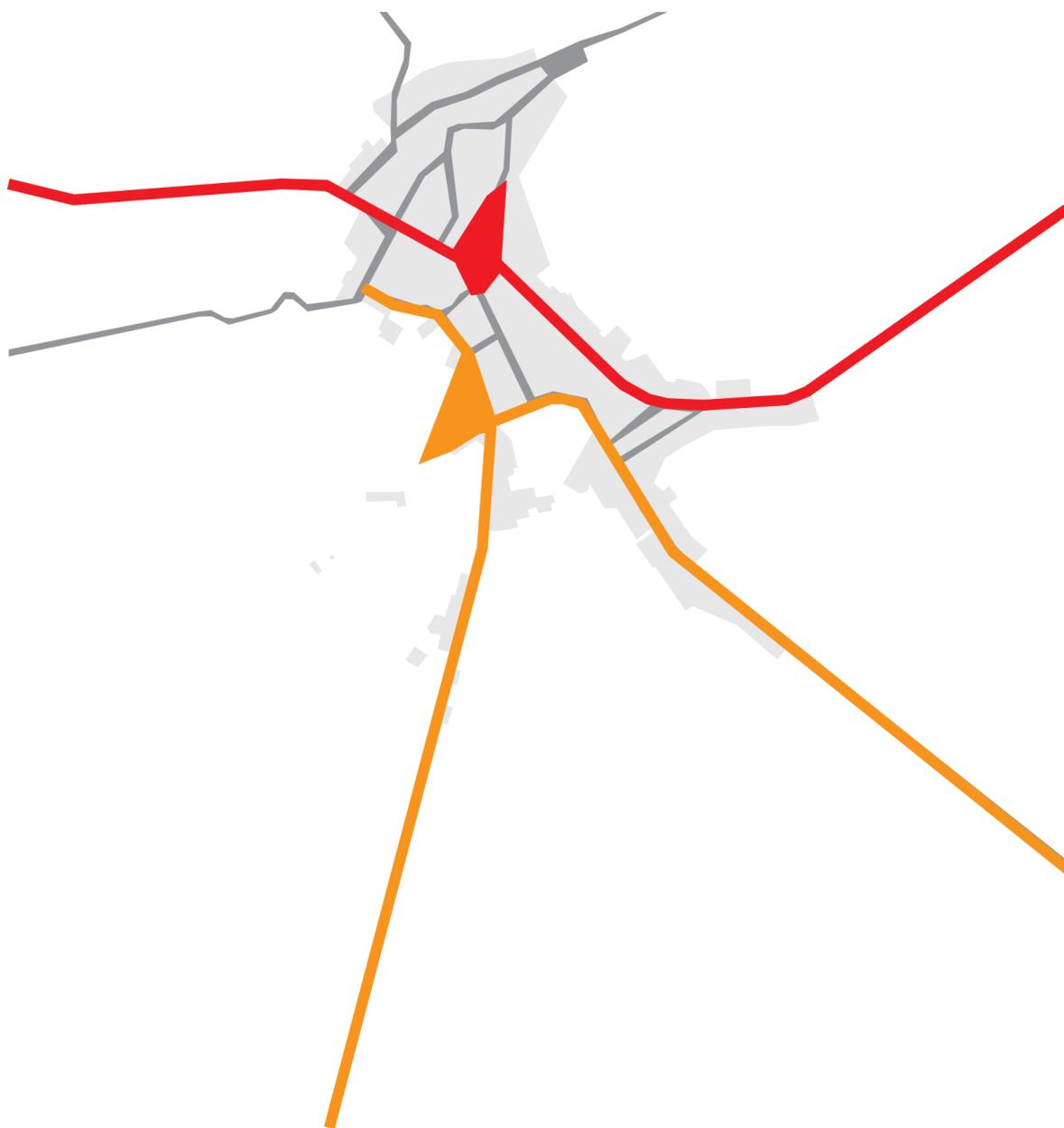


Figura 13. Eixos principais viários. (Produção própria, 2025)



Figura 15. Fotografia da Rua Dr. Sé de Carneiro (Arquivo fotográfico da EDIA, 1996)



Figura 14. Fotografia do Largo 25 de abril (Arquivo fotográfico da EDIA, 1996)

A configuração dos terrenos resulta da implantação dos primeiros caminhos que estruturaram tanto a aldeia com os campos de cultivo. Esta transição, da delimitação de grandes áreas para pequenas parcelas destinadas à habitação (Figura 15), está profundamente associada com a evolução histórica da aldeia. As habitações eram localizadas em frente das ruas embora muitas delas foram alteradas pelo assentamento de caminhos transitados (Figura 14). A quebra dos terrenos, as vezes era visto no plano por meio da existência de jardins em algumas casas.

Na maioria de casos, as parcelas apresentavam um formato retangular (Figura 16), refletindo uma influencia direta na organização parcelar dos campos de cultivo. Predominava uma disposição perpendicular às ruas principais, com uma largura frontal geralmente menor do que a profundidade. Nas zonas periféricas da aldeia destacava-se a presença de terrenos mais amplos, que, em alguns casos, incluía volumes habitacionais.

Devido à irregularidade dos quarteirões, a continuidade de algumas ruas foi interrompida, originando a presença de várias travessas na aldeia. Ao mesmo tempo, a consolidação dos quarteirões foi determinada a partir dessas ruas principais. A estrutura básica da aldeia organizava-se em torno do Largo e do eixo transversal, sendo este último responsável por ligar a aldeia ao Monte do Carneiro. Uma característica distintiva da aldeia era a localização de certos equipamentos no final de algumas ruas.

Em alguns casos, os quarteirões eram paralelos à praça triangular, enquanto, noutros casos, a praça funcionava como ponto de quebra, com os quarteirões a alinharem-se paralelamente à Rua de Mourão. Esta dinâmica evidenciava a irregularidade de uma aldeia que se desenvolvia a partir do seu núcleo central. Na periferia, o conjunto de edificações destacava-se pela presença de casas com quintais, que, por sua vez, se integravam nas áreas de cultivo que envolviam a aldeia.



Figura 16. Planta geral da Antiga Aldeia da Luz com a divisão dos terrenos. (EDIA, 1996)

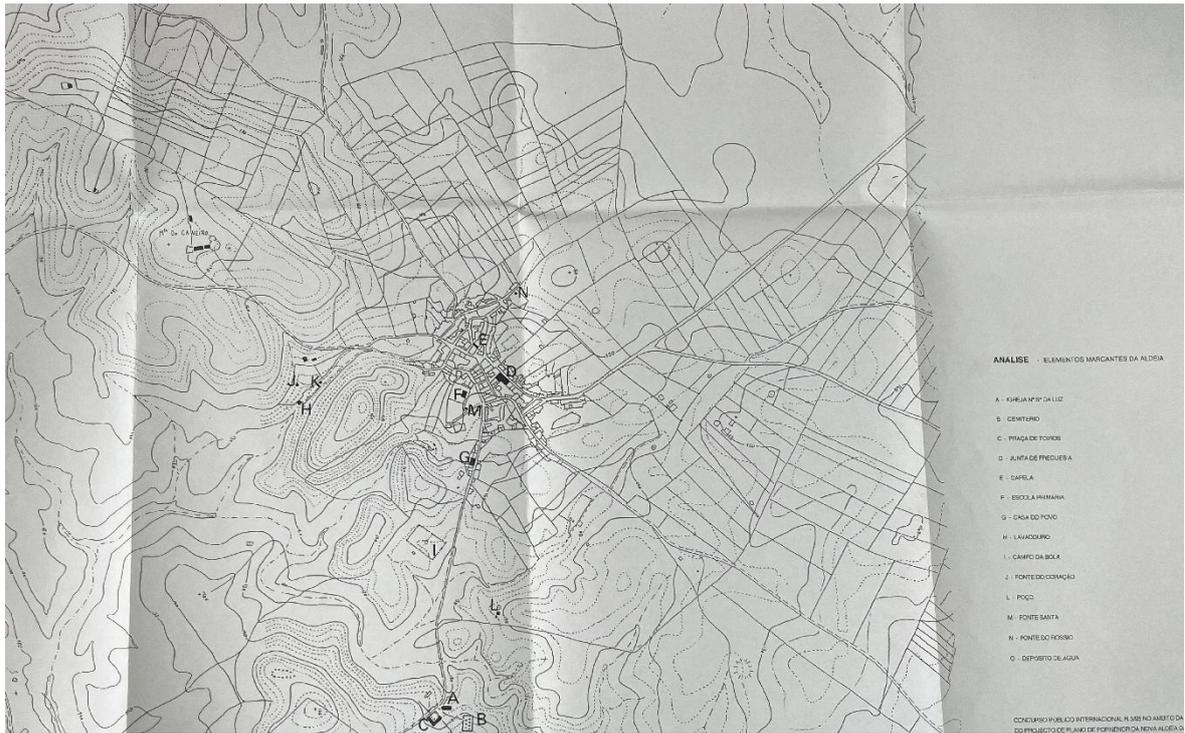


Figura 17. Planta da Antiga Aldeia da Luz com os seus equipamentos (EDIA, 1996)

Em relação aos equipamentos (Figura 17) encontramos alguns exemplos¹¹ de instalações essenciais para uma aldeia. É visível a composição da rede de equipamentos que estão espalhados na aldeia de acordo com a sua função e dimensão. Pode-se afirmar que, para além dos equipamentos constituídos no núcleo da aldeia, uma grande quantidade deles também era localizados nas ruas nascentes daquele núcleo.

A Luz, tal como todas as aldeias alentejanas, possuía a capela em frente à praça principal. Esta edificação, juntamente com a praça, representava um ponto de encontro devido à realização de festividades religiosas, culturais e outros eventos. Esta praça surgiu com a demolição de dois edifícios, o que facilitou a comunicação no eixo viário. Próximo do núcleo central, a meio da Rua Dr. Sé Carneiro, localizava-se a Junta de Freguesia, que ocupava uma posição de destaque no quarteirão. O edifício servia funções administrativas. Este eixo transversal constituía a área com a maior concentração de comércio.

Ainda perto do núcleo da aldeia encontrava-se o Largo do Rossio. Trata-se de uma praça de forma triangular que albergava a Escola Primária e a Fonte Santa. Nela convergiam a Travessa do Montinho e a Rua da Igreja. Nas proximidades deste conjunto situava-se a Casa do Povo que pertencia a um grupo de casas limítrofes da aldeia. O equipamento a seguir era o Campo da Bola que seguia a Rua da Igreja e os terminavam e três equipamentos remate, que são a Igreja da Nossa Senhora da Luz, o cemitério e a Praça de Touros.

A coexistência de alguns elementos hídricos é evidente no plano da aldeia existindo três fontes, um poço e um depósito de água. O poço encontrava-se perto da Rua da Igreja, embora a maior parte desse tipo de construções localizava-se do outro lado da aldeia. Já no fim da Rua da Calçadinha estavam a Fonte do Coração, o lavadouro e o tanque. Por último, no início da Travessa de Mourão, estava a Fonte do Rossio.

¹¹ Muitas vezes o que acontecia nestas pequenas aldeias era que dentro de edificações com fins habitacionais eram adaptados equipamentos como solução rápida.

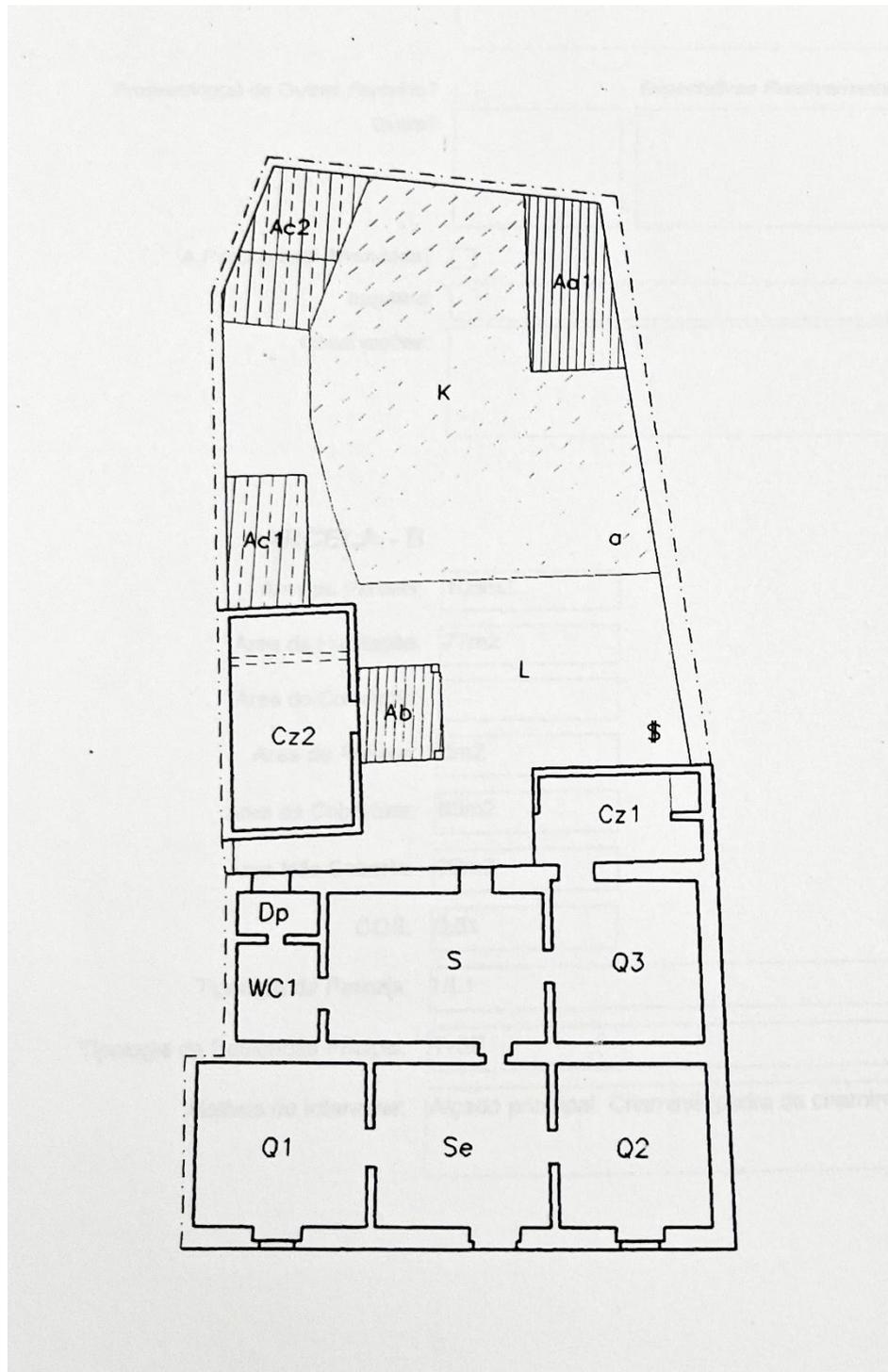


Figura 18. Planta da propriedade de Benavenuto Conde Ramalho localizada na Rua Dr. Sé Carneiro (João Figueira, 1997)

- Se, Sala de entrada
- S, Sala
- Q1 Q2 Q3, Quarto
- Cz1, Cozinha
- Cz2, Cozinha exterior
- Dp, Despensa
- Wc1, Wc
- Aa, Arrecadação
- Aa, Arrecadação
- Ab, Alpendre
- Ab, Abrigos para animais
- L, Logradouro
- K, Horta
- a, árvore
- \$, parreira

No contexto do conceito de urbe rural, a casa emerge como elemento central, desempenhando um papel determinante na identidade da antiga aldeia da Luz. As tipologias arquitetónicas, a proporção entre o espaço edificado, os materiais utilizados e outros pormenores conferem as habitações da antiga aldeia da Luz um valor arquitetónico único. Destacam-se, em particular, a diversidade de casas-pátio e casas geminadas; a maioria consistem em casas unifamiliares de um único piso. Contudo, em alguns casos, como na área em frente ao Largo 25 de Abril, também existiam casas de dois andares.

O carácter das tipologias das casas na antiga aldeia da Luz revela uma clara necessidade de adaptação ao terreno. Nesse contexto, observa-se uma malha retilínea que favorece a criação de espaços retangulares, quase quadrados, destinados ao convívio. O documento “Inquérito Urbanístico, II – Registo de Parcelas de Equipamentos e Serviços, Públicos e Coletivos”, apresentado pelo arquiteto João Francisco Figueira em 1997, oferece uma análise detalhada das tipologias habitacionais (Figura 18). Este estudo demonstra a forma como os habitantes da Luz utilizaram o terreno (Figura 19) de forma eficiente para fins habitacionais, evidenciando a relação entre os espaços interiores e exteriores.

As tipologias apresentam um conjunto de divisões (Figura 20), interligadas por salas de entrada ou corredores de ligação entre outros espaços. As divisões com maior número de vãos destinavam-se a funções de passagem, enquanto as que possuem menos vãos correspondem a espaços mais reservados e privados. A organização espacial variava consoante a casa e necessidades da família que nela habitava. Destaca-se ainda a relevância da cozinha na hierarquia de espaços habitacionais, assumindo-se como o principal ponto de encontro e convivência na maioria das casas luzenses. (CARVALHO, 2013, p. 178)

Algumas casas dispunham as zonas sociais e de serviços na parte dianteira, com os quartos adjacentes a estas áreas. Em contraste, nas casas com terrenos mais amplos, era comum encontrar uma distribuição espacial distinta, adaptada às características do lote e às preferências dos moradores. “Os fogos se organizam segundo eixos longitudinais que interligam a rua com o pátio, atravessando espaços que confundem compartimentações íntimas com compartimentações sociais e espaço de estar, com espaços de dormir e de trabalhar” (EDIA, 1996, p. 11)



Figura 19. Planta do centro da antiga aldeia a mostrar os interiores de cada fogo (EDIA, 2002)

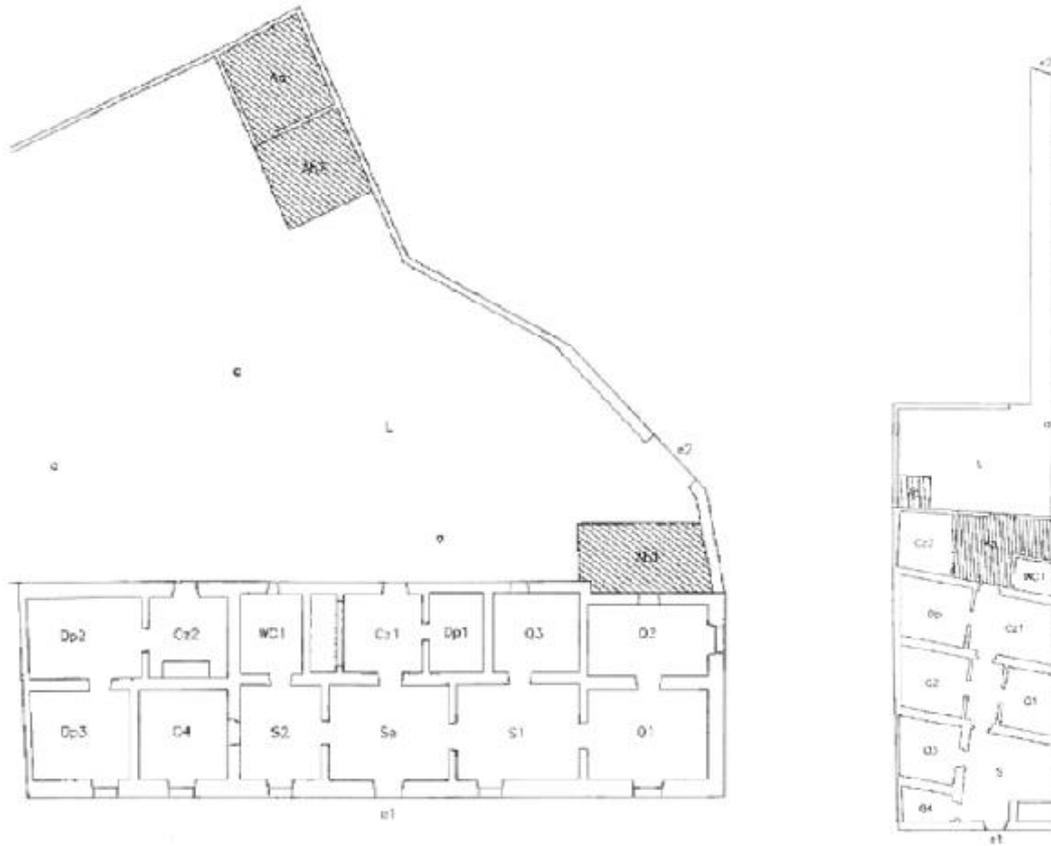


Figura 20. Tipologias de antigas casas da Luz. Exemplos de casas sem corredor de ligação (esquerda) e com corredor de ligação (direita) (João Figueira, 1997)

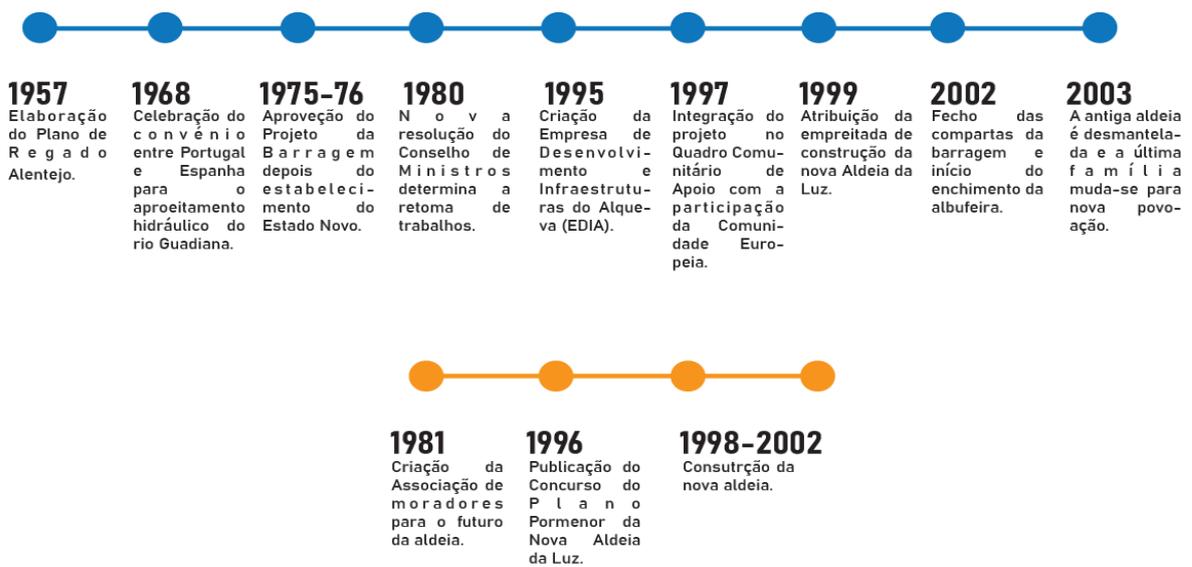


Figura 21. Linha do tempo com os acontecimentos prévios à construção do Alqueva. Em azul, as datas mais relevantes do projeto da barragem e em laranja as datas do projeto do concurso.

2.3. O projeto da barragem do Alqueva

Nesta secção, pretende-se abordar de forma concisa o processo de criação da barragem (Figura 21), desde a sua legalização até a logística envolvida no projeto. Importa destacar que esta é a maior infraestrutura de aproveitamento de força da água em território português. O projeto representa não só um símbolo de progresso para o país, mas também um impulso económico para a região. O Alentejo, uma das zonas mais subdesenvolvidas da Europa, enfrenta diversos desafios geográficos que dificultam a implementação de infraestruturas e a conectividade. O solo árido, a alta percentagem de população envelhecida e a escassez de recursos hídricos contribuem a esta realidade.

Para a explicação do tema é necessário perceber o que estava a acontecer na época em Portugal. A ditadura de Salazar¹² impôs severas limitações ao país em diversos aspetos. A ideologia protecionista e a insistência em manter um país pequeno resultaram na falta de investimento em vários setores, sendo a agricultura um dos mais afetados. Em contraste, Espanha beneficiava-se de apoios constantes para o desenvolvimento agrícola. O Alentejo, a região mais seca de Portugal, só viu surgir uma proposta de regadio em 1957.

O objetivo era de se beneficiar dos rios que passam pela região para qualquer projeto hidroelétrico e para isto era necessário a autorização de Espanha¹³. Apenas em 1968, ambos países chegaram a um acordo que permitiu a Portugal usufruir da água do rio para a criação da barragem. Depois do fim da ditadura de Salazar, houve a aprovação oficial do projeto deixando tendo algum anos de intervalo até ter a nova resolução de Ministros para retomar o projeto em 1980.

Em 1981 cria-se o a Associação de Moradores da Luz com o objetivo de proteger os interesses dos moradores sendo evidente a necessidade da criação da barragem que futuramente iria a consumir a antiga aldeia. Foi necessário reconhecer que iria ser preciso um trabalho participativo entre os vencedores do concurso e os moradores. Além disto, no ano de 1996 foi o lançado o Concurso do Pormenor da Nova Aldeia da Luz com o intuito de ruir várias soluções urbanas.

¹² A ditadura de Salazar, chamada de Estado Novo, fez parte da história de Portugal nos anos de 1933 até 1974. Foi um regime autoritário liderado por Salazar, onde houve censura e repressão política por meio de uma ideologia de nacionalismo conservador. Terminou com a Revolução dos Cravos dando fim aos acentamentos coloniais e o início da democracia da Republica.

¹³ A autorização pedida foi por causa de acordos internacionais sobre o uso de recursos hídricos sendo que eles atravessam fronteiras. Portugal teve de ceder, em 1969, uma parte da produção elétrica da futura barragem de Sela em troca.



Figura 23. Imagem representativa da cota original do Rio Guadiana e a nova cota depois da construção da barragem (EDIA, 2006)



Figura 22. Imagem aérea da barragem do Alqueva (RODIO, 1999)

Foi somente no ano de 1995 que criou-se a EDIA. Esta etapa é crucial para a história da barragem, sendo necessária uma entidade que respondesse a qualquer percance do projeto. Processos administrativos, estudos ambientais e organização do calendário foram geridos pela empresa. O projeto do Alqueva ocupou uma grande parte de território que fazia parte do centro-sul alentejano.

A questão de viabilidade económica foi uma das maiores incógnitas a resolver e só em 1997, a Comunidade Europeia integrou o projeto dentro do Quadro Comunitário de Apoio. A construção da nova aldeia foi a partir de 1998 até 2002. O objetivo era ter a nova aldeia construída para quando as portas da barragem fecharem, a antiga aldeia estivesse desmantelada e os habitantes já se encontrariam a usufruir da nova aldeia.

A justificação principal para a construção do Alqueva, para além da significativa produção de energia, era a alteração do rio Guadiana de forma a permitir o aproveitamento da barragem com um lago artificial. Este evento resultaria na alteração da cota da água (Figura 23). A cota normal do rio era de 90, que passou para a cota 152, representando o nível máximo de água que a barragem pode suportar. Sabia-se que alguns vestígios arqueológicos, como o Castelo da Lousa, assim como construções nas proximidades da aldeia e a própria aldeia, seriam submersos.

“... é aproveitar essa água quando ela está disponível e utilizá-la quando não está, e garantir o abastecimento necessário para a população, mas também para as culturas que precisam de ser irrigadas em caso de escassez.” (SALEMA, 2022)

O projeto gerou comentários mixtos no sentido que a construção da barragem (Figura 22) representava um bem geral para o desenvolvimento do país, mas ao mesmo tempo houve pessoas que duvidaram do potencial da exploração da água com a justificação do grande impacto ambiental.

15 — Data de recepção do anúncio, para publicação, na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P. — 28 de Setembro de 1995.

BRISA — Auto-Estrada do Portugal, S. A., 28 de Setembro de 1995. — A Administração: (4) 200910000; (0) 217519

CASA DO POVO DO MAXIAL — MAXIAL

- 1 — Empresa adjudicatária pela Casa do Povo do Maxial, Maxial, Torres Vedras (telefone: 061 912092).
2 — Modalidade do concurso — concurso público nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 406/93, de 10 de Dezembro, de Torres Vedras.
3 — Local de execução — Maxial, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa.
4 — Descrição da empreitada — obras de ampliação do Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial.
5 — Prazo máximo de execução da obra — 270 dias, nas condições do caderno de encargos.
6 — O processo de concurso pode ser consultado ou pedido no Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial, Maxial, 2560 Torres Vedras (telefones: 061 912092) durante as horas normais de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos), cujo valor das cópias é de 25 000\$.
7 — O processo de concurso pode ser consultado ou pedido no Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial, Maxial, 2560 Torres Vedras (telefones: 061 912092) durante as horas normais de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos), contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob regime e com aviso de recepção.
8 — O processo de concurso pode ser consultado ou pedido no Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial, Maxial, 2560 Torres Vedras (telefones: 061 912092) durante as horas normais de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos), contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob regime e com aviso de recepção.
9 — O processo de concurso pode ser consultado ou pedido no Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial, Maxial, 2560 Torres Vedras (telefones: 061 912092) durante as horas normais de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos), contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob regime e com aviso de recepção.
10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente em sociedade externa, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do contrato.
11 — Os concorrentes deverão ser possuidores do alvará de construtor civil, obra pública, contendo as seguintes autorizações (Decreto-Lei n.º 100/83), abrangida à categoria da obra e valor da proposta.
12 — O prazo de validade das propostas é de 90 dias contados a partir da data do acto público do concurso.
13 — A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, atendendo aos seguintes critérios, por ordem decrescente da sua importância:
a) Garantia de boa capacidade técnico-financieira;
b) Condições mais vantajosas de preço;
c) Condições mais vantajosas de prazo;
d) Condições mais vantajosas de prazo.
14 — Não aplicável.
15 — Não aplicável.
Maxial, 22 de Setembro de 1995. Adérito Gil da Costa Franco — António Alexandre Ferreira — Fernando da Cunha — Duarte Lázaro — José Oliveira da Silva — Adriano Duarte Gomes. (0) 21 751 910

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA, S. A.

Concurso público internacional para execução da empreitada principal da construção do aproveitamento hidroeléctrico do aproveitamento da fme múltiplas do Alqueva.

1 — Entidade adjudicante — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., com sede na Rua de Barreira, 16, 7800 Beja, Portugal (telefone: (084)329700; telefax: (084)328780).

- 2 — Objeto da empreitada — empreitada principal de construção do aproveitamento hidroeléctrico do aproveitamento da fme múltiplas do Alqueva.
3 — Descrição — o processo do concurso pode ser consultado ou pedido por escrito à entidade adjudicante, em sua sede, dentro das horas normais de expediente, até à data limite para a apresentação de propostas. O fornecimento de cópias será efectuado mediante o pagamento imediato de 200 000\$, o que acresce o IVA à taxa legal, em dinheiro ou em cheque emitido a favor da Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A.
4 — Condições mínimas do empreiteiro — só serão admitidos concorrentes titulares de alvará nacional de construtor de obras públicas de 1.ª subcategoria de 2.ª categoria e de classe correspondente ao valor da sua proposta, os concorrentes que reúnam as condições especificadas no programa do concurso.
5 — Categorias — para serem admitidos os concorrentes de obras deverão prestar caução de valor não inferior a 10 das suas propostas. O concorrente preferido deverá prestar caução no valor de 5% do total do contrato, antes da sua celebração. As caucões podem ser prestadas por depósito em dinheiro ou em títulos, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.
6 — Apresentação das propostas — as propostas deverão dar entrada na sede da entidade adjudicante, em Beja, até às 18 horas do dia 2 de Janeiro de 1996, podendo ser redigidas em língua portuguesa ou qualquer outra língua, desde que, neste caso, sejam acompanhadas da respectiva tradução, com excepção da proposta de preço, a qual deverá ser sempre redigida em língua portuguesa.
7 — Prazo de validade das propostas — 110 dias contados a partir da data do acto público, extensamente prorrogáveis por mais 45 dias.
8 — Agapantamento — podem concorrer agrupamentos de empresas, que deverão assinar-se obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, em regime de responsabilidade solidária.
9 — Tipo de empreitada e modalidades de pagamento e financiamento — a empreitada é por série de preços, com alguns tipos de trabalhos por preço global, tendo os pagamentos efectuados por avaliação das quantidades realizadas, de acordo com o regime definido no caderno de encargos. O financiamento está assegurado por fundos públicos, tendo sido solicitada a comparticipação comunitária.
10 — Acto público do concurso — o acto público terá lugar às 10 horas do dia 3 de Janeiro de 1996, no Salão Nobre do Governo Civil de Beja, na Rua de D. Nuno Álvares Pereira, em Beja, podendo assistir à abertura das propostas os concorrentes ou as pessoas que para o efeito estiverem devidamente credenciadas.
11 — Prazo de execução da obra — 65 meses contados a partir da consigação da obra.
12 — Critérios de apreciação das propostas — proposta mais vantajosa, tendo em conta os critérios fixados no programa do concurso e no caderno de encargos, pela ordem de:
13 — Outras informações — a entidade adjudicante reserva o direito de fazer a adjudicação global ou parcial ou de não fazer qualquer adjudicação.
14 — O anúncio de pré-informação e o anúncio do concurso foram enviados para publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias em 20 de Setembro de 1995 e nesta data, respectivamente.
Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., 23 de Setembro de 1995. — O Presidente do Conselho de Administração, Adérito V. Ferreira.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 3/95

Concurso público internacional n.º 3/95 no âmbito da União Europeia para a elaboração do projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz.

1 — Entidade promotora — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., sita na Rua de Barreira, 16, 7800 Beja (telefone: (084)329700; fax: (084)328780).

2 — Modalidade do concurso — concurso público internacional, no âmbito da União Europeia.

3 — Condições de participação no concurso — podem concorrer equipas profissionais constituídas por profissionais independentes e empresas em nome individual ou societárias, habilitadas a exercer a actividade de estudos e projectos de ordenamento do território, planeamento urbanístico e arquitectura, bem como agrupamentos de empresas, nos termos previstos no regulamento; as equipas deverão constituir-se em pessoa colectiva, devendo ter como objecto social a elaboração de estudos e projectos no âmbito das especialidades atrás mencionadas.

4 — Caracterização do estudo: Local da área de intervenção — freguesia da Luz, concelho de Mourão, distrito de Évora; Descrição do estudo — o concurso é de uma fase, sujeita a concurso e consistirá na elaboração de um estudo prévio simplificado, com vista à selecção a melhor proposta de solução para a elaboração do projecto de plano de pormenor e projecto das infra-estruturas e dos edifícios habitacionais da nova Aldeia da Luz.

5 — Inscrição — a inscrição no concurso far-se-á no local indicado no n.º 1.

6 — Documentação: O processo do concurso encontra-se patente, para efeitos de consulta ou aquisição, no local atrás designado, durante as horas normais de expediente, desde a data de publicação deste anúncio no Diário da República, até ao dia e hora do acto público e, apenas para consulta, nos locais da Associação dos Arquitectos Portugueses.

7 — Data e hora limite para recepção dos trabalhos — os trabalhos deverão dar entrada até às 17 horas do último dia de prazo previsto para a sua entrega (de duas horas após a data de publicação deste anúncio no Diário da República), no local indicado no n.º 1, admitindo-se uma tolerância máxima de 30 minutos.

8 — Juri — a classificação dos trabalhos será feita por um juri de selecção constituído por um representante da entidade promotora e integrará, para além deste: Um representante designado pela Câmara Municipal de Mourão; Um representante designado pela Junta de Freguesia da Luz; Um arquitecto designado pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo; Um arquitecto designado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico; Um arquitecto designado pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo; Um engenheiro agrónomo designado pela Direcção Regional de Agricultura do Alentejo; Um arquitecto designado pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A.; Um arquitecto designado pela Associação dos Arquitectos Portugueses.

9 — Prémios — serão atribuídos os seguintes prémios: 1.º classificado — 4 500 000\$; 2.º classificado — 2 500 000\$; 3.º classificado — 1 500 000\$; Menções honoríficas — 750 000\$, até ao limite de duas e nas condições estabelecidas no regulamento.

10 — Critérios de avaliação dos trabalhos — serão, por ordem decrescente da sua importância, os seguintes: Cumprimento do programa preliminar; Qualidade da solução urbanística, entendida nas seguintes componentes: Integração na envolvente; Integração urbano-rustral; Equipamento ecológico-paisagístico; Perpetuação histórica, inovação urbanística e arquitectónica; Equilíbrio da solução numa perspectiva equilibrada entre custo e qualidade.

11 — Data de envio do anúncio para publicação — o presente anúncio foi enviado, nesta data, para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

12 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., para publicação no Diário da República — 27 de Setembro de 1995.

Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., 23 de Setembro de 1995. — O Presidente do Conselho de Administração, Adérito Ferreira.

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL

1 — Entidade adjudicatária — Fundação António da Silva Leal, com delegação na Rua de São Pedro, 28, 3000 Faro (telefone: (089)307371; fax: (089)307544).

2 — Concurso público, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 406/93, de 10 de Dezembro.

3 — Local de execução da obra — Rua de São Pedro, 28, 3000 Faro. Objeto da empreitada — aquisição e renovação de ex-casa do Compromisso Marítimo de Faro.

4 — O prazo de execução da empreitada é de cinco meses, incluindo sábados, domingos e feriados, não se admitindo prazos inferiores.

5 — O acto público, o programa de concursos, caderno de encargos e demais documentação complementares podem ser consultados na delegação da Fundação António da Silva Leal, sito na Rua de São Pedro, 28, 3000 Faro, durante as horas normais de expediente. Para se obter o processo de concurso é necessário apresentar o pedido por escrito na delegação da Fundação António da Silva Leal, sito na Rua de São Pedro, 28, 3000 Faro, dentro do primeiro tempo do prazo fixado para a entrega de propostas.

6 — O custo dos elementos referidos no n.º 5, acima cit., é de 30 000\$, incluindo o imposto de 10 000\$, do programa de concurso e caderno de encargos, mapa de trabalhos e memórias descritivas, ambos com exclusão do IVA à taxa legal.

7 — O processo de concurso pode ser consultado ou pedido no Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial, Maxial, 2560 Torres Vedras (telefones: 061 912092) durante as horas normais de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos), contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob regime e com aviso de recepção.

8 — O processo de concurso pode ser consultado ou pedido no Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial, Maxial, 2560 Torres Vedras (telefones: 061 912092) durante as horas normais de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos), contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob regime e com aviso de recepção.

9 — O processo de concurso pode ser consultado ou pedido no Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial, Maxial, 2560 Torres Vedras (telefones: 061 912092) durante as horas normais de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos), contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob regime e com aviso de recepção.

10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente em sociedade externa, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do contrato.

11 — Os concorrentes deverão ser possuidores do alvará de construtor civil, obra pública, contendo as seguintes autorizações (Decreto-Lei n.º 100/83), abrangida à categoria da obra e valor da proposta.

12 — O prazo de validade das propostas é de 90 dias contados a partir da data do acto público do concurso.

13 — A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, atendendo aos seguintes critérios, por ordem decrescente da sua importância: a) Garantia de boa capacidade técnico-financieira; b) Condições mais vantajosas de preço; c) Condições mais vantajosas de prazo; d) Condições mais vantajosas de prazo.

14 — Não aplicável.

15 — Não aplicável.

16 — Não aplicável.

17 — Não aplicável.

18 — Não aplicável.

19 — Não aplicável.

20 — Não aplicável.

21 — Não aplicável.

22 — Não aplicável.

23 — Não aplicável.

24 — Não aplicável.

25 — Não aplicável.

26 — Não aplicável.

27 — Não aplicável.

28 — Não aplicável.

29 — Não aplicável.

30 — Não aplicável.

31 — Não aplicável.

32 — Não aplicável.

33 — Não aplicável.

34 — Não aplicável.

35 — Não aplicável.

36 — Não aplicável.

37 — Não aplicável.

38 — Não aplicável.

39 — Não aplicável.

Figura 24. Anúncio do Concurso da Nova Aldeia da Luz (Diário da República, 1995)

2.4. O lançamento do CPPNAL

No contexto deste estudo, o concurso da Nova Aldeia da Luz assume-se como um dos vários elementos fundamentais para o desenvolvimento do projeto do Alqueva. A elevação da cota do Rio Guadiana evidencia a necessidade de procurar um novo local para a povoação da Luz. Perante esta situação, a EDIA recorre ao concurso como ferramenta inicial no processo de indemnização pelos impactos resultantes da construção da barragem.

O objetivo do concurso era claro: encontrar a melhor solução arquitetónica dentro da tipologia de concurso definida. Originalmente, o Concurso do Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz foi concebido como um concurso de uma única fase (Figura 24), no qual se procuravam propostas arquitetónicas para o futuro plano geral da aldeia. O regulamento estabelecia que se tratava de um concurso de carácter público e internacional. Além disso, este evento tratou-se de um concurso de ideias que exigia uma abordagem com um elevado grau de viabilidade técnica, dada a urgência na concretização do projeto. No entanto, após do veredito final do júri, a equipa vencedora optou por centrar-se exclusivamente no desenvolvimento do plano geral da aldeia e nas tipologias habitacionais, deixando em aberto a necessidade de um novo concurso interno. Como resultado, o concurso acabou por decorrer em duas fases, sendo a segunda destinada ao desenho dos equipamentos necessários para a nova aldeia, contando com a participação direta dos primeiros classificados e da menção honrosa da fase inicial.

O concurso foi direcionado a profissionais independentes organizados em equipas que trabalharam nas suas respostas a responder a necessidade da elaboração do CPPNAL. Foi de grande importância a sensibilidade dos profissionais perante a este objetivo, pois era necessário trabalhar em diferentes escalas sempre tendo em conta a história da aldeia. Adicionalmente, a delimitação do tipo de concurso incluiu a definição de uma lista de profissionais que deveriam integrar a equipa projetista. Para além do coordenador, eram exigidos os seguintes colaboradores com experiência em:

- Ordenamento do Território
- Planeamento Urbanístico
- Arquitetura e Renovação Urbana
- Arquitetura paisagista
- Sociologia e Economia Rural
- Arqueologia e História



Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 3/95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ

ANÚNCIO

1. Entidade adjudicante: Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A., com sede na Rua da Barreira, n.º 16, 7900 Beja, Portugal, telefone (084) 310400 e telecópia (084) 310401. .
2. Processo de adjudicação: Concurso público.
3. Categoria de serviço e descrição: Elaboração do projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz e Tarefas Complementares, do Projecto de Execução dos Pavimentos e Paisagismo e do Projecto de Execução das Infra-estruturas e Habitações, bem como a respectiva Assistência Técnica às obras.
4. Data de adjudicação do contrato: 18.09.1996. .
5. Critérios de adjudicação do contrato, por ordem decrescente de importância:
 - Cumprimento do programa Preliminar;
 - Qualidade da solução urbanística, entendida nas componentes de integração na envolvente, integração urbano-rural, enquadramento ecológico-paisagístico, e perspetivação histórica, inovação urbanística e arquitectónica;
 - Exequibilidade da solução numa perspetiva equilibrada entre custo e qualidade.
6. Número de propostas recebidas: 11
7. Prestador de serviços: Equipa Projectista coordenada pelo Arquitecto João Francisco Figueira da Silva, residente na Rua Afonso Martins Alho, n.º 107, 1.º, 4050 Porto, Portugal.
8. Preço: 74.914.000\$00 (setenta e quatro milhões, novecentos e catorze mil escudos).
9. Data de publicação do anúncio de concurso no Jornal Oficial das Comunidades Europeias: 10.10.1995.
10. Data de envio do presente anúncio:
O presente anúncio foi enviado, nesta data, para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.
11. Data de recepção do anúncio pelo SPOCE:
Lisboa, 18 de Setembro de 1996

O Presidente do Conselho de Administração
Adérito Vicente Serrão

Figura 25. Anúncio do CPPNAL de parte do promotor (EDIA, 1995)

- Direito Fundiário
- Infraestruturas Urbanísticas

Foi assim que, em 1995, através do DR, foi anunciado o “Concurso Público Internacional Nº3/95 no âmbito da União Europeia, para a elaboração do projecto de plano de pormenor da Nova Aldeia da Luz”. O documento (Fig. 25) esclarecia que a EDIA era a principal promotora do concurso e que se propunha criar uma comissão com o objetivo de assegurar uma melhor compreensão e gestão do processo concursal. Esta mesma comissão faria parte da gerência do projeto e seria parte do júri concurso.

Esta comissão é constituída pelos seguintes representantes¹⁴:

- Câmara Municipal de Mourão (José Manuel Santinha Lopes)
- Junta de Freguesia da Luz (Francisco Simão Lopes de Oliveira)
- Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (Arq. Humberto Sousa Branco)
- Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (Dr. Rafael António Ezequiel Alfenim)
- Direção Regional de Agricultura do Alentejo (Eng. Francisco Miguel Pires da Silva Correia)
- Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo (Arq. Paisagista Maria Rosário Ramalho)
- Direção dos Serviços Regionais de Estradas do Sul
- Associação dos Arquitetos Portugueses (Arq. Maria Manuel T. Pinheiro Fazenda)
- Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. (Arq. Nuno Teotónio Pereira e arq. Maria João Gaudêncio Simões George)

Em relação a esta lista de entidades, é importante destacar que a diversidade de responsáveis tinha como objetivo supervisionar o concurso, tanto no âmbito profissional como em questões administrativas. Isto significa que a compressão global do concurso era assegurada por representantes que exerciam as suas competências de acordo com a sua prática profissional no território. Assim, os três primeiros constituíam os principais atores administrativos do território, enquanto os restantes estavam relacionados a temas específicos e agentes descritivos do mesmo.

¹⁴ Informação obtida do documento de Regulamento do Concurso Público Internacional da Nova Aldeia da Luz.

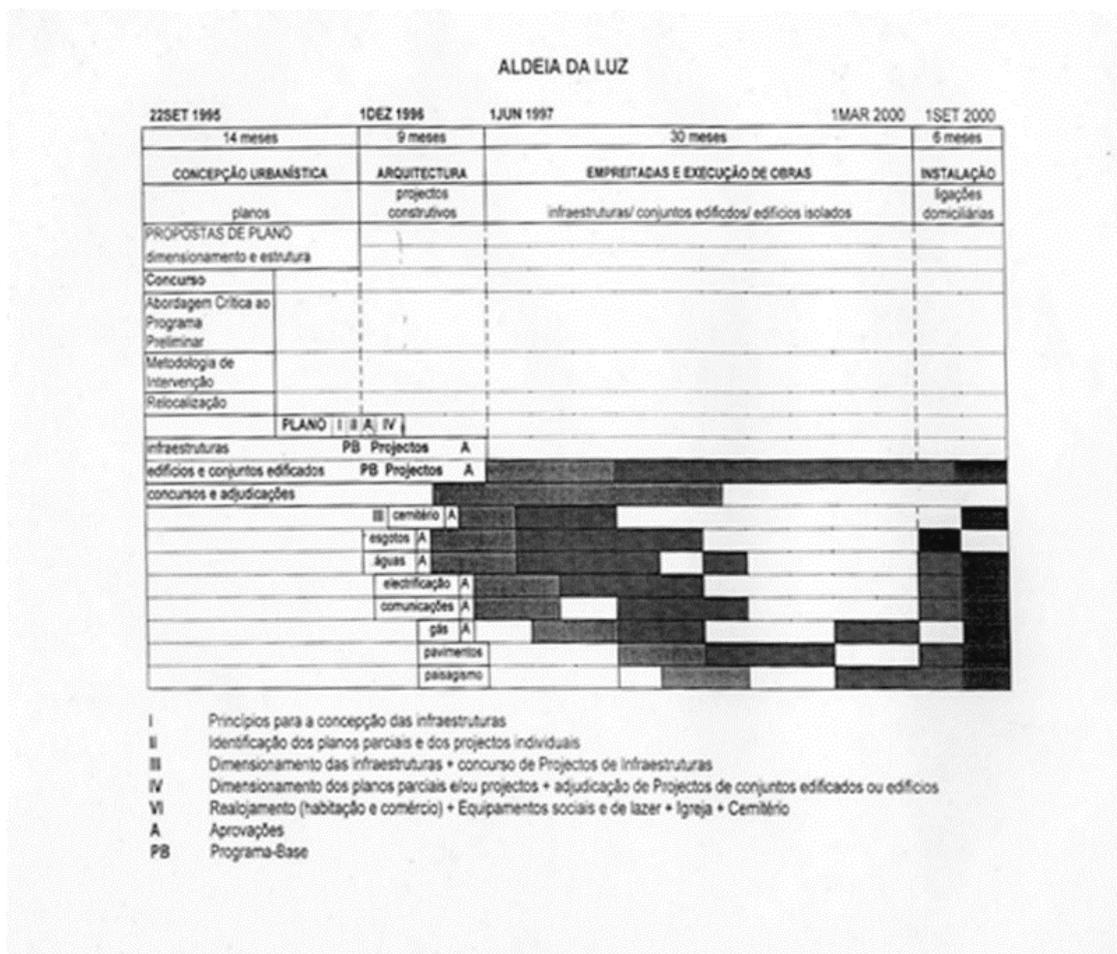


Figura 26. Calendario estabelecido para o desenvolvimento do concurso e construção da NAL (EDIA, 1996)

- Acessos, redeviária interna, saneamento básico, cemitério, infraestruturas elétricas, sistema de comunicações, sistema de abastecimento e distribuição de gás.

No realojamento entendem-se as seguintes valências:

- Propriedade rústica, alojamentos, comércio local, oficinas e artesanato e equipamento urbanos:

- Centro de dia
- Posto de saúde
- Sede da Junta da Freguesia
- Escola Primária
- Cooperativa (sítio de festas)
- Igreja
- Jardim infantil
- Campo de jogos
- Mercado
- Jardim público
- Praça de Touros

Resulta essencial reconhecer o esforço do júri em procurar validar todas as propostas de projeto relacionadas com estas áreas. Tratando-se de um processo sensível que exige um elevado envolvimento de pessoas e esforços, estas ramificações fazem parte da descrição rural da Aldeia da Luz e estão sempre interligadas devido à dimensão reduzida da aldeia. Apesar disso, existem algumas áreas que não estão diretamente relacionadas com a arquitetura, mas sim com outros temas que acrescentam valor ao processo concursal. O reconhecimento do contributo de outras áreas potencia a experiência dos arquitetos coordenadores ampliando o seu conhecimento em diferentes domínios.

De acordo com o documento do DR, 193/184, publicado no dia 10 de novembro de 1995, a distribuição dos prémios será feita da seguinte maneira:

- 1º lugar: 4 500 000 Esc
- 2º lugar: 2 500 000 Esc
- 3º lugar: 1 500 000 Esc
- Menção honrosa: 750 000 Esc

De acordo com Programa Preliminar, informa-se da ocupação em área da AAL usando 5.09, sendo que 3.83ha iam ser submersas pelo Alqueva. Em adição, sublinha-se a existência de 181 prédios rústicos com uma área aproximada de 500 ha. Tendo em consideração com o Inquérito feito à população, revelou-se as seguintes informações: existiram 214 edifícios dos quais 200 tratam-se de habitação. Para além disso, incluem-se 8 unidades de comércio e artesanato.

3. Propostas

As informações descritas neste capítulo mostram o processo de desenvolvimento das propostas selecionadas como casos de estudo. Expõe-se em detalhe a constituição dos profissionais nas equipas, a interpretação do CE, o percurso de conceção da metodologia de abordagem das propostas, as referências arquitetónicas usadas e as características dos resultados de cada proposta.

Foram analisadas duas propostas escolhidas no contexto do CPPNAL, tendo como base as informações obtidas na entrevista feita aos arquitetos Pedro Pacheco (PP) e Pedro Bandeira (PB). A importância deste estudo reside nas aprendizagens adquiridas pelos arquitetos durante o processo do concurso tendo em conta as diferentes abordagens ao problema gerador do concurso.

Palavras-chave: trabalho em equipa, etapas, referência, propostas, calendário.

Personagens: Pedro Pacheco, Pedro Bandeira, João Figueira.

3.1. Metodologia da análise

A metodologia adotada fundamenta-se na recolha de dados empíricos por meio de uma entrevista, sendo complementada pela consulta de documentos físicos como painéis, memórias descritivas, esboços e outros materiais gráficos. Esta abordagem permitiu revelar o discurso dos arquitetos tendo uma leitura crítica e detalhada das propostas, revelando as estratégias conceptuais de cada proposta.

A escolha de possíveis colaboradores da pesquisa começou com a identificação dos autores das propostas premiadas, tendo em conta os primeiros lugares e a menção honrosa. Estas propostas destacam-se pela sua capacidade de resposta perante o CE e pela diversidade de soluções apresentadas. O processo de seleção, contudo, apresentou limitações; em alguns casos pela inatividade de alguns ateliers ou a indisponibilidade de alguns arquitetos para participar na pesquisa; noutros, apesar da realização das entrevistas, não foi possível obter a documentação suficiente para sustentar a análise.

As propostas analisadas foram, portanto, selecionadas de acordo com a relevância dos resultados obtidos no concurso e pela viabilidade de colaboração tendo um cruzamento de informação entre o discurso e o material projetual, que facilitou a compreensão do processo de cada equipa.

Foi desenvolvido um questionário como ferramenta para estruturar a entrevista, organizando em torno de quatro tópicos principais; ateliers e concursos, publicação do concurso, distribuição do trabalho e anúncio dos vencedores. No total, foram formuladas dezasseis perguntas dispostas de forma cronológica para facilitar a interligação entre eventos e experiências, refletindo-se no resultado final.

3.2. Proposta n.º.495809 (PP)

Este subtema analisa o percurso da equipa responsável pela proposta n.º 495809, desde a sua participação no concurso a submissão final da proposta, com o objetivo de compreender as decisões tomadas ao longo do processo projetual. Através da entrevista conduzida com o representante da equipa, procura-se identificar os elementos determinantes que contribuíram para a atribuição do terceiro lugar e, posteriormente, para a seleção da equipa para o desenvolvimento do conjunto Museu da Luz-Cemitério-Igreja. Neste enquadramento, são considerados fundamentais tanto os acontecimentos que marcaram o processo como as reflexões que sustentaram cada escolha, dando importância aos elementos gráficos nos painéis da proposta.

A pessoa entrevistada foi o arquiteto Pedro Pacheco que foi o representante da equipa da Proposta 495809. A entrevista decorreu presencialmente no seu atelier, localizado na Calçada do Correio Velho, n10, em Lisboa, e teve uma duração de três horas. Esta conversa foi particularmente enriquecedora, não só pelo detalhamento das reflexões do arquiteto sobre o concurso, mas também pela organização do seu arquivo, que inclui documentos relevantes como esboços, painéis, memória descritiva e CE conceitual. Além disso, a entrevista permitiu uma imersão nas experiências dos profissionais envolvidos prévio ao concurso, os desafios enfrentados pela equipa durante o concurso e o trabalho que marcou a vida profissional dos envolvidos.

3.2.1. Apresentação da entrevista

A entrevista explora a trajetória profissional do arquiteto, desde a sua formação académica até os primeiros anos de carreira. Um dos aspetos mais relevantes é o seu interesse pelos concursos de arquitetura, algo que começou nos últimos anos do ensino superior e se reflete nas suas sucessivas participações. Assim, procurou-se compreender como essa experiência moldou as suas áreas de interesse e especialização. Além disso, a análise da sua trajetória profissional permite contextualizar as escolhas e abordagens adotadas na proposta apresentada ao concurso.

A pergunta inicial do questionário procurou perceber se o entrevistado considera os concursos de arquitetura serem uma ferramenta útil na prática profissional e na investigação em arquitetura. Além disso, questionou-se se a participação nestes concursos aumentou as possibilidades de obtenção de novas encomendas de projeto. Perante isto, o arquiteto afirmou que os concursos são uma ferramenta extremamente rica em pensamento e estratégia de investigação porque são eventos completos.

O entrevistado descreveu aos concursos como momentos de síntese e desafio, pois envolvem a resolução de um problema que abrange várias questões, como o lugar, o território, a estratégia, a descrição textual, a representação gráfica, a arquitetura, as engenharias, entre outras. PP destacou ainda que esta multiplicidade de temas, sempre relacionada com um contexto específico, exige que as equipas abordem de forma clara e fundamentada todos os aspetos da proposta, garantindo uma argumentação sólida.

“Obviamente que fazer concursos aumenta a possibilidade de ter acesso a um tipo de encomenda que, de outras formas, é quase impossível ter” (PACHECO, 22/02/2025)

O entrevistado mencionou exemplos de encomenda pública e edifícios de grande escala, que frequentemente resultam da participação em concursos públicos, a nível nacional como internacional. Acrescentou ainda que este fenómeno tem um impacto ainda maior para os jovens arquitetos, pois amplia as oportunidades de acesso a determinados tipos de encomenda. Por fim, o arquiteto sublinhou que o Concurso da Nova Aldeia da Luz fez parte deste aprendizagem, permitindo testar experiencias e reafirmar conhecimentos.

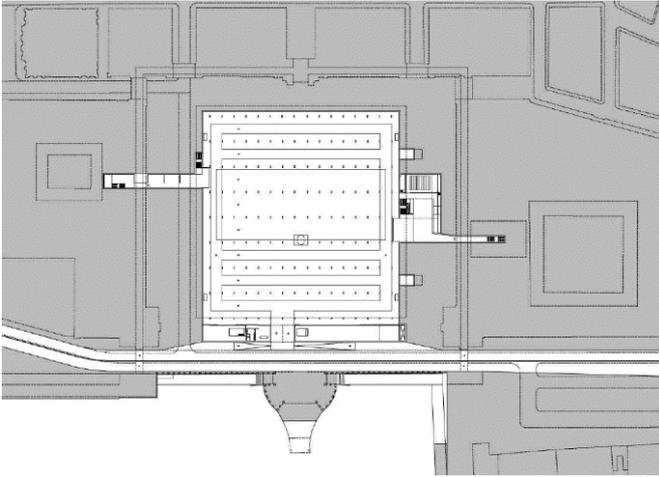


Figura 27. Proposta do Terreiro do Paço de PP e José Adrião, planta da cave (PP, 1992)

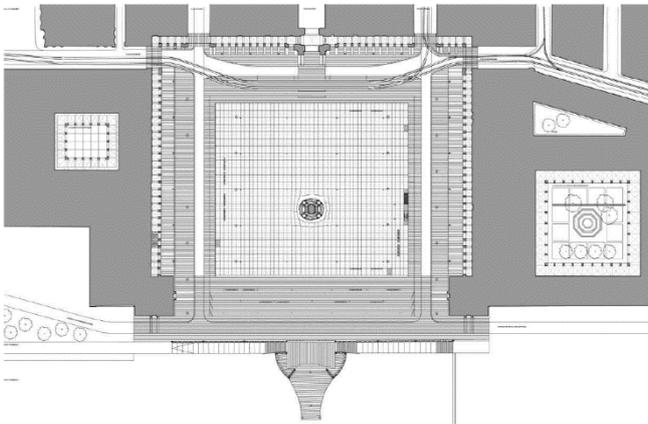


Figura 28. Proposta do Terreiro do Paço de PP e José Adrião, RDC. (PP, 1992)



Figura 29. Anúncio oficial da II Trienal de Arquitetura de Sintra (Câmara Municipal de Sintra, 1993)

A segunda pergunta tratou das experiências anteriores ao Concurso da Nova Aldeia da Luz, procurando saber se o entrevistado estava habituado a participar individualmente ou em grupo. O arquiteto respondeu que sempre trabalhou em colaboração, destacando a importância de formar equipas multidisciplinares adaptadas a cada concurso, de forma a responder da melhor forma aos desafios específicos de cada projeto.

Além disso, o arquiteto mencionou que participou em vários concursos em parceria com Marie Clement, Frédéric Bonnet e José Adrião. PP elaborou uma lista dos concursos em que esteve envolvido, destacando a sua primeira participação em 1990, no concurso para a Fundação Académica do Porto. Nessa ocasião, o entrevistado desenvolveu uma proposta em colaboração com José Adrião, antigo colega da universidade, alcançando o quarto lugar. Este resultado serviu de base para a futura participação em novos concursos.

Seguidamente, o entrevistado mencionou a sua participação no Concurso para o Terreiro do Paço (Figura 27)(Figura 28), em 1992. A sua colaboração com o arquiteto José Adrião outorgou-lhes o primeiro prémio. Este concurso estava relacionado com a valorização do património e da história da Baixa Pombalina, focando-se na requalificação do espaço que na altura era utilizado como estacionamento. O objetivo deste concurso era devolver a possibilidade de usufruir este terreiro como espaço público para as pessoas.

A sua terceira participação foi no Concurso de Ideias para a Reabilitação da Igreja e do Claustro do Convento de São Francisco de Santarém, em 1993. Este projeto envolveu um edifício de grande escala e importância patrimonial com a possibilidade de introduzir novos elementos no interior dele. Para o final do concurso, o arquiteto obteve a primeira menção honrosa.

O entrevistado mencionou ainda a sua participação na Segunda Trienal de Arquitetura de Sintra¹⁵ (Figura 29), em 1993. Este evento teve como tema “A Arquitetura em Manifesto – Reabilitação e Utopia” e o concurso desenvolvido centrou-se na intervenção de uma ruína, explorando o diálogo da envolvente com a arquitetura.

¹⁵ Com o tempo, acabou-se por transformar na Trienal de Arquitetura de Lisboa.

A participação a seguir foi no Concurso do Mercado Municipal da Ramalde, que aconteceu em 1994 na cidade do Porto. Localizado no bairro da Ramalde, que na altura ainda tinha restos de terreno rural, o objetivo do concurso era obter uma proposta que respondesse à questão da elaboração do programa do mercado que lhe concedesse o carácter catalisador do bairro.

Para finalizar a lista de concursos onde o arquiteto participou prévio ao Concurso da Nova Aldeia da Luz, o entrevistado reafirmou a importância das equipas multidisciplinares. Ao mesmo tempo, PP mencionou o exemplo do Concurso do Terreiro do Paço como evento marcante na geração de arquitetos¹⁶ da altura devido ao constante trabalho em conjunto com arquitetos paisagistas. Nesta década ainda houve uma série de concursos que deixaram em evidência a necessidade de equipamentos públicos.

A terceira pergunta procurou questionar a existência de algum projeto em específico onde o entrevistado tenha sentido que serviu de preparação para o Concurso da Nova Aldeia da Luz. O arquiteto respondeu que existiram duas instâncias onde ele sentiu um grande ganho de experiência. A primeira tratou-se do culminar do curso de arquitetura e todo o conhecimento que o curso lhe ofereceu. A isto adiciona-se a experiência que ganhou no estágio em Barcelona no atelier de Josep Llinàs, pelo contato com o mundo laboral e as abordagens aos espaços públicos. A segunda foi a experiência laboral obtida pelo seu trabalho com o Fernando Távora.

“Todos estes concursos foram feitos num horário pós-laboral. A experiência do atelier, a experiência profissional que da também estar envolvido com projetos de carácter patrimonial, de intervenção ao espaço público... Aprendi imenso.”¹⁷ (PACHECO, 22/02/2025)

O arquiteto finalizou por mencionar que o projeto em específico que o preparou para o Concurso da Nova Aldeia da Luz foi o Concurso do Terreiro do Paço. O entrevistado mencionou o grande desafio que representa trabalhar num novo simbolismo que acontece na junção de dois imaginários usando como exemplo dois acontecimentos que alteraram o local, sendo eles o terremoto de Lisboa em 1775 e na aldeia da Luz, a construção da barragem do Alqueva.

¹⁶ Um outro aspeto a considerar era a conformação de equipas que havia nessa altura era feita por duplas devido à experiência antecedente académica. O entrevistado menciona alguns exemplos de duplas como Bak Gordon - Carlos Vilela, Pedro Domingos - Inês Loubo e o seu exemplo de trabalho com o José Adrião.

¹⁷ Veja-se página

A quarta pergunta questionou o entrevistado sobre a relevância dos concursos no seu atelier. O arquiteto confirmou que um concurso nunca está perdido, está sempre ganho por diversos motivos. De acordo com PP, os concursos são uma porta onde se abordam uma série de temas começando pela investigação que tem de ser feita a um determinado território. Ele afirmou que o nível de exigência e intensidade é diferente entre o concurso a encomenda direta por uma questão de que na primeira instancia procura-se persuadir ao júri e na segunda o trabalho já está garantido.

Alem disto, o arquiteto afirmou ter uma grande afinidade na descrição de projetos em memórias descritivas e menciona a experiência do Terreiro do Paço como uma oportunidade de investigar e trabalhar sobre temas fascinantes em relação à história da arquitetura. O profissional terminou por dizer que quando se inicia uma discussão, muitas vezes salta para outros projetos, sendo que as experiências sedimentam futuras experiências.

O tema questionado na quinta pergunta é a forma em que o arquiteto ganhou conhecimento do concurso. O PP respondeu que não tem certeza do tema mas menciona a possibilidade do concurso ser promovido pela AAP¹⁸. Ele afirmou que a Marie Clement, amiga do trabalho, mostrava-se interessada pelo concurso e foram procurar ao Frédéric Bonnet, amigo da Marie, que tinha experiência em planeamento urbano para fazer parte da equipa. Tratando-se de um tema completamente novo, o arquiteto teve um certo fascínio com o concurso. Ele finalizou a dizer que eles poderiam ter ganho conhecimento do concurso por meio dos ateliers onde eles trabalhavam.

A sexta pergunta tratou-se da reação do arquiteto perante ao CE focando-se nas diretrizes do concursos e a liberdade para soluções inovadoras. O entrevistado afirmou que o CE era concreto e que a escolha do local de implantação ter sido um dos aspetos mais difíceis. Em relação ao programa preliminar, PP confirmou que o documento era muito claro na forma de descrever a antiga aldeia e seus aspetos sociológicos sendo um fator determinante no desenho do novo plano.

PP mencionou que considerou ao concurso como um concurso de ideias e isto outorgava-lhe mais liberdade. O arquiteto disse que não existiram condicionantes em relação à implantação do local fazendo que o arquiteto considere ser uma estratégia do próprio concurso. O entrevistado sublinhou que isto fez com que cada equipa desenvolvesse uma metodologia de acordo com a necessidade de criação de uma nova aldeia, tendo sempre em consideração a segurança com a albufeira do Alqueva.

¹⁸ Antiga Ordem dos Arquitetos.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA A
ELABORAÇÃO DO PROJECTO PROMENOR DA ALDEIA DA LUZ
FEVEREIRO 1996

Equipa de concurso:

Autores

Pedro Pacheco
Frédéric Bonnet
Marie Clément

Coordenação

Pedro Pacheco

Arquitectura e Planeamento

Pedro Pacheco
Frédéric Bonnet
Marie Clément

Colaboração

Paulo Lima
Laurent Scanga

Arquitectura Paisagista

Sebastião Carmo Pereira

Infraestruturas

G.O.P. - Gabinete de Organização e Projectos, Lda
João Sobreira (Estruturas)
Inês Sobreira (Redes de Águas e Esgotos)
Raul Barros Silva (Instalações Eléctricas)

Ordenamento do Território

Helena Alves

Geologia

Alexandre Campos de Lima

Arqueologia e História

Nuno Miguel Sousa Soares

Sociologia e Economia Rural

Manuel Carlos Silva

Joel Felizes

Acompanhamento Jurídico

António Correia de Magalhães

Fotografia

Pedro Pacheco

“A questão das soluções inovadoras acho que isso tem a ver com a forma em que cada equipa pegou no tema e valorizou os projetos relativamente aos outros porque acho que a primeira coisa que nos vem a memória foi a Malagueira” (PACHECO, 22/02/2025)

O arquiteto afirmou que embora trata-se de um exemplo de uma outra realidade, este caso tem uma proximidade cultural dentro da arquitetura portuguesa sendo que não surge em resposta a uma transformação brusca mas surge de uma forma de integração ao tecido urbano. Desta forma, ele lembrou-se deste exemplo por uma questão da leitura da linguagem arquitetónica.

A sétima pergunta tratou-se do processo da etapa de perguntas e esclarecimentos. O profissional afirma não ter sido parte do processo e explicou que a sua equipa não foi a visita guiada pelo promotor. Esta escolha foi feita de forma intencional sendo que ele procurava ter uma relação direta com o sítio e extrair ao máximo de informação de forma isolada.

O tema da distribuição do trabalho foi indagado na pergunta oito. Para isto, o entrevistado respondeu a pergunta ao descrever a função dos colaboradores e trabalho de cada um. Esta pergunta estava ligada com a pergunta nove, onde se questionou a quantidade de pessoas que trabalharam na equipa e a especialização de cada um.

Como resultado houve uma resposta em conjunto para estas duas perguntas sendo que o arquiteto confirmou que os integrantes principais eram ele, a Marie Clement e o Frédéric Bonnet. Além disso, adicionaram ao Sebastião Carmo Pereira como arquiteto paisagista e para a parte das engenharias foi escolhido o GOP (Gabinete de Obras e Projetos). PP mencionou o contato prévio que teve com o GOP sendo que eles trabalhavam muito com o Álvaro Siza e o Fernando Távora¹⁹. Para a parte da sociologia e economia rural foi escolhido o Joel Felizes para fazer parte da equipa²⁰. (Figura 30)

¹⁹ O arquiteto afirma ter conhecido a equipa do GOP prévio ao concurso e menciona o trabalho em colaboração em outros projetos, durante o concurso da aldeia da Luz com a Unidade de Projeto do Igreja-Museu-Cemitério e outros projetos a futuro.

²⁰ O entrevistado explica alguns colaboradores para o projeto do Museu da Luz, que trabalharam na parte visual e de museologia como a Catarina Alves Costa, Catarina Mourão e na parte de antropologia integraram-se a Clara Saraiva e o Benjamim Pereira.



Figura 32. Obra "Natura i signatura" (Arxiu Perejaume, 1990)

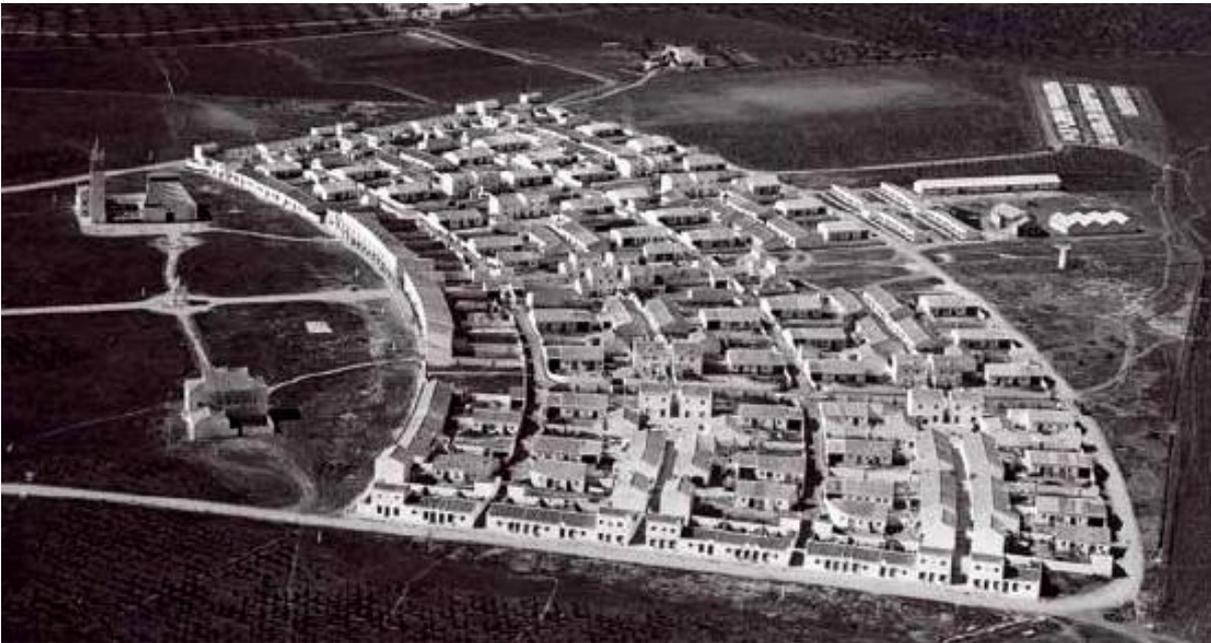


Figura 31. Imagem aérea do povoado de Esquivel, Espanha (Alejandro de la Sota, 1971)

Em relação à pergunta dez, questionou-se os elementos mais importantes em duas instâncias, a primeira sendo o desenvolvimento de uma análise crítica do local e a segunda, a proposta de solução do problema. PP começou por descrever a problemática, tratando-se do deslocamento de uma aldeia e em seguida, mencionou uma série de perguntas que equipa considerou.

“De que forma a arquitetura pode minimizar o problema da perda do lugar? Como é que se refunda um lugar que já tem quinhentos anos? Como atenuar a ideia da perda? Como é que estas pessoas se ligam à terra?” (PACHECO, 22/02/2025)

O arquiteto aplicou este conceito ao caso da aldeia da Luz no texto Aldeias Duplas. O entrevistado propôs uma abordagem dialética em que coexistissem duas aldeias: uma aldeia tem uma história carregada por mais de quinhentos anos de apropriação com a envolvente e foi construída e outra é recém-construída. PP sustentou esta perspetiva pela união destas duas realidades destacando não as suas diferenças, mas sim a proximidade que partilham no ponto de vista arquitetónico.

O entrevistado é questionado pelas principais referências utilizadas na conceção do projeto, perguntando especificamente se a equipa seguiu alguma tendência arquitetónica da época. PP afirmou que não seguiram alguma tendência arquitetónica em específico mas utilizaram uma série de referências que são muito abstratas e conceituais tendo como base a obra “Natura i signatura” (Figura 32). Esta obra cria uma dialética a partir de duas questões, a primeira tem a ver com a composição da natureza que é construída ao longo dos séculos e a segunda fala da dimensão artificial das coisas, sendo que elas se reinventam.

Ele mencionou o exemplo do termo da aldeia nova versus a aldeia antiga de Alejandro de la Sota²¹, tratando-se do caso do Esquível (Figura 31), em Sevilha. O entrevistado esclareceu que o que a equipa tomou em conta deste exemplo foi o conceito da nova aldeia e não o a planta. Alejandro de la Sota dizia que uma aldeia de nova planta tem características diferentes daquela que se formou em séculos. Sendo assim, a equipa, em de trabalhar com uma organicidade que demora anos em ser instaurada, escolhem a quadrícula ou malha como forma do tecido urbano da proposta.

²¹ Arquiteto espanhol (1913-1996) reconhecido como uma das figuras mais influentes da arquitetura moderna em Espanha no século XX. Além disto, foi conhecido pela simplicidade formal e rigor construtivo. A sua obra foi marcada pela racionalidade e pelo uso inovador de materiais industriais.



Figura 33. Extrato do filme "A minha aldeia já não mora aqui" (Catarina Mourão, 2006)

O entrevistado foi questionado sobre possíveis alterações da proposta na pergunta doze. O intuito desta pergunta era saber se a ideia estruturante sempre foi a mesma e perceber a sua evolução. Concluiu-se a pergunta questionando ao arquiteto se achou que houve elementos inovadores na sua proposta.

Ele mencionou que a participação toda foi parte de um processo onde foram acrescentando novas coisas. O arquiteto disse que a evolução da proposta foi consequência de aceitar a temporalidade das coisas, sabendo consolidar a paisagem e a adaptação do lugar ao pensar a paisagem como memória. O arquiteto mencionou o filme da Catarina Mourão (2006) (Figura 33) como meio de apresentação do cotidiano da AAL.

“O filme começa com três homens numa viagem de barco a reconhecer onde que é a aldeia e eles estão no barco e estão a dizer aqui é o Largo 25 de abril, ali era a igreja... Os homens e as mulheres do campo identificam o território pela paisagem. Eles sabem os nomes de todos os montes, os vales. Há uma identificação muito forte e física e visual com a paisagem. Nesse aspeto a arquitetura pode aproximar as pessoas ao trazer esses elementos da paisagem.” (PACHECO, 22/02/2025)

Para além deste fator, PP mencionou que o trabalho foi sendo um processo de acumulação de várias ideias. A equipa estava em sintonia por causa da visita de estudo individual que eles fizeram e o aprofundamento das questões do ordenamento do território que foi exigido.

O arquiteto foi questionado na pergunta treze sobre como é que a proposta respondeu as necessidades previstas de adequação do tradicional. A sua resposta foi fundamentada com o exemplo da Malagueira pela sua postura de uma apropriação moderna, contemporânea sobre um legado vernacular, histórico e tradicional. Além disto, o profissional mencionou o caso do Projeto do Barredo, com o Fernando Távora onde ele menciona o seguinte:

“A ideia da renovação no seu verdadeiro sentido é continuar inovando” (PACHECO, 22/02/2025)

PP acrescentou que a noção de movimentos constantes, de procurar melhores condições do local, respeitando os valores positivos existentes, constituiu uma diretriz essencial. Ao mesmo tempo, o arquiteto sublinhou que a intenção de estabelecer uma continuidade original, simultaneamente, proximidades e distanciamentos face ao tradicional, oferecendo um diálogo entre o que é tradicional e o que é contemporâneo.

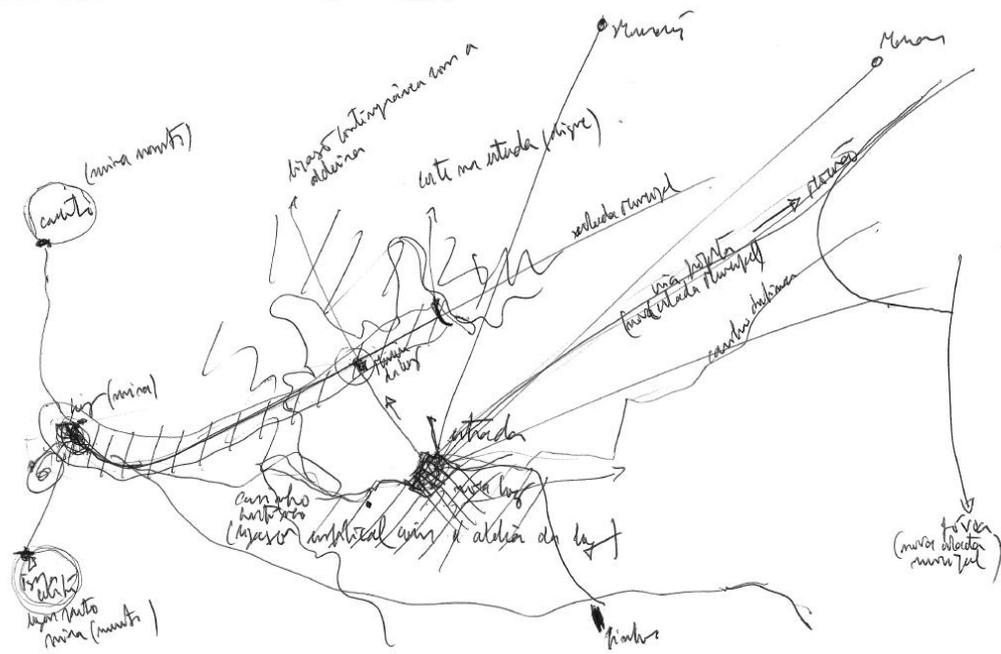


Figura 34. Diagrama de estruturação da proposta com os elementos urbanos mais relevantes (PP, 1996)

De acordo com o arquiteto, o trabalho da equipa tentou aproximar ao território e ao lugar da Luz, trazendo assim o máximo de elementos sendo que a sua proposta não criava uma coisa nova completamente (Figura 34). Tratou-se de uma proposta que construía esta transição e o surgimento da aldeia nova através da análise da aldeia antiga. Um dos textos que apareciam nos painéis foi o seguinte:

“A fundação do novo lugar dever ser contemporânea à existência da aldeia da Luz. Devem produzir intervenções pontuais passadas no tempo que criem uma espécie de memória recente.” (PACHECO, 22/02/2025)

Em seguida, a pergunta catorze procurou questionar ao entrevistado sobre os elementos projetados além dos equipamentos da AAL. O arquiteto mencionou que foram alguns equipamentos além dos que existiam na AAL sendo que o museu era um elemento novo. Além disto, houve a sua interpretação de jardim público com um jardim catalogado como Jardim da Bela Sombra.

A pergunta quinze procurou saber se o entrevistado achou que a sua proposta foi avaliada corretamente. Esta pergunta, embora se trate de um tema sensível, o arquiteto responde que os participantes dos concursos em arquitetura sempre procuraram ganhar. “O objetivo do concurso é sempre ganhar, se não te colocas nessa meta então já estás eliminado. É sempre necessário dar o máximo” diz o arquiteto.

O entrevistado diz que tratou-se de um concurso de ideias e as ideias nem sempre são traduzidas de forma literal nos projetos construídos. A equipa apresentou uma estratégia que lançou várias questões e embora não serem vencedores do primeiro lugar, tiveram a oportunidade de dar continuidade ao trabalho previamente feito. O arquiteto afirmou que as suas propostas, no Concurso Interno das Unidades de Projeto, foram as melhores classificadas²².

Embora esta afirmação, a equipa do Pedro Pacheco ficou contente com o resultado sendo que a equipa vencedora do CPPNAL teve uma grande carga de trabalho por causa da escala do projeto. Além disto, a sua equipa foi vencedora do último CIUP tratando-se do desenvolvimento de um grupo de equipamentos, a Igreja da Nossa Senhora da Luz, Museu da Luz e o cemitério.

²² De ponto de vista de custos não foram as melhores classificadas.

A pergunta dezasseis outorgou a oportunidade ao entrevistado a dizer o que ele achou da proposta vencedora. PP disse que a solução do arquiteto João Figueira encontrava-se numa melhor localização tratando-se de uma zona neutra. Ele afirmou que a estratégia era boa e menciona a sua experiência de Erasmus com o arquiteto Bernardo Secchi²³. Para finalizar, o entrevistado sublinhou:

“A equipa do João Francisco (Figueira), ao meu ver, teve uma estratégia bastante inteligente... a estratégia era a seguinte: ao desenhar o espaço público ia entrar uma espécie de ligação umbilical entre os espaços públicos da aldeia antiga e os novos espaços, a partir dali a aldeia desenhava-se” (PACHECO, 22/02/2025)

De acordo com o arquiteto, numa das conversas que teve com o João Figueira, o JF esclareceu que as aldeias do Alentejo deixaram de ser rurais, ao assumir características mais urbanas. O JF adicionou o fato que os aldeãos destas aldeias querem ser mais urbanos e querem distanciar-se da vida rural. PP reconheceu que, em parte, esta afirmação é válida, mas ressalta que ainda existem contextos rurais onde se procura preservar determinadas características e formas de vida.

O último apartado e pergunta da entrevista visa saber a última lembrança do concurso, para isto, o entrevistado respondeu que as últimas lembranças não são as últimas, mas são as primeiras. Ele mencionou que a sua visita de estudo, com a sua equipa, foi inesquecível. O arquiteto descreveu conhecer o Alentejo com uma envolvente castanha e seca no verão mas no momento da visita de estudo ficou impressionado pela chuva e lama. Depois da visita ao terreno foram feitos vários estudos cartográficos e um trabalho de desenho e redesenho dessa leitura.

²³ Arquiteto urbanista italiano, foi professor do Instituto Universitario de Arquitectura de Veneza.



Figura 35. Imagem tirada no atelier do PP (Arquivo pessoal, 2025)

3.2.2. Leitura crítica

Com base a entrevista realizada (Figura 35), é possível compreender os principais objetivos do arquiteto para o concurso. Neste subtema, apresenta-se a proposta da equipa de Pedro Pacheco, enfocando-se na ideia estruturante do projeto e os seus elementos de composição. Dá-se ênfase nos conceitos transmitidos pelo arquiteto, traduzindo a linguagem gráfica das peças para uma linguagem escrita.

Como elementos base para descrição da proposta, utiliza-se o documento “Estudo Prévio – PPPNAL 495809” (EDIA) com a memória descritiva desenvolvida pela equipa, a informações adicionais mencionadas na entrevista com o arquiteto Pedro Pacheco e os painéis e elementos gráficos vários.

A abordagem crítica da equipa face programa preliminar manifesta-se através de uma formulação paradoxal: o reconhecimento de uma dupla responsabilidade. A proposta visou promover uma participação ativa da população local, vinculando-se com representantes da AL para traduzir, numa linguagem arquitetónica, ideias já consolidadas no território.

Palavras-chave como “aldeia”, “fundação”, “matéria”, “luz”, “água”, “usos” e “horizonte alentejano” compuseram esta linha de pensamento, funcionando como eixos temáticos da proposta.

Como afirma o próprio autor: “Reforçar e desenvolver os conhecimentos tradicionais, interpretá-los em função de meios contemporâneos... organizar uma *nova tradição* extraída da cultura local. Neste sentido, os procedimentos das adjudicações expostas no programa preliminar não nos parece adaptável.”

A equipa procurou trabalhar numa escala mais compatível com a realidade do local, argumentando que o PDM não se adequava ao contexto da aldeia, já que foi concebido para áreas urbanas e periurbanas. Por essa razão, propuseram uma metodologia regulamentar de vários níveis mais próxima a realidade da AL.

A metodologia adotada pela equipa participante partiu do reconhecimento da tipologia do CPPNAL tratando-se de um concurso de carácter parcial e preliminar. Deste modo, compreendia-se que a proposta apresentada poderia vir a ser sujeito de modificações posteriores.

Os projetistas procuraram definir uma filosofia de formação de uma nova aldeia. Chegou a ser de grande importância a criação de uma lógica de fundação que permitisse o reconhecimento do lugar e as ideias desenvolvidas em conjunto. O processo de apropriação foi concebido com base da participação ativa dos habitantes e das instituições envolvidas. Tratou-se, portanto, de uma metodologia participativa, com ações concretas no território que antecipavam os primeiros atos de fundação.

Adicionalmente, a equipa destacou a relevância de um desenvolvimento faseado do projeto, que facilitasse uma apropriação mais detalhada do lugar. Descreveu-se também a necessidade de um urbanismo não convencional, condicionado pela natureza do concurso e pelas suas especificidades. Como resultado, propôs-se a criação de uma Carta de Arquitetura e Paisagismo, concebida como instrumento de validação das opções arquitetónicas-paisagistas²⁴.

A estratégia conceptual utilizada pela equipa foi a de *aldeias duplas*. Este termo ajudou a equipa a estruturar o trabalho sendo necessário desenvolver uma proposta da uma nova aldeia e pensar no que seria feito na antiga aldeia. Esta simultaneidade ajudou a sedimentar a ideia da existência de duas aldeias em que os arquitetos planejaram o núcleo urbano respeitando a antiga existência.

²⁴ Este método serviria, como forma de apresentação das escolhas arquitetónicas para a nova aldeia validando estas opções por parte dos habitantes e instituições. Pretendia-se ter um documento detalhado para cada decisão feita.

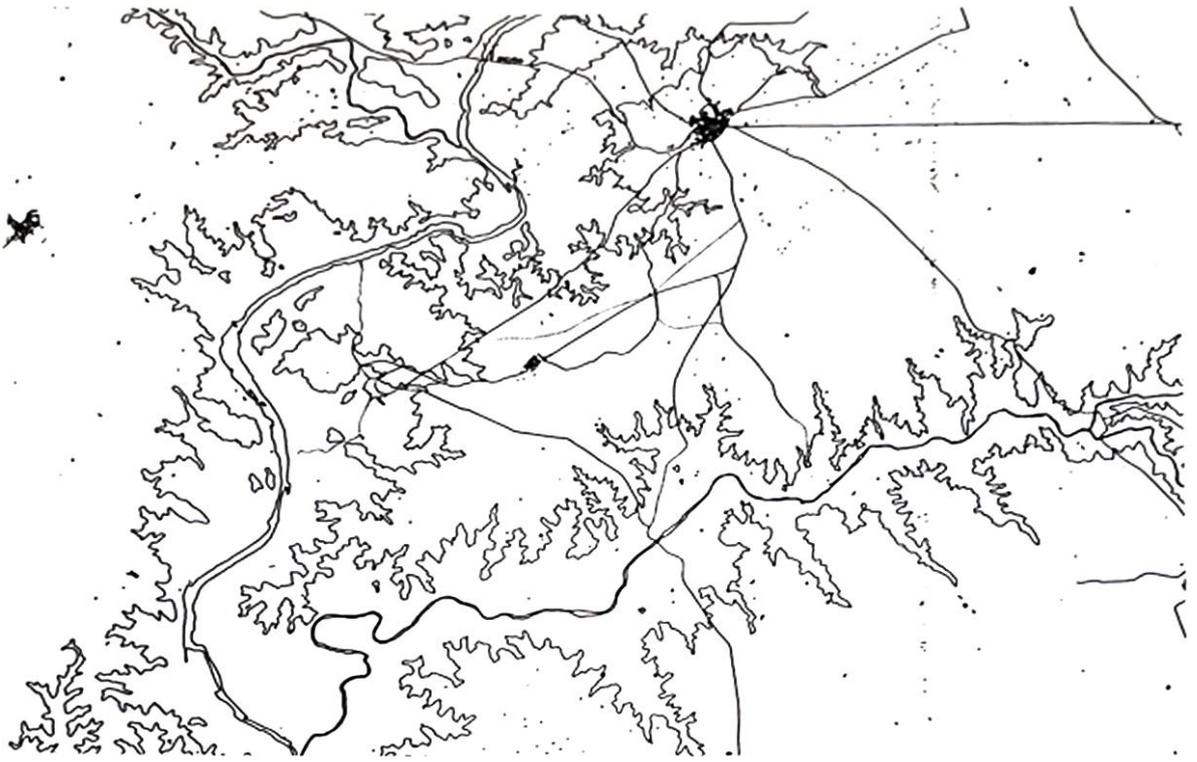


Figura 37. Planta de localização da proposta da equipa 495806 (PP, 1996)

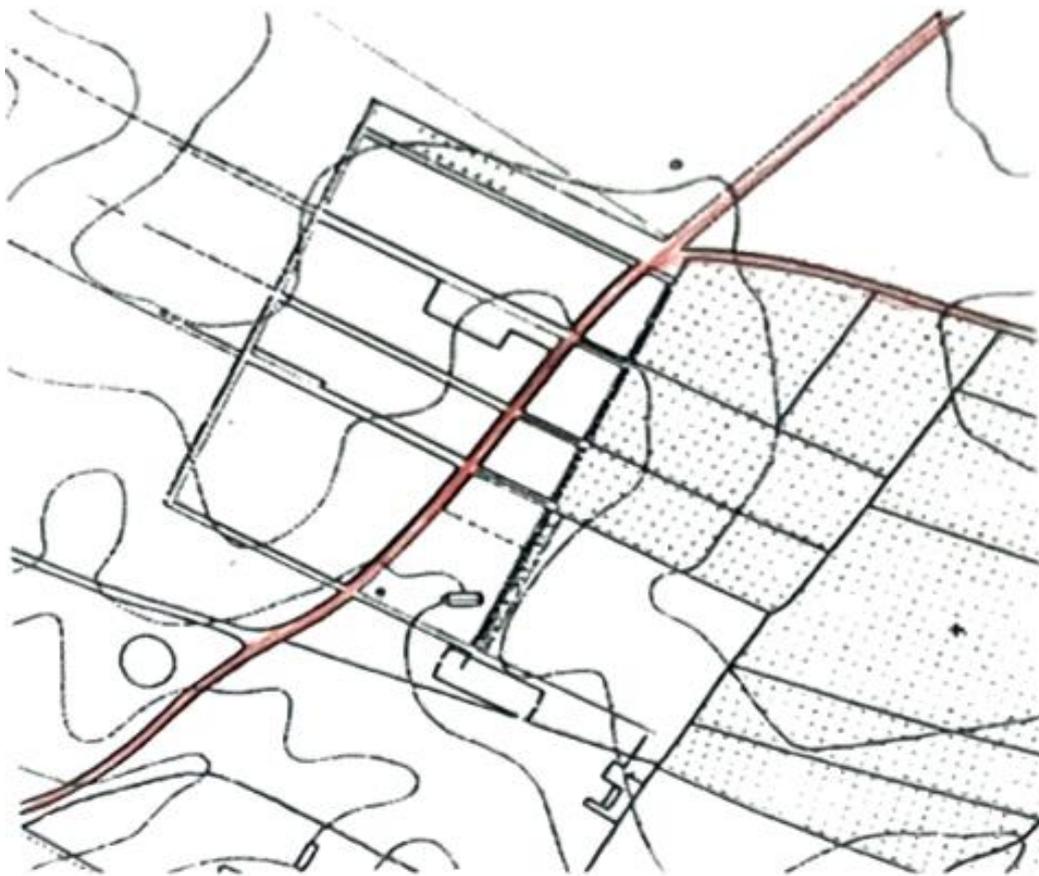


Figura 36. Planta da proposta, sublinhando o antigo caminho para Mourão (PP, 1996)

“Propomos que a fundação do novo lugar seja contemporânea à existência da AL, a coexistência dos dois lugares, ou seja, que se produzam intervenções pontuais, espaçadas no tempo que criem uma espécie de memória recente e exatamente por se tratar de um lugar já familiar aos habitantes da Luz, se estabeleçam relações de vizinhança, que alimente o sonho de um novo habitat” (PACHECO,1996)

A localização escolhida pela equipa (Figura 37) situava-se no limite sul da Herdade de Julioa e a nordeste da Courela do Cabeço. Esta zona apresentava características morfológicas semelhantes à AL, sobretudo ao nível da topografia. Foi tido em consideração o declive natural ao longo da linha de água, o que permitiu orientar a proposta a sudeste, garantindo simultaneamente uma proteção visual em relação à vazia criada pela albufeira do Guadiana.

As condicionantes físicas que orientam a estruturação da proposta incluíam a presença de vias existentes, as quais contribuíram para a delimitação do uso do solo. Para além disso, foi considerada a proximidade com os terrenos agrícolas, procurando-se manter uma ligação com a aldeia em ruínas por meio dos caminhos já traçados. Foi igualmente contemplada a possibilidade de estabelecer referências visuais com o perfil paisagístico de Monsaraz e Mourão.

Para a definição do elemento principal da proposta, foi considerado o antigo caminho que ligava a AAL e Mourão (Figura 36). Este percurso, de carácter histórico, assume um papel relevante na ligação entre os dois povoados e integra a rede viária que conecta as aldeias da região às áreas de cultivo. Deste modo, estabelece-se um eixo estruturante, que parte de um traçado preexistente, e a partir do qual se organizam os principais espaços públicos: o Terreiro do Paço, a Praça da Junta e a entrada da aldeia.

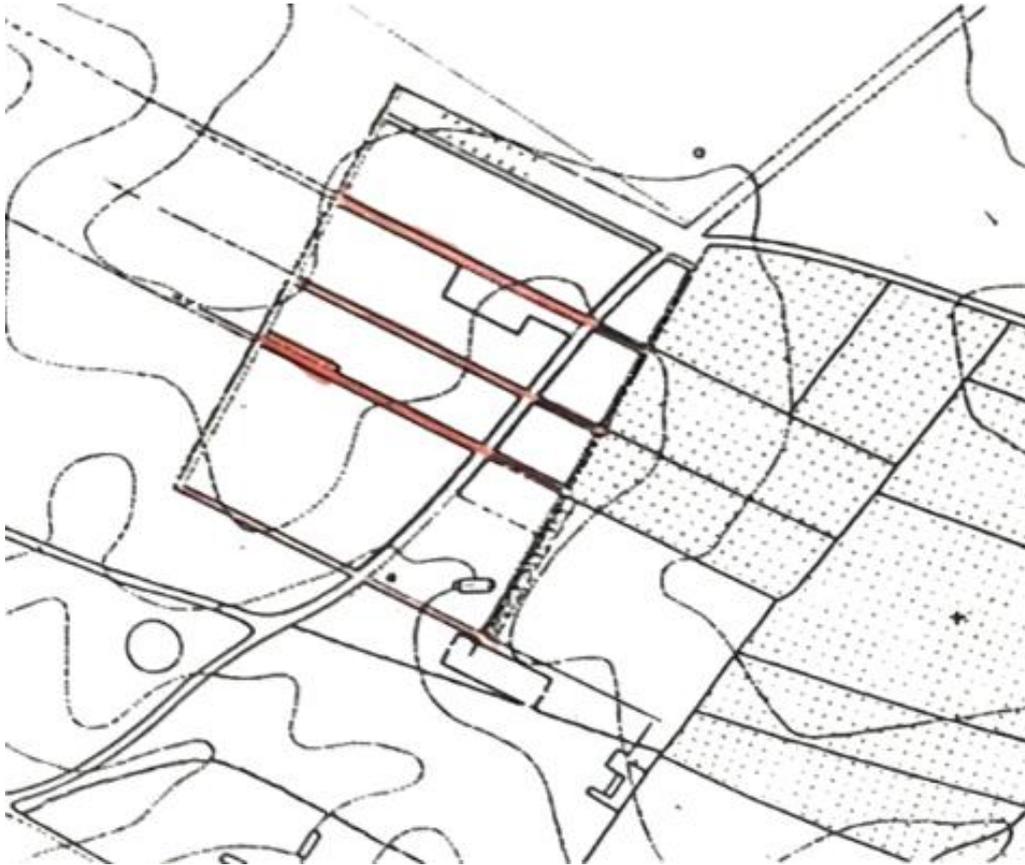


Figura 38. Plano da proposta com as ruas transversais à rua de acesso (PP, 1996)

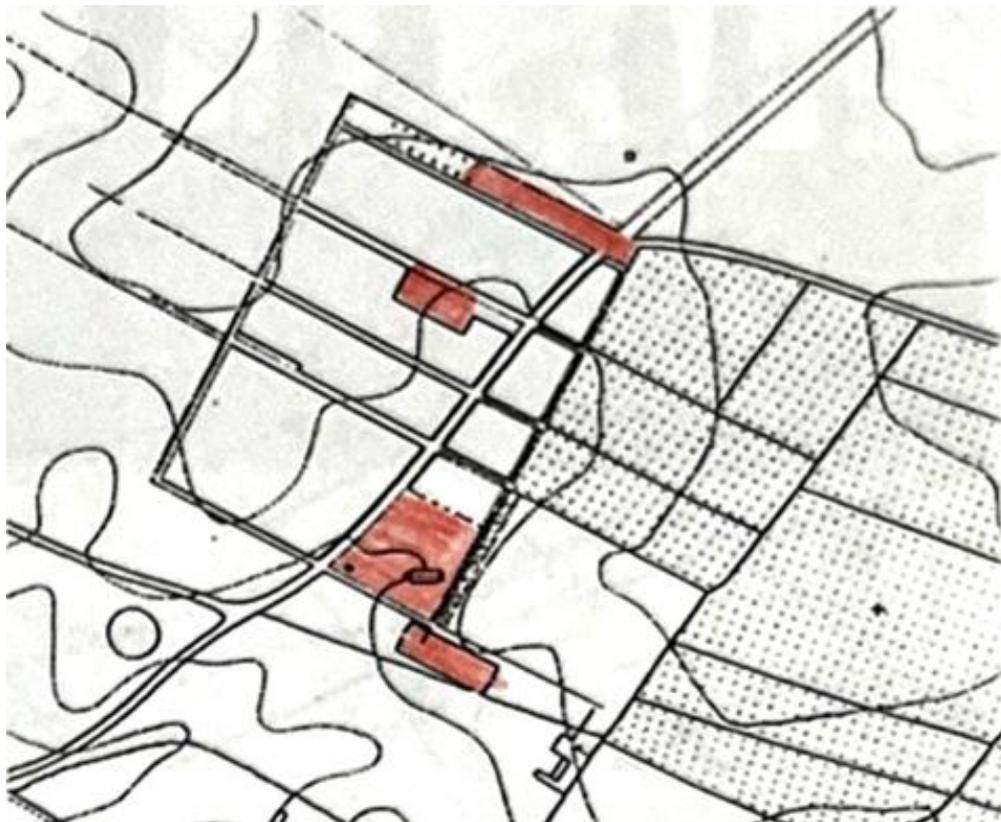


Figura 39. Plano da proposta com os espaços públicos (PP, 1996)

Os critérios considerados pela equipa para a fundação da nova aldeia foram diversos. Procurou-se evitar o contato visual direto entre a albufeira do Guadiana e o novo núcleo habitacional, manter a orientação a su-sudeste e garantir que o terreno escolhido assentasse sobre solo xistoso. Estes princípios permitiram à equipa manter a coerência com a ideia estruturante do projeto.

A proposta da equipa estabelecia uma nova geometria, condicionada pela ocupação existente no aglomerado original. Pretendia-se, assim, criar um núcleo urbano estruturado a partir de três ruas com diferentes níveis hierárquicos, mantendo-se sempre um desenvolvimento linear. A malha proposta funcionava como elemento organizador, composta por quarteirões retangulares e alongados, com uma densidade de ocupação semelhante à AAL. Esta malha baseava-se na geometria dos cultivos agrícolas da região e visava uma evolução gradual e coerente da NAL.

Nesta dinâmica de trabalho, a equipa do PP propôs uma intervenção progressiva com pequenas ações que modificassem a paisagem seguindo a seguinte ordem:

1. Marcar o caminho da igreja, sobre um caminho antigo de acesso à AL, simultaneamente com a fundação da igreja. Definir a posição do altar da N.S. da Luz, orientado este-oeste.
2. Plantação de um caminho de amendoeiras, definindo um limite sudeste do terreiro da igreja.
3. Definir os limites do jardim.
4. Pavimentação dos outros limites do núcleo inicial da NAL, com pedra branca de quartzo.
5. Plantação de um grupo de pinheiros na linha de fecho principal a sul da Herdade de Julioa, marcando uma interferência no perfil visual a norte da nova aldeia.

A equipa projetista procurou elaborar uma proposta e os seus espaços públicos (Figura 39) a partir de uma leitura organização espacial da aldeia, identificando a via principal que atravessa de norte a sul como eixo estruturante. Com base nessa leitura, procuraram articular os novos espaços com esse eixo de acordo com a sua dimensão e edifícios públicos anexados, garantindo assim uma coerência entre os espaços oferecidos e o uso social deles na aldeia.

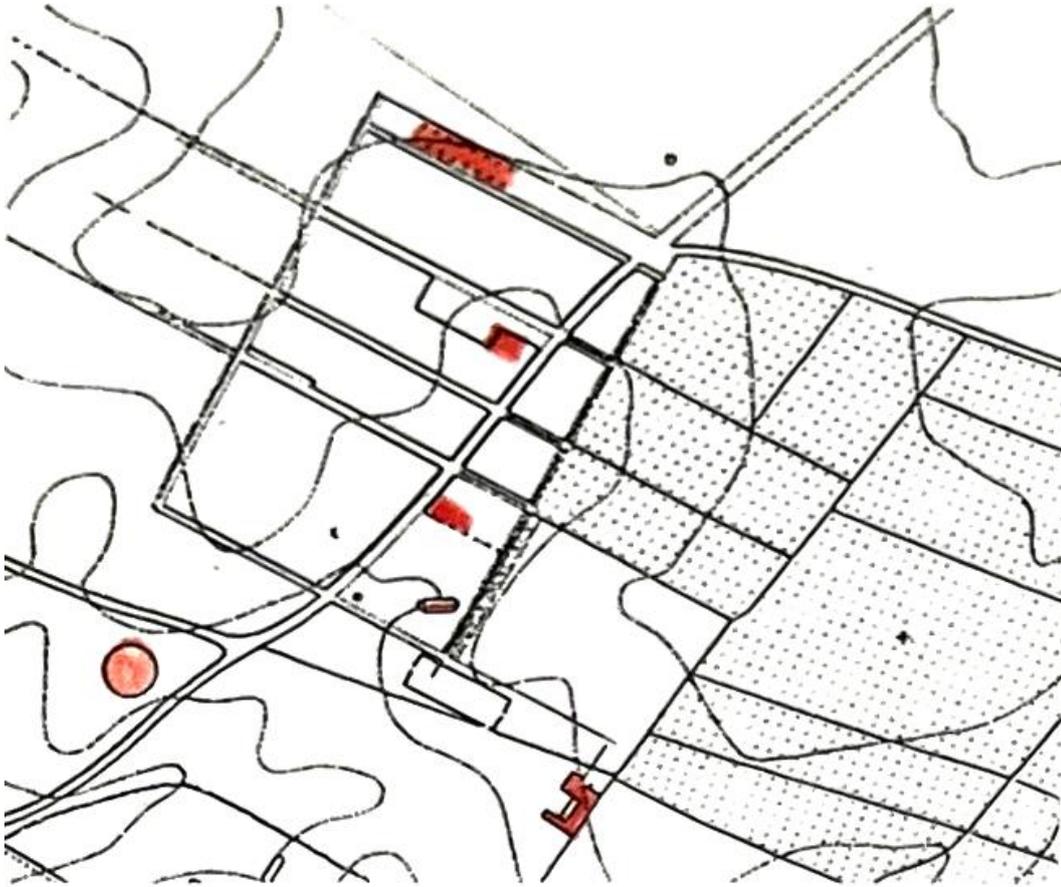


Figura 40. Planta da proposta com os edificios públicos (PP, 1996)

No caso do Terreiro do Rossio, a decisão de o posicionar como o maior espaço público reflete a intenção da equipa em criar um centro comum com funções religiosas e festivas. A presença da INSL justifica, neste caso, uma abordagem multifuncional, capaz de integrar momentos de celebração para a comunidade lucense.

Por outro lado, a criação do Jardim da Bela Sombra relava uma intervenção mais moderna ao ambiente. A equipa optou por introduzir um espaço com duas funções principais: retenção de águas pluviais por meio de canais de drenagem e um espaço de sombra. O nome atribuído sugere uma valorização do conforto climático do jardim.

Já a Praça da Luz surge no centro da proposta como uma reinterpretação dos núcleos urbanos típicos do Alentejo. A equipa procurou evocar as características das praças tradicionais, como a da AL, conciliando elementos de identidade local com zonas comerciais e administrativas, nomeadamente a presença prevista da Junta da Freguesia.

Por último, a equipa projetista considerou fundamental integrar um espaço especificamente dedicado à função mercantil. Assim surgiu o Largo do Mercado, concebido com um comprimento alongado e situado estrategicamente à entrada da aldeia. Esta localização foi pensada para antecipar e orientar uma possível expansão futura da aldeia para o nordeste. Para além da função prática, este espaço oferece uma perspetiva dos perfis de Monsaraz e Mourão.

“Os equipamentos públicos têm pouca ou quase nenhuma expressão na aldeia existente, os únicos que tipologicamente se afirmam são a escola primária... e uma pequena capela com torre sineira, construída posteriormente substituindo em parte a Igreja da Luz...” (PP, 1996)

Conscientes desta realidade, a equipa projetista reconheceu a fragilidade tipológica e simbólica dos equipamentos existentes no núcleo da AAL. Identificaram, desde cedo, a ausência de articulação entre a forma arquitetónica dos edifícios públicos e as suas funções sociais. Em resposta, o programa preliminar do concurso procurou-se inverter esta tendência, atribuindo aos novos equipamentos uma presença mais significativa ajustada às necessidades reais da população.

Tendo em consideração a escala da aldeia, a equipa optou por concentrar várias funções em edifícios polivalentes (Figura 40). O primeiro equipamento concebido foi a Casa do Povo, pensada para acolher o Centro do Dia e o Posto de Saúde, organizados em torno de um pátio de festas e encontros comunitários. Este edifício localiza-se em frente ao Terreiro do Rossio, reforçando a sua centralidade na aldeia.

Paralelamente, a Junta da Freguesia foi projetada para integrar também o posto público de telefone e os correios. Quanto ao mercado, os projetistas propôs uma estrutura leve e coberta, respeitando o caráter informal e flexível deste espaço, que não requeria uma volume definitivo. Em relação à educação, os projetistas reuniram a escola primária e o jardim infantil num único edifício, desenhado com uma área coberta exterior, apropriada para atividades de recreio.

A proposta incluiu ainda uma praça de touros, concebida com uma planta circular, coerente com a função, e implantada numa zona mais isolada, no cruzamento dos caminhos para os núcleos do Monte dos Pássarios e a AAL. Por sua vez, o campo de jogos foi localizado numa plataforma nivelado a nordeste, numa zona periférica mas acessível.

Finalmente, a questão do cemitério foi tratada com a devida sensibilidade pela equipa. Reconhecendo a carga simbólica e afetiva do espaço, optaram por propor a duplicação do cemitério antigo, respeitando as suas características físicas e tipológicas. A nova localização escolhida foi num dos pontos mais elevados do Monte dos Pássaros.

No que respeita às tipologias habitacionais, a equipa demonstrou sensibilidade na leitura das relações espaciais características da AAL. Identificaram a importância do eixo longitudinal que articula a ruam o pátio e a profundidade da habitação, permitindo a entrada de luz natural por duas frentes.

Para além da estrutura espacial, os arquitetos observaram elementos distintos nas casas luzenses, como a elevada compartimentação dos espaços interiores e a centralidade da cozinha, espaço doméstico de elevado peso hierárquico. A chaminé é elemento icónico da arquitetura vernacular alentejana e destaca-se não apenas pela sua função, mas também pela sua presença na fachada.

Em resposta a esta leitura atenta da arquitetura local, a equipa optou por não estabelecer uma tipologia de habitação. Em vez disso, propuseram um sistema flexível baseado em tipos habitacionais com regras e variações, cujas possibilidades de configuração são definidas pelo plano geral da NAL. Esta abordagem procura evitar imposições formais, permitindo que cada família pudesse organizar a sua casa de acordo com as suas necessidades. Nesse sentido, foram concebidos módulos em vez de parcelas, com 6 a 8 metros de largura, delimitados por muros a intervalos regulares – normalmente a cada 2 em 2, ou 3 em 3 módulos – criando uma malha habitacional coerente.

3.3. Proposta n.º.137592 (PB)

Dando continuidade à análise do concurso, este subcapítulo centra-se no percurso da equipa da proposta n.º 137592. O objetivo consiste em identificar os valores que permitiram à equipa alcançar o primeiro lugar, com particular interesse à metodologia adotada e as soluções propostas. Regista-se ainda a tentativa de contato com o coordenador da obra, que se revelou infrutífera. Perante essa dificuldade, optou-se por estabelecer diálogo com um dos coautores da proposta. Através desse testemunho, procurasse compreender o processo de desenvolvimento do projeto e a forma como a equipa abordou o programa preliminar, revelando as motivações e estratégias escolhidas.

A entrevista foi conduzida com o arquiteto Pedro Bandeira (PB), coautor da proposta vencedora do concurso. Realizou-se no seu domicílio, no Porto, e teve uma duração de 1 hora e 25 minutos. A conversa permitiu ao arquiteto visitar as várias etapas do processo, desde a fase do concurso até à elaboração efetiva do projeto. O testemunho revelou-se particularmente valioso, ao proporcionar informações essenciais sobre a estruturação da equipa, a experiência profissional do arquiteto, o trabalho de campo realizado após o anúncio dos resultados, bem como outras aprendizagens adquiridas ao longo do processo.

3.3.1. Apresentação da entrevista

Em continuidade, apresenta-se a entrevista estruturada com o objetivo de compreender o percurso do arquiteto, desde a sua formação académica até à sua participação no CPPNAL, incluindo ainda outros aspetos significativos da sua vida profissional. Merece especial destaque o aporte proporcionado pelo JF, através do convite para participar em diversos concursos em equipa, experiência que revelou ser fundamental para a aprendizagem coletivo e para a consolidação de uma linguagem comum entre os membros do grupo. Assim, procurou-se extrair da entrevista informações que refletissem esta trajetória e trabalho em equipa.

Para uma provocação inicial, o entrevistado foi convidado a fazer um balanço sobre como vê a relação dos concursos de arquitetura com os projetos de obra e as investigações na disciplina. O essencial era conhecer as perspectivas do entrevistado sobre até que ponto poderia existir uma conexão entre a participação de concursos e a obtenção de novas encomendas. Na resposta, o entrevistado explica que, em situações de obras públicas, o concurso deveria ser o principal fio condutor para a escolha de propostas. Admitiu, porém, certas reticências relativamente à importância dos concursos para a sobrevivência de um escritório, face às dificuldades como que este se depara, a nível económico e logístico.

“...Não me parece que seja um instrumento essencial para a sobrevivência do escritório, obviamente, se ganhares um concurso grande, podes pagar as despesas do escritório durante três ou quatro anos...” (BANDEIRA, 16/05/2025)

Para além disso, o entrevistado referiu que, apesar de atualmente não se encontrar na prática arquitetónica, tem conhecimento de que vários colegas arquitetos optaram por se afastar dos concursos devido aos custos elevados que estes implicam para os escritórios. Esta realidade agravava-se quando existe uma pequena possibilidade de ganhar tratando-se de um grande investimento de tempo e recursos. Ainda assim, o arquiteto sublinhou que esses fatores não invalidam a realização de concursos, sobretudo quando está em causa uma encomenda pública.

O PB manifestou o desejo de um formato de concurso com uma estrutura mais simples, que não exigisse um nível tão elevado de exigência nos elementos de entrega. Ao mesmo tempo, referiu-se como exemplo aos concursos de ideias e defendeu que, para um melhor funcionamento deste modelo, é necessário ter prémios mais proporcionais em relação ao nível de investimento nas suas etapas. Ainda nesta lógica, o entrevistado adicionou que a associação em coletivos é mais recente devido a quantidade de escritórios que fazem concursos e procuram se associar com outros escritórios para garantir um equilíbrio nas despesas.

Em seguida, o entrevistado foi questionado sobre as suas experiências prévias ao CPPNAL, procurando esclarecer se as suas participações sempre foram de forma individual ou em grupo. O arquiteto respondeu que as suas participações sempre foram em colaboração devido a que, na altura do CPPNAL, o arquiteto não contava com o diploma e se encontra no sexto ano de arquitetura. Ele mencionou duas participações relevantes, sempre trabalhando em colaboração e tendo como coordenador o JF²⁵. O primeiro exemplo mencionado foi um concurso para a Universidade Nova²⁶ e outro concurso em que não ganharam. O entrevistado mencionou que estas experiências ajudaram a estabelecer uma equipa de trabalho que futuramente iria se consolidar para participar no CPPNAL.

Para além disto, o arquiteto afirmou que existia uma cultura de participação em concursos de arquitetura, tanto nas universidades e nos escritórios, por causa de alguns fatores. Ele mencionou que a realidade dos meados dos 90 era que a encomenda pública era grande por causa da quantidade de dinheiro que Portugal recebeu por parte da CEE. Neste sentido, o arquiteto afirmou que nesta altura o concurso vinha a ser uma boa oportunidade. Em adição, o entrevistado mencionou a Expo 98²⁷ como evento exponencial da arquitetura em Portugal.

Ainda na mesma pergunta, o PB refletiu sobre a participação dos concursos esclarecendo que criação de equipas no CPPNAL era de carácter excepcional e não se podia comparar aos outros concursos da altura devido ao nível de exigência dando como resultado a implementação de equipas multidisciplinares. Simultaneamente, mencionou alguns exemplos que contraíram esta realidade como por exemplo o trabalho de alguns arquitetos que, tem equipas, mas acabam por estar concentrado no nome próprio como o Álvaro Siza, Eduardo Souto Moura e o João Luís Carilho da Graça. Ainda nesta lógica, o entrevistado adicionou que a associação em coletivos é mais recente devido a quantidade de escritórios que fazem concursos e procuram se associar com outros escritórios para garantir um equilíbrio nas despesas.

²⁵ O JF já tinha o diploma e já podia concorrer nos concursos como coordenador.

²⁶ Universidade Nova de Lisboa.

²⁷ Tratou-se de uma exposição internacional com o tema “Os oceanos, um património para o futuro”. O evento promoveu obras de grande impacto urbano e arquitetónico como o Pavilhão de Portugal de Álvaro Siza Vieira e o Oceanário.

A terceira pergunta da entrevista procurou compreender se houve algum projeto anterior que tivesse preparado o entrevistado para o CPPNAL. O arquiteto afirmou que não houve um projeto em específico com esse propósito, mas destacou a importância de vários exemplos negativos que serviam como lições do que não deveria ser feito. Esses exemplos aconteceram na altura do Estado Novo, período em que a construção de novas barragens levou a destruição ou realojamento de várias aldeias.

“Nós sabíamos aquilo que não poderíamos fazer e os erros que não podíamos repetir.”

(BANDEIRA, 16/05/2025)

Além disso, o entrevistado salientou a influência da referência teórica introduzida pelo JF: o arquiteto Giancarlo De Carlo²⁸. A equipa considerou atentamente as abordagens de De Carlo no que diz respeito às questões urbanas, em específica a ideia de que o espaço público só se torna verdadeiramente público quando resulta de um processo de discussão pública. Esta perspetiva sustentou a adoção de um processo participativo, que viria tornar-se o lema principal da metodologia proposta para o CPPANL.

Em conexão com a primeira pergunta, e em resposta à quarta, que abordava a relevância dos concursos para o entrevistado, o PB refletiu sobre a estrutura destes processos. Segundo ele, quando bem organizados, os concursos podem representar uma oportunidade não apenas para propor soluções arquitetónicas, mas também para questionar criticamente o próprio CE. Esse questionamento, por sua vez, pode dar origem a um debate arquitetónico aprofundando nas suas premissas.

“Seguramente que existirá respostas mais diversificadas, o que permite ter mais seguranças nas decisões que se tomam. Portanto não é só um processo que me parece mais transparente e democrático, como também é um processo que de fato pode contribuir para soluções melhores porque obviamente põe em comparação diferentes possibilidades.” (BANDEIRA, 16/05/2025)

²⁸ Arquiteto e urbanista italiano ligado ao movimento do Team 10 e defensor da participação cidadã no processo do projeto. A sua obra combina, funcionalidade, sensibilidade social e diálogo com o contexto histórico.

- P7** A nomeação e inscrição da Equipa Projectista só será necessária aquando da entrega dos trabalhos para o concurso. Estará correcto?
- R7** Sim. Veja-se o Regulamento pontos 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3, bem como o ponto 8.3.2.
- P8** Com o objectivo de caracterizar convenientemente a Freguesia da Luz, entende-se da máxima importância o acesso ao Estudo de Impacte Ambiental nomeadamente no respeitante ao levantamento arqueológico e patrimonial arquitectónico. Esse estudo será enviado aos concorrentes?
- R8** O Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Fins Múltiplos não será fornecido aos concorrentes. Aconselha-se a sua consulta nos locais onde está patente para o efeito, ou seja, na Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, na Comissão de Coordenação Regional do Alentejo, bem como nas Câmaras dos municípios abrangidos pelo Projecto.
- P9** Quais os elementos gráficos digitalizados que podem ser fornecidos aos concorrentes?
- R9** nenhuns elementos gráficos digitalizados podem ser fornecidos aos concorrentes. Ver R2.
- P10** Deverão as habitações a constituir respeitar as normas e regulamentos vigentes para Habitação a Custos Controlados?
- R10** Esta questão não foi intencionalmente referida na documentação, dado que desta fase se espera a elaboração de conceitos relativamente à «casa rural» nos aspectos da sua estrutura e da morfologia arquitectónica, tendo obviamente em conta os aspectos económicos inerentes ao processo de construção. A apresentação do custo estimado da habitação proposta constitui um aspecto importante.
- P11** Na visita efectuada nos dias 17 e 18 de Novembro constatou-se a existência de uma publicação sobre o Castelo da Lousa, em língua castelhana. Tal documento será fornecido aos concorrentes?
- R11** Não. A sua obtenção será possível através da Câmara Municipal de Mourão.
- P12** Dado que o Inquérito fornecido não abrange a totalidade dos habitantes da Aldeia da Luz, pergunta-se se deve ser entendido como bastante para a fase em apreço ou se será fornecido um Inquérito mais recente e actualizado.
- R12** O Inquérito abrangeu todos os edifícios da Aldeia e isolados e forneceu informações referentes às principais características da habitação e dos indivíduos que a habitam.
O Inquérito, realizado em Junho de 94, dirigiu-se a todos os residentes com excepção da III e IV partes do questionário, respectivamente, «Relações sociais da população residente» e «Opinião face à nova aldeia», que se aplicaram apenas aos indivíduos maiores de 14 anos.
Considera-se esta informação bastante para a fase de trabalho actual, devendo vir a ser desenvolvidos outros inquéritos posteriormente ao concurso.

Figura 41. Texto com perguntas feitas pelos participantes e respostas de parte do promotor (EDIA, 1996)

O arquiteto acrescentou que, no que se refere à liberdade criativa nos concursos, esta varia conforme a tipologia do próprio concurso. Alguns apresentam mais limitações, as quais vem-se refletidas em uma estruturação específica definida por quem elaborou o CE. Essas limitações, por vezes, acabam por excluir propostas que poderiam ser mais adequadas ao contexto.

Nesse sentido, o entrevistado afirmou defender os concursos de ideias, desde que sejam organizados de forma a incluir duas fases distintas. A primeira fase deveria conceder aos candidatos um elevado grau de liberdade para propor abordagens ao programa, permitindo assim o questionamento crítico do mesmo. O arquiteto menciona que a segunda fase deveria se focar-se em aspetos mais técnicos e formais, como as infraestruturas e outros pormenores do projeto.

Para concluir a resposta a esta pergunta, o arquiteto destacou ainda um dos maiores problemas dos concursos na atualidade: o elevado nível de exigência de desenvolvimento das propostas logo na fase inicial. Esta realidade torna a participação difícil, pois exige desde o início a constituição de uma equipa técnica multidisciplinar, o que implica custos elevados e acaba por limitar o acesso de muitos candidatos.

No que se refere à quinta pergunta, o entrevistado foi questionado sobre os meios de publicação do concurso e como teve conhecimento da sua existência. Para isto, o PB afirmou não conseguir confirmar o meio de publicação em específico mas presume que, por se tratar de um procedimento formal de um concurso público, este teria sido publicado no DR. Ao mesmo tempo mencionou a probabilidade de que a revista da OA²⁹ ou da AAP possa ter anunciado o concurso nas suas publicações. Para finalizar, o arquiteto também referiu a hipótese de ter sido informado por meio de passa-a-palavra por se tratar de um concurso bastante conhecido em Portugal.

A sexta pergunta procurou compreender a opinião do entrevistado sobre o CE do concurso. PB iniciou a resposta reconhecendo a complexidade do processo, apontando a existência de duas realidades distintas, porém simultâneas.

A primeira dizia respeito ao caráter relativamente aberto do concurso, o que se refletiu na diversidade de propostas apresentadas. Ao mesmo tempo, existiam certas limitações impostas pelos requerimentos do próprio CE que procuravam refletir as vontades da população luzense.

²⁹ Na altura do anúncio do concurso em 1996, a OA era conhecida como AAP, onde posteriormente, em 1998, passou a ser chamada como OA.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA A
ELABORAÇÃO DO PROJECTO PROMENOR DA ALDEIA DA LUZ
FEVEREIRO 1996

Equipa de concurso:

Arq. João Francisco Figueira (coordenador)
Arq. Rui Mealha
Arq. Manuel Ribau
Prof. Arq. Manuel Fernandes de Sá (consultor urbanística)
Arq. José Miguel Rodrigues (consultor arquitetura e urbanística)
Arq. Ana Luísa Rodrigues (consultor arquitetura e urbanística)
Prof. Eng. Fernando Blanco (vias e arruamentos)
Dr. Teresa Viana (consultora museologia)
Dr. Henrique Gouveia (consultora museologia)
Arq. Paisagista Maria José Curado
Dr. Maria Carolina Leite (sociologia)
Dr. Álvaro Domingues (geografia e desenvolvimento regional e local)
Dr. Rui Tavares (história)
Dr. Sofia Plácido de Abreu
Prof. Eng. Vitor Abrantes (pavimentos e infraestruturas urbanas)
Eng. Manuel Matias (infraestruturas urbanas)
Eng. Técnico Fernando Silva (infraestruturas urbanas)

Com:

Arq. Pedro Bandeira (coautor do projeto)
Arq. Luis Miguel Fareleira (coautor do projeto)
Arq. Paisagista Rui Pedro Gonçalves (coautor do projeto)
Arq. Nuno Merino
Arq. Maria Moita
Vasco Albuquerque
Gonçalo Furtado
Joaquim Moreno

Figura 42. Integrantes da equipa 137592 (JF, 1996)

Segundo o arquiteto, os requisitos baseavam-se da realidade de um contexto rural, em específico, de uma aldeia alentejana. Embora a população não tenha manifestado exigências específicas, havia um claro desejo de evitar qualquer semelhança com a solução do Álvaro Siza para o Bairro da Malagueira. PB afirmou que os habitantes de Luz falavam com frequência da preservação da identidade alentejana. No entanto, revelou que esse discurso carecia de consistência prática devido a que houve uma grande quantidade de contradições ao desenrolar do projeto.

Para finalizar, o arquiteto sintetizou a sua avaliação com o seguinte:

“...Eu diria que o CE estava suficientemente bem estruturado para ir ao encontro do que eram os interesses da população e não dava grande margem de manobras para que não fosse cumprido esse interesse.” (BANDEIRA, 16/05/2025)

A sétima pergunta procurou questionar ao entrevistado sobre a fase de perguntas e esclarecimentos por parte do promotor (Figura 41). PB revelou não se lembrar se a equipa fez alguma pergunta ainda nessa etapa mas afirma a existência de um documento com algumas perguntas feitas ao promotor. Para além disto, o arquiteto confirmou a presença da equipa na visita de que houve à AAL com o promotor afirmando que foi essencial saber os elementos a preservar para o desenvolvimento da proposta.

Em continuação com a entrevista, em resposta da oitava e nona pergunta, o arquiteto foi questionado sobre a composição da equipa de acordo com o calendário e as suas áreas de especialização. Para tal, foi apresentada ao arquiteto uma lista (Figura 42) retirada do arquivo da EDIA, na qual constava a equipa completa envolvida no projeto. O entrevistado confirmou, tentando seguir a ordem da lista, a participação de cada um dos membros, mencionando a relevância do contributo individual nas diferentes fases do concurso e projeto.

PB começou por apresentar o coordenador da proposta e, mais tarde também da obra: JF. Indicou que foi este quem concebeu a estratégia de participação e quem convidou aos outros membros a participarem do concurso. Seguindo a lista apresentada, os primeiros nomes mencionados foram Rui Mealha e Manuel Fernandes Sá, antigos professores de JF e do próprio PB. Segundo o entrevistado, ambos tiveram uma participação pontual no processo. Rui Mealha contribuiu para a construção do discurso do projeto, enquanto Manuel Fernandes Sá foi uma referência importante no tratamento teórico das questões formais. Embora não tenham estado envolvidos diretamente na fase prática do desenvolvimento da proposta, os seus comentários foram valiosos e deram confiança aos autores da proposta.



Figura 43. Imagem tirada durante o processo de levantamento da AAL, mostrando a equipa e os aldeões (PB, 1996)

A seguir, PB evidencia, novamente, que ele e o Luís Miguel Fareleira não tinham o diploma e somente conseguiram assinar como associados uma vez que se formaram. Embora isto, eles conduziram o levantamento da aldeia e o processo participativo com os aldeões e acabaram por ter um papel fundamental no processo. O arquiteto esclarece que tudo era centrado no JF e que, na fase em que eles ganharam o concurso, foram o JF, o PB e o Luís Miguel os colaboradores que mais contribuíram no desenvolvimento do trabalho.

Em outras disciplinas, o entrevistado afirmou que a colaboração de Rui Tavares foi importante na área de história, a de Álvaro Domingues na área de geografia e a Sofia Plácido de Abreu com a ajuda jurídica nos futuros processos burocráticos com a EDIA. O entrevistado adicionou que a Luísa Rodrigues e o José Miguel Rodrigues contribuíram numa primeira fase e acabaram por se afastar devido às suas responsabilidades docentes. Eles foram um exemplo de colaboradores que tinham tarefas pontuais e, ao mesmo tempo, houve outros que foram aparecendo em resposta dos problemas que iam aparecendo.

Outros exemplos mencionados pelos PB foram a equipa de levantamento da própria aldeia (Figura 43). Esta tarefa foi crítica devido à inexistência de algum documento em pormenor da planta da AAL. Esta equipa foi integrada pelo Nuno Merino, Maria Moita, Vasco Albuquerque, Gonçalo Furtado e Joaquim Moreno.

Para finalizar com estas duas perguntas, PB mencionou a Maria Carolina Leite como uma colaboradora essencial em relação à sociologia. A sua experiência no campo, e sobretudo o fato dela ter escrito o livro *Casas de Sonho*³⁰, ajudou aos arquitetos a compreender as contradições inertes ao ato de habitar. Essa compreensão foi crucial para, posteriormente, responder as necessidades da população da AL, especialmente no desenvolvimento do inquérito.

Em resposta da décima pergunta, se questionou ao entrevistado sobre os elementos de maior relevância na hora de desenvolver uma análise crítica do local para que consequentemente conseguissem desenvolver uma proposta. Em consequência disso, PB afirma que os elementos mais importantes foram o inquérito e o levantamento das casas. O primeiro refletia as necessidades dos luzenses, tendo em conta a história da AAL, e o segundo, tratou do levantamento que apresentava a realidade física das casas e locais públicos.

³⁰ VILLANOVA, Roselyne, LEITE, Carolina, RAPOSO, Isabel “Casas de sonho: emigrantes construtores no norte de Portugal” Edições Salamandra, Lisboa, 1995. ISBN: 9726890837

“...Havia situações, por exemplo, que podiam ter 300 m², mas só vivia lá uma pessoa e essa pessoa tinha dois filhos... viemos a perceber pelo processo que a pessoa, em vez de querer ser realojada com uma casa igual à área, preferia já pensar na herança dos filhos...” (BANDEIRA, 16/05/2025)

Um dos resultados que o entrevistado destacou ter sido de grande agrado por ter conquistado a confiança da população. Tendo em consideração a quantidade de trabalho, os colaboradores envolvidos no levantamento foram-se familiarizando gradualmente com os espaços das casas e com as formas de habitar dos aldeões, sendo necessária a visita de todas as casas.

A seguir, o entrevistado foi questionado sobre as principais referências na conceção do projeto e se foram seguidas algumas tendências arquitetónicas no desenvolver da proposta. O arquiteto começou por esclarecer que na altura estava em auge o Star System e a Expo 98. PB mencionou que nos anos 90 houve aquela ideia que o arquiteto queria fazer objetos de exceção e considerou ao CPPNAL como uma antítese disso.

Como previamente mencionado, o entrevistado sublinhou a relevância do Giancarlo De Carlo e afirmou que se tratava de uma referência no geral pelas suas teorias do espaço público e a ligação com o processo participativo.

“...Mas é como eu digo, não havia uma arquitetura específica que pudesse inspirar a coisa porque nós tentamos fazer a coisa ao contrário, quer era não ter ideias pré-concebidas do ponto de vista formal, tanto que na fase do concurso as casas são representadas com volumes abstratos, como se fossem caixas, mas também alertamos logo a dizer, isto não é arquitetura. A arquitetura só pode surgir numa fase posterior de construção das pessoas. E portanto, nós queríamos ir para a aldeia, perceber o que é que é esta aldeia alentejana?” (BANDEIRA, 16/05/2025)

Para além disso, o arquiteto afirmou que a equipa desenvolveu uma metodologia em que, eles não sugeriram uma localização em específica para a NAL, pelo contrário, fizeram sugestões de locais de implantação. Estas possibilidades foram avaliadas e, em determinado momento, a população acabou por escolher a localização definitiva. Esta metodologia também veio acompanhada pelo desenvolvimento de 5 ou 4 propostas, onde a equipa mencionou as vantagens e desvantagens de cada uma.

OS ARQUITECTOS DA NOVA ALDEIA

O concurso internacional para a concepção arquitectónica da Aldeia da Luz foi ganho pela equipa liderada pelo arquitecto João Francisco Figueira, do Porto, que, segundo Maria Joao George, "apresentou um grupo bastante consistente, muito jovem", acompanhado à rearguarda por um conjunto de consultores que garantiram um acompanhamento fundamentado de todo o processo. Mas o júri do concurso decidiu que os autores das outras propostas premiadas também deveriam participar na construção da aldeia. Por isso, os outros três participantes melhor classificados puderam participar na reconstrução da aldeia, concebendo os projectos para as infra-estruturas.

Quatro equipas de arquitectos participaram na concepção da Aldeia da Luz e das infra-estruturas de apoio à população:

- João Francisco Figueira da Silva: projecto global da aldeia e espaços públicos;
- Pedro Pacheco e Marie Clement: concepção do conjunto de edifícios que engloba a reconstrução da Igreja de N^a Sra da Luz, o museu da aldeia e o cemitério;
- Gravata Filipe (*atelier* PAL): desenho da zona e edifícios do jardim escola, escola primária e polidesportivo;
- Pedro George e Associados: projectos para a Junta de Freguesia, capela/casa mortuária, Centro de Saúde, Centro de Dia e tanque público.

Figura 44. Descrição do desenvolvimento do projeto depois do anúncio do concurso interno para as Unidades de Projeto, detalhando os arquitetos vencedores (ARQUITECTURA E VIDA, 2002)

A informação que se pretendia obter na pergunta doze, que diz ao respeito sobre se houve alterações da proposta ou se seguiram sempre a ideia inicial, foi respondida da seguinte maneira. O arquiteto começou por dizer que, em relação à metodologia da proposta, eles sempre foram coerentes até o fim, pois se tratou de uma metodologia participativa em que envolvia a participação dos aldeões nas soluções arquitetónicas para espaços públicos e tipologias de casas.

Dando continuidade à entrevista, a pergunta treze procurou questionar o arquiteto sobre a forma como a proposta desenvolvida pela sua equipa conseguiu responder às necessidades previstas do CE e se houve, ou não, inovação urbanística. Em resposta, para além das várias propostas apresentadas na primeira fase do concurso, o entrevistado referiu algumas inovações introduzidas na etapa de desenvolvimento do projeto, sobretudo na fase de execução da obra. Esse exemplo foram evidenciados na melhoria das infraestruturas da aldeia, no que se refere ao reforço das redes elétricas e de saneamento.

Em paralelo, o arquiteto destacou um fator que acabou por influenciar significativamente essa realidade urbana: o RGEU. Estas normas implicavam uma alteração substancial no que respeita ao perfil das ruas, passeios e à configuração das próprias tipologias edificadas.

“A grande alteração da imagem do espaço público tem a ver com a ver com a escala... as casas alentejanas eram mais feitas ao comprido perpendicularmente à rua com muitas divisões intermedias sem luz o que do ponto de vista da regulamentação tu não podes ter quartos sem iluminação...” (BANDEIRA, 16/05/2025)

A pergunta catorze contemplou o questionamento da quantidade de equipamentos existentes da AAL procurando saber se houve mais equipamentos desenhados na proposta. Para isto o arquiteto respondeu que em relação aos equipamentos, sobretudo depois do reconhecer a quantidade de trabalho que equiparava o desenho do plano geral e as tipologias, a equipa optou por distribuir o trabalho aos outros concorrentes³¹ por meio de um concurso interno (Figura 44).

“Havia também esta ideia de que o espaço público tem que ser uma construção plural e nada melhor do que entregar a diferentes projetistas...” (BANDEIRA, 16/05/2025)

³¹ Concorrentes que tinham ficado em 2º, 3º e 4º lugar.

No que diz respeito à pergunta dezasseis, procurou-se saber se o arquiteto tem uma autocrítica da proposta feita.

“O Siza uma vez disse-nos... vocês são novos e estão na idade de cometer erros.”

Ele afirmou que houve muita autocrítica e mencionou o exemplo do processo participativo como etapa importante mas a partir de certa altura foi necessário certa ordem. Embora esta tenha sido a realidade, o arquiteto afirmou que o processo participativo foi o suficientemente honesto com uma estratégia clara tendo aproximadamente um 90% das assinaturas das pessoas onde aceitavam as decisões do processo de concertação.

A pergunta dezassete questionou o entrevistado sobre as suas últimas lembranças do concurso. PB diz que as lembranças mais presentes na sua memória são as das paisagens do Alentejo e as visitas de estudo para AAL. A compreensão desta região e processo de elaboração do projeto foram importantes para o entrevistado.

3.3.2. Leitura crítica

Os conhecimentos obtidos por meio da entrevista ajudaram a compreender a maneira de trabalhar do arquiteto no concurso. Nesta parte põe-se em evidência as características da proposta da equipa de JF & Associados salientando a metodologia que adaptaram e as constituintes arquitetónicas estabelecidas. Desta forma, procura-se ver a visão global da proposta no território.

O elemento principal desta descrição é o documento “Um projecto para a Nova Aldeia da Luz” (João Figueira, 1996). O mesmo apresenta os elementos requeridos pela da promotor onde reflete a interpretação do local passando estratégia espacial e operativa. Este documento demonstra o trabalho feito pela equipa nº137592.

A maneira de agir da equipa começa com o reconhecimento de alguns agentes que justificavam o desenvolvimento do projeto total. Vê-se evidenciado no documento que a equipa sublinha que as aspirações e necessidades da população poderiam ser agrupadas em duas categorias: estruturação do espaço doméstico e o espaço coletivo.

“Ao mesmo tempo é evidente quanto os habitantes gostam da sua casa e da sua aldeia.” (JF,1996)

Esta afirmação procura introduzir uma realidade em que a aldeia estava inserida que era a de tratar-se de uma pequena aldeia com condições precárias com casas que são frescas no verão mas frias no inverno. Da mesma forma, salienta-se a simplicidade de distribuição dos espaços nas casas e reconhece-se a sua excelência construtiva.

Desde um início, reconhece-se a necessidade da participação da população no desenvolver do projeto. Ao mesmo tempo, numa vertente de tratamento da paisagem fala-se do impacto que há em alguns setores como a reconstrução de certas infraestruturas ou o reparcelamento do espaço aberto. Toma-se em conta o desenho das estradas no desenho global da paisagem repensando melhor estas articulações e os seus pontos finais.

Na estratégia da proposta, chega a ser necessário a integração de políticas socioeconómicas que são justificadas nos seguintes fundamentos:

- Melhores condições de habitabilidade da AL.
- Existência de voluntarismo para a criação de um ambiente propício num meio socio-territorial adverso.
- Política de promoção socioeconómica articulada com as políticas de maior alcance regional.

A equipa introduz a Estratégia Operativa, como parte da sua metodologia, onde procura-se responder às oportunidades de desenvolvimento económico, social e cultural da aldeia. No que diz respeito da solução urbanística, salienta-se que o saber técnico tem de saber formular as soluções políticas e territoriais, fazendo enfase nas políticas urbanísticas. Ao mesmo tempo, os técnicos devem ter conhecimento da realidade local focando-se em duas diretrizes:

- O inquérito urbanístico é um documento minucioso com detalhes sobre as exigências da população ao nível das soluções arquitetónicas. Estas informações foram parte de uma base de dados que representam ser a compreensão de elementos que caracterizam as habitações, equipamentos e outros edificados. Inclui-se o levantamento da AAL estudando a morfologia do Plano Geral.
- O reconhecimento das aspirações e expectativas da aldeia. Este processo visa transcrever a realidade social em dados que o Empreendimento de Alqueva introduz e analisar a pertinência dos agentes deste processo. A equipa visa um acompanhamento da elaboração das soluções urbanísticas por meio de consultas públicas.

Reconhece-se alguns fatores para a escolha da localização da NAL. Começando com o lago com uma presença forte na paisagem e a variação da cota da albufeira. Torna-se essencial, para a proposta, oferecer esta ligação entre a NAL e os campos agrícolas.

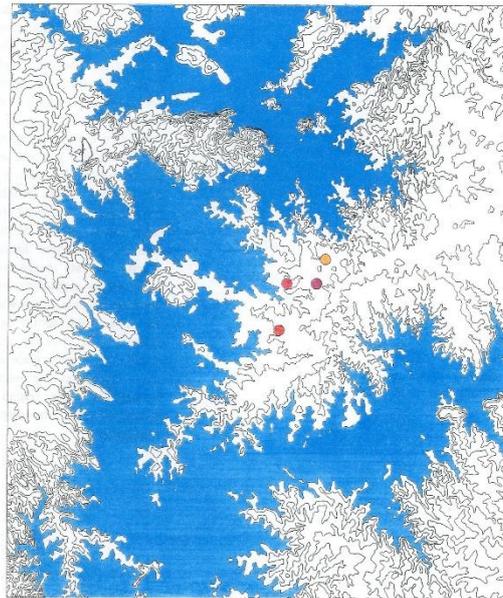


Figura 45. Carta explicativa com as 4 possíveis localizações da NAL (JF, 1996)

“Manter a continuidade entre aldeia e campos é assegurar a continuidade de formas de vidas profundamente enraizadas na comunidade local... A distância que importa não aprofundar não é tanto física mas, sobretudo, cultural.” (FIGUEIRA, 1996)

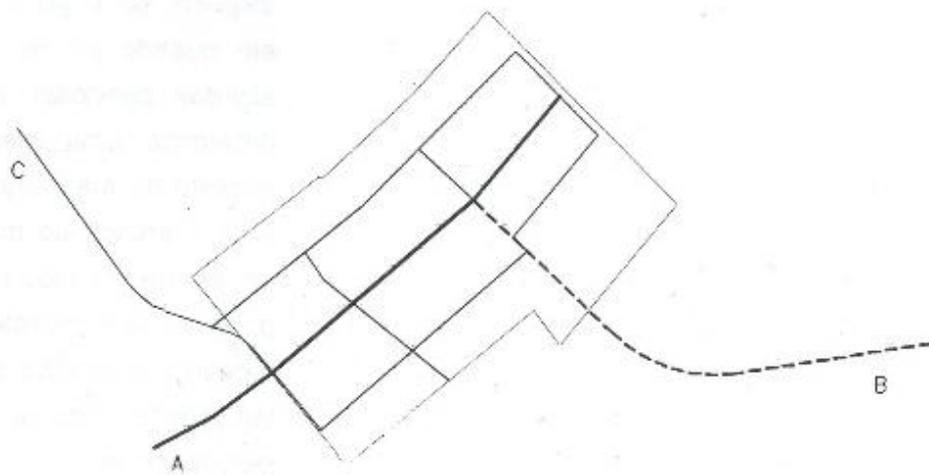
Introduz-se, assim, quatro hipóteses de possíveis localizações. (Figura 45)

A primeira localiza-se no centro do Monte Juliôa. Esta área não está incluída na RAN, REN ou na faixa de 500m de proteção à albufeira. Informa-se assim que a NAL estaria próxima do traçado Pipas-Valadares. Ao mesmo tempo, a localização teria uma zona ventilada ao norte dificultando a ligação com a albufeira.

A segunda localização encontra-se no centro da freguesia e é deslocada dos eixos viários. A sua área de construção é reduzida e encontra-se dentro da REN. No caso de haver alguma variação na cota da albufeira, a linha de água da NAL ver-se-ia afastada por causa dos terrenos terem pouca inclinação.

A terceira hipótese de localização encontra-se ligada à rede viária Pipas-Valadares e encontra-se em uma zona não abrangida pela REN e RAN. Trata-se de uma área de pouco interesse agrícola e implanta-se na única parte dos Montes dos Pássaros que não está submersa. Situa-se ao longo do percurso entre AAL e Mourão, zona conhecida pelos habitantes pela sua exploração agrícola.

A quarta e última localização situa-se em uma cota alta, oferecendo uma vista ampla sobre a albufeira no poente, com exposição semelhante a AAL. Encontra-se bem localizada em relação aos traçados viários e a área necessária encontra-se no REN.



| ARRUAMENTOS | |
|-------------|---|
| RUA SEIXO | A |
| RUA ASFALTO | B |
| RUA GRANITO | C |

Figura 46. Planta da proposta original para a NAL e as ruas principais (JF, 1996)

Propõe-se a chegada a NAL, na nascente, seja por meio de um campo de olivais. Utiliza-se o Depósito de água como ponto de destaque que evidencia a chegada a NAL. De entrada, existe um amplo Terreiro onde estão localizados o mercado, praça de touros e, ao fundo, a igreja. As áreas urbanas vêm-se divididas por meio das três ruas principais; duas perpendiculares de norte ao sul e outra perpendicular.

A equipa afirma que, embora exista uma diversidade de espaços coletivos, estes são interligados por ruas, praça e o terreiro tendo que oferecer um alto nível de conforto. “O dimensionamento do sistema de arruamentos, nos seus aspectos gerais e de pormenor, nas suas dimensões técnica e expressiva, constitui um aspecto central da nossa reflexão” (FIGUEIRA, 1996)

Entrando mais em detalhe, oferece-se uma explicação das tipologias das ruas A, B e C (Figura 46). Os autores afirmam que pretendiam detalhar os seguintes parâmetros:

- Dar uma forma clara e precisa ao espaço urbano
- Comunicar estas hipóteses projetais pondo elas em consideração do coletivo.
- Dimensionar de forma rigorosa o espaço urbano nas suas componentes funcional, técnico e económica.

Começa-se pela Rua A que apresenta, de acordo com a equipa, um desenho mais nobre por ter a faixa de rodagem calçetada a seixo e o passeio calçetado a escória de mármore. Trata-se da rua principal da aldeia oferecendo laranjeiras na sua extensão. A rua B apresenta dois passeios em betão lavado com juntas preenchidas a xisto. Esta via é asfaltada e pertence ao prolongamento da estrada de acesso à NAL. Por último, a rua C apresenta passeios em betão e tem juntas em xisto semelhantes à da Rua B.

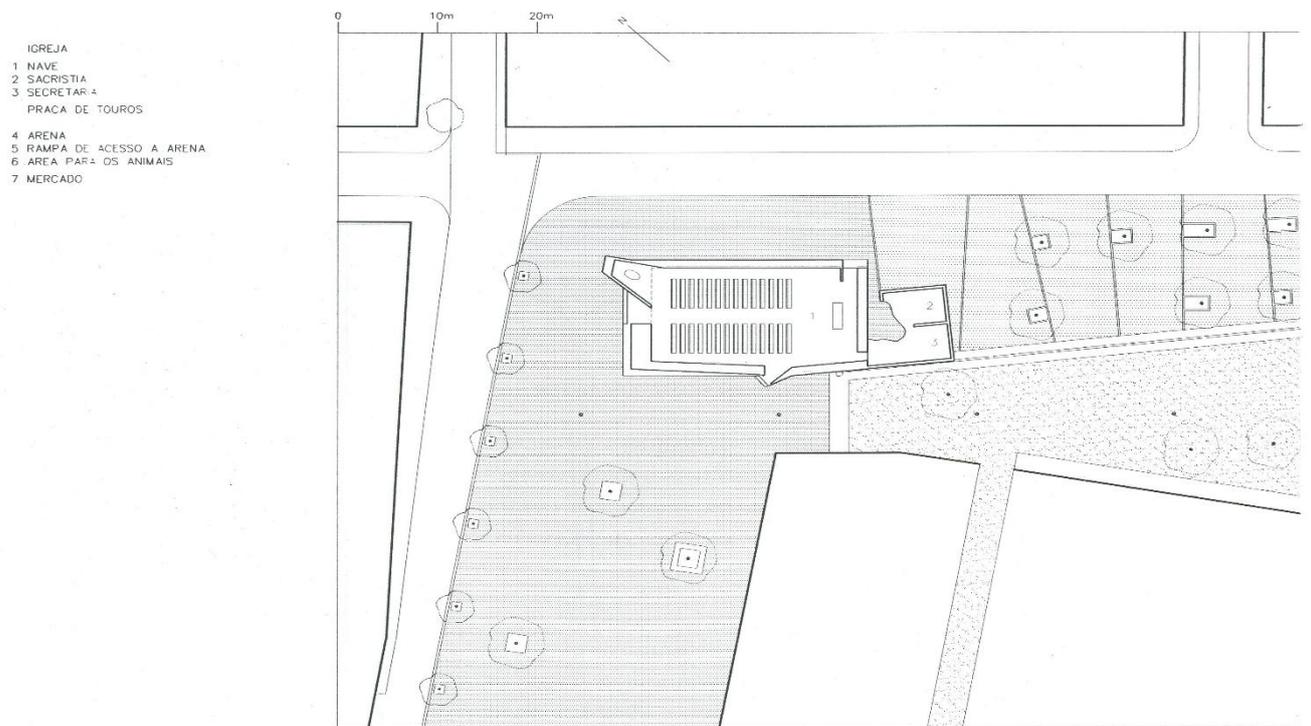
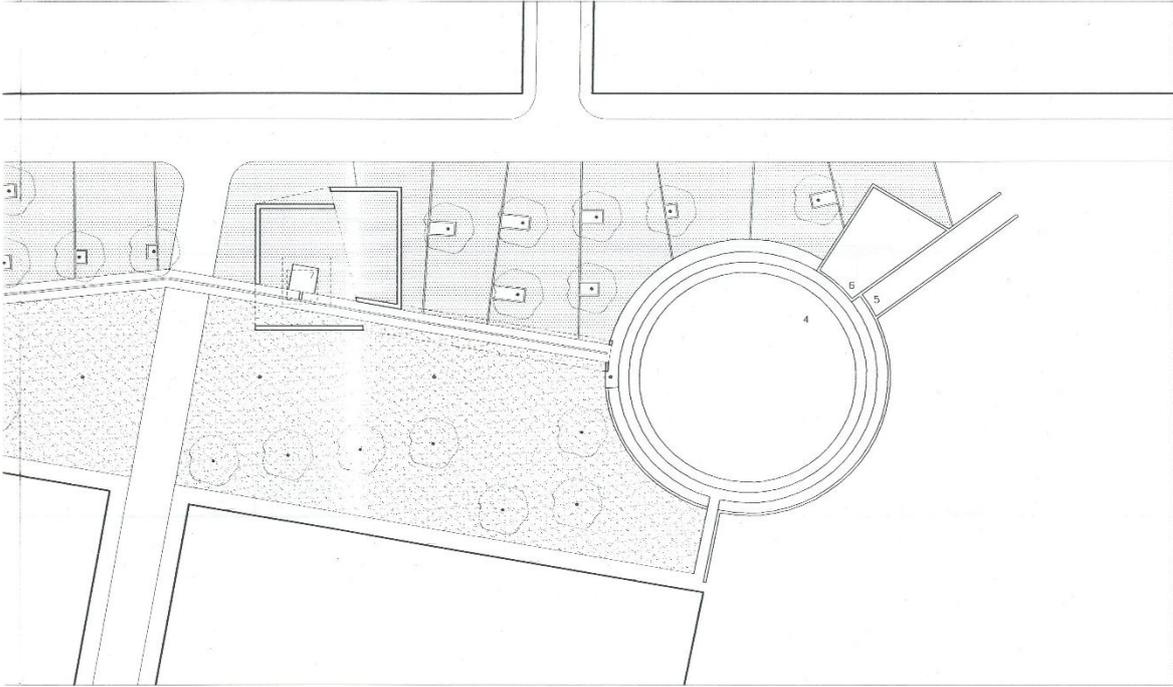


Figura 47. Planta da praça principale e os seus equipamentos, seguindo a proposta original da equipa (JF, 1996)



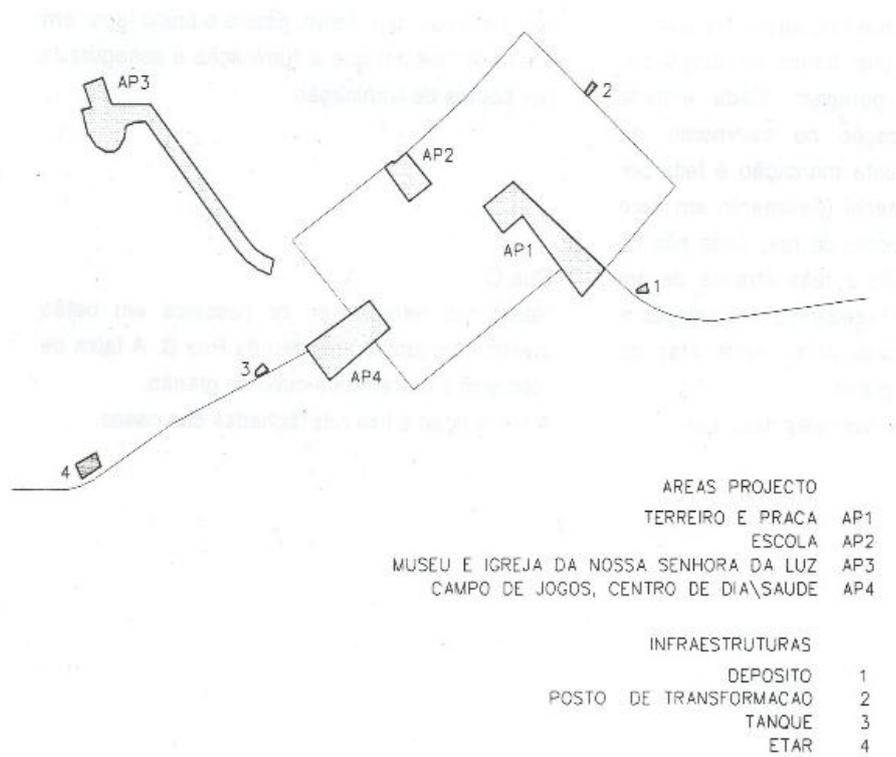


Figura 48. Distribuição de áreas na planta (JF, 1996)

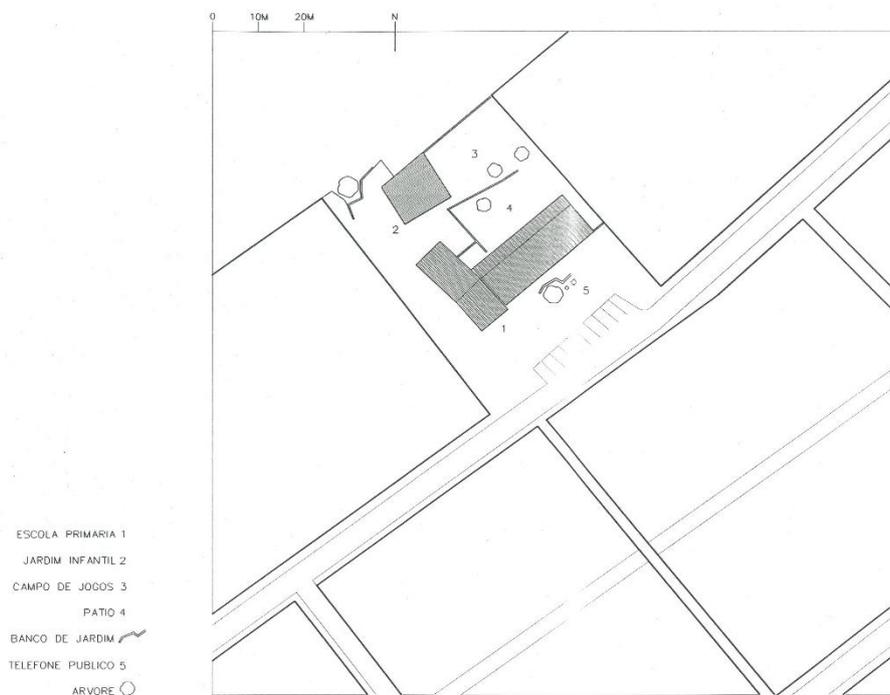


Figura 49. Planta da área do polo educativo (JF, 1996)

No que diz respeito ao espaço coletivo (Figura 48), a equipa começa a descrever o primeiro conjunto, catalogado como AP 1 (Terreiro e Praça), que faz parte da entrada à NAL. Este espaço vê-se limitado pela intersecção das ruas A e B e apresenta os seguintes equipamentos: praça de touros, mercado e igreja. Consta com um espaço de sombra devido as árvores presentes na sua planta e implementa-se um repuxo como elemento de água que nasce da igreja, passa pelo mercado e termina na praça de touros.

A igreja localiza-se na zona norte, onde a equipa considera a viragem entre o terreiro e a praça. Opta-se por ter uma igreja construída em taipa e pretende-se reutilizar materiais da antiga igreja como por exemplo: xistos, tijoleiras para pavimentos e as madeiras para coberturas. O mercado trata-se de um volume fechado e branco. Por último, a arena ou praça de touros resulta como remate deste conjunto de equipamentos.

Em seguida, a equipa introduz o AP 2 (Escola), tratando-se do polo educativo (Figura 49) onde se insere a escola ao longo de um quarteirão perto do limite do quadrante onde a NAL estaria inserida. Este conjunto contém duas edificações oferecendo os programas de Jardim Infantil e a Escola Primária. Reconhece-se o sobredimensionamento dos volumes projetados reconhecendo o uso múltiplo que estes edifícios poderiam oferecer como é de atividades lúdicas não ligadas com a educação.

Depois deste conjunto, encontra-se o AP 3 (Museu e Igreja da Nossa Senhora da Luz) onde é introduzido a proposta para o perfil museológico denominada como Ecomuseu. A equipa define este programa como uma instituição que procura gerir, estudar, explorar para fins científicos, educativos e outros, no contexto da NAL. Categoriza-se este Ecomuseu como um meu do tempo e do espaço devido as seguintes afirmações:

- Considera-se o tempo longo, a própria história da aldeia que lhe outorgaram as características de um lugar e considera-se, também, o tempo prospetivo onde se explicam as dinâmicas do presente.
- Interpreta-se ao espaço com o processo de territorialização de uma memória, sendo esta memória traduzida em elementos físicos e imateriais.

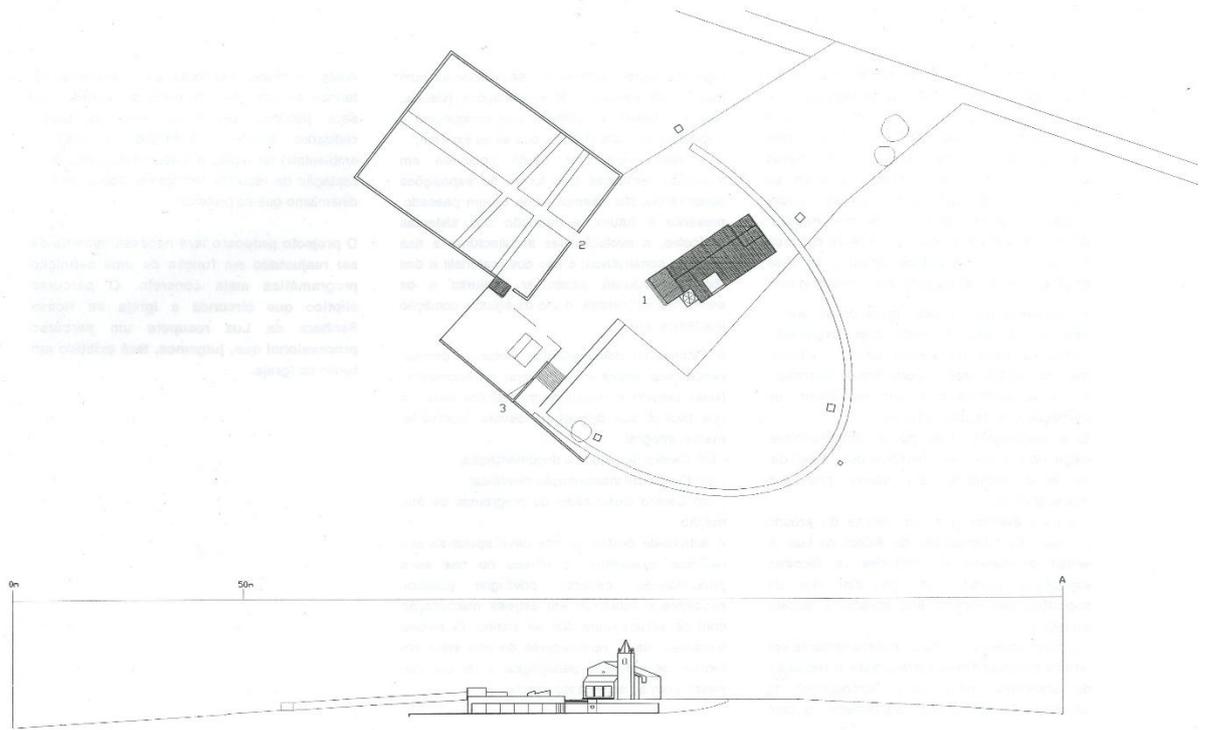


Figura 50. Planta e corte do polo INSL, museu e cemitério (JF, 1996)

“...Queremos que o museu seja uma reserva identitária, um fator de reconciliação e de continuidade de gerações, e uma reserva identitária...” (FIGUEIRA, 1996)

Em adição a estas informações, menciona-se a localização distante do centro urbano tendo neste polo a INSL, o museu e o cemitério (Figura 50). Este conjunto tem uma carga simbólica que tem a ver com as memórias da AAL e propõe construir uma ponte entre a comunidade com as suas raízes culturais.

Na planta geral feita pela equipa estabelece três lugares espalhados na aldeia dedicados às infraestruturas. Estes elementos são: o depósito, o posto de transformação, ETAR, e o tanque.

A proposta da equipa oferece um espaço de doméstico com um parcelamento detalhado (fig. X) tendo em conta à malha utilizada onde se esclarece que a mesma poderá ver-se alterada. Toma-se em consideração os requerimentos dos aldeões para o re-estruturamento desta grelha que será analisada com os futuros usuários.

“A responsabilidade do arquiteto reside no tratamento ao nível da forma de programas profundamente enraizados nos hábitos sociais.” (FIGUEIRA, 1996)

Desta afirmação consegue-se introduzir que o lote na NAL deve acomodar a complexidade da vida familiar. Nesta fase do concurso, a equipa oferece uma solução cuja profundidade em certos detalhes sejam maioritariamente para os espaços públicos, dando alguns detalhes para a parte da configuração das habitações.

Por conseguinte, a equipa nega a reprodução do estilo de casas existentes tendo soluções arquitetónicas com casas fechadas, de pouca iluminação, sem casas de banho, entre outras características. Propõem-se continuar a trabalhar com casas de um único piso e visa-se continuar com alguns elementos construtivos e tipológicos das antigas casas como o tipo de cobertura, beiral e, sobretudo, a chaminé que é um elemento importante na imagem da população.

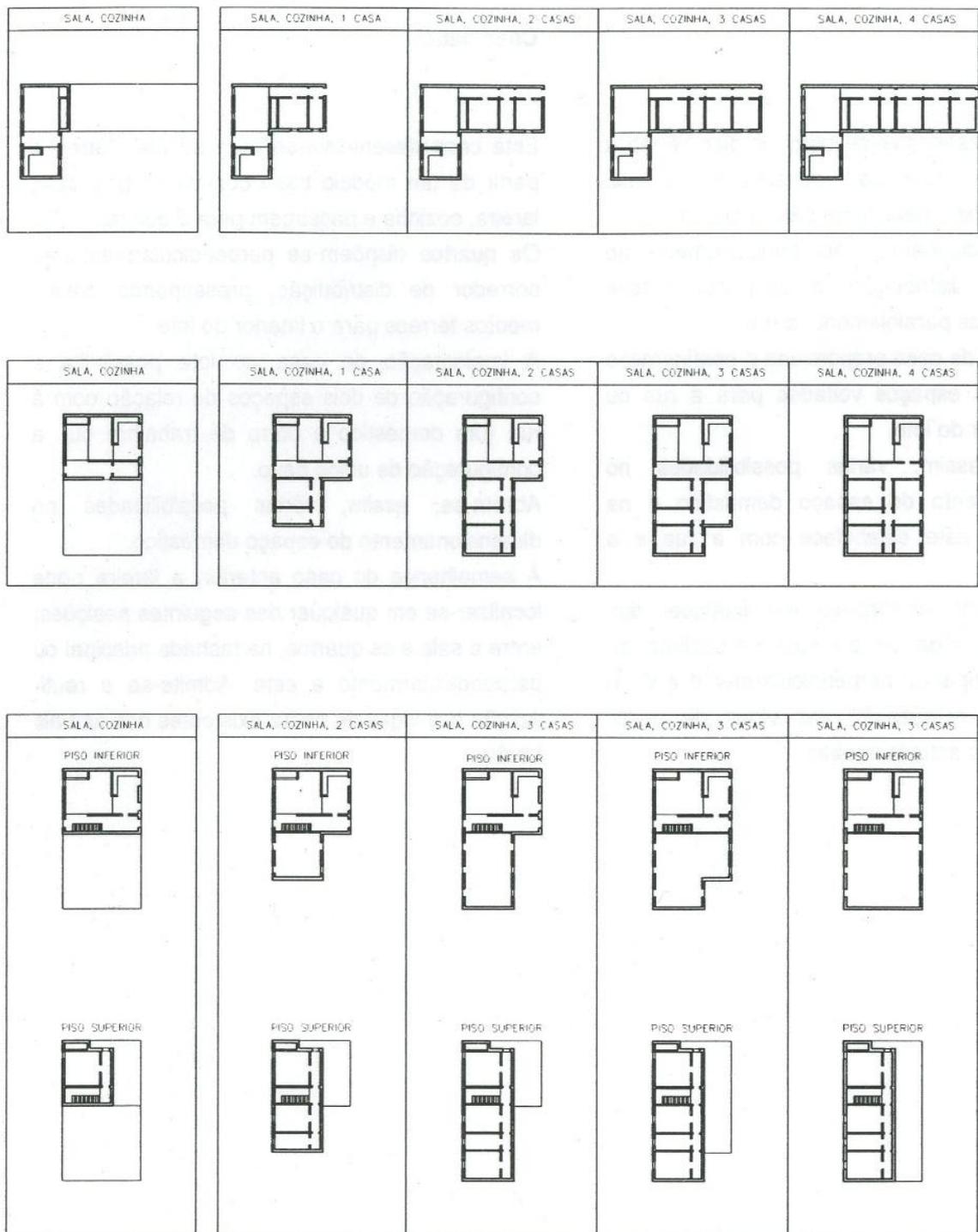


Figura 51. Planta das possíveis tipologias de acordo com a realidade das famílias (JF, 1996)

A lógica de organização do interior das habitações escolhida pela equipa fundamenta-se por meio de um grupo de soluções tipológicas adaptadas ao uso doméstico. No que diz respeito ao lote, existem elementos influentes na perceção da aldeia como a posição da casa, telhados, muros e pátios, o esforço conceitual foi ideado com o objetivo de garantir uma imagem global da nova aldeia.

Deste modo, a equipa introduz as três tipologias (Figura 51), sendo a casa térrea, casa pátio e casa de dois pisos. No primeiro caso, a casa térrea apresenta um único piso que tem uma planta distribuída a partir de um módulo base, constituído pelos seguintes espaços: sala, lareira, cozinha e passagem para o quintal. Os quartos encontram-se desenhados de forma perpendicular ao corredor pressupondo um crescimento paralelo à rua e a orientação da casa estabelece pequenos espaços voltados para a rua ou no interior do terreno.

Já no caso da casa pátio, estabelecem-se os mesmos componentes da casa térrea com o distintivo que, no caso a casa evoluir, este crescimento térreo seria feito no interior do lote. A expansão da casa no terreno oferece dois espaços: um doméstico e outro de trabalho; alternativamente a configuração da casa pode ficar formado por meio de um espaço interno mais privativo voltado para o interior do lote.

A última tipologia representa uma casa de dois pisos em que, tendo como bases os principais espaços oferecidos nas outras tipologias, oferece a possibilidade de ter um meio piso superior com a distribuição dos quartos por meio de um corredor permitindo usar a planta térrea para atividades comerciais. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de ter pequenos pátios no interior do terreno.

A isto, se suma o fator em que todas as casas, a lareira pode ser localizada na sala ou na cozinha, sempre estando de forma perpendicular a fachada.

4. Inovação

Introdução ao capítulo

Compila-se as informações mencionadas nos últimos capítulos para desenvolver um capítulo que responda às perguntas formuladas na problemática. Procura-se saber a existência ou inexistência de inovação dentro do CPPNAL tendo em consideração algumas vertentes da estruturação do concurso, como também, os agentes envolvidos no processo. Esta troca de experiências confere uma multiplicidade de formas de agir que serão descritas ao responder de cada pergunta.

Palavras-chave: inovação, concurso, AL, promotor, vencedores.

Personagens: EDIA, júri, Pedro Pacheco, Pedro Bandeira.

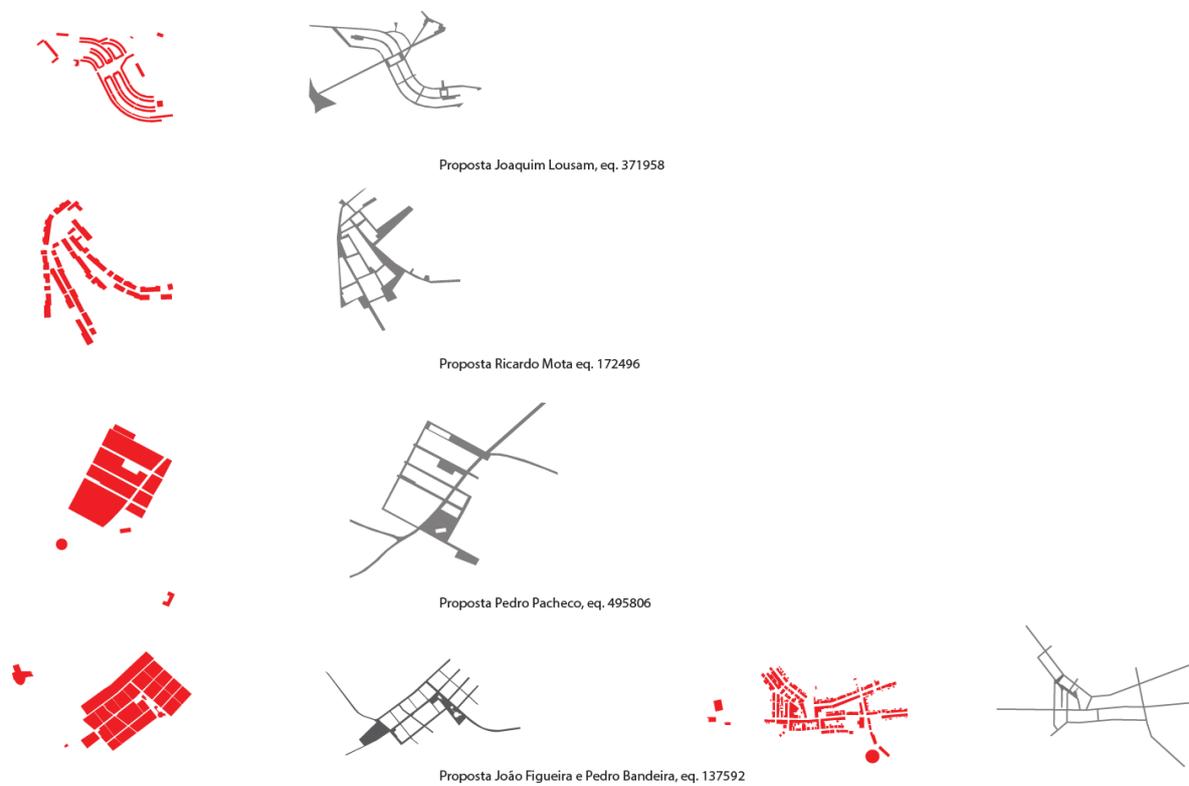


Figura 52. Quadro com as plantas obtidas por meio da visita ao arquivo da EDIA e o arquivo dos arquitetos (Produção própria, 2025)

4.1. O que é inovar?

Ao longo de esta investigação, o significado de inovação em concursos de arquitetura foi mencionado por meio de perspectivas teóricas e práticas. Neste último capítulo, chega a ser fundamental retomar as premissas mencionadas para estabelecer a base crítica que sustentará a análise do concurso em estudo. Neste contexto, o ato de inovar não se limita ao fato de introduzir novos elementos, mas produzir transformações relevantes no modo que se estrutura o processo concursal, se definem os critérios de avaliação e se estabelece o diálogo entre os vários agentes envolvidos.

Foram tidos em consideração os seguintes indicadores de inovação:

- Modelo organizativo do concurso
- Limitações no CE e liberdade criativa
- Inclusão de critérios de avaliação incorporando questões sociais (processo participativo)
- Constituição do júri multidisciplinar
- Envolvimento do promotor ao longo do processo

Além disso, reconheceu-se que a inovação tem sido refletida em diferentes escalas nascendo de decisões subtis no regulamento até as próprias soluções arquitetónicas (Figura 52) oferecidas pelos participantes que questionavam a realidade lusense e procuravam uma ligação direta com o território. Assim, neste capítulo, a avaliação do concurso será orientada por meio destes critérios, sendo eles articulados com os discursos dos agentes entrevistados e com a leitura crítica do processo como um todo. Esta abordagem permitirá perceber se a inovação se afirmou como valor central no concurso ou se permaneceu como retórica no CE.

Chega a ser necessário a reintrodução das perguntas que constituem a problemática desta investigação com o objetivo de avaliar em que medida foram respondidas ao longo do trabalho. A investigação nasceu das seguintes perguntas:

Qual é o caráter inovador do concurso da Nova Aldeia da Luz?

Quais são as possíveis temáticas de inovação dentro do concurso?

Como é que as soluções apresentadas reagiram aos problemas lançados no concurso?

A primeira pergunta procura saber, de forma global, a existência ou ausência do caráter inovador do concurso. Este fenómeno justifica-se pela natureza do concurso e pelo contexto inserido, tratando de um concurso de uma temática pouco comum. Para além disso, procura-se compreender algumas perspetivas que tornaram a este evento um acontecimento único para a contribuição de desenvolvimento de uma das maiores infraestruturas no país.

Esta pergunta assume-se como catalisadora e o motivo principal da investigação, pois nela se reúnem os esforços realizados para alcançar um resultado que melhor reflita a vontade geral da comunidade. No âmbito académico, é relevante destacar as etapas do concurso e como, em algumas delas, surgiram respostas, questões ou mesmo incentivos que pretendiam obter soluções inovadoras.

As temáticas relacionadas com a inovação são abordadas na segunda pergunta, que procura catalogar as possíveis vertentes inovadoras dentro do próprio concurso. Esta tarefa inclui características diferenciadoras em áreas nas quais os três agentes selecionados souberam trabalhar profundamente. A última pergunta pretende saber se as soluções arquitetónicas dos dois participantes escolhidos conseguiram responder ao problema central do concurso de forma inovadora.

Adota-se uma que parte da identificação de possíveis parâmetros de inovação e põe em causa questionando a sua pertinência na pesquisa. Toma-se consideração três agentes que justificam o seu ponto de vista por meio de diferentes documentos e procura-se estabelecer pontos de conexão ou de desacordo salientando os pontos a favor de cada raciocínio.

Procura-se, assim, articular essas linhas de pensamento nos momentos-chave do concurso, respondendo sempre ao programa com uma perspectiva de inovação em arquitetura. Trata-se de um processo enriquecido devido à participação de um grupo multidisciplinar para um mesmo evento e pretende-se mencionar o aporte feito nas suas diversas áreas.

Introduz-se os agentes que fizeram parte do concurso que são de grande importância para a estruturação de uma fase de reconhecimento de parâmetros de inovação. A limitação destes agentes ajuda a esclarecer como é que o processo concursal varia de acordo com o profissional envolvido e a sua perspectiva em relação ao trabalho que se espera a ser desenvolvido.

1º agente: apresenta-se o grupo de avaliadores que fizeram parte do júri. Eles tornam-se no claro exemplo de uma rede de profissionais completa tratando-se de uma equipa que proveem de diversas áreas que vão desde a área administrativa até diferentes profissionais na área arquitetónica. Esta mistura das duas áreas viu-se como um ponto positivo na hora de julgar as propostas por causa de se tratar de pessoas que conhecem o local e prática arquitetónica. O documento base foi o Relatório do Júri.

2º agente: a EDIA, promotora do concurso, que manifesta os seus interesses por meio de dois documentos fundamentais, o CE e o Programa Preliminar. Ambos detalham aspetos específicos do concurso e a sua diferença reside na sua constituição. O CE define os documentos exigidos para a submissão das propostas, incluindo materiais gráficos e escritos tais como os currículos dos participantes, a memória descritiva, plantas, etc. Já o Programa Preliminar estabelece os requisitos técnicos e funcionais para a elaboração do plano geral, por exemplo, o número de habitações previstas e os equipamentos desejados.

3º agente: toma-se em consideração os dois participantes que aceitaram em fazer parte da pesquisa: o Pedro Pacheco e o Pedro Bandeira. Estes arquitetos destacam-se pelo seu trabalho feito e seu esforço que se viu refletido na lista de vencedores do concurso. Nos dois casos, tomou-se a informação proveniente do arquivo de cada um dos arquitetos e adicionou-se as informações obtidas na entrevista. A entrevista deu um olhar mais aprofundado em alguns detalhes do desenvolver do concurso.

4.2. Inovação arquitetônica em concursos com temáticas pouco convencionais

A prática arquitetônica é frequentemente moldada pelas lógicas do mercado, que, em maior ou menor grau, refletem as necessidades dos consumidores. Os concursos com temáticas pouco frequentes surgem justamente em um ponto de divergência em relação a esse modelo dominante, procurando oferecer respostas a problemas raramente abordados. Transformam-se assim, em terrenos privilegiados de experimentação e inovação. Alguns exemplos podem nascer de catástrofes naturais, exploração de imaginários específicos, alterações radicais de um território, etc.

Entre esses exemplos destaca-se o CPPPNAL, promovido pela EDIA no âmbito da construção da barragem do Alqueva. O evento tornou-se emblemático ao questionar o real significado de uma infraestrutura de desenvolvimento e os sacrifícios necessários para a sua concretização.

A NAL constitui, portanto, um caso raro de concurso público de ideias que procurou obter o desenho de um plano geral para a nova aldeia tentando conciliar a inovação arquitetônica com a salvaguarda da memória coletiva de uma comunidade obrigada a deslocar-se. A edificação da barragem, tratou-se de uma verdadeira mega-infraestrutura que implicou o desaparecimento físico da aldeia original e a necessidade de reconstruir não apenas casas, mas também o sentimento de pertença dos seus habitantes.

O CPPPNAL resulta, assim, de uma cadeia de decisões que afetou diretamente a população da AL e evidenciou a urgência de reconfigurar todo um tecido social e territorial. O processo, inevitavelmente delicado, exigiu uma conciliação entre memória e inovação, tanto por parte da entidade promotora quanto dos arquitetos participantes.

Este subcapítulo reconhece, portanto, o CPPPNAL como um acontecimento singular no panorama dos concursos de arquitetura, propondo um conjunto de critérios que permitam compreender a forma como foi concebido tendo em consideração à altura em que este foi instaurado e os requerimentos exigidos.

Ao promover um concurso de arquitetura com uma temática não tradicional, o objetivo não é apenas resolver uma questão funcional, mas desafiar os limites do pensamento das pessoas que pretendem participar no concurso, ampliando assim o seu repertório técnico da prática. Trata-se de saber responder a uma pergunta que desencadeia uma série de questões dos processos de desterritorialização e põem em questão a relevância da prática arquitetónica.

Sendo assim, introduz-se o promotor como agente principal do construir o concurso sabendo cuidar os seus interesses, como também os da população e os dos concorrentes. Os concursos, de modo semelhante que outros processos formais, requerem uma série de regras que ditam os limites da sua extensão. A natureza do concurso estabelece um alto nível de informações que foram esclarecidas por meio de um documento essencial: o Regulamento.

Este documento, do mesmo modo que o CE e o Programa Preliminar, introduz as primeiras diretrizes que são traduzidas em intenções formais para os concorrentes lerem. Importa assim, salientar a escolha de certos critérios de avaliação que permite um espaço para propostas experimentais. O reconhecimento do carácter de inovação do concurso subjaz nestes parâmetros que vão a par com outros componentes do concurso.

De acordo com o Regulamento do concurso, na página 9, apartado 11, estabelece-se que:

“11.7. O Júri definirá o critério de pontuação classificativa a atribuir aos critérios gerais de avaliação que, por ordem decrescente da sua importância, são os seguintes:

11.7.1. Cumprimento do Programa Preliminar;

11.7.2. Qualidade da solução urbanística, entendida nas seguintes componentes:

- Integração urbano-rural
- Enquadramento ecológico-paisagístico
- Perspetivação histórica, inovação urbanística e arquitetónica...” (EDIA, 1996)

A própria temática original do CPPNAL foca-se na reconstrução simbólica e física de uma comunidade desterritorializada. É por isso que exigiu-se uma leitura sensível e informada do contexto do território tendo em conta a parte arquitetónica, social e cultural da AAL. No entanto, a composição do júri revelou ser um dos grandes obstáculos à plena valorização do processo devido à ausência significativa de arquitetos entre os membros do júri.

Esta ausência limitou a capacidade do júri de avaliar criticamente as propostas com maior densidade conceitual. A representante da AAP Maria Manuela Taborda Fazenda (futuramente mencionada como Maria Fazenda) que se manifesta por meio do Relatório Individual diz o seguinte:

“Em primeiro lugar surge a própria natureza do concurso envolvendo diversas disciplinas, em que arquitetura não era a especialidade dominante, mas aparecia com o papel importante de emprestar uma IMAGEM a todas as opções interdisciplinares que terão forçosamente que estar presentes quase se trata de *criar* uma NOVA ALDEIA.” (FAZENDA, 1996)

Ainda no mesmo documento, Maria Fazenda menciona a falta de representantes em especialidades exigidas aos próprios concorrentes tornando difícil o trabalho de apreciar as propostas em mais de uma disciplina, sobretudo no que diz respeito à sociologia, economia rural e direito fundiário ou propriamente engenharia civil.

De acordo com Maria Fazenda, o concurso previa 3 arquitetos na constituição do grupo dos membros do júri cujo número foi alterado posteriormente pela EDIA e passaram a ser 4 arquitetos do total de nove membros do júri. Maria Fazenda afirmou que foram sentidas dificuldades pelo fato de os arquitetos estarem em minoria.

Em adição, esta condição reflete um problema estrutural mais amplo: a inexistência, à época, de uma legislação específica para concursos de conceção de ideias em Portugal, o que deixava margem para júris sem competências adequadas à natureza do concurso. Ainda tendo em consideração o Relatório Individual, Maria Fazenda menciona uma desadequação da parte legal da constituição dos concursos de acordo com o Decreto de Lei nº 55/95 de 29 de março e reconhece uma legislação criada propriamente para os concursos de conceção.

Quando se trata de concursos com programa pouco usais, como foi o CPPPNAL, essas falhas institucionais evidenciam uma necessidade de leitura disciplinar aprofundada e necessidade de ter uma abertura a experimentação arquitetónica. Assim, o CPPPNAL, para além de se tornar um caso de estudo sobre a inovação, também é uma demonstração clara das limitações de um sistema que, na altura, não valorizava a especificidade dos concursos de ideias.

Seguindo a abordagem dos concursos com temáticas pouco comuns, esta obriga aos participantes a rever os seus métodos de trabalho. A inovação, nesse contexto, não é apenas incentivada, mas demandada. Por meio das entrevistas realizadas, torna-se evidentes como os arquitetos traduzem e interpretam as condições e regras lançadas pelo promotor.

Os participantes entrevistados sublinharam o papel central do Regulamento e Programa Preliminar na definição do campo de possibilidades nas soluções arquitetónicas. Embora reconheçam o rigor necessário nestes documentos, notam também que o modo como os pressupostos são formulados pode limitar ou libertar a criatividade.

Introduz-se assim os pontos de vistas dos concorrentes salientado a leitura do CE. Estes pontos de vista procuram sublinhar os pontos positivos de ter certo nível de abertura em relação ao programa, sobretudo, tratando-se de um concurso com uma temática específica que nem foi o do CPPNAL.

A abertura programática concebida, nomeadamente no que respeita à localização e alguns elementos fundamentais para a conceção de um plano geral de uma nova aldeia, é mencionada pelo PP na entrevista, reforçando a ideia que a o CE procurava, desde o início, valorizar a liberdade criativa dos participantes, sem deixar de estabelecer de forma clara os princípios orientadores a cumprir.

“Lembro-me que, por um lado era um concurso de ideias, a tipologia de ser um concurso de ideias, ele tinha logo que ter um caráter mais livre portanto não determinava como muitos concursos fazem, há uma área para a implantação de um determinado programa... Aqui não havia essa condicionante, estávamos um pouco livres e juro que foi uma das coisas mais difíceis. Parece-me que foi uma estratégia também do concurso, que obrigar as equipas a elaborarem uma metodologia de estratégia de abordagem.” (PACHECO, 2025)

Neste contexto, coloca-se uma questão relevante para o aprofundamento do tema:

Será que uma maior liberdade criativa, proporcionada pela abertura programática e natureza do concurso, conduz inevitavelmente a uma maior inovação no processo de criação de propostas?

No caso específico do CPPNAL, a resposta do PP sugere que, apesar da liberdade concedida, existiam condicionantes estruturais que orientavam as decisões do projeto. Tratava-se de uma situação concreta: uma aldeia que teria de ser demolida, cuja população precisava de ser realojada, e um novo plano urbano teria de ser desenvolvido nas proximidades. A decisão de manter a comunidade unida em um local próximo já havia sido tomada em conta com base ao inquérito feito à população. Este documento esclarecia as vontades dos lusenses perante o futuro da aldeia e conferia, assim, um enquadramento objetivo para a estruturação do concurso.

Dentro desse enquadramento, ainda no ponto de vista do PP, os concorrentes dispunham de liberdade para definir a estratégia de ocupação e a implantação concreta da nova aldeia num terreno mais seguro e estável. A complexidade subjaz no equilíbrio da reflexão dos determinados parâmetros que dão caráter a um plano geral e uma aldeia, oferecendo uma estrutura coerente no que pode ser inovador e no que pode estar relacionado a um território em específico.

Em adição, PP observa que a percepção do caráter inovador com concurso variou de participante a participante, sobretudo na forma como cada equipa valorizou projetos de referência que apresentassem características semelhantes às do CPPNAL. Nesse sentido, o arquiteto destaca o caso da Malagueira como um exemplo particularmente próximo dentro do contexto arquitetónico-cultural português. Tratou-se de um projeto que procurou integrar-se no tecido urbano existente, propondo um novo modo de habitar. Esta associação evidencia uma tendência natural entre os arquitetos: a de comparar situações semelhantes e recorrer ao uso de referências arquitetónicas consolidadas como base conceitual para o desenvolvimento de novas propostas.

Em continuação com estas reflexões, o segundo entrevistado aprofunda a questão de liberdade criativa, no seu ponto de vista, tornada à inovação tendo em conta o processo processual. Ao invés de focar-se em referências arquitetónicas diretas, destaca o grau de complexidade tendo uma natural polaridade na natureza do concurso. Sendo assim, PB salienta que, por um lado, a liberdade criativa viu-se refletida nas propostas oferecidas pelos concorrentes mas que, por outro lado, o concurso era fechado pelo rigor descrito no CE.

Embora esta dualidade do concurso, a verdadeira complexidade reside menos na ausência de diretrizes concretas e mais na necessidade de construir uma narrativa coerente e fundamentada. O que se procurou foi uma metodologia que soubesse responder ao contexto físico em questão.

Esta abordagem complementa o ponto de vista anterior, ao evidenciar que a inovação, mais do que uma questão propriamente de solução figurativa ou de linguagem, aparece como resultado de uma leitura atenta às condições propostas e da capacidade de saber reconhecer com sensibilidade o processo específico que requer, por sua vez, respostas críticas. Para este concorrente, o desafio encontrava-se em legitimar a proposta a partir da singularidade do local e o estudo mesmo, sem ter em consideração alguma referência arquitetónica.

O segundo entrevistado introduz uma perspetiva crítica no que diz respeito ao uso de referências projetais, mencionando o caso da Malagueira, caso emblemático pela sua relevância na arquitetura moderna portuguesa, sendo ela desde o início rejeitada pela população local. Segundo o arquiteto, essa referência, embora arquitetonicamente valorizada, não correspondia com as expectativas nem as formas de vida que os habitantes procuram obter para o novo assentamento.

Este desacordo põe em evidência uma tensão fundamental: a pertinência de uma referência apenas no seu valor disciplinar, mas na sua ressonância e concordância cultural e social, sobretudo tratando-se de um caso de concurso de temática específica.

Neste contexto, a inovação não procurava replicar modelos consagrados, mas pretendia escutar as necessidades expressas pelos futuros habitantes e traduzir este grupo de questões em soluções espacialmente viáveis e adequadas. Assim, o arquiteto reconhece que o desafio maior foi desprender-se de certas convenções formais para dar lugar a um processo verdadeiramente atento ao lugar e as suas pessoas, respeitando a ideia de aldeia alentejana.

4.3. Inovação arquitetónica nas respostas ao concurso

Este capítulo explora a articulação entre a inovação arquitetónica e a escolha do processo participativo como possível solução programática. Procura-se compreender a relevância da participação ativa dos usuários como elemento central na formulação de soluções arquitetónicas eficazes enraizadas ao território.

Neste enquadramento, propõe-se a construção de uma metodologia enquanto ferramenta que visa construir uma ligação entre as necessidades do promotor e as expectativas dos usuários, permitindo, ao mesmo tempo, abertura à inovação. Essa metodologia estrutura-se a partir da definição de um problema que fundamenta a existência do concurso, ao qual se seguem múltiplas possibilidades de abordagem, refletindo diferentes interpretações do problema.

Ao longo deste capítulo, serão discutidas as estratégias metodológicas que incorporam possíveis práticas inovadoras. Trata-se de uma procura do que foi exigido por meio do ponto de vista do promotor e futuramente avaliado pelo júri.

Em continuidade ao processo de reconhecimento de inovação do concurso, torna-se essencial descrever o papel do promotor enquanto agente principal da definição da metodologia adotada. Desta forma, sublinha-se a responsabilidade de conectar pontos estratégicos do projeto assegurando uma dinâmica de trabalho que reflita as necessidades da população, sempre tendo em conta os critérios técnicos e criativos.

Embora tenha-se descrito as características do concurso, reafirma-se a definição do CPPNAL estabeleceu uma grande oportunidade para oferecer diversas abordagens e estratégias a este tema em específico. Por este motivo, reforça-se a compreensão do carácter do CPPNAL utilizando algumas informações do Regulamento, o Programa Preliminar e Memória Descritiva.

Começa-se pela descrição dos três pontos estratégicos mencionados na Memória Descritiva, sendo eles: a mobilização da população, a adequação ao tradicional e a criação de diferenças e de complementaridades face a envolvente.

Face a isto, sublinha-se um apartado que contem informações explícitas sobre o trabalho em conjunto entre os aldeões e o vencedor que se procura ter, sempre tendo em consideração as diretrizes do promotor:

“Chegará, no quadro da calendarização definida, um momento de *chave-na-mão* que foi gerado em comunhão de interesses com as autoridades e a população local, a partir de uma figura que consideramos imprescindível criar neste âmbito e que será o Gabinete da Luz, enquanto fórum de discussão, de acompanhamento e de decisão do processo de implementação desta estratégia.” (EDIA, 1996, p. 27)

Este parágrafo detalha a vontade natural do trabalho pretendido tratando-se do produto de uma serie de discussões que verificam as alterações da proposta vencedora. Tem de se salientar o fator de que este trabalho colaborativo somente é mencionado no documento da Memória Descritiva e Justificativa, deixando de ser descrito como um requerimento tanto no Regulamento ou no Programa Preliminar. Portanto, trata-se de uma parte da estratégia que ficou num dos documentos elaborados pelo promotor mas não houve uma sequência ou formalização deste requerimento.

Já no documento do Programa Preliminar, a metodologia de conceção do concurso pretende procurar a melhor solução urbanística tendo em conta a realidade do local ao ser objetiva e criativa ao mesmo tempo. Trata-se de um processo de realojamento com um elevado nível de sensibilidade para a compreensão da realidade local e a elaboração de uma proposta.

Confere-se assim a justificação por trás do concurso, tendo a primeira fase que procura fundamentar a escolha da localização reconhecendo a possibilidade de ter uma fases posteriores onde se desenvolvam os elementos caracterizadores do plano urbano da NAL.

Ainda no Programa Preliminar, no apartado de calendarização³², menciona-se a fundo o carácter inicial do concurso com as suas fases de conceção onde reconhece-se uma fase intermedia para o desenvolvimento de áreas urbanas. Trata-se dos equipamentos e, ao mesmo tempo, afirma-se a oportunidade de eles serem feitos por outras equipas que não sejam a equipa vencedora.

“É por isso que o cronograma proposto pressupõe a possibilidade de, mesmo anteriormente à aprovação final do Projeto de Plano serem desenvolvidos outros planos e projeto específicos, decorrentes de opções gerais entretanto feitas e aceites como, por exemplo: plano de infraestruturas viárias, plano paisagístico... Ou ainda, a nível de projeto de arquitetura, o projeto do Museu, o plano de reconstrução da Igreja ou o s projetos do Centro de Saúde ou da Escola.” (EDIA, 1996, p. 32)

Para finalizar com as informações do Programa Preliminar, esclarece-se a necessidade dos participantes desenvolverem inquéritos urbanos e arquitetónicos do local, incluindo as suas infraestruturas como parte do desenvolvimento da metodologia de trabalho das propostas.

No contexto do processo de avaliação das propostas submetidas, toma-se em conta a análise rigorosa do júri seguindo os critérios preestabelecidos do promotor. Dá-se ênfase na metodologia de estruturação das propostas consoante a existência de possíveis parâmetros de inovação em arquitetura.

Em primeiro lugar, procura-se compreender a apreciação crítica que reflete na coesão e solidez da metodologia de cada proposta, privilegiando aquelas que apresentam: um estudo detalhado do local e a sua envolvente, uma leitura os valores que caracterizam a AAL, uma ou varias escolhas da localização bem sustentadas, reinterpretem a problemática com os objetivos do concurso e que demonstrem qualidade na proposta geral.

Neste contexto, foram particularmente valorizadas duas propostas, das quais foram as propostas que se obteve mais acesso às informações gerias, que fizeram parte do grupo dos primeiros lugares e que demonstraram um alinhamento consistente, passando por uma fundamentação teórica articulada nas diferentes escalas de intervenção.

³² Documento do Programa Preliminar, página 7, título 2. Limites programáticos da intervenção, apartado 2.1. Prazos, parágrafo dois.



Figura 53. Carta com as possíveis 5 localizações da proposta (PP, 1996)

No que diz respeito aos parâmetros de inovação, o júri procurou identificar elementos que diferenciem as propostas entre elas e que introduzissem abordagens originais, referente ao conteúdo metodologias de trabalho participativas ou interdisciplinares. A junção entre a estrutura metodológica e a inovação constituiu um critério determinante na hierarquia de propostas vencedoras.

Começa-se pela equipa 495806, onde se sublinham os seguintes fatores:

Pontos positivos:

- Reconhece-se a qualidade da análise do sítio e as possíveis localizações (Figura 53).
- A metodologia sublinha três níveis de regulamentares: plano do pormenor, carta de arquitetura e carta de paisagismo³³, aspetos que o júri considera inovadores.
- Destaca-se a proposição da coexistência de duas aldeias³⁴.

Pontos negativos

- A localização escolhida é desfavorável para a proposta devido a que faz parte de uma das courelas da população.
- A geometria da estrutura urbana não enriquece a proposta embora o correto analise morfológico da AAL.
- Salaria-se a inviabilidade da estrutura agrícola perante a envolvente.

Destas conclusões, escolhe-se focar na metodologia regulamentar desenvolvida pela equipa que soube subdividir o trabalho em três níveis. Começando por um plano que serviria como referente onde se veriam as primeiras intenções do plano geral. A partir deste ponto a equipa escolhe a perfeição a proposta por meio de um processo participativo com a população tendo em conta a vertente arquitetónica e paisagística.

³³ Trata-se de dois documentos que procuraram validar as escolhas arquitetónicas oferecidas para ter um trabalho colaborativo com a população. Nele incluíam-se as escolhas referentes as tipologias, espaços urbanos, outras edificações e sobretudo a parte paisagística do projeto.

³⁴ Conceito introduzido pela equipa onde se defende a natureza e coexistência das duas.

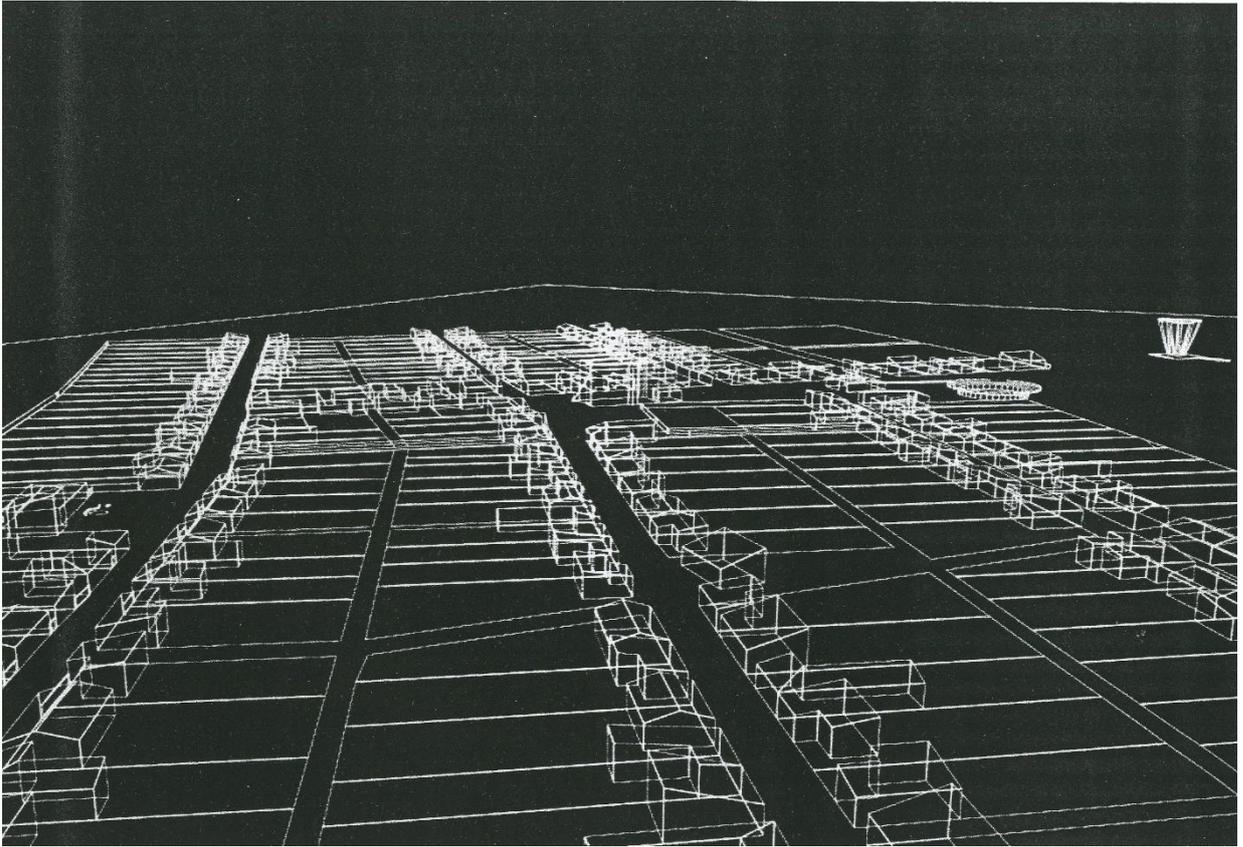


Figura 54. Produção de uma possível imagem aérea da proposta com vista até o tanque de água (JF, 1996)

Numa segunda instância menciona-se à equipa 137592 com os seguintes comentários dos júris:

Pontos positivos:

- Leitura coerente entre o território, a parte biofísica, urbanística e arquitetónica.
- As possíveis localizações correspondiam com a abordagem ao problema.
- Considera-se como solução inovadora devido à opção tomada sobre a estrutura urbana, concentrando equipamentos semelhantes (Figura 54) em pontos estratégicos da malha urbana.

Pontos negativos:

- Cartografia apresentou informação limitada.
- Análise do património não atinge o nível esperado.
- A proposta metodológica de estruturação fundiária não é suficiente.

Sublinha-se o reconhecimento do trabalho feito devido a apresentação de uma planta de oferecia um dinamismo em relação a localização dos equipamentos. A lógica por trás de concentrar equipamentos com funções semelhantes serviu a favor da equipa, conectando estas edificações com uma rede viária hierarquizada.

“O lote não é uma réplica mas uma área de escolha em função de posses e necessidades.” (JF, 1996)

Em contraponto, de ponto de vista dos participantes, a fase de desenvolvimento da metodologia de trabalho permitiu compreender as prioridades e diferentes abordagens das equipas. Por meio das entrevistas realizadas pretende-se reconhecer o ponto de vista dos arquitetos perante a estruturação da metodologia de trabalho. Ambos destacaram a liberdade de desenvolvimento de metodologias de trabalho abertas e contextualmente enraizadas que permitiram desenvolver soluções sensíveis aos requerimentos locais e sociais.

Desta forma, introduz-se o ponto de vista dos participantes a procura de uma conexão entre a sua experiência do concurso e os objetivos da pesquisa. Procura-se confirmar se no desenvolver das propostas procuraram intervir de formas inovadoras.

Reconhecem-se algumas similitudes no processo participativo dos grupos entrevistados. O processo participativo trata-se de uma ferramenta útil que visa verificar as escolhas do projeto prévio à sua construção. Ao mesmo tempo, é necessário mencionar as diferenças entre as duas equipas, sendo visível a quantidade de detalhe em relação a certos componentes da metodologia, sobretudo na escolha do processo participativo.

Numa primeira instância mencionam-se os dados obtidos da entrevista com o PP, onde o arquiteto sublinhou que para o desenvolvimento foi necessário uma leitura minuciosa do local para saber reconhecer os valores físicos da paisagem e a aldeia. Esta análise sugere que a inovação emerge naturalmente no processo evolutivo sustentado pela constituição do concurso, sobretudo tratando-se de um concurso de ideias e metodologias.

Na construção desta dialética projetual, a equipa valorou a bagagem histórica da AAL e procuraram estabelecer uma relação com a NAL, reconhecendo as diferenças de tempo e morfologia que elas tem mas salientando as similaridades em questões arquitetónicas. Esta operação dialética reforça a ideia de projeto como construção constante, onde é permitido a introdução de outras escolhas formais e métodos de trabalho colaborativo.

Confere-se, de acordo com PP, a afirmação dita pelo Fernando Távora:

“A ideia de renovação, no seu verdadeiro sentido, é continuar inovando³⁵”

Neste sentido, a estratégia escolhida recorre ao processo participativo como ferramenta de validação da proposta tendo em consideração a realidade do cotidiano da AAL. Esta articulação entre a parte narrativa do projeto e a leitura histórica, que contem, por sua vez, uma coerência projetual de escuta ativa. Salienta-se o fator desta equipa se focar no desenvolvimento do estudo do local e a estruturação de uma metodologia bem justificada teoricamente.

³⁵ Comentario feito sobre o projeto da Renovação Urbana do Barredo.

Em contraste com a abordagem da equipa do PP, a segunda equipa demonstrou uma atenção minuciosa na organização e clareza da documentação apresentada. Introduz-se assim o início de várias hipóteses de localização para NAL, oferecendo uma multiplicidade de opções que revela uma metodologia dinâmica sabendo explorar opções

Dando continuidade à leitura das propostas perante ao subtema, introduz-se os fatores que outorgaram a equipa do PB o primeiro lugar. Sublinha-se a boa gestão na ordem da entrega dos elementos tendo assim uma metodologia clara na exploração de possíveis localizações da NAL mostrando os pontos fortes e fracos de cada uma delas.

Para além disso, o plano geral proposto refletia a elevada capacidade de ligação na narrativa espacial e a delimitação dos componentes da aldeia proposta. A construção espacial com a hierarquização das ruas, a continuidade de espaços públicos e equipamentos concentrados em áreas específicas ajudou a que esta proposta seja catalogada como inovadora de acordo com o júri. Isto demonstra uma leitura funcional interligada e uma tentativa de promover a interconectividade de espaços públicos na malha projetada.

A articulação entre o processo participativo e o trabalho de inquérito urbanístico está fortemente ligado à delimitação prévia de um plano de ação que propunha basear-se unicamente na aldeia, tendo em conta a sua história, as suas necessidades e o trabalho colaborativo. Não se tratam de elementos separados, pois eles foram mecanismos de referência que acrescentaram valor à proposta. Assim, a inovação resulta de uma mistura entre a metodologia processual e o contexto.

4.4. Conclusões

A presente conclusão tem como objetivo sintetizar os conhecimentos obtidos ao longo deste trabalho. Procura-se ter em consideração os objetivos inicialmente definidos no quadro teórico do concurso. Em sequência do reconhecimento do processo concursal delineado, torna-se pertinente refletir sobre os contributos desta investigação no campo em que se insere. Interessa saber as formas de agir dos agentes envolvidos identificando fatores de inovação e diversas abordagens arquitetónicas. Esta reflexão final procura, assim, consolidar o percurso produzido destacando o potencial que representou esta experiência no campo teórico e prático dos concursos.

A relevância da análise de informações recolhidas reside na subdivisão de etapas que fizeram parte do concurso. Reconhece-se a extensão deste evento que exigiu obter a maior quantidade de dados para uma melhor contextualização do problema, sendo necessária uma compreensão aprofundada confirmando os pressupostos teóricos da investigação.

A pesquisa revelou ser útil na compreensão das diferentes escalas de intervenção de trabalho. Isto demonstrou-se no trabalho detalhado dos participantes no estudo do local onde o concurso foi inserido. Este fator permitiu consolidar propostas pertinentes a partir do reconhecimento dos limites do terreno, fatores urbanos e arquitetónicos da aldeia.

Qual é o carácter inovador no concurso da Nova Aldeia da Luz?

Para responder a esta pergunta é necessário descrever onde houve possibilidades de inovação nas diferentes etapas do concurso. Em primeiro, verificou-se que o carácter inovador reside, essencialmente, na constituição de um programa preliminar flexível. Esta etapa de estabelecimento das necessidades do projeto pressupõe um grau de abertura para o reconhecimento de várias soluções.

Além da flexibilidade do programa do Caderno de Encargos, outro aspeto inovador foi no modo como o concurso abordou a relação entre a tradição e a modernidade. A necessidade de reconstruir uma aldeia inteira implicou soluções que, por um lado, respeitassem a memória e a identidade da comunidade deslocada e, por outro, respondessem a novas exigências de habitabilidade e infraestrutura.

Também se destaca a inovação no processo de conceção coletiva, em que múltiplas propostas foram avaliadas, comparadas e debatidas. O concurso não se limitou a selecionar uma solução técnica, mas promoveu um espaço de confronto de ideias, confirmando o valor do concurso como dispositivo de investigação em arquitetura.

Considero que os concursos de arquitetura oferecem aos participantes uma oportunidade única que combina investigação, criatividade e trabalho em equipa, desafiando limites e expandindo horizontes. Representam um campo aberto que estimula a diversidade de soluções, independentemente das regras pré-estabelecidas. Além disso, acredito que estes concursos se baseiam nos conhecimentos estudados e adquiridos ao longo do percurso académico e profissional, constituindo uma experiência completa que pode, inclusive, transformar a vida de qualquer concorrente.

Deste modo, o estudo contribuiu para compreender como os concursos podem ser catalisadores de inovação em diferentes níveis: programático, urbano, social e cultural. A investigação mostrou ainda que a arquitetura português, ao longo das últimas décadas, tem utilizado o concurso como plataforma para afirmar-se internacionalmente, com o caso da Nova Aldeia da Luz a constituir um exemplo singular de resposta arquitetónica a um desafio social de grande escala.

Em termos de perspetivas futuras, torna-se relevante ampliar a análise em relação aos concursos decorridos no âmbito nacional onde, de acordo com a sua tipologia, aportam ao entendimento do papel do arquiteto perante qualquer desafio arquitetónico, mostrando a capacidade de adaptabilidade e diversidade de propostas. Torna-se essencial compreender as respostas e os seus contextos, tornando-se em possível referência.

Assim, a presente investigação confirmou a pertinência do estudo dos concursos tendo a sua compreensão em termos graduais: a inovação este presente sobretudo na abordagem metodológica e no enquadramento social do concurso, mais do que formas arquitetónicas revolucionárias. O caso da Nova Aldeia da Luz confirma, portanto, que inovação em arquitetura não implica necessariamente criar algo inédito, mas sim saber reinterpretar tradições, adaptar-se a novos contextos e propor soluções que dialoguem com o coletivo.

Bibliografia

Artigos

BANDEIRA, Pedro, Mutation d'un territoire : le nouveau visage de Luz, **L'architecture d'aujourd'hui : Portugal**. França: L'architecture d'aujourd'hui. ISBN: 2858938598. N° 366 (2006), p. 58-63.

FIGUEIRA, João Francisco, Uma crónica realista: Participação e projeto da Nova Aldeia da Luz. **Progetto e território, la via portoghese**. Florença, editorial Alinea. ISBN: 978-88-6055-569-4. Vol. 1:1 (2010), p.3-11.

PACIÊNCIA, João, Uma reflexão pelo desenho: Nova Aldeia da Luz, o pecado mora ao lado?. **Arquitetura e vida**. Portugal: Arquitectura e vida. ISBN: 5601073013512. N° 25 (2002), p. 22-25.

LUSA, **Alqueva/20 anos : Cronologia com as principais datas do projeto** [Em linha]. Lisboa: Agroportal, 2022. [Consult. 20/05/2023]. Disponível em <https://www.agroportal.pt/alqueva-20-anos-cronologia-com-as-principais-datas-do-projeto/>

SARAIVA, Clara, Aldeia da Luz: entre os dois, solstícios, etnografia das continuidades e mudanças, **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia** [Em linha], Vol 7 (2003) p.105-111. [Consult. 20 Out. 2024]. Disponível em WWW: <https://journals.openedition.org/etnografica/2876>

SARAIVA, Clara, Um museu debaixo de água: o caso da Luz, **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia** [Em linha], Vol. 11:2 (2007) p.441-450. [Consult. 20 Out. 2024]. Disponível em WWW: <https://journals.openedition.org/etnografica/2013#tocto1n1>

SARFATTI, Magali, Architectural competitions as discursive events. **Jstor.org** [Em linha], Vol. 1:1 (1994): p. 475. [Consult. 18 Nov. 2024]. Disponível em WWW: <https://jstor.org/stable/657888>

WATEAU, Fabienne, Barragem e participação pública em Alqueva. Um exemplo português de concertação? **Hal Science** [Em linha], Vol 1:1 (2008): p.1-7. [Consult. 07 Jan. 2025]. Disponível em WWW: <https://shs.hal.science/halshs-00510022v1/document>

Teses

CARVALHO, Pedro – **Aldeia da Luz: um testemunho da sua autenticidade e o processo de identidade**. Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, 2013. Tese de mestrado.

GUILHERME, Pedro – **O concurso internacional de arquitectura como processo de internacionalização e investigação na arquitectura de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura**. Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2016. Tese de doutoramento.

MELO, Carlota – **Habitar o espaço doméstico na Aldeia da Luz, o processo participativo como instrumento de projeto**. Braga, Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho, 2024. Tese de mestrado.

VIANA, Ricardo – **Habitar o espaço público na Aldeia da Luz, o processo participativo como instrumento de projeto**. Braga, Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho, 2024. Tese de mestrado.

Livros ou textos

CONSELHO DE MOURÃO, Reinstalação da Aldeia da Luz: Despacho conjunto nº 117-A/81 de 31 de agosto de 1981, publicado na II série do Diário da República nº 207 de 9/9/81. **Conselho de Ministros**. Lisboa, 1982 p. 1-24.

CONSELHO DE MOURÃO, Resolução do Conselho de Ministros nº 127/98 Diário da República nº 254. **Conselho de Ministros**, Mourão, 1998, p. 5773-5779.

BAPTISTA, Luís – **Arquitetura em concurso: percurso crítico pela modernidade portuguesa**. Lisboa: Dafne Editora, 2016, 320p. ISBN: 9789898217370

EDIA – **Anexo II, inquérito à população**. Beja: Ed. EDIA S.A, 1995. 46p.

EDIA – **Concurso para a Elaboração de Estudo Prévio/ Projecto de Execução, projeto 09.01.01**. Beja: Ed. EDIA S.A, 1995. 34p.

EDIA – **Contratação de Concurso Público, projeto 08.01.03**. Beja: Ed. EDIA S.A, 1995. 245p.

EDIA – **Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva**. Beja: Ed. EDIA S.A, 1995. 258p.

FIGUEIRA, João Francisco – **Anteprojecto das habitações da Nova Aldeia da Luz**. Beja: Ed. EDIA S.A., Vol. 1-7.

FIGUEIRA, João Francisco – **Inquérito urbanístico, I-Relatório**. Beja: Ed. EDIA S.A., 1997 165p.

FIGUEIRA, João Francisco - **Projecto do plano de pormenor da nova Aldeia da Luz EP-IU-I-Relatório 2**. Beja: Ed. EDIA S.A., 1995 Vol.1.

HIDROPROJECTO – Concurso para a Elaboração de Estudo Prévio/ Projecto de Execução, projeto 09.01.01. Lisboa: Ed. EDIA S.A, 1996. 17p.

LOUSSAN, Joaquim – **Estudo Prévio, projeto 09.01.03, equipa 371958.** Beja: Ed. EDIA S.A, 1995.

MOTTA, Ricardo – **Documentos a que se refere o parágrafo 2. do Caderno de Encargos do Concurso.** Beja: Ed. EDIA S.A, 1996 35p.

PACHECO, Pedro – **Estudo Prévio, projeto 09.01.03, equipa 495809.** Beja: Ed. EDIA S.A, 1996 68p.

RÖNN, Magnus – **Finnish architectural competitions: structure, criteria and judgement process.** Finlândia: Chalmers University of Technology, 2009 p. 176-186. DOI: 10.1080/09613210802450705

SILVA, António – **Marcas do tempo nas terras da Luz.** Luz: Museu da Luz, 2003 p. 14-17.

STRONG, Judith – **Participating in architectural competitions: a guida for competitors, promoters and assessors.** Londres: The Architectural Press, 1976. 151p. ISBN: 9780851395142

STRONG, Judith – **Winning by design.** Oxford: Butterworth Architecture, 1996. 208p. ISBN: 0750624930

ROSETA, Filipa; MARÇAL, Sofia – **O que é inovação em arquitectura?** Lisboa: Caleidoscópio, 2016. 136p. ISBN: 9789896583699

TOSTRUP, Elisabeth – **Architecture and Rhetoric: text and design in architectural competitions, Oslo 1939-90.** Oslo: Oslo School of Architecture, 1996. 106p. ISBN: 978-1901092059

Filmes e audio

A minha aldeia já não mora aqui. Realização de Catarina Ourão. Empresa de produção: Laranja Azul, 2006. DVD (60min)

Barragem do Alqueva começou a encher há 20 anos. Realização de Paulo Nobre. Empresa de produção: Antena 1, 2022. Audio (2min)

Índice de imagens

| | |
|--|----|
| Figura 1. Vista da Antiga Aldeia da Luz (Diário de Notícias, 2022) | 1 |
| Figura 2. Planta hidrológica de Alqueva (IGEO, 2015) | 3 |
| Figura 3. Esquema da Association le Concours Suisse (Sociedade Suíça de Arquitetos e Engenheiros, 2024) | 17 |
| Figura 4. As qualidades do desenho arquitetónico de acordo com Design Quality Indicator (CIC, 2007) | 23 |
| Figura 5. Composição feita a partir de exemplos da diversidade de concursos a nível nacional. (Produção própria a partir de várias fontes, 2025) | 29 |
| Figura 6. Escolha do tipo e do processo do concurso. Do livro “Winning by design” (Strong, 1996) | 31 |
| Figura 7. Quadro comparativo dos comentários mencionados no livro "O que é inovação em arquitetura?" de Filipa Roseta e Sofia Marçal. (Produção própria, 2025) | 37 |
| Figura 8. Cartografia fluvial da Península Ibérica com ênfase no Rio Guadiana (Produção própria, 2024) | 41 |
| Figura 9. Fotografia do percurso feito entre Mourão e a aldeia da Luz (Arquivo pessoal, 2024) | 41 |
| Figura 10. Carta do Rio Guadiana com as alterações ao seu caudal. Elaboração a partir do trabalho “Paisagem como tema” (2025) | 43 |
| Figura 11. Composição visual com cartas das secções cadastrais perto da antiga Aldeia da Luz (DGTerritorios, 2021) | 45 |
| Figura 12. Planta geral da Antiga Aldeia da Luz com os nomes das ruas e travessas. (Produção própria, 2025) | 47 |
| Figura 13. Eixos principais viários. (Produção própria, 2025) | 48 |
| Figura 14. Fotografia do Largo 25 de abril (Arquivo fotográfico da EDIA, 1996) | 49 |
| Figura 15. Fotografia da Rua Dr. Sé de Carneiro (Arquivo fotográfico da EDIA, 1996) | 49 |
| Figura 16. Planta geral da Antiga Aldeia da Luz com a divisão dos terrenos. (EDIA, 1996) | 52 |
| Figura 17. Planta da Antiga Aldeia da Luz com os seus equipamentos (EDIA, 1996) | 53 |
| Figura 18. Planta da propriedade de Benvenuto Conde Ramalho localizada na Rua Dr. Sé Carneiro (João Figueira, 1997) | 55 |
| Figura 19. Planta do centro da antiga aldeia a mostrar os interiores de cada fogo (EDIA, 2002) | 57 |
| Figura 20. Tipologias de antigas casas da Luz. Exemplos de casas sem corredor de ligação (esquerda) e com corredor de ligação (direita) (João Figueira, 1997) | 58 |
| Figura 21. Linha do tempo com os acontecimentos prévios à construção do Alqueva. Em azul, as datas mais relevantes do projeto da barragem e em laranja as datas do projeto do concurso. | 59 |
| Figura 22. Imagem aérea da barragem do Alqueva (RODIO, 1999) | 61 |
| Figura 23. Imagem representativa da cota original do Rio Guadiana e a nova cota depois da construção da barragem (EDIA, 2006) | 61 |
| Figura 24. Anúncio do Concurso da Nova Aldeia da Luz (Diário da República, 1995) | 63 |
| Figura 25. Anúncio do CPPNAL de parte do promotor (EDIA, 1995) | 65 |
| Figura 26. Calendário estabelecido para o desenvolvimento do concurso e construção da NAL (EDIA, 1996) | 67 |
| Figura 27. Proposta do Terreiro do Paço de PP e José Adrião, planta da cave (PP, 1992) | 77 |
| Figura 28. Proposta do Terreiro do Paço de PP e José Adrião, RDC. (PP, 1992) | 77 |
| Figura 29. Anúncio oficial da II Trienal de Arquitetura de Sintra (Câmara Municipal de Sintra, 1993) | 77 |
| Figura 30. Lista de colaboradores da equipa 495806 (PP, 1996) | 83 |
| Figura 31. Imagem aérea do povoado de Esquivel, Espanha (Alejandro de la Sota, 1971) | 85 |

| | |
|--|-----|
| Figura 32. Obra "Natura i signatura" (Arxiu Perejaume, 1990) | 85 |
| Figura 33. Extrato do filme "A minha aldeia já não mora aqui" (Catarina Mourão, 2006) | 87 |
| Figura 34. Diagrama de estruturação da proposta com os elementos urbanos mais relevantes (PP, 1996) | 89 |
| Figura 35. Imagem tirada no atelier do PP (Arquivo pessoal, 2025)..... | 93 |
| Figura 36. Planta da proposta, sublinhando o antigo caminho para Mourão (PP, 1996) | 97 |
| Figura 37. Planta de localização da proposta da equipa 495806 (PP, 1996)..... | 97 |
| Figura 38. Plano da proposta com as ruas transversais à rua de acesso (PP, 1996) | 99 |
| Figura 39. Plano da proposta com os espaços públicos (PP, 1996) | 99 |
| Figura 40. Planta da proposta com os edifícios públicos (PP, 1996)..... | 101 |
| Figura 41. Texto com perguntas feitas pelos participantes e respostas de parto do promotor (EDIA, 1996) | 113 |
| Figura 42. Integrantes da equipa 137592 (JF, 1996) | 115 |
| Figura 43. Imagem tirada durante o processo de levantamento da AAL, mostrando a equipa e os aldeões (PB, 1996) | 117 |
| Figura 44. Descrição do desenvolvimento do projeto depois do anúncio do concurso interno para as Unidades de Projeto, detalhando os arquitetos vencedores (ARQUITECTURA E VIDA, 2002) .. | 121 |
| Figura 45. Carta explicativa com as 4 possíveis localizações da NAL (JF, 1996)..... | 129 |
| Figura 46. Planta da proposta original para a NAL e as ruas principais (JF, 1996) | 131 |
| Figura 47. Planta da praça principale e os seus equipamentos, seguindo a proposta original da equipa (JF, 1996) | 133 |
| Figura 48. Distribuição de áreas na planta (JF, 1996) | 135 |
| Figura 49. Planta da área do polo educativo (JF, 1996)..... | 135 |
| Figura 50. Planta e corte do polo INSL, museu e cemitério (JF, 1996)..... | 137 |
| Figura 51. Planta das possíveis tipologias de acordo com a realidade das famílias (JF, 1996) | 139 |
| Figura 52. Quadro com as plantas obtidas por meio da visita ao arquivo da EDIA e o arquivo dos arquitetos (Produção própria, 2025)..... | 143 |
| Figura 53. Carta com as possíveis 5 localizações da proposta (PP, 1996)..... | 169 |
| Figura 54. Produção de uma possível imagem aérea da proposta com vista até o tanque de água (JF, 1996)..... | 171 |



Universidade de Évora – Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

**A inovação como resultado da participação do concurso da Nova
Aldeia da Luz**

José Antonio Mora Castro

Orientador : Pedro Guilherme

2024-2025

Glosario

| | |
|--------|---|
| AAP | Associação dos Arquitetos Portugueses |
| AAL | Antiga Aldeia da Luz |
| AL | Aldeia da Luz |
| CAE | Conselho de Arquitetos da Europa |
| CE | Caderno de encargos ou briefing |
| CEE | Comunidade Económica Europeia |
| CIUP | Concurso Interno de Unidades de Projeto |
| CPPNAL | Concurso do Plano do Pormenor para a Nova Aldeia da Luz |
| CPPNAL | Projeto do Plano do Pormenor da Nova Aldeia da Luz |
| DR | Diário da República |
| EDIA | Empresa de Desenvolvimento e Infra-estrutura do Alqueva |
| ETAR | Estação de Tratamento de Águas Residuais |
| INSL | Igreja da Nossa Senhora da Luz |
| JC | José Castro |
| JF | João Figueira |
| NAL | Nova Aldeia da Luz |
| OA | Ordem dos Arquitetos |
| PB | Pedro Bandeira |
| PDM | Plano Diretor Municipal |
| PP | Pedro Pacheco |
| RAN | Reserva Agrícola Nacional |
| REN | Reserva Ecológica Nacional |
| RGEU | Regulamento Geral das Edificações Urbanas |
| RIBA | Royal Institute of British Architects |
| SAI | Sociedade de Engenheiros e Arquitetos da Suíça |
| UIA | União Internacional de Arquitetos |
| UP | Unidade de Projeto |

Índice

| | |
|---|---|
| Figura 2. Guide des Concours, UIA, 2016 | 2 |
| Figura 1. Design Competitions, Guidance for Clients, RIBA, 2013 | 2 |
| Figura 3 Architecture and Rethoric, Elisabeth Tostrup, 1996..... | 2 |
| Figura 5. Participating in architectural competitions, Judith Strong, 1996..... | 3 |
| Figura 4 Winning by Design, Judith Strong, 1996 | 3 |
| Figura 6.O que é inovação em arquitetura? Filipa Roseta e Sofia Marçal, 2016 | 3 |
| Figura 7. O concurso internacional de arquitetura como processo de internacionalização e investigação na arquitetura de Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura, Pedro Guilherme, 2016 | 3 |
| Figura 8. Luz e água: etnografia de um processo de mudança, Clara Saraiva, 2005..... | 3 |
| Figura 10. Museu da Luz, EDIA | 3 |
| Figura 9. Lago Alqueva, EDIA..... | 3 |
| Figura 11. Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças, 2005 .. | 3 |
| Figura 12. L'architecture d'aujourd'hui, Portugal, 2006 | 3 |
| Figura 15. Anúncio Concurso do Plano Pormenor da Nova Aldeia da Luz, Diario da República, 1995 | 3 |
| Figura 14. Uma reflexão pelo desenho, Arquitectura e vida, 2002 | 3 |
| Figura 13. Progetto e territorio la via portoghese, Bruno Pelucca, 2006 | 3 |
| Figura 16. Habitar o espaço público na Aldeia da Luz, Ricardo Viana, 2024..... | 3 |
| Figura 17. Habitar o espaço doméstico na Aldeia da Luz, Carlota Melo, 2024 | 3 |
| Figura 18. Questionario da entrevista, modelo geral, José Castro, 2025 | 3 |
| Figura 19. Entrevista Pedro Pacheco, José Castro, 2025 | 3 |
| Figura 20. Anotações da entrevista ao Pedro Pacheco, José Castro, 2025..... | 3 |
| Figura 21. Entrevista ao Pedro Bandeira, José Castro, 2025 | 3 |
| Figura 22. Memória descritiva equipa n495806, Pedro Pacheco, 1996 | 3 |
| Figura 23. Caderno de anotações, Pedro Pacheco, 1996 | 3 |
| Figura 24. Memória descritiva equipa n137592, João Figueira, 1996 | 3 |
| Figura 25. Anteprojeto das habitações da Nova Aldeia da Luz, João Figueira, 1997 | 3 |
| Figura 26. Regulamento, EDIA, 1996..... | 3 |
| Figura 27. Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, EDIA, 1996 | 3 |
| Figura 28. Peças gráficas desenhadas, EDIA, 1996 | 3 |
| Figura 29. Inquérito urbanístico, João Figueira, 1996 | 3 |
| Figura 30. Concurso Público Internacional n3/95, EDIA, 1996 | 3 |
| Figura 31. Caderno de Encargos, EDIA, 1996..... | 3 |
| Figura 32. Relatório da participação no Juri, Ordem dos Arquitetos, 1996..... | 3 |

1. Documentos (livros, artigos e teses)

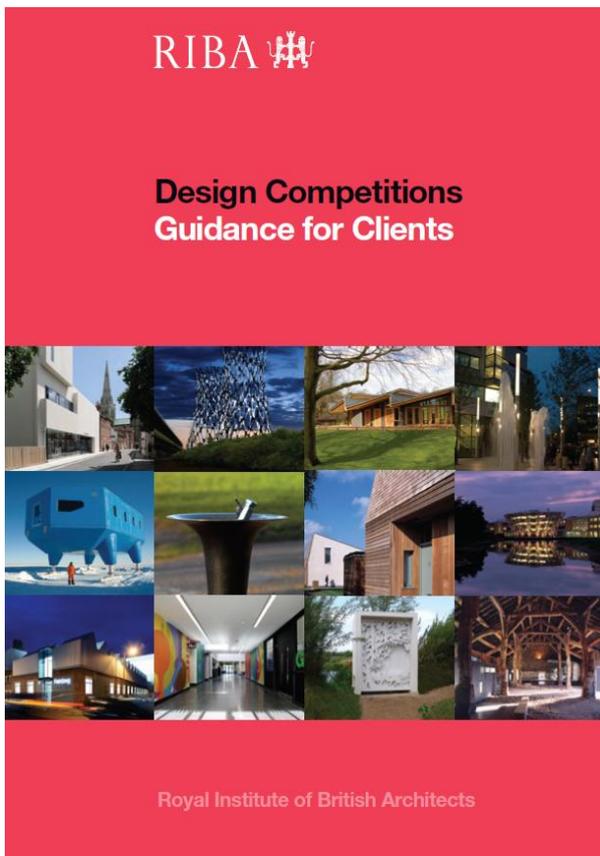


Figura 2. *Design Competitions, Guidance for Clients*, RIBA,

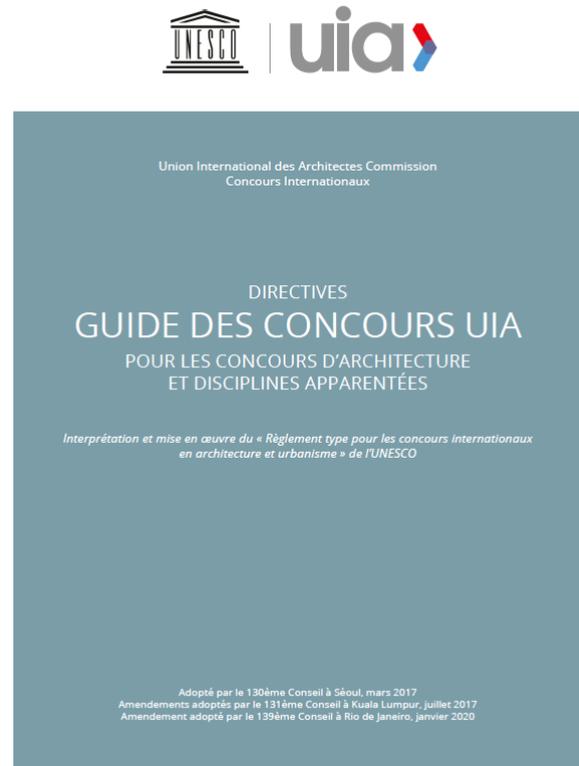


Figura 1. *Guide des Concours*, UIA, 2016

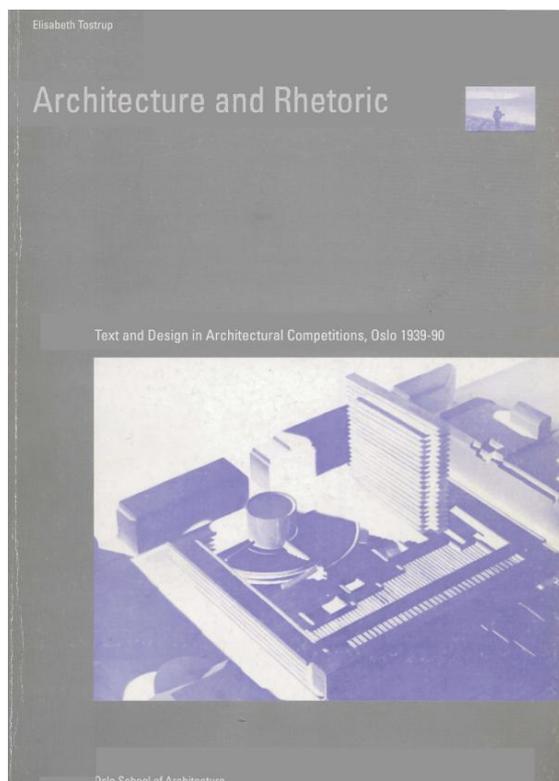


Figura 3 *Architecture and Rethoric*, Elisabeth Tostrup, 1996

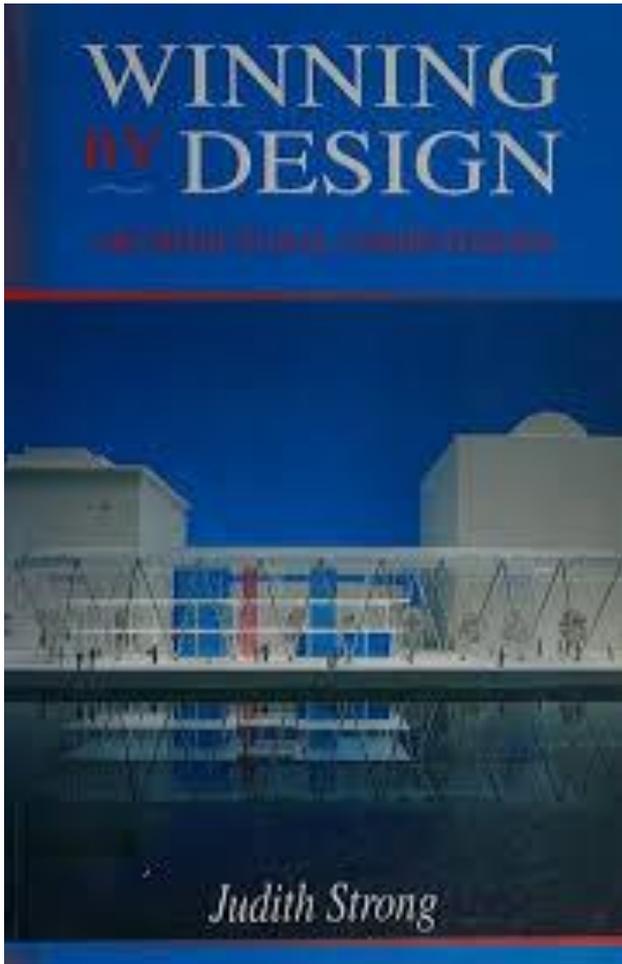


Figura 5 Winning by Design, Judith Strong, 1996

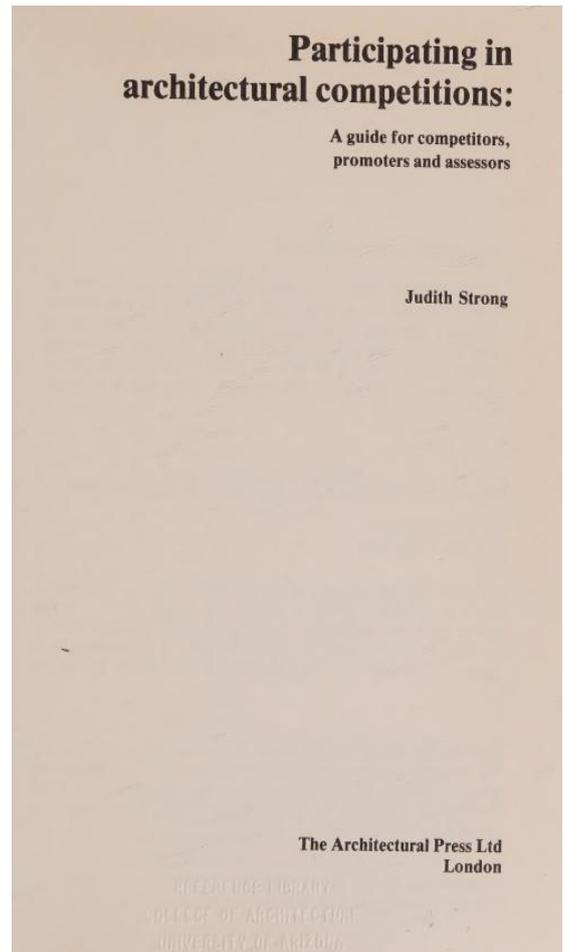


Figura 4. Participating in architectural competitions, Judith Strong, 1996



Figura 6. O que é inovação em arquitetura? Filipa Roseta e Sofia Marçal, 2016



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O CONCURSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA COMO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO
E INVESTIGAÇÃO NA ARQUITECTURA DE ÁLVARO SIZA VIEIRA E EDUARDO SOUTO DE MOURA

DOUTORAMENTO EM ARQUITECTURA
ESPECIALIDADE DE TEORIA E PRÁTICA DO PROJECTO

PEDRO MIGUEL HERNANDEZ SALVADOR GUILHERME

ORIENTADOR: Doutor Álvaro João Magalhães Rocha
PROFESSOR AUXILIAR | UNIVERSIDADE DE EVORA

CO-ORIENTADOR: Doutor José Carlos Pereira Lucas Calhado
PROFESSOR AUXILIAR APOSENTADO | FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

JÚRI: PRESIDENTE
Doutor José Manuel Aguiar Portela do Costa
PROFESSOR ASSOCIADO | FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

VOGAIJS
Doutor Jorge Manuel Fernandes Figueira Ferreira
PROFESSOR AUXILIAR | UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Doutor Nuno Alberto Leite Rodrigues Grande
PROFESSOR AUXILIAR | UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Doutor Álvaro João Magalhães Rocha
PROFESSOR AUXILIAR | UNIVERSIDADE DE EVORA

Doutor Michel Toussaint Alves Pereira
PROFESSOR AUXILIAR | FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Doutor Nuno Miguel Feio Ribeiro Meloas
PROFESSOR AUXILIAR | FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

TESE ESPECIALMENTE ELABORADA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR
DOCUMENTO DEFINITIVO | VOLUME II | FEVEREIRO, 2016



Figura 7. O concurso internacional de arquitectura como processo de internacionalização e investigação na arquitectura de Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura, Pedro Guilherme, 2016



Figura 8. Luz e água: etnografia de um processo de mudança, Clara Saraiva, 2005

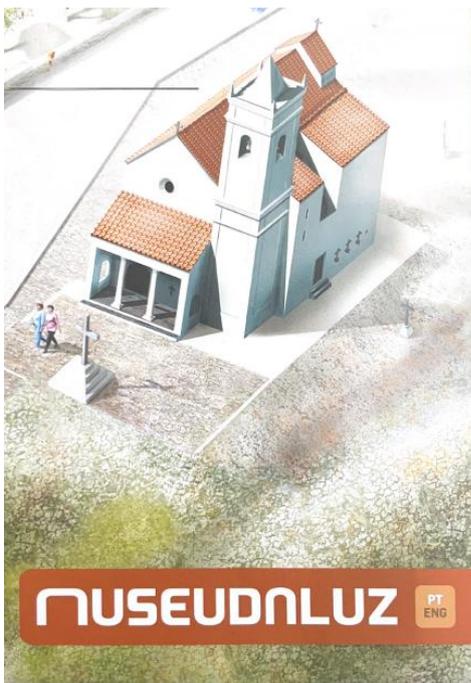


Figura 9. Museu da Luz, EDIA



Figura 10. Lago Alqueva, EDIA

ALDEIA DA LUZ:
ENTRE DOIS SOLSTÍCIOS,
A ETNOGRAFIA DAS
CONTINUIDADES
E MUDANÇAS

Os primeiros estudos para a construção de uma mega-albufeira na zona mais seca do Portugal mediterrânico realizaram-se nos anos 50, em pleno Estado Novo. Para os habitantes da Aldeia da Luz, a 6 km de Mourão, e que seria submergida se o projecto da barragem avançasse, o Alqueva era um mito. Este mito, a que as sucessivas gerações se foram habituando, tornou-se realidade com a retoma dos trabalhos em 1993, os primeiros inquéritos à população sobre o seu destino futuro e a adjudicação da empreitada de construção civil da Nova Aldeia da Luz em 1996. Quando, em Fevereiro de 2002, as obras do paredão da barragem são dadas como concluídas e se procede ao fecho das comportas, a Nova Aldeia da Luz está praticamente pronta a receber os seus futuros ocupantes. Com a barragem de Alqueva tornada realidade, este texto, escrito em Abril de 2003, faz um resumo do que foram os acontecimentos principais e as vivências das pessoas da Luz no período que mediou entre os solstícios de Verão e de Inverno de 2002, já na viragem para o novo ano.

Clara Saraiva

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, atingindo 19 concelhos do Alto e Baixo Alentejo, desenvolve-se a partir da barragem de Alqueva, no Rio Guadiana, a jusante da confluência do rio Degebe e a montante da confluência do rio Ardila. A albufeira de Alqueva estender-se-á por 83 km ao longo dos concelhos de Moura, Portel, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Alandroal e terá uma capacidade total de 4150 milhões de m³ e 3150 milhões de m³ de capacidade útil. O sistema global de rega de Alqueva irá equipar uma área com cerca de 110 mil hectares e será composto por uma rede de canais e condutas que atingirão um desenvolvimento de cinco mil quilómetros. A barragem de Alqueva será o elemento central deste empreendimento e a maior da Europa, com cerca de 96 m de altura e uma área de 250 km², no seu nível de armazenamento pleno à cota 152. Os objectivos gerais desta gigantesca estrutura, alterados ao longo de sucessivos reajustamentos, prendem-se com a constituição de uma reserva de água vital na luta contra a seca e a garantia do abastecimento regular de água às populações; a alteração progressiva do modelo de especialização da agricultura no Sul do país, disponibilizando 110 mil hectares de área de rega; a produção de energia hidroeléctrica; o combate à desertificação física e populacional, através do incremento do mercado de emprego regional, a par da dinamização agrícola, industrial e turística – esta última apoiada no desenvolvimento de potenciali-

Etnográfica, Vol. VII (1), 2003, pp. 105-130 | 105

Figura 11. Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças, 2005

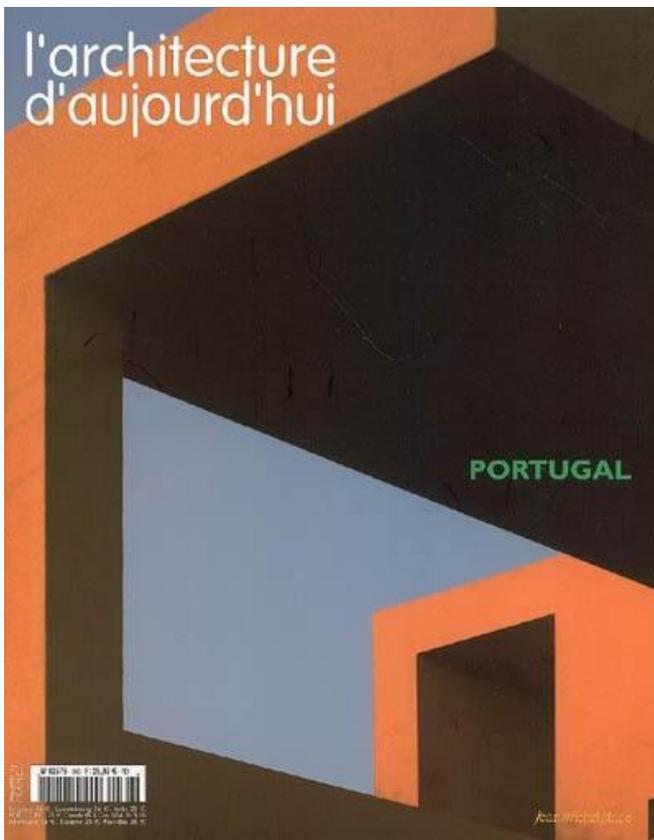


Figura 12. L'architecture d'aujourd'hui, Portugal, 2006

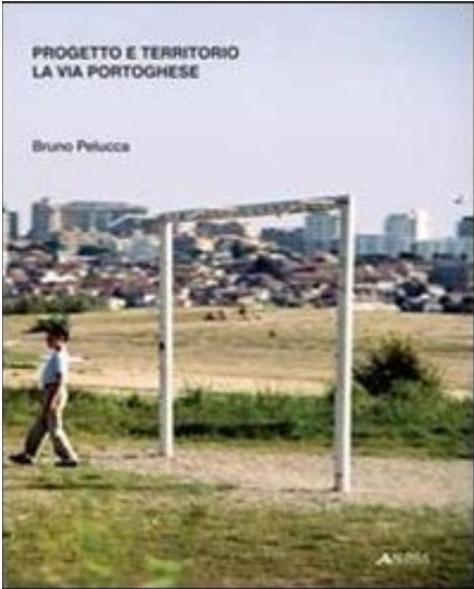


Figura 15. Projeto e territorio la via portoghese, Bruno Pelucca, 2006



Figura 14. Uma reflexão pelo desenho, Arquitectura e vida, 2002

15 — Data da recepção do anúncio, para publicação, na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., 29 de Setembro de 1995.
BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., 28 de Setembro de 1995. — A Administração (Assimiladas Ilgativas) 4-2-7519

CASA DO POVO DO MAXIAL — MAXIAL

Anúncio

Concurso público para ampliação do Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial.

1 — Empresa a adjudicar pela Casa do Povo do Maxial, Maxial, Torres Vedras (telefone: 361 02091).

2 — Modalidade do concurso — concurso público nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

3 — Local de execução — Maxial, concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa.

4) Designação da empreitada — obra de ampliação do Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial.

5 — Prazo máximo de execução da obra — 270 dias, nas condições do caderno de encargos.

6 — O processo de concurso pode ser examinado ou pedido no Centro de Dia da Casa do Povo do Maxial, Maxial, 2560 Torres Vedras (telefone: 361 02091) durante os hours normais de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos), cujo valor das cópias é de 25 000\$.

6 — a) As propostas serão apresentadas até às 16 horas e 30 minutos do dia 9 de Novembro de 1995.

b) As propostas deverão ser entregues na direcção indicada no n.º 1, durante as horas de expediente (das 9 às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas e 30 minutos até às 16 horas e 30 minutos), contra recibo, ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção.

c) As propostas deverão ser redigidas em língua portuguesa, nas condições do programa de concurso.

7 — a) Só poderão intervir no acto público do concurso as pessoas que para o efeito estiverem devidamente credenciadas pelos concorrentes, nos termos do programa de concurso.

8 — O concorrente a quem for adjudicada a empreitada prestará uma caução no valor correspondente a 5% do preço total da adjudicação.

9 — A empreitada é por preço global.

10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente em sociedade extemporânea, em regime de responsabilidade solidária, desde não haja a celebração do contrato.

11 — Os concorrentes deverão ser possuidores do alvará de contractor civil, ou alvará, publicado em registos autárquicos (Decreto-Lei n.º 100/88).

12 — O prazo de validade das propostas é de 90 dias, contados a partir da data do acto público do concurso.

13 — A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, atendendo aos seguintes critérios, por ordem decrescente da sua importância:

- 1) Garantia de boa capacidade técnico-financeira;
- 2) Condições mais vantajosas de preço;
- 3) Condições mais vantajosas de prazo.

14 — Não aplicável.

15 — Não aplicável.

Maxial, 22 de Setembro de 1995: *Adriano Gil da Costa Franco — António Alexandre Ferreira — Fernando de Carvalho — Duarte Leal — José Oliveira da Silva — Adriano Duarte Gomes*, 0-2-91 975

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA, S. A.

Anúncio

Concurso público internacional para execução de empreitada principal de construção do aproveitamento hidroeléctrico do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva.

1 — Entidade adjudicante — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., com sede na Rua da Barrera, 16, 7800 Beja, Portugal (telefone: 084123700, telefax: 084132480).

2 — a) Designação da empreitada — empreitada principal de construção do aproveitamento hidroeléctrico do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva.

b) Local de execução — Portugal, rio Guadiana, junto à povoação de Alqueva, nos concelhos de Moura e Pombal, devidamente identificados no processo de concurso.

c) Natureza dos trabalhos e características gerais da obra — realização da obra de empreitada civil da barragem, digões de descarga, canal, circuitos hidráulicos, habitação e trabalhos acessórios e complementares do aproveitamento hidroeléctrico do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva.

3 — Documentação — o processo do concurso pode ser consultado ou pedido por escrito à entidade adjudicante, na sua sede, dentro das horas normais de expediente, até à data limite para a apresentação de propostas. O fornecimento de cópias será efectuado mediante o pagamento mediano de 200 000\$, que acresce o IVA à taxa legal, em diâmetro ou em cheque emitido a favor da Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A.

4 — Condições mínimas do empreendimento — será admitido concorrentes nacionais de nível nacional de empreiteiro de obras públicas da 7.ª subcategoria da 3.ª categoria e da classe correspondente ao valor da sua proposta, os concorrentes que reúnam as condições especificadas no programa do concurso.

5 — Cauções — para serem admitidos ao concurso os concorrentes deverão prestar caução de valor não inferior a 1% das suas propostas. O concorrente profereido deverá prestar caução no valor de 5% do total do contrato, antes da sua celebração. As caucões podem ser prestadas por depósito em diâmetro ou em títulos, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.

6 — Apresentação das propostas — as propostas deverão dar entrada na sede da entidade adjudicante, em Beja, até às 18 horas do dia 2 de Janeiro de 1996, podendo ser redigidas em língua portuguesa ou qualquer outra língua, desde que, entre outras, sejam acompanhadas da respectiva tradução, com excepção da proposta de preço, a qual deverá ser sempre redigida em língua portuguesa.

7 — Prazo de validade das propostas — 110 dias contados a partir da data do acto público, eventualmente prorrogadas por mais 44 dias.

8 — Agrupamentos — podem concorrer agrupamentos de empresas, que deverão associar-se obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, em regime de responsabilidade solidária.

9 — Tipo de empreitada e modalidades de pagamento e financiamento — a empreitada é por preço global, com alguns tipos de trabalhos por preço global, sendo os pagamentos efectuados por avaliação das quantidades realizadas, de acordo com o regime definido no caderno de encargos. O financiamento será assegurado por fundos públicos, tendo sido seleccionada a comparticipação comunitária.

10 — Acto público do concurso — o acto público terá lugar às 10 horas do dia 3 de Janeiro de 1996, no Salão Nobre do Governo Civil de Beja, na Rua de D. Nuno Álvares Pereira, em Beja, podendo assistir à abertura das propostas os concorrentes ou as pessoas que para o efeito estiverem devidamente credenciadas.

11 — Prazo de execução da obra — 02 meses contados a partir da consignação da obra.

12 — Critérios de apreciação das propostas — proposta mais vantajosa, tendo em conta os critérios fixados no programa do concurso e o caderno de encargos, pelo ordem alfabética.

13 — Outras informações — a entidade adjudicante reserva-se o direito de fazer a adjudicação global ou parcial ou de não fazer qualquer adjudicação.

14 — O anúncio de pré-informação e o anúncio do concurso foram enviados para publicação no *Journal Oficial das Comunidades Europeias* em 20 de Setembro de 1995 e nesta data, respectivamente.

Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., 28 de Setembro de 1995. — O Presidente do Conselho de Administração, *Adriano V. Serra*, 5-2-22 258

Anúncio

Concurso público internacional n.º 396 no âmbito do União Europeia para a elaboração do projecto do Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz.

1 — Entidade promotora — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., sito na Rua da Barrera, 16, 7800 Beja (telefone: 084123700, fax: 084132480).

2 — Modalidade do concurso — concurso público internacional, no âmbito da União Europeia.

3 — Condições de participação no concurso — podem concorrer equipas projectistas constituídas por profissionais independentes e empresas em nome individual ou sociedades, habilitadas a exercerem a actividade de estudos e projectos de ordenamento do território, planeamento urbanístico e arquitectónico, bem como agrupamentos de projectos, nos termos previstos no regulamento, as empresas quando constituídas em pessoa colectiva, devem ter como objecto social a elaboração de estudos e projectos no âmbito das especialidades atrás mencionadas.

4 — Caracterização do estudo:

Local da área de intervenção — freguesia da Luz, concelho de Mourão, distrito de Braga.

Descrição do estudo — o concorre a 6 de uma fase, sujeita a anúncio e consistirá na elaboração de um estudo geral simplificado, com vista a seleccionar a melhor proposta de solução para a elaboração do projecto de plano de pormenor e projectos das infra-estruturas e dos edifícios habitacionais da nova Aldeia da Luz.

5 — Inscrição — a inscrição no concurso far-se-á no local indicado no n.º 1.

6 — Documentação:

O processo do concurso encontra-se patente, para efeitos de consulta ou aquisição, no local atrás designado, durante as horas normais de expediente, desde a data da publicação deste anúncio no *Diário da República*, até ao dia e hora do acto público e, apenas para consulta, nas sedes da Associação dos Arquitectos Portugueses.

Os exemplares do processo serão facultados aos interessados, no acto do público, ou no prazo de quatro dias úteis após a recepção do mesmo, mediante o pagamento prévio de 30 000\$, por exemplar, acrescido do valor do IVA. A liquidação em numerário, vale postal ou cheque emitido à ordem da entidade promotora.

7 — Data e hora limite para recepção dos trabalhos — os trabalhos deverão dar entrada até às 17 horas do último dia do prazo previsto para a sua entrega (84 dias úteis após a data da publicação deste anúncio no *Diário da República*), no local indicado no n.º 1, limitando-se uma tolerância máxima de 30 minutos.

8 — Juri — a classificação dos trabalhos será feita por um juri de selecção presidido por um representante da entidade promotora e integrado, para além deste:

Um representante designado pela Câmara Municipal de Mourão;

Um representante designado pela Junta de Freguesia da Luz;

Um arquitecto designado pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;

Um arquitecto designado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico;

Um arquitecto paisagista designado pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo;

Um engenheiro agrónomo designado pela Direcção Regional da Agricultura do Alentejo;

Um arquitecto designado pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A.;

Um arquitecto designado pela Associação dos Arquitectos Portugueses.

A decisão do júri não tem carácter vinculativo relativamente à adjudicação do projectamento dos estudos.

9 — Prémios — serão atribuídos os seguintes prémios:

- 1.º classificado — 4 500 000\$;
- 2.º classificado — 2 500 000\$;
- 3.º classificado — 1 500 000\$;

Mencões honoríficas — 750 000\$, até ao limite de duas e nas condições estabelecidas no regulamento.

10 — Critérios de avaliação dos trabalhos — serão, por ordem decrescente da sua importância, os seguintes:

Compromisso do programa preliminar;

Qualidade da solução urbanística, entendida nas seguintes componentes:

Integração na envolvente;

Integração urbano-rural;

Equilíbrio ambiental e ecológico-paisagístico;

Percepção histórica, inovação urbanística e arquitectónica;

Equilíbrio da solução numa perspectiva equilibrada entre custo e qualidade.

11 — Data de envio do anúncio para publicação — o presente anúncio foi enviado, nesta data, para publicação no *Diário da República* e no *Journal Oficial das Comunidades Europeias*.

12 — Data de recepção do anúncio na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., para publicação no *Diário da República* — 27 de Setembro de 1995.

Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., 28 de Setembro de 1995. — O Presidente do Conselho de Administração, *Adriano V. Serra*, 7-2-22 259

FUNDAÇÃO ANTÓNIO SILVA LEAL

Anúncio

1 — Entidade adjudicatária — Fundação António da Silva Leal, com delegação na Rua de São Pedro, 28, 8000 Faro (telefone: 084930770; fax: 084930754).

2 — Concurso público, nos termos do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

3 — Local de execução da obra — Rua de São Pedro, 28, 8000 Faro.

4) Designação da empreitada — ampliação e remodelação da Escola do Componente Marítimo de Faro.

5 — Natureza e extensão dos trabalhos — escavações, betões, alvenarias, coberturas, carpintarias, revestimentos, carpintarias, serralarias, pintura, redes de abastecimento de água, esgotos, pluviais, electricidade.

O valor do contrato é de 25 500 000\$, com exclusão do IVA.

6 — O prazo de execução da empreitada é de cinco meses, incluindo sábados, domingos e feriados, não se admitindo prazos inferiores.

7 — a) O projecto, e programa de concurso, caderno de encargos e demais documentos complementares podem ser examinados na delegação da Fundação António da Silva Leal, sito na Rua de São Pedro, 28, 8000 Faro, durante os hours normais de expediente. Para ser o processo de concurso é necessário apresentar o pedido por escrito na delegação da Fundação António da Silva Leal, sito na Rua de São Pedro, 28, 8000 Faro, dentro do primeiro tempo do prazo fixado para a entrega de propostas.

8 — O custo dos elementos referidos no n.º 5, alínea a), é de 30 000\$, processo completo e de 10 000\$, só programa de concurso e caderno de encargos, mais de trabalhos e memoriais descritivos, ambos com exclusão do IVA à taxa legal.

9 — a) As propostas devem ser enviadas pelo correio oficial ou directamente até às 17 horas do 30.º dia a contar do dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*, pelos concorrentes ou seus representantes, na delegação da Fundação António da Silva Leal, sito na Rua de São Pedro, 28, 8000 Faro.

b) As propostas serão entregues conforme o n.º 5, alínea a), pelos concorrentes ou seus representantes, contra recibo ou sendo remetidas por correio, sob registo e com aviso de recepção.

c) As propostas deverão ser redigidas em língua portuguesa.

10 — A abertura das propostas tem lugar pelas 14 horas do 1.º dia útil seguinte ao da entrega das propostas, na delegação da Fundação António da Silva Leal, sito na Rua de São Pedro, 28, 8000 Faro.

11 — Podem assistir ao acto de concurso público todas as pessoas interessadas e intervir só as devidamente credenciadas.

12 — Não é exigido qualquer depósito para admisión ao concurso. Quando da adjudicação da obra haverá lugar a uma caução de 5% sobre o valor da adjudicação.

13 — A empreitada é por preço e o financiamento tem como fonte a verba consignada em PIDDAC pelo CRSS do Alentejo e fundos próprios da instituição.

14 — Podem ocorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente numa única entidade, no momento extemporâneo, em regime de responsabilidade solidária, desde não haja a celebração do contrato.

15 — Só serão admitidos a concurso os concorrentes titulares das alvarás de empreiteiro de obras públicas que incluam as seguintes autorizações:

- a) 2.ª subcategoria da 1.ª categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

16 — O prazo de validade das propostas é de 66 dias úteis a contar da data referida no n.º 7, alínea a), em termos do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro.

17 — A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, atendendo aos seguintes critérios, por ordem decrescente da sua importância:

Capacidade técnica do empreiteiro e sua experiência em execução de obras similares;

Figura 13. Anúncio Concurso do Plano Pormenor da Nova Aldeia da Luz, Diario da República, 1995



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Ricardo Jorge Franco Viana

**Habitar o espaço público
na Aldeia da Luz**

O processo participativo como instrumento de projeto

[Volume I]

março de 2024

Figura 16. Habitar o espaço público na Aldeia da Luz, Ricardo Viana, 2024



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Carlota Teixeira Melo

**Habitar o espaço doméstico
na Aldeia da Luz**

O processo participativo como instrumento de projeto

[Volume I]

março de 2024

Figura 17. Habitar o espaço doméstico na Aldeia da Luz, Carlota Melo, 2024

2. Entrevistas



QUESTIONARIO DA ENTREVISTA

Tese: A inovação como resultado da participação do concurso da Nova Aldeia da Luz

| | | | | |
|---|---------------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| NOME DO ARQUITETO PARTICIPANTE (ATELIER) | | CONDUZIDO POR | José Antonio Mora Castro | |
| DATA DA ENTREVISTA | | INÍCIO DA ENTREVISTA | | FIM DA ENTREVISTA |
| BREVE INFORMAÇÕES DO PARTICIPANTE | | | | |
| PERGUNTAS | | | | |
| TEMA | NÚMERO DA PERGUNTA | | | |
| ATELIERS E CONCURSOS | 1 | Considera os concursos de arquitetura uma ferramenta útil para o desenvolvimento das suas investigações em arquitetura ou projetos práticos? Na sua opinião, participar num concurso de arquitetura aumentam as possibilidades de obter novos projetos? | | |
| | 2 | Teve outras experiências de concursos antes do Concurso da Nova Aldeia da Luz? Quais foram essas experiências? Foram individuais ou em colaboração com outros arquitetos? | | |
| | 3 | Houve algum projeto anterior que sentiu que o preparou para o concurso para da Nova Aldeia da Luz? De que modo? | | |
| | 4 | Qual considera ser a relevância dos concursos de arquitetura para si e para o seu atelier? | | |
| PUBLICAÇÃO DO CONCURSO | 5 | De que forma tomou conhecimento da existência do Concurso da Nova Aldeia da Luz? Quais foram os meios de publicação utilizados para promover o concurso? | | |
| | 6 | O que achou do briefing do concurso? Sentiu que o caderno de encargos e as diretrizes do concurso ofereceram liberdade para propor soluções inovadoras? | | |
| | 7 | Como é que funcionou a etapa de perguntas e esclarecimentos por parte do promotor? | | |
| DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO | 8 | Como foi organizada a distribuição do trabalho ao longo do calendário? | | |
| | 9 | Quantos colegas trabalharam na equipa? Qual era a especialização de cada um? | | |
| | 10 | Dentro da abordagem adotada, quais foram os elementos mais importantes para desenvolver uma análise crítica do local e propor uma solução para o problema? | | |

| | | |
|------------------------|-----------|---|
| | 11 | Quais foram as principais referências utilizadas na concepção do projeto? Tentou seguir alguma tendência arquitetônica do momento? |
| | 12 | Houve alterações à ideia inicial ou seguiram sempre a ideia inicial de projeto? Que aspetos inovadores acha que a sua proposta oferece? |
| | 13 | Como é que o vosso trabalho respondeu a necessidade prevista no caderno de encargos de “modernizar o tradicional”? |
| | 14 | Quais foram os elementos projetados além dos elementos base da antiga aldeia? |
| Anuncio dos vencedores | 15 | Acha que a vossa proposta foi bem ou mal avaliada? |
| | 16 | O que achou da proposta vencedora (autocrítica)? |
| | 17 | Qual foi uma das suas últimas lembranças do concurso? |
| | | |

Figura 18. Questionario da entrevista, modelo geral, José Castro, 2025

ENTREVISTA PEDRO PACHECHO 22/02/2025

PP: ... estava a dizer que o júri era bastante completo e uma das, julgo, as duas que eu considero serem duas peças fundamentais no júri, obviamente o Nuno Teotónio pela sua experiência, pela sensibilidade que tem relativamente a este tipo de estratégias e de operações que envolvem uma questão social e quase antropológica de transformação do território e que afeta bastante à população, mas depois todos, quer dizer de parte da Câmara, por tanto obviamente que são os interesses da Câmara que procuram olhar a partir dessa perspetiva da arqueologia, o Vale do Guadiana têm, tinha imensas, a partir da barragem para abaixo, tinha diversas estruturas e inscrições em pedras valiosas tão importantes como o Vale do Côa, mais a norte, e mesmo havia uma aldeia romana ou mais recente que estava a ser escavada ali nas margens do Guadiana junto a Mourão por tanto havia uma espécie de urgência porque havia muito trabalho a fazer ainda em contribuição à arqueologia e muito pouco tempo a partir do momento em que houve luz verde para este projeto, este megaprojeto, a avançar obviamente começou a mexer com tudo. As questões ambientais, todos os percalços relativamente aos impactos ambientais duma operação destas, o corte das árvores, a perda do território, a alteração do clima, alteração da fauna; impactos enormes que, quem vê do lado da economia vê duma forma e quem vê do lado do ambiente vê de outra forma, quem vê do lado dos benefícios para o contexto municipal vê de outra forma. Depois, da parte do promotor da obra, EDIA, tanto o Nuno Portas (Nuno Teotónio Pereira) e a Maria João George vinham em representação da EDIA, a EDIA foi convidar arquitetos de grande qualidade como elementos importantes de análise deste problema. A Maria João George fazia parte da EDIA, ela era convidada pela EDIA mas ela fazia parte da EDIA e o Nuno Teotónio Pereira não. A Maria João George foi uma personagem fundamental em todo este processo, tinha uma sensibilidade incrível para não transformar esta operação numa operação pragmática de transformação, ou seja, humanizar um pouco o processo. Era importante do lado promotor, o que está a desenvolver uma operação altamente sofisticada que têm muito sensível e que tem muitas exigências e que implica decisões difíceis, que é obrigar as pessoas a saírem, demolir o existente, ou seja, uma operação muito dura e a Maria João tinha uma postura muito humanista relativamente à forma de abordar este processo. Obviamente houve questões inevitáveis que era a rapidez.

JC: O calendário.

PP: O calendário que mesmo assim alterou-se bastante, não havia muita noção na altura, as pessoas pensavam que a barragem, ou pensava duma forma geral, a que barragem ia demorar dez anos a encher e encheu em dois ou praticamente num ano, foi uma coisa impressionante e apesar de se pensar muito previamente há sempre questões que são depois lançadas. O próprio concurso lança novas questões porque levanta problemas que nunca tinham sido equacionados. Só a partir do momento que tu focas nos problemas é que eles começam a ter alguma relevância e implicar outras relações e outras abordagens.

Foi um processo de uma aprendizagem muito rápida, quer da parte dos intervenientes, quer do próprio promotor que montou a sua agenda e o seu plano com o máximo de cuidado mas o próprio processo em si levantou novas questões e foi preciso também ir se adaptando a estas condicionantes; desde logo houve uma certa resistência das pessoas saírem, isto aqui não é uma decisão que do outro lado tenha uma adesão imediata por tanto dizer as pessoas que têm que sair, mesmo sabendo elas que vão ter que sair mas dizendo isso as pessoas que vão ter que sair, isto é um processo. Por tanto não é, amanhã vamos e deixamos a nossa casa. Gerir esta questão muito sensível foi uma questão muito difícil e que obrigou aos prazos a dilatarem. Achar que se faz uma aldeia num ano, não foi num ano. Apesar de tudo, olhando o calendário, este concurso

foi lançado em noventa e seis e em dois mil começam as alterações de transformação da aldeia. Entre dois mil e dois mil e três, dois abrem as portas da barragem; por tanto a aldeia é a primeira operação... não sei exatamente. Sabes em que data é que a obra começou?

JC: Noventa e oito.

PP: Com a terraplanagem e a primeira foi preparação do terreno, etc. Ou seja, as pessoas só mudaram verdadeiramente quando o cemitério mudou. Por tanto as pessoas não saíam das suas casas enquanto o cemitério não estivesse pronto e os mortos tivessem sido trasladados para o novo cemitério. Isto só aconteceu em dois mil e dois. Em dois mil e dois já estava a aldeia toda construída, praticamente toda construída, mas as pessoas deviam sair e a antiga aldeia ainda existia tal como ela estava. Isso é muito interessante.

JC: Começo com a apresentação do calendário do concurso*. Assumo que são as etapas prévias ao concurso, durante o concurso e depois da realização porque tinha um calendário mais específico que era só a parte do concurso.

PP: Depois há uma coisa que tu não falas que, quiseste focar no concurso, mas para o nosso atelier o que este concurso, obviamente que nós não ganhamos o primeiro prémio, foi outra equipa, mas este projeto abriu-nos uma porta para fazer a obra da nossa vida. Basicamente, o Museu da Luz, a nova Igreja da Nossa Senhora da Luz e o cemitério. Estas perguntas são todas montadas em torno do que é o concurso. O antes e o depois, e o que é que resulta deste concurso resulta num projeto que é selecionado, que é construído e que tem a sua própria estratégia implementada. Inicia-se um processo de participação, de certa forma, de diálogo com a população de tentar explicar o que é se estava a fazer... Mas na verdade, para mim e a equipa que esteve envolvida, o que é que isto proporcionou foi, nos termos a oportunidade de ser convidados a fazer novos concursos para os equipamentos públicos e ser selecionados para fazer o conjunto mais importante da aldeia da Luz. São praticamente dez anos, oito anos, a trabalhar em questões ligadas a aldeia da Luz.

JC: Começo a mostrar o calendário a detalhe.* Aqui está por exemplo só a parte do concurso, em que fala a avaliação das propostas, anteprojecto...

PP: É que isso não estava previsto no início (a fazer referência ao concurso interno dos equipamentos). Isso foi uma questão discutida com a equipa que ganhou. Ou seja, quando a equipa que ganhou o plano da aldeia, começa a construir uma metodologia de implementação dum plano, chegou a conclusão que não fazia muito sentido uma única equipa a fazer tudo. Eles quiseram se focar principalmente nas questões do traçado da malha urbana, do espaço público e das habitações. A equipa não quis ficar responsável por tudo o que era equipamentos públicos que de alguma forma são os edifícios singulares que pontuam a malha urbana e que criam exceções. (EDIA) resolveu fazer um concurso direto aos primeiros premiados, até o quinto lugar. Eu acho que foram cinco equipas que foram convidadas e foram feitos o que se chamavam as Unidades de Projeto, o UP 1, UP 2, UP 3... Foram quatro Unidades de Projeto, já eram por concursos dirigidos. Por tanto essas equipas que tinham ficado classificadas nos primeiros lugares e fizeram o primeiro concurso, eu não sei a ordem deles, mas eu acho que o último foi o museu, mas o primeiro foi tipo a Junta de Freguesia... Ou seja, havia grupos, pacotes, em que cada Unidade de Projeto tinha um conjunto de equipamentos públicos. Pode-se dizer que a Aldeia da Luz é a aldeia que teve mais equipamentos do país. Foi uma forma de compensar a população por tanto foi essa a estratégia de aliciar de alguma forma com uma ideia de que a nova aldeia iria permitir proporcionar uma melhor vida e porque também que a população não ia dispersar-se, por tanto ia concentrar porque havia infraestruturas e qualidades do espaço

urbano e que em consequência iria atrair e ancorar as pessoas á aldeia. Não aconteceu bem isso porque no fundo os processos de desertificação não só ao nível das zonas mais rurais do país mas principalmente estes aglomerados urbanos, mas os pequenos aglomerados urbanos que são as aleias, as pessoas saem e a população era muito envelhecida, os filhos saem, os netos saem, querem estudar para fora, etc. O plano de expansão previsto nunca foi concretizado convenientemente. Havia uma ideia de expansão de que esta aldeia ia concentrar, agregar, ia de alguma forma garantir que era estar melhor na Luz do que em Mourão ou do que em outro sítio qualquer, mas obviamente as dinâmicas são muito mais complexas do que isso.

JC: Por acaso parece-me interessante que o concurso foi de várias etapas, no sentido que início eu não sabia que houve essa etapa para as Unidades de Projeto com os equipamentos. O que eu tinha encontrado somente...

PP: Na verdade era um concurso um pouco... Eu por acaso tenho de voltar a olhar para o programa preliminar para enquadrar, porque nós não fizemos desenhos (do concurso da Unidade de Projeto), ou seja, o que era pedido, ou pelo menos foi a nossa interpretação, nesses concursos de Unidades de Projeto era uma espécie de metodologia. Partindo do princípio que existe um plano que vai ser implementado, qual é a estratégia possível ou metodologia de abordagem que cada equipa realmente define para abordar estas questões dos equipamentos públicos? É a importância do equipamento público, o papel do equipamento público na aldeia, a relação entre os equipamentos existentes, antecedentes e os novos, as suas relações, o que é que mudam, o que é que se transforma, e principalmente os mais delicados, ou seja, a Junta de Freguesia funcionava numa casa, era uma coisa precária, o campo do jogo da bola era um campo; a praça de touros já começa a ser diferente porque era um equipamento simbólico que cresceu um pouco com antiga igreja que era um curral de animais. Eram os animais peregrinos que vinham a capela desde o século quinze, dezasseis e por aí fora. Antes de vir a ter a aldeia, havia aquele recinto onde os animais se guardavam, etc. A aldeia vem-se instalar já mais no século dezassete depois da ocupação destes territórios que faz-se por uma lógica de cristianização. Essas campanhas que já são quando tens uma igreja, o foco, e depois logo a seguir nasce uma *urbe* nova. Isto torna-se um lugar de peregrinação, depois provavelmente deviam haver algumas casas, mas gradualmente a aldeia começa-se a densificar principalmente a partir do século dezassete, dezoito, até o momento da igreja ter a construção da torre sineira significa que já há um núcleo urbano que é preciso chamar. A aldeia vai-se instalar numa zona menos agreste porque a igreja está num barranco junto ao ribeiro, uma zona menos fértil muito agreste e é interessante a aldeia vai se colocar a praticamente um quilómetro em terrenos mais férteis, mais próximos dos terrenos agrícolas que é o que se vê aqui *demonstra a área específica da antiga aldeia da Luz* este traçado agrícola com a proximidade da aldeia. Aqui há algumas características que se tornam importantes no momento do assentamento em que as pessoas decidem fazer a sua casa.

Estava a dizer que a praça de touros têm esse simbolismo obviamente que ao ser integradas na nova aldeia já é uma decisão do plano. Os outros equipamentos, o centro de saúde, não é bem sempre um centro de saúde, é o Centro de Dia, era uma coisa que não havia portanto é um novo equipamento. A escola primária, havia uma escola primária e passa haver uma escola primária com mais condições e depois, a igreja não sabiam bem o que fazer com a igreja porque era uma igreja do século quinze, o que se faz agora? Foi uma questão que ficou levantada. Já havia uma igreja nova na nova aldeia que nos anos oitenta que a igreja acabou por decidir edificar para compensar a distância e para aproximar as pessoas mais ao Largo do 25 de abril. O cemitério obviamente que era uma questão, uma problemática e o museu foi sempre um elemento

programático que já vinha do concurso das ideias, do primeiro concurso. No programa do concurso para o plano estava implícito que toda esta operação iria a obrigar a uma espécie de pensamento museológico porque há uma perda total do lugar e da relação com as pessoas com o lugar e toda uma cultura associada a um lugar desta população específica que não é muito diferente doutras populações do Alentejo, mas tem a sua especificidade em relação com o rio, a sua própria identidade que parte muito da Igreja da Nossa Senhora da Luz, que é diferente das outras igrejas. Houve desde o início a ideia latente que era necessário o museu, não se sabia que museu e como, portanto isso é um dado que é questionado no concurso. É questionado não para fazer o museu mas para pensar uma estratégia sendo um elemento novo. Os equipamentos públicos também não estavam equacionados, o que é que seriam os equipamentos públicos? Portanto não foi uma questão colocada porque havia uma espécie de mimetização...

JC: Antes de começar, eu tinha umas perguntas em relação ao estudo e a evolução da antiga aldeia porque num capítulo falo dela e eu me lembro que na memória descritiva falam (o estudo histórico da EDIA) da evolução em que têm uma rua... *mostro o núcleo inicial da antiga aldeia da Luz.

PP: Esses desenhos fizeram parte... Nós fizemos uma serie de desenhos... Nós tivemos essa metodologia de abordagem muito clara nos desenhos. Acho que eram três ou quatro painéis, A1, mas depois haviam desenhos complementares A3 que se podia acrescentar. Um dos desenhos que nós fizemos tem a ver com essa interpretação dos quarteirões densos com os pequenos pátios... casas com pequenos quintais... não este era mais uma identificação tipológica das relações entre parcelas *aponta ao conjunto de plantas tipológicas do núcleo da antiga Luz*. O que aconteceu realmente é que há um núcleo que tem a ver com a Rua de Trás, *aponta á rua * que é o núcleo mais antigo, aliás acho que eles diziam isso... *amostro a memória descritiva da antiga aldeia* Deve estar aí, há esse núcleo inicial mais antigo, mais compacto que obviamente depois articulado com o Largo 25 de abril que se gerou naturalmente, e principalmente devido ao caminho do acesso, a rua do acesso (Rua de Mourão) como em muitas aldeias é onde se inicia o desenvolvimento. O desenvolvimento destes núcleos urbanos é sempre a partir da artéria principal. Há uma coisa importante e fundamental aqui que é a diferença entre uma aldeia de fim do curso e uma aldeia de passagem. São tipologias muito diferentes. Para compreender a aldeia da Luz ou aldeia da Luz antiga, é preciso compreender estas duas tipologias de aldeia. Uma é, que nós vemos no Alentejo em todo lado, as aldeias são caminhos de passagem e que se desenvolvem através da estrada. Tens a estrada que atravessa a aldeia e tens a igreja e tens um núcleo urbano, muitos deles o núcleo é basicamente a rua mas também com o tempo foi alargando para os lados. São aldeias que tem esta condição que são atravessadas permanentemente por circulação. A aldeia da Luz é uma aldeia de fim do curso, é uma aldeia que tem que se chegar e volta-se para trás. Obviamente que depois tem ramificações que tem a ver mais com caminhos rurais, caminho ao acesso ao rio e diferentes ligações ao rio, caminhos entre campos, são caminhos de comunicação dos terrenos agrícolas, etc. Depois também há esta ramificação para Estrela, para a aldeia da Luz. Esta ramificação tem a ver com as aldeias sempre tiveram os núcleos urbanos com várias ligações. De um lado vão para uma aldeia, por outro lado vão para a outra aldeia, a aldeia da Luz não era a exceção. Esta condição da aldeia do fim do curso determina muito a própria estrutura urbana, esta ideia de chegar a um ponto e depois a partir daí caminha-se até ao rio.

JC: Esta é uma colagem que eu consegui fazer, foi do DGTerritorio. *mostro a colagem feita a partir das cartas antigas da antiga aldeia da Luz e os seus arredores*.

PP: A estrada que vai para Mourão é aquela?

JC: Sim, Mourão, o rio Guadiana, depois o Castelo da Lousa é mais por aqui...

PP: Esse desenho (colagem) é muito importante...

JC: Por causa das parcelas também, eu acho descritivo...

PP: Esse desenho é importante porque um desses caminhos, era um caminho entrecampos antigo em que nos vamos usá-lo para ancorar a nova aldeia da Luz, no nosso projeto.

JC: Sim, lembro-me ter visto provavelmente cinco opções de terreno em que vocês podiam trabalhar.

PP: Ninguém acertou. É assim, o concurso é um concurso de ideias. A EDIA sabia perfeitamente onde é que tinha que ser a aldeia. Quando lanças o concurso sabes perfeitamente qual é o sítio com mais possibilidades. Tem a ver com uma herdade, com uma única expropriação, o terreno mais favorável para a implantação, mas mesmo assim lançam um concurso em aberto e foi a coisa mais difícil, a meu ver, no nosso caso, de encontrar uma lógica e uma estratégia. Porque é que um sítio é melhor do que o outro? E acho que nenhuma proposta; lembro-me de ter falado com a Maria João George, nenhuma proposta acertou exatamente no sítio porque foram buscar outras soluções... Outras se aproximaram mais e outras se aproximaram menos.

JC: Eu tenho a foto com os terrenos possíveis. Isto *mostro o documento feito para uma cadeira* foi feito para Seminários e já tinha introduzido o tema dos concursos... o rio Guadiana. Também há imagens aéreas da Luz e do rio; a conexão que tem com Mourão. Há o Castelo da Lousa, uma foto do antigo Largo. *mostro as opções que se assume foram pensadas pela EDIA ou alguma equipa*. Eu assumi que eram as cinco opções de implantação da aldeia porque...

PP: Eles próprios (as opções de implantação) não coincidem com nenhuma que foi escolhida... Tal vez esta mais aqui *procede a mostrar um possível implantação de alguma equipa*. A aldeia da Luz (refere-se a atual aldeia da Luz) está aqui, nós fomos mais para aqui *mostra o terreno escolhido na parte sul da atual aldeia*. De qualquer forma, a única coisa que nós acertamos foi com a posição do cemitério. O cemitério era um monte, havia um cabeço, tem que ser ali e acertamos. O sítio onde nós pusemos (o cemitério) no concurso é onde ele é agora. Esse é o Monte dos Pássaros, é ali. A aldeia está aqui no meio. Não esta nem aqui, nem ali, nem ali. *aponta os terrenos pintados de amarelo numa das imagens do arquivo do concurso*. Nos andamos mais para aqui *localiza o terreno onde ele trabalho*. Foi uma estratégia ao nosso entender que fazia sentido...

JC: Foi também esta lista de equipamentos pedido.

PP: Já estava equipamentos na altura? Já não me lembro há tantos anos. Já passaram vinte e tal anos. Quase trinta.

JC: E depois por exemplo, essas foram algumas opções de propostas.

PP: E há uma coisa importante, que eu quero esclarecer que quando tu me estavas a fazer estas perguntas eu já não sei como é que se operou. Foi o primeiro lugar foi desclassificado.

JC: Ok. Eu tenho a lista de participantes.

PP: O primeiro lugar foi desclassificado e todos os outros... O João Figueira ficou em segundo lugar, um outro grupo ficou em terceiro e o nosso grupo ficou em quarto. Depois passou tudo para frente e nós ficamos em terceiro lugar.

JC: Eu acho que era o Álvaro Carneiro *o anterior terceiro lugar, atual segundo lugar do concurso*.

PP: O primeiro foi desclassificado. Não aparece nas listagens, não sei se era o Pedro George. A proposta que ganhou propunha... Obviamente houve um problema, eliminou-se. O que nós soubemos no final foi somente esta formação (a lista de vencedores).

*Começamos a falar duma lista de participantes que foi fornecida por parte do arquivo da EDIA e reparamos que a lista não estava em nenhuma ordem estabelecida, seja pontuação, ordem de entrega, quantidade de elementos apresentados ou outras categorias. Somente é descrito os participantes e excluídos. *

A água vinha até aqui, *começa a desenhar a proposta do primeiro lugar excluído* é por pouco a aldeia não é inundada, mas o suficiente porque havia partes baixas e igreja (Igreja da Nossa Senhora da Luz). Havia uma proposta...fiquei com essa ideia, porque discutiu-se que criava uma coisa qualquer, um anel ou qualquer coisa que propunha um muro de contenção.

Afirma a confusão da lista de vencedores

Nos fomos os últimos a entregar, eu acho estranho. O João Figueira ainda deveria ter entregue... Eu, na verdade, acho que me cruzei com o João Figueira quando estávamos a entregar, ele era o meu colega da Faculdade do Porto (FAUP) e tínhamos muitas *cadeiras* em comum. O António Madureira, olha eu não sabia... foi excluído. *começa a dizer os outros participantes que estão mencionados na lista fornecida pelo arquivo da EDIA*. A PAL (Planeamento e Urbanismo) é o Filipe Gravata, eu conheço.

Continuamos a ler a lista de participantes a tentar perceber a lógica da enumeração dos participantes.

Começo a ajeitar a camara fotográfica para filmar a entrevista.

Começa-se com as perguntas e respostas do questionário.

JC: Então, considera os concursos de arquitetura uma ferramenta útil para o desenvolvimento das suas investigações em arquitetura ou projetos práticos? Na sua opinião participar num concurso de arquitetura aumenta as possibilidades de obter novos projetos? (Pergunta 1)

PP: Sim, os concursos são uma ferramenta extremamente rica em pensamento, em estratégia de investigação porque são momentos muito completos. São momentos de síntese e de desafio porque num projeto temos que, no fundo, responder a um problema; abordar as questões do lugar, do território, a ideia a estratégia, desenvolver em texto, desenho em comunicação, arquitetura, as engenharias, os sistemas e a relação com o território e a paisagem. No fundo é um momento em que uma equipa tem que abordar uma multiplicidade de temas e de questões que tem a ver com uma situação específica, com o território específico, com um problema específico que é lançado pelo promotor. Existe um problema, existe este território, existe este programa, como é que uma equipa de arquitetos aborda todas estas questões da argumentação e a fundamentação da proposta tem que estar muito claras. Depois ao nível do desenho, a questão da comunicação é fundamental. Nesse sentido, são ferramentas fundamentais. Obviamente que fazer concursos aumenta a possibilidade de ter acesso a um tipo de encomenda que, de outras formas, é quase impossível ter. Encomenda pública, edifícios de grande escala e só a partir dos concursos públicos, internacionais ou nacionais ou por convite, de ter acesso a essa informação. Quando as equipas, que é no nosso caso, são jovens, que não tem outra

capacidade... outra possibilidade de ter acesso a um tipo de encomenda, os concursos são uma forma de crescimento e eu acho que o concurso da aldeia da Luz fez parte, um pouco, desse processo de conhecimento, de desafio e de estarmos permanentemente a testar as nossas experiências e a consolidar os conhecimentos.

JC: Teve outras experiências de concursos antes do Concurso da Nova Aldeia da Luz? Quais foram essas experiências? Foram individuais ou em colaboração com outros arquitetos? (Pergunta 2)

PP: Sim, sempre em colaboração. Era o que eu estava a dizer anteriormente, quando se faz um concurso monta-se uma equipa e essa equipa é feita a medida, é pensada em forma a poder responder da melhor forma a um problema ou as questões que são levantadas. Depois tem de se construir também a equipa multidisciplinar que cada concurso convoca. Eu tenho aqui anotado, eu tive de anotar porque já não me lembrava dos concursos que eu fiz mas fiz muitos concursos principalmente com Marie Clément e Frédéric Bonnet que eram arquitetos que eu conhecia e que Marie trabalhava no Porto e tínhamos uma relação direta e Frédéric também era um amigo em comum que conhecíamos mas eu fiz muitos concursos com o José Adrião com quem iniciei o primeiro concurso que eu fiz que foi com ele. Já agora foi um concurso muito interessante e que de alguma forma talvez nós terá dado o impulso para fazer muitos mais concursos porque acho que isso aconteceu uma vez na FAUP; o nosso ano, quando acabou o quinto ano, havia a possibilidade de fazer estágio no exterior. Foi o primeiro ano em que os estágios internacionais abriram, foi também o ano em que a Faculdade recebeu o primeiro Erasmus, estudante Erasmus. Foi em 1989, início dos intercâmbios internacionais e a própria escola havia uma Fundação Académica do Porto num lote e a Faculdade lança um concurso para os finalistas do quinto, que era para a nossa turma, depois do final do quinto ano e quem ganhasse esse concurso, o projeto seria o projeto que seria desenvolvido em contexto do sexto ano, fundo seria a tese do mestrado. Na altura o sexto ano era uma espécie... chamava-se pre-profissionalização. Eu optei depois, porque não ganhamos o concurso, optei pela experiência internacional e para ir para fora fazer o estágio. Este foi o primeiro concurso, foi muito interessante, foi o concurso feito com os colegas da nossa turma e aí já fizemos equipas, eu fiz equipa com José Adrião e vem mais um pouco o impulso para fazermos mais concursos. O primeiro concurso que fizemos logo a seguir, marcante e estruturante, foi o Terreiro do Paço em que ficamos em primeiro lugar em que não foi feito e só mais tarde foi feito, em 1992. Foi uma sequência de concursos para o Convento de São Francisco de Santarém. O concurso do Terreiro do Paço tinha a ver com o património, história, tempo, matéria, a relação entre o antes e depois do terremoto, a questão simbólica da maior praça do país. O concurso para o Convento de São Francisco de Santarém também tem a ver com o património, com a história e este diálogo subtil entre um edifício patrimonial de grande escala e a possibilidade de introduzir novos elementos, havia esse confronto, esse diálogo. Depois houve um concurso que foi a Trienal de Arquitetura, e a anterior ficamos em menção honrosa (Convento) e este ganhamos em primeiro lugar, a Trienal de Arquitetura de Sintra. Tinha sido a segunda trienal de Sintra, depois acabou-se por transformar na Trienal de Arquitetura de Lisboa. Á início dos anos noventa tinha havido uma tentativa de montar uma trienal de arquitetura em Sintra e houve a primeira e penso que foi o Manuel Mateus, dos Aires Mateus, fizeram esse primeiro trienal, também um concurso, e depois nós fizemos (José Adrião e Pedro Pacheco) a segunda trienal de Sintra em 93. Era muito interessante porque era um teatro antigo que tinha sido queimado, ainda tinha todos os vestígios todos das paredes queimadas e zonas *ruínas* e a nossa intervenção no fundo era transformar aquele lugar num espaço expositivo e um espaço de ensinação para o acontecimento trienal. Depois fizemos um outro concurso para o Mercado Municipal da

Ramalde (Porto), tivemos uma menção honrosa, que era interessante porque era a importância do programa, o mercado por um programa complexo no sítio periférico. Ramalde não é assim tão periférico mas era uma zona que tinha ainda restos de terreno rural próximo do plano da Ramalde do Fernando Távora. Havia ali um problema de centralidade, portanto, a possibilidade do mercado ser o novo centro catalisador de todas aquelas populações em território em volta. Depois um outro concurso que foi importante, esta também foi feito com a Marie e o José Adrião, foi a Biblioteca para o Palácio de Cristal, ficamos em segundo lugar. No fundo, o Palácio de Cristal é um grande jardim, um jardim histórico, a importância do programa e como é que se introduz um edifício, um equipamento público, num jardim que é ocupado por um pavilhão que substitui o pavilhão de cristal, no fundo está a imagem do Crystal Palace em Londres. Era muito delicado, como acrescentar um edifício de grande escala num jardim? Todos estes concursos levantam questões muito interessantes. Isto foi do oitenta e nove até os noventa e quatro, depois surge o Concurso da Nova Aldeia da Luz e os outros concursos a seguir. Isto para dizer que todos estes foram feitos com equipas. Os concursos solicitam equipas multidisciplinares que nem todas são iguais, a arquitetura e engenharia é fundamental, a arquitetura paisagista também, há aqui uma questão que é muito importante que é, nós começamos desde o Terreiro do Paço, foi também um aspeto que marcou muito a nossa geração, começamos desde o primeiro concurso a trabalhar com arquitetos paisagistas, não era uma coisa muito comum, também outra coisa que foi fundamental foi que o Terreiro do Paço... Houve um concurso anterior que foi o Concurso da Frente Ribeirinha de Lisboa, que era um concurso mais de planeamento, de grande escala, foi talvez em oitenta e nove ou noventa, que nós ainda não apanhamos porque estávamos na escola. O grande concurso desta década foi o Terreiro do Paço, no início dos anos noventa, que abriu campo a uma multiplicidade de concursos porque havia necessidade de equipamentos públicos. Foi um período de equipamentos, bibliotecas, escolas, museus, escolas não tanto, reabilitação de património existente, etc. Houve uma multiplicidade de concursos e de equipas da minha geração, dos meus colegas, que foram ganhando e que também foram iniciando a sua atividade profissional a partir de concursos.

JC: Naquela altura a Ordem dos Arquitetos já regularizava os concursos?

PP: Essa é uma boa questão, mas eu acho que a Associação de Arquitetos (AAEP, atual Ordem dos Arquitetos) tinha um papel dinâmico nesta promoção e eu acho que nesta geração já há, obviamente é sempre que há uns que são apoiados pela Ordem dos Arquitetos, outros não; mas acho que já nesta altura já havia esse apoio. Em noventa e oito, noventa e seis, seguramente, mas acho que sim. Muitos concursos solicitavam técnicos específicos ou de arqueologia ou de história, independentemente das especialidades de engenharia-arquitetura, mas também começou a ser obrigatório ter um arquiteto paisagista, foi muito importante porque foi uma aprendizagem excelente onde tivemos sempre em diálogo com arquitetos paisagistas desde os primeiros concursos que fizemos e também no Terreiro do Paço, por iniciativa nossa, nós achamos que era um tema demasiado global e abrangente e achamos fundamental que também era necessário ter um artista e no concurso, foi o primeiro concurso, que convidamos ao João Louro para trabalhar no concurso do Terreiro do Paço. Foi o início também duma possibilidade de que estes concursos tinham, de colaborar... De ir buscar pessoas estratégicas e que também vão a densificar toda a reflexão que se gera em torno a um determinado problema.

JC: Houve algum projeto específico que o preparou para o Concurso da Nova Aldeia da Luz? (Pergunta 3)

PP: Eu acho que há duas coisas importantes, uma, o trabalho em colaboração com o Fernando Távora, eu acho que eu não consigo distinguir uma coisa da outra. Portanto, por um lado acabar

o curso, toda a experiência do curso, que em cada um dos alunos da determinada especificidade porque varia com a experiência de cada um, a importância do curso por um lado, as bases que o curso dá, por outro lado, a experiência única que foi durante este período intenso também. Muitos destes concursos eram feitos fora de colaboração do Fernando Távora, trabalhava até as dezasseis horas ou até as dezassete e depois a partir daí era um outro dia. Todos esses concursos foram feitos até noventa e seis, estes que mencionei, estes foram todos feitos num horário pós-laboral. A experiência do atelier, a experiência profissional que de também estar envolvido com projetos de caráter patrimonial, de intervenção ao espaço público, onde estes vários layers de sedimentação das cidades e territórios estão presentes, aprendi imenso. Obviamente que essa experiência passa para depois os concursos. Os concursos, como eu já expliquei há bocado, de alguma forma, tem muitas coisas em comum, a especificidade de um problema, a relação com a cidade, com a história, com o património, as questões de memória também. Principalmente, respondendo diretamente a tua pergunta, acho que o Terreiro do Paço foi o concurso que marcou mais. Talvez fazendo uma ponte do Terreiro do Paço para a aldeia da Luz há questões e temas que são semelhantes, pelo menos da forma em que nós os abordamos. No Terreiro do Paço há esta dialética entre o antes do terremoto e depois do terremoto. A identidade de aquilo que é o Terreiro do Paço como lugar da cidade é um terreiro aberto ao rio com uma determinada forma e com determinados edifícios; depois do terremoto como é que isto se transforma em Praça do Comércio? Com uma nova morfologia, uma nova geometria e com um novo simbolismo também, nova ideologia por trás. Esta dialética para nós foi muito importante, sedimentou também uma ideia de intervenção e de trabalhar com os escombros do terremoto, com o tempo, no fundo como é que se associam tempos diferentes ao nosso tempo, como é que se juntam dois imaginários dum mesmo espaço? O Terreiro do Paço quinhentista e a Praça de Comércio Pombalina oitocentista; e por um lado a aldeia da Luz também tem a ver com esta dialética da catástrofe... não é catástrofe no sentido de terremoto mas no sentido de que há uma mudança do lugar, uma destruição do espaço, uma reconstrução nova, etc. Outro aspeto importante não diria que durante o nosso curso, acho que talvez no quinto ano e quarto ano, já nos fomos alertando, isto tem a ver com coisa cíclicas, preocupações que a determinado momento tornam-se globais. Por exemplo, a questão do espaço público, principalmente com as experiências em Barcelona (estágio no atelier de Josep Llinàs) a Espanha que estava a uns dez anos á frente, começaram a ser temas fundamentais para o pensamento da cidade, talvez nos anos noventa não eram tanto, porque não me lembro ter focado dessa forma ao longo do curso, foi mais nos últimos anos, até porque tivemos a fazer desenho urbano no quinto ano. O Terreiro do Paço realmente foi uma imersão total em qual é a importância do espaço público na cidade, o seu significado e paralelamente no Távora, eu estava a desenvolver a Praça 8 de maio em Coimbra, como projeto de espaço público que o Távora dizia que eu era o especialista em estacionamento porque tinha feito o projeto do Terreiro do Paço, tínhamos posto um estacionamento por de baixo do Terreiro do Paço no concurso.

Outro aspeto interessante desta altura foi o início de duplas de arquitetos. Hoje é muito natural os coletivos mas na altura começaram a aparecer duplas e eu fiz uma dupla com o José Adrião, lembro-me que o Bak Gordon fez uma dupla com o Carlos Vilela, o Pedro Domingos fez com a Inês Loubo e por aí fora. Há imensas duplas porque era uma forma, primeiro, obviamente vinha com uma experiência antecedente académica, era uma forma de juntar forças e de poder crescer em conjunto para de certa forma atacarmos a vida profissional de forma intensa. Foi uma construção de diálogos, que é fundamental nestes trabalhos de execução e muitas vezes até de opinião diferentes que se cruzam e se complementam. Estas equipas também são

complementares o trabalho acabava por chegar numa síntese exatamente por essa complementaridade de experiências.

JC: Logo na pergunta número quatro, qual considera ser a relevância dos concursos de arquitetura para si e para o seu atelier? Eu acho por exemplo interessante o fato de ter conhecimento amplo. O arquiteto é um profissional que chega a ter conhecimento em várias áreas mas como o arquiteto estava a dizer, ganhou conhecimento em arquitetura paisagista.

PP: É assim, um concurso nunca está perdido, está sempre ganho porque quando entras no concurso é como abrir uma porta e estás disponível para abordar uma serie de temas. A ideia de analisar e investigar sobre um determinado território é uma espécie de impulso que faz parte da nossa atividade. Eu acho que é interessante também... Como nós começamos muito com os concursos, projetos que não vem, que não nascem dos concursos temos uma *nova* atitude, ou seja, só se faz textos para os concursos e os painéis interessantes para os concursos e depois com os projetos normais, que temos uma encomenda direta já não temos o mesmo investimento, já está garantido o trabalho. Acho que é interessante toda a dinâmica e a intensidade e a abordagem global que se tem nos concursos, traze-la também para os trabalhos normais. É essa exigência, uma coisa que eu sempre gostei muito é de descrever sobre os projetos. A memoria descritiva sempre foi e continua a ser, não é um texto para despachar e para explicar, é uma forma de construir e de sedimentar as ideias que já estão de alguma forma no desenho. É sempre uma acumulação de conhecimento, que é fundamental. Há alguns que ganhamos e outros que perdemos, quando ganhamos é fantástico porque é uma possibilidade de iniciar o trabalho e de realmente construir o trabalho. Há uma espécie de fantasia que quando estamos, por exemplo, a trabalhar no Terreiro do Paço, por acaso ganhamos o Terreiro do Paço, depois teve um desenvolvimento, acabamos por não fazer o projeto final, mas que fizemos um projeto intermedio que foi construído e etc.; é a possibilidade de também investigar e de trabalhar sobre temas absolutamente fascinantes e tem a ver com a história da arquitetura. Cada lugar, cada edifício, cada edifício em específico convoca-nos para a história da arquitetura, para a história das cidades, para os problemas que as cidades tem. É uma espécie de manifesto em que aquele momento faz sentido pensar em ter determinadas ideias ou desenvolver determinadas leituras sobre o determinado contexto. Isso também é importante. Inicia-se também uma discussão que muitas vezes salta para outros projetos, acho que isso é interessante. Nesse sentido, é sempre um trabalho ganho. De alguma forma, aquela experiência vai sedimentar outras experiências seguintes.

JC: Em relação à publicação do concurso, de que forma tomou conhecimento da existência do concurso da Nova Aldeia da Luz? E quais foram os meios de publicação que foram utilizados para promover o concurso? (Pergunta 5)

PP: Olha, já não me lembro muito bem mas acho que este concurso foi anunciado pela Ordem dos Arquitetos (OA), pela Associação dos Arquitetos, chamava-se AAP (Associação de Arquitetos Portugueses) mas não tenho a certeza. Inicialmente, acho que a Marie ficou mais entusiasmada do que eu, nós só queríamos fazer um concurso. Era um tema completamente novo, mas tínhamos este amigo em comum, o Frédéric Bonnet, que era amigo da Marie a muitos anos, tinham estudado na escola, tinham dividido apartamento em Paris, a Marie vivia em Portugal, no Porto. Lembra-nos logo, pela complexidade do tema que era, de ir buscar ao Frédéric Bonnet, ele já tinha algumas experiências em planeamento. Depois convidamos o Frédéric e fizemos esta equipa de três arquitetos e a partida é que começamos a constituir a equipa. Lembro-me da primeira sensação de que, primeiro era um tema completamente novo, por um lado um fascínio de desenhar uma aldeia, por outro lado estranheza de todo o processo e também uma certa

complexidade e ser um programa muito invulgar de desenhar o plano. Como já tínhamos alguma experiência em concursos, de certa forma entrar e fazer um novo concurso era natural, era mais uma experiência e foi excelente.

JC: Eu também tinha algumas informações, por exemplo, esse documento que é sempre promovido por parte do Diário da República ou propriamente da EDIA. *Mostro a imagem do anúncio oficial do Concurso do Plano Pormenor da Nova Aldeia da Luz.

PP: Nós tivemos conhecimento, porque na altura não havia internet, ou através dos ateliers onde nós trabalhávamos. A Marie já não sei onde trabalhava, trabalhava no João Pedro Seródio. Ela tinha estado a trabalhar no Souto Moura mas nessa altura trabalhava no Seródio. Pode ter sido a partir daí que vimos o anúncio. Já não me lembro.

JC: Estava a mencionar o que achava do briefing do concurso, sentiu que o caderno de encargos e as diretrizes do concurso ofereceram liberdade para propor soluções inovadoras? (Pergunta 6)

PP: Sim. O briefing era muito concreto. Tinha este objetivo final de desenhar uma nova aldeia. No fundo trazia, já não me lembro o que trazia o briefing, eu acho um dos aspetos que nós pareceu assim um bocadinho mais difíceis, era a escolha da localização da nova aldeia. Lembro-me que era uma coisa que debatemos muitos, porque por um lado, lembro que também havia o programa preliminar que era muito claro na forma como descrevia a aldeia, como se via aspetos fundamentais sociológicos e identitários sobre aquele território; lançava já uma série de sensibilidades que é importante ter em conta sobre como reconhecer determinadas realidades num território e depois como é que isso pode influenciar o desenho do novo plano. Lembro-me que, por um lado era um concurso de ideias, a tipologia de ser um concurso de ideias, ele tinha logo que ter um caráter mais livre portanto não *determinava* como muitos concursos fazem, há uma área para a implantação dum determinado programa e é nessa área que até tem a ver com propriedades, com limites de propriedades. Aqui não havia essa condicionante, estávamos um pouco livres e juro que foi uma das coisas mais difíceis. Parece-me que foi uma estratégia também do concurso, que obrigar as equipas a elaborarem uma metodologia de estratégia de abordagem. Como abordar este tema? Há uma aldeia que tem de ser demolida, as pessoas tem que sair, há um novo plano que tem de ser construído nas proximidades porque já tinha havido antes um inquérito sobre a possibilidade da população da Luz ser espalhada pelo território, Mourão e outras aldeias, e houve logo uma decisão de que não e a hipótese de deslocar a aldeia para um terreno na proximidade, num terreno mais estável, que ficava próximo mas há segurança em relação à albufeira do Alqueva. Havia essa liberdade para desenvolver uma estratégia e de escolher também a implantação da nova aldeia.

A questão das soluções inovadoras acho que isso tem a ver com forma em que cada equipa pegou no tema e valorizou os projetos relativamente aos outros porque acho que a primeira coisa que nos vem a memória foi a Malagueira. Na proximidade cultural dentro da arquitetura portuguesa em que houve uma grande operação deste tipo foi a Malagueira, em que não surge em resposta a uma transformação brusca mas surge como uma forma de integrar, obviamente construir um novo tecido urbano, novas casas, mas também de integrar bairros já existentes em que há uma grande operação em que se pensa sobre as tipologias, sobre o traçado, sobre as infraestruturas, sobre o território, as paisagens, a topografia, a relação com a cidade, etc. Há imensos temas. A primeira coisa que nos chegou a memória foi... será que isto pode chegar a ser uma espécie de Malagueira? Em ponto de vista da linguagem. Estávamos perante uma aldeia de cento e tal casas, trezentos habitantes, onde é preciso uma certa sistematização da

organização. Depois acabamos por... Eu acho que a ida ao sítio foi fundamental. Acabou por nos orientar por uma outra abordagem sem perder assim de memória essas experiências.

JC: Como é funcionou a etapa de perguntas e esclarecimentos? (Pergunta 7)

PP: Olha, eu acho que nós não fizemos perguntas. É assim, já não me lembro, acho que não fomos a visita guiada e eu acho que foi intencionalmente porque a visita guiada, o que é que acontece, a visita guiada estão as equipas todas e o promotor e no fundo desfoca-te completamente da intensidade da relação. Nós não queríamos conhecer o sítio no meio de uma equipa numa visita guiada com as equipas todas a fazer perguntas... Queríamos ter uma relação direta com o sítio que conseguíssemos extrair ao máximo de informação e de intensidade e, na verdade, vir dali com uma ideia. Muitas vezes torna-se impossível. Eu evito. Por exemplo, relativamente as questões acho que não fizemos e recebemos as questões dos outros. Tínhamos as nossas questões mas não era nada de problemático, mas não tenho memória de que tínhamos feito, mas ela funcionou normalmente. Havia um período para fazer perguntas e para responder.

JC: Depois em relação à distribuição do trabalho, como foi organizada a distribuição do trabalho?

PP: Como eu te disse já no início, nós três: eu, a Marie e o Frédéric fizemos esta equipa. Fomos logo buscar o arquiteto com quem não tínhamos trabalhado mas era um grande amigo de uma amiga nossa e que eu já conhecia. Era o Sebastião Carmo Pereira que era muito amigo da Cláudia Taborda... Não, nessa altura não conhecia a Cláudia ainda. Tenho de lhe perguntar a Sebastião. Mas foi o arquiteto paisagista e acho que já tínhamos tido um encontro qualquer, depois trabalhamos com ele na... Eu não me lembro bem. As engenharias, para mim foi muito obvio que estava a trabalhar com o Távora e lidávamos muito com o G.O.P. (Gabinete de Obras e Projetos) que eram os engenheiros que trabalhavam muito com o Siza e com o Távora e com Souto Moura. Depois mais tarde acabaram por fazer o edifício do Aleixo e juntaram-se todos e cada um ficava com um piso e o Siza desenhou o prédio. Era uma equipa de engenheiros muito próxima e que eu tinha trabalhado em alguns projetos que estava a desenvolver com o Távora. Eu conhecia-os e foi logo imediato, e principalmente com o engenheiro Sobreira, o Jorge Nuno da Silva veio depois a substituir. Era o engenheiro Sobreira, um dos fundadores do G.O.P. e que depois foi uma equipa que acompanhou todos estes projetos ate o fim. Eu já tenho trabalhado em outros projetos com eles, foi uma longa relação que durou praticamente oito anos, pois nos outros projetos individuais que fizemos que tinham a ver com a aldeia da Luz, foram todos feitos com esta equipa. Depois lembro-me ter tido certa dificuldade, não era tão importante ao nível do desenho, alias, as infraestruturas, principalmente ao nível deste concurso, o concurso basicamente era um concurso de ideias de arquitetura, era o que era importante ali pensar, obviamente com um certo background da infraestruturas porque a aldeia da Luz ia obrigar a um plano de infraestruturas muito claro, portanto tinha de haver de certa forma um texto que incorpora-se as preocupações fundamentais a ter de ponto de vista das infraestruturas. Muito destas colaborações são mais ao nível da memória descritiva, para este documento, em que cada equipa desenvolve metodologias de abordagem ao novo plano. Todas estas especialidades era preciso um especialista em ordenamento de território, em geologia, em arqueologia e historia, sociologia e economia rural e acompanhamento jurídico. A sociologia e economia rural foi uma pessoa que eu conhecia, o Joel Felizes, que eu chamei, ele é sociólogo, era o único sociólogo na altura. Depois os outros foi mais por conhecimento, por feedback de outras pessoas, olha precisamos de um geólogo, precisamos de um arqueólogo e por aproximação fomos construindo esta equipa que depois praticamente, a exceção do G.O.P. e do Sebastião e do paisagista, portanto as infraestruturas e o paisagismo, que são as únicas especialidades que

nós damos continuidade nos outros projetos que fizemos posteriormente. Todos os outros caíram, surgiram outros, da história, da sociologia já não foi preciso, mas foi preciso antropologia e museologia étnica, ecologia. Ali montamos outra equipa e também foi necessário constituir uma equipa dos conteúdos do museu e fomos buscar também audiovisual, a Catarina Alves Costa, Catarina Mourão, que tiveram uma abordagem diferente e que complementaram a equipa e também a antropologia, a Clara Saraiva e o Benjamim Pereira, que foi fundamental como museólogo que trabalhou connosco no museu. Isto para dizer que esta equipa, principalmente, permitiu dar uma consistência ao trabalho do concurso mas depois não a continuamos quando houve a possibilidade de dar continuidade ao trabalho.

JC: Já mencionou quantos colegas trabalharam na equipa e a especialização de cada um* a pergunta 9 já está esclarecida*. Depois, dentro da abordagem adotada quais foram os elementos mais importantes para desenvolver uma análise crítica do local e propor uma solução para o problema?

PP: Primeiro a problemática, trata-se da deslocação de uma aldeia e o que isso implica, deslocar uma aldeia dum lado para o outro, principalmente as pessoas. Por um lado as pessoas e logo a primeira questão que nos colocamos que foi: de que forma a arquitetura pode minimizar o problema da perda do lugar? Isso foi uma grande questão. Como é que nós, de alguma forma como arquitetos desenhamos, pensamos o espaço, definimos tipologias, no fundo tratava-se de refundar o lugar. Essa é a ideia de fundação fundamental. Como é que se refunda um lugar que já tem quinhentos anos? E que tem aspetos de ancoragem e de assentamento num território extremamente precisos e muito sedimentados, etc. Como é que nós refundamos um lugar que tem a ver alguma coisa com o lugar antigo? Que não perca características. Isso foi uma das questões fundamentais. Como atenuar a ideia de perda? Depois reconhecer qual é a especificidade deste lugar. *Quais são os valores?* E ali há uma dimensão sensorial, de certa forma intuitiva, que tem a ver a forma que nos relacionamos com a paisagem, com os montes, com os vales, com os caminhos, com os percursos, a ida a fonte, a ida ao rio, a descida ao rio, a orientação solar, a forma como aquela aldeia esta encaixada, como é que se desenvolvem os rituais religiosos, as festas, qual é realmente os... Como é que estas pessoas se ligam à terra? Os terrenos agrícolas? O Guadiana? Havia ali uma serie de coisas, algumas coisas estavam no programa preliminar, outros tivemos que no fundo incorporar. O que é que é uma aldeia alentejana? Esta ideia que falava há bocado que compreender que estamos numa aldeia de fim do curso e não numa aldeia de passagem, qual é a diferença que faz? Do ponto de vista do assentamento? Da concentração do espaço coletivo? Como é que as pessoas se organizam? Depois houve uma espécie de ideia estruturante que nos acompanhou praticamente desde sempre, que é uma ideia mais abstrata, que vem duma obra dum artista catalão e que eu conheci quando estive em estágio em Barcelona, que é o Pere Jaume, que é uma imagem fortíssima, muito conceitual, que nos leva para uma reflexão muito interessante entre o que é que é estas duas pedras, a pedra artificial, esta obra chama-se Natura Singatura. No fundo, o que é que parte da natureza de um lugar que é construído ao longo dos séculos, ao longo de uma apropriação lenta e de proximidade das pessoas com o campo, com os terrenos, com todas as práticas e os cultos ligados a um determinado sítio, por um lado essa cultura e por outro lado, a dimensão artificial do plano, do que é que é reinventar, redesenhar e planificar tudo de novo outra vez num ato único. Esta obra cria muito esta dialética. A partir desta obra nasce o texto: Aldeias Duplas, nesta estratégia de dialética em que, na verdade existem duas aldeias. Uma aldeia que cresceu durante quinhentos anos de apropriação e relação muito próximo com o território, e uma aldeia que é pensada e desenhada e construída no momento. Há aqui lógicas completamente diferentes. Esta dialética foi fundamental para nós, no fundo para desbloquear

um pouco a forma como abordávamos esta questão e levou-nos a outros aspetos que é pensar exatamente a importância, não em separar estas duas realidades mas em junta-las, não em dizer que elas são completamente diferentes mas pensar mais em que elas são próximas, em que elas podem ser próximas do ponto de vista da arquitetura. De que forma é que a aldeia que é um plano feito de raiz pode ter características ou deve ter características da anterior aldeia? Como é que se esta coisa? Nós *alocamos* muito o texto. O texto até acho que nos seguem durante toda a vida. Este texto ficou associado a este concurso durante muito tempo e depois quando desenvolvemos o Museu-Igreja-Cemitério esta ideia ainda se veio consolidar mais porque aí já estávamos não perante o desenho de uma aldeia mas o desenho de edifícios específicos. Como é que esses edifícios específicos também dão continuidade a esta dialética entre o antes e o depois, a aldeia existente e a aldeia nova, o passado e o presente? Temos sempre a reconstrução da igreja, a translação do cemitério, tirar o cemitério de um lado e por no outro, a construção do museu que apesar de ser uma entidade nova, nós encontramos um diálogo com o Castelo da Lousa e encontramos ali um paralelismo. No fundo esta construção dialética *compunha* sempre qualquer pensamento de projeto que fomos sendo feito. O Monte dos Pássaros mais tarde, a ampliação e a criação do núcleo e a reserva etnográfica do Museu da Luz, também vai buscar esta dialética, tem a ver com o novo e o antigo, como é que se reinventa mantendo as características? E depois também, outro aspeto é a força da paisagem do Alentejo e esta concentração dos aglomerados versus um território muito vasto com características específicas. A paisagem como expressão cultural de um determinado território foi um aspeto bastante importante que nunca quisemos perder de foco.

JC: Já tinha dito uma das principais referências utilizadas na conceção do projeto. Tentou seguir alguma tendência arquitetónica do momento? (Pergunta 11)

PP: Como eu estava a dizer as referências são muito abstratas e são mais conceituais. Essa por um lado é o Pere Jaume, Natura Singatura e há outro autor que também vem da minha experiência de Barcelona, a minha experiência com o Távora e que na minha tese do fim de curso eu falo também sobre o Alejandro de la Sota e uma série de outros... O Mies... O Alejandro de la Sota tinha feito uma aldeia que eu já não me lembro o nome, construída de raiz no centro de Escorial. O que nos intrigou foi que nos veio ajudar de alguma forma a dar uma consistência a esta abordagem dialética que nós estávamos a fazer, no fundo a tomar decisões ao nível do desenho porque uma coisa é pensar no nível abstrato.

*Começamos a procurar a aldeia de Esquível feita pelo arquiteto Alejandro de la Sota.

O que é que ele diz? Ele diz que uma aldeia de nova planta tem características bem diferentes daquela que se formou em séculos. Aliás acho que nós, nos próprios painéis, propomos esta citação a atravessar o painel todo. Isto para dizer que é impossível, hoje, fazer uma aldeia com a mesma densidade e o mesmo caráter que tem uma que demorou quinhentos anos e, obviamente que, uma aldeia que foi construída ao longo do tempo adapta-se à topografia, vai-se acumulando, é feita por adição, por tempo, tem tipologias que mudam ao longo do tempo, características construtivas diferentes, geram-se lugares que tem a ver com decisões que foram tendo sido feitas ao longo do tempo por relações com o território, etc. Há a própria forma com que os rituais que se consolidam, novos equipamentos que são acrescentados, como é que a aldeia vai progredindo e vai se consolidando? Isto é impossível de traduzir, esta organicidade. É interessante contrapor mais a frente com o plano que ganhou. Isto levou-nos para uma reflexão que era: não faz sentido nós estarmos a inventar uma organicidade que é feita com o tempo, por isso é que optamos por uma quadrícula, por uma malha. Ou seja, não vamos inventar uma organicidade falsa em que está muito dependente de questões formais, enquanto, ao longo do

tempo não existem questões formais as coisas vão sendo feitas e acumulando em função ao seu próprio crescimento. Pareceu-nos um desenho mais orgânico. Que quisesse repor essa ideia, seria um pouco artificial e falso porque estávamos a inventar uma organicidade que é possível só com o tempo. Senão tinha de se tornar uma coisa... Uma forma imposta e isso, para anularmos um pouco a ambiguidade, optamos pela malha. Não uma referência direta, é uma ajuda conceitual que nos ajudou a traçar um caminho e dizer, nós vamos fazer uma malha ortogonal, mas vamos fazer com que esta malha ortogonal se adapta a uma topografia, encontre a sua própria deformação ou adaptação na topografia e depois ali surge onde por a aldeia que acho que vem numa pergunta a seguir.

Há uma coisa fundamental: a nossa visita ao sítio. A visita ao sítio foi uma visita programada com a nossa equipa, acho que fomos nós quatro: Marie, Frédéric, eu e o Sebastião e fomos três dias para a aldeia da Luz. Fomos para a pensão Palmeira que já não existe, que é uma pensão em Reguengos de Monsaraz, que era um casarão incrível e lembro-me ter sido a primeira vez que eu vi ao Alentejo no inverno. Meus pais são do Norte, eu também sou do Norte, eu vivia no Porto e sempre que eu conhecia o Alentejo, no verão que íamos no Algarve nas férias. Isso era uma coisa normal, em qualquer família do Norte ia fazer férias para o Algarve, atravessava o Alentejo no verão. O Alentejo no verão é castanho, é uma paisagem monocromática incrível. No inverno é um prado verde, é uma coisa incrível e extenso, para mim foi um choque enorme ver um Alentejo que eu não conhecia, que era o Alentejo do inverno. Além disso, estavam com dias de chuva e de lama e o nosso desespero e fascínio ao mesmo tempo é que nós tínhamos de encontrar um sítio aonde plantar a aldeia que era uma coisa completamente surrealista. Uma coisa era por um edifício, outra coisa é pensar onde... Lembro de andarmos de botas, compramos umas galochas, uma galocha na altura para todos e fomos para o campo enfiar literalmente no meio da lama a percorrer estes terrenos todos que identificaste ali. A chuva... foi realmente uma experiência fabulosa. Chegamos a uma conclusão e depois sempre que chegávamos à pensão, desenhos encima da mesa a discutir, esquemas, esquiços e pensar realmente o que trazíamos dali e o que que nos despertou, obviamente que também um estudo sobre a cartografia são os mapas, em paralelo. Estávamos a fazer esse trabalho de desenho, de redesenho, da geologia, dos lotes agrícolas, dos caminhos, aqueles mapas que nós vemos aí, nós produzimos uma série de mapas a tentar identificar essas características. Dessa visita chegamos a conclusão que também um pouco por paralelismo com a aldeia existente, que a nova aldeia deveria estar próxima dos terrenos agrícolas e que devíamos estabelecer um desenho de cruzamento entre caminhos, caminhos rurais e os caminhos da aldeia. Por isso que surge um novo desenho. * O arquiteto começa a descrever a proposta *. Há esta relação entre estas duas, surge um novo desenho que tem a ver, o que acontecia este cruzamento, esta permeabilidade, esta reestruturação a partir... Nos logradouros, aliás, era uma coisa que nós sentimos imenso lá era, por trás das casas tinham os logradouros, que haviam galinhas e árvores de fruto que os muros prolongavam-se para os terrenos agrícolas. Havia uma espécie de confluência entre o tecido agrícola e a estrutura urbana. Achamos que isso era uma ideia forte e no fundo quisemos desenhar uma aldeia entre campos, esta ideia que a aldeia está entre os campos e que permite uma maior proximidade das pessoas aos campos agrícolas. Outro aspeto importante que nós descobrimos na cartografia é que esta estrada de Mourão e estes caminhos havia uma estrada que é para Estrela e aqui há um caminho que vai dar a Mourão. Ou seja uma espécie de Travessa (Travessa de Mourão) que vem dar a este caminho, este caminho vai ancorar com o Castelo da Lousa que atravessava aqui. A nova aldeia da Luz está aqui e nós estamos um bocadinho abaixo e o cemitério está ali. O cemitério está exatamente no sítio, o Monte dos Pássaros, onde nós colocamos que foi aqui em cima, mas na verdade descolamos demasiado a igreja para abaixo,

talvez o cemitério ficou longe e achamos que uma forma de ancorar o novo plano a aldeia anterior era ele de estar no meio deste caminho. Aquilo que liga a aldeia antiga com a aldeia nova era um caminho antigo que ligava também a Mourão. Encontramos aqui uma série de características de ancoragem e que nós permitiu sedimentar uma ideia. Por um lado a geometria, por outro lado esta ideia da proximidade, de permeabilidade com os terrenos agrícolas, com o parcelamento agrícola e a aldeia estar entre campos e por outro lado a aldeia fazer parte ou inscrever-se no seu desenho um caminho antigo que é uma espécie de Broadway. Em certa forma não tem a ver nada, não teve na gênese, agora que eu me lembro que a Malagueira tem uma Broadway que é um caminho antigo mas eu acho que não foi por aí. Este foi mesmo a ideia de ancorar pontos de ligação, pontos de proximidade com a antiga aldeia e de não posicionar o novo plano num território completamente desconhecido e de aproximar as pessoas que vão viver neste núcleo ao campo agrícola. Outra operação fundamental, que vem também deste pensamento é a ideia de temporalidade. Esta ideia que para este processo... Agora viste a posteriori são questões muito difíceis de implementar. É possível, acho que quando há vontade, quando todos estão a pensar como é que se reedifica ou como é que se cria um novo assentamento urbano e como é que se humaniza esse processo, acho que isso faz todo o sentido. Depois podem dizer que é teórico demais. Nós achamos que para haver uma boa integração das pessoas, um processo gradual que torna as pessoas parte do processo, que aborda a paisagem e o território como um certo simbolismo, com um certo significado, de dar significado a cada ação, construir uma rua, um caminho, reassentar o cemitério, colocar a igreja, são atos de fundação que não é... Não podemos descorar, são ações demasiado fortes para ser pensadas de forma ligeira, há um desenho um projeto e vamos construir. Montamos este processo temporal de transformação da paisagem, começada pela paisagem. Plantação de árvores, primeiro. Primeiro o trabalho de plantação de criação de um lugar, de transformação de um lugar que está na proximidade de terrenos agrícolas. Tenho um caráter agrícola, como é que transformamos e vamos dando raízes a estes diferentes elementos que existem, como é que introduzimos estes elementos simbólicos, cemitério-igreja que eram os elementos fundadores da nova aldeia e como é que depois vamos implementando o novo traçado. Este processo que nós temos aqui, primeiro construíamos uma rua de amendoeiras, que era o caminho das amendoeiras. Fundávamos o lugar da igreja. O desenho do primeiro caminho tem a ver com o lugar, constituição do primeiro jardim, que é o Jardim da Bela Sombra, que era uma tipologia que não existia na aldeia mas nós achamos que podia ser um espaço mais artificial morado, recintado que se relaciona-se com o território, o pôr-do-sol que era muito forte na aldeia da Luz. Era um espaço encaixado numa concha e que era barrido pelo sol, ao contrário da nova aldeia que neste momento que é um espaço numa linha de fecho, uma cumieira, obviamente também exposto ao sol mas não tão encaixado.

Depois o lançamento dos caminhos transversais que agarravam estruturas agrícolas e depois os dois caminhos que delimitavam, no fundo as ruas de trás, tanto nascente como poente, não é nascente ou poente é nordeste e sudoeste, que uma rua era branca e a outra era de xisto, tem a ver com o trabalho da matéria e que depois tornou-se muito importante no museu e nos trabalhos que fizemos a seguir. A primeira coisa que também ficamos surpreendidos na aldeia, eu acho que a aldeia já tinha alcatrão, ficamos surpreendidos em algumas ruas ainda tinham vestígios principalmente no caminho para o tanque da lavagem de roupa. Eram ruas de calçada de mármore e depois percebemos que em baixo do alcatrão era tudo mármore, era tudo calçada em mármore. Esta ideia que aldeia da Luz era branca, mais branca, era uma aldeia de luz por causa da matéria porque todas as calçadas eram calçadas em mármore. Depois havia o xisto, o xisto construía os muros agrícolas, as casas, as fundações, portanto era a matéria de construção.

Queríamos também trabalhar nesta ideia de matéria. Depois começa o processo de definição de espaços públicos, vem construindo o adro da igreja, a praça principal, que de alguma forma também procuramos transpor lugares que já existiam mas para este novo traçado. Esta questão temporal é uma estratégia para nós é fundamental, que dava em continuidade com este diálogo. Acho que foi mais a nossa abordagem mais poética e conceitual uma das grandes críticas. O que nos disseram depois fomos por o sítio da aldeia no sítio errado que há poucos terrenos agrícolas, poucos terrenos férteis e nós fomos colocar a aldeia anulando um bocado o terreno agrícola e o sítio onde foi implantada a aldeia agora é uma zona que não era não agrícola. Para nós foi uma estratégia inteligente, para o júri foi um bocadinho tira ao lado porque estávamos a desperdiçar terreno agrícola.

JC: Houve alterações da ideia inicial ou seguiram sempre a ideia inicial do projeto? E que aspetos inovadores acha que a sua proposta ofereceu? (Pergunta 12)

PP: Foi sempre um processo, ir acrescentando novas coisas, ir densificando. Parece-me que no início tivemos todos a mesma sensibilidade, de que forma é que a arquitetura pode minimizar este processo de perda? E como é que nós incorporamos qualidades, características no desenho da nova aldeia? E como é que nós aproximamos as pessoas ao novo território? Como é que valorizamos valores muitas vezes imateriais que tem a ver mais com a experiência das pessoas neste território? Como é que incorporamos isso no projeto e como é que se humaniza este processo do ponto da vista da construção? É aceitar a temporalidade das coisas, consolidar a paisagem e a adaptação do lugar, pensar a paisagem como memória. Há uma coisa, mais tarde, que foi incorporada no filme da Catarina Mourão que é "A minha aldeia já não mora aqui" (2006) que é lindíssimo. O filme começa com três homens numa viagem de barco a reconhecer onde que é a aldeia e eles estão no barco e estão a dizer aqui é o Largo vinte e cinco de abril, ali era a igreja. O que é que isto significa? Significa que os homens e as mulheres do campo identificam o território pela paisagem. Eles sabem os nomes de todos os montes, os vales das encostas, dos aqloramentos dos muros. Há uma identificação muito forte e física e visual com a paisagem. Nesse aspeto a arquitetura pode aproximar as pessoas ao trazer esses elementos da paisagem. A paisagem no fundo, para a população, é uma memória e ela continua a ser uma memória muito forte, como é que se fazia o caminho ate ao rio? Como é que se subia aquele monte onde se veia a paisagem toda? Como é que era o caminho para ir ao tanque para a lavar a roupa que era um sítio mágico na aldeia da Luz? O percurso de peregrinação de quase um quilómetro todos os domingos para ir a missa, em que havia pessoas que levavam bancos, cadeiras ao ombro, a igreja não tinha bancos, levavam o banquinho ao ombro e depois sentavam-se. Era uma espécie de distanciamento do núcleo urbano para entrar num território mais sagrado. Foi sendo um processo de acumulação de várias ideias, estávamos todos muito em sintonia e depois lembro-me também que há um trabalho também incrível de fundamentação mais na questão do ordenamento do território que tínhamos que responder uma serie de requisitos que tinham a ver com este processo. Estas ideias guiaram todas bastante ao processo e acabaram por naturalmente se traduzir nos desenhos e acho engraçado estar a ver os concursos agora porque tem de ter uma fotomontagem brutal, custa três mil euros... Nestes quatro desenhos *começa a mostrar os painéis finais* são desenhos de interpretação do território, de linha a preto e branco, são desenhos muito elementares mas que tem toda a informação sobre o que é que era fundamental.

JC: (Pergunta 13) Como é que o vosso trabalho respondeu a necessidade prevista de modernizar o tradicional?

PP: Eu já falei muito disso. Isso era a grande dificuldade e que estava implícita no que estava ao início quando este projeto nos fez lembrar a Malagueira em que há uma postura duma apropriação moderna, contemporânea sobre um legado vernacular, histórico, tradicional... E lembro-me termos falado se era por aqui. Eu acho que ao ler a tua pergunta fez-me lembrar de uma coisa que o Fernando Távora diz sobre o projeto do Barredo onde eles também tiveram que lidar com uma preexistência forte de uma população, de um bairro problemático e que faltavam peças e era necessário reconstruir era preciso renovar aquilo e eu fui buscar aqui a citação:

“A ideia da renovação no seu verdadeiro sentido que é continuar inovando ”

Esta ideia de movimento constante, de modificação, de melhorar as condições, de respeitar os valores positivos que existem e que não podem ser destruídos. Esta ideia que tens de estabelecer uma continuidade, esse processo de continuidade, simultaneamente, gera proximidades e afastamentos ao tradicional e ao vernacular criando diálogos entre o que é que tradicional, o que é que é contemporâneo. Quais são os elementos que podemos identificar aqui? Por um lado e a geometria que é no fundo um elemento oposto à ocupação vernacular...

Pequena pausa

JC: Tinha falado sobre o Fernando Távora sobre dar continuidade à inovação.

PP: Isto para dizer que o nosso trabalho sempre se tentou aproximar ao território e ao lugar da Luz e nunca se afastar, e aí também foi uma forma de trazer o máximo de elementos porque não se tratava de fazer aqui uma coisa nova completamente. Tratava-se de exatamente, se surge-se uma coisa nova tudo bem, mas o nosso objetivo não era fazer uma coisa nova era como construir este processo, como construir esta transição e que coisa nova é que vai surgir da análise da coisa antiga, é um caminho diferente. Temos aqui um terreno livre vamos fazer uma coisa nova, temos uma aldeia que tem quinhentos anos e tem uma série de praticas... Como é que vamos transpor... Eu só vou ler aqui o que estava escrito nos painéis.

“A fundação do novo lugar deve ser contemporânea à existência da aldeia da Luz”

Devem produzir intervenções pontuais passadas no tempo que criem uma espécie de memória recente. Esta ideia de temporalidade era para construir uma memória, se as pessoas acompanharem a construção da nova aldeia por ações muito objetivas e criam atos, a fundação da igreja... Depois podem ir estabelecendo relações com a forma com a obra vai sendo *elaborada*. No fundo, construindo uma memória recente que é o que a população precisava, ao perder a memória anterior ela precisava de construir uma memória recente. Depois o segundo painel tem:

“O traçado da nova aldeia apoia-se na estrutura das parcelas agrícolas existentes para absorber no seu núcleo uma certa complexidade de relações que já fazem parte do território”

Isto no sentido que o novo plano tem que incorporar já elementos do território, os caminhos dos campos agrícolas... Depois, passando para a questão das casas, não se definem tipologias mas tipos de doméstico que é diferente. Não é uma tipologia no seu aspeto genérico mas tipos de domésticos com regras e variações. As regras são elementos estáveis, particulares, fragmentos que correspondem a uma comunidade de uso tradicional. O que é que nós estávamos preocupados? Não era fazer uma tipologia e dizer a casa nova vai ser assim, era dizer, quais são os elementos que fazem parte destes usos tradicionais que tem que estar na casa? Ficamos que a chaminé era fundamental, que o pátio era fundamental, o pátio-logradouro-

jardim, que a água era importante, que entrar na casa e ver a luz no fundo que era fundamental porque veíamos isso em todas as casas e depois a forma como estes módulos se adaptavam à topografia e também não perder a volumetria da casa que era a questão das duas águas. Falando um bocadinho da solução que foi implementada, acho que é interessante vir buscar essas ideias em forma como elas foram ou não possíveis de ser implementadas. Outro aspeto que ainda não falamos foi a questão do Museu. Para nós o museu, não era pedido para desenhar o museu, era pedido para perceber de que forma é que o museu faz parte deste sistema e nós achamos que o museu sendo um elemento novo, deve estar próximo da água porque a água é um elemento novo. É um elemento que não existe no Alentejo, é o grande lago, vai ser a grande novidade para o Alentejo, um território de seca. Não é um território húmido, o lago vem trazer um ambiente e uma paisagem que ainda está em transformação, que ainda está em consolidação. Achamos que o Museu era o elemento que podia estabelecer este diálogo entre a terra e a água, nessa proximidade e acho que é interessante, que isto mais tarde, ao nível conceitual tem um significado, depois faz sentido a forma como é que nós pensamos o museu e os equipamentos do lugar da Igreja da Nossa Senhora da Luz.

JC: Quais foram os elementos projetados além dos elementos base da antiga aldeia? (Pergunta 14) Eu tenho aqui, era aquela lista...

PP: Ou seja, são os elementos que vão além que foi da listagem que foi dada no...

JC: Porque por exemplo, eu tinha uma lista que estava a contrastar os equipamentos originais e acho que foram três adicionados.

PP: Esta lista veio do concurso? Este é um documento do concurso ou é posteriormente já com o plano?

JC: Então era aqui, o centro cultural, o mercado e o jardim público, o terreno de desporto e a arena que eram adicionais além dos equipamentos que já existiam.

PP: Essas ali eram o que? Processos de seleção? *Pergunta ao ver a imagem com três propostas*

JC: Eu encontrei na net essa imagem que...

PP: Nenhuma dessas é nossa.

JC: Eu no início achava que era esta.

PP: Acho que não. É parecida.

JC: Com tudo eu acho que é a adaptação de esta para esta. *mostrou a segunda opção que tem a ver com as diferenças na proposta*

PP: Eu acho que o museu era um elemento novo. Eu acho que no caderno, o programa preliminar abordava isso pontualmente. Nós temos um texto *mostrou o texto desenvolvida pela sua equipa* que explica ao museu, acho eu. Talvez não. Na altura falamos do Castelo da Lousa, não do museu mas é capaz de referenciar pontualmente. O museu era um elemento novo, eu gostava de dizer o jardim mas não sei se a questão do jardim também foi um elemento que nós introduzimos, o Jardim da Bela Sombra, os caminhos, a igreja como elemento reconstruído. Acho aqui não há muita questão.

JC: Depois temos a pergunta a seguir, acha que a vossa proposta foi bem ou mal avaliada? (Pergunta 15) Aquela pergunta é um bocadinho sensível.

PP: Num concurso nós achamos sempre devemos ganhar. Nós estávamos bastante contentes com o resultado. Nunca se sabe se é uma proposta para ganhar ou não. O objetivo do concurso é sempre ganhar, se não te colocas nessa meta então já estás eliminado. É sempre necessário dar o máximo. Como isto também era um concurso que tinha uma dimensão... Era um concurso de ideias, estamos a falar de ideias e as ideias nem sempre se traduzem numa forma literal naquilo que se vai construir. Há uma escolha de uma equipa que depois tem a ideia melhor ou a ideia mais realizável, mais concreta, às vezes até realizável que tem as valências que permitem dar um bom plano do projeto. Eu acho que de certa forma a nossa proposta era tão concreta como conceitual, tinha uma dimensão como já deu para perceber, era uma espécie de ensaio sobre este tema. De que forma é que, do ponto de vista da arquitetura, da sua dimensão antropológica, sociológica e patrimonial, como é que nós podemos abordar este tema? Como é que isso se traduz no plano numa coisa concreta que são com ações concretas de construção e com métodos de construção concretos? Nós apresentamos esta estratégia, este método e acho que *lançamos* as questões fundamentais nisso. Depois não ganhamos mas de certa forma o trabalho teve uma continuidade. Todas estas questões que nós abordamos aqui, elas tiveram continuidade e tivemos a sorte de poder dar continuidade a esse pensamento na forma de como depois cada um dos concursos para os equipamentos públicos. As nossas propostas, de ponto de vista do conteúdo foram as melhores classificadas em todos os concursos, do ponto de vista dos custos não. Nós eramos mais caros. No ponto de vista da abordagem, quer for pensar na escola primária, pensar a praça de touros, pensar em todos os equipamentos, tivemos de continuar este raciocínio e de que forma é que a arquitetura tem um papel fundamental em dar identidade a um lugar que de certa forma perdeu a identidade? Como é que os edifícios aproximam as pessoas aos lugares? Dão qualidade entre o público e o privado? Depois ganhamos o concurso da igreja, museu e cemitério que no fundo era o grupo de equipamentos mais significantes da aldeia, que nos permitiu dar continuidade a uma série de ideias lançadas no concurso. Obviamente não ganhamos o concurso, por um lado também é uma sorte porque o trabalho que os meus colegas tiveram foi alucinante. Foi cheio de contrariedades e dificuldades, uma coisa é teres uma ideia de certa forma idealista do como é que podes implementar determinado método de desenho urbano e de construção num determinado lugar e depois como é que isso resulta no final. Teria sido uma experiência muito interessante mas eu estou muito satisfeito de ter participado no desenho da museu-igreja-cemitério e pelo menos a partir dali ter conseguido de alguma forma ancorar uma série de relações fundamentais que era fundamental ter relativamente a esta passagem de uma aldeia para a outra.

JC: Estas últimas perguntas são um bocado mais provocadoras porque há sempre aquela conversa que tivemos com o meu orientador para saber o que faz parte da experiência do concurso e o que achou da proposta vencedora? (Pergunta 16)

PP: Mais tarde o que nos disseram que gostaram muito, principalmente a Maria João (Georges). Ela veio falar connosco e disse que a nossa proposta era uma proposta incrível, super sensível, que abordava as questões da forma certa mas não tínhamos escolhido o sítio certo. Era problemático estar a o primeiro prémio aos concorrentes que puseram a aldeia no meio dos terrenos agrícolas e que isso era uma coisa que não podia ser. O João Figueira e a equipa pus numa zona mais neutra e mais acima, etc. Tinha uma estratégia boa, eu posso falar. Eu acho que foi avaliada mais tarde, que a Maria João também nos disse, a estratégia era diversificar, foi uma decisão em que a equipa do João Francisco (Figueira) participou com a EDIA que foi decidir que os equipamentos públicos não eram eles que faziam. Eles decidiram isso, não queremos fazer edifícios públicos, queremos fazer espaço público e habitações. Não queremos ter mais confusão, já temos muito trabalho. A escala urbana é o que nos interessa. O João Francisco

também tinha estado, e acho muito importante para ele, em Erasmus em Veneza e foi aluno do Bernardo Secchi, muitos princípios que tentou implementar vem um bocadinho dessa abordagem, dessa experiência. Foi importante poder resgatar os arquitetos que tinham ficado em segundo, terceiro lugar, quarto lugar, resgata-los, fazer estes concursos e obviamente, também não fazia sentido dar tudo a um. No final nós estávamos a ver que aquilo ia calhar bem porque nós sempre ficamos em segundo lugar em todos. O último foi o do Museu da Luz e o que a Maria João nos disse no final foi que estavam a deixar o museu-igreja-cemitério para nós, que acharam que a nossa equipa era a que tinha mais capacidade pelo que já tinha sido apresentado em todos os concursos, que era a equipa que tinha mais capacidade para desenvolver temas sensíveis como a igreja-cemitério-museu. Até porque não foi a proposta mais barata e eles contrariaram que já tinham distribuído aos outros concorrentes e nós ficamos com a cereja em cima do bolo.

JC: Qual foi uma das últimas lembranças do concurso? (Pergunta 17)

PP: Eu queria primeiro falar também do concurso que ganhou. A equipa do João Francisco a meu ver teve uma estratégia bastante inteligente, obviamente que depois teve problemas, mas estratégia era a seguinte: ao desenhar o espaço público ia encontrar uma espécie de ligação umbilical entre os espaços públicos da aldeia antiga e os novos espaços, a partir dali a aldeia desenhava-se. O Largo 25 de abril, o Largo do Rossio, a Rua de Trás, o caminho da chegada do Mourão, no fundo eles criam uma matriz de espaço público que tem uma ideia que ainda tivemos mais tarde muitas discussões, uma ideia de certa urbanidade, uma das discussões que tínhamos com o João Francisco era que, isto já posteriormente, ele achava ou acha que as aldeias rurais já não são rurais, que são urbanas, que já não existem aldeias rurais no Alentejo e que já tem uma serie de elementos e de apropriações. Os aldeãos destas aldeias querem ser mais urbanos e querem também distanciar-se da vida rural. Isso por um lado é verdade mas por outro lado também não verdade que existe contextos rurais em que ainda é importante manter determinadas características.

Esta lógica vem dar a uma serie pressupostos que tem a ver com a introdução do passeio. Tão simples como isso, não existem passeios nas aldeias que é a coisa mais fascinante que é a rua da para as duas coisas. As ruas são zonas pavimentadas, ou passam carros ou passam pessoas, e há esse equilíbrio. Quando se traz a lógica urbana do passeio, obviamente que a rua alarga, criamos hierarquia, as pessoas andam no passeio, os carros andam nas ruas, portanto criamos uma hierarquia que não existia nas aldeias. Isto tem consequências. Depois, as tipologias, eles no fundo, em concurso, criaram uma variante como nós, fizeram uma serie de variantes tipológicas em que apostávamos em elementos identitários, tipos de uso tradicionais. A estratégia da equipa vencedora era diferente, também não era que tinha de haver uma inovação nas tipologias mais próximas do urbano, retirando a chaminé, os logradouros passaram a ser espaços mais de jardim, mais urbanos, etc. Há aqui uma serie de coisas que vão depois traduzir na aldeia que existe. No fundo também tem uma casa muito vernacular porque ali há uma espécie de tradução do que é que é casa típica, que é uma casa e duas janelinhas ou uma casa e duas janelas e com o logradouro atrás. Principalmente, o que eu acho que os fez ganhar é esta aposta na estrutura do espaço público com uma grande proximidade com a anterior. Depois o que é que aconteceu e que já não foi tão simpático para a equipa? Eles tinham meia dúzia de tipologias que depois acabaram em se transformar em tantas tipologias como cada casa. Cada casa era uma tipologia porque cada um quer fazer a casa a sua maneira e quer reclamar a casa exatamente igual a aquilo que tinha. Isso torna impossível uma logico tipológica, passa a ver caso a caso a resolução de caso a caso. O processo também iniciado por eles relativamente à

participação tornou-se muito difícil porque cada pessoa queria ter a sua casa exatamente igual a que tinha. Obviamente que isto rebentou completamente, muito mais trabalho, o que era uma coisa sistemática passou a ser uma coisa excepcional, sendo que as casas eram tipologias excepcionais mesmo assim há uma uniformização de elementos comuns, janelas, portas, telhados, as chaminés pequenas, a tipologia da casa, entrada a ver-se a luz ao fundo é uma das coisas que eles mantiveram mas depois há outra coisa que é importante que também rebentou completamente com a estrutura que é: as casas tradicionais são muito longas e tem espaços interiores que já não são aprovados pelo RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas). Mesmo salas sem luz, sem janelas, tinham uma telha de vidro que dava um bocadinho de luz. As casas alentejanas da aldeia da Luz, as tradicionais, era muito compridas, muito estreitas o que fazia com que haviam muitos espaços sem luz. Isso no ponto de vista do RGEU quando estamos a fazer um novo edificado não é possível, é preciso cumprir o RGEU no ponto de vista da salubridade dos espaços e o que é que aconteceu? Uma estrutura longa passou a ser larga, menos longa e mais larga o que é que fez que todo o sistema se dilata-se. Uma rua que tinha x metros passou a ter o dobro. Portanto toda a aldeia dilatou do ponto de vista do sistema o que provocou obviamente distâncias entre as coisas. Há outro aspeto que tem a ver com outra regra que é importante, acho que isso também vem a posteriori, foi a questão que o cemitério nos... Era a questão das vizinhanças, ou seja, a dona Joaquina queria estar de lado de dona Antónia. O plano, já posteriormente, a aplicação do plano da proposta vencedora em obra, mas eu acho que... O espaço público por ser matriz, o espaço foi dilatando devido a estas reações. A casa alarga, estreita na sua profundidade, alarga na sua largura e na sua face de rua. Ao mesmo tempo as vizinhanças tem que se manter. As próprias tipologias e exceções tem que estar juntas com as outras o que deu também no final uma planta muito próxima da planta da aldeia da Luz porque as vizinhanças só tem uma casa ao lado que tem cem metros quadrados, ou seja, vou introduzir um bocadinho mais... Não sei qual foi a história dos incrementos das áreas mas há uma otimização das questões sanitárias e as cozinhas, etc. A cozinha contemporânea, retirar a cozinha tradicional que depois foi uma reivindicação. As pessoas obrigaram... Os arquitetos fizeram uma baixa assinada para o Ministério do Ambiente e fizeram a cozinha tradicional no logradouro, mas não estava prevista exatamente por essa questão da aldeia urbana em que já não tem as cozinhas com fumeira, isto faz parte de uma tradição, que faz parte da vida das pessoas.

JC: Por último, qual foi uma das últimas lembranças do concurso?

PP: As últimas lembranças... Primeiro há duas coisas que... As últimas lembranças não são as últimas lembranças, as últimas são as primeiras. A viagem à aldeia da Luz foi inesquecível, acho que todos nós (a equipa) temos gravado na memória, é engraçado que tenho estado muito com o Frédéric Bonnet que fez a sua vida e a Marie também, entretanto foi para França; o Frédéric Bonnet da aulas agora em Mendrisio e é professor lá, em Mendrisio desde o dos mil dezoito, por tanto já há bastantes anos. Ele tem-me convidado constantemente para as críticas de projeto em Mendrisio, ainda agora estive lá em novembro-dezembro. Temos mantido alguma proximidade. É interessante também ver como é que determinadas preocupações na prática dele continuaram, tiveram uma repercussão no trabalho, mas a primeira grande memória foi estes primeiros três dias. Foi um brainstorming fundamental. Depois a última foi a viagem para a entrega do trabalho que foi caótica, um bocadinho alucinante, que foi, aliás, como tudo, cometi esse erro duas vezes, foi a segunda vez que cometi esse erro. A primeira foi com o José Adrião no Terreiro do Paço, ganhamos o primeiro prémio, mas chegamos um minuto antes do encerramento da entrega. O trabalho de três meses, na altura foram três meses porque adiaram... Houve nas perguntas e respostas alguém porque o concurso foi lançado em agosto,

nas férias, portanto havia pessoas que estavam de férias, nós tínhamos quase aquilo feito e depois tivemos mais um mês para fazer... Tivemos imenso tempo para fazer o trabalho mas fomos a entregar o trabalho um minuto antes, metemo-nos no trânsito, pois estava imenso trânsito, para chegar lá quase que foi uma coisa caótica, embrulhar os painéis dentro de uma carrinha. O José a guiar, eu na carrinha atrás a embrulhar ainda painéis e chegamos lá um minuto antes que deu para escrever e ainda ficamos a embrulhar painéis no átrio da Câmara depois de termos entregado via o papel craft que estava descolado. Na aldeia da Luz, Beja do Porto eram seis horas ou não sei quantos quilómetros, quatrocentos, quinhentos quilómetros. Era uma brutalidade, nós não tínhamos a noção de que eu saio às 8 da manhã para chegar lá às 14 horas. Estávamos com duas diretas, sem dormir, quem é que vai a guiar? Eu não estava com capacidade de guiar, foi o Frédéric que foi a guiar. Íamos rápido, loucura total. Chegamos lá cinco minutos antes, deu para entregar dez minutos antes e no meio tivemos uma coisa impressionante que foi, íamos de carro já no Alentejo a atravessar uma ponte e um BMW, deve ter adormecido ao volante. Nós estamos a atravessar a ponte e estamos a ver um carro que vem de uma curva e entra e começa a vir assim em direção em direção a nós e nós fomos abrandando e ele acabou por ir para abaixo. Caiu. Nós paramos o carro na frente e dissemos assim, vamos ter que ajudar ao homem mas vamos ter que perder o concurso. Naquele momento, passa um carro e apercebeu-se que tinha acontecido um acidente e parou.

Foram oito anos com o envolvimento do projeto da Luz, a fazer projeto incríveis, trabalho que de certa forma, o trabalho do João Francisco ele agora está mais dedicado à academia, é professor, é um projeto de uma vida que tu não voltas a fazer e também e não aldeias a serem inundadas... A última tinha sido Vilarinho das Furnas e na altura tinha sido um processo muito traumático porque as pessoas tiveram que ser deslocadas da aldeia de um dia para o outro. Deixaram a aldeia tal e como estava e foi inundada pelas águas e quando a água desce estão as ruínas da aldeia. Havia peregrinações quando havia baixas da água, seca, em que a água da barragem baixava, podia-se ver Vilarinho das Furnas. Eu cheguei lá para ver, como era granito os blocos estavam todos lá, as casas estavam todas lá. No caso da aldeia da Luz foi diferente, eles tiveram que desmontar e destruir tudo e fazer uma espécie de arquivo de materiais, triagem dos materiais, triagem dos materiais, era pedra, ferro, madeira, alvenarias e separar aquilo tudo. Desmontaram criteriosamente, separaram os materiais, criaram um recinto de materiais. Muitos foram reciclados, por exemplo, as pedras de xisto e de mármore foram reciclados e as pessoas puderam usar e os outros não sei. Depois foi limpo o terreno, remodelado a topografia com escavadoras e movimentos de terra para ter o fundo da Albufeira, do lago, limpo e navegável. Depois havia a questão da memória que é, como disse aqui, por poucos metros a aldeia não ficava submersa e iria ser sempre um trauma e iria provocar também peregrinações a ver a aldeia antiga e este aspeto tornou-se fundamental da forma como nós pensamos o lugar do Museu da Luz. A primeira vez que fomos ao lugar, no plano já reformulado, já construído da aldeia, havia a localização da equipa do João Francisco. Há outro aspeto interessante que vou contar, a equipa tinha definido uma organização muito tradicional, porque o objetivo deles era apenas localizar. Portanto fizeram uma praça onde estava o museu, igreja e cemitério. Uma coisa muito concentrada. Nós não nos revíamos naquela localização e portanto reinventamos completamente o desenho da posição do cemitério, museu e igreja, tentando estabelecer relações de paralelismo, de ancoragem, com a experiência do lugar da aldeia da Luz, que tem a ver com como tu te aproximas à igreja, a forma como tu fazes o ritual fúnebre para ir para o cemitério, a posição do museu como uma espécie de mirante ao território e com a relação com a água. A primeira vez que fomos a este sítio, no fundo era um sítio vazio, parecia que não tinha nada. Fizemos um desenho em que começamos a identificar todos os elementos que veiam dali,

veia-se Mourão, ao fundo, porque estávamos num ponto alto, ao nordeste, veia-se a norte Monsaraz, veia-se ao sul a aldeia da Luz (antiga) que era marcada por um monte de pinheiros que tinha ficado uma ilha e este sítio era o sítio omnipresente na aldeia, quando estávamos na aldeia (antiga) só veíamos o monte. Tendo em conta esse monte, ia-se para todo o lado, ia-se para o rio, para o outro lado ia-se no tanque-lavadouro que tinha acesso ao rio. Era os dois flancos desse mundo que quando a água encheu, aquilo ficou uma ilha mas essa ilha tem uma presença fundamental. Mais para o sul veíamos os terrenos agrícolas, com as árvores, as plantações. Nós começamos a fazer um desenho onde a partir de um quase de rosa-dos-ventos a dizer: aqui tem Mourão, ali tem não sei o que, aqui tem a aldeia da Luz (antiga). A certa altura, o sítio que era vazio, que não tinha nada, que era um monte, passamos a ter imensas referências e o museu vesse-lo colocar aqui, norte-sul, com a Sala da Luz com uma janela para o Monte dos Pinheiros. Quando se entra no museu, tem aquela relação com a topografia, a relação com o mirante, tem a ver com a ideia de não fazer um edifício reconhecível, logo, como um edifício, ser mais como uma construção de um limite que nos aproximava mais a ideia da arqueologia da ruína do Castelo da Lousa e ter esta sala branca, que é a Sala da Luz aberta para um pátio em que se reconhecia a topografia. Uma das perguntas que as pessoas faziam era: onde que é a aldeia da Luz? Desapareceu. Quando vais para Vilarinho das Furnas também vês assim: onde é que a aldeia? Desapareceu. Outro aspeto, este é um aspeto a posteriori, a equipa do João Francisco era constituída por imensos arquitetos, eram cinco ou seis, Pedro Bandeira... O Bandeira numa aula qualquer, conferencia qualquer fala sobre uma certa ideia de modernidade que ficou um pouco submersa, uma espécie de autocrítica ao plano em que há ali uma abordagem muito vernacular. Quando olhamos para aldeia, ficamos um bocadinho na dúvida, em que tempo ela se situa, é um aspeto muito vernacular. Não é como quando chegamos a Malagueira do Siza, ele disse que a modernidade, aliás, o depósito de água, isto já no projeto final, o depósito de água é a chaminé da Unidade de Habitação de Le Corbusier e o que ele esta a dizer, e ele até tem um desenho... *começa a desenhar a metáfora* A Unidade de Habitação do Le Corbusier enterrada, a modernidade ficou enterrada na ideia que na aldeia da Luz houve um compromisso e que a modernidade ficou enterrada, não tão visível, que a única coisa que sai como elemento moderno é o depósito da água. Em tom de remate da crítica, o Museu da Luz é essa modernidade que vem cá fora a fazer alusão de um edifício contemporâneo e que está agarrado ao terreno mas ao mesmo tempo imerso no terreno. É engraçado esta analogia que é sempre muito difícil lidar com a modernidade e tradição que tu perguntaste. As vezes o que é que é moderno é o processo? Ou é o resultado final? Talvez seja o processo, da forma como é que tu lidas com o processo e depois não faço ideia de como teria sido o nosso projeto se fosse implementado. Espero ter respondido as questões.

JC: Sim, obrigado.

Fim da entrevista

• Enrolada Ana Pedro Pacheco 22/02/25

Arg. Maria Georg e filha mais sensível.

• No Teatário

• Questão ambiental

• concurso lançou problemas

vencedora 2do concurso para equip
no 1998

→ malha urbana
- espaço público
- habitação

primeiras lugares
equipas convidadas
Unidade de
projeto

concorridas ideias

convite dirigidas

pedido de metodologia

Qual é a estratégia de metodologia
de abordagem que cada equipa
determina?

•

pensamento museológico

questionar o museu como estratégia

Aldeia de fim do curso > tipologia de aldeia de passagem

1. Sim

Ferramenta rica pensamento

momentos de síntese
responder um problema

↳ uma equipa aborda multiplicidade de problemas num território

a fundamentação de ideias

ter acesso de encomenda

equipa jovem ~~to~~ representam um crescimento desafiado

2. Sempre em colaboração

a equipa é feita à medida

↳ multidisciplinar

- Marie Clément (Paris)

Fredéric

João Adrião (primeiro concurso) 1989

↳ estágio internacional
concurso da federação da ADP

terreiro do fac 1992

- concurso santarem
 Património história
 - trienal de arquitetura de sintra
 teatro - espaço expositivo
 - Mercado Municipal Ramalho
 - Biblioteca do Palácio Cristal
 trabalhar com arg. paisagista ^{num jardim}

3.4. João Louro (Terreiro Paço) ← O concurso que marcou mais

Fernando Tavora | curso de arquitetura
 experiência atelier
 intervenção espaço público
 adaptar ^{antes depois}
 trabalhar com o tempo ^{tempos} nova ideologia e identidade
 das imaginações num mesmo espaço

Questão de espaço público
 Praga 8 de maio - Coimbra
 duplas de arquitetas
 forma de trabalho
 ambiente acadêmico

tempo para a memória descritiva
 para o arquiteto

a possibilidade de investigar sobre temas fascinantes ✓

Figura 20. Anotações da entrevista ao Pedro Pacheco, José Castro, 2025

ENTREVISTA PEDRO BANDEIRA 16/05/2025

JC: Então, como eu tinha mencionado previamente, o trabalho de pesquisa em que eu estou focado de momento é Concurso da Aldeia da Luz, a inovação que trouxe a participação das diferentes propostas e o processo conceitual de cada uma delas. De momento já fiz, a entrevisto ao arquiteto Pedro Pacheco, depois de tentar entrar em contato com o arquiteto João Figueira, não foi tão fácil assim. Em relação às perguntas, eu não sei se o arquiteto tinha dúvidas sobre isso, porque basicamente eu tentei estruturar o questionário...

O questionário sempre foi estruturado a partir da experiência previa de cada um dos arquitetos, tendo em conta as práticas, onde é que os arquitetos estudaram, se tiveram alguma experiência previa, a relevância dos concursos para a sua experiência laboral e depois fala da publicação do concurso, quais foram os meios oficiais onde os arquitetos tiveram conhecimento do concurso, depois a distribuição do trabalho e depois os anúncios dos vencedores.

Em relação à primeira pergunta, sobre os ateliers e concursos, considera os concursos de arquitetura uma ferramenta útil para o desenvolvimento das suas investigações em arquitetura ou projetos práticos? E na sua opinião, participar num concurso de arquitetura aumenta as possibilidades de obter novos projetos? (Pergunta 1)

PB: Eu considero a ideia do concurso muito relevante e acho que quando estamos a falar de encomenda pública, deveria ser feita por concurso. Se é relevante do ponto de vista da manutenção de um escritório, isso eu tenho algumas dúvidas porque lembro-me ver alguns estudos que de algum modo referiam a esta ideia que um escritório que ganhou um em dez concursos, obviamente não vai conseguir sobreviver só através do concurso e por isso não me parece que seja um instrumento essencial para a sobrevivência do concurso, apesar de, obviamente, se ganhares um concurso grande, podes pagar as despesas do escritório durante três ou quatro anos e portanto, em fim... Mas tenho ouvido, eu agora não estou na prática e por isso o que eu vou ouvindo dizer é através de amigos que tenho que estão na prática e muitos deles deixaram de fazer concursos porque era uma despesa muito grande, com uma probabilidade muito pequena de ganharem e não justificava. Agora, eu acho que isso não invalida que não deva haver realmente um concurso sempre que se trata de encomenda pública.

Por outro lado, se o próprio formato do concurso fosse mais simples, que não exigisse tanto do ponto de vista, às vezes até dos elementos de entrega, que implicam um trabalho muito demorado, o que faz com que haja um investimento muito grande, sem retorno, se fosse simplificado o processo do concurso e focar mais, por exemplo, em concursos de ideias e partir daí haver prémios que fossem mais proporcionais ao investimento em diferentes fases, se calhar ali o concurso poderia funcionar melhor.

JC: Teve outras experiências de concursos antes do Concurso da Nova Aldeia da Luz e quais foram essas experiências? Foram individuais ou sempre em colaboração? (Pergunta 2)

PB: Foi em colaboração, sempre. Eu na altura, embora, eu vou-te dizer, quando eu fiz o Concurso da Aldeia da Luz com o João Figueira, eu ainda nem sequer tinha acabado o curso, era aluno de sexto ano e a única experiência que tinha é que tinha colaborado também com ele num outro concurso que ele tinha feito para a Universidade Nova, em que ele também era coordenador, portanto o João é dois anos mais velho do que eu, ele já tinha o curso, ele já podia concorrer, portanto, ele foi o coordenador desses dois projetos, da Aldeia da Luz e do outro que fizemos para a Universidade de Nova Lisboa, e, portanto, foi nesse, era a única experiência que eu tinha,

era esse, o outro concurso que tinha feito com ele, que não ganhamos, mas deu para estruturar ali uma equipa de trabalho e foi isso que nos levou depois a fazer o Concurso da Aldeia da Luz.

JC: E a universidade tinha muito aquela cultura de participar de concurso?

PB: Sim, sim. Na altura foi um tempo, quer dizer, estamos falar de meados dos anos 90 e a realidade é que a encomenda pública a encomenda pública na altura era muito grande, também derivado da quantidade de dinheiro europeu que estava a ser injetado no país, derivado também, por exemplo, da realização de eventos como a Expo 98 e portanto toda a gente estava a fazer concurso. Na altura sim, o concurso era uma oportunidade.

JC: E era sempre em duplas? Porque o que o Pedro Pacheco tinha mencionado que naquela altura existia muito aquela formação de duplas que vinham de parte da universidade, depois sim, a participar para concursos.

PB: Havia, quer dizer, este concurso da Aldeia da Luz é um bocadinho a exceção, mas ele muito exigente em termos de equipa, portanto, isso implicava necessariamente uma rede de contactos multidisciplinar e eu acho que isso fazia a diferença. Agora, é verdade que, tradicionalmente em Portugal, eu diria que a coisa era um bocadinho ao contrário, os arquitetos até sempre trabalharam em nome próprio. O Álvaro Siza, é o Soto de Moura, é o Carrilho da Graça que têm equipas mas acaba por estar muito concentrado no nome individual.

Eu acho que essa associação é mais recente, eu tenho visto ultimamente que há uma quantidade de escritórios que hoje em dia, quando fazem concursos, se associam com vários escritórios até para conseguir garantir que as despesas não sejam tão elevadas. Portanto, tenho visto concurso que até a equipa que produz imagens passa ser parte da equipa a contribuir também com o seu trabalho e passam a se considerar partes iguais. Eu acho que a tendência para, de algum modo, minorar os custos de fazer o concurso tem a ver com essa ideia de haver novas associações e sinergias.

JC: Depois, houve algum projeto anterior que sentiu que o preparou para o Concurso da Nova Aldeia da Luz e de que modo foi? (Pergunta 3)

PB: Algum projeto não, mas nós tínhamos uma referência, quer dizer, havia pela negativa. Nós sabíamos que tempo do Estado Novo, em situações semelhantes em que tiveram de ser realojadas populações por causa da construção de barragens, que as pessoas foram muito maltratadas e que havia uma memória muito negativa relativamente a esses processos. Nós sabíamos aquilo que não poderíamos fazer e os erros que não podíamos repetir. Por outro lado, tínhamos, e isto obviamente era uma referência do João Figueira, enquanto coordenador e que tinha interesses mais específicos nas questões urbanas e do espaço público, o Giancarlo De Carlo (1919-2005) e, portanto, toda a discussão que foi feita no desenvolvimento do projeto da Aldeia da Luz foi feita com base nestas teorias relativamente ao espaço público e que o espaço público só é público se for verdadeiramente participado e consequente de uma discussão pública. O projeto do espaço público tem que implicar uma discussão pública.

Isto era o mote do nosso concurso. Não era uma referência de um projeto em particular, embora o Giancarlo De Carlo também tinha projetos de habitação e habitação coletiva que nos interessava mas era essencialmente a questão do processo e da própria metodologia e a discussão do espaço público na cidade que era para nós uma referência. De ponto de vista conceitual, eu diria que o Giancarlo De Carlo era a nossa referência para a metodologia da participação.

JC: Qual considera ser a relevância dos concursos de arquitetura para si, para o seu atelier ou para as vossas publicações? (Pergunta 4)

PB: É o que eu digo, eu acho que o concurso, se for bem estruturado, é essencial para garantir que até o próprio caderno de encargos possa ser questionado. Se o concurso for bem estruturado, se for um concurso de ideias eu acho que torna a discussão bastante complexa. Seguramente que existirá respostas muito mais diversificadas, o que permite ter mais segurança nas decisões que se tomam. Portanto, não é só um processo que me parece mais transparente e democrático, como também é um processo que de fato pode contribuir para soluções melhores porque obviamente põe em comparação diferentes possibilidades.

JC: Existe também maior liberdade criativa...

PB: Isso depende dos concursos, não é? Porque há concursos que são muito fechados e isso às vezes é um problema porque pode iluminar propostas que até seriam se calhar mais adequadas para determinadas situações, só que não foram pensadas por quem pensou o caderno de encargos do próprio concurso. E o que é interessante na ideia do concurso de ideias, eu defendo muito esta ideia do concurso de ideias, pelo menos numa primeira fase, uma fase baseada, em que se dá a oportunidade dos candidatos pensarem livremente sobre o programa que possa estar em causa, às vezes até questionando o tal caderno de encargos, isso é que pode ser útil para que depois seja discutido numa segunda fase questões mais específicas, formais, infraestruturas, etc. O problema dos concursos é que às vezes exigem logo à partida um nível muito elevado de desenvolvimento do projeto, o que é ingrato porque implica equipas técnicas muito vastas, muito alargadas, com custos obviamente que nem todos podem concorrer.

JC: Em relação à publicação do concurso, de que forma tomou conhecimento da existência do concurso e quais foram os meios de publicação utilizadas para promover o concurso? (Pergunta 5)

PB: Para ser sincero eu já não me lembro. Eu sei que sendo de um concurso público ele teve que estar publicado no Diário da República e portanto foi aquele procedimento formal, e na altura obviamente nós estávamos atentos a esse tipo de procedimentos formais. Por outro lado, eu tenho a ideia que a própria revista da Ordem dos Arquitetos também divulgou este concurso, portanto era daquelas coisas que a Ordem, na altura não sei se era a Ordem, se já era a Ordem ou se era a Associação dos Arquitetos, mas sei que também foi divulgado nesses meios. E depois havia aquela coisa do passa-a-palavra, toda a gente sabia, Portugal é um país pequeno e para ter um concurso toda a gente sabia quem é que ia fazer, como é que se ia fazer, quem é que, portanto, de um momento para o outro era difícil não saber que havia esse concurso.

JC: O que achou do briefing ou caderno de encargos do concurso? Sentiu que o caderno de encargos e as diretrizes ofereceram liberdade para propor soluções inovadoras? (Pergunta 6)

PB: Eu diria que sim, de certo modo, eu acho que era um concurso suficientemente aberto, tanto que nós vemos isso depois nas respostas dos diferentes concorrentes, apesar que depois o concurso foi muito estranho por causa de uma questão, imensas questões burocráticas, imensas questões que puseram em causa o próprio concurso, e o processo foi muito complexo. Mas, ele era fechado, eu diria que ele era fechado no sentido em que, quem fez o caderno de encargos teve obviamente um acompanhamento e uma discussão prévia também com a própria população, e sabia-se o que é que a população queria e não queria, ou pelo menos o que achavam que queriam e que não queriam, e isso condicionava obviamente um bocadinho o sentido do concurso. Por outro lado, aquilo que era discutido nesse caderno de encargos era

aquilo que nos parecia mais ou menos óbvio, portanto, quer esta ideia de que a população queria uma aldeia alentejana, que era, obviamente isto não era dito nestes termos, mas claramente não queriam uma Malagueira como tinha projetado o Siza em Évora, portanto para a população este não era uma possibilidade, portanto eles falavam muito desta ideia da identidade da casa alentejana, embora isto seja uma falácia, porque depois na prática a própria população não se entende relativamente o que é que possa ser esta identidade, portanto havia ali uma quantidade de contradições no próprio discurso, e que nós nos fomos apercebendo com o próprio desenrolar do projeto, mas eu diria que o caderno de encargos estava suficientemente bem estruturado para ir ao encontro do que eram os interesses da população e não dava grande margem de manobras para que não fosse cumprido esse interesse. Eu lembro-me que houve ali soluções, uma delas muito radical e até interessante, que era manter a população exatamente no mesmo sítio e construir um dique à volta, que era super interessante do ponto de vista até conceptual, vamos manter a população no sítio e o que muda é a barragem, é claro que depois de um lugar da população eu não vou querer estar a dormir numa casa em que estou rodeado de água e que se o muro não dá muito certo, mas pronto.

JC: Em relação à sétima pergunta, como é que funcionou a etapa de perguntas e esclarecimentos por parte do promotor? (Pergunta 7)

PB: Eu acho que, perai, eu agora já não tenho memória disso, porque isso já foi em 96, portanto estamos a falar de há 30 anos atrás, estas a fazer perguntas de há 30 anos atrás. Nós entregámos o concurso e depois houve realmente uma contestação de vários, aquilo foi muito atribulado, porque nós não ganhámos o concurso, nós ficámos em quarto lugar talvez, ou terceiro, ficámos para aí em terceiro ou quarto lugar, foi assim uma coisa, e depois o que se apercebeu é que havia ali uma quantidade de incompatibilidades, entre o júri e a equipa que venceu o concurso, havia ali laços de familiaridade, eram primos, era não sei quê, enfim, isto não se pode dizer, mas eu acho que o concurso estava realmente mais ou menos feito para que a equipa que ganhou nessa primeira fase, era a equipa que já estava no terreno, que já conhecia, e que fazia e nós sentimos isso porque o Presidente da Junta na altura, quando nós lá chegámos, ele disse-nos isso claramente, vocês não deviam ter ganho, quem devia ter ganho era a outra equipa com quem nós já tínhamos uma relação e com quem já tínhamos contato, portanto nós já fomos muito mal recebidos na Aldeia da Luz e diga-se passagem, fizeram tudo para que a gente desistisse, estás a perceber? Só para teres uma ideia, quando nós chegámos lá a Junta disse que nos arranjavam um sítio para dormir porque nós queríamos fazer o levantamento da aldeia, queríamos falar com as populações e o sítio que nos arranjavam para dormir foi um armazém, que era um deles que guardavam os tratores agrícolas, estás a perceber? Sem qualquer condições, não tinha camas, não tinha casa de banho, não tinha não sei o quê, eles disseram, durmam para aí, estás a perceber? Isto foi uma maneira do Presidente da Junta de nos dizer claramente, vocês não são bem-vindos, não têm que estar aqui, estás a perceber? Disseram que nos arranjavam um sítio para dormir, e nós nessa noite obviamente não pudemos lá ficar porque aquilo era um chão de cimento, todo sujo com os tratores, com não sei o quê, fomos alugar uma pensão em Monsaraz (Reguengos de Monsaraz) e tivemos para vir para o Porto nessa noite. Estivemos a pensar, claramente eles não querem... vamos embora, só que depois decidimos também com aquela teimosia de, não, não, vamos lá aparecer de manhã e vamos começar a fazer o levantamento. Foi um processo difícil para conquistar, quer dizer, o Presidente da Junta nunca chegámos a conquistar, ele foi sempre, mas a população conquistámos, isso foi importante.

Bem, mas isto para dizer que realmente o processo foi muito atribulado, mas nós quando nos apercebemos que tínhamos ficado em terceiro ou quarto lugar, já não me recordo, e estávamos cá no Porto, não acompanhámos essas reclamações, e portanto pensámos pronto, olha, mais um concluso, não ganhámos, e só depois é que nos foi comunicado que com aquela anulação dos dois primeiros lugares, ou dos três primeiros lugares, porque depois eles denunciaram-se os outros, porque um tinha a família no júri, outro tinha o engenheiro também noutra equipa, eu acho que acabaram por cair as três primeiras equipas e ironicamente nós ficámos em primeiro, não estávamos realmente já à espera, mas nós não acompanhámos esse processo, ou seja, nós não reclamámos, nós não fizemos...

JC: E em relação à primeira visita de estudo que houve com o promotor, vocês sempre foram lá para a Aldeia da Luz, tipo, antes da entrega da proposta?

PB: Sim, sim, nós fizemos uma visita e fomos realmente a uma reunião com o promotor e com as outras equipas e de algum modo foi útil, como é óbvio, não é? Porque passámos a ter uma ideia, quer dizer, também era difícil pensar aquilo sem visitar o sítio e portanto, por mais que gostasse e na altura não havia propriamente autoestradas como hoje existe, praticamente até a Aldeia da Luz, mas sim, fomos e essa visita foi super importante, não tanto por causa da... Também foi importante para conhecermos o que é que da parte da EDIA estava estabelecido e quais eram os elementos a preservar e quais eram as questões que estavam a ser discutidas, mas foi importante também para nós próprios porque acabámos por ir, suponho que dois carros e nós próprios aproveitámos muito esse tempo para discutir e para pensar nas soluções e isso às vezes ajuda, obviamente, de estar no sítio e ter esse tempo.

JC: Em relação à distribuição do trabalho, como foi organizada a organização toda? Porque eu tenho, por exemplo, a lista, eu fiz a visita do estúdio da EDIA e fui no meu arquivo, tinha também cá um bocado do vosso currículo e cá foi a equipa toda, de acordo com o documento oficial da Aldeia... (Pergunta 8)

PB: Eu já não me lembro da equipa toda. O que querias saber da equipa?

JC: Como foi a distribuição do trabalho, eu queria saber se, por exemplo, o João Figueira primeiro contratou a dois arquitetos para serem...

PB: Não, há pessoas, claramente, que... vamos fazer a coisa ao contrário, que é... o coordenador é realmente o João Figueira. Sim. *Começamos a ver a lista da equipa geral do arquiteto João Francisco Figueira e Associados que participaram no projeto*

Obviamente é quem concebe a estratégia de participação e é quem convida todos os outros para participar. Obviamente o João Figueira tinha como referência, da própria escola de arquitetura, porque tinham sido professores dele e também tinham sido meus professores, o Rui Mealha e o Manuel Fernandes de Sá, que não tiveram propriamente um papel... o Rui Mealha estava mais presente e ajudou-nos muito no próprio concurso, a discutir. O Fernando de Sá era mais uma destas referências com quem se podia discutir as questões de formais-teórico e mais de abordagem. Obviamente são figuras relevantes, mas não estavam na prática do fazer o concurso, não é? Embora eles foram, durante o processo de desenvolvimento do concurso, nós convidámos-vos para irem lá, fazer comentários e fazerem propostas e, no fundo, para nós também nos sentimos mais confiança naquilo que estávamos a propor. Depois, estes nomes, o Luís Miguel Fareleira, portanto eu, a Luísa, falta aqui o José Miguel Rodrigues, que entra noutra fase, ah, porque está aqui o José Miguel Rodrigues, eu não apareço aqui, ou apareço?

JC: Está aqui como coautor.

PB: Exatamente, porque não tinha eu e o Luís Miguel, ainda não tínhamos o diploma, portanto nós não podíamos assinar nenhum projeto. Depois, com o desenvolvimento do projeto propriamente dito, esta coisa subverte-se um bocado, porque quem faz de facto o processo de levantamento, de participação, sou eu e o Luís Miguel, está-se a perceber? Nós acabamos de ter um papel muito relevante depois no desenvolvimento do processo. Nesta fase, não podíamos assinar o concurso.

Outra pessoa que foi muito importante, o Rui Tavares também, como historiador, também foi importante, o Álvaro Domingues, pelas discussões também que íamos tendo; a Sofia Plácido de Abreu, é uma advogada que entra depois numa fase posterior, mas que vai ser uma figura essencial, por causa das questões contratuais com a própria EDIA, mas também, essencialmente, do desenvolvimento do próprio plano pormenor da Aldeia da Luz, portanto aí precisávamos dessa assessoria jurídica e a Sofia dá aí um papel super importante, mas basicamente isto era muito centrado no João, na fase em que ganhámos, essencialmente o João, eu, o Luís Miguel, com um papel mais relevante, a Luísa e o José Miguel Rodrigues estão numa primeira fase, mas depois também por estarem a dar aulas em Vila Real acabam por se afastar um pouco e portanto isto é desenvolvido com esta equipa, sendo que obviamente havia pessoas que tinham um papel mais pontual e específico relativamente ao seu próprio contributo disciplinar e havia depois as pessoas do dia-a-dia que tinham que resolver todos os problemas que iam surgindo. Estes nomes, por exemplo, aqui, o Nuno Merino e a Maria Moita, o Vasco Albuquerque, o Gonçalo Furtado, o Joaquim Moreno, acompanharam muito o levantamento da própria aldeia, isso foi uma coisa que nós tivemos ainda bastante tempo lá, só a fazer o levantamento de todas as casas, que não existia, e portanto ia saber quem é que morava nas casas, em que condições é que viviam, portanto isso foi essencial, portanto esta foi a equipa do levantamento. Mas pronto, a equipa aparecia, e há aqui a questão da Carolina Leite, que também aqui aparece, onde é que ela está?

JC: Sociologia. *aponto no nome da Carolina Leite na lista*

PB: Exatamente, Maria Carolina Leite, que na altura tinha escrito um livro sobre a casa do imigrante, casas de sonho, e portanto era uma pessoa que tinha também muito esta experiência de campo, de saber, no fundo, este desfasamento que existe entre o modo ou aquilo que as casas representam, do ponto de vista até social, se quisermos, e depois o modo como as pessoas habitam essas próprias casas. Uma das coisas que nós à altura discutíamos era, por exemplo, esta ideia de a casa do imigrante que tem uma certa representatividade social, o imigrante está em França a trabalhar durante 20, 30 anos, vem, quer construir o seu palácio, mas na realidade ele depois está abandonado durante grande parte do tempo, e por exemplo a cozinha que se usa não é a cozinha representativa, mas é um anexo no quintal, estás a perceber, mais pragmático e com um carácter mais cotidiano, não é? E tudo o resto da casa praticamente não se usa, só se usa nos dias em que vai lá alguém visitar, ou que se quer mostrar. E portanto nós, a Carolina foi essencial para nos ajudar a perceber todas essas contradições que também existiam na Aldeia da Luz, quer dizer, a determinada altura, por exemplo, as chaminé é típica alentejana, mas já não queriam o espaço de lume correspondente dentro da própria casa, porque também já não faziam fumados dentro de casa e nem queriam fumo agora dentro de casa, portanto havia estas contradições, mas queriam mesmo a chaminé e a Carolina foi muito útil para nos ajudar a perceber todas essas questões e para estruturar o inquérito que foi feito à população com essas perguntas todas complexas que ajudaram a entender como é que se habitavam, de facto, as casas.

JC: Em relação a quantos... Pronto, já está respondida aquela parte de quantos colegas trabalharam na equipa (Pergunta 9) e sua especialização e depois dentro da abordagem adotada, quais foram os elementos mais importantes para desenvolver uma análise crítica do local e propor uma solução para o problema? (Pergunta 10)

PB: Os elementos mais importantes, eu diria que o mais importante foi o inquérito, o inquérito com o levantamento das casas, e isso foi importante porque, por um lado porque não havia um levantamento, ou seja, sabia-se que havia uma quantidade de casas a realojar, mas não sabia que áreas é que tinham e como é que as pessoas, de facto, usavam essas casas. E para nós o uso era fundamental, ou seja, havia situações, por exemplo, que podiam ter 300 metros quadrados, mas só vivia lá uma pessoa, e essa pessoa até tinha dois filhos, e viemos a perceber pelo processo que a pessoa, em vez de querer ser realojada com uma casa igual à área, preferia já pensar na herança dos filhos, por ter dois filhos, em ter antes duas casas de 150, em vez de ter uma casa de 300. E, portanto, esse levantamento foi feito casa a casa, medindo as áreas todas, estás a perceber, e o tempo desse levantamento, o tempo que demora, era o tempo em que nós íamos conquistando também a confiança das pessoas porque íamos falando com elas. E, portanto, nós íamos tanto com a fita métrica, a medir, íamos ao mesmo tempo falando com as pessoas, íamos percebendo que o filho estava em França, que o filho já não voltava, ou que eles gostavam disto, ou gostavam daquilo, que se usavam o quarto como quarto, ou apenas aquele quarto, porque há um número de divisões que muitas vezes não eram quartos, e, portanto, aquilo que poderia ser considerado um T3 ou T4, na prática, podia ser outra coisa, porque precisavam antes desta atividade ou deste espaço para outra coisa qualquer, e, portanto, esse levantamento foi essencial, esse levantamento associado, depois esta ideia do inquérito, que o inquérito era também uma ideia de nós percebermos, não só como as pessoas habitavam, mas qual era a expectativa que tinham relativamente ao futuro. Estás a perceber? E era aí que as pessoas tinham também a oportunidade de dizer se pudesse já não precisavam de uma casa tão grande, precisavam de duas casas pequenas. Ou, se pudesse, eu preferia agora ficar a morar não nesta zona da aldeia, mas ir para o pé da minha filha. Ou, se eu pudesse, eu tenho ali um quintal no outro lado da rua, e preferia ter agora a minha casa perto desse quintal e juntar as duas parcelas. Porque havia pessoas que também tinham parcelas dispersas na aldeia e que queriam aproveitar esta oportunidade para juntar. E esse tipo de coisas não havia no caderno de encargos. Não se sabia. E, portanto, foi com este levantamento e foi com o inquérito à população que nós nos apercebemos de todas estas questões. E foi isso que fez com que o processo fosse muito mais pacífico depois de... Num processo de realojamento, não é? Porque nós fomos ouvindo estas pessoas e fomos percebendo a especificidade do seu problema, que não era igual, obviamente, para todos.

Entrevista pausada pela ligação do arquiteto Luís Miguel (também coautor da proposta e arquiteto envolvido no projeto)

JC: Pronto. Para a pergunta 11, quais foram as principais referências utilizadas na conceção do projeto? Tentou-se seguir alguma tendência arquitetónica do momento? (Pergunta 11)

PB: Do momento, não, porque aquilo era... O que se estava a fazer no momento era a Expo 98 e era toda uma... Quer dizer, a arquitetura estava no... Estava no seu auge do Star System, não é? Portanto, os anos 90 era aquela ideia que o arquiteto queria fazer objetos de exceção e, portanto, essencialmente, pronto, eu acho que o projeto da Aldeia da Luz estava nas antípodas disso. Eu acho que as pessoas preferiam, em geral, concorrer para fazer um objeto bonito na Expo 98 do que estar a fazer uma aldeia em que as pessoas queriam uma identidade alentejana. Portanto, havia poucos arquitetos interessados nisso. Eu imagino que seja por isso que os

escritórios que concorreram eram escritórios que tinham mais interesse no desenho do espaço público. Portanto, não era aquele escritório tradicional de arquitetura. Por outro lado, de arquitetura, tudo é arquitetura, mas estás a perceber, é um bocadinho hoje da ideia de que havia ali um interesse particular para quem quisesse fazer a Aldeia da Luz.

Agora, como já disse anteriormente, se havia ali uma referência para nós, de facto, era Giancarlo De Carlo, por aqueles motivos que já aponteí. Essencialmente, era a reflexão em torno do que é o espaço público, a essência do público, não é? Da concertação com a própria população. E esta ideia de pensar o que é o espaço coletivo, o espaço de partilha, o espaço de troca, quer dizer, isso para nós era essencial. Isso sobrepunha-se a todo o resto. Esse contraste entre pensar arquitetura a partir do objeto e a partir de uma certa forma até pré-concebida ou de um certo estilo, nós também evidenciamos na Aldeia da Luz quando fazemos, com ironia, o depósito de água que é a chaminé do Le Corbusier, não é? Que era uma maneira de nós dizermos que somos herdeiros desta cultura moderna, somos herdeiros, obviamente, de um Le Corbusier, porque todos fomos alunos do Le Corbusier, de certo modo, mas também nós sabemos que não é este o modelo da arquitetura moderna que possa ser aplicado nesta situação.

E por isso é que quisemos simbolicamente enterrar a Unidade de Marselha, deixando só o depósito cá em cima. Portanto, era uma maneira de nós mostrarmos que conhecíamos a arquitetura moderna, mas sabíamos que os paradigmas da arquitetura moderna não eram os que serviam para resolver este concurso. Portanto, nós podemos dizer, nesse sentido, que estávamos a procurar ser pós-modernos, sem que isso tivesse um significado do ponto de vista linguístico, mas que fosse processual.

JC: Então, por acaso, tem algum projeto em específico que o João Francisco tenha mencionado do Giancarlo De Carlo?

PB: Não, assim que eu me lembro, em específico, não. Nós falávamos de alguns planos e de algumas... Existiam uns escritos do Giancarlo De Carlo sobre Bergamo e... Eu posso procurar, eu ainda tenho aí um ou outro livro. Mas é como eu digo, não havia uma arquitetura específica que pudesse inspirar a coisa porque nós tentámos fazer a coisa ao contrário, que era não ter ideias pré-concebidas do ponto de vista formal, tanto que na fase do concurso as casas são representadas com uns volumes abstratos, como se fossem umas caixas, mas também alertamos logo a dizer atenção, isto não é arquitetura. A arquitetura só pode surgir numa fase posterior de construção das pessoas. E portanto, nós queríamos ir para a aldeia, perceber o que é que é esta casa alentejana, não é? Que deriva dos materiais, do clima, do uso. Queríamos entender um bocadinho essas lógicas, a própria tipologia, esta ideia de, por exemplo, tu entras e teres um corredor que te leva diretamente para o quintal, teres esta ausência de corredores, aliás, porque não é uma sucessão de espaços, não são corredores, não é? Portanto, normalmente são aquilo que eles chamam as casas, não é? A casa do comer, o espaço de lume. E portanto, esta sucessão de espaços que não implicam a existência de um corredor, que é uma tipologia completamente diferente daquela que os arquitetos estão habituados a desenhar.

Portanto, todas estas coisas foi um processo de aprendizagem. Nós queríamos aprender que o que existe é redesenhar tudo a partir dessa aprendizagem. Portanto, no concurso nós não tínhamos essa referência. E portanto, não tínhamos referências pré-concebidas, não tínhamos referências quer a outros projetos, porque achávamos não, vamos tratar este concurso com a sua total especificidade. E nesse processo de participação foi, por exemplo, eu acho que isso foi uma vantagem que nós tínhamos no concurso, e que não foi suficientemente bem valorizada porque não ganhámos o concurso. Ou não foi valorizada pelo júri, mas foi valorizada pela

população. Foi, por exemplo, nós não sugerimos um lugar para a Nova Aldeia. Nós fazíamos quatro sugestões de implantação da Nova Aldeia, porque isso também fazia parte do próprio concurso. Nós propomos onde é que vamos construir a Nova Aldeia. E o que nós dizíamos era, não, nós temos aqui quatro propostas, quatro ou cinco propostas, mas quem vai decidir é a população. E o que veio a acontecer nesse processo, e que foi interessante, é que a população acabou por escolher uma localização que nem sequer era uma dessas quatro. Mas nós tínhamos esta proposta de metodologia, de abertura e discussão com eles, ouvi-los e perceber quais eram os seus interesses. E aprendemos muito também com esse processo.

JC: Eu acho que eu tenho aquela imagem, porque eu por acaso fui para a ideia, estive quatro horas a tirar fotos, e tinha a proposta de Ricardo Motta, depois a de... Mas sempre me lembro de ter visto uma em que tinham várias opções. Eu achava que era propriamente a EDIA impor cinco opções de terrenos, e depois propriamente fiquei a saber que era... Vocês tinham liberdade para escolher. E também, depois da entrevista do Pedro Pacheco, fiquei a saber que das duas faces do concurso, da parte das unidades do projeto... Mas não sei se o acaso estava no ano de ter visto aquilo, me parece muito interessante, porque eram mesmo quatro ou cinco opções de terrenos.

PB: Pois eu já não... Quer dizer, não me lembro se isso era... Mas eu acho que não, que não era pedido pelo caderno de encargos, eu acho que isso foi uma coisa que eventualmente alguns concorrentes propuseram, outros que não, não é? Por exemplo, aquele que propõe manter a aldeia exatamente no mesmo sítio e construir um dique, só tinha uma proposta de implantação. E havia outros que também só tinham uma proposta de implantação. O que nós descobrimos é que nós não... Obviamente, com a distância que tínhamos do lugar, nós não conhecíamos sucessivamente bem para nos sentirmos à vontade para escolher um sítio, e portanto deixávamos esse processo em aberto, sendo que isso era um processo que para nós era importante para envolver as pessoas nessa... E eles foram essenciais, e diga-se passagem, escolher o sítio com o maior bom senso.

JC: Ok. Eu não sei se esse plano que vocês apresentaram, mas eu me lembro de ter visto isto, e a minha interpretação foi que a EDIA tinha imposto. Mas só depois, eu sei que a aldeia atualmente localiza-se aqui e depois há outras propostas que foram mais para aqui, para este lado, a antiga aldeia está aqui.

PB: Na altura, o que é que aconteceu? Nós tínhamos alguns critérios, não é? E esses critérios até foram nós tínhamos... No fundo propúnhamos 5 propostas ou 4 e dizíamos quais eram as vantagens ou desvantagens de uma e outra. E depois quando falámos com a população percebemos que a população tinha uma visão do terreno que nós dificilmente teríamos. Os arquitetos têm tendência para escolher a localização em função da orientação solar ou em função do vale, das curvas de nível, de procurar uma proximidade à água, etc. E quando fomos discutir isto na Câmara Municipal, lá com a Comissão de Moradores basicamente o que eles disseram é que eles queriam a aldeia num monte que para nós era bastante árido, porque não tinha nenhuma árvore, porque não tinha e os terrenos eram maus. Praticamente não tinham terra, era só xisto. Mas queriam a aldeia lá que era para poupar precisamente os terrenos mais férteis e as zonas dos olivares para as atividades, o que tem lógica. Os terrenos maus é onde nós pomos a casa os terrenos bons nós guardamos para os animais e para o uso. Naquele caso a atividade anda muito à volta também do olival, etc. Portanto, tem todo sentido, não é? Agora, nós de facto a esse nível lá está, fazia parte da nossa metodologia ouvir a população e ir ao encontro dos seus interesses e do seu saber.

JC: Em relação à proposta final por exemplo, eu sei que era necessário quatro painéis vocês ofereceram as diferentes soluções ou só foi depois de ter ganho a primeira etapa do concurso?

PB: Nós no concurso já tínhamos as diferentes soluções. Logo desde o início. A decisão sobre a localização final só foi depois de já estarmos a trabalhar, já termos já ter sido adjudicado a nós o trabalho, só aí é que fomos discutir com a população a localização. E como eu disse foi uma localização diferente daquela que nós tínhamos proposto em concurso.

JC: A planta no geral sempre foi a mesma ou foi alterada?

PB: No concurso, se olhares para o concurso a nossa proposta é uma proposta de uma cidade completamente abstrata de uma aldeia estruturada em dois eixos com aquelas cidades de fundação mas, porque nós tínhamos que de algum modo propor uma organização daquilo, mas o que dizíamos é que aquela planta era absolutamente abstrata, tinha que ser toda revista em função de um levantamento. Por isso é que há uma alteração muito grande entre os desenhos que tu vês no próprio concurso, porque nós não tínhamos dados de levantamentos que pudessem dar um modo de exprimir o que é que seria o desenho da nova aldeia. Nós fazíamos uma representação só para, de algum modo cumprir o caderno de encargos e dizer que temos capacidade de poder sugerir qualquer coisa, mas depois, de facto com o trabalho e com o levantamento é que nós viemos a estruturar a planta que hoje está lá e que, diga-se passagem, há uns desenhos muito que são feitos, que nós pegamos num levantamento pegamos nas casas, começamos a fazer corte e recorte, este quer ir para aquela rua, este quer ir para ali, este tem ali a filha que quer juntar estas duas coisas e que foi dessa lógica, estás a perceber que se estruturou depois a nova planta.

JC: Então a primeira proposta foi mais a elaboração da metodologia e depois o pensamento...

PB: Nós no concurso o que nós propúnhamos era uma metodologia nós fugimos a todas as questões formais de infraestrutura e tudo isso. Nós avisávamos sempre que não, a questão aqui é uma questão de facto de metodologia e de processo participativo.

JC: E o arquiteto considera que sempre foi um concurso de ideias, até certa altura?

PB: É um bocadinho difícil, não é? Porque, obviamente, não deixa de ser um concurso de ideias mas é um concurso de ideias que tem um programa já muito delineado. Percebia-se muito bem qual era o interesse da população mas, mais uma vez, com todas as suas contradições, não é? Porque, por exemplo, eles tanto falavam que queriam ter uma aldeia tipicamente alentejana, mas depois havia população que queria ter o alçado da sua casa revestido a azulejo estás a perceber? Ficas assim tipo... As aldeias alentejanas não são revestidas a azulejo muito menos o azulejo de degradé ou azulejo de... Havia esse tipo de contradições do ponto de vista formal. Mas eu acho que se pode considerar um concurso de ideias.

JC: Depois... Eu acho que também essa pergunta fica respondida se houve alterações à ideia inicial ou seguiram sempre a ideia inicial do projeto e que aspetos inovadores a vossa proposta oferece? (Pergunta 12)

PB: É aquela pergunta que implica também uma resposta complexa que é do ponto de vista da nossa proposta de metodologia, nós fomos sempre coerentes até ao fim, ou seja a nível de concurso nós fomos coerentes porque nós propusemos uma metodologia participativa que se manteve até ao fim e portanto que o resultado foi de facto assente nessa metodologia participativa e que não tinha a ver só com a própria comissão de acompanhamento de moradores e o papel que eles tinham mas tinha a ver também com as próprias propostas

públicas que foram sendo feitas desde a fase por exemplo da apresentação de uma maquete geral com o plano à concertação das próprias casas, em que fizemos maquetes com casas com diferentes tipologias e que todas as pessoas discutiam, diziam o que queriam, o que não queriam o que gostavam. Nós fomos do ponto de vista da nossa proposta de metodológica eu diria que fomos sempre muito coerentes não houve alterações do ponto de vista formal obviamente houve as alterações necessárias para ir ao encontro desse processo de participação mas isso era o que já estava previsto.

JC: Como é que o vosso trabalho respondeu à necessidade prevista no caderno de cargos de inovar de procurar ter aquela inovação urbanística? O que achou que tem de relação à aquela realidade da aldeia, típica alentejana e depois ter algo mais... (Pergunta 13)

PB: Não, a inovação é uma palavra tramada porque hoje em dia quer dizer muita coisa. Havia uma coisa que era assim do ponto de vista, por exemplo das infraestruturas e do espaço público tinha que haver uma modernização dessas infraestruturas quando falamos de saneamento quando falamos de redes elétricas, quando falamos da construção de uma ETAR para tratamento dos gotos quando falamos da distribuição das águas, portanto, todas essas infraestruturas obviamente tiveram que ser pensadas de raiz e pensadas à luz da nova regulamentação. Isso teve algumas implicações até no perfil das próprias ruas, por exemplo havia ruas na aldeia da luz que eram extremamente estreitas e que hoje em dia, ao nível da regulamentação urbanística, tu não podias ter ruas tão estreitas porque tem que garantir quanto mais não seja que passe um camião dos bombeiros portanto houve uma modernização, se quiseres do espaço público em função dessas infraestruturas dos regulamentos infraestruturais. Depois houve outro tipo de qualificação do espaço público nomeadamente, por exemplo ter ruas com passeios, que era uma coisa praticamente inexistente na aldeia antiga ou seja, qualificar o espaço público também é pensar noutras exigências da comunidade do peão ter, por exemplo, espaços de sombras a avenida principal é uma avenida em que nós plantamos árvores, essa avenida não existia, não existia nenhuma avenida com árvores na aldeia antiga e portanto nós sabíamos que era uma coisa que era importante no Alentejo, por causa também da temperatura mas também por causa da nova orientação da rua, dessa rua de entrada que estava muito exposta ao sol de um dos lados e portanto pusemos árvores precisamente nesse lado mais exposto. Houve uma atualização desse espaço em termos de conforto, mas também de qualificação hierarquizando também o próprio espaço público, também era uma coisa que nos interessava e diversificando também esses usos, desde a pequena praça o pequeno pátio, a espaços mais alargados para festas de caráter mais excepcional portanto, isso tudo obviamente foi repensado e implicou uma alteração da imagem do espaço público.

Agora, a grande alteração da imagem do espaço público tem a ver com a escala se tu comparares a escala de uma aldeia com a outra tu percebes que a nova é muito maior e isso decorre e isso também foi o resultado por exemplo, algumas pessoas queixavam-se esta aldeia agora, tenho que andar muito mais para ir procurar a aldeia. Isso realmente foi uma coisa que decorreu de uma sucessão de decisões até da própria população mas, o que teve mais impacto é que, enquanto as casas que existiam na aldeia antiga as casas alentejanas eram mais feitas ao comprido perpendicularmente à rua com muitas divisões intermédias sem luz o que do ponto de vista da regulamentação tu não podes ter quartos sem iluminação direta a partir do momento em que nós começámos a cumprir o RGEU o Regulamento Geral das Edificações Urbanas essas casas passaram, esses quartos nas casas passaram a ter que ter luz natural e tiveram um aumento da sua frente de rua isso fez com que a determinada altura 10 casas que cabiam em

100 metros passaram a exigir 200 estás a perceber? Foi um bocadinho esse tipo de questões que se foram colocando e que fizeram e tiveram implicações também a nível do espaço público.

JC: Quais foram os elementos projetados além dos elementos da antiga aldeia? Estou a falar propriamente dos equipamentos por exemplo eu não sei se EDIA procurava ter por exemplo um museu ou um espaço público esportivo. (Pergunta 14)

PB: Não sei se era nós tínhamos nós começámos o que nos foi atribuído era o projeto das habitações das infraestruturas, espaço público plano pormenor e tínhamos os equipamentos sob a nossa responsabilidade. O que acontece é que a determinada altura nós achámos que era demasiado para uma equipa com a nossa escala desenvolver e com a pressa e com os tempos que tínhamos dificilmente iríamos conseguir fazer tudo ou para fazer tudo íamos também fazer quer dizer contrariando uma imagem que nós tínhamos também da cidade que é esta imagem de diversidade. Havia também esta ideia de que o espaço público tem que ser uma construção plural e nada melhor do que entregar a diferentes projetistas portanto, houve uma altura quando íamos fazer o contrato para a discussão de alguns equipamentos como a escola, o ginnodesportivo, o polo do cemitério do museu, da igreja todas essas coisas que poderíamos ter sido nós a desenvolver e desenvolvemos numa primeira fase portanto, o plano por exemplo, do cemitério aquela relação entre igreja, museu e cemitério é uma coisa que aparece já desenhada na nossa proposta. Nós é que decidimos, aqui é o cemitério aqui é o museu e aqui é a igreja isso é desenhado por nós e o espaço público é desenhado por nós só que depois a arquitetura desses objetos nós achámos que realmente podíamos atribuí-la a outros e houve ali uma discussão que era ou íamos buscar pessoas com algum nome convidávamos diretamente o Siza ou o Souto Moura, ou o Cerrilha Graça ou quem fosse para desenhar estes equipamentos ou também nos pareceu bem ir buscar os outros concorrentes que tinham ficado em 2º, 3º 4º lugar e convidá-los a participar de facto com o desenho do equipamento e foi isso que acabou por acontecer por isso é que a junta não é desenhada por nós a igreja e o cemitério e o museu também não é desenhado por nós mas foi uma distribuição que acabou por ser feita com base no era uma maneira que nós também achávamos que era justa de premiar por todos os outros que concorreram ou parte deles. Achámos que era justo portanto acordámos isso e abdicámos de ser nós a fazer esse desenho.

JC: Em relação da parte dos júris e anúncios dos vencedores, achou que a vossa proposta foi bem ou mal avaliada? (Pergunta 15)

PB: Na primeira etapa foi mal avaliada. Eu acho que é como eu te digo aquilo olhando muito bem para trás havia realmente o concorrente que ganhou o concurso na altura aparentemente já estava em campo há muito tempo e era aquele que o Presidente da Junta conhecia bem e queria que fosse ele a ganhar e era também o concorrente cujo tinha um familiar na própria EDIA e portanto quer dizer, não queria aqui levantar muitas suspeitas mas a realidade é que se sente que o concurso estava feito para aquela equipa ganhar mas isto dito pelo próprio Presidente da Junta da altura nós percebemos isso quando... Eu acho que não havia ali muitas hipóteses independentemente da qualidade dos outros projetos essa hipótese era aquela que já refletia um pouco aquilo que a população queria eu acho que já tinha esse trabalho prévio e portanto era mais ou menos óbvio que seria a equipa depois a ganhar nós não sabíamos disso porque se soubéssemos nem sequer tínhamos concorrido, não íamos perder o tempo. Só que realmente houve essa denúncia depois da equipa que ficou em 2º ou 3º lugar e eles caem e depois eles também tinham não sei se os que estavam em 1º por vingança ou 2º mas partilhavam o mesmo técnico que não podia ser ou seja, se tu tinhas alguém uma empresa de engenharia a fazer as infraestruturas, essa empresa não podia estar noutra equipa, havia uma

exclusividade. Isso fez com que eles se anulassem uns aos outros e nós é como digo, foi uma surpresa porque nós estávamos longe completamente distantes desses interesses ou dessas vontades e a realidade é que de um momento para o outro fomos nós premiados mas não acho que tenha sido mas não foi de facto por reconhecimento do júri estás a perceber? Foi essa circunstância muito particular. Agora, isso de facto dificultou a nossa entrada na aldeia porque tínhamos, quer dizer éramos vistos como aqueles que não ganharam o concurso em primeiro lugar, depois como uma equipa que era demasiado longe, que era do Porto e não de Lisboa, portanto alguém que está muito longe e depois éramos todos muito novos porque como eu te disse, quer dizer no ano quando nós ganhámos o concurso eu nem sequer tinha o diploma. Tanto que o concurso vai primeiro só como João Figueira e depois quando eu tenho o diploma e o Luís Miguel tem o diploma e já podemos ser assumidos como da empresa, é que fazemos o contrato com a ideia, quer dizer, João Figueiredo e Associados, porque o nome dele tinha que se manter à mesma como coordenador, mas nós só entramos formalmente quando temos o diploma em Setembro, está a saber, e já estávamos a trabalhar para o projeto antes. Portanto, isto basicamente para explicar esta relação, de facto, que eu acho que o júri eventualmente já reconhecia na proposta vencedora os critérios que tinham sido discutidos previamente com a própria população. Portanto, eles eventualmente teriam essa vantagem, estás a perceber? E por isso é que acabaram por ser escolhidos.

JC: E por acaso o arquiteto tem alguma autocrítica em relação à proposta feita, pode ser até da proposta inicial até à proposta construída. (Pergunta 16)

PB: Autocrítica existe muito, não é? Nós, por um lado éramos, o Siza uma vez disse-nos, ah, vocês são novos e estão na idade de cometer erros. Obviamente há uma certa ilusão relativamente a esta ideia da participação, não é, porque os processos participativos são importantes, mas também é importante a determinada altura haver ali uma clarificação e um momento de dizer, tudo bem, mas atenção que isto tem que ter aqui alguma ordem. E se há ali algum processo de autocrítica, é que a determinada altura o controle do projeto foge-nos das mãos, também com alguma responsabilidade da própria EDIA, não é? Se calhar nós devíamos ter chegado ali a uma altura em que dizíamos, não, ocupávamos o processo. Isso aconteceu de algum modo, acabámos por ser um pouco afastados, deixámos de ser pagos para fazer visitas mais regulares, porque o processo de concertação, eu diria-te, se fores ver, estatisticamente, nós quando fizemos a concertação, nós conseguimos com que, seguramente, 90% das pessoas assinassem o processo de concertação e dissessem, com certeza, achamos justo aquilo que os arquitetos nos estão a propor e, portanto, nós aceitamos fazer, trocar aquilo que temos pelo projeto que aí vem.

Isso custou muito negociar com as pessoas, mas foi feito sempre com um processo muito transparente e muito honesto e com uma estratégia muito clara, como, por exemplo, sei lá, só para tu perceberes, nós fizemos o levantamento das casas, chegámos, esta casa tem 60 m², mas, obviamente, nós admitimos que podia haver aqui um erro ou outro, portanto, quando fizemos o novo projeto, nós decidimos assumir uma margem de erro, que seria para aí, benéfica em mais 10 m², já não sei os valores, se eram 7, se eram 10 ou 15 m², mas nós assumimos sempre uma margem de erro para garantir que ninguém ficava prejudicado, ou seja, todas as pessoas têm seguramente casas maiores daquelas que tinham, além de se cumprir o Regulamento Geral das Edificações Urbanas e só isso já fez com que as casas também aumentassem, porque nós olhávamos para uma divisão que tinha, imagina, 8 m² e que era um quarto, nós queríamos que essa pessoa, ela usava como quarto, teria que usar como quarto na nova casa, só que o regulamento não permite fazer quartos com 8 m², portanto, era atualizado para as margens,

quanto mais não sejam mínimas do regulamento. Isso foi aplicado em todas as casas, só que esta discussão, a determinada altura, só para tu veres, beneficiava aparentemente uns mais do que outros, havia esta discussão muito engraçada, quer dizer, que não tinha piada nenhuma, mas que, por exemplo, nós fomos ao caso mais pobre da aldeia, estás a ver, qual é a pessoa que vive com piores dificuldades, e apercebemos que essa pessoa tinha uma casa que nem é um T1 se equiparava, estás a ver, era uma coisa muito precária mesmo, não tinha um quintal, e portanto, o que nós dissemos era assim, olha, esta casa tem, também não sei os números agora, mas imagina, era uma casa que tinha 20 m², e portanto, nós pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas, ela vai ter que ter pelo menos 30, não é? E vamos assegurar que tem um quintal mínimo, com largura da casa e 3 m de profundidade, portanto, ela não tinha quintal, passou até quintal, essa casa não tinha casa de banho, passou a ter casa de banho, porque obrigatoriamente tem que ter casa de banho e cozinha, e essa casa tinha 20 m e passou para 30. Isto era a situação mais precária da aldeia. Quando nós fomos apresentar estas propostas à comissão de moradores, estas propostas foram chumbadas, porque eles diziam que, então, mas espera aí, esse que é um pobre, que nunca investiu, que gastou o dinheiro todo em vinho, que nunca, não tem uma casa de banho porque nunca poupou dinheiro e nunca conseguiu não sei o quê, não tem terreno e vocês vão dar, então e o que é que vocês nos vão dar lá? Se vocês vão dar 50% a mais da área deles, eu também quero 50% a mais para a minha, só que a dele seria 300 m² e, portanto, queria mais 150, e isso invalidava o projeto, porque também a determinada altura eram casas estupidamente grandes e não havia orçamento para construir tanto, portanto não havia esta situação de solidariedade, o que fez com que nós, a determinada altura, então tentássemos arranjar umas regras que é ok, mas se este é o mínimo e precisa de mais 7 m², então vamos dar 7 m² a mais a toda a gente também, estás a perceber? Portanto, tínhamos que estar permanentemente a fazer este tipo de jogos para sentir que havia ali alguma justiça neste processo, mas as grandes questões eram estas, tipo, ah, mas ele, porque é que ele vai ter agora duas casas de banho se ele durante a vida toda só tinha uma? E nós explicávamos, não, o regulamento não nos deixa fazer uma casa 3 quartos sem que tenha duas casas de banho, ah, então ele ficou a ganhar casas de banho, o que é que eu ganho com isso? E a lógica era sempre esta.

E, portanto, houve ali 10% da população, que era seguramente a população mais privilegiada da aldeia, que se achava injustiçada, porque do ponto de vista social e da representatividade via os pobres a terem casas parecidas com as deles, não é? E que achavam que tinham que ter outras diferenças, e depois essas diferenças era a determinada altura exigirem uma piscina onde era dando-se um bebedouro de animais, exigirem uns arcos não sei quê, exigirem coisas que nós obviamente não tínhamos que contemplar e que além disso até desvirtuavam a própria imagem da aldeia. Por exemplo, uma das coisas que para nós era importante em termos de garantir a imagem da aldeia alentejana é as casas estarem alinhadas e fazerem rua para o parafino de casa, só que os mais privilegiados queriam o quintal à frente, e havia coisas que nós dizíamos, não, mas isso quer dizer, mas querem uma aldeia alentejana ou não querem uma aldeia alentejana? Porque a aldeia alentejana não tem essa coisa. Bem, e estas discussões eram indeterminadas e a realidade é que a determinada altura o modo como a EDIA decidiu avançar com o projeto, para que ele não ficasse empatado nestas discussões, foi realmente dar a algumas pessoas mais do que aquilo que nós estávamos a dar a outras.

E isso para nós foi um bocadinho frustrante porque nós percebemos que havia ali pessoas que estavam a conseguir coisas e alterações do projeto, aliás, o projeto foi feito logo à partida e sendo construído, às vezes com pormenores e com detalhes que nunca passavam por nós, para nós percebermos, o que punha em causa também a nossa própria autoria sobre o próprio plano

e sobre o próprio projeto de arquitetura. E isto foi feito sempre com a convicção da ideia ou, pelo menos, fechando os olhos para que o processo não parasse. Portanto, olhando, o projeto não foi necessariamente justo.

Agora, também imagino que na EDIA, este era o projeto possível, estás a perceber? Ou seja, provavelmente não havia outra maneira de lidar com esta coisa. Mas, portanto, em termos de autocrítica, eu às vezes penso, eu acho que do ponto de vista da arquitetura, estás a perceber? Nós podíamos ter sido um pouco mais exigentes. Por exemplo, eu olho a liberdade autoral, por exemplo, que o Pedro Pacheco teve no desenho do cemitério do museu da igreja, não é? Aquilo é perfeito porque ele não teve que discutir com ninguém aqueles pormenores, não é? Quer dizer, não teve essa complexidade. Portanto, quando tu estavas a pensar em termos essencialmente de espaço público, nós também não tivemos que discutir o depósito de ninguém, quis saber se o depósito era aquele ou era outro. Nós, do ponto de vista conceptual, queríamos marcar aquela questão da Unidade de Marselha e fizemos o depósito.

Havia determinadas áreas que não interessavam à discussão com a população. A partir do momento em que tu, enquanto arquiteto, aceitas as premissas, eu não estou a dizer que o Pedro teve uma vida facilitada, não teve, porque, por exemplo, a recuperação da igreja, para ser feita da maneira que foi, teve imenso trabalho. O próprio, a discussão em torno do cemitério, que foi um processo muito sensível e muito difícil e depois, obviamente, a discussão que houve após a construção do próprio cemitério, porque há pessoas que não se identificam com aquela imagem e com outro tipo de questões. Mas, apesar de tudo, na fase de projeto, havia questões, obviamente, que eram mais sensíveis à população, que normalmente tinha a ver com questões pessoais. Em termos de autocrítica, o que eu te posso uma estratégia de participação que eu acho que acabou por ser muito bem-sucedida.

Apesar de todas as críticas, às vezes, ainda vou lá à aldeia e há pessoas que se queixam porque o degrau, a casa ficou 50 centímetros acima da rua e teve que ter 3 degraus e na aldeia antiga não tinha, pois, mas, pá, quer dizer, isso acontece sempre, quer dizer, pois, na aldeia antiga o terreno era assim, era assado, uns tinham degraus, outros não tinham, outros tinham rampa e não tão, se é difícil de prever. Mas, eu acho que, em geral, o processo foi, a parte do processo participativo, eu acho que ela teve bastante sucesso e o que é certo é que não houve propriamente uma rejeição do projeto, quer dizer, e os problemas são os mesmos, não é? A desertificação do Alentejo, a questão da imigração, quer dizer, obviamente, nós sabemos que não era a arquitetura que ia resolver esses problemas. Onde nós poderíamos ter feito melhor era, provavelmente, em garantir que o desenho, do ponto de vista formal, do ponto de vista da arquitetura, fosse garantido por nós e acabou por não ser, ou seja, acabámos por ser ultrapassados.

Nós tínhamos previsto um determinado tipo de beiral que acabou por não ser usado, nós a determinada altura mudaram-nos a telha que tínhamos por uma telha lusa horrível, em determinados casos nós queremos usar a telha marselha ou a telha de canudo e eles puseram telha lusa e puseram não sei o quê, portanto, houve assim uma quantidade de alterações, não é, de pormenores de beirados e de pormenores de as tais casas com arcos, os gradeamentos, quer dizer, houve uma quantidade de alterações logo desde o início que realmente fomos ultrapassados por essas circunstâncias. Por outro lado, se eu acho que isso é um problema de facto desta incapacidade que tivemos também por, pronto, talvez devido também a um certo distanciamento que acabou por ser promovido também pela própria EDIA que a determinada altura achou que, opá, não, isto não deixa de estar, mas é os dedos lá longe. Por outro lado, quando eu penso assim com algum distanciamento, pá, eu também acho que a aldeia é para

quem lá vive, está a ver? E portanto, se são as pessoas que estão lá a viver, se são as pessoas que querem aquele beirado, se são as pessoas que quiseram fazer aquela grade, isso faz parte dos processos urbanos.

Portanto, nós também não queríamos ao mesmo tempo ter o controlo absoluto de todo o desenho da aldeia. Poderia ter sido de outra maneira? Poderia e, a meu ver, se calhar até ficaria melhor em determinados aspetos do ponto de vista formal e arquitetónico. Por outro lado, eu acho que as pessoas têm aquilo que ambicionaram ter, está a perceber? E isso também é bom, para o bem ou para o mal é bom, quer dizer, e esse espaço de liberdade houve.

Houve ali algumas situações de alguma injustiça, porque eu acho que aqueles que tinham, de algum modo, um privilégio e um poder de resistir e não assinar o contrato, depois conseguiram mais do que os outros, estás a perceber? E, portanto, houve ali coisas que não foram muito transparentes, a meu ver, nesse processo, mas estamos a falar realmente, apesar de tudo, de uma percentagem bastante menor e, portanto, não, pronto, é um bocadinho, às vezes, sinto-me um bocadinho traído, por esse, estás a perceber? Estes conseguiram porque resistiram, tinham um poder para resistir, tinham advogados, deixaram-nos ficar para o fim, fizeram chantagem, negociaram não sei como, mas a realidade é que conseguiram, a determinada altura, fazer coisas que outros não conseguiram. Sempre com essa ideia de uma certa diferenciação social, que também é compreensível, faz parte da sociedade, mas eu acho que aquilo que, no fundo, critico é que nós também éramos muito novos e acreditávamos que estes processos participativos podiam ser no benefício de todos, estás a perceber? É vir com esta ilusão de que, não, mas nós vamos participar, vamos por as pessoas a falar umas com as outras e isso vai ser bom. E, na realidade, isso não acontece.

Por exemplo, a comissão de moradores era só constituída por homens com mais de 50 anos, estás a perceber? E todos eles com poder económico, não era o bêbado da aldeia que ia lá estar representado. A nossa insistência para fazer discussões públicas, estás a ver, e há umas fotografias muito engraçadas em que estamos a apresentar a aldeia, com o machete e que estão umas velhotas a espetar, era precisamente para ouvir aqueles que não estavam representados na comissão de moradores e instituída por eles. Mas são vários os casos de total ausência de solidariedade entre os próprios, estás a perceber? Sempre a pensar no seu caso particular e na sua maneira de lidar.

Portanto, a discussão em termos do espaço público, dos bens públicos, à exceção do cemitério, que isso aí envolveu toda a população, não é? Por causa do seu valor simbólico, tudo o resto não era uma prioridade. Portanto, eu acho que nenhum de nós está arrependido da metodologia que propôs e do processo participativo, agora o que eu acho é que, para estes processos funcionarem, tem que ter provavelmente mais tempo, estás a perceber? Tem de se realmente conquistar as pessoas, não é? Isso demora tempo. Eu diria que, por exemplo, nós ainda passámos lá uns meses e alugámos lá um espaço para estar e, portanto, íamos ficando junto da população e isso foi o que fez com que, a determinada altura, conseguíssemos conquistar aquelas pessoas, não é? Às vezes até com custo.

Por exemplo, nós íamos fazer um levantamento. As pessoas começaram a ver ali o primeiro dia, o segundo dia ou o terceiro dia, as pessoas já nos cumprimentavam, passavam por nós as duas ruas, bom dia, boa tarde, não sei o quê. No quarto dia, quando íamos à casa de uma pessoa, já tinha preparado uma bebida para vos oferecer e já tínhamos que provar o tinto de não sei quê ou tínhamos que provar, estás a perceber? E fazíamos 3, 4, 5 levantamentos numa tarde e eu tinha que beber 3, 4, 5 copos de tinto, estás a perceber? Porque todos me ofereciam e,

obviamente, eu não podia dizer que não. Portanto, isso tinha também piada, mas isso faz parte do próprio processo de conquista de confiança, estás a ver? Esse tempo é muito útil lá no processo.

Portanto, quanto mais tempo tivéssemos, melhor. Depois houve coisas que falharam também, porque, por exemplo, nós queríamos ter as casas modelo. Nós tínhamos proposto que EDIA ia construir 3 casas, com pormenores diferentes, pormenores de cozinha, de portas, de janela, para as pessoas poderem ver e poderem também alterar e isso não foi feito. Houve ali várias coisas que acabaram por falhar. Ainda assim, por exemplo, as pessoas podiam escolher o tipo de janelas, o tipo de portas, podiam escolher dentro de uma planta, depois de decidirem que, ah, mas eu prefiro não ter esta parede e ter aqui antes um quarto maior do que ter aqui dois quartos. Prefiro que esta janela passe a ser uma porta também para o quintal. Prefiro que a usar, tínhamos um padrão de cores, sempre estruturadas nas cores tradicionais, do óxido de ferro, do óxido de chofre, portanto, tínhamos essas escolhas em que as pessoas podiam dizer, ah, eu quero que a minha casa tenha, que seja uma barra amarela ou que seja, não sei o quê. Portanto, tudo isso foi muito discutido e havia ali sempre vários componentes que levaram a esse processo participativo. Depois, houve coisas que nos saíram do, sei lá, cada vez que olho para aqueles quadros elétricos de água e de luz, umas chapas enormes, não sei o quê, fica, pá, que coisa tão horrível, estás a perceber? Porque muitas vezes estas entidades não conseguiam compreender o grau excepcional deste realojamento e, não, não, tem que ser assim, tem que ser o quadro, tem que ter esta dimensão, tem que ter a água, tem que ter a luz, tem que ter não sei o quê.

Se fosse o Siza, ele tinha poder provavelmente para... Não, não, não, isto vai ter que ser feito de outra maneira. Nós não tínhamos esse poder de reivindicação porque também não nos reconheciam em nós, não éramos arquitetos conhecidos, éramos os miúdos que vêm do Porto, portanto, tínhamos alguma dificuldade também em impor, de facto, determinadas ideias do projeto, não é? Apesar de tudo, havia, na EDIA, alguma sensibilidade a Maria João Jorge, que infelizmente faleceu, depois, durante o processo. Eu acho que nós também a conseguimos conquistar e ela era boa pessoa, ela tentava intermediar muito a relação entre nós, a própria EDIA, a população, e eu acho que ela também teve ali um papel importante. Acabou por ter um papel importante e foi, eu acho que foi, genuinamente, nossa amiga, estás a dizer? Apesar de ela ter estado no júri e apesar também, provavelmente, não ter votado pela nossa proposta, mas a realidade é que ela percebeu-se que a partir do momento em que nos servíamos de trabalhar, ela teve todo o esforço para que a coisa corresse bem, não é? Claro. Agora, eles também estavam condicionados por muitas outras coisas, até porque, a dia, não tinha só a responsabilidade da aldeia, tinha a responsabilidade das aldeias para eles, não era relevante, o orçamento da aldeia era 1% de todo o investimento feito com a barragem, não era significativo, era 1% ou 2%. A construção da própria barragem, a expropriação dos terrenos e, portanto, tudo aquilo, a aldeia para eles era 2% das preocupações.

JC: E qual foi uma das suas últimas lembranças do concurso? (Pergunta 17)

PB: Das últimas lembranças do concurso? Epá, a última lembrança do concurso foi o Rui Tavares, este historiador, a telefonar para a TAP a ver se alugávamos um avião que nos pudesse levar até ao aeródromo de Beja. Estávamos com dificuldades na entrega do concurso e ele tinha um amigo que trabalhava na TAP, que sabia de empresas que alugavam pequenos aviões, avionetas, e nós estávamos tão aflitos com a entrega do concurso que a preocupação dele era isso e depois acabámos por ir de carro, com o João a escrever as coisas, a memória descritiva no carro, e procurámos um sítio em Évora para conseguir imprimir a memória descritiva, foi uma correria, foi mesmo no limite. Epá, nem se percebe porquê, porque estas coisas, nem percebo como é

que fomos tão descontrolados nesta... Mas pronto, também tinha a ver com essa falta de experiência também. Mas pronto, as memórias que eu tenho do tempo do concurso, as visitas à Luz, obviamente, foram importantes e o Alentejo, não é? Epá, realmente aquilo é uma paisagem soberba e come-se muito bem, e portanto todo esse processo, estás a perceber, foi muito interessante.

Agora o concurso... Epá, eu depois ainda fiz mais alguns concursos a seguir, da habitação, fiz um para Matosinhos, mas, por exemplo, o que fiz para Matosinhos também foi envolvido numa grande polémica, também mais uma vez ganhou o Alcino Soutinho, a filha dele é que estava a receber os processos de concurso porque trabalhava na Câmara, e, portanto, aquilo foi uma polémica tão grande, foi mais um concurso que acabou por ser anulado e que não deu para a frente. Epá, infelizmente depois também existe esta coisa, não é? Tu ficas sempre com a sensação de que não vale a pena concorrer porque já está feito para alguém, estás a perceber? E mesmo não sendo verdade, a realidade é que, epá, isso também desmotiva muitos de poderem concorrer.

Talvez a situação agora seja um pouco diferente porque há outros tipos de responsabilidades e...

JC: Eu acho do que eu tenho conhecimento é que a Associação de Arquitetos não estava, pelo menos, bem estruturada, ou que não havia um controle de todos os concursos na altura. Hoje em dia, é a Ordem dos Arquitetos que sempre...

PB: Mais ou menos, mais ou menos. O problema é que houve uma altura em que havia concursos e continua a ser assim, que é, há concursos que têm a chancela da Ordem dos Arquitetos. Esses dão outras garantias, não é? Só que o que acontece é que uma Câmara Municipal que queira fazer um concurso com a chancela da Ordem tem que também contratar a Ordem e pagar à Ordem e as Câmaras, ou por questões de dinheiro ou por questões de interesse, preferem não o fazer. Portanto, muitos dos concursos que existem não passam pela Ordem dos Arquitetos. Obviamente, as Câmaras sempre podem, tentam adjudicar, epá, diretamente o trabalho ou com base na... Ah, porque isto é de carácter excepcional, isto é uma coisa que fazemos, mas isto tem que ser o Siza ou tem que ser o não sei quem, ou tem que... E era muito isso que ia acontecendo. Agora, ultimamente a realidade é que diminuiu muito a encomenda pública, não é? Com a crise de 2008, depois com a questão do COVID, depois com a questão não sei o quê, quer dizer, realmente a encomenda pública tem desaparecido. De volta e meia há umas coisas, as pontes, isto e aquilo... Também deixou-se de investir, por exemplo, havia muitos concursos de habitação coletiva e eles praticamente desapareceram.

* Fim da entrevista *

3. Arquivos dos arquitetos e EDIA

INDICE GERAL

2 I Abordagem Crítica ao Programa Preliminar

5 II Memória Descritiva e Justificativa

51 III Metodologia

63 IV Plano de Trabalhos (ver anexo)

73 V Estimativa Geral do Custo do Empreendimento

I Abordagem Crítica ao Programa Preliminar

Todo um micro-universo pacientemente elaborado, submerso nas águas de uma barragem, é sem dúvida um acontecimento doloroso, quase traumático. É também ao mesmo tempo uma hipótese para a aldeia, a perspectiva de um novo desenvolvimento. Uma "dupla" responsabilidade.

A partir deste paradoxo, propomo-nos ponderar o método exposto no Programa Preliminar: como atribuir a este estudo complexo, quase excessivamente técnico, as raízes que deveria tecer na realidade da aldeia?

A propósito da análise: Está fora de questão efectuar na aldeia uma análise do tipo diagnóstico médico, geral e insuficiente. O carácter às vezes "mecânico" do método do programa preliminar, parece-nos inadaptado, as conclusões de tal análise nunca são inequívocas. Preferimos que esta fase de estudos seja também aproveitada para iniciar uma participação activa (e incluída na obra) dos habitantes da aldeia. A proporção bastante significativa dos "não sabe" no inquérito realizado à população, indica bem um sentimento de angústia em relação ao processo técnico. É por isso que trabalharemos com os representantes da aldeia em grupos de trabalho, sobre as **ideias-base** do projecto que pertence à própria aldeia, a fundação, a matéria, a luz, a água, os usos, o horizonte Alentejano, noções concretas ao mesmo tempo quotidianas e intemporais.

A propósito dos trabalhos: Os habitantes não devem estar apenas associados aos estudos, devem poder participar nos trabalhos de fundação e edificação e serem beneficiados directamente, através do trabalho, pelos investimentos. O "desenho" e a construção da nova aldeia são indissociáveis das técnicas de edificação e dos conhecimentos que serão utilizados. Reforçar e desenvolver os conhecimentos tradicionais, interpreta-los em função dos meios contemporâneos, ou seja, organizar uma **nova tradição**, extraída da cultura local. A aldeia é um acontecimento excepcional, que pode funcionar como testemunho, como referência. Estes conhecimentos, assim desenvolvidos, poderiam ser aplicados, no futuro, noutros lugares do Alentejo, é uma forma de voltar a aldeia ao futuro, até mesmo atrair novos habitantes (os habitantes da Luz aplicando os seus conhecimentos). Neste sentido, os procedimentos das adjudicações expostas no programa preliminar, conforme as directivas europeias sobre a concorrência, não nos parece adaptável. Seria

preferível uma intervenção mais localizada, evitando os mega estaleiros das grandes empresas, uma acção mais próxima à escala do sítio.

Um grupo de trabalho será encarregado de imaginar desde o início, as soluções legais para aprovar um grupo de interesse económico local, permitindo realizar as infra-estruturas agrícolas e as obras domésticas, até mesmo partes dos espaços públicos (pavimentos, etc.).

Prazos: Segundo o Plano de Trabalhos que propomos, parece possível respeitar o esquema dos prazos impostos pelo programa preliminar de 1-10-96 a 1-7-2000, embora a barragem não atinga o seu nível máximo antes de 2003, é preferível aproveitar os três anos suplementares de 2000 a 2003, para terminar a construção da aldeia. Atenuar ainda mais o efeito do grande estaleiro, assim como de uma mudança brutal. As habitações domésticas, por exemplo, poderiam ser construídas lentamente. É claro que os prazos muito curtos correspondem a condicionantes de financiamento, que não estão à escala da realidade local, no entanto é necessário pensar na possibilidade de ponderar este esquema desde o início dos estudos. Estaremos atentos ao facto que os procedimentos urbanísticos, têm prazos de aceitação, por vezes imprevisíveis e podem ainda complicar, ou fragilizar o Plano de Trabalhos de 4 anos.

Uma das preocupações será também, manter a relação da aldeia com um reconhecível território Alentejano e não voltá-la à água da, invertendo o seu papel.

Método de urbanismo: índices urbanos

Devemos relativizar o valor de referência dos índices utilizados nos Planos de Pormenor e nos PDM (COS, DI, CAS). Um COS de 0,4 numa aldeia de 300 habitantes, envolvida por um imenso território agrícola, não tem o mesmo significado que o mesmo COS de 0,4 num quarteirão urbano e peri-urbano. Os índices são, na origem, especificamente urbanos, organizados para controlar o crescimento, a densificação e a especulação das cidades, no seguimento do êxodo rural. Aplicado numa aldeia, são quase um contra-senso.

Estes índices anexos ao Plano de Pormenor não serão suficientes para se aperceberem do desenvolvimento da aldeia. Assim propomos na metodologia vários níveis regulamentares (Plano de Pormenor e Carta de Arquitectura e Paisagismo) mais próxima da realidade local. Contrariamente ao urbanismo "das cidades", este urbanismo "dos campos", supõe uma atitude bastante pragmática, ligando as regras consensuais aos conhecimentos construtivos e em acompanhamento permanente.

| | |
|-----------|--|
| | ÍNDICE 1 |
| 5 | II Memória Descritiva e Justificativa |
| 6 | Paisagem Condicionantes biofísicas e paisagísticas |
| 9 | N.º S.º da Luz "o nome sempre contém o significado" |
| 11 | Aldeia da Luz |
| 13 | Aldeias "duplas". Estratégia |
| 15 | Um problema de Fundação |
| 17 | Aldeia-ruína Igreja da Luz Museu da Luz Castelo da Lousa |
| 19 | O que pertence ao território Matéria e Luz Água Horizonte |
| 23 | Nova Aldeia da Luz Caminho antigo e a nova ligação a Mourão Integração da aldeia no espaço rural envolvente Caminho de "trás" e caminho das amendoeiras Terreiro do rossio, jardim, praça da Luz e largo do mercado Edifícios públicos e cemitério Tipos de doméstico. Regras e variações |
| 30 | Ordenamento do Território |
| 33 | Enquadramento Geológico da Freguesia da aldeia da Luz |
| 34 | Arqueologia e Património |
| 37 | Infra-estruturas Urbanísticas |
| 46 | Sociologia e Economia Rural |

PAISAGEM*

A aldeia da Luz ocupa uma posição particular no vale do Guadiana, tendo-se desenvolvido como aglomerado concentrado separado do rio, devido ao seu acentuado perfil.

A fisiografia do território é composta; por um relevo aplanado em cotas que variam entre os 150 e 170 m correspondente às áreas de festo; pela ocorrência de terrafluviais resultantes de depósitos aluviais que constituem as colinas a poente, e pelo profundo vale do Guadiana.

O carácter meandrizado da rede de drenagem é particularmente acentuado no barranco, que corre entre a aldeia e a Igreja e que ao encontrar rochas especialmente duras origina uma paisagem agreste de encostas declivosas e afloramentos rochosos.

Fundamentando a sua actividade económica na agricultura e na pecuária, os seus habitantes construíram uma paisagem ao longo de séculos, em que souberam encontrar um equilíbrio e harmonia, tirando partido das situações diversificadas que o sítio lhes proporcionou. A acessibilidade à aldeia da Luz resulta de uma estrada que estabelece a ligação com a Vila de Mourão.

Esta paisagem é composta:

1. Pelo conjunto de edifícios de tipologia unifamiliar.
2. Pelo conjunto do cemitério e Igreja
3. Pelos quintais, pequenas parcelas muradas (1 a 2ha) que ocupam a área de festo a norte da aldeia e as cabeceiras dos vales do lavadouro e da fonte Santa, onde se praticam as culturas hortícolas ou arvenses consuante a disponibilidade de água e da riqueza do solo.
4. Pelos ferragiais a nascente, parcelas de maior dimensão (até 5ha), onde se praticam a rotação entre trigo e culturas forrageiras para alimentação do gado.
- 5- Por olival que ocupam courelas em terrenos de origem argilosa, na maior parte dos casos calcários, no monte Caneiro, monte da courela do Cabeço e a nascente do monte Julica.

Pelos montados de azinho, estremes ou associados a culturas arvenses, actualmente drasticamente confinados às áreas de solos a poente da aldeia e a encostas da ribeira de Alcarreche, que serviam outrora para a alimentação do gado suíno e hoje são a principal fonte de madeira para lenha.

- 6- Pelos campos das herdades onde se procede a cultura de cereais e outras culturas arvenses em regime de rotação.

7- Pelos matos que ocupam os solos mais pobres e degradados nas encostas do Guadiana próximo do Castelo da Lousa e no barranco a sul da aldeia, onde se obtém o mato para as camas do gado e para a queima em fornos e charniés, e aonde o gado caprino pode pastar.

8- Pelos moinhos de água que aproveitam a energia do Guadiana, a partir dos açudes e que se encontram abandonados.

9- Pela rede de caminhos rurais, de carácter geomórfico e radial a partir da aldeia, que permite a ligação dos elementos atrás descritos, de uma forma orgânica e funcional. Estes caminhos são em regra geral apenas compactados, embora se utilizem, por vezes, os materiais mais comuns para a pavimentação, o caminho de quartzo. Os limites são defendidos por muros de pedra seca, ou de taipa capeados com xisto, que limita as parcelas confinantes, ou consistem apenas nas cercas de arame farpado à medida que nos afastamos da aldeia,

10- Pelas fontes e poços que pelo cuidado posto na sua construção e manutenção, constituem elementos fundamentais no imaginário e vivência desta paisagem, (fonte Santa, fonte do coração...)

Da análise da paisagem descrita, destacam-se os seguintes aspectos:

Positivos:

1- Valor visual, cultural e paisagístico do ordenamento do território, como resultado da relação estreita e equilibrada entre os diversos tipos de espaços descritos e o território;

Ocupação do fosto com o núcleo compacto de habitação e quintais;

Ocupação das cabeceiras de linhas de água com tapadas, promovendo a infiltração;

Aproveitamento dos terrenos com problemas de encharcamento, para o cultivo de arvenses, com olival;

Aproveitamento das áreas mais de declive acentuado e conseqüentemente com menor aptidão para a agricultura, com montado de azinho e matos;

2- Valor visual e cultural da relação entre a cemitério e a aldeia;

3- Valor Paisagístico dos pinheiros mansos, e do sobreiro, que pelo seu porte e raridade na paisagem próxima, qualificam o terraço fluvial, a sul da aldeia, constituindo uma referência visual importante;

Negativos

1- O uso muitas vezes incorreto dos solos, que se manifesta pela excessiva área ocupada pelas culturas arvenses, não respeitando os riscos da erosão nem assegurando a manutenção do fundo da fertilidade dos mesmos;

2- Desaparecimento do montado de azinho em áreas onde o sistema agro-silvo-pastoril, constitui o uso do solo mais indicado;

*Arquitecto Paisagista

N.ª S.ª da Luz

"o nome sempre contém o significado"

A fundação da Igreja N.ª S.ª da Luz é anterior à formação da aldeia como aglomerado e encontra-se juntamente com o cemitério num lugar particularmente especial. Estão edificados sobre um filão de doleritos, ao lado de outro filão de **quartzo**, originados por falhas sub-verticais nas placas de xisto, relativamente raros nesta zona do Alentejo. A pedra escura do primeiro e a pedra branca luminosa do segundo.

Por um lado, **Luz** poderia ser um elogio às qualidades naturais do sítio, a pedra branca brilhante ao sol, nomeando uma qualidade especial, ou assim queríamos que fosse. Ou sublimando uma imagem divina.

Esta particularidade do sítio explica de certa maneira a sua posição autónoma em relação à aldeia. Não é muito comum nos aglomerados Alentejanos, que se definem mais pela sua concentração, fazendo a Igreja parte do seu núcleo, mas contudo, compreende-se que uma povoação essencialmente ligada à terra, à sua produção, se tenha fixado um pouco mais a norte da Igreja, mantendo-a perto do seu olhar, aproximando-se daquilo que do ponto de vista do quotidiano lhe é mais fundamental, o solo agrícola. E isso é natural às povoações que de forma inteligente sempre souberam explorar ao máximo as capacidades dos lugares de fixação, desde a sua escolha à sua recriação e identidade.

O lugar da aldeia da Luz apesar de não possuir os solos mais ricos, que se encontram a nordeste em cotas mais altas, recria uma micro-paisagem e identidade especiais, que só o tempo as pode caracterizar. Mas pela relativa fragilidade que cada vez mais representam estas povoações, face a uma ordem territorial com um imaginário que pertence já a outras necessidades, nem sempre se encontram preparadas para qualquer acto de reclamação do lugar, uma ordem de saída. É por estes e outros aspectos, que a escolha exacta do novo local para a fundação e construção da nova aldeia da Luz, faz parte de um processo longo e complexo.

Parece-nos um motivo forte ser de novo a Igreja da N. S. da Luz a fundar o lugar da nova aldeia, constituindo com outros elementos da paisagem rural uma referência de fixação - dar sentido e nome à aldeia. Primeiro a sua marcação e orientação no terreno e depois a reconstrução.



ALDEIA DA LUZ

O que caracteriza principalmente os aglomerados alentejanos é a sua concentração e isolamento em relação a outras povoações, uma noção de distância traduzida fisicamente ao nível do território.

No Alentejo existe uma forte dualidade entre o aglomerado urbano concentrado e as construções isoladas nos montes, casas de produção agrícola, que marcam pontualmente o território. O aparente vazio que perdormina nestas paisagens, é ao contrário um vasto tecido horizontal de caminhos, montes, coureias, aglomerados, e campos, diferentes tipos de ocupação do solo, diferentes micro-paisagens.

A aldeia da Luz não se encontra muito distante de outros centros urbanos, como Mourão, Póvoa, ou Granja, mas o facto de não ser um ponto de passagem, como são maior parte das povoações, condicionou naturalmente o seu desenvolvimento. A ideia de cruzamento e de paragem, torna-se importante para perceber a natureza da fixação da aldeia. As características biofísicas do lugar da Luz, condicionaram certamente a sua posição estratégica, em relação à topografia, ao rio, aos caminhos que a cruzam, aos montes, à Igreja e ao Castelo da Lousa. Uma especial projecção do núcleo concentrado da aldeia em todas as direcções.

Inicialmente a aldeia da Luz constitui-se a partir de um pequeno núcleo orientado a sudoeste, sobre uma linha de fecho, definido principalmente por três ruas e um terreiro. Um núcleo concentrado e essencialmente habitacional. A rua principal e a rua de trás, em contacto directo com os campos, a rua do meio, mais compacta no interior e o terreiro, provávelmente um espaço indefinido, na saída em direcção à igreja. O crescimento lento deste núcleo, começa por ividenciar a importância dos seus atravessamentos e relações com o exterior. O caminho para o tanque, ao longo de uma linha de água e depois até ao rio, o caminho romano para norte em direcção ao Castelo, a ligação processional até ao conjunto igreja e cemitério. Posteriormente a aldeia cresce adaptando-se à topografia e traçado naturais, desenvolve-se de forma linear ao longo das vias de saída, para Mourão e Póvoa, mas de forma coerente com o seu todo. Em consequência a aldeia ganha um novo "centro", uma "praça", resultado do cruzamento de vias. As escalas e os usos adaptam-se a novas necessidades.

A aldeia mantém-se limpa e branca, com interioridade, enquanto que a partir dos seus quintais irregulares se mistura com a matéria dos seus terrenos.



ALDEIAS "DUPLAS". Estratégia

A ideia de substituição de uma aldeia por outra coloca-nos o problema da dupla e simultânea acção de fundação de um novo aglomerado em função da destruição, ou ruína do antigo. Neste sentido "destruir", ou desmontar, será tão importante como fundar. Tendo a consciência de que a aldeia da Luz transformar-se-á numa ruína de envelhecimento acelerado, pela erosão da água e pelos depósitos aluviais, tendo também a consciência de que grande parte do tempo a aldeia estará emersa, fazendo com frequência parte da realidade e memória dos seus habitantes. Para que este processo não se produza de forma violenta, propomos que a fundação do novo lugar seja contemporânea à existência da aldeia da Luz, a coexistência de dois lugares, ou seja, que se produzam intervenções pontuais, espaçadas no tempo que criem uma espécie de memória recente e exactamente por se tratar de um lugar já familiar aos habitantes da Luz, se estabeleçam relações de vizinhança, que alimente o sonho de um novo habitat. Criar as condições e o método para que o novo sítio da aldeia da Luz, num tempo diferente, actual, passe por semelhante processo de aculturação que sempre esteve associado à ideia de fundação, de marcação de um lugar.

Propomos então numa primeira fase pequenas acções de intervenção na paisagem, no sentido de definirem limites de apropriação progressiva do lugar:

- 1- Marcar o **caminho** da igreja, sobre um caminho antigo de acesso à aldeia da Luz, simultaneamente com a fundação da **igreja**. Definir a posição do altar da N. S. da Luz, orientado este-oeste. Parece-nos importante usar a igreja como elemento fundador, como um baptismo, ao colocar a primeira pedra, marcar a sua posição e orientação em relação à aldeia.
- 2- a plantação de um caminho de **amendoeiras**, definindo o limite sudeste do terreno da igreja, aberto e transparente, marcando um carácter lúdico.
- 3 - Definir os limites do **jardim**, simultaneamente com a plantação da árvore da "bela sombra", ganhando tempo no seu crescimento em relação à aldeia.
- 4- pavimentação dos outros limites do núcleo inicial da nova aldeia, com pedra branca de **quartzito**, extraída do filão existente próximo do lugar original da igreja.
- 5- a plantação de um grupo de **pinheiros** mansos na linha de fecho principal a sul de Júlio, marcando uma interferência no perfil visual a norte da nova aldeia e criando uma referência dupla na paisagem, com o grupo de pinheiros que marca o perfil a sul do monte da Chameca.

Duas aldeias em coexistência temporal, entre o presente e o futuro, num processo de fundação e de reconstrução. A proposta de projecto procura explorar a "dupla" relação que existe inevitavelmente entre elementos da aldeia da Luz com os da nova aldeia, e no acto da sua transposição, ou interacção simbólica associa-los directamente com o espaço e com os novos usos. A importância do uso dos mesmos materiais, utilizando o conhecimento pela experiência da aldeia em transformação. Explorar temas intrínsecos à aldeia e de uma forma geral a toda a arquitectura do sul, como a luz, a matéria, o horizonte, a paisagem, os usos, que venham dar corpo à nova aldeia, no seu desenho e carácter. Os habitantes da Luz deverão ser agentes fundamentais no processo de fundação e construção temporal da nova aldeia.



Acampamento de Marcelo,
perto de Numância (Schulters)

UM PROBLEMA DE FUNDAÇÃO

Os traçados antigos representam complexas ligações de usos associados normalmente aos limites das propriedades agrícolas, a situações de fronteira e de uso público. Serviram sempre como vias de ligação entre diferentes lugares, ou povoações. Parece-nos importante que o traçado da nova aldeia se apoie em estruturas já existentes no território, no sentido de absorver no seu núcleo interior uma certa complexidade de relações que já fazem parte do próprio território. "Uma aldeia de nova planta, tem características bem definidas e diferentes daquela que se formou em séculos"¹, a sua **nova geometria** estabelece em si limites precisos de ocupação urbana inicial. Trata-se de uma estrutura planificada de raiz, onde o problema da **fundação** é reequacionado como um processo contínuo de diferentes acções.

Analisando a evolução morfológica da aldeia da Luz, a partir de um núcleo concentrado em três ruas de importâncias distintas, a aldeia acompanha um desenvolvimento linear de densificação e ocupação das estradas e caminhos que ligam a aldeia com o exterior. Parece-nos importante a ideia de condicionar esse núcleo inicial, partindo agora de um índice de densidade que corresponde já ao da nova aldeia, como uma espécie de posição de "paragem", que permite garantir a sua unidade como estrutura urbana e ao mesmo tempo de se tecer com os limites das propriedades rústicas e com a sua natureza topográfica. Uma nova geometria que nasce do cruzamento intencional com o traçado existente, a partir da qual se definem as regras e a direcção do crescimento.

A nova localização da aldeia situa-se a **nordeste da courela do Cabeço**, num dos limites **sul da herdade de Julia**. Um pequeno declive ao longo de uma linha de água, permite orientar a aldeia a sudeste e proteger-la visualmente da água da bacia do Guadiana, criando uma situação particular e de características semelhantes às encontradas na Luz. A escolha deste sítio torna-se mais sólida, por reunir condições naturais e circunstanciais que nos pareceram fundamentais para requalificar a nova povoação. Partimos da experiência anterior, com uma ideia de continuidade.



Para a Fundação da nova aldeia

Consideram-se os seguintes critérios:



Condicionantes biofísicas do sítio:

- encosta de declives suaves, para uma drenagem assegurada.
 - ausência da presença visual da água da bacia do Guadiana, protegida por terrenos a cotas superiores, ao mesmo tempo a sua proximidade, e capacidade de uso.
 - manter uma exposição a sul-sudeste, semelhante à aldeia da Luz, permitindo proteger a aldeia, da forte exposição solar.
 - fundação em terreno xistoso, que não oferece problemas quanto à estabilidade das construções.
- e também na proximidade de terrenos argilosos, bons para plantações.
- proximidade dos solos pertencentes à Reserva Agrícola Nacional, associando agora a aldeia a solos de melhor qualidade.
 - onde já exista água, na proximidade de poços, ou cisternas.

Condicionantes de estruturação:

- o uso das vias existentes que servem os terrenos agrícolas.
- proximidade de terrenos agrícolas, onde a ocupação do solo pela propriedade rústica estrutura a paisagem e a aproxime a uma escala de aglomerado.
- manter a ligação com a aldeia-ruína, através de caminhos existentes, principalmente do antigo caminho de acesso a Mourão.
- a possibilidade de relações radiais estratégicas com outros lugares.
- a possibilidade de criar referências visuais com a paisagem próxima, a norte o perfil de Monsaraz e de Mourão.
- a presença do horizonte Alentejano.
- a permanência de uma micro-paisagem, com características próximas à da aldeia da Luz

Aldeia-ruína

A aldeia da Luz também será objecto de preparação temporal, contemporânea à nova aldeia.

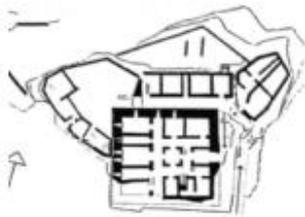
Propomos a desmontagem das casas da aldeia, durante o processo de realojamento, até às fundações de xisto, que normalmente definem um perímetro resistente com uma altura aproximada a 1,5 metros, ou seja, a **desmontagem** gradual de todas as paredes de talpa, por serem as primeiras a ficarem destruídas pela água da barragem. A aldeia reduzida à sua fundação. Este processo é naturalmente faseado com a construção da nova aldeia. O objectivo será a **preparação** intencional da ruína, reforçando a ideia de desmontagem e **reconstrução** dupla entre "duas" aldeias. Não significa, no entanto, uma reutilização integral dos materiais extraídos na nova aldeia, esta questão pensamos poder deixá-la em aberto, significa antes uma forma de emersa, constituir uma presença real e constante, de difícil controlo. A nova aldeia ficará apenas a 2,5Km da Luz, mas não haverá um contacto visual directo com a ruína, por se encontrar numa cota inferior. É importante que haja uma continuidade de paisagem entre uma aldeia e outra. Invertendo o problema poderíamos imaginar acidentalmente a aldeia-ruína como um lugar particular de festa, aberto a uma apropriação casual. E neste sentido poderíamos propor uma repavimentação do terreno do rossio com a mesma pedra branca de quartzo, reabilitando um espaço simbólico da aldeia, que à partida sabemos que fará também parte da ruína. Deixando uma marca de matéria branca e luminosa, que produzirá um interessante efeito com o brilho do sol e o reflexo da água.



A **Igreja da N.ª S.ª da Luz**, ao ser desmontada e reconstruída no novo lugar, transporta consigo parte do significado acumulado pela história, mas perde para sempre o tempo da sua permanência. Propomos que, ao desmontar a igreja se mantenha a marca da planta das fundações sobre a rocha, como registo da sua violenta e inoportuna translação, o registo de uma falsa ruína. Seguindo sempre a ideia da impossibilidade de apagar a memória.

O **museu da Luz** naturalmente contém todo este processo e além de ser um registo físico e real da aldeia e do seu tempo, pode estabelecer uma forte e intencional cumplicidade entre as "duas" aldeias. Ao mesmo tempo contentor de história e agente activo no acto de fundação. Propomos a sua localização numa zona estratégica, em relação ao percurso entre "aldeias" e ao caminho romano para o Castelo da Lousa, como a única construção que se situa junto à aldeia-

ruína, no seu ponto mais alto, a norte - fora de água. O museu deverá ser construído ao longo do tempo em que decorre o processo de deslocação, assimilando todas as suas transformações. Será um registo entre o passado e o futuro. Propomos que seja construído em pedra de xisto reutilizando matéria das desmontagens e que a sua volumetria seja fragmentada em construções de pequena escala associadas entre si, permitindo uma aproximação temática a diferentes aspectos da história da freguesia da Luz, alargando a importância do seu património. É possível também explorar de forma mais abstracta, o tema da luz, indissociável ao lugar e à arquitectura. O museu será completado a par e à medida da desmontagem da aldeia.



O **castelo da Lousa** representa, além do seu indubitável valor patrimonial, um importante testemunho de fixação e apropriação do Lugar, remontando a um período entre o século I a.C. e I d.C.. A ocupação estratégica na margem sul do Guadiana por uma villa romana fortificada. A imposição clara de uma regra ortogonal de organização do espaço, orientado para um pátio interior mais íntimo, de concentração de luz. Representa também uma hábil adaptação à topografia e à matéria local, provavelmente uma referência essencial no processo de aculturação de posteriores ocupações. O próprio "nome" contém já por si parte do seu conceito construtivo, uma exercício excelente de construção com xisto-**lousa**.

Só com um estudo completo e exaustivo do património arqueológico desta zona, se podem obter algumas conclusões, sobre outros traçados e marcas, que até possam ter influenciado a fixação da aldeia da Luz, que face à sua proximidade e cumplicidade com o Castelo da Lousa, absorve certamente uma parte do seu conteúdo. De facto, as experiências transmitem-se de forma mais natural e directa do que muitas vezes imaginamos. O castelo da Lousa deverá permanecer claramente fora deste processo de desmontagem, de "substituição" dos lugares, continuará ruína.

O QUE PERTENCE AO TERRITÓRIO

Matéria e luz

O filão de **quartzito**, existente junto à igreja da Luz, próximo da aldeia, produziu circunstancialmente a introdução de um novo material, raro aos aglomerados Alentejanos. As pedras de quartzito foram gradualmente aplicadas pelos próprios habitantes da aldeia na pavimentação das ruas, da praça, do rossio e de alguns caminhos, o que caracterizava de forma especial a imagem global da aldeia. A pedra branca irregular, tornava a aldeia mais branca que as outras. Os contrastes acentuados de luz e sombra, a continuidade cromática entre os pavimentos e as paredes - "a aldeia da luz". Posteriormente esta superfície é coberta com asfalto. Pensamos que é de facto importante sublinhar esta particularidade natural já que contém todo o seu significado.

No processo de **fundação** da nova aldeia, ter em conta a capacidade tectónica, bem como simbólica da **matéria** sobre a qual se alicerça e se constrói, permite criar à partida pontos fundamentais de cruzamento entre as "duas" aldeias. É importante que a nova implantação se faça em terreno xistoso, normalmente associado às fundações e que através dos **pavimentos** se concentre a identidade da aldeia da Luz.

A construção dos lugares tem estado sempre associada à matéria local, a uma certa capacidade e independência constructiva em relação aos lugares e outras povoações. O uso dos materiais e de tradições locais aproxima o acto de construir a uma relação mais directa com a paisagem, a um processo natural de **construção da paisagem**.

Muitas vezes oculta nas paredes caiadas, está uma grande parte da sabedoria construtiva desenvolvida através de um contacto temporal de fixação com os lugares. Da **matéria** surgem as técnicas. Nesta zona do Alentejo os terrenos são predominantemente xistosos, esta pedra é utilizada nos muros de divisão de propriedades que estruturam as diferentes ocupações do solo, constroem na paisagem um tecido variável e irregular. O xisto é também utilizado nas fundações das construções e a sua aplicação está associada ao próprio método de extração da pedra, a sobreposição por camadas resistentes entre si, serve de base para a aplicação, sobreposição e conservação da parede de talpa. Comum em todo o Alentejo, a parede de talpa concede à construção uma volumetria plena e além de se compôr por materiais naturais, é incombustível e isotérmica. Gradualmente as técnicas tradicionais adaptam-se a condicionantes mais generalizadas, a uma maior uniformização do uso dos



materiais de construção, com prejuízo da ruptura de uma certa continuidade formal e estética característica dos pequenos aglomerados Alentejanos. O tijolo moldado artesanalmente, já perdeu o significado para os próprios habitantes da aldeia, que sempre construíram as suas casas e que usam agora sem critério o tijolo industrial. É importante reequacionar, o uso das técnicas tradicionais e do saber local, em função das novas necessidades.

ÁGUA

O motivo mais forte para fazer deslocar uma aldeia, para dar origem a uma nova, no prolongamento da antiga. Voltando ao princípio, procura-se um lugar igualmente rico em água. E pela ironia do destino, o contentor da água da Luz, fonte de abastecimento de toda a aldeia, permanece intacto, mas sem motivo.

A nova aldeia procura-se desenvolver vários sistemas de recuperação da água, quer, ao nível doméstico, quer global, à escala da da aldeia:

A recuperação das águas dos campos através de limites drenante, por meio de caleiras contínuas ao longo dos caminhos periféricos em direcção a tanques de retenção, usados para fins vários.

O papel estrutural da via principal da aldeia, na concentração técnica dos abastecimentos. Charneira na distribuição das infra-estuturas, aproveitando a sua especificidade natural, o facto de desenhar no interior da aldeia a linha de água. A aldeia aproveita naturalmente a lógica do escoamento das águas.

O depósito, encontra-se obviamente no ponto mais alto da aldeia, que corresponde à "entrada" principal, podendo ser um interessante de estudo, no sentido do seu valor como sinal.

As fontes, as cisternas, os tanques e os poços são exercícios de beleza particular, recriando o imaginário urbano-doméstico. A fonte do rossio, deverá ser desmontada e reconstruída no novo terreiro do rossio, associando-a ao lugar homónimo. Propomos também a transformação de um dos poços do monte da courela do Cabeço em fonte.

O tanque público, além de desempenhar a sua função na aldeia, é um importante lugar de encontro e convívio simultâneo com o acção de lavar, particularmente íntimo às mulheres da aldeia. Propomos a sua recolocação, dentro do possível, pela sua fragilidade, na área delimitada pela courela do Cabeço, no sentido de revitalizar e dinamizar este pequeno núcleo isolado da aldeia, mas importante como património rural. Salientando especial relevo para os fornos de cal, já em ruína, testemunho importante da experiência dos habitantes da aldeia da Luz.



HORIZONTE

Paisagem e horizonte, representam uma parte do imaginário Alentejano. O tempo, a duração, a distancia entre os elementos da paisagem, adquirem uma especial singularidade e identificam sinais no território. O novo lugar escolhido para a aldeia, estabelece relações de referência com o horizonte:

A norte, o perfil de Monsaraz e de Mourão, passam a ser referências visuais recíprocas com identificação ao nível do território.

A sul a aldeia é protegida por um horizonte próximo, linear, que oculta a presença inevitável da água da bacia do Guadiana, estranha à paisagem alentejana.

Os grupos lineares de pinheiros mansos, recriam referências ao sul mediterrânico, marcando lugares de sombra nas linhas de fecho, a linha de pinheiros da Charneca e agora a de Julioa, a norte da nova aldeia da Luz.

Os campos de oliveiras, orientados no sentido das parcelas, densos e estruturantes, projetam para o exterior limites da aldeia, desenhando malhas irregulares no território.

O depósito de água à entrada da aldeia, simultaneamente com a torre da igreja na outra extremidade, funcionam ao nível do território, como fortes marcações de localização e referência. Um pela sua pureza e neutralidade, outro pelo sentido de identidade adquirida.

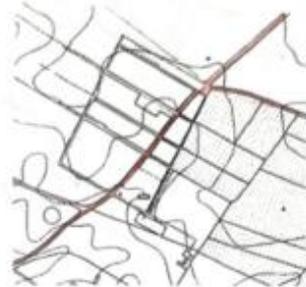
Os sons cruzados dos seus sinos diluem-se, fazendo parte para sempre da paisagem.



NOVA ALDEIA DA LUZ

Caminho antigo e nova ligação a Mourão

O contacto com a nova aldeia será retomado através de um antigo caminho, parte da paisagem rural que ligava Luz a Mourão e que passa agora a fazer parte da nova aldeia, como acidente no seu traçado e como memória - retomar um caminho histórico para fundar a nova aldeia e redefinir os espaços abertos principais: o terreiro do rossio, a praça da Junta e a entrada na aldeia, onde simultaneamente se cruzam o caminho-rua principal e o novo acesso a Mourão. Mantém-se uma espécie de ligação umbilical com a aldeia-ruína. Na área de implantação da nova aldeia, esta via principal acompanha de forma natural uma linha de água, o que torna favorável a implantação de um sistema de infra-estruturas, aproveitando a gravidade do terreno. A sua irregularidade em relação ao novo tecido urbano, introduz na estrutura um elemento de variação, que terá um forte carácter no interior da aldeia. A rua é pavimentada com calçada irregular de quartzo, em continuidade com as ruas secundárias do mesmo material. A nova aldeia continuará a ser o ponto de chegada de uma das vias propostas pelo PDM para ligar o Mourão à Luz. Uma **nova geometria** associada também a um **novo traçado**.



Relação da aldeia com o espaço agrícola

É sobretudo nos aglomerados populacionais que se concentra um maior parcelamento, o espaço da pequena propriedade. Uma escala que se aproxima mais à dimensão doméstica dos quintais e das casas. A aldeia da Luz é um bom exemplo desta parcelização progressiva, principalmente pela importância que tem o contacto directo com o espaço agrícola, rua, casa, quintal e campo. Neste sentido, a procura de uma escala apropriada para a fundação e implantação da aldeia, orientou a escolha do lugar. A aldeia nova ao fixar-se nos terrenos a sudoeste da herdade de Júlia e a nordeste da courela do Cabeço, já com uma estrutura de parcelas bem definida, aproveita o traçado transformando-o numa estrutura com um carácter e unidade próprios, como um prolongamento das parcelas para o interior da aldeia - entre campos. Para enfatizar esta relação transversal entre aldeia e campos, definem-se três ruas secundárias de atravessamento e abertura para o exterior do núcleo da aldeia, com um perfil particular de ruas que descem até à rua principal, acompanhando



a topografia. Entre as paredes brancas abrem-se pontualmente estes corredores para a paisagem. De facto os limites laterais da aldeia ficam protegidos pelos terrenos de melhor qualidade, que fazem parte da Reserva Agrícola Nacional, reforçando e incentivando a permanência do carácter agrícola da aldeia, sem impedir o seu uso e desenvolvimento. A nova aldeia vai introduzir um novo parcelamento, alterando a ocupação do solo. A herdade de Julioa, pela sua dimensão e pela melhor qualidade dos terrenos, é o melhor local para a definição das novas propriedades rústicas, associadas à aldeia. Os habitantes da Luz, por um lado perdem os seus terrenos, mas com o desenvolvimento do processo de expropriações e redistribuições, adquirem terrenos mais férteis e relacionados de novo com a aldeia.

O crescimento futuro da aldeia, ficará assim condicionado a uma expansão linear, planificada a partir das extremidades da via principal, predominando a direcção Mourão.

Caminho de "trás" e caminho das amendoeiras



Estes caminhos longitudinais são importantes linhas de paragem tanto da aldeia como dos terrenos agrícolas e reforçam a ideia de interrupção - uma aldeia entre campos. São ao mesmo tempo acessos de carácter rural, aproximando os vazios dos quintais, ao exterior rural da aldeia.

O caminho de trás, no limite noroeste, é definido de um lado por um muro tradicional em lajetas de xisto verticais, de contensão do terreno, e do outro pelas paredes brancas contínuas que encerram os quintais.

O caminho no limite sudeste é definido por uma linha ordenada de amendoeiras em direcção à escola e ao jardim público. As árvores funcionam aqui como referência excepcional na paisagem, pelas suas qualidades ornamentais e cromáticas. No inverno as amendoeiras em flôr diluem-se no branco das casas. Poderá ser um percurso interessante de acesso à escola, mantendo o contacto directo com os campos de oliveiras e com o horizonte. No terreiro do rossio, completam o seu limite numa cortina transparente filtrando a paisagem.

Estes dois caminhos drenam as águas dos terrenos argilosos através de caleiras contínuas marcadas nos pavimentos, o quartzo no caminho de trás e o xisto no caminho das amendoeiras. A água é conduzida para pequenos tanques e depois reutilizada para rega.

Terreiro do rossio, Jardim da "bela sombra", praça da Luz e largo do mercado

Cada um destes espaços encontra-se associado à via principal de atravessamento da aldeia, valorizando de forma particular cada um em relação ao tecido urbano. Em aglomerados densos de ruas estreitas e paredes opacas, estes espaços abertos adquirem um valor público indissociável da vida interna da aldeia.

Na nova aldeia o **terreiro do rossio** ganha uma presença especial. Contém a Igreja da N. S. da Luz e prolonga-se para a paisagem, fora da aldeia, é o grande espaço de recreação e de "festa". É pavimentado com fragmentos de xisto "borra de vinho", misturados com terra, contrastando com as paredes brancas.

O **jardim público**, tratando-se de uma intervenção artificial de elementos naturais, adquire um carácter moderno, não alheio à arquitectura do Alentejo. É contido por um muro caiado de 1,6m, permitindo o contacto visual com a paisagem. É um dos elementos novos a integrar na aldeia e faz parte do processo gradual de fundação. O facto de se situar no nível mais baixo da aldeia, numa posição estratégica, torna-o no ponto mais fértil, pela retenção que faz das águas pluviais, conduzidas pelos canais de drenagem. A "bela sombra", é o nome da nova árvore a integrar no jardim, tem um crescimento rápido, adapta-se bem ao tipo de solo e clima, e além do volume de porte que atinge, no verão as flores são brancas, o que cria um ponto de equilíbrio com o caminho das amendoeiras.

A **praça da Luz** é um espaço aberto no interior mais compacto da aldeia, bastante característica nos aglomerados Alentejanos. Uma superfície branca, luminosa, pavimentada com quartzo, lembrando as ruas e a praça da "antiga" aldeia da Luz. É também onde se encontra algum comércio local e o edifício mais representativo - a junta de freguesia.

O **largo do mercado** encontra-se à entrada da aldeia, é uma área espacialmente indefinida pelo seu exagerado comprimento, mas importante como elemento de transição a um futuro crescimento para nordeste. É um espaço essencialmente horizontal, onde se pode contemplar ao longe o perfil de Mourão e de Monsaraz, dado novo de desenvolvimento para a aldeia.



Edifícios públicos e Cemitério



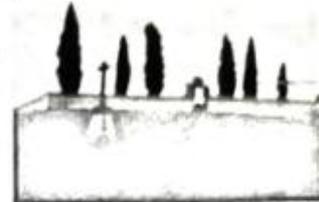
Os equipamentos públicos têm pouca ou quase nenhuma expressão na aldeia existente, os únicos que tipologicamente se afirmam são a escola primária, construída nos anos 40 pelo Estado Novo, facilmente identificável pela sua arquitectura austera, alheia aos lugares e uma pequena capela com torre sineira, construída posteriormente substituindo em parte a Igreja da Luz para cerimónias quotidianas. A junta de freguesia e a associação recreativa, são edifícios que ao nível funcional tendem a adquirir mais expressão, mas estão tipologicamente camuflados pelo forte carácter habitacional da aldeia.

O programa preliminar para a nova aldeia da Luz, atribui um carácter mais representativo aos equipamentos públicos, no sentido de responder melhor às necessidades e carências da população, assim como de a aproximar a outras povoações mais urbanas. Como já foi referido, os grandes espaços públicos da aldeia estão directamente associados à rua principal - antigo caminho, fazem parte do atravessamento do núcleo urbano.

Parece-nos importante concentrar alguns edifícios públicos num único equipamento, a dimensão da aldeia não justifica uma solução de outro tipo. Neste sentido associamos a **Casa do Povo**, ao centro-de-dia e ao posto de saúde, relacionando-os directamente a um pátio de festas, voltado para o terreiro do rossio, desenvolvendo a relação interior-exterior, próprias do programa. A **junta de freguesia** associada ao posto público de telefone e correios, situa-se de forma tradicional na praça da Luz, marcando uma posição de representação. O **mercado** representa ainda para a aldeia um espaço ainda não muito definido do ponto de vista da rentabilidade, por isso propomos uma leve estrutura, marcando um espaço coberto. A partir do interior da aldeia, criam-se relações estratégicas com outros equipamentos, situados em zonas de prolongamento da aldeia para o exterior rural, é o caso da **escola primária** e do **jardim infantil**. Imaginamos um só edifício, que explore a paisagem a partir do interior centralizado por um pátio aberto. Numa aldeia como a da Luz é importante associar os programas, relaciona-los em cumplicidade.

Outros equipamentos encontram-se exteriores à aldeia, ao longo de caminhos. A **praça de Toiros** resume-se à sua tipologia, um edifício circular isolado. Contém no entanto uma particularidade com o seu antigo local, a relação de anfiteatro que estabelece com a igreja e aldeia. Situa-se no cruzamento dos caminhos para Passaros e "Luz", tirando partido da seu contraste formal com a paisagem. O mesmo acontece com o **campo de jogos** a nordeste, uma plataforma nivelada.

A translação do **cemitério**, ou das suas sepulturas, será sem dúvida um trabalho difícil, a todos os níveis. Há uma incompatibilidade no seu movimento. Um cemitério é um cemitério. Parece-nos razoável propôr a sua quase duplicação, ou cópia, "como se nada tivesse acontecido". Formalmente é eficaz, um espaço contido, branco, projectado para o céu. Na paisagem, os ciprestes reconstituem o seu espaço quadrangular, gravado no terreno, mas de novo branco em pedras de mármore e de quartzo. No lugar da N. S. da Luz, propomos que fiquem apenas os muros brancos contendo o vazio. Para o novo local do cemitério propomos um dos pontos altos do monte dos Pássaros, numa posição que estabeleça uma relação semelhante com a aldeia, como uma planata inclinada.



Tipos de doméstico, regras e variações

Uma das características e qualidades tipológicas mais interessantes das casas da aldeia da Luz, é a relação de profundidade que praticamente todas, estabelecem entre a rua e o quintal, ou pátio. Dois pontos de luz que se unem à distância. Uma sucessão de pequenos compartimentos ajustados entre si, como se o tecido urbano limitasse o seu crescimento e impusesse a sua interioridade, uma unidade e volumetria compactas. A cozinha desempenha uma função clara, é o "centro" hierárquico dos interiores domésticos, o principal local de convívio e no exterior marca a sua singularidade, introduzindo a chaminé como variação identificável, na aparente neutralidade destes núcleos. Os quintais equilibram e qualificam essa interioridade, relacionando-a por proximidade com o exterior e com os campos.

É a partir destes elementos que compõem a aldeia e que fazem parte da sua harmonia, que se definem as regras a partir das quais se induzem as tipologias arquitectónicas. Não definimos tipologias, mas **tipos de doméstico, com regras e variações**. As regras são dadas pelo novo desenho da aldeia, são, elementos estáveis, particulares, fragmentos que constituem um desenho coerente. Correspondem a uma comunidade de usos tradicionais, como os quintais, pátios, chaminés, sistemas de recuperação das águas pluviais para rega dos quintais, que definem a densidade da aldeia. A ideia é não impor uma tipologia. Segundo estas regras, cada família pode organizar o espaço segundo os seus próprios usos e necessidades. As questões de geração e de tradição, na definição da dimensão das casas. Definir módulos em vez de parcelas. Os módulos variam entre 6 e 8 metros e são marcados fisicamente por muros de 2



em 2, ou 3 em 3 módulos, permitindo controlar um certo ritmo, ao mesmo tempo de manter e conter uma escala doméstica.



A representação em desenho de uma, ou mais hipóteses para a nova aldeia, pretende dar relevo aos elementos espaciais e arquitectónicos que consideramos mais significativos. Partindo do princípio de que não é possível nesta fase inicial do processo, fixar uma solução definitiva, mas antes ditar alguns **princípios e regras** de orientação do novo traçado.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO*

A proposta para a nova aldeia da Luz, ocupa, de acordo com a Planta de Ordenamento do Conselho de Mourão, espaços agro-silvo-pastoris. Esta, é também a ocupação do solo no local previsto pelo PDM de Mourão para a recolocação da aldeia.

Nos Espaços agro-silvo-pastoris, de acordo com o prescrito no Art.21* do regulamento do PDM, é permitida a edificação, nomeadamente de instalações rurais, "...procurando recriar o ambiente de pequenos núcleos". Das normas prescritas neste artigo salienta-se o facto de o abastecimento de água e a drenagem de esgotos dever ser efectuada por sistema autónomo.

De acordo com a Planta de Condicionantes do PDM de Mourão, tanto a localização proposta no PDM, como a nova aqui apresentada coincidem com REN. De acordo com o regulamento do PDM constituem excepções às disposições gerais, de que "todas as acções de iniciativa pública ou privada, que se traduzem em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios...(Art.41), aquelas que "...forem de interesse público, como tal reconhecido por Despacho conjunto dos ministros do MPTA e do MARN e do competente em razão da matéria".

A implantação em área de REN (zonas de cabeceira de linha de água e de máxima infiltração) da nova aldeia da Luz não tem *a priori*, consequências negativas significativas, que impliquem a destruição das funções que lhes estão associadas. As principais razões são:

- a impermeabilização associada a este espaço habitacional rural não é elevada (inferior a 10% da parcela do solo em que se situam);
- considerando que se trata de um núcleo de baixa densidade populacional, a implantação de um sistema autónomo separativo para a drenagem das águas pluviais e dos efluentes de origem doméstica, aos quais serão dados um destino final adequado, permitirá que não ocorra contaminação das águas subterrâneas.
- a salvaguarda das cabeceiras de linhas de água é possível através de uma ocupação racional do solo, nomeadamente a salvaguarda da vegetação ribeirinha e manutenção do leito. Refira-se que o carácter marcadamente torrencial pelas linhas de água nesta região, dificulta por vezes, a visualização do leito. Salienta-se a importância da manutenção de galerias rípolas, como elemento visualizador da rede hídrica.

A nova Aldeia da Luz é limítrofe a solos da RAN, não os afectando.

A ocupação agrícola prevista não está em desacordo com a protecção e conservação do biótopo Corine de Mourão/Barrancos, de acordo com o previsto no PDM.

A albufeira do Alqueva é uma albufeira protegida, dado que um dos usos previstos, é o abastecimento público.

A nova Aldeia da Luz encontra-se a cota superior à zona de protecção da albufeira, a qual é uma faixa de 500m, contada a partir do NPA e medida na horizontal. Desta faixa os primeiros 50m a partir da linha do NPA, são considerados zona reservada. Contudo esta largura pode ser ajustada, se for "...considerado conveniente de acordo com o ordenamento territorial da zona de protecção (D.L. 69/90 de 2 de Março e D.R. 268 de 20 de Janeiro). Dada a situação de excepção e tendo em consideração o que vier a ser proposto no PROZEA, parece não ser de todo descabido a implantação do Museu.

*Ordenamento do Território

Enquadramento GEOLÓGICO da Freguesia da aldeia da Luz*

Apesar de existirem algumas casas assentes em terraços fluviais do Guadiana, constituídos por cascalheira e calhaus bem rolados depositados no Plistocénico, a maioria das habitações da aldeia da Luz estão implantadas sobre xistos cuja idade é atribuída ao Silúrico. Estes xistos argilosos vulgarmente apresentam uma cor acinzentada, mas localmente são muitas vezes de cor arroxeada, motivo pelo qual são designados por xistos borra-de-vinho. Estes apresentam uma foliação (xistosidade) que é sistematicamente, salvo raras excepções, sub-vertical, explicando-se assim a grande facilidade de se obterem placas de xisto que foram utilizadas tanto na construção das habitações, como nos muros e mesmo pavimentos da aldeia. Nas proximidades da aldeia, nomeadamente por baixo da igreja e cemitério locais, encontra-se um filão de dolerito que é uma rocha intrusiva, de cor escura e dura quando alterada. Com a mesma orientação (NW/SE) e poucos metros para sudoeste, encontra-se um espesso filão de quartzo leitoso com uma extensão de vários quilómetros, que em tempos foi utilizado como fonte de blocos de quartzo para a ornamentação dos pavimentos principais da aldeia.

O local escolhido por este projecto para a edificação da nova aldeia da Luz situa-se num vale aberto, junto a uma linha de água afluente do Guadiana que tem origem num lugar a sudoeste de Júlio e a nordeste de Cabeço. Os xistos argilosos com as características anteriores são a litologia dominante, mas a ocupar as zonas mais altas temos uma cobertura de terrenos depositados no Paleogénico, quando segundo Jacinto C. Perdigão (1980) esta zona seria mais ou menos aplanada, com algumas depressões pouco profundas. Segundo o mesmo autor, sobre os xistos assentam finos grés calcários, seguidos de argilas, ou por vezes areias siltsosas de cores avermelhadas, ou acastanhadas e com muitos seixos incluídos.

Assim o novo local teria o mesmo tipo de terrenos para alicerces das construções, e ao mesmo tempo a matéria prima necessária à preservação do traçado original da aldeia, quer no local como são exemplo as placas de xisto, quer nas proximidades como são exemplo o filão de quartzo leitoso, ou mesmo os depósitos do Guadiana.

Por fim este local não põe entraves ao previsto crescimento da aldeia, pois os terrenos do Paleogénico nas imediações, têm pouca espessura até encontrar os xistos.



*Geólogo

ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO

Aldeia da Luz: as zonas chave de intervenção.

A transladação da aldeia para uma nova posição, trará consigo a necessidade de um inventário criterioso das zonas de interesse arqueológico directamente implicadas nesta acção.

A subida do nível das águas até um cota máxima de cerca de 150m implicará não só o desaparecimento da grande maioria do aglomerado habitacional da aldeia, mas, de igual modo, o de outras sítios patrimonialmente importantes. Directamente relacionados com esta realidade, encontram-se a Igreja paroquial de N.ª S.ª da Luz (juntamente com o seu cemitério) e o sítio arqueológico designado por Castelo da Lousa. Consideraremos cada um deles na sua especificidade, juntando, de igual modo, elementos fundamentais à sua reabilitação posterior.

As acções a desenvolver na zona da futura aldeia, bem como aspectos ligados à criação de um núcleo museológico, são elementos complementares propostos para análise.

A. Os monumentos conhecidos

1. A Igreja paroquial de N.ª S.ª da Luz.

1.1 O monumento.

O edifício da igreja apresenta-se de datação difícil, sendo normalmente apontada a sua fundação aos períodos dos reinados de D. Afonso V- D. João II. São lhe reconhecidas formas arquitectónicas mais antigas, do século XV, como os portais góticos ou os capitéis lavrados com folhagem e frutos da região, mas igualmente elementos mais modernos, como a portada da capela baptismal, de estilo Renascentista, e mesmo elementos de períodos mais recentes.

1.2 Acções arqueológicas.

O monumento é um dos elementos a ser trasladado para a nova zona de implantação da aldeia. O seu desmonte e posterior recuperação, é um trabalho de especialização no qual será fundamental a prestação não só de arquitectos e engenheiros civis, mas, e sobretudo, de um historiador de arte. Neste âmbito, o papel do arqueólogo será mais reduzido, limitando-se a acções pontuais de observação durante a desmontagem do edifício. O seu papel será fundamental, isso sim, na escavação das zonas internas da igreja, sobretudo das que se encontram sob o pavimento, bem como no estudo dos alicerces do mesmo, pois

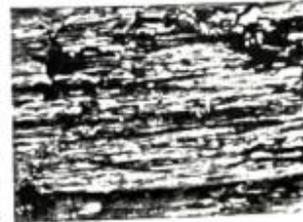


aqui poderão surgir importantes elementos arqueológicos que permitam desenvolver mais pormenorizadamente os aspectos relacionados com a sua data de fundação. De igual modo, será necessário considerar a colaboração do arqueólogo no momento da transferência do actual cemitério, pois serão sempre possíveis de discernir elementos importantes relacionados com os rituais funerários; a colaboração de um antropólogo, sobretudo físico, é igualmente fundamental no registo e reconstituição dos restos osteológicos recolhidos neste contexto.

2. O "Castelo" romano da Lousa.

2.1 O monumento.

Ocupando uma bancada xistosa da margem esquerda do rio Guadiana, este monumento tem criado uma polémica forte em torno da sua verdadeira funcionalidade. Comumente aceite como pertencente ao anos 70/80 a. C e inícios da nossa era, O "castelo" levanta bastante mais polémica quando analisado na sua vertente funcional. Recentemente um investigador do Instituto Arqueológico Alemão classificou-o como uma *villae* fortificada (opinião sustentada de igual modo por Jorge Alarcão), posição que parece ser contestada por um número significativo de outros autores, que justificam, casos de Carlos Fabião, que este se afasta da área normalmente ocupada pelos castella do Baixo Alentejo, e que para uma "casa agrícola fortificada" implanta-se numa zona de fraco potencial agrícola, apontando desta forma a sua existência como advindo da necessidade de "policimento" da rota de escoamento de minérios locais.



2.1 As medidas de acção arqueológica.

As acções arqueológicas aplicáveis à realidade inerente a esta estação são de cariz particular, e profundamente delicadas. Ao contrário do caso verificado no monumento anterior, o Castelo da Lousa apresenta-se com um conjunto de condicionamentos que o tornam diferente na sua abordagem. Em primeiro lugar, coloca-se um problema sério ao se conceber a hipótese de transferir o Sítio: o material eleito é o xisto, que pelas suas características particulares, dificulta de forma total a sua reutilização. De igual modo, a espiritualidade inerente à criação do monumento, a sua funcionalidade primitiva e "ordem natural", inclusive como elemento paisagístico, seria seriamente comprometida com uma possível transladação.

Embora escavado de forma sistemática durante quatro anos (1962, 63, 64 e 65) por Afonso do Paço e Joaquim Bação Leal, o Castelo pode, à luz das novas metodologias arqueológicas, revelar ainda alguma informação complementar.

Para o efeito, seria do maior interesse um conjunto de novas escavações, sendo a metodologia e forma de acção adaptada à análise mais cuidada do local, tentando compreender os momentos das diferentes intervenções anteriores e, se possível, discernir aspectos ainda preservados da primitiva ocupação. Os materiais arqueológicos recolhidos nestas acções e os existentes obtidos nas escavações dos anos 60, seriam expostos na sala de arqueologia do Museu Local.

B. Prospecção e análise arqueológica do novo local.

A zona de implantação da nova aldeia será fruto de uma acção de prospecção arqueológica, com vista à captação de possíveis locais de interesse arqueológico.

Para o efeito, sugerisse o batimento sistemático de toda a área considerada, utilizando para o efeito o sistema de prospecção humana, em grupos espaçados (8/10 metros), em linha, até ao reconhecimento total da área. Nas zonas onde se detectem elementos de superfície de interesse arqueológico, tais como materiais cerâmicos, metais, etc, sugerisse a elaboração de sondagens arqueológicas ou escavações pormenorizadas, dependendo dos condicionalismos e necessidades surgidas. A presença do arqueólogo será igualmente necessária sempre que se verifique a escavação ou movimento de terras.

C. A criação de um núcleo museológico

O interesse do elemento museológico é fundamental para a completa reabilitação patrimonial do projecto.

O núcleo, sob a forma de Museu Local, englobaria duas componentes fundamentais: uma de cariz etnológico e outra eminentemente arqueológica. A necessidade de criar um espaço onde se retratasse o quotidiano das gentes da Luz, com os seus ritmos particulares, vivências, relações com a terra, etc, seriam o objectivo essencial da componente etnológica do espaço, onde se reconstituiriam os elementos simbólicos destas acções. A componente arqueológica seria baseada em espólio e reconstituições do Castelo da Lousa, criando um espaço "vivo", no qual, tomando como paralelo algumas outras estações arqueológicas semelhantes, se tentaria recriar o modo de vida das populações que aí habitaram, na tentativa de dinamizar um "modelo vivo" desse dia-a-dia.

*Arqueólogo

INFRA-ESTRUTURAS*

1. Rede viária interna

Como a maior parte das aldeias portuguesas, nomeadamente a actual Aldeia da Luz, a Nova Aldeia vai-se desenvolver a partir da rua principal, que terá ao mesmo tempo funções de estrada Municipal, (ligação a norte a Mourão, e a sul à Aldeia da Luz), e funções comerciais, sociais, etc.

Como estrada Municipal terá um tráfego ligeiro de passagem ou de chegada.

As ruas secundárias de acesso aos lotes de habitação desenvolvem-se perpendicularmente à rua principal e para poente da mesma.

1.1- Características Geométricas do Traçado

O traçado em planta da rua principal é constituído essencialmente por alinhamentos rectos, e ligeiros alinhamentos curvos, adaptando-se o mais possível ao terreno.

Perfil Longitudinal

No lançamento das rasantes procura-se manter a inclinação natural do terreno, da ordem dos 2%, aplicando-se as concordâncias necessárias entre trainéis, tendo em conta as cotas impostas pela estrada existente a norte, o caminho existente a sul, e o projecto geral da Nova Cidade da Luz.

Os trainéis das ruas secundárias, desenvolvem-se com declives (da ordem 1,5% a 5%) para a rua principal.

Perfil Transversal

A rua principal terá 2 vias de circulação com uma largura total de 5,50m e com passeios laterais de 1,25m de largura.

A inclinação transversal das vias será de acordo com o tipo de pavimentação a adoptar.

As inclinações das bermas, nos troços fora dos limites da Nova Aldeia da Luz, serão da ordem dos 5%, pois estes serão estabilizados com solos escolhidos.

Pavimentação

Os pavimentos serão em calçada à portuguesa, de xisto e pedra de quartzo branca. A calçada será assente numa camada de saibro ou areia, com 6 cm de espessura.

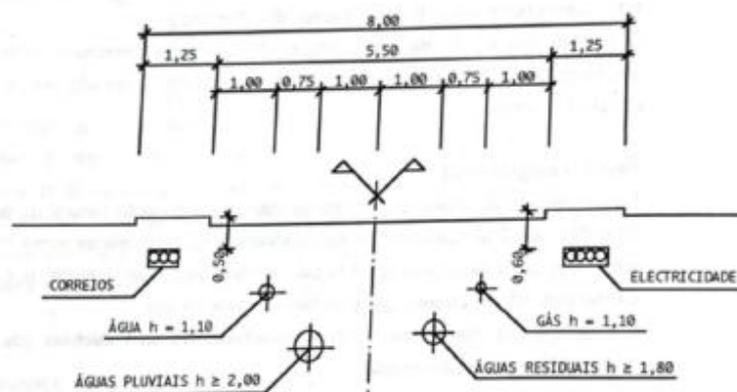
A fundação das ruas e locais com acesso automóvel será em tout-venant com 30 cm de espessura.

A fundação dos largos, praças, terreiros e passeios será em tout-venant com 15 cm de espessura.

Estas fundações estão contudo dependentes, do estudo geotécnico dos solos.

Ocupação do Subsolo

A ocupação do subsolo pelas diversas infraestruturas segue regras gerais que não são no entanto taxativas nem rígidas. Têm que se definir zonas de ocupação para os vários tipos de redes, e proceder a um cuidadoso estudo de compatibilização. Vêr esquema tipo anexo.



2 -Saneamento Básico

2.1- Sistema de abastecimento de água incluindo tratamento

O nível de serviço de abastecimento que propomos é um sistema completo, compreendendo captação, tratamento, adução, reservatório e rede de distribuição.

Embora correspondendo a um nível de serviço paralelo ao que é característico nas zonas urbanas, é evidente que numa zona rural a disponibilidade de assistência técnica especializada é menor que nas zonas urbanas.

Procuramos então optar por soluções simples e robustas que permitam o funcionamento regular das infraestruturas com um mínimo de cuidados de

manutenção, o que se tem tornado possível com as novas tecnologias disponíveis no mercado.

As bases de dimensionamento do sistema que importa definir, e que resultam de um compromisso entre os condicionalismos técnicos e económicos são: o horizonte de projecto; a área de projecto; a população de projecto; e a captação de projecto.

O **horizonte de projecto** depende da vida útil prevista para as várias obras, e para os equipamentos a utilizar, podendo estimar-se um valor médio de 40 anos.

A **área de projecto** actual corresponde a 16 000 m² de construção. A área do horizonte do projecto, terá uma possível expansão de 5 000 m².

A definição da **população de projecto** dependerá dos dados históricos existentes e também, dada a imprevisibilidade da situação da área do horizonte de projecto, tendo em conta toda a envolvente que será criada com a construção da barragem.

A **capitação** a adoptar para o nível de serviço previsto será de 200 l/hab.dia.

2.1.1- Captação

Sabendo que se trata de uma zona com condições climáticas bem definidas, com períodos de seca bastante elevados, pomos em hipótese duas possibilidades para a captação da água

A segunda hipótese só será de adoptar se a 1ª for de impossível execução.

1ª hipótese : captação de águas subterrâneas profundas- realização de um ou mais furos.

2ª hipótese: captação de águas superficiais - captação de água da barragem.

Captação por furos

Vantagens :

- água própria para consumo, ou a necessitar de uma ligeira correcção química.
- manutenção reduzida.

Desvantagens: Alguma imprevisibilidade do sistema. Mesmo havendo um estudo hidrogeológico preliminar e estudos feitos por técnicos especializados, o sistema é contudo imprevisível, pois a água pode não ser fornecida com o caudal necessário, e conter sais que a tornem imprópria para consumo.

Captação de água da barragem

Desvantagens:

- Desinfecção e filtragem da água.

- Obras de captação devem permitir obter os caudais necessários ao abastecimento durante todo o ano. Neste caso específico o problema só se porá enquanto a barragem não atingir o nível de água pretendido.

A captação da água deverá ser realizada em águas profundas, e as instalações devem ser protegidas contra os danos provocados por embarcações ou vandalismo.

O tratamento da água da barragem consistirá numa clarificação da água, com dupla floculação, seguida de uma dupla filtração. A água já clarificada será feito seguidamente um tratamento por cloração. A estação de tratamento será localizada de preferência junto á barragem.

2.1.2 -Adução

O dimensionamento hidráulico da conduta adutora depende: dos caudais disponíveis; do tempo de funcionamento das bombas; da variação diária do consumo.

O período diário de funcionamento das bombas não poderá ser superior a 8h/dia.

A adutora poderá ser construída em p.v.c. rígido, e a sua classe será defenida em função da piezométrica dinâmica.

A conduta adutora será implantada de preferência ao longo de caminhos ou terrenos facilmente acessíveis.

2.1.3 -Reservatórios

O reservatório previsto será elevado, e terá funções de regularizador dos caudais captados e aduzidos ao consumidor, regularizador das pressões nas condutas de distribuição e constituir uma reserva para emergências, nomeadamente incêndios.

Com este tipo de nível de serviço, e com as características de pequena aldeia, o depósito terá uma capacidade correspondente ao volume de água consumido no dia de maior consumo, o que constitui um bom compromisso entre a fiabilidade do abastecimento e a economia da obra.

Será implantado a uma cota de ± 170.00 m, a norte da Nova aldeia da Luz, e com uma altura mínima de água de ± 15.00 m em relação à base do reservatório, garantindo uma pressão mínima na rede, de 1,5 a 2 Kg/cm².

Todos os dispositivos e acessórios deverão respeitar a norma NP-839.

2.1.4 -Rede de distribuição

A rede de distribuição será do tipo misto constituída por malhas fechadas e troços unidireccionais o que permite uma maior flexibilidade no fornecimento de caudais de ponta localizados, nomeadamente bocas de incêndio, sem provocar desequilíbrios na distribuição de pressões ao longo da rede, permitindo, além disso, a criação de percursos alternativos em caso de avarias localizadas nas condutas.

Funcionamento hidráulico

O caudal de dimensionamento será o caudal máximo instantâneo, com um factor de ponta igual a 4.

O diâmetro mínimo das malhas da rede, em função do grau 1 de risco de incêndio, será de 80 mm.

Serão localizadas válvulas de seccionamento em todos os ramais de ligação às habitações, à saída do depósito, nos cruzamentos e entroncamentos principais.

Serão colocadas descargas de fundo em todos os pontos baixos das condutas.

Serão implantadas bocas de rega e de lavagem de pavimentos, com um espaçamento máximo de 50m, e de acordo com a organização dos espaços verdes.

Serão localizadas bocas de incêndio com espaçamentos máximos de 200 a 300m.

3 -Sistema de redes de esgotos incluindo tratamento

3.1- Redes de esgotos

Os colectores devem ter capacidades de transporte do caudal de ponta instantâneo a meia secção e garantir a verificação de auto-limpeza para o caudal médio diário no início de funcionamento da rede.

O diâmetro mínimo é 200 mm, a velocidade mínima de escoamento de 0.6 m/s, e a máxima de 3 m/s. O poder de transporte deverá ser superior a 0.25 Kg/cm².

Os principais órgãos acessórios são as câmaras de visita e os ramais de ligação.

Salienta-se a importância da lavagem e limpeza frequente dos colectores, principalmente neste caso de redes de saneamento em pequenas aldeias, com caudais relativamente pequenos, a lavagem será perfeitamente executada através de mangueiras.

3.2 - Estação de tratamento

Propõe-se uma estação de tratamento Biológico, Aeróbico de Leito Móvel.

Com esta estação de tratamento pretende-se:

- Aproveitamento das águas tratadas para rega;
- Grande eficiência;
- Manutenção praticamente inexistente, e baixos custos de exploração.

Características principais:

- É um sistema inovador, projectado para evitar os principais inconvenientes dos sistemas de leitos bacterianos fixos, e de lamas activadas;
- Consiste num modelo compacto que ocupa uma pequena superfície;
- Trata-se de um processo consistente e estável incluindo variações de carga e pH;
- Não há recirculação de lamas;
- Os reactores não se colmatam;
- Baixo teor de sólidos em suspensão à saída do processo.

A estação de tratamento será localizada a sudoeste da aldeia, num ponto de cota mais baixa, junto ao caminho de ligação à actual aldeia da Luz.

4 - Águas pluviais

Este projecto será elaborado tendo em atenção alguns aspectos fundamentais, relacionados com a intenção de não alterar de maneira muito significativa a bacia hidrográfica existente:

- a topografia e a geologia da área;
- os tipos de pavimentação a adoptar;
- a eliminação dos pontos baixos de acumulação de água;
- o aproveitamento da água da chuva para rega.

Procura dar-se liberdade ao escoamento superficial, não criando barreiras, mas percursos alternativos.

Prevê-se em ambos os limites laterais da Nova aldeia, uma caleira longitudinal, dimensionada para a área da bacia de contribuição.

A água destas caleiras será aproveitada para rega, sendo colectada em dois depósitos localizados nos extremos sul das caleiras, naturalmente os pontos de cota mais baixa.

Estas calçadas serão revestidas com calçada à portuguesa, de acordo com os tipos adoptados nos passeios que as ladeiam.

O sistema de recolha de águas pluviais na rua principal será através de sargetas de lancil, implantadas de ambos os lados das vias, nos cruzamentos, e ao longo da rua com uma distância entre si que garanta a máxima eficiência de funcionamento.

A eficiência hidráulica das sargetas varia com o caudal de escoamento superficial, a inclinação transversal e longitudinal da rua e a geometria da superfície de entrada.

A drenagem das praças, largos e terreiros, será feita através de grelhas de pavimento, localizadas de forma a não permitir zonas de acumulação de água.

Dimensionamento da rede

Regime de precipitação - O sistema será dimensionado para chuvas de 15 min de duração e probabilidade de ocorrência de 1 vez em 15 anos.

Coefficiente de escoamento - O coeficiente de escoamento do terreno natural depende de vários factores tais como, a rugosidade, a permeabilidade, a forma, a extensão, a pendente, a vegetação, etc. Será portanto um valor a determinar depois de um estudo mais completo do terreno.

O coeficiente de escoamento das calçadas varia entre 0.75 e 0.85.

Caudais pluviais - Os caudais de cálculo são função da precipitação média máxima, com uma duração igual ao tempo de concentração e com determinado período de retorno.

Colectores - Serão dimensionados através da fórmula de Manning-Strickler, para condutas completamente cheias, com velocidades e inclinações dentro dos limites seguintes:

$$0.9 < v < 5 \text{ m/s} ; 0.3\% < i < 15\%$$

*Infra-estruturas

INSTALAÇÕES DE ELECTRICAS*

1) Alimentação

Para a alimentação da totalidade dos fogos e devido a dimensão do terreno, onde será implantada a aldeia, serão projectados dois postos de transformação, nos centros das cargas, por forma a diminuir o custo das infraestruturas necessárias.

Atendendo a implantação das habitações ao longo da aldeia, bem como a possibilidade de crescimento desta, os postos de transformação serão implantados da seguinte forma:

- Junto ao mercado será projectado um P.T., do tipo monobloco, com capacidade para alimentação de parte das habitações, para o mercado e para um eventual crescimento da aldeia.

- Na extremidade oposta, será instalado um P.T. aéreo, tendo em vista a impossibilidade do crescimento da aldeia neste sector, por motivos arquitectónicos.

Portanto, a alimentação será entregue em média tensão a aldeia, onde será transformada e entregue aos diversos fogos em baixa tensão.

2) Instalações eléctricas a considerar:

2.1) Infraestruturas eléctricas:

Será projectado uma rede de infraestruturas, por forma a garantir a alimentação eléctrica de todos os fogos, bem como uma rede de iluminação pública, por forma a iluminar os percursos principais e arruamentos.

2.2) Outras infraestruturas:

Será, igualmente, projectado infraestruturas de TV por cabo e infraestruturas telefónicas, conforme legislação em vigor.

Estas instalações serão distribuídas através de quadros próprios, distintos e normalmente localizados um ao lado do outro. Por sua vez, destes quadros partirão um tubo de telefones e outro de sinal da TV cabo, para cada fogo.

2.3) Fogos:

Por cada fogo será instalada uma portinhola, por onde a empresa fornecedora fará a entrega de energia, que alimentará o quadro eléctrico respectivo.

Este quadro alimentará os circuitos de iluminação e tomadas existentes em cada fogo.

Será igualmente projectado circuito de antenas TV, ligado também com a TV cabo, campainha e telefones (projecto RITA).

INSTALAÇÕES DE GÁZ NATURAL*

1) Alimentação

A alimentação a toda a aldeia será feita através da rede de gás natural, segundo o plano governamental, sendo executada uma rede exterior de gás, que alimentará todos os fogos, através de caixas de derivação. Esta rede exterior será do tipo emalhada e conterá válvulas de corte, por forma a poder isolar determinadas zonas em caso de emergência.

2) Instalações de gás a considerar nos fogos:

A entrada de cada fogo será instalado, num compartimento próprio, uma válvula de corte rápida, que permitirá em caso de emergência o corte do fogo e um contador de gás, normalizado.

Em cada habitação, a alimentação de gás, compreenderá uma caldeira mural e um fogão, ambos com válvulas de corte visíveis e de fácil acesso.

*infra-estruturas

SOCIOLOGIA E ECÓNOMIA RURAL*

Se, neste projecto, a componente arquitectónica constitui o núcleo central do mesmo, nem por isso deixa igualmente de fazer parte integrante da estratégia global de reconstituição da aldeia o conhecimento económico e sociológico da actual comunidade de modo que, na reconstrução do novo habitat, se tenha em conta a sua especificidade, as racionalidades e estratégias dos actores sociais. Para que este processo se venha a realizar com o mínimo de perdas e conflitos, uma das condições prévias consiste em esclarecer de modo transparente os objectivos do projecto com as suas vantagens e desvantagens, potenciar as sugestões, capacidades e competências dos habitantes nas diversas fases do projecto sobretudo na reconstrução material e simbólica da sua nova aldeia e promover a fixação da população num novo quadro de vida e desenvolvimento local.

Articulando as estratégias e as aspirações da população, os recursos e os planos das autoridades municipais e o contributo dos diversos peritos implicados no projecto, este poder-se-á apresentar como um modelo de colaboração e participação democrática, desde que este seja, desde o início, discutido e aceite pela população.

Análise retrospectiva e actual da situação

Previamente à implementação do projecto de intervenção arquitectónica e de planeamento no sentido da reconstrução/reconstituição da nova Aldeia da Luz importa levar a cabo uma série de investigações de âmbito histórico demográfico, económico e sociológico, permitindo assim dar conta:

- do estado actual da população e das suas tendências.
- das actuais atitudes da população face ao fenómeno da submersão da aldeia na barragem do Alqueva e à ideia de transferência da sua aldeia para uma nova localidade.
- dos desejos e aspirações relativas ao novo habitat e sobretudo quanto à sua participação no próprio processo de reconstituição e reconstrução da nova aldeia.

Análise prospectiva

Neste momento, pouco se poderá avançar, em termos prospectivos, sem que se procure, logo que possível, responder a algumas questões nucleares para o desenvolvimento pacífico e o mais consensual possível do processo. Para tal toma-se necessário e fulcral fazer um levantamento da situação demográfica, socio-económica e eco-sociológica, o que pressupõe algum trabalho de campo com observação participante e a aplicação de um inquérito à população.

As **questões** mais importantes que importa ter em conta poder-se-ão enunciar do seguinte modo:

- em que medida a actividade agrícola na nova aldeia e nas redondezas da mesma virá a ser afectada e em que medida poderá ser retomada e reforçada com a água da barragem do Alqueva?
- que outras actividades, além da agrícola, poderão "rejuvenescer" o tecido social da nova aldeia designadamente no sector artesanal-industrial, comercial e de turismo?
- de que modo a intervenção do projecto do Alqueva, as prováveis migrações e a circulação de novas gentes e produtos virão contribuir ou não à perda da identidade da velha aldeia da Luz e desarticular as relações entre os seus antigos habitantes?
- em que medida a nova configuração da nova aldeia da Luz poderá atrair novos habitantes?
- em que medida e de que modo um projecto integrado que, tendo em conta as aspirações dos habitantes e implicando-os na reconstituição da nova aldeia da Luz, poderá minorar os inconvenientes da deslocação e preservar, no essencial, a sua ecónomia e comunidade, a sua identidade, usos e costumes locais?

INDICE 2

50 III METODOLOGIA

Préambulo

- 1- Papel do concurso em relação aos estudos desenvolvidos
- 2- A importância da apropriação do projecto pelos habitantes e Intervinentes
- 3- A importância do faseamento e do escalonamento no tempo
- 4- Para um acontecimento excepcional, um urbanismo excepcional

51 Método de Urbanismo / Apresentação Geral

Definição de objectivos

- 1- Os diferentes intervenientes no projecto de fundação
- 2- Regras e regulamentos
- 3- Estratégica económica - gestão e manutenção
- 4- O método de urbanismo e o caderno de encargos do P.Preliminar

63 IV PLANO DE TRABALHOS

1- Faseamento dos estudos

- 1- Estudos preliminares
- 2- Trabalhos preliminares
- 3- Primeiro nível de estudo do Plano
- 4- Segundo nível de estudo do Plano
- 5- Alinhamento definitivo do Plano de Pormenor e da Carta A.P.
- 6- Aprovação do Plano de Pormenor e da Carta A.P.
- 7- Fase operacional: Desenvolvimento dos Planos parciais
- 8- Acompanhamento

(ver em anexo Mapa de barras)

74 V Estimativa geral do custo do Empreendimento

III METODOLOGIA

I - Preâmbulo

1 - Lugar do Concurso no Conjunto dos Estudos

A reconstrução de uma nova aldeia é um acontecimento tão considerável que o tipo de concurso não pode ser senão parcial e preliminar. Não se pode pensar em trabalhar com profundidade sem um mandato oficial. Permite no entanto encontrar os diferentes intervenientes e responsáveis institucionais. O projecto proposto no concurso será pois sujeito a aprofundamentos e modificações.

Indubitavelmente as Ideias Desenvolvidas no Concurso Permitem:

- Definir e aprovar uma filosofia para a formação de uma nova aldeia.
- Apresentar os temas fortes, bem identificados, susceptíveis de serem aprovados pelos intervenientes no local.
- Definir o presente método permitindo o aprofundamento, a formalização definitiva e a identificação das ideias do concurso.

2 - A Importância da Apropriação do Projecto pelos Habitantes e Intervenientes

Nenhuma fundação é possível se o conjunto dos intervenientes não reconhecer o lugar e as ideias desenvolvidas como suas. Nesta óptica a escolha do lugar é absolutamente primordial, mas não é suficiente: a realização de uma aldeia pressupõe, a participação activa dos habitantes, a implicação do conjunto das instituições, de igual forma, propomos assim, uma metodologia do tipo participativa, organizada à volta de temas didácticos, numa linguagem compreensível por todos.

3 - A Importância do Faseamento e do Escalonamento no Tempo

O faseamento da reconstrução da nova aldeia é um elemento essencial da sua fundação, expressão de uma progressiva apropriação do lugar, um reconhecimento dos seus limites, é pois por isso que o documento descritivo das fases de estudos e dos trabalhos se reveste para nós de um significado que ultrapassa os simples aspectos técnicos. A metodologia proposta deverá permitir certas acções sobre o terreno, que se antecipam aos procedimentos regulamentares, e constituem os primeiros actos de fundação.

4 - Para um desafio excepcional, um urbanismo excepcional

a) A construção de uma nova aldeia, não é uma operação habitual, não se trata da instalação de um novo quarteirão urbano, nem de uma extensão, situações para as quais dispomos já de um conhecimento e ferramentas operativas. O Plano de Pormenor será sem dúvida uma boa ferramenta de base, mas falta-nos adaptar, e quase inventar um método apropriado ao desafio. Propomos

associar à elaboração do Plano de Pormenor a redacção de uma Carta de Arquitectura e Paisagismo. Esse documento de referência será assim definido:

- Apresentação de elementos de arquitectura e de paisagem, e das ideias detalhadas que não poderão constar no Plano de Pormenor.

-Validação pelos habitantes e instituições, reforçando o consenso em volta das ideias principais.

Esta Carta extremamente detalhada, acompanhará a realização da aldeia até depois dos últimos realojamentos. Ela é uma das garantias do crescimento harmonioso do lugar.

b) Os prazos bastante curtos dos estudos, são pouco compatíveis com os procedimentos da decisão institucional, ora, certas acções serão necessárias dentro de meses. Nós propomos que as fases de validação preliminares permitam desencadear estas acções, de alcance limitado, antes da aprovação definitiva do esquema geral.

Estes pontos principais são a base do método de trabalho que detalharemos aqui.

II - O Método

- Definição dos objectivos segundo os termos do Preâmbulo.

- Associar os habitantes e o conjunto das instituições.

- Elaborar um faseamento que reforce o processo de apropriação do lugar da fundação.

- Encontrar os meios de enriquecer os regulamentos através de ideias básicas aprovadas por todos, isto de maneira detalhada.

- Elaborar uma estratégia que permita depois da reconstrução gerir o crescimento e a conservação/manutenção da aldeia.

II - 1 - Os Diferentes Intervenientes no Projecto de Fundação

1.1 Propomos, a criação de três tipos de grupos de intervenientes, que acompanharão o projecto de uma ponta à outra:

- Um grupo que coordene a decisão, ou "Grupo de Pilotagem" (GP)
- Um grupo de coordenação técnica, ou "Comissão Técnica" (CT)

- Um grupo de trabalhos temáticos.

Estes grupos estarão constantemente associados aos estudos da equipa de conselho.

1.1/a: Grupo de Coordenação da Decisão, ou "Grupo de Pilotagem"

- Função:**
- Coordenar o conjunto dos estudos.
 - Tomar as decisões de validação das diferentes fases, em aval das aprovações requeridas pela jurisdição (D.L. 69/90 de 2 de Março).
 - Coordenar e sintetizar os pareceres e preocupações das diferentes instituições.
 - Favorecer o bom desenrolar e a velocidade dos diferentes procedimentos regulamentares / Favorecer os financiamentos.
 - Arbitragem.
 - Intervenções no momento das fases de aprovação do Plano de Pormenor e da Carta.

Composição:

1) A Título de Decisão (No momento das decisões)

- Esta comissão é composta pelos responsáveis institucionais a nível nacional, regional e local (enviados).
- A comissão de coordenação da região do Alentejo também está ligada a este grupo.

2) A Título de Repórter, Coordenador Técnico

- Equipa de Arquitectos/Urbanistas

3) A Título Consultivo

- Repórteres dos diferentes grupos de trabalho.
- Consultores externos segundo as necessidades.

4) A Título Operativo

- Director Geral de EDIA.

1.1/b: Grupo de Coordenação Técnica, ou Comissão Técnica (LT)

- Função:**
- Síntese das consultas dos grupos de trabalhos temáticos.
 - Preparação das fases de aprovação pelo "Grupo de Pilotagem"
 - Preparação dos processos judiciais e regulamentar
 - Coordenação do tempo das diferentes operações.
 - Ajustamento preciso do escalonamento no tempo das acções.
 - Preparação de dados para consulta dos serviços institucionais.
 - Coordenação dos aspectos financeiros: estudos preâmbulares, estimativas.
 - Assegurar o papel intermediário entre o terreno e as instâncias de decisão

Intervenção:

- Regulamente, no momento das fases de consulta.
- Antes de cada aprovação, para síntese dos problemas e soluções preconizadas.
- Antes de cada procedimento.
- Durante o acompanhamento do Plano de Pormenor.

Composição:

- 1)** - A equipa de concepção (Arquitectos/Urbanistas e se necessário consultores especialistas).
- 2)** - Representantes dos Operadores.
 - Representante do I.G.E.F. (Fundário).
 - Representante do E.D.I.A. (Barragem - Albufeira).
 - Representante dos Operadores das Infraestruturas (EDP).
- 3)** - Representantes das instituições Locais e Serviços Técnicos.
 - Representante da Comissão Regional de Coordenação.
 - Serviço Técnico do Concelho de Mourão.
 - Responsável da Agricultura.
 - Responsável do Meio Ambiente.
 - Responsável do Ordenamento da Freguesia da Luz.
- 4)** Célula Jurídica.
 - Um jurista especializado nas questões do Ordenamento do Território e Regulamentação Urbanas.
 - Um jurista especializado em Direito Fundeário.

Esta comissão será a que se reunirá mais vezes, ela é o pivot do conjunto dos processos, o garante da sua eficácia, e da boa informação junto do público, e de uma preparação aprofundada dos condicionamentos técnicos e financeiros. A sua composição definitiva será designada "superiormente" conforme o programa preliminar.

1.1/c: Grupos de Trabalho Temático

- Função:**
- Efectuar um trabalho de campo no local.
 - Permitir uma boa participação dos habitantes da Freguesia.
 - Elaborar projectos particulares de desenvolvimento (agricultura, actividade).

Intervenção:

- No momento das fases de consulta.
- Em apoio da equipa de concepção sobre questões precisas, a título de consulta temática.

Preparação:

GT1: Realojamento/Mudança

- Função:**
- Inventariar de maneira precisa, as aspirações de cada fogo em matéria de realojamento/património.
 - Acompanhar os projectos de cada um dos habitantes (conselhos em termos de meios financeiros).
 - Inventariar as questões anexas: exumações eventuais para o deslocamento do cemitério.

Composição:

- **Equipa de Conceptores/Coordenação**
- Representante da Junta encarregada do realojamento.
- Representante das Associações de Moradores (eventualmente).
- Um sociólogo devidamente mandatado, com referências apropriadas.
- Um conselheiro financeiro e jurídico devidamente mandatado (em questões de património).

N.B.: À parte dos especialistas devidamente mandatados, a participação está assegurada a título benévolo.

GT2: Agricultura e Meio Ambiente

- Função:**
- Inventariar os hábitos, aspirações, evolução das práticas rústicas dos habitantes.
 - Favorecer uma justa retribuição das parcelas rústicas em compensação das que serão submersas.
 - Assegurar um bom equilíbrio do ecossistema, e diagnosticar as possíveis mutações aliadas à albufeira.
 - Incentivar/estudar a possibilidade das actividades agrícolas alternativas (culturas alternativas - culturas biológicas) (P.O.A.C.)

Composição:

- Cooperativa agrícola local.
- Representante da Junta (Agricultor).
- Representante das Grandes Propriedades.
- Associações de Protecção do Meio Ambiente.
- Associações/Organizações de Promoção do Desenvolvimento Agrícola.
- Ecólogo devidamente mandatado.
- Equipa de conceptores
 - Arquitecto/Urbanista
 - Arquitecto/Paisagista
 - Engenheiro Agrónomo

GT3: Economia, Equipamentos, Novas Actividades, Trabalho

- Função:**
- Diagnóstico da evolução das actividades, potenciais de formação profissional, potencial turístico.
 - Recolha de projectos de iniciativa privada.
 - Promoção de novas actividades alternativas/processos de promoção.
 - Participação dos habitantes na edificação da aldeia: evolução das possibilidades.

Composição Proposta:

- Representante do Artesanato e do Comércio (Concelho de Mourão).
- Representante dos Organismos Institucionais (Câmara do Comércio, Câmara do Trabalho e Câmara do Turismo) de maneira pontual.
- Representante da Junta de Freguesia.
- Economista devidamente mandatado, especialista no desenvolvimento rural.
- Equipa de conceptores (Arq. Urbanistas).

(os dois grupos GT2 e GT3 podem ser eventualmente reunidos).

GT4: Infra-estruturas e Redes - Gestão/Manutenção

- Função:**
- Assistência para a definição precisa das necessidades.
 - Exame de sistemas alternativos (Tratamento de Águas Residuais, Instalações de Águas Pluviais, Abastecimento de Água, Fornecimento de Energia).
 - Avaliação dos meios afectos à manutenção/gestão.

Comissão Proposta:

- Serviços Técnicos do Concelho de Mourão (nomeadamente para conectar as Redes Primárias existentes e as projectadas).
 - Serviços da Rede Viária e Infra-estruturas da Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano.
 - Responsável Técnico da Freguesia da Luz.
 - A título de consultor: Engenheiro susceptível de propor soluções alternativas.
- Equipa de conceptores
- Arq. Urbanistas
 - Arq. Paisagista
 - Engenheiro

1.1/d: Equipa de Conceptores - Arquitectura/Urbanismo/Paisagem

A nossa equipa é composta por: dois Arquitectos, um Arquitecto Urbanista e de um Arquitecto Paisagista. Esta configuração é complementada pelos consultores especialistas: Eng. Civil/Eng. Agrónomo/Sociólogo.

A Equipa de Conceptores é formada e encarregue de:

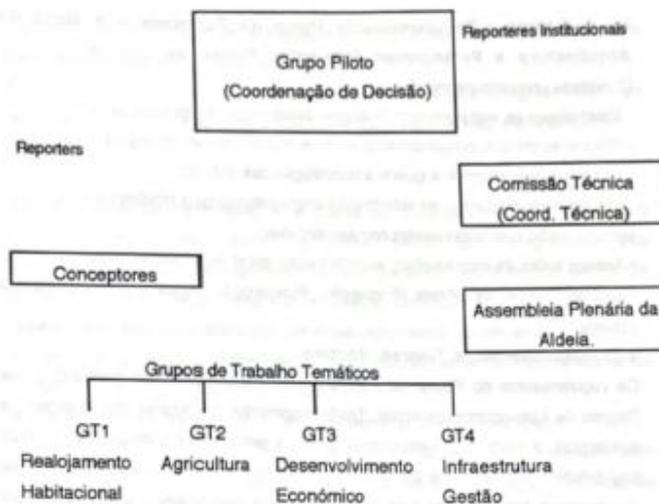
- Elaborar os documentos regulamentares e a Carta da Aldeia da Luz.
- Formalizar as opções retidas após concurso.
- Sintetizar os avisos e observações postos em dia pela Comissão Técnica de coordenação e dos Grupos de Trabalho.
- De efectuar os ajustamentos necessários, mediante essas observações, a formalização dos documentos.
- Preparar os procedimentos regulamentares.
- De coordenar a acção dos diferentes Grupos de Trabalho.
- De assegurar uma interacção entre as Instituições e a População. Neste sentido, o projecto será apresentado na assembleia plenária dos habitantes durante as fases principais do estudo.
- De assegurar um acompanhamento da missão de urbanismo a seguir do Plano de Pomenor depois da instalação da Aldeia a título de conselho urbanístico.

Estes elementos de missão serão formalizados (ver ponto VII).

1.2 Recapitulação e Observações

1.2/a: Recapitulação dos Intervenientes

Procedimentos Juridicionais



1.2/b: Observações: A composição dos grupos anteriormente designados são indicativos. A sua composição definitiva não pode ser encarada senão depois do concurso, em função das regras institucionais dos organismos representados.

A sua designação será da responsabilidade da autoridade competente.

1.2/c: Atribuição dos Grupos de Trabalho

Os grupos de trabalho não serão constituídos senão para fazer a leitura entre o projecto de urbanismo e de desenvolvimento da nova Aldeia da Luz. Neste sentido, estes não se substituem aos organismos e grupos de trabalho encarregados pelas instituições competentes, de promover o desenvolvimento. Os grupos de trabalho examinam, com a ajuda da equipa de conceptores, quais as disposições urbanas que podem favorecer um bom equilíbrio da aldeia. Os especialistas da equipa de conceptores, são membros destes grupos de trabalho (Eng. Agrónomo, Eng. Rural, Eng. de Infra-Estruturas, Sociólogo, Paisagista).

II - 2: Regras e Regulamentos/o Plano de Pormenor e a Carta de Arquitectura e Paisagismo: Diferentes Níveis de Estudo.

O método proposto permitirá:

- Estabelecer os regulamentos indispensáveis do ponto de vista jurídico.
- Pôr em evidência, conjuntamente com os regulamentos, as regras.
- Usos que condicionam e guiam a construção das aldeias.
- Indicar conjuntamente, as referências iconográficas que facilitem a compreensão dos documentos regulamentares.
- Anexar todas as convenções, acordo institucional, que interveem no desenvolvimento da aldeia (Formação Profissional, Apoios Económicos ou Fiscais).

2.1: Regulamento e Regras de Uso

Os regulamentos do Plano de Pormenor definitivo serão completados pelas Regras de Uso correspondentes. Tradicionalmente, as alturas dos edifícios, a sua largura, a implantação em relação à rua, a largura das entradas, a natureza dos detalhes, o coeficiente de ocupação dos solos, etc.. Todos estes factores são também determinados pelo uso, experiência acumulada, os modos de pôr em prática e os materiais utilizados.

Por exemplo:

- Na aldeia da Luz a construção em taipa não permite elevar os muros muito alto.
- A utilização de telha de terracota tradicional está ligada à disponibilidade do material na proximidade.
- Na aldeia da Luz, as escadas diante das casas são testemunho dessa "Inteligência do lugar".
- Na aldeia da Luz, a falta de madeira no tecto de grande dimensão condiciona certamente a dimensão e porte dos telhados.
- O reboco camado supõem a utilização de fornos de cal, actualmente fora de uso no local.
- O agrupamento habitação+quintal, aberto sobre os campos obriga-nos a relativizar a noção moderna de COS (Coeficiente dos Solos).
- As cumieiras dos telhados são condicionadas pela natureza e porte dos elementos de carpintaria, e os meios de manutenção.
- A orientação dos telhados podem depender do modo de saneamento das águas pluviais.
- A posição dos edifícios sobre um terreno em relação com a natureza do solo, a secabilidade e escoamento da água.
- O coeficiente de implantação (CAS) é tradicionalmente imposto pelos usos abrigados pelo pátio.

É a partir destas regras, e não somente por motivos estéticos e funcionais, que devemos elaborar os regulamentos.

É pois importante recordar estas regras conjuntamente com o regulamento - ele será melhor compreendido, mais facilmente aplicável e melhor materializado.

2.2: O Plano de Pormenor e a Carta de Arquitectura e Paisagismo

Estas Regras de Uso, ilustradas pelas referências iconográficas, são reagrupadas na Carta de Arquitectura e Paisagismo da Aldeia da Luz (CAP). Os elementos (regras) desta Carta são concretos, correspondentes à realidade da aldeia e das suas possibilidades de desenvolvimento. Neste sentido, elas são susceptíveis de ser bem apreendidas pelos habitantes e os intervenientes do lugar.

2.2/a: Natureza da Carta - Procedimento de Aprovação

A Carta não é um documento jurídico, mas ela será aprovada oficialmente pelo Grupo de Pilotagem, depois da validação por parte da População - A Comissão Técnica encarregada do Plano de Pormenor seguirá também a actualização e assuntos da Carta.

2.2/b: Conteúdo da Carta

A Carta de Arquitectura e Paisagismo comporta em si 4 níveis:

- Um preâmbulo, expondo a filosofia geral e as ideias directoras do projecto.
- Um corpo de regras elaboradas a partir de realidades e potencialidades da aldeia (Arq. e Paisagem) acompanhada de referências - exemplos iconográficos (Fotos, Croquis, Esquemas).
- Os convénios e directivas postas em obra para reforço e desenvolvimento de saber arquitectónico e paisagístico do local (Formação Profissional).
- A formação de artistas é um efeito sempre ligado à coerência das Regras de Uso (Muros, Taipa, Chaminés, Pavimento).
- As directivas para a gestão e manutenção futura das instalações e das construções.

2.2/c: Função da Carta Depois da Fundação da Vila

A aprovação da primeira parte da Carta (validará as ideias directivas consensuais) esta primeira fase será eventualmente associada à validação de um relatório preliminar do Plano de Pormenor - isto deve permitir a acção das primeiras acções de fundação sobre o local (traçado dos limites, plantação de árvores, muros de pedra).

2.2/d: Recapitulação = Apresentação dos Documentos

Os diferentes níveis do projecto de urbanismo serão representados como se segue:

| Plano Pormenor | | Carta Arquitectural e Paisagista | | | |
|-----------------------|---------------------------|----------------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------|
| Doc. Escrito | Doc. Desenhado | Regras de Uso Arq. Paisagista | Referências Iconográficas | Índice Formação Profissional | Indicações Gestão |
| -Relatório de Análise | - Plano de condicionantes | | | | |
| - Caderno de encargos | - Perfis | | | | |
| Regulamento | - Planos parciais | | | | |

As duas partes do documento (Plano de Pormenor + Carta Arq. Pais.) serão apresentadas conjuntamente:

- A disposição da população
- Aos arquitectos encarregados de conceber os edifícios
- Em geral, como documentos de referência.

II - 3 - Estratégia Económica - Gestão e Manutenção

A fundação da nova aldeia beneficiará de ajudas exteriores importantes para estes investimentos, em relação à escala territorial da barragem do Alqueva. Posteriormente, estes meios humanos e financeiros voltarão à escala de um pequeno concelho.

O projecto urbano terá em conta este aspecto e integrará desde a concepção detalhada os factores "Gestão e Manutenção" sobre longo termo.

3.1: Evolução dos Meios de Manutenção

O método permite também, a **associação dos respectivos intervenientes**:

- depois de reuniões dos grupos de trabalho e da comissão técnica: Avaliar os recursos humanos afectos à manutenção (principalmente dos espaços públicos), para prescrever a utilização de materiais e de sistemas compatíveis com os meios da aldeia (manutenção, reparações, jardinagem).
- Ter em conta as possíveis evoluções do "saber" em função dos programas de formação profissional.

3.2: Projecto Urbano e Controlo de Custos

a) Investimentos: a elaboração do Plano de Pormenor e da Carta permitem um faseamento preciso e uma visão prospectiva das necessidades, isto consiste:

- Um justo dimensionamento das infra-estruturas (evitando os ajustamentos constantes posteriores).
- Um escalonamento dos financiamentos, principalmente a fim de deduzir os gastos financeiros referentes à instalação dos equipamentos.

b) Gestão e Manutenção: A equipa de concepção avaliará para atenção do organismo promotor justo equilíbrio entre os custos de investimentos e os custos de manutenção.

c) Gestão e Escolha de Técnicas de Construção

- Os materiais preconizados (minerais e vegetais) serão escolhidos em função das disponibilidades locais.
- Os vegetais utilizados pelos espaços públicos serão quase que exclusivamente vegetais autóctonos necessitando de um cuidado mínimo e de um saber desenvolvido na aldeia.

d) Investimentos e Infra-estruturas

A colocação no lugar das infraestruturas corresponde sempre à parte mais considerável do aglomerado urbano (depois dos custos de fundiário).

Propomos de as fazer coincidir com os orçamentos de menor custo e de os oferecer também ao espaço público da aldeia: (plantações, tratamento do solo).

Este método de acompanhamento paisagístico das infraestruturas é uma arte territorial herdada da história que nós deveremos prolongar.

Por exemplo, um canal de recuperação das águas não é somente uma obra técnica, ela pode ser acompanhada de um caminho utilizado quotidianamente pelos habitantes - o princípio de não separar técnica e uso, técnica e paisagem, será omnipresente no projecto de Plano de Pormenor.

4 - O Método de Urbanismo e o Caderno de Encargos do Programa Preliminar

O Programa preliminar define o conteúdo do Plano de Pormenor (P.P Pag.6) certas indicações não nos parecem oportunas **para a fase de concurso** na ausência de consertação e dados mais precisos. Estas indicações serão dadas na fase pós concurso.

4.1 - Ordenamento/Qualificação das Zonas Construídas

As actividades agrícolas e as actividades económicas (oficinas) devem estar diluídas no resto da aldeia. Trata-se de um princípio de diversidade urbana tradicional que deve ser conservado. Ora a localização precisa destas

actividades não pode ser fixada à priori sem concertação e avaliação concreta. Razão pela qual não definiremos as "zonas de actividades" no nosso plano.

4.2 - Planeamento

Não é possível fixar um parcelamento sobre a forma de loteamento sem um inventário preciso das operações privadas a efectuar (realojamento). O plano propõe uma distribuição em "macro-parcelas", constituindo a estrutura de base reguladora da aldeia. E não um desenho preciso de cada parcela. Elementos modelares serão dados em função da ocupação das parcelas (índices FL - PE - DI - NP).

4.3 - Parâmetros Urbanísticos: COS e CAS

A Aldeia da Luz é composta pôr parcelas de tamanho relativamente reduzido. De casas sem pátios muito aglomeradas, ou de edifícios abertos sobre as parcelas rústicas ou dos campos igualmente segundo a superfície de referência escolhida, o COS e o CAS podem variar sensivelmente.

A implantação de um espaço construído relativamente aglomerado numa paisagem muito aberta torna as noções de usuais de COS e de CAS pouco operativas. Iremos portanto manipulá-las com precaução nos documentos regulamentares. Será pois necessário indicar sempre a superfície de referência (casa pátio) ou (casa + pátio + quintal + campo)

4.4 - Regulamentos de hierarquia superior: PDM/REN

Os regulamentos de nível superior não preveem a existência do projecto da barragem. A sua construção vem impor portanto uma revisão. O Plano de Pormenor pode servir de base a certos elementos desta revisão dado o carácter excepcional do projecto.

IV PLANO DE TRABALHOS

II - Faseamento dos Estudos: Princípios para a Fundação da Nova Aldeia

- Aprofundar a análise do lugar e dos usos e costumes (diagnóstico).
- Efectuar os estudos preliminares.
- Desenvolver rapidamente os sempre lentos procedimentos judiciais.
- Efectuar os primeiros actos de fundação desde o princípio, para que as duas aldeias, a antiga e a nova, coabitem algum tempo.
- Enriquecer o projecto através de um diálogo com as pessoas envolvidas.

1: Estudos Preliminares

Desde a validação dos resultados do concurso é necessário desenvolver os estudos e acções seguintes:

1.01 - Formar os grupos de trabalho.

1.10 - Estabelecer um conhecimento profundo e fiel da aldeia existente (levantamento intervenientes, diagnóstico dos meios de gestão da aldeia).

1.20 - Efectuar um levantamento topográfico do lugar do projecto (1/500 ou 1/200).

1.21 - Efectuar a digitalização informática do lugar à escala 1/500 para servir de base aos documentos de trabalho e aos documentos finais.

1.32 - Realizar as sondagens de estudo do solo sobre o lugar do projecto (solo, sub-solo, hidrológicas).

1.12 - Realizar um levantamento preciso da utilização dos solos (agricultura, espécies vegetais, fauna particular, paisagem).

1.30 - Prospecções para a instalação de exploração do filão de quartzo.

1.13 - Inventariar os elementos de arquitectura susceptíveis de ser deslocados da antiga aldeia para a nova. Avaliar com precisão a dificuldade técnica desse transporte/desmontagem.

1.11 - Inventariar as vontades dos habitantes para o problema do cemitério: eventuais exumações.

2: Trabalhos Preliminares: Preparação do Terreno

Certos trabalhos necessitam de uma acção precoce, uma vez que se desenrolam ao longo de um certo tempo.

2.10 - Preparação de vegetais a transplantar (palmeira da escola, oliveiras, árvores de fruto, árvores de jardim) quando for possível.

- Consolidação e fixação dos solos (especialmente por vegetais), ao longo da cota 152.50, particularmente à volta dos cabeços de depósitos aluviais em risco de serem erodidos pelas oscilações das margens da

albufeira.

2.21 - Intervenções paisagísticas sobre o contorno das margens, antecipando a previsível modificação do ecossistema (fauna, flora, hidrologia).

3: Primeiro Nível do Estudo do Plano: Apresentação, Recolha das Observações: Opções Gerais. Escala do Território

3.10 -

3.11 - Após a formação dos grupos de trabalho, apresentação e explicação do projecto de Plano de Pormenor e da Carta de Arquitectura e Paisagismo. (Assembleia Plenária, Comissão Técnica, Grupo de Pilotagem).

3.12 - Recolha de informações.

3.13 - Formalização de um documento genérico, contendo as ideias directrizes adoptadas pelo conjunto dos intervenientes.

As opções gerais comportarão simultaneamente:

- O ordenamento e a fundação da nova aldeia.

- O ordenamento da antiga aldeia antes da submersão.

3.14 - Interação (diálogo, consultação).

3.15 - Aprovação do documento genérico (Comissão Técnica, Grupo de Pilotagem) e das opções gerais.

3.20 - Procedimento. Na base das Ideias Directivas Iniciar os Procedimentos Seguintes

- Revisão da classificação REN.

NOTA: O zoneamento conforme D.L. 93/90 de 19 de Março e diversas modificações, será bastante alterado pela realização da Albufeira do Alqueva.

- Os procedimentos de revisão iniciados para a conformidade dos trabalhadores da barragem, com os textos em vigor deverá permitir, acessoriamente, sobre o lugar da nova aldeia:

- Reposicionar os limites da REN à volta da nova aldeia em função das direcções de crescimento previstas.

- De estender o REN e numa certa medida o RAN, sobre as parcelas redistribuídas sobre fundeário da herdade de Julida. O reposicionamento deve permitir não haver recurso ao artigo 39º secção I do PDM de Mourão particularmente.

3.21 - Os procedimentos de expropriação (se necessário) estão ligados ao inquérito público e às fases ulteriores do PDM.

Embora, a disponibilidade de uma parte da herdade de Julica ser necessária muito rapidamente para efectuar as primeiras acções de fundação, a aprovação das opções gerais na primeira etapa do projecto detalhado deve facilitar essa aquisição - no entanto, o grupo de coordenação da decisão poderá examinar as possibilidades legais e institucionais para acelerar a aquisição dos terrenos.

Para ajudar nesta acção, propomo-nos a realizar um estudo parcial à atenção dos proprietários da herdade Julioa sobre o faseamento da instalação sobre a herdade da Revilheira.

- Iniciar os procedimentos de pedido de licença de exploração mineira do filão de Quartzo (o barranco da N.º Sr.ª da Luz localizado a sudoeste da Igreja da N.º Sr.ª da Luz).

3.30 - Acções

Os primeiros actos preparando a fundação da nova aldeia devem provir e ser efectuados pelos próprios habitantes.

Desta primeira fase propomos:

- Muramento da fundação da nova igreja (pedra).
- Continuação das obras paisagísticas de consolidação das margens da albufeira (2.20, 2.21).

4: Segundo Nível de Estudo do Plano: Escala Colectiva. Cenários do Plano de Pormenor e Redacção da Carta Arquitectural e Paisagista

Uma vez adoptadas as opções gerais, a formalização precisa do Plano de Pormenor e da Carta de Arquitectura e Paisagismo, pode submeter-se aos ajustamentos. Propomo-nos para isso de formalizar se necessário 2 cenários contrastantes permitindo:

- Traçar com precisão os limites da aldeia.
- Avaliar as hipóteses de crescimentos diferentes.
- Testar diferentes posições dos equipamentos colectivos e dos espaços públicos mais importantes.
- Definir com precisão a escala e a natureza dos investimentos de iniciativa privada ou pública em função dos meios de gestão e potencialidades económicas. Isto deve permitir naturalmente determinar com a maior precisão o tamanho das parcelas e a ocupação dos solos.
- De propor uma reparação das parcelas rústicas sobre a herdade de Julioa em compensação dos terrenos submersos pela albufeira (2 hipóteses: cooperativa ou parcelização).

Os dois cenários serão elaborados assim:

4.10 - Estudos

4.11- Recolha das observações dos respectivos intervenientes e das instituições.

4.12 -Elaboração de dois cenários pela equipa de urbanismo e de arquitectura em função das indicações dadas pelos grupos de trabalho.

4.13 - Interacção, igual apresentação dos cenários aos grupos de trabalho para ajustamentos.

- 4.14 - Apresentação definitiva dos dois cenários aos grupos de trabalho.
- 4.15 - Diagnóstico fundeário e económico sobre cada um dos cenários.
- 4.16 - Apresentação dos cenários à Comissão Técnica de Coordenação, para parecer - escolha de um dos cenários antes da validação pelo Grupo de Pilotagem.
- 4.17 - Validação do cenário.
- 4.18 - Paralelamente a estes estudos, redacção da Carta Arquitectural e Paisagística (detalhadamente) depois de um trabalho aprofundado no local com os grupos de trabalho.
 - Hipóteses de instalação de actividades alternativas agrícolas e de serviços. Tradução dessas hipóteses pela formalização dos locais da aldeia (ateliers, campos, jardins, escritórios).
 - Ligação entre o saber tradicional, formação profissional de actividades da agricultura e de construção, e consequências sobre o modo de construção da aldeia.
 Esta redacção deve permitir ajudar a formalizar o regulamento do Plano de Pormenor (escalonar por zonas e, contrariedades, condicionantes) na fase 5.
- 4.19 - Por fim, o projecto de tratamento arquitectónico e paisagístico da antiga aldeia após mudança e submersão será devidamente concretizado.
- 4.20 - **Procedimentos**
 - 4.21 - Control de evolução dos procedimentos em curso pelo corpo jurídico.
 - 4.22 - Eventuais reajustamentos em função das dificuldades concretas. Arbitradas pelo grupo de trabalho.
- 4.30 - **Acções**
 - 4.31 - Plantação de amendoeiras (*Prinus Amygdalis*) sobre o local da fundação.
 - 4.32 - Traçar as linhas principais (limites, grandes parcelas); realização de caminhos pavimentados em pedra branca originários de uma primeira exploração do filão de Quartzo.
- 5: **Alinhamento Definitivo do Plano de Pormenor e da Carta. Escala do Doméstico.**

Uma vez dispostas e dimensionados os equipamentos colectivos e os locais públicos, a terceira grande fase do Plano de Pormenor, poderá precisar a escolha do doméstico (parcelas, casas).

A formalização da Carta antecipadamente efectuada permitirá saber com que meios, quais as referências, e para que usos os edifícios serão concedidos, os regulamentos e documentos regulamentares definitivos serão elaborados aqui.
- 5.10 - **Estudos**

5.11 - Avaliar as dimensões óptimas de cada parcela da aldeia em função dos desejos, dos meios e da actividade dos habitantes (grupo de trabalho de realojamento).

5.12 - Divisão preliminar das parcelas.

5.13 - Avaliação da massa construída sobre cada parcela.

5.14 - Hipóteses de coeficientes de ocupação dos solos.

5.15 - Divisão do plano geral em planos parciais desenvolvidos anteriormente em função das fases 4 (locais colectivos) e 5.11 a 5.14.

5.16 - Redacção definitiva da Carta de Arquitectura e Paisagismo - aplicação: fixação das condicionantes aplicadas aos edifícios (pôr em acção elementos de arquitectura novos e transportados).

Definição dos elementos mínimos de garantia da unidade do lugar: chaminés, portas, escadas, muro de cerco, pátios, etc.).

5.17 - Redacção definitiva dos regulamentos e dos documentos gráficos do Plano de Pormenor.

5.18 - Reajustamento do dimensionamento das infraestruturas (rede secundária) em função da repartição construída.

5.19 - Reajustamento possível da metodologia de acompanhamento (planos parciais seguido do projecto a longo curso, gestão) em função de dados.

Por fora da missão - Programação detalhada dos equipamentos colectivos (ao cuidado do encarregado dessa missão).

5.20 - Procedimentos

5.21 - Controle do desenrolamento dos procedimentos em curso (célula jurídica).

5.22 - Fim do procedimento do pedido de exploração mineira. Adjudicação para exploração do filão de Quartzo.

5.23 - Proposta de uma nova distribuição do REN.

5.30 - Acções

5.31 - Marcação da extensão do futuro cemitério. Constituição do recinto se se chegar a um acordo.

5.32 - transplantações de vegetais.

5.33 - Eventual lançamento de escavações arqueológicas.

5.34 - Recuperação do velho caminho para acesso ao novo local da aldeia desde a actual aldeia.

5.35 - E a construção de uma fonte utilizando um dos poços existentes.

6: Aprovação do Plano de Pormenor e da Carta

6.10 - Procedimento

6.11 - Apresentação do Plano de Pormenor e da Carta A. P. aos intervenientes interessados (habitantes e instituições) e aos grupos de trabalho (para informação).

6.12 - Transmissão dos documentos pela Comissão de Coordenação ao Grupo de Pilotagem para validação de conformidade às acções gerais definidas em 3.13.

6.13 - Apreciação do Plano de Pormenor (conc. de Mourão, assembleia Municipal).

6.14 - Inquérito público (com organização processual conforme lei).

6.15 - Datificação do Governo por Portaria do Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

6.16 - Eventual modificação do PDM de Mourão para ficar em conformidade segundo o processo regulamentar o carácter excepcional da fundação da aldeia pode justificar esta modificação excepcional de um documento hierárquicamente superior.

7: Fase Operacional: Desenvolvimento dos Planos Parciais/ Plano de Pormenor de Quarteirão

O Plano de Pormenor serve de base às fases seguintes: a Carta de Arquitectura e Paisagismo orienta os modos de concretização. A equipa de concepção terá um papel de acompanhamento importante dos referentes projectos, a fim de assegurar uma continuidade e uma coerência nas ideias gerais adaptadas de forma concensual. É desejável que os grupos de trabalho se mantenham constituídos para enquadrar e aconselhar o desenrolar das realizações.

7 A: Planos Parciais Particulares

Propomos que sejam elaborados três planos parciais particulares (para além dos que se relacionam com os equipamentos e infraestruturas).

7 A 1: Organização dos Estaleiros - Impacto das Obras

O impacto dos estaleiros no local pode ser considerável: movimento dos veículos, estacionamento de máquinas, plataformas provisórias, edifícios de estaleiro, armazenamento de materiais.

O objecto deste plano particular é definir regras para limitar este impacto sobre a paisagem: a coabitação das duas aldeias, a antiga e a nova, não pode ser alterada pelas transformações por vezes violentas que fazem parte dos hábitos dos estaleiros contemporâneos.

Este plano proporá nomeadamente:

7 A 1.1 - Um faseamento dos estaleiros permitindo:

- Limitar as vias de acesso

- Tratar desde o início as infraestruturas permitindo o funcionamento dos estaleiros.

- Fazer com que as zonas de armazenamento possam ser partilhadas pelos vários projectos.

7 A 1.2 - Regras limitando a intervenção das máquinas.

- Interdição de movimentos de terreno cujo único fim seja constituir áreas de manobra e armazenamento.

- Armazenamento e evacuação de detritos regulamentados.

- Limitação das poluições residuais.

7 A 1.3 - Dentro do espírito da Carta Arquitectónica e Paisagística:

Definir métodos de manutenção e engenharia que sejam compatíveis com a escala de uma aldeia e de uma "leve" intervenção. Neste espírito a via ligando o lugar à aldeia existente e a estrada de Mourão deverá ser utilizada após arranjo (conforme fase 5.34) - A construção da nova aldeia deve ter origem na antiga.

7 A 2: Projecto Paisagístico da Aldeia Antiga e das Margens da Albufeira na Proximidade do Local

Como exposto no texto de apresentação geral as duas aldeias existirão sempre conjuntamente, mesmo depois da distribuição e submersão pela barragem. Além disso a aldeia antiga e as margens da albufeira estarão frequentemente a descoberto, tendo em conta o espaçamento e a frequência dos períodos de água baixa. O terreno situado entre as cotas 140 m e 152.50 m sendo muitas vezes pouco inclinado, a extensão destas superfícies descobertas será muito importante. Um projecto global torna-se por isso necessário:

- Para arranjar a aldeia destruída de maneira definitiva, e evitar assim a percepção dolorosa de uma ruína, deixada ao abandono, como foi frequentemente os casos de projectos de barragens.

- Para fixar os solos deixados frequentemente a descoberto e evitar a erosão ligada ao desaparecimento de vegetais e substratos.

7 A 2.1: Arranjo da aldeia

- As paredes em taipa e em tijolo, fracas e porosas, serão destruídas e evacuadas para evitar a sua desagregação progressiva e aleatória.

- As lajes de xisto e as paredes poderão ser deixadas no local.

- Os pavimentos de pedra branca (Quartzo) serão deixados no local.

- Um caminho de acesso ao Monte Carneiro, ao longo da aldeia submersa, mais ou menos ao longo da cota 152.50, fixando assim os solos e delimitando as parcelas rústicas cortadas pelas águas. Os muros que bordam este caminho, poderão ser constituídos pela desmontagem dos muros de cerco existentes.

7 A 2.2: Tratamento das margens

- Sobre as partes mais planas das margens alternadamente imersas e emersas, implantação de vegetais apropriados para fixação dos solos e substractos; um estudo de impacto sobre o ecossistema poderá ser efectuado (principalmente modificação da fauna autoctone) a fim de respeitar os equilíbrios naturais e de controlar a eventual extinção de espécies vegetais importadas.
- Arranjo de pontos de acesso à água para os habitantes (pesca e lazer) estes pontos de acesso devem ter em conta os níveis variáveis das águas na albufeira. Propomos localizar o ponto e acesso principal no sitio onde o terreno é mais inclinado e onde a vista da zona submersa seja mais reduzida (ou seja a sul do Monte Carneiro).
- Intervenções de fixação e consolidação dos solos logo abaixo da cota 152.50 m: interferência do Barrancos/tiachos com a albufeira, plantações vegetais, muros de suporte em pedra, limite das parcelas recortadas.este projecto prolongará as intervenções limitadas preconizadas pelo paisagista e concretizadas desde a fase 2.20.
- De uma forma geral uma banda de passagem pública será deixada entre as parcelas privadas e o limite da albufeira. largura minima de 2 metros.
- O projecto será conforme as condições da faixa de protecção de 500 m da ribeira da albufeira.

7 A 2.3: Plano de Faseamento das Mudanças Domésticas e dos Equipamentos

- As mudanças serão complexas de organizar. Elas serão sem dúvida susceptíveis de as escalonar no tempo, para que a transferência para a nova aldeia não seja associada a um exódo brutal.
- Dois elementos particulares serão incluídos neste plano:
 - **Abertura Antecipada de equipamentos**
 - Do ponto de vista simbólico e para acentuar a apropriação do novo sitio pelos habitantes é desejável que certos equipamentos comecem a funcionar antes da mudança dos habitantes, como se o novo sitio fosse um prolongamento do antigo. Esta percepção "positiva" da nova aldeia será reforçada ainda se os terrenos agrícolas (cooperativo ou rústico) forem postos em actividade no local de Julioa antes do fim dos trabalhos. O plano de faseamento das mudanças permitirá que os estaleiros em curso não perturbem a utilização dos equipamentos abertos antes da mudança definitiva.
 - **Transferência de Elementos Arquitectónicos Existentes**
 - Lintéis, portas, lages, colunas, bancos, pedras, são elementos arquitectónicos que podem ser transportados após a mudança visto que supõem a demolição dos edifícios. Durante o período entre a demolição a recolocação destes elementos no novo local os habitantes devem no entanto ser alojados. O plano

de faseamento particular das mudanças domésticas previrá os dispositivos técnicos que permitam a utilização do novo lar durante este período (sem alojamento intermédio).

7 B: Planos de Pormenor de Quarteirão (Planos Parciais)

- A equipa de concepção assegurará o acompanhamento desses planos particulares na elaboração dos planos detalhados e vias da sua realização.

A fase de programação definitiva é deixada à responsabilidade da gerência de obras dos equipamentos ou das Instituições respectivas (5.1).

- A partir destes programas, a equipa de concepção encaminhará os estudos e a realização desses planos parciais, conforme Plano de Pormenor e Carta de Arquitectura e Paisagismo.

- Documentos gráficos (infraestruturas, lugares públicos, paisagem, implantação).

- Caderno de Encargos com iguais regulamentos e indicações segundo a Carta de Arquitectura e Paisagismo.

A ordem das diferentes realizações é bastante importante para concretizar a fundação da aldeia.

Propomo-nos:

7 B 0 - Lançamento do Projecto do Museu - a constituição do museu será progressiva e acompanhará o conjunto das realizações durante todo o período dos trabalhos. É uma maneira de inscrever este equipamento na longa duração, ao encontro do passado e do presente.

A sua capacidade, bem como o seu conteúdo, será completado a par e à medida da desmontagem da velha aldeia.

7 B 1 - Construção do novo cemitério, e arranjo da sua via de acesso. Transladação de corpos.

7 B 2 - Trabalho preparatório da reconstrução da Igreja. Desmontagem, remontagem, serão as opções deduzidas depois da fase 3). Arranjo do caminho de acesso com infraestruturas secundárias.

7 B 3 - Paisagem: Pré-verdejamento. Plantação de árvores nos espaços públicos e arredores da nova aldeia, em função das condicionantes de estaleiro e infraestruturas.

7 B 4 - Infraestruturas primárias: (abastecimento de água, electricidade, gás, telefone, estrada principal, plantação de árvores de alinhamento, tudo de forma conjunta).

7 B 5 - Construção da escola do ensino básico e do jardim infantil.

7 B 6 - Construção das infraestruturas secundárias (esgotos, abastecimento de electricidade, gás, telefone e televisão, ruas secundárias da aldeia).

Plantação de árvores, fim das transferências vegetais - águas pluviais, irrigação, pavimentação das ruas, abertura da escola.

7 B 7 - Projectos de equipamentos restantes. (Junta de Freguesia, Centro de Saúde, Lar de Terceira Idade, Casa do Povo, Cooperativa, Campo de Jogos e Praça de Touros).

7 B 8 - Unidades operativas do planeamento. Realização de obras domésticas (UP1, UP2, etc.) os primeiros edifícios domésticos poderão ser constituídos logo após o fim da fase 7 B 6. É desejável que eles acompanhem a construção dos últimos equipamentos da aldeia. O tratamento a dar a certos quintais será autorizado desde a fase 7 B 4.

A construção de quintais agrícolas (casas agrícolas) e de edifícios de actividades (escritórios, ateliers) estão autorizados a partir da fase 7 B 6.

7 B 9 - Desmontagem e tratamento da antiga aldeia (realização).

NOTA: de uma maneira geral os edifícios públicos de servir de testemunho, de referência, no espírito da Carta de Arquitectura e Paisagismo que guiam os modos de concretização, o papel da iniciativa pública face aos particulares deverá ser assumido no momento da concepção e construção dos equipamentos.

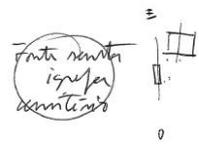
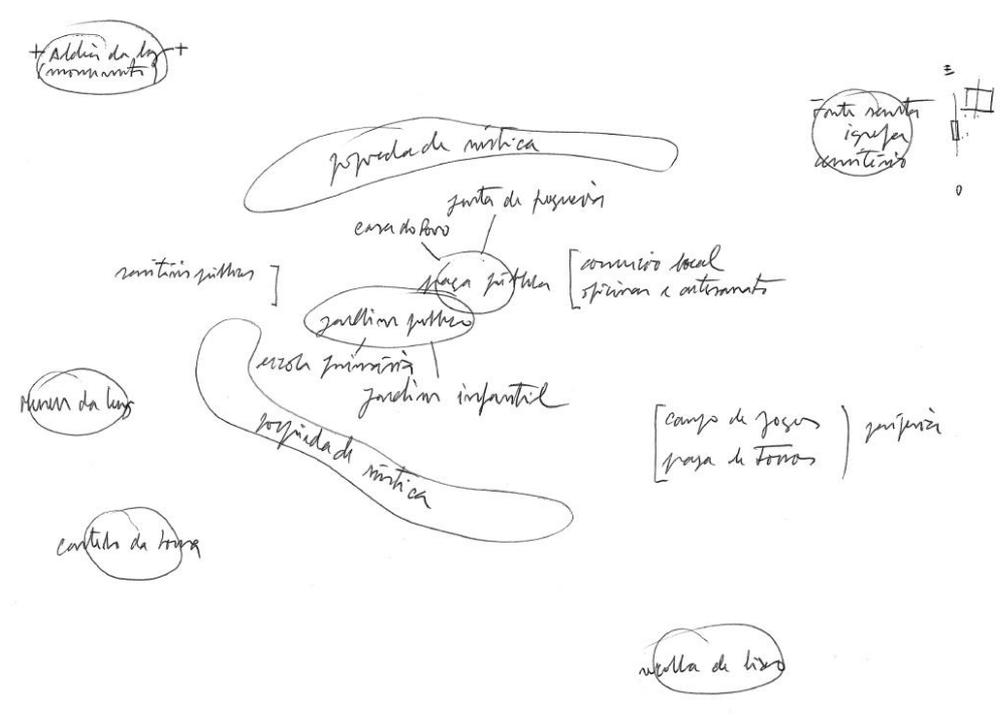
8: Acompanhamento

O fim das mudanças e a instalação na aldeia não será um "instante" identificado que marca um "antes" e um "depois". Na verdade a antiga aldeia continuará muito tempo a existir, mesmo não submersa, igualmente os planos da realização da barragem não preveem um enchimento antes do ano 2010 (1995+7+1 mínimo). Da mesma forma a nova aldeia fundada continuará a evoluir e a transformar-se a ela própria, a crescer...

Propomo-nos a uma missão técnica e urbana de acompanhamento posterior às mudanças afim de:

- Efectuar actualizações dos documentos regulamentares e da Carta segundo a evolução das condições da aldeia.
- Garantir uma continuidade das ideias **Fundadoras** a longo termo.

Figura 22. Memória descritiva equipa n495806, Pedro Pacheco, 1996



1

2

- Tratamento da minira (aldeia da hwy)

- explorar a ideia de hwy relacionada com a minira - matéria de hwy, que porque reflexo com ~~o~~ o sol através da água. (monumento)
- marcador da fundação da igreja em pedra da água (exterior) assim como de outros edifícios importantes, para seus rebornos, centenas fontanários, simultaneamente com a desmontagem da igreja para a nova vida.

~~tratar a vila mas não sempre dentro a aldeia mas tão importante como construir a nova.~~

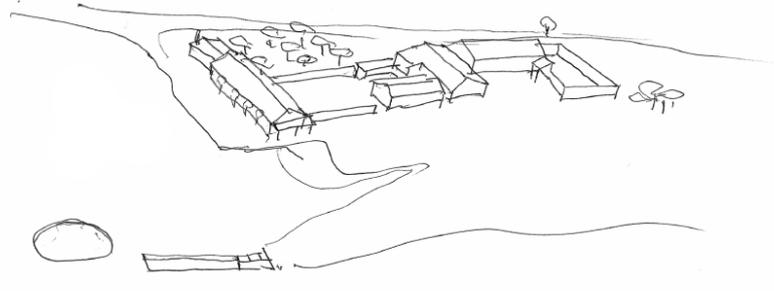
o depósito - posto mais alto da aldeia
 esta marca esta não atempada pela água.

plano da minira - por muito poucas metras a aldeia mas uma simulação, a aldeia subterrânea ~~oculta e a nova esta muito próxima~~ o que em compreensão da direção e variação de nível da bacia do bencidra, a aldeia da hwy vai ~~esta~~ permanecer fora do nível da água ~~tratar esta parte~~ por isso ser importante ter em conta o seu uso (cultivo / turismo e turismo) - depois desta se fazer a história de um lugar destruído ~~o~~ ~~uma~~ ~~elemento~~ que é ~~constituinte~~ - em este caso (terreno natural / equipamento importante / pelo ~~de~~ ~~alto~~ ~~isga~~)

(pedra bruta) dentro a aldeia com um certo método

Horizonte

- garden path (pode ser a primeira fundação da aldeia)
 (ideia de fazer um jardim duplo que sirva de reserva para o novo jardim e path da casa, ou para os novos em



elementos de arquitetura

telhados - colunas - chaminés - portas - janelas - paredes predominantemente brancas ou cinza

estruturas de concreto

Cal - tijolo - ferro → comum em toda a América

→ características dos parâmetros e de outros na construção dos edifícios ("pó de cal" e o "peneir") - objeto que faz parte integrante da casa americana

material tradicional - o tijolo em regime artesanal varia bastante de qualidade - e também pouco usado em modelos de produção - mais ao sul

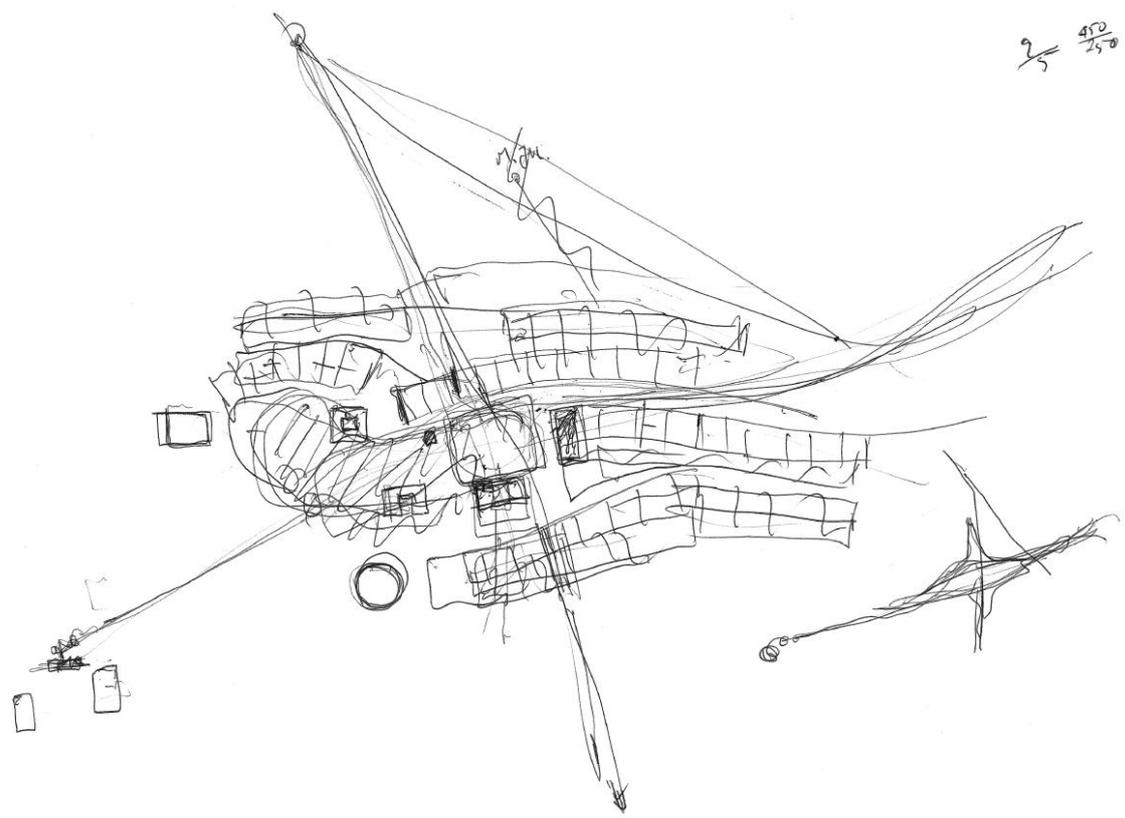
→ massa construída por meio de arcos e muita ligação entre eles por argila natural incombustível e impermeável, tem natural leveza, ou mesmo obriga a arcos, a uma volumetria fluida

→ resistência para os impactos laterais (casas - massa de alvenaria nas paredes externas) as juntas horizontais destas blocos reunidos são recortadas por intermédio de pedras de tijolo ou pedras apamadas.

tanto o material como o movimento da casa são tratados com alvenaria de tijolo e as divisórias interiores construídas em paredes de tijolo. → blocos de construção concretos, aplicam-se em regra um ano após a conclusão da construção da terra.

As espumas das paredes variam entre 0,45 e 0,70

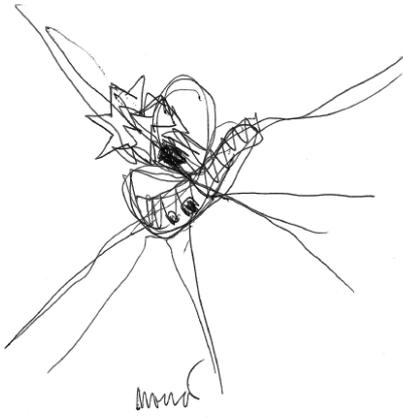
As fundações são recortadas em alvenaria de pedra de xisto, argamassa de cal e areia, barro e pedras, na maioria da humidade ascendente nos alicerces nas paredes de ferro.



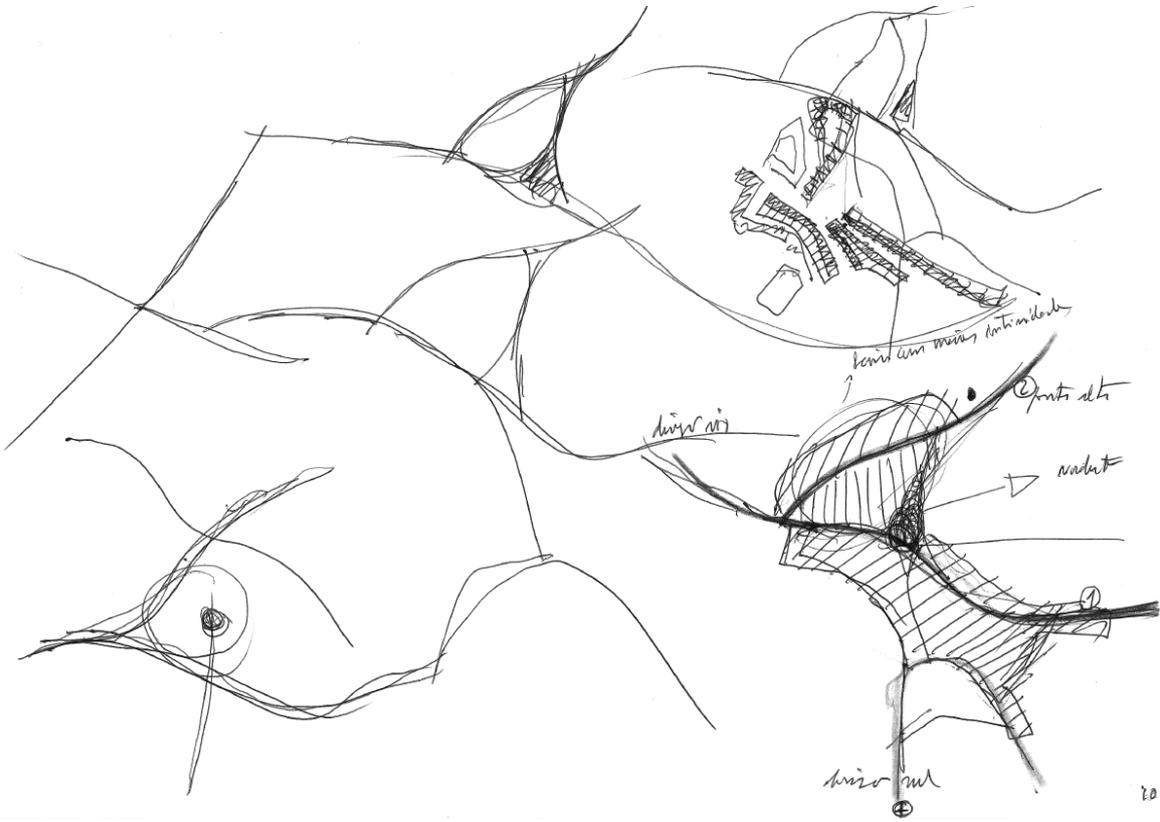
2/5 450/250

7

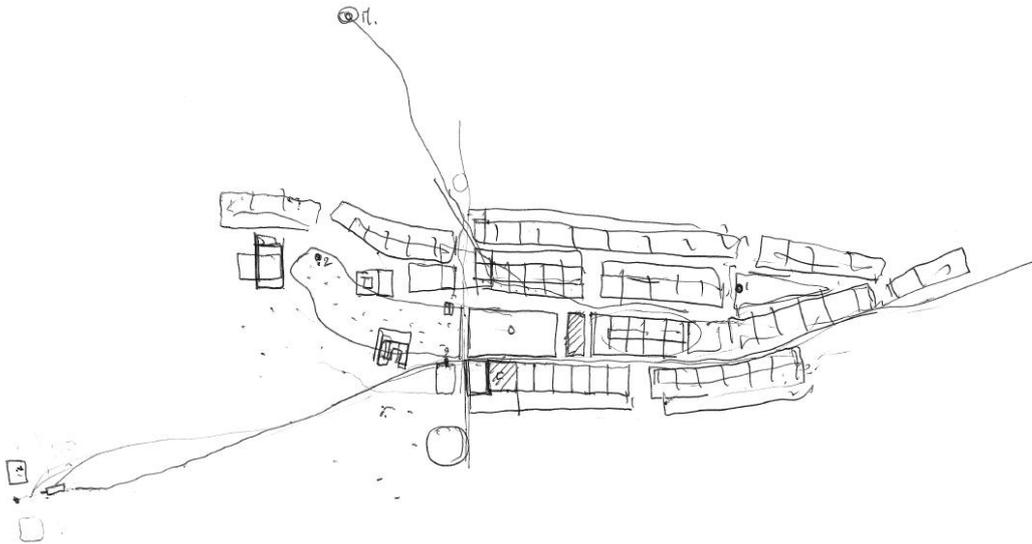
8



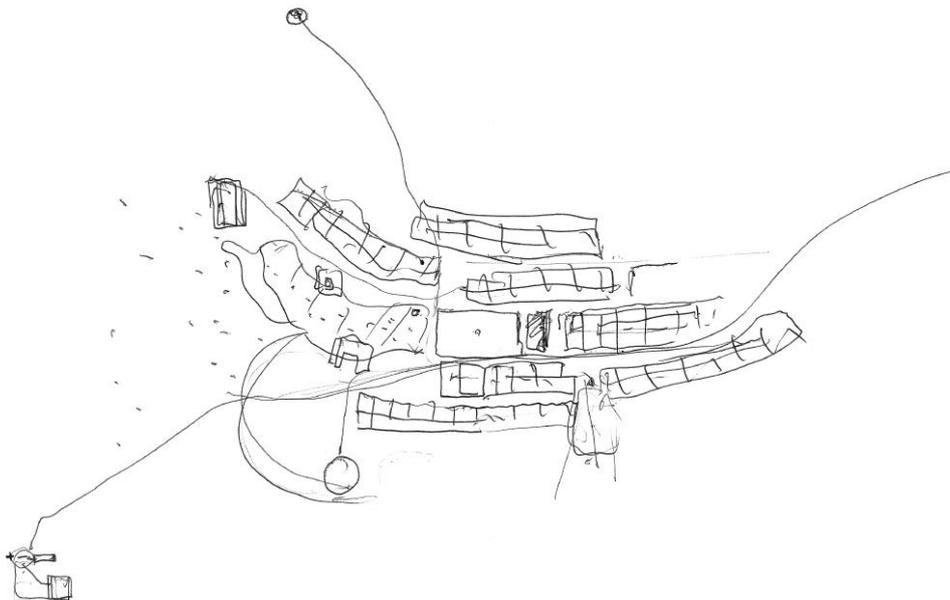
7



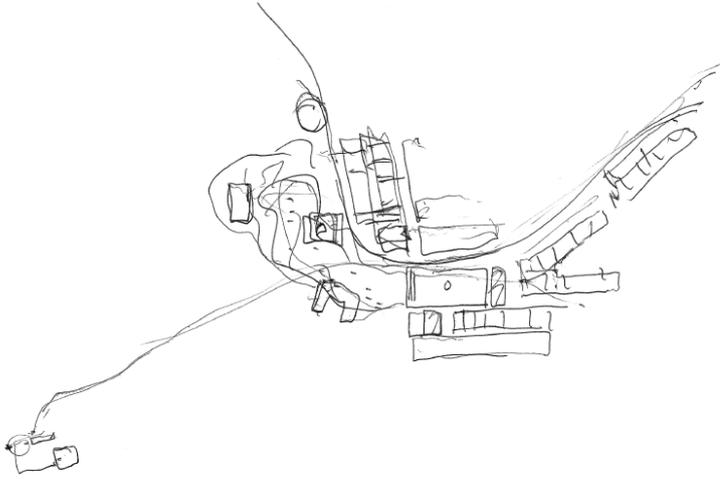
20



11



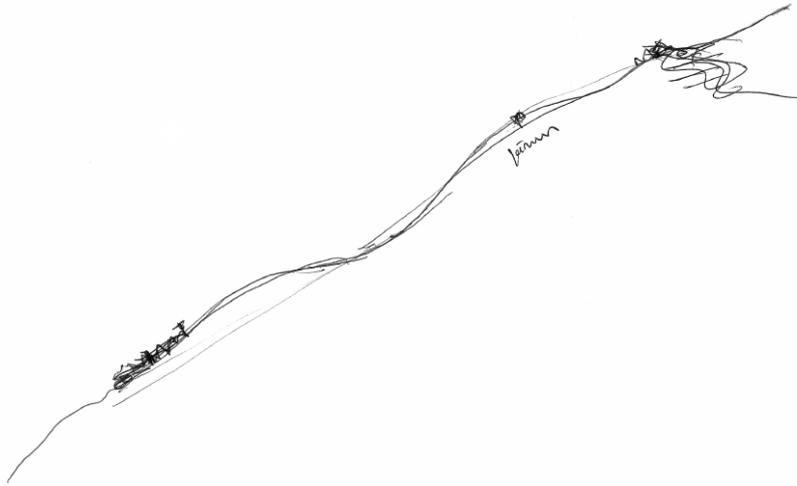
12



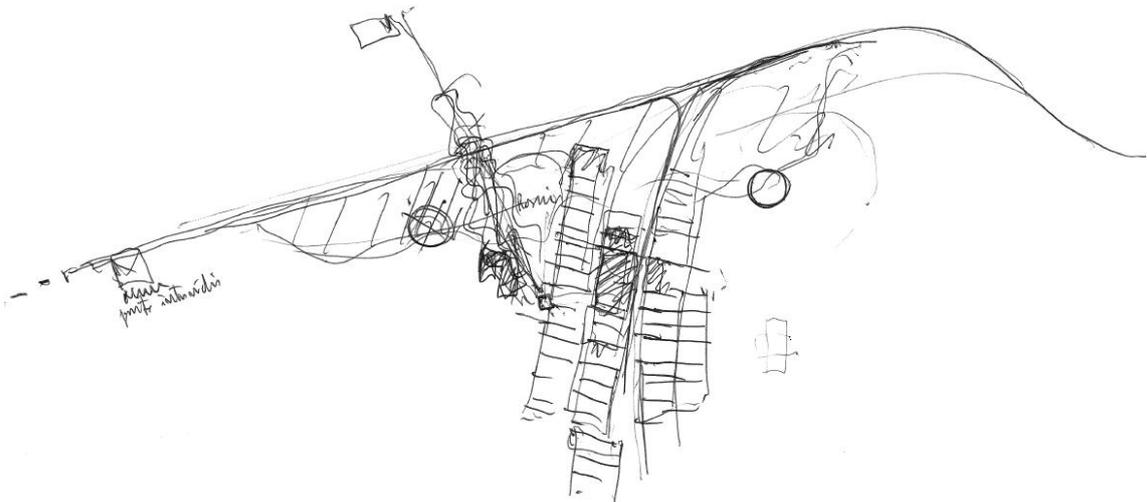
13



14



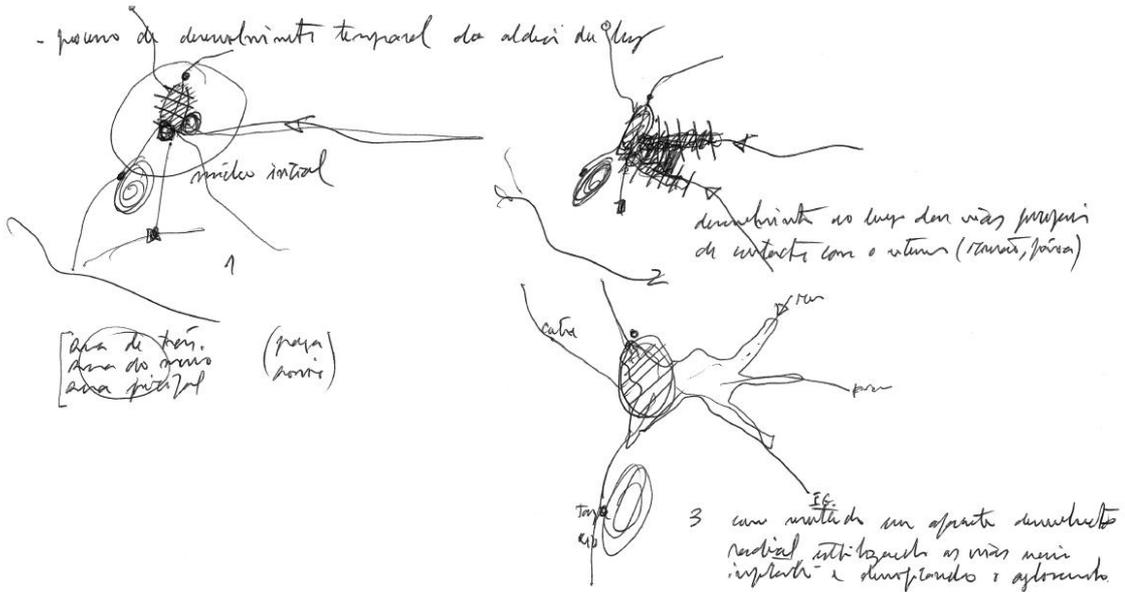
mais paisagem - onde há uma lógica particular de viver por uma grande diversidade,
 onde existem muito contrastes, e dentro que construímos a
 paisagem acabam por ter uma importância e por ser espaços, que por
 um que cada lugar tenha sua própria, de características próprias
 relacionadas com o seu uso e significado.



- 'para a produção da nova alveia'

- superior a morte das duas velas mais próximas (olhos e thorax) - definição da fase inicial da nova alveia.
- mapa de desenvolvimento (ideia de substituição postergada no tempo) - um de velas existentes que mantém a direção temporal (menor) com a alveia sobrenova.
- o) substituição das linhas de água, (de pontos fortes e abertos) para estruturas de pontos, passos, aberturas, e estruturas as diversas funções da nova alveia.
- definição de áreas - separação - subcaracterização espessa, fixas de áreas específicas no sistema ou sistema da alveia que determinam, quer uma adaptação do sistema, quer alguma complexidade das propriedades inerentes ao sistema.
- introdução de novas alveias (ou alveias extensas à memória ^(castiga) estrutural da alveia) tanto no nível de grande escala, neste caso de novo - alveia - conduta, ~~como~~ ^{como se fosse escala} ~~alveia~~ - casa - pólo - ma - gatil

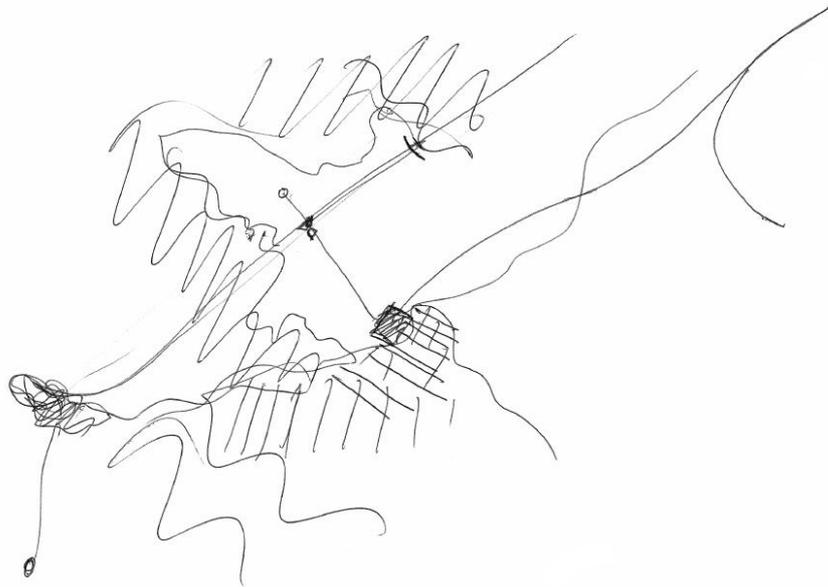
- processo de desenvolvimento temporal da alveia de luz



- a nova aldeia

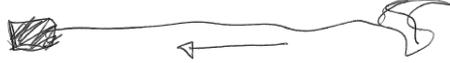
• adotar uma nova maneira, uma nova aldeia, colocar um pórtico e quintal de compressão, admissões, estufas, parralhos etc., completamente diferentes de uma aldeia que se desenvolve e cresce durante séculos, que se forma ^(distinta) e desenvolve com a topografia, com a ~~nova~~ ^{nova} ~~revisão~~ ^{revisão} da topografia ^{da aldeia}, tempo, a memória, as memórias de lugares pela história, pelas lendas, pela vida da aldeia e dos seus habitantes, pelo contato com outras aldeias, outras povoações. Todos os lugares no interior da aldeia e fora dela relacionam-se com a sua própria história e evoluem como dentro contêineres de uma unidade.

É óbvio que uma nova aldeia não pode ~~desenvolver~~ ^{desenvolver} a acumulação de toda uma existência, de acúmulo de patrimônio, ~~mas~~ ^{mas} por isso não pode conter as traças do seu desenvolvimento, as suas dependências. Não pode ser reproduzida pela reprodução anterior, pela expectativa dos seus valores históricos e com a preservação. ~~Porém, a intenção não é~~ ^{Porém, a intenção não é} o pórtico estar-se aqui uma praça para um novo edifício que é substituir uma aldeia por outra coisa que contenha todas as suas particularidades, múltiplas, ou memórias e também todas as suas expectativas, mas apenas as ~~recriar~~ ^{recriar} um lugar à nova maneira dependente pela história, mas a todo o tempo e futuro de um povoado ~~substituir~~ ^{substituir} ~~uma~~ ^{uma} ~~aldeia~~ ^{aldeia} e dedicado para o futuro das ~~ruas~~ ^{ruas} do sul de paraty.

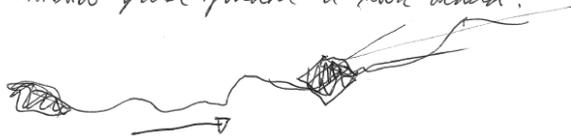


miras - paisagem

- a nova aldeia é o ponto de chegada de uma das várias rotas para o lugar, através à nova lagoa. Uma nova geometria associada a uma nova topografia.



- o antigo caminho de ligação entre lago e rio, por onde parte da paisagem mais ^{antiga} relacionada com o campo de cultivo, com a estrutura das propriedades míticas. Mantém uma parte relativa bem determinadas miras - paisagem ao longo do seu percurso. Para além a pagar parte da nova aldeia da lagoa, com acidente, em alguns pontos de presença de uma ~~estrutura~~ ^{estrutura} mítica associada a antiga aldeia, ao tempo do seu percurso, em via ~~dependente~~ ^{dependente} da aproximação das propriedades, em linha à aldeia da lagoa (miras) - retornar um caminho histórico para fundar a nova aldeia.



21

- fundar a aldeia onde por existir água, onde a presença do terreno pela propriedade rural (mítica) estabelece a paisagem.
- ↓
- proximidade com o terreno agrícola
- proximidade de lago de água
- presença em terreno fértil e proximidade de terrenos agrícolas para produção
- ligação com a antiga aldeia através do caminho histórico que a ligava a rio
- a mais presença local de água da lagoa deposita à topografia.
- a presença de uma determinada miras - paisagem com características próprias à aldeia da lagoa, o qual leva ao lugar
- o uso das miras existentes que servem o terreno agrícola.
- possibilidade de ligação radial em outros lugares
- a qualidade topográfica dos lugares
- a relação a sul (norte)
- possibilidade de ligação de aproximação mítica com a paisagem próxima.
- a presença no horizonte, no perfil entre as quintas, das vilas de Moura e Mourão - representando simbolicamente de dominância (de importância) e a paisagem da aldeia fica mais próxima da vila de Moura, mas também muito importante com o contacto visual entre vilas.
- a presença de uma arte arquitetónica ~~em~~ ^{em} grande escala - à escala do território (importante para o ambiente, sobretudo a identidade da nova aldeia)

22

- Europa em relação a esta população.

* uma vila nova sob a mesma estrutura - no fundo trata-se da produção de uma nova vila - com linhas de tempo diferentes - coexistência - história que se desenvolve ao longo do tempo

uma se mantém - a outra se desenvolve

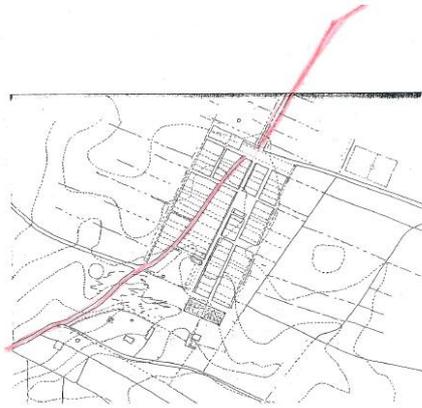
mas agora há um outro espaço que procura crescer, mas há dois níveis de espaço, há dois níveis de espaço que se mantêm na mesma aldeia, que são, a cultura, a lei, o sol, a estrutura da vila, e também entre outros (XXI), fatores mundanos, há uma ordem territorial que tem uma importância que poderá ser a ordem mundana

dois ⊕ dimensões que - - - - - a uma direção de espaço

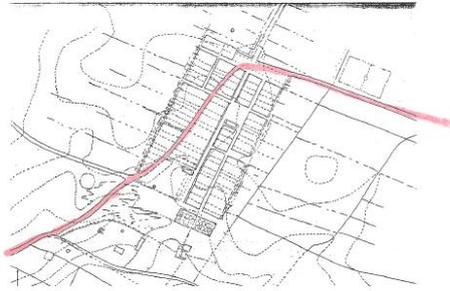
para a vila, o facto de o mesmo espaço
de poder manter-se sobre um lugar, toda uma estrutura cultural e ao
mesmo tempo uma ordem contemporânea.

dois níveis que se têm, que se desenvolvem

* (muito há uma p. de falar em os termos problemáticos de estrutura)



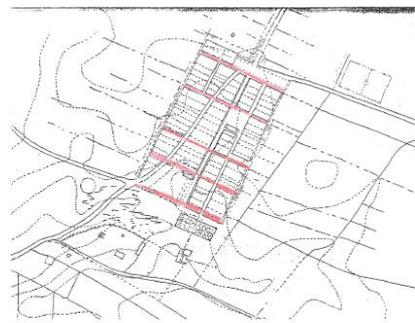
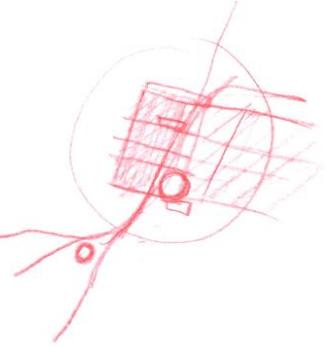
mapa aberto
caminho entre a vila antiga e a nova ligando a Roma



aldrei (da bog)
aldeia (sura da bog)
sura aldeia da bog

cominho antea de anura a murel

~~tegarda mai, ji vas partu~~

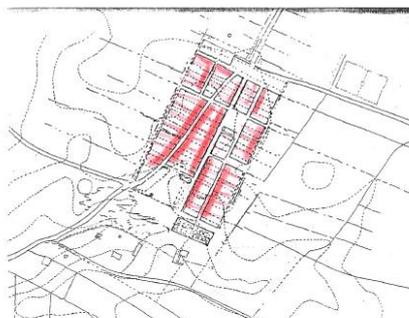


^(travessal)
mlega da aldeia com o muro apreda



(Thevenet)
nlyst de d'elut com o syro apreda





definição de muros

Figura 23. Caderno de anotações, Pedro Pacheco, 1996

UM PROJECTO PARA A NOVA ALDEIA DA LUZ

Arqº João Francisco Figueira (Coord.)

Arqª Ana Luísa Rodrigues
Arqº José Miguel Rodrigues
Arqº Luís Miguel Figueira
Arqº Rui Mealha
Arqº Paisagista Maria José Curado
Doutor Álvaro Domingues
Dr Rui Tavares
Drª Sofia Plácido de Abreu
Engº Paulo Meireles Pereira
Engº Pedro Pinho
Prof Engº Vitor Abrantes
Joaquim Moreno
Luís Miguel Fareleira
Nuno Duborjal
Pedro Bandeira

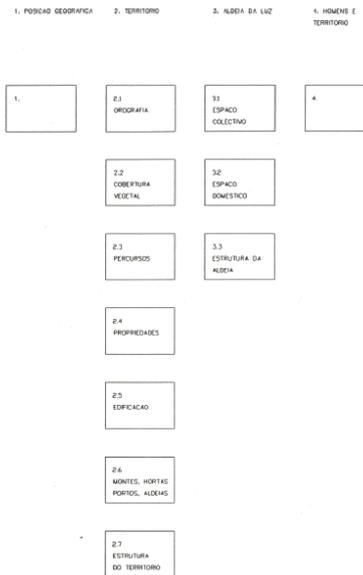
Prof Arqº Manuel Fernandes de Sá
Prof Engº Fernando Branco
Arqº António Barbosa
Arqº Manuel Ribau
Arqº Rui Barros Silva
Dr Henrique Gouvêa
Drª João Cunha Gomes
Drª Maria Carolina Leite
Drª Teresa Viana
Engº António Barbosa Custódio
Engº Técnico Fernando F. Silva
Engº Manuel Matias

Porto, Fevereiro de 1996

INDICE 5

| | |
|--|--|
| <p>ESTRUTURA DO TRABALHO 7</p> <p>A/ IDENTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO 11</p> <p>1. POSIÇÃO GEOGRÁFICA 13</p> <p>2. TERRITÓRIO 17</p> <p>2.1. Orografia 18</p> <p>2.2. Cobertura Vegetal 20</p> <p>2.3. Percursos 22</p> <p>2.4. Propriedade 24</p> <p>2.5. Edificação 26</p> <p>2.6. Montes, Hortas, Portos, Aldeias e Vilas 28</p> <p>2.7. Estrutura do Território 30</p> <p>3. ALDEIA DA LUZ 33</p> <p>3.1. Espaço Colectivo 34</p> <p>- Arruamentos 36</p> <p>- Outros Espaços de Socialização 36</p> <p>3.2. Espaço Doméstico 38</p> <p>- Lote 40</p> <p>- Habitação 42</p> <p>3.3. Estrutura da Aldeia 45</p> <p>4. HOMENS E TERRITÓRIO 45</p> <p>B/ PROPOSTA 49</p> <p>5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO 51</p> <p>5.1. Estratégia Urbanística 52</p> <p>5.2. Pela Paisagem 54</p> <p>5.3. Para uma Política de Promoção Socio-Económica 56</p> | <p>C/ PROPOSTA - ESTRATÉGIA ESPACIAL 63</p> <p>6. LOCALIZAÇÃO 65</p> <p>6.1. Condicionantes 66</p> <p>6.2. Hipóteses de Localização 72</p> <p>7. NOVA ALDEIA DA LUZ 77</p> <p>7.1. Construção do Lugar 78</p> <p>7.2. Espaço Colectivo 82</p> <p>- Morfologia 84</p> <p>- Modalidades de Intervenção 86</p> <p>- Arruamentos 90</p> <p>- Área-projecto 1 - Terreiro e Praça 100</p> <p>- Área-projecto 2 - Escola 106</p> <p>- Área-projecto 3 - Museu e Igreja da Nossa Srª da Luz 112</p> <p>- Infraestruturas 116</p> <p>7.3. Espaço Doméstico 118</p> <p>- Parcelamento 120</p> <p>- Lote 138</p> <p>- Habitação 140</p> <p>7.4. Um Cenário Possível 143</p> <p>7.5. Freguesia da Luz 145</p> <p>D/ PROPOSTA - ESTRATÉGIA OPERATIVA 145</p> <p>8. METODOLOGIA 151</p> <p>9. PLANO DE TRABALHOS 155</p> <p>10. EQUIPA PROJECTISTA 155</p> |
|--|--|

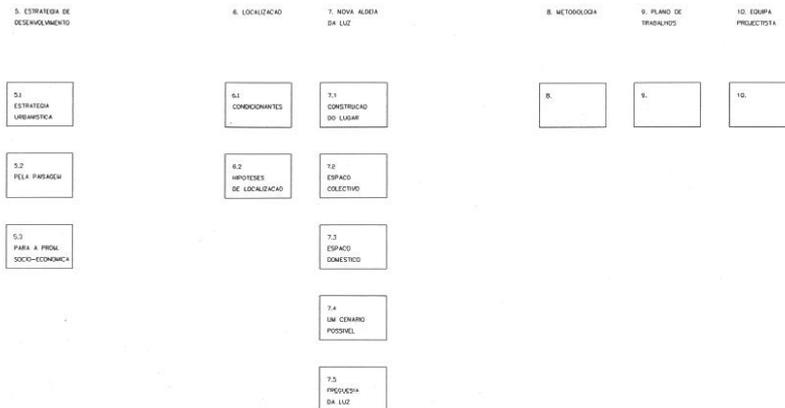
IDENTIFICACAO DO TERRITORIO



PROPOSTA

PROPOSTA – ESTRAT. ESPACIAL

PROPOSTA – ESTRATEGIA OPERATIVA



A Freguesia da Luz situa-se entre o vale selvagem e profundo do Guadiana e uma fronteira que ao longo do tempo determinou, «na terra lisa, unida e igual», duas áreas culturais e político-administrativas distintas. A caminho de Espanha, mas excêntrica em relação aos principais eixos de circulação de pessoas, bens ou informação, encontramos-nos numa área de forte rarefação populacional. Terra de xisto, pobre e dissecada. Terra onde subsistem impressas as marcas de um longo processo de formação.

O rio cava um profundo vale na extensa planície alentejana. A área da freguesia compreende terrenos de grande declive (16% a 25%) e uma importante extensão de peneplanície (com declives de 3% a 5%). Os terrenos de maior declive, que definem os vales do Guadiana e da Ribeira de Alcarrache, apresentam-se significativamente erodidos.

Na Freguesia da Luz contam-se três situações distintas de coberto vegetal. Os montados, as áreas de culturas extensivas e os matos.

Os montados de azinho têm uma expressão bastante forte, e um importante valor cultural, além de desempenharem um relevante papel ecológico devido à elevada matéria orgânica que comportam. Apesar de se encontrarem sobreiros na área não são visíveis montados de sobreiro, como acontece nas áreas vizinhas da freguesia. Áreas cuja importância económica constitui uma mais-valia para o Alentejo e para o país.

As culturas extensivas, encontrando-se enquadradas em zonas agro-silvo-pastoris, caracterizam-se, no essencial, por grandes extensões de terra com culturas arvenses de sequeiro. Os cereais e as plantações de oliveira têm grande presença no território. O olival com a sua geometria elementar, imprime à paisagem pequenas descontinuidades saudáveis se comparadas com a "aridez" de montados ou de campos cerealíferos. Estas características são extensivas à zona central da freguesia. Na área adjacente à povoação o ritmo de alternância entre estas culturas é mais acentuado em relação ao da restante freguesia.

Os matos, principalmente os localizados nas cotas baixas, que se aproximam de formações vegetais de *maquis*, resultam da degradação dos solos; quer pelo homem, quer pelo gado. Associações de urze, giesta e estevas vieram substituir a mata primitiva. Estas áreas são

utilizadas para pastagens e é o próprio gado que acaba por, a longo prazo, definir quais as associações vegetais que permanecem. A provável existência de uma associação vegetal como o *maquis* pode também ser resultado dos solos "pobres e delgados de xisto" da zona.

Em toda a freguesia povoam ainda outras espécies, sobretudo pertencentes à associação vegetal autóctone - Carvalhal da zona continental seca e quente -, como sejam o pinheiro manso, o carrasco, o carvalho cerquinho ou ainda o medronheiro.

Estradas, serventias, azinhagas dispõem-se com geometrias regulares nos solos mais planos. Nas zonas limítrofes os caminhos seguem a orientação dos contrafortes da planície ou das depressões que drenam para o Guadiana e para a Ribeira de Alcarrache. As principais vias rodoviárias - as estradas para Mourão ou Ponte do Chancudo / Póvoa - pouco se afastam da menor distância entre as povoações que, de quando em quando, pontuam o território.

O rio já não serve como via de comunicação: seja pelo regime irregular dos seus caudais; seja pelo perfil acidentado; seja pelo conforto que a deslocação em automóvel proporciona. De quando em quando as malhas de percurso de um e do outro lado dos vales unem-se: ora em nível de pé posto, ora em desnível artificialmente garantido pela ponte construída. Articulações que se organizam em obediência a direcções, mais do que a situações, garantem, por sua vez, relações de média ou longa distância entre os elementos mais fortes que se inscrevem no território.

A forma da propriedade apresenta elementos de forte regularidade: (1) propriedades muito grandes ou (2) muito pequenas e agrupadas que definem uma mancha com extensão idêntica à das maiores propriedades - é o caso dos terrenos em torno da Aldeia da Luz - e (3) orientação de grandes propriedades e da mancha de pequenas propriedades ortogonal em relação aos dois principais cursos de água.

É o regime de propriedade predominante em torno da Aldeia que determina o ritmo mais acentuado na alternância de culturas.

As grandes propriedades abrangem diferentes unidades morfológicas (vale e planície) e tipos de coberto vegetal (montado de azinho, culturas extensivas e *maquis*). Facto que não decorre apenas da necessidade de assegurar a complementaridade das produções em cada exploração agrícola mas que deve ser lido a par da regularidade geométrica dos limites de propriedade: denunciam processos de povoamento, cuja organização foi determinada e controlada por uma "vontade", seja ou não pré/pós-romana, mas sempre com um claro objectivo de colonizar, fixar, radicar, e explorar.

As formas da propriedade (o parcelar), porventura, constituem as marcas mais permanentes de um lento processo de apropriação e organização do território.

Pequenos aglomerados de edificações - as edificações do *monte* - dispõem-se no território com o ritmo cadenciado pelo ritmo da grande propriedade que esses aglomerados dominam. O *monte* corresponde, pois, à grande propriedade agrícola com as suas casas e anexos. A maior aglomeração de edificações - a *Aldeia da Luz* - está inserida na grande mancha de pequenos terrenos. Formas de aglomeração das edificações e formas da propriedade surgem, assim, fortemente relacionadas.

Estes aspectos, em larga medida, tornam legível o processo histórico de povoamento do território. A doação de pequenas parcelas, como as existentes na vizinhança da Aldeia, concorria para fixar a força de trabalho necessária para viabilizar o sistema produtivo grandes propriedades.

"A maioria das herdades alentejanas são restos de latifúndios que se constituíram durante a Reconquista em enormes áreas desertas. Antes do povoamento, ficaram-se os limites de propriedade, imobilizando-a na mão de grandes senhores - ordens religiosas e militares, fidalgos, magnates -, detentores do solo e dos gados. As aldeias foram crescendo, ávidas de terra, alojadas no latifúndio, que servem com a sua população de *ganhões* ou trabalhadores assalariados, que se conta por alguns milhares. Enormes, raras e distantes, não bastam às necessidades da grande exploração: cada herdade tem o seu *monte*, como os conjuntos da Andaluzia ou as *villas rusticae* romanas do sul da Itália, onde vive quem explora o solo, com a multidão de clientes, trabalhadores agrícolas permanentes e temporários, artilhões de vários mesteres, que fazem andar a máquina complicada de uma grande lavoura. São dezenas, às vezes várias centenas de habitantes, como nas aldeias do Norte.

"Por isso o *monte* alentejano pode considerar-se uma forma de aglomeração. O *monte* é um todo, uma unidade, pelos edifícios

que se apinham à roda de um pátio interior, voltando para o campo parados de poucas aberturas; pelas acomodações de gados, alfalças campestres, palhas e grãos; pelos animais de criação e de trabalho que asseguram a lavoura e dão o estrume; pelo pessoal permanente que exerce os mais variados mesteres - guardas de herdade, carpinteiro, abegão, sota, boteiros, cozinheiro, amassador, carneiros e *ganhões*, hortelão, tratador de cavalos, paqueta, maioral de ovelhas com seus entregues e ajudas, porqueiros, vaqueiros, equário e cabereiro; pessoal reforçado na época das principais faixas agrícolas com as camaradas de coelleiros-ratinhos, toaquiadores, mulheres para a monda, a sapanha da azeltona e da bolota e ainda outros assalariados. Nalguns montes há capela particular, expressão de independência, no campo espiritual como material, destes agrupamentos humanos.

"Nela própria natureza estavelva da exploração, os montes não podem ser muito próximos. A cada folha de exploração correspondem, pelo menos, e não é este o caso mais geral, dias em poiso. O que é certo é que o tipo de povoamento dominante no Alentejo, concorre com a organização social e económica da grande propriedade, não deixará de se transformar quando esta também se transforma. Será até nesta região que, de futuro, se pode esperar uma modificação mais profunda da fisionomia do seu povoamento." (Orlando Ribeiro, Geografia de Portugal, v. III, pp. 862-864)

O princípio da aglomeração rege a disposição das edificações no *monte* e na *Aldeia*. A escala da propriedade condiciona a dimensão e o número de edificações que compõem o *monte*. Esta é a situação da Freguesia da Luz: os *montes* nem são tão extensos como noutras zonas nem estes solos lhes proporcionam colheitas tão abundantes, assim, o programa arquitectónico da exploração agrícola é reduzido. Outra chave interpretativa permite ler a situação da Aldeia. Posicionada na mancha de pequenas propriedades, ela está na charneira entre os

terrenos planos e o vale: ou seja, contígua à área agrícola mais fértil. É ao longo da charneira entre vale e planície que se implantam os aglomerados de edificações - *montes* e *Aldeia(s)*.

Mas o território também é construído por singularidades pontuais e significativas. A Igreja dedicado ao culto da Nossa Senhora da Luz, o Cemitério, a Praça de Toiros e a Fonte Santa marcam exterioridades que integram o conjunto da Aldeia da Luz. A Fonte Santa pontua o percurso sacralizado que tem como ponto focal a Igreja da Nossa Senhora da Luz.

Luz é também nome administrativo, mas o seu mais profundo significado relaciona-se com a pureza terapêutica/curativa da água que reintroduz essa natureza na religiosidade, garantindo a vital permanência da luz do olhar. Santa Luzia é santa padroeira, estatuada canonicamente em exemplar de grande qualidade artística que a Igreja alberga.

Hoje, como no passado, são ainda os ritos socio-religiosos que povoam o espaço vazio e aparentemente desunido - porque afinal é estruturado! - entre Aldeia e Igreja.

O Castelo da Lousa constitui também uma dessas singularidades, mas é tão só uma vigilante exterioridade do conjunto. Em primeira análise não parece terem condicionado de forma tão profunda a longa história deste território como a fixação de culto a Nossa Senhora da Luz ou o parcelamento territorial.

Topónimos encerram significados, ilustram funções, revelam processos formativos; dão nome, sentido e continuidade às coisas e às gentes; formas e usos "constroem" a acção humana, em permanente "diálogo" histórico, duplamente responsabilizado. Intervir é, também, intervir-se.

Os MONTES organizam e organizam-se em unidades territoriais, amplas ou restritas, em perfeita articulação com áreas produtivas, com qualidades de solo, com suportes de circulação e com "postos" seguros de permanência apetecível, a tempos e intervalos ritmados por movimentos de produção e descanso; mas hierarquizam-se em dominâncias e dependências com centralidades historicamente significativas (*Monte do Conde - Aldeia da Luz*).

As HORTAS, envolvem a unidade mais concentrada e de plena supremacia administrativa, económica e/ou militar (*Mourão*).

Os PORTOS, uma única vez em registo seco, articulam água e terra, circulação e distribuição (*Porto da Luz e Porto do Cú do Pato*).

Os MOÍNHOS, estão ao longo da serpente fluvial e "escolhem" uma das margens, excepcionalmente as duas (*Moinho do Boi e Moinhos Meirinho*).

Os "ACASTELADOS", pontos dominantes, controlam, mais do que defendem, os movimentos

viabilizados pela serpente fluvial ou pelos rectilíneos traçados (*Castelo da Lousa e Monte dos Castelos*).

Assim, o território emerge enquanto entidade histórica, cultural e fisicamente influente na vida dos homens, na produtividade do solo, nos usos, nas intervenções e nas "vontades" sociais, políticas, económicas, jurídicas ou administrativas relevando, uma ancestralidade cultural em contínua evolução.

O território é história.

Os elementos mais fortes na configuração deste território são fruto quer da história natural quer da história humana.

O elemento mais forte da paisagem é o profundo vale que sulca a extensa planície alentejana. Na charneira entre as duas unidades morfológicas e paisagísticas foram-se estabelecendo as aglomerações que povoam este território: as casas que compõem o monte e aldeia(s). A malha larga da propriedade, com configuração muito regular, reforçam a infinidade da paisagem.

A uma "aglomeração" de pequenas propriedades corresponde uma forma de povoamento específico: a Aldeia da Luz. Morfologia da propriedade e morfologia do edificado surgem pois fortemente implicadas.

Mas os materiais que compõem o território e sua disposição não se esgota nesta dicotomia. Há a contar a existência de outros materiais mais ou menos presentes (Nossa Senhora da Luz) ou mais ou menos esquecidos (os Portos, os Moinhos, o Castelo, etc.) mas, em qualquer dos casos, raros. A própria Aldeia da Luz constitui um facto territorial cuja existência e posição não pode apenas ser justificada por uma qualquer mecânica estruturalista. O conjunto das grandes propriedades agrícolas é diferenciado.

Observando tão smente os topónimos é possível reconhecer uma estrutura produtiva de escala vasta que integra, articula e hierarquiza elementos de natureza diferente. Aldeia da Luz e Monte do Conde constituem factos territoriais

distintos mas intimamente relacionados. O mesmo se passa com a Aldeia e a Nossa Senhora da Luz.

Um reduzido número de materiais, dispostos de forma regular, compõem este território. É o que se pode observar a um primeiro, e superficial, nível.

A complexidade e a profundidade histórica da configuração deste território exigem um trabalho de prospecção e interpretação muito mais minucioso: um trabalho capaz de reconhecer as diferenças - não apenas formais mas também sociais - que materiais semelhantes ostentam, e a especificidade das suas articulações.

O sistema de arruamentos é constituído por materiais muito simples. As ruas são asfaltadas e têm apenas um ou outro pequeno passeio acrescentado pelos moradores. As principais ruas têm continuidade nas principais estradas que convergem para a Aldeia. A rua principal (Rua Dr. Francisco Sá Carneiro) continua nas estradas para Mourão e Póvoa de São Miguel. No limite poente da Aldeia a rua principal continua, entre hortas, em direcção ao rio. É na confluência das principais ruas que se situa a Praça da Aldeia. Trata-se de um espaço amplo, pavimentado, onde se situam pequenos equipamentos: lavabos, uma mesa para jogar às cartas, bancos e algumas árvores. Apesar da exiguidade e simplicidade do mobiliário urbano o efeito Praça é notório. As ruas da Aldeia têm configuração bem mais sóbria: ausência de passeios, candeeiros... de qualquer peça de mobiliário urbano. A escala do largo em frente à Escola aproxima-se da da Praça, mas aí o pavimento é de saibro e as peças de mobiliário urbano são inexistentes. O nível de serviço dos arruamentos limita-se à circulação e iluminação pública. Dentro da povoação contam-se dois chafarizes públicos.

O sistema dos arruamentos tem nesta Aldeia, o que constitui um traço estrutural das aldeias portuguesas, configuração muito simples. É através de diferenças mínimas na configuração dos arruamentos - largura das ruas, sua posição e papel na malha - que se diferenciam as

componentes da malha. São estes os aspectos que, em primeira instância (mas outros há!), distinguem a Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e a Rua de Trás. **Os arruamentos resumem-se ao espaço vago entre edificações. A ausência de voluntarismo na sua configuração é absoluta,** quer porque constituem prolongamentos de traçados mais longos, quer porque são escassos nos materiais que os compõem. Tal exprime-se de forma particularmente evidente na configuração dos espaços exteriores em torno da Igreja da Nossa Senhora da Luz, Cemitério e Praça de Toiros. Entre estas edificações não há mais nada senão terra batida. Nem sequer uma árvore ou um lancil a delimitar uma qualquer porção de terreno. As qualidades formais deste espaço estão todas contidas na posição dos diferentes materiais num solo que se diferencia entre uma zona baixa e outra alta, mas, sobretudo, na arquitectura das diferentes edificações. **A contenção ao nível da configuração dos espaços exteriores é extrema.**

Por fim, importa sublinhar que a morfologia dos arruamentos é praticamente legível sem falhas a partir da morfologia da edificação. Uma e outra componente da morfologia urbana desenham-se reciprocamente.

Outros lugares há, além dos arruamentos, onde a comunidade se encontra e reconhece enquanto tal: Cooperativa, Casa do Povo, Junta, Escola, Igreja, Escola, os Cafés e Lojas, o Tanque e a Igreja da Nossa Senhora da Luz-Cemitério-Praça de Toiros. No ponto mais alto da Aldeia, anunciando-a desde longe, situa-se o depósito de água.

Igreja da Nossa Senhora da Luz-Fonte Santa-Cemitério-Praça de Toiros constituem uma referência importante para a comunidade. Não é possível ser da Aldeia da Luz sem conhecer a lenda ou estimar a obra e o lugar. Por agora apenas alguns elementos da estrutura sagrada foi possível desvendar. Outros materiais que compunham esta estrutura acabaram por se perder com o correr do tempo. Materiais que a memória da gente não reteve, mas em boa medida impressos nos topónimos. O que é desde já perfeitamente evidente é que esta estrutura sagrada tem uma morfologia espacial específica e particularmente significativa.

Algumas funções colectivas implantam-se nos pontos nodais de uma malha de arruamentos pouco hierarquizada, talvez as mais importantes. Mas nem sempre assim acontece: por exemplo, o comércio desenvolve-se em pontos diferentes da malha.

A malha apresenta-se formalmente hierarquizada mas tal não determina senão uma débil hierarquização das funções urbanas colectivas.

As situações com que deparámos ao nível da morfologia e da organização do lote na Aldela da luz são muito diversas:

- 1) Na Rua de Trás é recorrente o lote atravessado pelo arruamento. De um lado a casa comprime-se entre os limites exigidos da fracção do lote (algumas casas têm apenas duas aberturas: porta e chaminé). Do outro lado do arruamento ficam a horta, o forno ou a quejaria.
- 2) Na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (lado poente) predomina o lote com duas frentes. A casa - que fecha a frente do lote - dá para a rua principal. Por trás faz-se o acesso de máquinas e utensílios agrícolas. Estes são os lotes de maior dimensão e onde se encontram anexos em maior número e mais variados.
- 3) Por fim, aquela que constitui uma solução recorrente de organização da habitação no lote: o lote com uma única frente onde se situa a habitação.

"A casa do Sul caracteriza-se tanto pela forma simples como pela função especializada: construção geralmente de um só piso, destinada apenas a habitação. (...) Se forma geral da casa é muito simples são mais complexos e perfritos os dispositivos destinados a assegurar a função exclusiva de habitação. O exterior mostra as paredes rebocadas e caiadas, às vezes omadas de cores vivas; aberturas também frequentes nas traseiras, embora falem nas fachadas laterais; um *polu* de pedra, à entrada da porta convida ao descanso pela fresca da tarde. Nem em construções secundárias se usa outra cobertura que não seja a telha. O telhado de quatro águas não é raro. Nos edifícios de taipa ou adobe, as paredes são às vezes reforçadas por contrafortes salientes de pedra.

"Dentro a cal branqueia também paredes e tabiques iluminados pela claridade que a vidraça deixa passar; o chão é de terra batida ou, mais geralmente, de soalrado, calcetado com pedrinhas ou coberto de lajes. Um ripado de madeira, esteiras ou até um tecto de pranchas, isolam interiormente o telhado. A chaminé escoa o fumo, que já não se derrama pela casa enegrecendo-a. Interiormente corresponde-lhe uma grande lareira onde, no tempo frio, a família se junta à roda da mesa da refeição trabalham as mulheres. Por isso a chaminé se implanta sempre na fachada principal; pormenor arquitectónico que, ao longo do Alentejo, se carrega de intenção decorativa." (Orlando Ribeiro, Geografia de Portugal, v. III, p. 859)

"Na planura alentejana, onde faltam bons afloramentos de rocha dura, usa-se a taipa de maneira sistemática. (...) Introduzido pelos mouros, este processo simples, barato e resistente, consiste num enchimento de terra e pedras miúdas, batido a macho numa caixa de madeira, que serve de moldura aos muros; assente numa fiada ela forma a base da seguinte, até se levar o muro à altura desejada". (Orlando Ribeiro, Geografia de Portugal, v. III, p. 858)

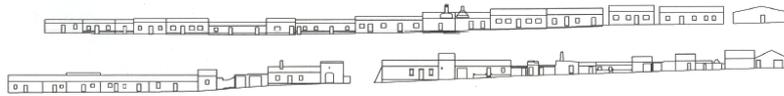
"O que domina, tanto na cidade como no campo, é a casa comprida de telhado de duas águas com um único andar térreo (...). Nas cidades como nas aldeias, encontram-se muitas vezes ruas inteiras de casas deste tipo com a maior monotonia e falta de expressão. Nas aldeias há, em regra, portões que levam a pátios, ladeados de instalações agrícolas. O telhado é pouco inclinado, às vezes é de quatro águas. (...) O único elemento que anima estas formas repetidas são as encantadoras chaminés. Erguem-se sobre os telhados como miniaturas de torres, protegidas da chuva por uma cúpula, e com aberturas laterais para deixar sair o fumo. Ora são caiadas de branco ora pintadas de vermelho e azul, e apresentam as mais variadas formas, cilíndricas, prismáticas e piramidais". (Hermann Lautenschach, Geografia de Portugal, v. III, p. 833)

As descrições das povoações «menores» do sul, e não importa se se tratam de textos, de fotografias ou de desenhos, estão povoadas por edificações e pelos diversos dispositivos que a estas estão associados. A riqueza das povoações que ao longo da história não foram objecto de fortes actos de voluntarismo é fruto de uma requintada e milenar cultura popular. Numa povoação construída por uma população cuja ocupação principal foi a agricultura é ao nível da configuração do espaço doméstico que esta cultura se exprime.

A um primeiro nível a excelência da Aldeia da Luz exprime-se na sábia posição territorial (ver

pontos 2.4. e 2.5.). Mas os elementos mais fortes da imagem do aglomerado estão impressos nas edificações que conformam a sucessão dos diversos espaços urbanos. Tudo o mais é de uma sobriedade extrema.

Um importante conjunto de aspectos da construção do espaço habitável - organização do lote e da casa, coberturas, chaminés, beirais, coloração das edificações, etc. - resolve-se através de um repertório limitado de soluções. Se as soluções de cobertura e de beiral dominantes, como acontece com a generalidade dos aspectos construtivos, resumem-se a duas, com pequenas variações, já as soluções ao nível



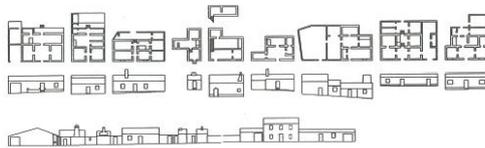
da organização do lote e da habitação são mais diversificadas. Basta referir que existem habitações cuja área de implantação é igual à área do lote, portanto sem qualquer logradouro ou horta, e existem habitações implantadas em lotes com áreas dez vezes superiores às da habitação, pelo que se pode dispor dentro do lote de amplas áreas exteriores, cultivadas ou não, onde existem anexos de diferente tipo.

Os telhados de telha com duas águas, o ritmo variável do parcelamento, a escala variável dos alçados, a elementaridade das soluções de fenestração, a recorrência do mesmo beiral, a escala e a excelência das chaminés, a cor de cal

que cobre edificações e muros, são sobretudo estes aspectos que desenham o carácter da Aldeia. A construção, o carácter intimista das hortas e pátios, os pequenos detalhes da edificação - os ligeiros de xisto e as tijoleiras, a escala da quejaria, os aproveitamentos da espessura das paredes, as lareiras -, os minuciosos muros de xisto que bordam campos... uma grande quantidade de detalhes construtivos, de soluções de micro-arquitectura, concorrem de forma decisiva para definir a imagem da Aldeia.

Os espaços do passado são fruto de uma

crecente atenção por parte da sociedade. É cada vez maior o número daqueles que pensam que valha a pena preservar as múltiplas estratificações no território fruto do trabalho de gerações. Mas nem todos ainda perceberam que não se trata apenas de preservar imagens mas, sobretudo, da matéria de estas são compostas. Na Aldeia da Luz está bem representada a importância da construção enquanto elemento de qualificação do espaço urbano. Atravessa transversalmente diversos aspectos da configuração da Aldeia, não se conforma com as hierarquias patententes a outros níveis.



"Expressão de relações entre o homem e a terra, resultante, por um lado, de condições naturais, por outro, da forma de colonização, modos de vida e sistemas de exploração, o povoamento, como tudo que é humano, evoluciona com certa independência das influências do ambiente, que permanecem sensivelmente idênticas ao longo do tempo.

"Examinando o repartimento da aglomeração e da disseminação, não deixará de notar-se a correlação delas com factos naturais, de relevo, clima, vegetação. (...) O povoamento do Alentejo, em aldeias e montes, está à planície e à secura estival que não prejudica a cultura do trigo. A maior humidade não é estranha ao desenvolvimento da dispersão, não só no Minho como por todo o Norte e Centro atlântico. As condições naturais favorecem culturas que, por sua vez, determinam formas de trabalho a que convém certa organização social e económica; o que tudo tem na expressão complexa que é o modo de vida o seu reflexo. A casa e a povoação amoldam-se às necessidades do homem e também às suas tendências, hábitos e tradições.

"Ora é sabido que **tudo isto se modifica**. (...) Quem imagina a vida rural imobilizada pelo menos desde a Idade Média, recorde que os dois produtos vegetais mais importantes na alimentação da gente dos campos, um em todo o país, o outro no Norte Atlântico - a batata e o milho -, foram introduzidos, o último há quatro séculos, o primeiro há menos de dois; e as plantas que vieram substituir eram cultivadas de outra maneira". (Orlando Ribeiro, Geografia de Portugal, v. III, pp. 887-888).

Não é este o lugar mais apropriado para discorrer sobre o papel que a expansão dos *media*, em particular da televisão, a expansão da cobertura escolar ou uma maior mobilidade

individual (geográfica e profissional) desempenham na alteração de modelos de vida e, consequentemente, na transformação da morfologia do espaço habitável e dos seus níveis de serviço. Cada geração acrescenta, adapta ou apaga materiais no território.

O território é o resultado de um processo descontinuo de estratificações. As modificações na estrutura da família e da população, ou nas estruturas económicas e sociais, ou nos meios tecnológicos disponíveis, podem determinar importantes modificações na morfologia do território ou nas formas de sua utilização.

Morfologia social e morfologia territorial evoluem a par mas com uma certa independência. Como se constituíssem uma estratificação geológica, em que é possível ler autonomamente os diferentes estratos mas, também, em que o movimento dos diversos estratos está implicado.

O território impõe alguma inércia em relação às transformações na morfologia social. Se assim não acontecesse os espaços produzidos pelas gerações que nos precederam teriam desaparecido à medida que os seus hábitos e modos de vida se iam transformando. É devido a esta resistência da forma que ainda hoje é possível ler nas formas do território as marcas da acção de gerações passadas. Todos nós nascemos num território já construído, num território que apenas em parte iremos modificar. Com este território onde é preciso aprender a viver cada qual console, lenta e inconscientemente, relações de

afecto e identificação. É por esta razão que muitos aspectos da morfologia do território permanecem de geração para geração mesmo após terem perdido qualquer valor funcional.

Não adianta lamentar a perda de um passado que estaria sujeito ao mesmo processo de transformação de que foi fruto. Mas seria grave apagar desse território de formação ancestral aqueles elementos que asseguram efectivamente a transição entre o passado e o futuro. Elementos que conferem aos lugares qualidades reconhecidas pelo corpo social.

A construção de uma barragem como a de Alqueva irá apagar uma grande parte destes materiais. No pós barragem teremos certamente uma população que vive num território que é seu mas que lhe é estranho. É por esta razão que a recuperação de elementos da estrutura que hoje o território apresenta para Nova Aldeia tem de ser assumida programáticamente.

Qualquer projecto terá necessariamente de se confrontar com estas duas dimensões: a necessidade de propôr uma povoação melhor adaptada às necessidades de hoje, pelo que necessariamente diferente, e que seja dotada de uma memória, de uma identidade passível de ser reconhecida por parte dos seus futuros habitantes, o que passa (1) pela recuperação de alguns materiais do território onde habitavam, algo que cabe à política urbanística prosseguir, e (2) por uma pedagogia territorial, algo que se

sobrepõe à política urbanística mas que extravasa o seu âmbito.

Caberá ao saber técnico a construção de um projecto que persiga estes objectivos. Mas este projecto não pode constituir senão uma hipótese a submeter à verificação, ou refutação, colectiva. Uma arquitectura que não tenha do homem uma perspectiva melhor em relação às efectivas condições da sua existência não é uma arquitectura digna desse mesmo homem. O saber técnico não pode abandonar uma perspectiva positiva em relação ao seu papel na sociedade, não pode demitir-se de imaginar outros horizontes para a existência colectiva, não pode iludir a sua capacidade, e responsabilidade, em contribuir para a construção do imaginário colectivo. Não assumi-lo corresponderia a abandonar o cidadão à sua própria sorte.

Mas nada seria mais indigno do que expropriar o outro à sua própria voz, do que falar por si. Nada seria mais indigno que recusar ao habitante a sua própria competência em relação à configuração do espaço habitável.

O projecto tem, pois, de concorrer para construir um espaço onde os diferentes planos da vida se desenrolem de modo mais conveniente - sobretudo da vida colectiva -, sem se substituir à competência do habitante. Articular ambas as dimensões obriga-nos hoje a gerir o projecto de forma aberta e participada. O saber técnico avançará com as suas hipóteses, deverá mostrá-las total e ostensivamente. Os outros

interlocutores deste processo são chamados a avaliá-las segundo o seu específico ponto de vista. A experiência diz-nos que num processo de interacção social devemos mobilizar argumentos rigorosos. Deste modo suscitam-se reacções igualmente rigorosas e objectivas.

Tudo quanto se segue deve ser encarado como uma hipótese. Uma hipótese muito motivada e tecnicamente correcta. Mas, inevitavelmente, uma hipótese a ser transformada num processo de interacção social.

É a vontade determinada dos habitantes da Aldeia da Luz serem realojados, na sequência da perda da actual povoação, o motivo que desencadeia o processo de construção de uma nova povoação. Razão suficiente, a nosso ver.

O ponto de partida para a formulação de qualquer proposta que aspire a responder às necessidades dos principais interessados por este processo - e são os seus futuros utilizadores, os habitantes da Aldeia da Luz, e os promotores do empreendimento - é considerar as aspirações e necessidades de que estes são portadores. Estas necessidades, a um primeiro nível, exprimem-se sob a forma de um programa, e podem ser agrupadas em dois grupos principais: as que se prendem com a reestruturação do espaço doméstico e aquelas que se prendem com a reestruturação do espaço colectivo e o seu nível de serviço. Para já fixar-nos nas necessidades expressas pelos habitantes, mais adiante, na Estratégia Operativa (pontos 8 e 9), referir-nos-emos de forma mais demorada aos condicionamentos programáticos que constituem requisitos do promotor.

Na Aldeia da Luz ainda existem habitações com instalações sanitárias ou cozinhas precárias, casas que são frescas no Verão mas frias no Inverno, casas com divisões sem uma única janela... estas e outras características tornam estas habitações - que são fascinantes na sua simplicidade distributiva e na sua excelência construtiva - porventura pouco confortáveis. Mas

as aspirações no que concerne à reestruturação do espaço doméstico têm outras facetas. Uma boa parte das pessoas manifestou o desejo de ter garagem, casa de matanças... o desejo de que na nova habitação os quartos tenham janelas, ou de que a circulação dentro de casa não se faça atravessando as diversas divisões. Ao mesmo tempo é evidente quanto os habitantes gostam da sua casa e da sua aldeia. Tal exprime-se na forma carinhosa como nos apresentam ao seu espaço doméstico, a elementos excepcionais como são as lareiras com as suas possantes chaminés. Tal exprime-se de forma particularmente evidente no modo cuidado como cada casa e toda a Aldeia são conservadas. Este constitui um aspecto importante porque a manutenção destas casas, sobretudo daquelas construídas segundo técnicas tradicionais, implica um esforço que não pode ser subestimado: caiação todos os anos e a necessidade de constantemente proceder a pequenas reparações.

No Alentejo, e em particular na Aldeia da Luz, subsiste uma cultura do habitar muito apurada e um habitat fruto de um longo processo de evolução. Mas exprimem-se também novas necessidades que decorrem da formação de diferentes horizontes de vida.

O programa de novos equipamentos e serviços colectivos para a Nova Aldeia é bem a medida de necessidades colectivas mais específicas e que exigem respostas cada vez mais

especializadas. A adequação a padrões de conforto colectivo contemporâneos passa pelo desenvolvimento de um programa de equipamentos e infraestruturas neste momento inexistente. É por demais evidente quanto as necessidades que, neste caso, se exprimem em relação à reestruturação do espaço habitável (doméstico e colectivo) correspondam a necessidades e aspirações difusas e ineludíveis. Responder a estas necessidades de modo eficaz constitui, por si só, um facto de desenvolvimento social. São estes os aspectos por excelência que cabem no âmbito de Intervenção de um Plano de Pormenor.

Da simples realização da albufeira, independentemente do modelo de desenvolvimento a prosseguir, resulta uma enorme série de impactos que imprimem uma nova qualidade à paisagem. Em primeiro lugar resulta a produção de uma grande quantidade de materiais incompletos: estradas que não vão dar a lado algum, propriedades amputadas em sectores importantes para a sua legibilidade, etc. A este tipo de impactos é necessário responder com medidas sectoriais: propondo a reconstrução de infraestruturas, o reemparcelamento do espaço aberto, etc. O que normalmente não acontece, ou ocorre de forma largamente insuficiente, é a avaliação do impacto visual destas pequenas e difusas intervenções no território. Voltou a ser absolutamente necessário reconsiderar o papel que os elementos «menores» têm na configuração da paisagem, perante a repetição de Norte a Sul do país dos mesmos materiais de arquitectura da paisagem. Importa cuidar do impacto das novas construções (e não importa se se tratam de edificações, estradas e caminhos, terrenos agrícolas ou infraestruturas de regadio) no desenho global da paisagem, em particular das novas estradas, na medida em que constituem elementos fundamentais da paisagem, pontos privilegiados para a sua fruição e porque articulam entre si materiais que antes não estavam articulados ou estavam de forma diferente.

Mais do que estabelecer um programa autónomo de actuação na paisagem julgamos necessária a **coordenação horizontal entre as diversas competências e políticas que concorrem para redesenhar e reestruturar o território**. É primordial cuidar das intervenções ao nível do sistema viário e da infraestruturização do espaço agrícola, nomeadamente a promover no âmbito dos trabalhos de reemparcelamento e infraestruturização agrícola. A extensão das soluções apuradas a outras zonas da envolvente da albufeira efectuar-se-á em moldes a acertar com a(s) entidade(s) promotora(s) das intervenções nos diversos sectores.

1. Ponto prévio

O projecto de realojamento das populações da Aldeia da Luz constitui uma oportunidade ideal para lançar um projecto-piloto de uma política local de promoção sócio-económica. Essa oportunidade é plenamente justificada se considerarmos que:

- é implícito que, qualquer que seja a solução de realojamento, se vão melhorar consideravelmente as condições de habitabilidade dos residentes da Aldeia da Luz;
- tal situação não significa, no entanto, que esse facto seja suficiente para, por si só, despoletar um processo de promoção sócio-económica desses residentes;
- no entanto, o desenvolvimento do Empreendimento de Alqueva implicará, com certeza, a definição de uma política integrada de desenvolvimento local/regional, tendente a tirar o máximo partido dos investimentos e das potencialidades económicas que o Alqueva necessariamente induzirá;
- essas potencialidades proporcionam, em abstracto, mudanças e rupturas na base económica local, pelo que terá que existir uma boa dose de voluntarismo no sentido de criar um ambiente propício à inovação num meio socio-territorial adverso, isto é, que tem vindo a acumular fortes

indicadores de recuo e estagnação sociais e económicos (desarticulação do sistema económico tradicional, fortes perdas populacionais, envelhecimento demográfico, etc);

- a política de promoção sócio-económica dos habitantes da Aldeia da Luz, terá, por isso, que ser articulada com as políticas de maior alcance regional, embora dirigidas a populações com características muito próximas das que são próprias dos habitantes deste aglomerado. Não faz sentido, por isso, apontar para soluções de política exclusivas e rigidamente orientadas ao micro-território da Aldeia da Luz: faltariam, com certeza, actores e recursos adequados, não se atingiriam níveis de eficiência que requerem escalas de problematização e de resolução mais vastas, perder-se-iam, finalmente sinergias resultantes da articulação de programas, medidas e acções de incidências sectoriais muito diversas e cuja escala de resolução só pode caber no território mais vasto que vai ser tocado pelo impacto do Alqueva.

A política de promoção sócio-económica assim proposta, embora equacionada tendo em conta as características sócio-económicas dos habitantes da Luz, deve, pelo que foi dito, ser entendida em articulação com o futuro plano de desenvolvimento integrado que se perspectiva para a região de influência do Alqueva.

2. Pano de fundo - os principais bloqueamentos.

Posta a questão desta forma, persistem, no entanto, muitas dúvidas sobre qual será o cenário pós-Alqueva. Já se acumularam demasiadas expectativas e outras tantas frustrações próprias de um processo de decisão que se tem vindo a arrastar, que tem conhecido avanços e recuos e que está ainda fortemente dependente do exógeno, nomeadamente:

- do acordo com Epanha sobre a gestão dos recursos hídricos (do qual dependem condicionantes de qualidade, de quantidade e de variação sazonal da água disponível) e, ao nível nacional, dos resultados do Plano Hidrológico Nacional;
- dos recursos financeiros disponíveis e da calendarização definitiva dos investimentos infraestruturais envolvidos no Empreendimento de Alqueva;
- das condicionantes que resultaram do Estudo de Impacto Ambiental, recentemente redefinido em novas bases;
- da definição das apostas principais que informarão o futuro plano de desenvolvimento integrado;

- no que se refere à componente agrícola, florestal e de produção animal, das orientações da UE em matéria de política agrícola e de uma correcta avaliação da competitividade do novo modelo de desenvolvimento Alentejano face à agressividade e ao peso da agro-pecuária do Sul de Espanha.

Considerando o nível local, a Aldeia da Luz, as principais preocupações resultam de um conjunto de factores de inércia que, basicamente, podem ser enunciadas da forma seguinte:

- um potencial demográfico muito envelhecido (cerca de 38% da população tinha, à data do Inquérito, mais de 55 anos de idade) e uma estrutura etária fortemente desequilibrada, nomeadamente, em função do défice das camadas infanto-juvenis. O índice de dependência (idosos e jovens) atinge já os 72%. A substituição de gerações está, por isso, já comprometida, tendo vindo a aprofundar-se o processo de emigração definitiva ou temporária;
- existência de uma população pouco escolarizada e ausência total de oferta de formação profissionalizante;

3. Para uma política de promoção sócio-económica: potencialidades e apostas.

À partida, as potencialidades do Empreendimento de Alqueva são de várias ordens:

- ao longo do desenvolvimento do projecto, registar-se-á forte oferta de emprego no sector das obras públicas, o que arrastará também uma forte subida da procura local de bens e serviços. Trata-se, no entanto, de um efeito de atratividade meramente conjuntural mas que poderá ser muito importante em termos de aumento da capacidade local de rendimento e de poupança que, no imediato, poderá viabilizar formas difusas de investimento em novas actividades ou até em pequenos projectos empresariais.
- o arranque do projecto terá também efeitos de "marketing" regional, proporcionando um aumento do fluxo turístico e contribuindo para a promoção e para a difusão das potencialidades regionais.
- o projecto do Perímetro de Regadio, constituirá uma oportunidade de modificação radical da agricultura da região, o que, previsivelmente, aumentará o grau de rentabilidade e intensidade das explorações agrícolas e por isso, uma maior oferta de emprego. Para além disso, o regadio poderá viabilizar a exploração económica de pequenas explorações, contribuindo assim para a diminuição da forte polarização social típica da

região. Nesta matéria as maiores incertezas vão para os resultados que possam ser conseguidos na sequência de uma política de extensão rural que acelere o processo de aprendizagem e adopção de inovações inerentes às novas formas de produção, tipos de produtos, processo de comercialização, agro-indústria, etc.

- na sua versão optimista, o resultado deste processo implicará um maior poder de fixação demográfica, um reforço funcional e populacional dos centros urbanos, uma maior diversidade social, e um clima de maior abertura às inovações e ao investimento (agrícola, mas não só).

Assim sendo, a prioridade das políticas locais de promoção sócio-económica terá que, necessariamente, incidir sobre a valorização dos recursos humanos, particularmente das camadas mais jovens, dos extractos populacionais que estão no limiar das decisões em matéria de profissão/ocupação e daquelas que, apesar de não tão jovens, possuem energias e recursos para re-orientar as suas oportunidades profissionais, empresariais e, em geral, de ocupação em actividades proporcionadoras de rendimentos mais elevados.

Pelo que foi dito no ponto prévio, não somos da opinião que a Aldeia da Luz constitua o escalão pertinente e coerente para a implementação de todas as vertentes de uma política de valorização dos recursos humanos, o que não quer dizer que os seus habitantes estejam, por isso, fora da abrangência dessa política. É necessário entender o território como espaço de mobilidades e distinguir sítios mais favoráveis para acolher e potenciar determinadas estruturas e níveis de formação, de outros, onde, por exemplo, se pode tirar partido dessa formação sob a forma de investimentos ou oportunidades de emprego. Exemplificando:

Se uma das vertentes da qualificação dos recursos humanos em matéria de inovação agrícola nas áreas de agricultura de regadio, da horticultura, das técnicas de agricultura "forçada", etc., implicar a criação de uma Escola Profissional, esta escola pode, à partida, com um meio mais favorável num centro urbano mais próximo onde já existam todos os graus de ensino até ao nível do 12º ano. Alguns dos alunos podem e devem ser da Aldeia da Luz.

Não faz muito sentido dizer agora se a solução de formação profissional se esgota no figurino das Escolas Profissionais. Haverá com certeza outras modalidades, desde cursos intensivos

organizados a partir de explorações agrícolas, até a cursos de especialização de nível superior a desenvolverem-se em Évora ou Beja. Essa avaliação só poderá ser feita conhecendo os recursos existentes, a estratégia das políticas regionais e os meios que daí vierem, avaliando apropriadamente as populações-alvo, etc.

As áreas e as modalidades de formação nas "novas agriculturas" terão que ser acompanhadas de campanhas de difusão de informação (uma verdadeira política de extensão rural, "agressiva" e bem colada ao terreno) sobre as potencialidades que se abrem em termos da produção de Produtos com Denominação de Origem, de entre os quais se destacam o azeite, o queijo, o vinho e a produção do porco de "pata negra". Este tipo de acções terão que ser complementadas com outras medidas coerentes com o funcionamento da "fileira": redes de comercialização, promoção, instituições de controlo e certificação de qualidade, reforço técnico e humano do cooperativismo, etc.

Para além da produção agro-silvo-pastoril, o turismo é uma das potencialidades recorrentemente associadas ao Alentejo. Das experiências recentes (reservas de caça, e procura de montes para segunda habitação, por exemplo) trata-se, no entanto, de uma actividade marcada

por uma forte sazonalidade e por uma pouca importância em termos de criação de emprego (pelo menos o denominado Turismo em Espaço Rural).

No entanto, dando como adquirido que a melhoria das acessibilidades potenciará o fluxo turístico (sobretudo o turismo de fim-de-semana e de estadias de curta duração) e que a albufeira do Alqueva (falta saber da qualidade da sua água...) constituirá com certeza um elemento de forte atractividade e visibilidade exterior, é de crer que o turismo possa, isoladamente ou como complemento de rendimento, constituir uma solução económica mais abrangente e proporcionadora de maior rendimento.

Nesta matéria, a Aldeia da Luz apresenta-se com uma posição muito favorável, sendo certo que será necessária alguma formação e alguma flexibilidade para que as novas habitações e a configuração dos respectivos lotes possam dar resposta à procura turística que vier a manifestar-se. Para além disso, equipamentos como o Museu da Luz constituirão um factor adicional de atractividade e o turismo como fonte de financiamento para um programa museológico mais ambicioso.

A uma base económica duplamente assente na agricultura/produção animal e no turismo, podem

ainda, complementarmente, visualizarem-se outras economias que podem encontrar soluções de formação profissional ao nível das Escolas Profissionais ou do Ensino Técnico-Profissional:

- a formação em técnicas de construção tradicionais: respondendo a uma procura resultante do renovado interesse pela recuperação do património construído (conjuntos e edifícios isolados) e pela recuperação de "montes";
- a formação em ofícios relacionados com a prestação de serviços (electricistas, mecânica automóvel, reparação de electrodomésticos, cuidados de saúde e de assistência social, etc.);
- a formação em actividades industriais/artesanais/artísticas (indústria extractiva; viti-vinicultura; derivados do leite; "eco-productos"; enchidos e fumados; doçaria regional, etc.).

Para além destas soluções que podem interessar directamente os habitantes da Aldeia da Luz, mas cuja implementação só é viável em escalas territoriais mais vastas, existem ainda pequenas medidas de política local, incidindo sobretudo nos mais jovens e nos mais idosos:

- um ensino pré-primário e primeiro ciclo do ensino básico mais inovador, valorizando as

potencialidades e o património cultural e natural locais e as formas de educação pela arte;

- um sistema de cuidados de saúde e assistência a idosos mais eficaz, proporcionando, nomeadamente serviços ambulatoriais de enfermagem e de apoio às famílias.

Uma vez que estão projectados espaços culturais e de lazer (Museu da Luz e Cooperativa), seria interessante prevêr algumas características arquitectónicas mínimas que permitissem a projecção de filmes, a instalação de exposições e os espectáculos de teatro e música. A animação destes equipamentos, para além das colectividades locais, poderia contar com alguns programas de itinerâncias a concertar com instituições não locais.

Um lago é sempre um elemento forte na paisagem. Na paisagem física e social. Pela sua extensão, a albufeira do Alqueva constituirá um facto marcante da paisagem do Alentejo que, com o correr do tempo, determinará o desenvolvimento de novas práticas sociais: a ida à praia, os desportos náuticos, o passeio dominical, etc. Se bem que a definição de uma faixa de protecção à albufeira com 500 metros de largura constitua um óbvio limite à exploração deste potencial, não o inviabiliza. São aspectos a considerar na procura de uma localização para a Nova Aldeia. A variação da cota da albufeira, a incerteza quanto à qualidade da água, possíveis impactos ambientais aconselham, para já, alguma prudência na "corrida para a água". Mesmo não estando em definitivo caracterizado um modelo de desenvolvimento agrícola para a região importa assegurar a proximidade entre Nova Aldeia e os campos agrícolas em torno da actual Aldeia. Além de se tratar de uma expectativa dos habitantes da Luz constitui um factor importante para viabilizar as formas de agricultura intensiva que se vierem a implementar. **Manter a continuidade entre aldeia e campos é assegurar a continuidade de formas de vidas profundamente enraizadas na comunidade local num momento de forte transformação. A distância que importa não aprofundar não é tanto física mas, sobretudo, cultural. No espaço agrícola em torno da aldeia a paisagem tem outra escala: muito**

mais delicada e minuciosa do que nos montes circundantes, onde domina a paisagem agreste característica dos campos «abertos e afolhados». Os campos de cultura em torno da aldeia são resultado de um enorme investimento de trabalho. A despedrega e a arrumação de pedras em muros custaram o esforço de gerações, facto que confere a estes campos um maior valor agrícola e um particular valor afectivo.

A localização da Nova Aldeia depende, por fim, de uma malha apertada de condicionalismos legais e dos diferentes cenários para a reposição de traçados viários.

Ponderar todos estes aspectos é necessário, na certeza, porém, de que a melhor localização para a Nova Aldeia será aquela com que cada um se conseguir comprometer de forma mais consequente.

Localização 1

Esta constitui a única hipótese de implantação da Nova Aldeia que não interfere com qualquer dos diversos condicionalismos legais à implantação de novas edificações que se sobrepõem no território; a área não está incluída na RAN, REN ou na faixa de 500m de protecção à albufeira. Aqui, a Nova Aldeia estaria próxima do eventual traçado Pipas-Valadares. No entanto, situada no centro do Monte Julião, localizar-se-ia desarticulada e em posição excêntrica em relação à sua actual área agrícola de pertinência. Caso se viesse a concretizar o traçado Pipas-Valadares esta descontinuidade acentuar-se-ia. Uma estreita articulação da Nova Aldeia com a sua área agrícola envolvente estaria em definitivo comprometida. Por fim, nesta localização a Nova Aldeia estaria exposta a Norte, numa zona deficiente ventilhada e a sua articulação, visual e funcional, com a albufeira seria difícil. Os terrenos baixos comprometem a articulação visual e por sua vez qualquer pequena variação da cota da albufeira implica um recuo considerável da borda de água.

Localização 2

Apesar de central em relação aos campos que hoje os habitantes da Aldeia da Luz exploram esta localização tem vários pontos desfavoráveis: no centro da freguesia é excêntrica em relação aos diversos cenários para a reposição dos principais dos traçados viários (e esta

constitui uma limitação importante na medida em que a viabilidade da Aldeia no futuro depende de boas condições de acessibilidade); o espaço de que se pode dispôr para edificar a Nova Aldeia é exíguo (comprime-se entre a faixa de protecção da albufeira e os actuals campos agrícolas); esta área está incluída na REN. Os terrenos mais próximos a submergir têm pouca pendente, pelo que, como acontecia com a hipótese anterior, qualquer variação na cota da albufeira, por mais pequena que fosse, implicaria um enorme afastamento da borda de água.

Localização 3

Esta localização desfruta de condições particularmente interessantes. Próxima da eventual ligação viária Pipas-Valadares, não está abrangida pela área da REN ou da RAN, aliás constitui uma área de pouco interesse agrícola, e implanta-se na única parte que permanecerá imersa do Monte dos Pássaros (e que constitui um fragmento de uma área agrícola cuja escala se alterará de forma drástica como consequência do enchimento da albufeira). Trata-se ainda de uma localização contígua à área agrícola explorada pelos habitantes da Aldeia da Luz e situa-se ao longo da actual estrada de ligação entre a Aldeia da Luz e Mourão.

Havendo ainda necessidade de aprofundar os estudos acerca da variação sazonal da cota da albufeira (estima-se, provisoriamente, que em anos de prolongada insuficiência de água poderá

haver uma variação de cerca de 25 metros na cota da albufeira; dados que importa actualizar), havendo também necessidade de confirmar qual a natureza dos impactos ambientais decorrentes da formação da albufeira e, sobretudo, porque a área necessária à implantação da Nova Aldeia está no interior na faixa de protecção à albufeira instituída pelo DR 2/88 não se julgou, para já, oportuna a implantação da Nova Aldeia neste lugar. No entanto, pelas perspectivas que, potencialmente, abre em termos de qualificação de práticas sociais e de reorientação das actividades económicas julgamos esta hipótese muito interessante.

As qualidades desta localização sugerem-nos a oportunidade em aprofundar a real dimensão dos obstáculos que neste momento a impedem ou desaconselham, para então voltar a reconsiderá-la. Importa salientar que esta é a localização que melhor responde às exigências expressas pela população da Aldeia da Luz no que se refere à sua futura reinstalação.

Localização 4

Contígua em relação à área agrícola em torno da Aldeia da Luz, situada à cota alta, podendo desfrutar de excepcionalmente ampla vista sob a albufeira no quadrante poente, com exposição solar semelhante à actual Aldeia da Luz, bem localizada em relação aos diversos cenários para a reposição do traçado das principais vias de comunicação, beneficiando de boa ventilação e

suficientemente afastada da albufeira para não sofrer possíveis impactos ambientais decorrentes da excessiva proximidade à albufeira esta constitui, a nosso ver, a melhor localização para a Nova Aldeia da Luz. A área necessária para a implantação da aldeia neste momento está abrangida pela REN (e, em parte diminuta, pela RAN) pelo que, para viabilizar esta localização, será necessário proceder à sua desafecção - perfeitamente viável dada a natureza do projecto em questão. Uma localização mais a Sul sobrepôr-se-ia em menor área à REN mas, neste caso, estaria dentro da faixa de protecção à albufeira. Eventuais impactos negativos em relação a este braço remoto da albufeira poderiam ser acautelados através de específicas medidas técnicas, o que viabilizaria a localização da Nova Aldeia dentro da faixa de protecção vigente. Mas, uma vez que este constitui um vínculo que apenas pode ser ultrapassado com um específico procedimento legislativo, entendeu-se tomar como referência para o desenvolvimento da proposta a localização assinalada.

Regularidades geométricas que se flexibilizam quando se configuram nas adaptações às naturais "geometrias" topográficas do território, mas que não atraiçoaem os lineamentos dos traçados esquemáticos.

Traçados colonizadores, que se concretizam em obediência "rígida" aos cruzamentos cardeais. Rigidez que reforçará tão só a organização dos elementos naturais inscritos na planície alentejana.

Esquemas que estão presentes na maior parte das cidades, vilas ou aldeias do Sul do país. Alentejo frio, morno e quente, em progressão cíclica, diária ou anual.

Só o "rápido" progresso oitocentista admite esquemas que se opõem à ancestral sabedoria dos que agem, actuam e intervêm no território; sabedoria secularmente transmitida, de forma oral, escrita e inscrita sobre o território, como se ela fosse, a um único tempo, sujeito e objecto dialogante.

"Os únicos edifícios que se notam fora do nítido limite das cidades do Sul são a praça de touros, um ou outro antigo mosteiro e algumas casas de campo dos habitantes mais abastados da cidade.

"É difícil caracterizar a organização espacial das aldeias portuguesas, mas pode notar-se que não é raro existir uma certa orientação ao longo de caminhos antigos. Não cheguei a distinguir formas típicas de aldeias. O que nunca falta é um grande largo rectangular, onde se realizam mercados e feiras, semanalmente ou duas vezes por mês, com grande afluência de gente dos arredores". (Hermann Lautensach, Geografia de Portugal, v. III, p. 834)

A primeira experiência que temos de uma povoação é a dos seus espaços exteriores: as ruas, as praças, os jardins, as pontes, as rampas e escadas. Conhecemos apenas algumas casas porque as habitámos, frequentámos ou visitámos. Mas atravessamos todas as ruas e praças. O espaço exterior é o espaço de todos. A narração e a concepção do projecto da Nova Aldeia da Luz iniciam na configuração do «espaço colectivo»; iniciam na descrição e na concepção dos seus arruamentos - ruas, praças, jardins, largos, etc. - e equipamentos.

A chegada à Nova Aldeia pela via proposta, a nascente, faz-se atravessando sucessivos olvais o último dos quais entra connosco na Aldeia.

O Depósito de água anuncia a Aldeia desde longe. O seu piso de cobertura, de acesso público, constitui um ponto de observação da paisagem.

A entrada na Aldeia faz-se através de um amplo Terreiro onde se localizam o Mercado, Praça de Toiros (que poderá ter outra localização) e, ao fundo, a Igreja. As oliveiras que sombreiam o Terreiro são pré-existentes. No flanco Sul da Igreja abre-se a Praça. Espaço pavimentado com dimensões mais contidas, onde se situam os principais edifícios colectivos: Cooperativa/ Casa do Povo, Junta de Freguesia e Igreja.

A área urbanizada é servida por três ruas com direcção Norte-Sul, a mesma direcção da pequena depressão onde a Nova Aldeia se situa. Estes arruamentos retomam o traçado de caminhos

existentes. Assim, assegura-se desde o primeiro momento a articulação da Nova Aldeia com os campos em torno.

Museu, Cemitério e Igreja da Nossa Senhora da Luz implantam-se a ocidente, num lugar afastado com ampla visibilidade sobre a albufeira. Um eixo processional une o núcleo Museu - Igreja - Cemitério à Fonte Santa, implantada na saída poente da Aldeia.

No centro da povoação, ao longo de uma rua, situam-se os seus principais lugares de encontro: Igreja, Terreiro, Praça, Correio, Centros de Dia e de Saúde. Esta rua, dado o seu particular papel na forma e na vivência da Aldeia, é objecto de um tratamento formal particularmente cuidadoso.

A Rua é arborizada de Norte a Sul com laranjeiras e os pavimentos são calcetados: escória de mármore no passeio e seixos na faixa de rodagem. É esta rua que estabelece a ligação entre a aldeia e os campos de cultivo. Para além do limite edificado, situam-se o Campo de Futebol, hortas e - no limite do ciclo da água - o Tanque e a ETAR.

A riqueza do espaço colectivo não se resume apenas à diversidade dos elementos que o compõem - rua, praça, terreiro, etc. -, nem apenas à sua combinação ou ao conjunto dos equipamentos e actividades. O carácter e conforto de qualquer povoação é em boa medida devedor da configuração destes espaços exteriores. Seria inadmissível dimensionar a Nova Aldeia com constrangimentos ao nível da circulação de pessoas, veículos e máquinas; ou em que o acesso e manutenção das diversas infraestruturas sob a via pública fosse difícil. Por isso, é importante dar uma medida rigorosa aos diversos materiais que compõem a via pública: faixa de rodagem, passeio, elementos de vegetação, dispositivos de iluminação, de sinalização, pequenos equipamentos como cabines telefónicas, dispositivos para a deposição de lixo, etc. Mas seria igualmente inadmissível dimensionar estes dispositivos e materiais apenas com base em critérios funcionais. O carácter do espaço de rua está associado quer à qualidade dos materiais que a compõem quer à forma da sua articulação. Entre os diversos materiais que compõem o espaço de rua não decorrem apenas relações funcionais e técnicas mas também expressivas. E este último é um aspecto fundamental para definir o carácter das povoações. Aspecto largamente menosprezado por quem deveria zelar pelo interesse público no que respeita à

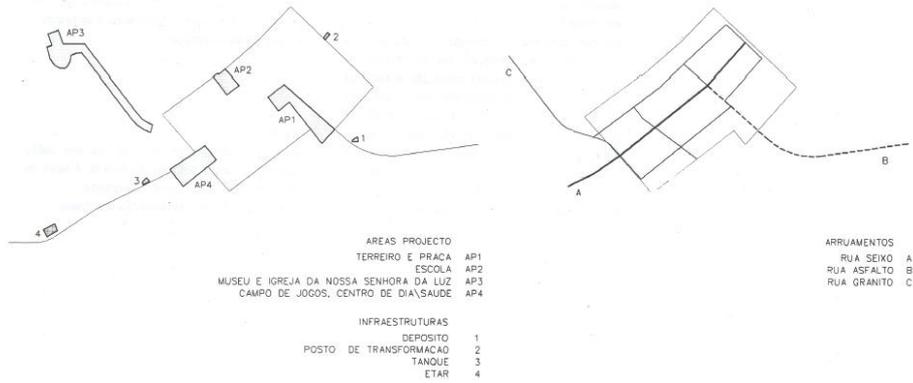
construção do espaço habitável: pavimentos que se esburacam com a maior das facilidades, sistemas de drenagem que não funcionam, um vasto conjunto de dispositivos ineficazes e de manutenção onerosa (mobiliário urbano, dispositivos para a recolha de lixo, etc.); soluções banais e tecnicamente incorrectas de construção do espaço público, infelizmente são habituais.

O dimensionamento do sistema de arruamentos, nos seus aspectos gerais e de pormenor, nas suas dimensões técnica e expressiva, constitui um aspecto central da nossa reflexão.

O conjunto de arruamentos da Nova Aldeia da Luz resolve-se num número restrito de soluções construtivas, as quais correspondem às tipologias de rua A, B e C.

A necessidade de aprofundar desde já estes aspectos do projecto prende-se com três razões fundamentais: dar uma forma clara e precisa ao espaço urbano; comunicar estas hipóteses projectuais, ou seja, pô-las à consideração colectiva; dimensionar de forma rigorosa o espaço urbano nas suas componentes funcional, técnica e económica. A mesma perspectiva de trabalho deverá abranger outros componentes do espaço de rua como sejam: bancos exteriores, dispositivos para a recolha de lixo, telefone público e, muito importante, os diversos componentes dos sistemas infraestruturais (caixas de ligação e comutação de electricidade, de telecomunicações, etc.).

As regularidades constroem-se mediante ábacos tipológicos, as singularidades mediante áreas-projecto.



137592 | CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Rua A

Com a faixa de rodagem calçetada a seixo e o passeio calçetado a escória de mármore, esta é a rua com o desenho mais nobre. Pela posição na malha (está no centro) e pelo seu papel (ligação aos campos e ligação dos principais equipamentos), esta é a Rua Principal da Aldeia, aspecto que o projecto de solo apenas vem confirmar. São laranjeiras as árvores que se dispõem ao longo do passeio largo. De quando em quando um ou outro banco ao longo dos alçados convidam à paragem. Cada entrada determina uma marcação no pavimento: no passeio de mármore esta marcação é feita por uma diferença de material (pavimento em xisto da reglão); no lado oposto da rua, onde não há passeio, esta marcação é feita através de um lageado de granito sobreelevado em relação à via. Deste modo a casa define uma área de pertinência no espaço público. A iluminação é fixa nas fachadas das casas.

Rua B

Tem os dois passeios em betão lavado com juntas preenchidas a xisto. Estas juntas correspondem à modulação da betonagem e são o mote para remendar futuros rasgamentos no passeio. A via, que constitui o prolongamento da estrada de acesso à Nova Aldeia, é asfaltada. Para além do passeio existe uma faixa em saibro. O remate entre estes dois pavimentos é resolvido com um dreno. Este é o único lugar em toda a Aldeia em que a iluminação é assegurada por postes de iluminação.

Rua C

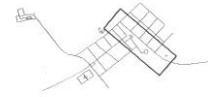
Nesta rua retomam-se os passeios em betão lavado com juntas em xisto da Rua B. A faixa de rodagem é calçetada a cubo de granito. A iluminação é fixa nas fachadas das casas.

137592 | CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ

É pelo Terreiro que se entra na Nova Aldeia. Queremos que o olival às portas da Nova Aldeia se prolongue pelo Terreiro dentro ou, com o consentimento dos respectivos proprietários, pelos quintais da Nova Aldeia.

O primeiro elemento do Terreiro é a Praça de Toiros. Mais adiante, o volume branco e fechado do Mercado. No Alentejo a sombra das árvores não proporciona o fresco tão apetecível nas tardes escaldantes de Verão: são as arquitecturas e a água que podem proporcionar esta pequena e essencial forma de conforto. Com um pequeno repuxo no centro e abrindo-se de forma discreta para o exterior, o edifício do mercado é antes do mais uma casa de fresco. Lugar por excelência de encontro na entrada da cidade.

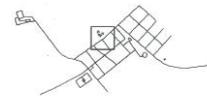
Mas é a Igreja que domina o Terreiro. Situa-se na viragem entre Terreiro e Praça, no ponto focal dos dois principais espaços exteriores da Nova Aldeia. As linhas simples, a êntase das paredes ou o batistério-contraforte decorrem da opção construtiva: a nova Igreja deverá ser construída em taipa. Para a arquitectura do interior queremos recuperar alguns dos materiais construtivos da actual Aldeia que porventura não venham a ser reutilizados nas novas habitações: xistos e tijoleiras para os pavimentos, e as madeiras para as coberturas, altares, portas, etc.

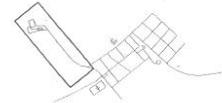


No 'interior' do Terreiro, no espaço livre de oliveiras, desenvolve-se uma Alameda. Tem uma extremidade no flanco Sul da Igreja, início da Praça, a outra é constituída pela Praça de Toiros. Um alinhamento de oito postes de iluminação - os únicos em toda a Aldeia - e o ensalbrado do chão marcam este espaço com vocação para o estacionamento de vendedores e diversões em ocasiões de festa.

Inserindo a Escola no longo quarteirão no limite poente da Nova Aldeia pretendeu-se proporcionar uma abertura da Aldeia para este quadrante onde domina a paisagem de horizontes profundos característica dos campos abertos.

Duas edificações correspondem ao desenvolvimento dos programas de Jardim Infantil e Escola Primária. O conjunto dos dois edifícios está sobre-dimensionado em relação à população escolar da actual Aldeia. Pensamos que parte do edifício da Escola poderia albergar actividades lúdicas e educativas não directamente conexas com a actividade pedagógica normal deste tipo de escola. A área assinalada como Biblioteca (8) poderia dispor de meios audiovisuais e informáticos mínimos que lhe pudessem conferir a vocação de espaço de estudo e de encontro dos jovens da Aldeia. Mas o maior edifício pode ainda acolher a Escola Primária e o Jardim de Infância. Neste caso dispensar-se-ia a construção do edifício do Jardim de Infância. As consequências para a morfologia da Aldeia seriam mínimas uma vez que o Jardim está numa segunda linha de edificação.





Proposta para o perfil museológico do Ecomuseu da Nova Aldeia da Luz

1. De uma forma abrangente podemos definir o conceito de Ecomuseu como uma instituição que gere, estuda, explora para fins científicos, educativos e em geral culturais, o património global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do meio natural e cultural dessa comunidade.

Seguindo esta linha de orientação, o Ecomuseu é, ao mesmo tempo, um museu do tempo e do espaço:

- de um "tempo longo" definido por sucessivas estratificações históricas que moldam as características de um lugar, e de um "tempo prospectivo" que contextualiza as dinâmicas do presente;
- de um "espaço" que corresponde à territorialização de uma memória e de uma identidade de um lugar. Memória e identidade traduzida em elementos físicos (património construído, paisagem vivida e apropriada por um

determinado modelo de cultura) e imateriais (modos de vida, valores culturais locais, artes e ofícios, hábitos e costumes. ...).

2. Este modelo conceptual de museu parece-nos o mais adequado para a Nova Aldeia da Luz. Contra a ideia convencional de "museu-depósito" de objectos mais ou menos descontextualizados, espécie de reserva inerte de marcas de um tempo e de vivências já passadas, propomos um museu vivo, elemento activo de um processo de re-apropriação e de re-identificação com um novo lugar, o qual não corta completamente as amarras com o que o precedeu.

O Ecomuseu da Nova Aldeia da Luz não deve ser, por isso, apenas um local onde se encenam nostalgias de outro tempo e de um outro lugar. Pelo contrário, queremos que o museu seja uma ligação, um factor de reconciliação e de continuidade entre gerações, e uma reserva identitária, que hoje em dia está cada vez mais ameaçada por mecanismos de normalização cultural ou de "folclorização".

3. O sítio proposto para a implantação do museu é, por isso, intencional. A sua localização junto da Igreja e do Cemitério pretende reforçar a carga simbólica deste conjunto: fisicamente separado da aldeia mas, por isso, mais próximo de memórias e cargas culturais que tecem as ligações a um passado próximo. Desta ancoragem, espécie de "centro de interpretação" da cultura rural tradicional, poder-se-ão construir pontes entre a comunidade actual e as suas origens, conciliar raízes culturais e modernidade.

4. Enquanto museu vivo, pretende-se que a definição do seu conteúdo seja largamente participada pelas populações locais - actores, mais do que figurantes de um cenário estranho - e que se constitua como um instrumento de animação e de difusão culturais.

Esta abordagem dinâmica e multidisciplinar exige, no entanto, uma coerência que, à partida, se pode estruturar em várias propostas museográficas:

- a mais evidente é a que resulta do próprio processo de realocização da Aldeia da Luz. A actual diversidade de materiais e técnicas expositivas constitui um potencial rico de sugestões para encenar esta aposta de museu-transição;

- a mais convencional (não necessariamente em termos museográficos) corresponde à recriação de ambientes, memórias e "atmosferas" do passado. As tecnologias multi-media podem

jogar um papel fundamental, articulando-se num jogo de sensações e de significações (visuais, tácteis, olfativas e auditivas) que enriqueçam o museu para lá dos objectos que ali se expõem;

- a mais inesperada há-de apoiar-se em incursões temáticas (sob forma de exposições temporárias, por exemplo) que liguem passado, presente e futuro: a evolução dos sistemas agrícolas, a evolução das arquitecturas e das técnicas construtivas; o uso dos materiais e dos recursos naturais locais; as rupturas e os equilíbrios ambientais; o uso da água; a condição fronteira, etc.

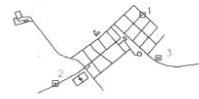
5. Finalmente, destacaríamos também a componente mais activa e pedagógica do ecomuseu. Neste sentido, o museu, na medida dos recursos que tiver à sua disposição, deverá, nomeadamente, integrar:

- um Centro de estudo e documentação;
- um Centro de interpretação científica;
- um Centro dinamizador de programas de animação.

A actividade destes centros deve apoiar-se nos recursos existentes no museu ou nas suas proximidades, devendo privilegiar públicos escolares e funcionar em estreita colaboração com os estabelecimentos de ensino. O museu torna-se, assim, num recurso de alto valor em termos de inovação pedagógica e de complemento com as actividades escolares.

Assim, o museu interioriza uma mais-valia em termos de atractividade, podendo aumentar os seus públicos, articular-se com as potencialidades turísticas (sobretudo culturais e ambientais) da região e, desse modo, ampliar a captação de recursos financeiros adequados ao dinamismo que se pretende.

O projecto proposto terá necessariamente de ser reajustado em função de uma definição programática mais concreta. O percurso elíptico que circunda a Igreja da Nossa Senhora da Luz recupera um percurso processional que, julgamos, terá existido em torno da Igreja.



Os elementos construídos dos sistemas infra-estruturais constituem elementos particularmente importantes do desenho do espaço urbano. A sua importância é directamente proporcional à desatenção projectual a que são normalmente votados. Assim, é frequente estes dispositivos constituírem elementos menores na configuração do espaço urbano, senão da sua desqualificação.

Por este motivo é que nos parece importante determo-nos no seu desenho. Desenhámos, de forma indicativa, o depósito (que além de marcar a chegada à Nova Aldeia constitui um miradouro), PT, ETAR, e o tanque (trata-se de reinstalação do tanque existente).

O parcelamento das áreas inscritas na malha de arruamentos poderá efectuar-se sem a obediência a qualquer módulo base de parcelamento. Deste modo, pensamos poder responder às pretensões da população no que concerne à indemnização em espécie: "casa a casa, terra a terra". Ou seja, não se deverá partir para o parcelamento com uma grelha estabelecida *à priori*, mas qualquer solução de parcelamento deverá nascer da análise pormenorizada das posses de cada família.

Deste procedimento certamente resultarão ritmos muito variados na configuração da morfologia urbana, como acontece na actual Aldeia.

Estão previstos caminhos que permitem o acesso aos lotes pelo seu lado posterior, o que constitui um elemento de flexibilidade ao nível do uso do lote.

"A casa rural é ao mesmo tempo lar de família e utensílio da exploração agrícola. Por isso ela comporta, coberta pelo mesmo tecto ou em anexos mais ou menos próximos, parte considerável de espaço reservado aos animais, à recolha de instrumentos ou produtos agrícolas, de palhas, feno e grãos. Por outro lado, a construção abre-se umas vezes para a rua, outras, pela frente ou pelas traseiras, para um quintal, arremedo ou resumo do campo, ou para um lugar de manobra necessário aos animais, veículos ou utensílios que requer a exploração agrícola". (Orlando Ribeiro, Geografia de Portugal, v. III, p. 857)

O lote deverá possibilitar a acomodação dos materiais arquitectónicos que decorrem da complexidade da vida familiar e social. A responsabilidade do arquitecto reside no tratamento ao nível da forma de programas profundamente enraizados nos hábitos sociais. São os aspectos mais determinantes da configuração do espaço público que, nesta fase de Concurso, nos pareceu necessário desenvolver com alguma profundidade. A implantação da casa na frente do lote justifica-se plenamente por razões culturais. Assim, a casa constitui um importante elemento no desenho da aglomeração e, em particular, dos arruamentos. Importa tratar a sua imagem, possibilitando uma grande flexibilidade ao nível dos usos e dos modelos de vida que pode, e deve, albergar.

Não é social, cultural ou legalmente sustentável reconstruir as casas actuais: muito fechadas, com inúmeras divisões sem janela, sem casa de banho ou sem uma cozinha moderna. Além de não ser possível, seria anacrónico.

Estas casas, inevitavelmente, transformar-se-iam. Mas é ainda possível recuperar alguns aspectos como o desenvolvimento da habitação num único piso, as soluções (tipológicas e construtivas) de cobertura e beiral, soluções de fenestração simples mas com tamanho e inserção no alçado não condicionada, etc. Em particular, pensamos ser oportuno recuperar as lareiras e chaminés existentes, porque constituem elementos importantes da imagem da povoação e da habitação.

Na medida em que as famílias assim o desejarem, propõe-se a recuperação das vigas de xisto pertencentes às chaminés.

A organização do espaço doméstico será confiada a um conjunto de soluções tipológicas que devem permitir uma ampla adaptação em relação às necessidades das diferentes famílias. Em relação aos aspectos do lote que de modo mais directo influem com a imagem global da povoação (posição da habitação no lote, telhados, beiral, muros, portões, pátios, etc.), o esforço conceptual foi reforçado - e importa prosseguir nesta direcção - e visa a definição da imagem global da Nova Aldeia. É definindo o léxico arquitectónico e um conjunto mínimo de regras gramaticais que se pode concorrer para

este objectivo. Um guia construtivo visa orientar as soluções construtivas sem prescrever à partida os conteúdos funcionais e expressivos do projecto. Um guia ou normas técnicas de construção estão para a construção da cidade como o dicionário, a sintaxe e a gramática estão para a construção do discurso.

Recorrer a um conjunto finito, mas simultaneamente amplo, de vocábulos e de regras gramaticais simples, não limita o conteúdo e a expressividade do que quisermos dizer. Por exemplo, este texto, como o dos outros concorrentes.

Casa térrea.

Esta casa desenvolve-se num só piso térreo a partir de um módulo base constituído por: sala, lareira, cozinha e passagem para o quintal.

Os quartos dispõem-se perpendicularmente ao corredor de distribuição, pressupondo crescimentos térreos paralelamente à rua.

A orientação da casa proporciona a configuração de pequenos espaços voltados para a rua ou para o interior do lote.

Abrem-se, assim, várias possibilidades no dimensionamento do espaço doméstico e na relação que este estabelece com a rua e o quintal.

A lareira pode localizar-se em qualquer das seguintes posições: entre a sala e a cozinha, na fachada principal ou perpendicularmente a esta. Admite-se a reutilização das vigas de pedra existentes nas actuais lareiras.

Casa pátio.

Esta casa desenvolve-se num só piso térreo a partir de um módulo base constituído por: sala, lareira, cozinha e passagem para o quintal.

Os quartos dispõem-se perpendicularmente ao corredor de distribuição, pressupondo crescimentos térreos para o interior do lote.

A implantação da casa no lote possibilita a configuração de dois espaços de relação com a rua (um doméstico e outro de trabalho) ou a configuração de único pátio.

Abrem-se, assim, várias possibilidades no dimensionamento do espaço doméstico.

À semelhança do caso anterior, a lareira pode localizar-se em qualquer das seguintes posições: entre a sala e os quartos, na fachada principal ou perpendicularmente a esta. Admite-se a reutilização das vigas de pedra existentes nas actuais lareiras.

Casa com dois pisos.

Esta casa desenvolve-se em dois pisos a partir de um módulo base no piso térreo constituído por: sala, lareira, cozinha e passagem para o quintal.

Os quartos dispõem-se perpendicularmente ao corredor de distribuição num meio piso superior enquanto no piso térreo correspondente se propicia a actividade comercial.

A orientação da casa proporciona a configuração de pequenos pátios voltados para a rua ou para o interior do lote.

Abrem-se, assim, várias possibilidades no dimensionamento do espaço doméstico e na relação que este estabelece com a rua e o quintal.

A lareira pode ser localizada numa das seguintes posições: entre a sala e a cozinha, na fachada principal ou perpendicularmente a esta. Admite-se a reutilização das pedras existentes sobre o vão das lareiras actuais.

A orientação desta casa térrea no lote configura uma frente de rua compacta. O telhado de duas águas de telha comum prolonga-se sobre o muro lateral criando um alpendre coberto, espaço de transição entre o quintal e o espaço doméstico. A entrada da casa comunica directamente com a passagem para o quintal. A porta abre-se sobre a sala e o fogão. A cozinha volta-se para o quintal sem estabelecer uma fronteira clara com a sala. Estar, comer e cozinhar utilizam espaços diferenciados mas em continuidade espacial. A lareira posiciona-se perpendicularmente em relação à fachada sobre a rua. Admitem-se outras posições para implantar a lareira no fogo - por exemplo, na cozinha - ou a sua inexistência. O corredor de distribuição sobre a cumieira do telhado dá acesso a dois quartos voltados para a rua e abre-se sobre o quintal e alpendre da casa.

A orientação desta casa térrea no lote configura um pequeno espaço voltado para a rua. A entrada da casa comunica directamente com a passagem para o quintal. A porta abre-se sobre a sala e o fogão. A cozinha volta-se para o quintal sem estabelecer uma fronteira clara com a sala. Estar, comer e cozinhar utilizam espaços diferenciados mas em continuidade espacial. A lareira encontra-se sobre a fachada principal. O corredor de distribuição sobre a cumieira do telhado dá acesso a dois quartos voltados para o quintal e abre-se sobre um pequeno espaço exterior voltado para a rua.

A orientação desta casa térrea no lote configura uma frente de rua contínua. O telhado com uma única água de telha determina a existência de um alçado para a rua com dois pisos e, no lado diametralmente oposto, um alçado de um único piso. No andar térreo possibilita-se a actividade comercial.

A entrada da casa comunica directamente com a passagem para o quintal. A porta abre-se sobre a sala e o fogão. A cozinha volta-se para o quintal sem estabelecer uma fronteira clara com a sala. Estar, comer e cozinhar utilizam espaços diferenciados mas em continuidade espacial. Neste exemplo, a lareira encontra-se entre a sala e a cozinha.

O corredor de distribuição no meio piso superior dá acesso a três quartos voltados para a rua.

Mais que imagens.

Não é possível saber antecipadamente qual será o resultado final de um processo aberto de projectação. A composição de imagens gerais da povoação, da rua, da casa, ou outras, pressupõe sempre uma simplificação em relação ao que é o processo real de construção (da imagem) de um aglomerado.

No entanto, afirmar que o resultado final não se pode conhecer antecipadamente não significa que estas imagens escapem a qualquer possibilidade de cálculo. O projecto constitui sempre a tentativa em definir um campo de possibilidades.

As diversas componentes do projecto gozam de uma estabilidade variável. Por exemplo, o desenho do espaço público - arruamentos e, em menor medida, equipamentos - goza(m) de uma maior estabilidade se comparado com o desenho da habitação. A *instabilidade* do desenho da habitação não advém tanto de uma qualquer espécie de renúncia em desenhar mas, sobretudo, porque o esforço de prefiguração da habitação incide no léxico dos elementos que a compõem e menos no estabelecimento de uma gramática rígida para a sua composição. Este espaço deixado deliberadamente em aberto é o espaço através do qual cada um poderá exprimir a sua legítima individualidade.

As imagens que é possível produzir da realidade projectada não são, portanto, imagens verdadeiras. Contudo, constituem elementos fundamentais de exploração do contexto: do contexto físico mas também, ou sobretudo, do contexto social. A sua importância para a construção do projecto é extrema. Projecto que, neste sentido, constitui um instrumento de conhecimento da realidade social.

O ordenamento urbanístico da freguesia dependerá do desenvolvimento de outros estudos, como sejam o projecto de reemparcelamento agrícola (incluindo uma zona de regadio? qual?) ou o PROZEA, pelo que seria absolutamente inoportuno avançar com propostas concretas a este nível.

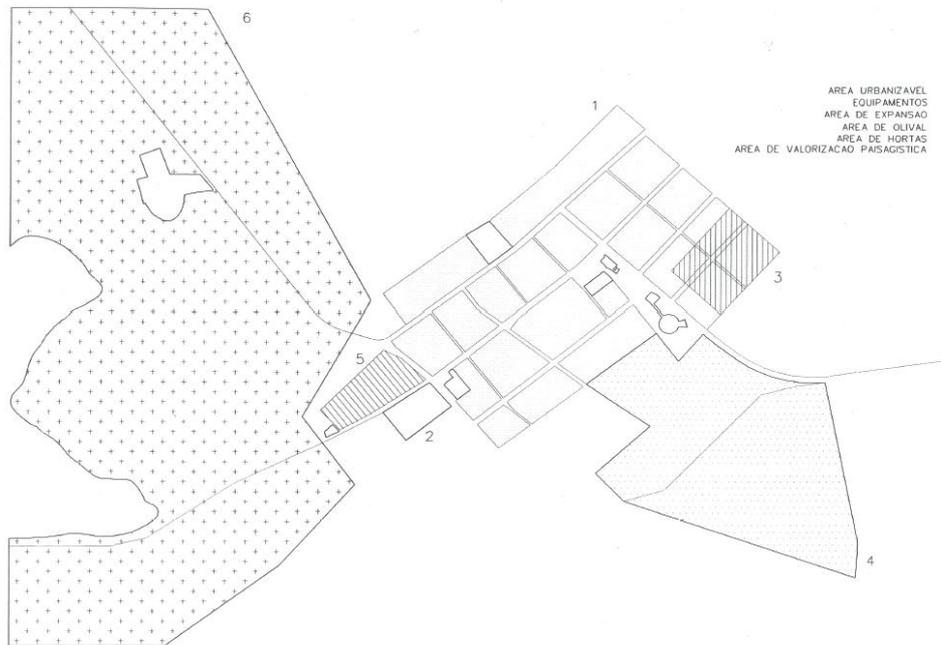
Salvaguardam-se os princípios expostos no ponto 5.2. Pela Paisagem:

Mais do que estabelecer um programa autónomo de actuação na paisagem - este programa decorre, p. ex., da necessidade em restabelecer ligações cortadas ou da necessidade de reestruturar o espaço agrícola aspectos que extravasam a competência de quem tem de tratar dos impactos paisagísticos - julgamos necessária a coordenação horizontal entre as diversas competências e políticas que concorrem para redesenhar e reestruturar o território.

O esquema da página do lado ilustra alguns aspectos que se prendem com o enquadramento paisagístico da Nova Aldeia. Está também indicada uma área de expansão urbana.

Sobretudo será importante cuidar do enquadramento paisagístico da Nova Aldeia a nascente (lado a partir do qual se acede à Nova Aldeia) e a Sul (relação com a albufeira e enquadramento do Cemitério e Igreja da Nossa Senhora da Luz). A nascente importaria preservar os olivais existentes entre a estrada Mourão-Póvoa e a

Nova Aldeia. Seria prematuro indicar a que tipo de ocupação vegetal é que poderia corresponder o enquadramento do Cemitério e Igreja antes de serem conhecidos com rigor os impactos ambientais decorrentes da formação da albufeira. Fica indicada a intenção de qualificar esta área.



De pouco serviria imaginar uma Nova Aldeia se não fosse possível construir um processo que a tornasse provável. É assim que a Estratégia Operativa constitui uma componente fundamental da operação de reinstalação da Aldeia da Luz.

Na construção da Nova Aldeia deposita-se a esperança de que venha a abrir caminho para um futuro melhor. Mas, não será possível fazer face aos problemas existentes, sobretudo socio-económicos, e responder às expectativas da população fazendo apenas recurso a medidas de política urbanística. O sucesso da operação está, inevitavelmente, amarrado à criação de novas oportunidades de desenvolvimento económico, social e cultural.

No entanto, a componente urbanística do processo de reinstalação da Aldeia constitui um aspecto fundamental para o sucesso da operação na sua globalidade e para a prossecução dos objectivos do Empreendimento. Pensamos que o saber técnico terá um importante papel a desempenhar na formulação das diferentes soluções de política territorial e, mais especificamente, de política urbanística. Mas é duvidoso que possa desempenhar este papel de forma eficaz no desconhecimento do que é a 'realidade local'. E, a nosso ver, este trabalho de prospecção da 'realidade local' deve orientar-se segundo duas direcções fundamentais:

1. O **Inquérito urbanístico**, a promover, deverá ser suficientemente minucioso para que as soluções de realojamento a propor a cada família não se venham a revelar desajustadas em relação às suas posses.

Por outro lado, a existência de uma base de dados rigorosa sobre a actual Aldeia, é condição necessária para a viabilização de propostas como sejam a recuperação de elementos das actuais habitações na construção das novas habitações (p. ex., chaminés ou pavimentos) ou a formação de uma reserva de materiais de construção a re-utilizar na construção dos novos equipamentos (p. ex., da Igreja).

Por fim, o levantamento da morfologia da actual povoação poderá constituir uma componente fundamental, senão a principal, do Museu da Luz. Algumas das habitações da Aldeia da Luz constituem verdadeiras peças de 'arqueologia'; constituem documentos de uma cultura do habitar que agoniza de forma irremediável. O reconhecimento já efectuado na Aldeia não nos deixa quaisquer dúvidas de que estamos perante uma realidade suficientemente interessante para merecer ser documentada de forma rigorosa.

2. Mas, a construção das melhores soluções urbanísticas (e outras) e de soluções que se venham a revelar eficazes, não passa apenas pelo conhecimento da *realidade social e física*, mas, também, pelo reconhecimento das *aspirações e expectativas de que o corpo social*

é *portador*. É fundamental: (a) perspectivar a realidade social existente à luz dos novos dados que o Empreendimento de Alqueva introduz nas relações económicas, sociais e culturais; e (b) avaliar a efectiva pertinência das diferentes linhas de actuação junto daqueles que constituirão os seus agentes e que são visados por estas.

Torna-se necessária a construção de um processo que permita uma boa aproximação em relação às *expectativas e aspirações* dos futuros utentes da Nova Aldeia. A aproximação que um inquérito permite em relação a estes aspectos é muito reduzida. A experiência diz-nos que a melhor forma de o fazer é, em cada momento, submeter à consideração dos diferentes interessados - sobretudo utilizadores e promotores - as diferentes linhas de acção que vão sendo gizadas.

Propõe-se pois um estreito acompanhamento da elaboração das soluções urbanísticas (e outras) por parte dos futuros utentes da Nova Aldeia (além de promotores do empreendimento e tutelados). Este acompanhamento ganhará forma através de um programa de **consultas públicas**. A primeira destas 'consultas' terá como objecto a proposta apresentada na fase de concurso.

As 'consultas' jogam um papel insubstituível na construção do projecto urbanístico na medida em que, primeiro, permitem um levantamento de informação que, de outra forma, permaneceria imprerceptível mas, em segundo lugar, porque é

através da construção das soluções de política urbanística (e outras) que os diversos interessados neste processo se podem tornar protagonistas da construção da Nova Aldeia da Luz. Excluir os habitantes da Aldeia da Luz do processo de reorganização do seu próprio espaço habitável constituiria uma enorme violência. Além do mais esta exclusão seria absolutamente injustificável na medida em que a população dispõe de uma específica e insubstituível competência neste domínio. Não os envolver neste processo - ou não envolver os seus promotores, as tutelados e demais interessados - corresponderia a menosprezar uma linha de actuação que pode jogar um papel crucial na legitimação da solução urbanística.

Nas seguintes páginas apresenta-se, em redução, a ficha síntese dos dados a recolher através do inquérito urbanístico.

A unidade de inquérito é o lote urbano. Lote que é identificado pelo endereço e através de um código composto pela identificação do quarteirão e do lote (letra/número). A identificação do proprietário faz-se, separadamente, tendo por referência o código de identificação do lote.

O primeiro quadro da ficha é, sempre, constituído por dados relativos à globalidade do lote: indicações morfológicas (planta de cobertura, indicação de materiais de pavimentação e de vedação); uma pequena descrição escrita; e, uma caracterização quantitativa do lote (áreas, COS, etc.).

Os quadros seguintes são dedicados à descrição dos diferentes «materiais» que compõem o lote: habitação, poço, queijaria, outros anexos, etc. Esta descrição compreenderá, no seu máximo desenvolvimento - o que nem sempre será justificável -, e caso se trate de um edifício, a descrição da tipologia de edificação, alçados, usos, dotação infraestrutural, seu estado de conservação e, aspectos construtivos. Os aspectos construtivos dizem respeito a elementos particularmente significativos do «material» descrito (p. ex., no caso dos edifícios, fenestração, chaminés, coberturas, ou outros) e/ou importantes para a imagem global da Aldeia (chaminés, coberturas, beirais, etc.).

O levantamento do léxico e gramática da cõr será feito mediante registo fotográfico e desenhos síntese explicativos dos elementos registados e da sua gramática compositiva.

Cada ficha conterá uma nota onde são referidos os elementos que pela sua qualidade, e na perspectiva do inquiridor, deverão ser recuperados. Outros elementos poderão ser acrescentados por sugestão dos seus proprietários.

É a partir da elaboração do Plano de Pormenor que será gerida a globalidade do projecto de reinstalação da Aldeia da Luz.

São sobretudo os estudos ligados à habitação que ritmam os trabalhos de elaboração do conjunto dos projectos. Em primeiro lugar, há que realizar o Inquérito Urbanístico. Só a partir do conhecimento dos dados que se vierem a apurar através deste estudo é que será possível partir com toda segurança para o desenvolvimento das propostas de Ordenamento da Habitação. O desenvolvimento destas propostas - e das outras componentes da proposta, em particular as propostas de ordenamento do Espaço Público e de Equipamentos - depende, ainda, do resultado da primeira consulta pública, a decorrer logo após a fase de Concurso.

Três meses bastam para a elaboração dos diversos estudos de caracterização da situação existente e para a revisão das propostas de ordenamento do Espaço Público e de Equipamentos.

Após a primeira fase de trabalho promover-se-á uma segunda fase de consulta pública referente à globalidade dos elementos que compõem o Plano, ao que se seguirão as necessárias aprovações. Nesta fase de consulta a proposta de Ordenamento da Habitação apresentada tem ainda o desenvolvimento de um estudo prévio.

As restantes componentes da proposta já apresentam um desenvolvimento projectual tal

que a elaboração dos Projectos de Execução e a elaboração dos Programas Base (de equipamentos) poderá ocorrer logo de seguida e com tempos muito reduzidos (não mais de um mês e meio).

A proposta de Ordenamento da Habitação será aprofundada, sobretudo na segunda fase, com base, como já foi referido, nos resultados do Inquérito urbanístico e das consultas públicas. É nesta fase que a proposta é desenvolvida em detalhe e que são propostas as soluções de realojamento para famílias e actividades. Pensamos que haverá necessidade de desenvolver um grande esforço em termos de comunicação destas propostas. Com efeito, os elementos projectuais que servem de suporte a um processo de concertação não são os mesmos que compõem um plano ou um projecto de execução. Há que elaborar maquetes das diferentes soluções de habitação, há que prefigurar o espaço doméstico de forma tão realista quanto possível, etc. Em relação a esta componente da proposta deve-se esperar um contínuo *feed-back* por parte da população que, por sua vez, exigirá um contínuo trabalho de ajustamento da proposta. No entanto, pensamos que três meses bastarão para levar a cabo esta tarefa. Concluído este trabalho pode dar-se início à elaboração dos projectos de execução das habitações.

A conclusão da segunda fase do Plano de Pormenor está dependente do apuramento de

alguma informação respeitante ao Ordenamento da Habitação mas pode antecipar-se em relação à conclusão destes estudos.

As restantes fases de elaboração do Plano de Pormenor (3ª, consulta pública, e 4ª) poderão prolongar-se por um máximo de 3 meses.

Ao todo, nove mese bastarão para cumprir o programa de trabalho proposto. O principal elemento de incerteza situa-se no cumprimento das metas temporais para elaboração das propostas de Ordenamento da Habitação, e esta incerteza advém da particular delicadeza desta matéria projectual. É nossa convicção que um estreito acompanhamento da elaboração destas propostas por parte dos futuros utentes e um investimento suplementar (em relação ao que é habitual) ao nível da comunicação da propostas permitirão em grande medida reduzir esta margem de incerteza concorrendo, portanto, para um desenvolvimento do projecto que seja conclusivo em tempos breves.

Propõe-se ainda, a bem do desenvolvimento célere do projecto, que se realize uma reunião quinzenal entre a equipa projectista e os promotores do projecto.

Figura 24. Memória descritiva equipa n137592, João Figueira, 1996

TÍTULO DO ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Volume 1
MEMÓRIA DESCRITIVA

- 1.1 Memória descritiva
- 1.2 Quadro síntese de atribuições
- 1.3 Estimativa orçamental
(em anexo: planta dos arranjos exteriores e vedações. esc.: 1/500)

*actuar
N
consulte*

ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ

PROJECTOS-BASE

Volume 1

MEMÓRIA DESCRITIVA

- 2.1 Plantas, cortes e detalhes (esc.: 1/50)
- 2.2 Planta, cortes e detalhes (esc.: 1/50)
(projecto-base)
- 1.1 Memória descritiva
- 1.2 Quadro síntese de atribuições
- 1.3 Estimativa orçamental

Volume 3

MATERIAIS

- (em anexo: planta dos arranjos exteriores e vedações. esc.: 1/500)
- 3.1 Índice geral de materiais
- 3.2 Mapas de combinação de materiais
- 3.3 Fichas de materiais

Volume 4

REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
REDE DE ESGOTOS

- 4.1 Rede de abastecimento de água
- 4.2 Rede de esgotos

Volume 5

REDE DE GÁS

- 5.1 Rede de gás

Volume 6

ELECTRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES

- 6.1 Electricidade e telecomunicações

Volume 7

ESTRUTURA E COMPORTAMENTO TÉRMICO

- 7.1 Estruturas e fundações
- 7.2 Comportamento térmico

ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ

cliente EDIA, S.A.
t: 084 310400 f: 084 310401

coordenação arq. João Francisco Figueira

projecto

15 de Outubro de 1997

c.doc

ÍNDICE DO ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ:

Volume 1

MEMÓRIA DESCRITIVA

- 1.1 Memória descritiva
- 1.2 Quadro síntese de atribuições
- 1.3 Estimativa orçamental
(em anexo: planta dos arranjos exteriores e vedações. esc.: 1/ 500)

Volume 2

PROJECTOS-BASE

- 2.1 Plantas, cortes e alçados. esc.: 1/ 100
- 2.2 Planta, cortes e alçados. esc.: 1/ 50
(projecto-base A 32, exemplificativo)

Volume 3

MATERIAIS

- 3.1 Índice geral de materiais
- 3.2 Mapas de combinação de materiais
- 3.3 Fichas de materiais

Volume 4

**REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
REDE DE ESGOTOS**

- 4.1 Rede de abastecimento de água
- 4.2 Rede de esgotos

Volume 5

REDE DE GÁS

- 5.1 Rede de gás

Volume 6

ELECTRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES

- 6.1 Electricidade e telecomunicações

Volume 7

ESTRUTURA E COMPORTAMENTO TÉRMICO

- 7.1 Estruturas e fundações
- 7.2 Comportamento térmico

| | | | |
|--|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | . | c.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

Introdução

O projecto da Nova Aldeia da Luz tem sido objecto de um vivo e contínuo acompanhamento por parte da população e proprietários da Luz, acompanhamento esse que se intensificou na fase de Concertação das Soluções de Habitações. A Proposta de Realojamento de 19/09/97 resulta deste trabalho. É constituída por: (1ª) tabela de *Atribuições*, (2ª) caderno de *Projectos* e (3ª) *Planta* da Nova Aldeia à escala 1/500. A Proposta de Realojamento constitui o programa geral do presente Anteprojecto. Anteprojecto que abarca as Habitações (Fogos + Cozinhas Rústicas), Comércio e Anexos (Casões + Arrecadações + Arramadas), além do arranjo das áreas de logradouro dos mesmos. Porque a referida Proposta constitui o programa do presente Anteprojecto não se dispensa o seu aprofundado conhecimento. Só a partir da leitura das consecutivas versões da Proposta que foram apresentadas, fruto de um contínuo trabalho de ajuste com os interessados, é que se poderá perceber o como e o porquê das soluções que estão na base do presente Anteprojecto. Por isso a presente memória descritiva é abrangente; não se descreverá «cada projecto» de forma exaustiva. De facto, ainda não existem projectos acabados; existem, sim, soluções de distribuição do espaço das edificações (o que usualmente se designa por «tipologia»), com as correspondentes soluções de estrutura (que podem ser mais de uma para situações aparentemente semelhantes) e de infra-estruturas, e uma lista de soluções de acabamentos e de vãos, hierarquizadas, que combinadas permitirão uma grande diversidade de resultados finais, apesar de baseados em projectos-tipo. É bom não esquecer que o universo dos proprietários com uma mesma atribuição de projectos é muito diversificado. Situações equivalentes em termos de área coberta e descoberta, são julgadas, pelos interessados, como diferentes no que respeita à organização dos espaços interiores e exteriores. Do mesmo modo as soluções de acabamentos e de alçado contribuem para a diferenciação das propostas - um vão que corresponde a uma simples janela, é diferente de um outro "semelhante", mas com guarnições em reboco caiado ou colorido, por sua vez, este é diferente de um outro vão, também "semelhante", mas com peitoril em pedra. Pequenas diferenças formais desta natureza constituem diferenças significativas no plano social; os interessados manifestaram, na fase de Concertação das Soluções de Habitação, a vontade de manter uma hierarquia formal associada aos acabamentos. Pela nossa parte afirmámos que esse nível de diferenciação teria de ser contido, de modo a evitar que cada projecto se tornasse num *projecto específico*, o que em muito dificultaria a sua execução. Importa, pois, procurar um equilíbrio entre uma e outra ordem de razões. Esta é uma questão que interessa necessariamente ao cliente já que terá, com certeza, algumas repercussões em termos de custo da obra e, sobretudo, dos honorários relativos à elaboração do projecto. Do presente Anteprojecto constam as opções projectuais «base» sobre as quais, eventualmente, se introduzirão os elementos de diferenciação já apontados neste estudo.

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

A referida Proposta de Realojamento resulta da convergência de dois tipos de interesse nem sempre conciliáveis; por um lado, atender às pretensões e às expectativas dos novos proprietários; por outro, preservar os interesses colectivos na construção da imagem da Nova Aldeia; tantas vezes defendido numa frase: "queremos uma aldeia alentejana".

Esta sincera evocação foi continuamente posta em causa à medida que o diálogo com os interessados progrediu. Os interessados não querem casas nem distributivamente nem construtivamente semelhantes às actuais. Quando, por exemplo, se admite retirar o lume do interior da habitação estamos a retirar a chaminé tradicional do espaço público, elemento fundamental na sua caracterização. Também a pretensão de revestir o alçado com azulejos e integrar peitoris de mármore nos vãos se contrapõe aos «interesses colectivos». No entanto, a maior parte das alterações às actuais habitações, confinam-se ao espaço doméstico. O imperativo da circulação se fazer mediante corredor, a ausência de sala de entrada, a laje de tecto e a consequentemente perda do tecto inclinado, aproximam os novos fogos, de modelos mais urbanos, sem interferir excessivamente na paisagem local. As razões que farão a paisagem da Nova Aldeia diferente da actual são de outra ordem.

A hipótese que está subjacente à presente proposta, sem por em causa a legitimidade das expectativas manifestas, é que seja possível construir uma imagem que evoque a actual aldeia, recuperando alguns elementos da sua identidade construtiva (como sejam o xisto nos pavimentos e a madeira nas portas e janelas), mas à luz de exigências de conforto, estanquidade e higiene contemporâneas.

A presente proposta representa um esforço para conciliar o que essas expectativas representam: a opção pelo mosaico está associada à facilidade de limpeza e pelo alumínio à estanquidade (como ficou bem patente no Inquérito Urbanístico). A este nível é necessário esclarecer junto dos interessados por forma a não desvirtuar o sentido da operação projectada visto tratar-se de uma operação de realojamento, não apenas do património fundiário mas também da sua identidade. Isto não invalida que, tratando-se de aspectos do foro doméstico e individual, deverão ser as razões dos interessados que deverão prevalecer sobre todas as outras.

A exigência de tratar «cada caso como um caso» impôs uma variedade de soluções tipo que conjugadas propiciam a heterogeneidade da resposta. Apurou-se a necessidade de trabalhar com 25 «projectos-base» de Novos Fogos (com ou sem chaminé ou lareira), 4 «projectos-base» de Novas Cozinhas Rústicas, 11 «projectos-base» de Novos Comércio, 2 «projectos-base» de Novos Casões, e 34 projectos de Novos Anexos (Casões + Arrecadações + Arramadas).

Não será a soma simples dos projectos-base ao longo da rua que fará os alçados da mesma. Existe o propósito de favorecer uma imagem coerente à casualidade de atribuições, isto é, desenhar os alçados das edificações e vedações ao longo dos arruamentos a partir de uma memória da identidade existente e de novas questões que a Nova Aldeia coloca em virtude do traçado e do sentido (ou valor posicional) dos arruamentos ser diferente, em virtude de haver um grande número de dispositivos das infra-estruturas a integrar... O mesmo projecto poderá, pois, vir a ter diferentes soluções de alçado. Poderão variar os vãos e os beirados, mas

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

também os pavimentos e os revestimentos interiores. Sempre de acordo de com regras de combinação assinaladas em mapa específico.

A presente memória descritiva tem como objecto as soluções e critérios do realojamento das edificações e das áreas abertas de logradouro, abrangendo não só projectos e materiais base mas também uma grande variedade de opções e alternativas que, com o progresso do trabalho e de acordo com a ajuda das indicações do cliente, esperamos que se venha a tornar mais defenido.

Implantação

A implantação das Novas Parcelas seguiu os critérios gerais de realojamento (manutenção das relações de vizinhança, com os ajustes referidos em anteriores documentos) o que condicionou fortemente a forma urbana e a orientação dos edifícios.

O alçado do Novo Fogo e do Novo Casão, em princípio com uma solução comum, constituem a fronteira privilegiada entre o domínio privado e o domínio público pelo que uma particular atenção foi posta no tratamento da linguagem dos mesmos. As discontinuidades entre edificações serão resolvidas através de muros e portões altos por forma a recuperar um aspecto característico da actual aldeia: os seus arruamentos serem claramente delimitados por formas arquitectónicas. (Veja-se a lista de materiais que integra a tabela de «Arranjos Exteriores e Vedações»). Normalmente, as outras edificações (Novas Cozinhas Rústicas, Novas Arrecadações e Novas Arramadas) situam-se na parte posterior da parcela pelo que as questões que se prendem com a linguagem dos mesmo não têm a mesma importância. Normalmente prevêem-se vãos apenas nos alçados frontal e posterior dos Novos Fogos e dos Novos Casões já que é frequente a implantação em banda. Salva-guarda-se a necessidade de resolver os mesmos projectos com três ou mais frentes onde necessário, como as situações de cunhal.

À excepção de dois Novos Fogos (N606 e N901), as edificações têm apenas piso térreo. O pé-direito dos Novos Fogos é invariável (2,60m), a posição da porta de entrada definirá a altura da soleira em relação ao arruamento, evitando diferenças acentuadas de cotas ou mesmo degraus de entrada. Já a altura do beirado e da cumeeira e o seu afastamento relativamente ao plano do alçado poderão variar, por forma a anular pequenos desniveis entre telhados contíguos; entre telhados de Novos Fogos e de Novos Casões. A implantação de edificações em situações de pendente acentuada poderá implicar um maior número de soluções estruturais e/ou de fundações relativamente às que neste momento se prevêem.

Alçado

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projeto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

O realojamento (leia-se desenho) do espaço público impõe soluções que não se compadecem com a justaposição de soluções tipo nem com soluções particulares e desarticuladas do conjunto da totalidade da rua; ou seja, impõe a coordenação das soluções. Objectivos gerais e que correspondem a elementos estruturais da paisagem urbana da Luz - casas brancas, caiadas, telhados vermelhos, continuidade e definição clara do plano do alçado como a fronteira com o espaço público - têm de cruzar-se com outros elementos também estruturais da paisagem da Luz mas que correspondem a elementos de diferenciação dos mesmos. O reconhecimento das hierarquias e da diversidade de elementos que compõem os actuais alçados (socos e outros elementos de modulação, beirados, caixilhos ou guarnições) conduziram-nos a repropor estes mesmos materiais a serem aplicados, tanto quanto possível, e caso a caso, com as mesmas regras (vejam-se os mapas de combinação de materiais que acompanham a presente memória). Por exemplo, as janelas dos Novos Fogos poderão ter guarnições em pedra, em reboco, e serem coloridas ou não, ou não terem quaisquer guarnições. Mas os caixilhos serão sempre de madeira e pintados, e a cantaria de pedra será sempre em xisto. Todo o trabalho baseia-se na identificação de materiais - um *léxico* - e na definição de regras para a sua aplicação, ou modos de os usar - ou uma *gramática*. Os alçados que acompanham esta memória, são, por conseguinte, exemplos reduzidos ao seu essencial, abstrações desprovidas da informação relativa a cada situação concreta. A consulta da tabela de materiais para vãos antecipa possibilidades.

Planta

O Inquérito Urbanístico pôs em evidência a necessidade de introduzir inúmeras modificações nas edificações existentes. Tais alterações foram solicitadas pelos interessados. Esta auto crítica, permitiu formular uma anteproposta, genérica, mas que esteve sujeita a constantes revisões e sucessivos melhoramentos (as sucessivas versões da Proposta de Realojamento que já referimos). Se, de algum modo, era compreensível a impopularidade que tem, por exemplo, a distribuição "casa a casa" (passagem através de divisões - sem corredor) ou os vãos interiores sem portas (com cortinados), menos inteligível é a postura, que têm alguns proprietários, em desvalorizar a tradicional "casa de entrada". O mesmo aconteceu com os, também tradicionais, tectos inclinados (telha canudo assente em estrutura de madeira e forrada a caniço) em favor da laje de tecto horizontal. Esta segunda opção representa, aparentemente, mais do que um "benefício" na qualidade construtiva da solução; representa uma mais-valia na «hierarquia social». Também o tradicional "chão de lume" com chaminé seria retirada do interior da casa não só por questões funcionais (porque deverá estar associada à "matança do porco"), ou por questões técnicas (porque deixou de "fumar bem" com a introdução dos tectos em "latex") mas por questões relacionadas com um imaginário, provavelmente, mais urbano: substitui-se, então, o tradicional "chão de lume" pela lareira.

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 064 310400 f: 064 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

Do mesmo modo mas no sentido inverso, destacavam-se da análise do inquérito os elementos a recuperar e manter; como a relação visual entre a porta de entrada do fogo e a porta para o quintal, ou a relação da cozinha com o quintal, ou ainda, a proximidade da cozinha rústica à habitação. Inovações como a introdução de pátios no interior das habitações, proposta nas tipologias A 43 e A 44, foram olhadas com alguma suspeita, remetendo as referências na avaliação das soluções, por parte dos interessados, para o que melhor conhecem: o existente.

Tratando-se de um realojamento, também foram consideradas questões de carácter quantitativo. Muitas das habitações a realojar estavam aquém das áreas mínimas permitidas pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas, sendo, conseqüentemente atribuídos incrementos de área de modo a regularizar, burocraticamente, a situação. Na realidade estes incrementos tomaram-se insuficientes. As tipologias existentes, com acentuadas características rurais, privilegiam as áreas comuns como a cozinha ou a sala em prejuízo dos quartos, os quartos de banho são escassos (predominam em anexos junto à edificação principal). Nos novos espaços de habitar o cumprimento da lei, implica o estabelecimento da relação entre o número de quartos, os compartimentos obrigatórios e as respectivas áreas mínimas para cada divisão da casa, o que se traduz numa distribuição mais homogénea de áreas entre os diversos compartimentos. Quando falamos de casas com escassas dimensões, as áreas das salas ou cozinhas tornam-se impraticáveis, para o uso que delas fazem, dificultando o realojamento de chaminés ou despensas com área adequada às lides do campo. A variedade de soluções propostas e as variantes que cada uma delas contempla favorece a opção que mais se ajuste à expectativa de usos. Por exemplo; os fogos com três quartos (que variam entre os 97m² e os 147m²) podem ter, ou não, sala de entrada, chaminé "tradicional", lareira, poderão ter pátio (o pátio poderá vir a ser fechado) as cozinhas podem partilhar o espaço com a sala, a sala poderá ser quarto nas casas com cozinha e sala de comer, as áreas das habitações poderão ser negociadas com cozinhas rústicas, e sendo estas quatro...

sistema construtivos

O sistema construtivo das edificações evoca a imagem pretendida, como já foi referido: «casa branca com telhado vermelho». A referência parece ser incontornável; não só estabelece uma memória do objecto a realojar, como actualiza um experimentado sistema construtivo. A solução de telhado com telha de canudo (monopólio nas tradicionais edificações da Luz) parece-nos a opção mais eficaz na recuperação de um léxico de beirados, bordos laterais ou cumeeiras. A telha canudo, furada e assente em estrutura de madeira não resolve, só por si, a cobertura das habitações; associamos, por isso, uma laje de tecto, horizontal e aligeirada, retribuindo assim a pretensão dos futuros proprietários. A caixa de ar entre a laje e o telhado ventilado revela-se um óptimo sistema de isolamento térmico. A mesma solução mas com telha Marselha também foi considerada. Em alguns

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

casos o telhado poderá ter apenas uma água, dependendo da diferença de cotas entre rua e quintal, mas por regra terá duas águas com cumeeira paralela ao alçado principal.

O calor, manifesta-se, nesta região, com mais intensidade do que o frio no inverno, o que obriga a uma resposta igualmente eficiente das paredes; duplas, com tijolo vazado de 22 cm e 15 cm e caixa de ar de 3,5 cm. Este tipo de parede, com 45 cm de espessura, aproximadamente, não requer utilização de isolamento térmico no interior da caixa de ar, outra virtude será a capacidade de absorver a estrutura porticada na parede interior (de 22 cm), evitando deste modo, indesejáveis pontes-térmicas. Não existirão paredes meeiras; a fronteira entre duas edificações de proprietários diferentes, será estabelecida por duas paredes distintas. Nos casos em que essas duas paredes coincidem, isto é, são simultaneamente a totalidade da empena das duas edificações, poder-se-á dispensar a duplicação de alvenaria em cada uma das paredes. Em todos os outros casos, em que a empena de uma das edificações é mais alta ou longa que a empena contígua, haverá necessidade da duplicação, para que nenhuma parte de parede fique exposta de modo desigual. Este procedimento, de aparente redundância, também clarifica o processo de definição cadastral.

Os revestimentos sobressaem na lista de reivindicações propostas, mais uma vez o tema não poderá ser tratado de um modo uniforme; há que assegurar diferenças consequentes do objecto a realojar; os materiais de construção propostos foram agrupados e posteriormente classificados em três categorias; materiais-base, materiais-opcionais e materiais-extraordinários. Os materiais-base são os que constam dos projectos-base, o seu conjunto garante só por si uma resposta eficaz e coerente. Os materiais-opcionais representam uma alternativa aos materiais-base permitindo uma aproximação facultativa aos interesses dos proprietários sem que isso acarrete significativas alterações dos orçamentos. Os materiais-extraordinários decorrem da necessidade de realojar situações pontuais, como um determinado pavimento de xisto, ou uma lareira, ou qualquer outra situação não contemplada no projecto-base.

Por regra, a aplicação destes materiais, decorre do seguinte modo; é feita uma primeira atribuição de um projecto-base, posteriormente equaciona-se a mesma atribuição com a análise da situação existente. A avaliação destas duas fases, que obrigatoriamente passará pelo acordo entre proprietário e EDIA, permitirá à equipa projectista a apresentação do respectivo projecto de execução.

As alterações previstas, quer através de materiais-opcionais quer através de materiais-extraordinários não porão nunca, em questão, a qualidade de um qualquer projecto. Estas diferenças não hierarquizam a qualidade de um sistema construtivo, porque a essência dessa qualidade assenta em elementos invariáveis como as soluções de paredes, isolamentos, caixilhos ou infra-estruturas. As categorias de materiais acentuam, sim, opções relacionadas com a imagem do realojamento. Uma leitura mais atenta do índice geral de materiais, em anexo, proporcionará um melhor entendimento desta proposta.

O projecto-base das habitações, no que refere aos revestimentos, poder-se-á descrever por: pavimentos de tijoleira (tipo rústica mas facilmente lavável), pavimentos de mosaico cerâmico nos quartos de banho,

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 064 310400 f: 064 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

paredes interiores estucadas e pintadas, ou nas zonas de serviços, revestidas a azulejo, as paredes exteriores serão rebocadas (areado fino) e caladas. Os caixilhos das portas e das janelas serão de madeira sempre pintada, com uma ou duas folhas. As janelas e os postigos nas portas terão portadas igualmente em madeira pintada e de cores definidas em anexo. Como materiais-opcionais serão considerados outros mosaicos cerâmicos, marmorite, ou betonilha afagada com pigmento de oxido de ferro. Nos materiais-extraordinários consideramos os pavimentos em lajes de xisto, paredes ou ladrilhos vidrados tipo "rústico".

Nos mapas de combinações de materiais, poder-se-á ler a complexidade de soluções a hierarquizar entre os diversos espaços. Os mapas referem quais os materiais (por ex. soluções de pavimentos, conjuntos de louça para quartos de banho, tipos de beirado...) que compreendem o projecto, relacionando-os com cada espaço/edificação. A utilização de um «material», no sentido mais abrangente, depende; por um lado da compatibilidade desse mesmo material com outro, condicionando devaneios que ponham em causa a qualidade estética/funcional da obra, por outro lado, do reconhecimento da edificação a realojar, favorecendo a proximidade às origens. O mapa de combinação de materiais passa, também, através da multiplicidade, a permitir diferentes mas orientáveis, leituras.

outras edificações:

fogos "tradicionais". projectos com sistemas construtivos tradicionais

Na Fase do Estudo Prévio do Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz (Fevereiro de 97) era proposto reconstruir nos seus aspectos fundamentais (tipologia, sistema construtivo, imagem) 9 projectos. Esta proposta de realojamento teve como base o Inquérito Urbanístico em que eram salientados casos de edificações com reconhecido interesse arquitectónico e normalmente associados à manutenção total ou parcial dos elementos da arquitectura tradicional. Partiu-se do pressuposto que os proprietários dos denominados "motivos de interesse", a julgar pela conservação das respectivas edificações, estariam interessados em ser realojados em habitações semelhantes às existentes, preservando, assim, suportes de referência e memória. A proposta mantém-se, agora e apenas, com três casos, após fase de concertação com os respectivos proprietários (A 212, A 220 e A 417). O que distingue estas propostas do resto do conjunto são a particularidade da organização dos seus espaços e dos seus detalhes (chaminés, armários, pavimentos). Salvaguardar-se-ão alterações de planta que correspondam a benefícios no conforto do seu uso, como introdução de quartos de banho ou cozinhas. Outra singularidade destes projectos será a sua estrutura; paredes auto-portantes de xisto ou taipa. Os pés direitos serão variáveis com a inclinação da cobertura, que é constituída por telha canudo, estrutura de madeira, isolamento térmico e caniço. Os pavimentos serão de lajetas irregulares de xisto ou de baldosas (tijoleiras de 27

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | . | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

cm X 27 cm). Nos vãos interiores evitar-se-á a porta sempre que sustentável, as caixilharias serão de madeira pintada e semelhantes às existentes.

comércios

Os edifícios que suportam o realojamento dos comércios terão características idênticas às habitações, já descritas nesta memória. A excepção consiste, como não poderia deixar de ser, na organização do espaço. Maioritariamente cafés e mercearias, a nova planta concilia um espaço de atendimento público (livre e em contacto directo com a rua) com uma zona de serviços com quarto de banho, cozinha/balcão, ou armazém. A planta livre será a regra para poder permitir uma variedade de usos. Mas também aqui há excepções; os casos B 323 e B 902b, uma queijaria e uma padaria, respectivamente, são actividades que requerem uma especial atenção na organização do seu espaço; em ambos casos são separadas as diversas fases de produção, por questões regulamentares e de acordo com normas higiénicas.

Também os alçados dos comércios terão algumas diferenças dos alçados das habitações; acentuar-se-á, essencialmente nos cafés e mercearias a relação interior/exterior, com um aumento da área dos vãos. Também se considera a possibilidade do telhado poder ter apenas uma só água, inclinada para trás, de modo a favorecer um maior destaque, do alçado frontal, no conjunto do espaço urbano. Os materiais-base dos comércios serão as paredes estucadas e pintadas, o revestimento dos pavimentos será em marmorite. O tecto inclinado entra como material-opcional em alternativa à laje de tecto horizontal.

cozinhas rústicas

As «cozinhas rústicas», projectos; A 80, A 81, A 82 e A 83, são edificações preparadas para o ritual da "matança do porco", mas também para um uso ordinário e alternativo à cozinha no interior do fogo. Na Aldeia da Luz, as cozinhas rústicas existentes (edifícios separados e quase sempre construídos posteriormente à edificação principal) ampliam o espaço de habitar do mesmo modo que sucedem ao "chão de lume", com chaminé tradicional, no interior do fogo. Alteram-se, conseqüentemente, os espaços mas mantém-se os hábitos. Essencialmente funcionais, albergam as actividades "menos limpas" salvaguardando a habitação, primorosamente aseada, dos alguidares de sangue e dos fumos; o que justifica a ausência de relação espacial directa entre as cozinhas rústicas e a habitação. As cozinhas aqui propostas terão imagem semelhante aos fogos; serão caiadas de branco e com telhados em telha de canudo ou marselha (material-opcional), no entanto, existirão diferenças no sistema construtivo; as coberturas em telha de canudo assentarão sobre a estrutura de madeira que por sua vez poderá, em alguns casos, sustentar um forro de madeira ou caniço com espaçamento para permitir a ventilação. O pé-direito será variável com a inclinação da cobertura (não são contempladas lajes

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

horizontais de tecto). As infra-estruturas das cozinhas rústicas é semelhante à cozinha interior; água canalizada (fria e quente), esgoto, electricidade e gás para possibilitar o equipamento de um fogão. Será também contemplado uma banca de pedra mármore com lava-loiça de encastrar. No casos das parcelas 310 e 311, serão acrescentados fornos aos projectos de cozinha atribuídos (A82), o que implica pormenorizado estudo, estes fornos constarão, também, da lista de materiais-extraordinarios.

anexos (casões, alpendres, arrecadações, arramadas)

Entende-se por «casão» um edifício com usos de garagem ou armazém, associados, lateralmente, à habitação. O casão, não só prolonga o alçado do fogo, como também partilha a sua cobertura, mas a sua estrutura, porticada, é independente. Os E 91 e E 92, com 3,8 e 5,3 metros de largura, respectivamente, têm sempre o comprimento do fogo a que pertencem. Como o comprimento das habitações varia, as áreas dos casões também variam, entre 29 m² e 49 m² (no caso do E 91) e entre 50 m² e 64 m² (no caso do E 92). São propostos três tipos de portões de entrada, todos em cantoneira e chapa de ferro; um de duas folhas e postigo (para vãos em arco), um basculante e um com três folhas. A parte posterior da edificação terá, por regra, idêntico portão para o quintal correspondente. Os pavimentos serão ou de betonilha afagada com pigmento de óxido de ferro (material-base) ou de marmorite ou de mosaico (materiais-extraordinarios). Como excepções, temos o E 418 (com aproximadamente 75 m² e tanque para azeitona), E 605 (com "marquise"), E 725 (apenas com 14 m² e única porta) e finalmente, quatro casos (125,402,802 e 938) de E 91 (s) com chaminé tradicional. Estes casos terão que ser estudados separadamente. A atribuição de um "chão de lume" no interior de um casão também será considerado como material-extraordinario assim como a atribuição de "marquise" no caso 604.

Os «alpendres» serão sempre e só a continuação dos telhados das habitações. A sua estrutura será totalmente de madeira, a telha (idêntica à do telhado) estará à vista. A atribuição de alpendres, que decorreu do Inquérito Urbanístico, está normalmente associada ao quintal, como um espaço de sombra, uma zona de estar, ou comer, entre a cozinha rústica e a habitação. Excepção a esta análise são os casos das habitações 103, 605, 606 e 906, cujos alpendres serão realojados na frontaria da edificação e suportados por pórticos em alvenaria de tijolo rebocado e caiado de branco, mais uma vez considerados como materiais-extraordinarios por obrigar a um estudo próprio.

As «arrecadações», denominados por E(s) são edificações com um sistema construtivo muito simples; estrutura porticada de betão, parede de bloco de betão (50 x 20) rebocado e caiado, cobertura em fibrocimento pintada no interior e assente em estrutura metálica. O fim a que se destinam, não justifica soluções rebuscadas de isolamento térmico. No entanto considera-se a hipótese desta cobertura vir a servir de sub-telha para telhas de canudo a recuperar do realojamento; esta possibilidade aumentaria significativamente o conforto interior. Os vãos das arrecadações terão caixilhos em cantoneira de ferro. Os pavimentos serão de betonilha afagada com

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

pigmentos de óxido de ferro (material-base). Outros pavimentos serão considerados como materiais-extraordinários.

As «arramadas» ou «cobertos», denominadas por F(s), terão a mesma cobertura das arrecadações, e o mesmo sistema porticado. O pavimento deste espaço coberto dependerá da solução de pavimentos envolventes. A única excepção prevista aos projectos atribuídos recai sobre o F 415 (coberto de grandes dimensões, forma irregular, para albergar tractores)

arranjos exteriores e vedações

Fazem parte do arranjo dos espaços exteriores (privados) as vedações (portas, portões e muros), os pavimentos e a vegetação. Também aqui é proposto uma panóplia de materiais base, opcionais e extraordinários. Os muros de alvenaria de tijolo rebocado, altos, e os muros de xisto aparente, baixos, são os materiais base das vedações. As portas e portões (de cantoneira e chapa de ferro, ou rede metálica) variam, essencialmente, nas suas dimensões; 90 cm, 150 cm, 300 cm de largura e 110 cm e 190 cm de altura, em correspondência com os muros. As atribuições destes materiais resultam da leitura do Inquérito urbanístico mas também do novo parcelar; como já foi referido, serão evitadas descontinuidades entre edificações; todas as parcelas serão muradas. Os pavimentos exteriores, ditos "impermeáveis", serão de calçada de xisto tipo "Monsaraz" (material base) ou como alternativa laje de xisto assente com argamassa de cimento. O recurso a esta pedra parece óbvio; para além da abundância de xistos no concelho de Mourão (o que torna o material física e economicamente acessível) recupera uma tradição construtiva e que irá, certamente, favorecer a mão-de-obra local. As áreas de pavimentos atribuídos resultam da leitura funcional do lote: pavimentam-se as áreas de circulação automóvel, os acessos às cozinhas rústicas, arrecadações, os espaços cobertos (alpendres) e as zonas contíguas ao fogo. Uma das alternativas propostas, em substituição da calçada de xisto, será a atribuição de área equivalente em terra vegetal, mais sementes hortícolas e/ou florícola (material opcional 150).

Tal como foi referido na fase de estudo prévio do plano, é nossa intenção realojar em número e qualidade equivalente, as árvores existentes. Foi também referido que não se justificará a execução de projectos-tipo de paisagismo dado a simplicidade das actuais parcelas. Esta opção prende-se ainda com o facto de, perante a nova situação, as preferências e escolhas poderem sofrer alterações por parte dos proprietários. Pretende-se com isto dizer que existe vontade de deixar uma certa liberdade para que, com o tempo, os proprietários possam construir o seu próprio espaço.

No entanto, relativamente às árvores, a ideia consiste em definir, nesta fase, as espécies vegetais a implantar em cada parcela. Assim, na sequência da observação da situação existente optou-se por formalizar uma dotação-tipo-base que seria o mínimo a considerar em qualquer parcela. Mesmo naquelas onde actualmente não existe logradouro e passará a existir na Nova Aldeia. Esta dotação-tipo-base poderá sofrer

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

algumas alterações, conforme a vontade do proprietário, alterações estas confinadas a um grupo de espécies vegetais que terão o mesmo valor económico. Por exemplo: a dotação-tipo-base por nós definida é composta por: 1 laranjeira, 1 limoeiro e 1 pessegueiro; mas se o proprietário preferir 2 laranjeiras e 1 pessegueiro, será possível esta alteração.

Existem algumas situações particulares, onde o número de árvores é elevado, ou onde existem espécies vegetais não comuns na zona, que estão salvaguardadas com uma dotação-tipo específica (dotações 810 a 813).

São propostas dotações-tipo que asseguram todas as situações existentes actualmente, mas onde, mais uma vez, se pode verificar a permuta de árvores desde que incluídas no mesmo grupo. Esta ideia de criar grupos com espécies alternativas, prende-se também com a necessidade de prever a introdução de diferentes espécies, se for vontade dos proprietários.

Relativamente a arbustos e hortícolas a introduzir, tal como foi já referido, a ideia consiste em manter em aberto a possibilidade de, no futuro, os proprietários modelarem o espaço a seu gosto. Tratam-se de espaços particulares com os quais os proprietários se devem sentir completamente integrados e identificados. Há que ter em conta que a alteração das condições físicas, derivadas por exemplo dos aterros a realizar, pode permitir a utilização do terreno com culturas diferentes das existentes.

É sustentável a hipótese do realojamento das árvores se fazer mediante transplante das plantas existentes na Aldeia. Tal situação deve ser estudada caso a caso de modo a assegurar a sua viabilidade. O transplante de árvores, em particular de árvores adultas, requer uma série de cuidados prévios que põem muitas vezes em causa a sobrevivência da planta.

notas sobre os mapas de combinação de materiais

Os mapas de combinação de materiais definem as regras da relação entre sistemas construtivos (soluções construtivas, materiais, equipamentos) e a variedade de espaços propostos, divididos em quatro grupos: 1. Habitações, 2. Habitações com sistemas construtivos tradicionais, 3. Comércio e 4. Anexos (casões, arrecadações, arramadas e cozinhas rústicas)

Em cada grupo serão abordados; os materiais que compõem o revestimento dos pavimentos, paredes e tectos, os equipamentos, loiças e mobiliário fixo, os vãos e as coberturas. Como já foi referido foram consideradas diversas possibilidades de leitura, ou seja, alternativas. Nesse sentido, estabeleceram-se as várias

| | | |
|--|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

classes de materiais, que passam pela escolha de revestimentos (pavimentos e paredes) e nas loiças de quarto de banho, vãos, muros, etc. Esta distinção por classes não representa, tanto, uma hierarquia qualitativa entre materiais mas sim uma gestão de opções. A quem, por direito e reconhecimento do objecto a realojar, for designado um material-base, terá sempre como alternativa um material-opcional ou extraordinário.

A cada «material» referenciado corresponde uma ficha técnica com informações mais detalhadas como dimensões, características e comportamentos técnico, modos de aplicação, referencias do fabricante ou outros elementos que possam constituir e reforçar o caderno de encargos e as condições técnicas especiais. Reforçamos, ainda, que por «material» entendemos uma ou várias soluções de materiais e/ou equipamentos associados, por exemplo; azulejo 15 x 15 cm, cor branca poderá ser o material n.º 009, mas o mesmo azulejo associado a rodapé de 30 x 10 cm poderá constituir o material n.º 223. Assim como um determinado conjunto de loiças de quarto de banho serão representadas com um único número/ficha. Assim, teremos, a contar da primeira coluna da esquerda do mapa de combinação de materiais: o tipo de material (revestimentos, equipamentos, etc), o número de referencia (3 dígitos), a designação de material (nome, marca, etc.), observações (classe, cor, dimensão, etc.) e posteriormente os espaços onde se pode aplicar. Informações omissas no mapa estarão especificadas nas fichas constituintes do caderno de encargos e condições técnicas especiais na fase do projecto de execução. No Índice Geral de Materiais (volume 3) poderemos, facilmente, apercebermo-nos da relação da classe material com a edificação (ou espaço, no caso dos arranjos exteriores e vedações) a que se destina. Numa futura fase, após inquiridos os proprietários, prevê-se uma outra listagem onde se poderá relacionar a atribuição de materiais-extraordinários com os proprietários.

Nesta fase - Anteprojecto das Habitações - o carácter, quer do mapa de combinação de materiais, quer das fichas descritivas de cada material, será mais indicativo do que exaustivo, deixando para o Projecto de Execução as decisões definitivas. Este interregno proporcionará aos proprietários uma participação na escolha dos materiais para o seu espaço de habitar. Interessa no entanto sublinhar que o recurso a materiais opcionais ou extraordinários (sugeridos pela equipa projectista como alternativas aos estipulados nos projectos base) estarão dependentes do acordo entre proprietário e o Gabinete para a Reinstalação da Aldeia da Luz. Caberá à EDIA gerir esse diálogo em prol do sucesso do realojamento.

notas sobre a estimativa orçamental

A estimativa orçamental apresentada neste volume tem como referencia os materiais base previstos para cada projecto. Os materiais opcionais e os materiais extraordinários não foram considerados. A sua aplicação acarretará um agravamento dos custos estimados e isso só poderia ser feito com base em critérios rigorosos e universalmente aceites o que, manifestamente, não é o caso. A última razão foi a que pesou de forma mais determinante na não diferenciação dos projectos através da aplicação de materiais base e

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 084 310400 f: 084 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | | MD.doc |

| | | |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES | MEMÓRIA DESCRITIVA | HABITAÇÕES E ANEXOS |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|

extraordinários. Sendo desejável e plenamente justificável proceder dessa forma, é necessário que a Empresa aceite essa orientação de trabalho.

Como já foi referido, nos mapas de combinações de materiais poder-se-á verificar quais os materiais base em que se fundamenta a estimativa orçamental. Para cada edificação (fogos, cozinhas rústicas, comércio e anexos) foi calculado uma estimativa de custo (unitário) com base na soma dos seguintes parâmetros: primeiro, arquitectura (paredes, cobertura, pavimentos revestimentos, equipamentos, vãos); segundo, arranjos exteriores (pavimentos exteriores e vegetação); terceiro, vedações (muros e portões); quarto, estrutura (estrutura e fundações do edifício); quinto, térmica (isolamento térmico do edifício); sexto, rede de água (abastecimento de água); sétimo, rede de esgotos; oitavo, rede de gás; nono, electricidade e telecomunicações. Alguns parâmetros não foram considerados na estimativa do custo de algumas edificações, como aconteceu com os comércio sem cozinha (sem infra-estrutura de gás), com os casões (sem isolamento térmico), entre outros. Do igual modo foram apenas estimados os custos de "arranjos exteriores" e "vedações" relativamente a fogos e comércio. O que foi feito através do cálculo da dimensão média dos "arranjos exteriores" e "vedações" para cada projecto. Não obstante, o projecto foi dimensionado tendo em conta cada situação específica e não decorre da atribuição automática da dotação média estimada. O mapa de materiais base dos arranjos exteriores (Vol. 3) descreve as dotações médias por projecto. A planta em anexo (planta de arranjos exteriores e vedações, esc. 1/500) constitui o registo das atribuições por parcela.

errata

Onde se lê: *arramadas(E)* e *cobertos(F)* deve ler-se: *arrecadações(E)* e *arramadas(F)*

| | | | |
|---|-------------|---|-----------------------|
| ANTEPROJECTO DAS HABITAÇÕES DA NOVA ALDEIA DA LUZ | cliente | EDIA, S.A. t: 064 310400 f: 064 310401 | |
| | coordenação | arq. João Francisco Figueira | 15 de Outubro de 1997 |
| | projecto | . | MD.doc |

Figura 25. Anteprojecto das habitações da Nova Aldeia da Luz, João Figueira, 1997

Docs. 3 a 5

REGULAMENTO

Projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz

→ Regulato

→ Caução

→ Caderno de Encargos

→ ANEXOS

SETEMBRO 1995



Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva S.A.

REGULAMENTO

| ÍNDICE | PÁG. |
|---|------|
| 1. ENTIDADE PROMOTORA | 3 |
| 2. OBJÉCTO DO CONCURSO | 3 |
| 3. TIPOLOGIA DO CONCURSO | 4 |
| 4. INSCRIÇÃO | 5 |
| 5. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO | 6 |
| 6. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS | 6 |
| 7. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS | 6 |
| 8. CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO DOS TRABALHOS | 7 |
| 9. EXCLUSÕES | 8 |
| 10. DIREITOS | 8 |
| 11. JÚRI | 8 |
| 12. ACTO PÚBLICO DO CONCURSO | 10 |
| 13. AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS CONCORRENTES | 10 |
| 14. ANÚNCIO DOS RESULTADOS | 11 |
| 15. PRÉMIOS | 11 |
| 16. MINUTA DO CONTRATO, PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E ADJUDICAÇÃO | 11 |
| 17. INDEMNIZAÇÕES | 13 |
| 18. EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS | 13 |
| 19. DEVOLUÇÃO DOS TRABALHOS | 14 |
| 20. SEGURO DOS TRABALHOS | 14 |
| 21. CONFLITOS | 14 |
| 22. CALENDÁRIO | 14 |
| 23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL | 15 |
| ANEXO I - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS (Esquema) | 16 |
| ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO | 17 |

202.3

REGULAMENTO

1. ENTIDADE PROMOTORA

- 1.1. O Concurso é promovido pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.
- 1.2. Para o efeito foi nomeada uma Comissão Organizadora da qual fazem parte representantes das seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Mourão;
- Junta de freguesia da Luz;
- Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;
- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico;
- Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;
- Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo;
- Direcção dos Serviços Regionais de Estradas do Sul;
- Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

A Comissão Organizadora do Concurso apoia a entidade promotora na elaboração e organização do Processo do Concurso, submetendo à sua aprovação todas as peças constitutivas do mesmo.

- 1.3. Toda a correspondência respeitante a este Concurso deverá ser dirigida para o seguinte endereço:

COMISSÃO ORGANIZADORA DO «CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº3/95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA, PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ»

Rua da Barreira 16, 7800 BEJA

Tel: (084) 32 97 00 Fax: (084) 32 87 80

- 1.4. Os documentos que instruem o Processo do Concurso estão patentes, para efeitos de consulta, todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, no local referido em 1.3, desde a data de publicação do Anúncio do Concurso no Diário da República até ao dia e hora do Acto Público e, apenas para efeitos de consulta, nas sedes da Associação dos Arquitectos Portugueses sitas, na região sul, na Tv. do Carvalho, 23, 1200 LISBOA, (Telefones: (01) 343 24 53/9; Fax: (01) 343 24 50) e na região norte, na Rua D. Hugo, 5, 4000 PORTO, (Telefones: (02) 208 78 02/3; Fax: (02) 208 78 04) e ainda no núcleo regional da AAP em Évora na Rua de Manchede, 53, 7000 ÉVORA (Telefone: (066) 23291).
- 1.5. O processo do Concurso é constituído pelo Anúncio, pelo presente Regulamento com a respectiva Minuta de Contrato e pelo Caderno de Encargos, tendo anexo o Programa Preliminar do Projecto de Plano de Pormenor, com todos os elementos escritos e gráficos necessários e suficientes ao suporte do estudo objecto do Concurso.

2. OBJECTO DO CONCURSO

O Concurso tem por objecto seleccionar a melhor proposta de solução, a nível de Estudo Prévio, para a elaboração do Projecto de Plano de Pormenor e dos Projectos de Execução das Infra-estruturas e dos Edifícios Habitacionais da Nova Aldeia da Luz.

3. TIPOLOGIA DO CONCURSO

- 3.1. O Concurso é público e internacional, no âmbito da União Europeia.
- 3.2. O Concurso é de uma fase, sujeita a anonimato e constará da elaboração de um Estudo Prévio com vista a seleccionar a melhor proposta de solução, para a elaboração do Projecto de Plano de Formenor e dos Projectos de Execução das Infra-estruturas e dos Edifícios Habitacionais da Nova Aldeia da Luz, cujos autores serão incumbidos dos respectivos estudos.
- 3.2.1. A definição estabelecida em 3.2, deve ser entendida como um estudo simplificado a elaborar, nos termos do respectivo Caderno de Encargos.
- 3.3. O Concurso é aberto a equipas projectistas constituídas por profissionais independentes e a empresas em nome individual ou societárias, habilitadas a exercerem a actividade de estudos e projectos em Portugal.
- 3.3.1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da actividade de Ordenamento do Território, Planeamento Urbanístico e Arquitectura.
- A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas deverão apresentar documento subscrito por todos os membros do grupo, no qual:
- declarem assumir a responsabilidade solidária pela manutenção da proposta, com as respectivas consequências legais;
 - indiquem qual a modalidade de associação que pretendem vir a constituir;
 - declarem que se comprometem, no caso de lhes ser feita a adjudicação, a associar-se em regime de responsabilidade solidária, antes da celebração do contrato;
 - indiquem qual o membro do grupo que assumirá a função de líder, no caso de optarem pela associação em consórcio externo.
- 3.3.2. As empresas, quando constituídas em pessoa colectiva, devem ter como objecto social a elaboração de estudos e projectos nas áreas do Ordenamento do Território, Planeamento Urbanístico e Arquitectura.
- 3.3.3. Os concorrentes de outros Estados membros da União Europeia podem concorrer nas mesmas condições dos concorrentes nacionais, bastando para tal que apresentem declaração autenticada, redigida em língua portuguesa ou com tradução autenticada no País onde residem ou tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do tribunal português que for competente, com renúncia a qualquer outro.
- 3.3.4. No caso de equipas projectistas, que para o efeito se constituam, atendendo às especialidades técnicas principais acima referidas, a coordenação dos estudos será obrigatoriamente assumida por um arquitecto especialista em Ordenamento do Território ou em Planeamento Urbanístico, o qual passará a ser, para todos os efeitos inerentes ao Concurso e suas consequências, o responsável da equipa perante a entidade promotora.
- 3.3.5. A equipa projectista será necessariamente constituída, para além do Coordenador, por todos os especialistas indispensáveis ao desenvolvimento da proposta, devendo integrar, no mínimo e obrigatoriamente, técnicos das seguintes especialidades, que deverão ser identificados nominalmente:
- Ordenamento do Território
 - Planeamento Urbanístico

- Arquitectura e Renovação Urbana
- Arquitectura paisagista
- Sociologia e Economia Rural
- Arqueologia e História
- Direito Fundiário
- Infra-estruturas Urbanísticas

3.3.6. O Coordenador da equipa projectista poderá desempenhar esta função cumulativamente com a de responsável pela especialidade de Ordenamento do Território ou de Planeamento Urbanístico.

3.3.7. No caso de empresas em nome individual ou societárias, deverá constituir-se uma equipa projectista específica, nos moldes referidos em 3.3.4. e 3.3.5.

4. INSCRIÇÃO

4.1. Local de Inscrição

A inscrição no Concurso far-se-á no local indicado em 1.3..

4.2. Condições de Inscrição

4.2.1. Os interessados deverão proceder à inscrição através do Coordenador, que fará o preenchimento parcial do "BOLETIM DE INSCRIÇÃO", no local indicado em 1.3., onde, após o pagamento da quantia referida em 5.2., lhe será entregue um exemplar do Processo do Concurso.

4.2.2. Posteriormente, aquando da entrega do trabalho, o "BOLETIM DE INSCRIÇÃO" será completado com a constituição nominativa de todos os técnicos que integram a equipa projectista, aquando da entrega do trabalho, nos termos do Caderno de Encargos, devendo cada um deles fazer prova documental das respectivas habilitações técnico-profissionais, bem como das especialidades asseguradas e da sua decisão voluntária de participar na constituição da equipa.

4.2.3. O «BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO» referido em 8.3.1. será acompanhado dos documentos mencionados no número anterior, bem como dos que são exigidos nos termos e nas condições do Caderno de Encargos.

4.2.4. Não poderão inscrever-se nem colaborar, a qualquer título, com qualquer concorrente:

- Os membros do Júri e eventuais consultores do mesmo;
- Os sócios, empregados e colaboradores de qualquer dos membros do Júri;
- Os técnicos da entidade promotora bem como os seus sócios, empregados e colaboradores;
- Os membros da Comissão Organizadora bem como os seus sócios, empregados e colaboradores;
- O cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2º (segundo) grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum, de todo o interveniente que participe, a qualquer título, em qualquer actividade relativa ao Concurso.

Qualquer equipa concorrente só pode apresentar uma proposta e nênhum dos seus membros poderá pertencer a mais que uma equipa participante.

5. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO

- 5.1. As cópias completas do Processo do Concurso estão à disposição dos interessados no local indicado em 1.3, podendo ser obtidas no acto do pedido, ou no prazo de quatro dias úteis após a recepção do mesmo, desde que solicitadas até ao termo do prazo de inscrição.
- 5.2. A despesa com a obtenção do Processo do Concurso, na importância de Esc. 30.000\$00 (trinta mil escudos) acrescida do valor do IVA e a liquidar previamente em numerário, vale postal ou cheque emitido à ordem da entidade promotora, constitui encargo dos interessados, sendo-lhes passado recibo comprovativo da aquisição; é também da sua responsabilidade, verificar a correcção da cópia fornecida com o exemplar patenteado.
- 5.3. As cópias do Processo do Concurso podem também ser solicitadas, por escrito, nos termos e nas condições dos números anteriores, para o local referido em 1.3; o envio através dos serviços postais implica que ao custo do Processo acresça o valor dos respectivos portes, não se responsabilizando a entidade promotora por eventuais atrasos ou extravios.

6. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

- 6.1. Os potenciais concorrentes poderão solicitar à Comissão Organizadora, por carta dactilografada, dentro do prazo fixado no calendário, quaisquer pedidos de esclarecimento que se relacionem com os elementos constantes do Processo do Concurso, não sendo considerados os pedidos recebidos depois do termo do referido prazo.
- 6.2. Os pedidos de esclarecimento serão coligidos pela ordem de entrada e dados a conhecer, de forma anónima, a todos os inscritos, juntamente com as respostas e esclarecimentos julgados oportunos, no prazo previsto no calendário, passando a fazer parte integrante do Processo do Concurso pelo que, serão também enviados a cada um dos membros do Júri, antes da sua primeira reunião, 11.2. e 22.7.
- 6.3. Compete à Comissão Organizadora a elaboração, em tempo oportuno, das respostas aos pedidos de esclarecimento referidos no número anterior.
- 6.4. Não havendo pedidos de esclarecimento, a entidade promotora comunicará tal facto a todos os concorrentes.
- 6.5. Havendo lugar a qualquer sessão de esclarecimento, deverão todos os inscritos ser atempadamente avisados; da reunião será lavrada acta que lhes será enviada e fará parte integrante do Concurso.

7. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os elementos a apresentar pelos concorrentes, de acordo com as condições previstas nas cláusulas do Caderno de Encargos, abaixo mencionadas, devem ser referenciados e acondicionados em conformidade com os seguintes preceitos (ver Anexo I):

- 7.1. Os documentos referidos nas cláusulas 1.1.2, 1.1.4.1, 1.1.5.1 e 1.1.6.1 a 1.1.6.4 inclusivé, do Caderno de Encargos devem ser apresentados em um único exemplar e todos eles encerrados num envelope opaco (envelope 1), fechado e lacrado que, por sua vez, será também encerrado no Invólucro I.
- 7.2. Os documentos referidos nas cláusulas 1.2.1.1 a 1.2.1.5 inclusivé, devem ser encerrados num envelope opaco (envelope 2), fechado e lacrado que, por sua vez, será também encerrado no Invólucro I.

- 7.3. O documento referido na cláusula 2.1 f) do Caderno de Encargos deve ser encerrado num envelope opaco (envelope 3), fechado e lacrado que, por sua vez, será também encerrado no Invólucro I.
- 7.4. Os documentos referidos nas alíneas a) b) c) d) e) da cláusula 2.1 do Caderno de Encargos devem ser encerrados no invólucro II.
- 7.5. As peças gráficas e desenhadas referidas na cláusula 3. do Caderno de Encargos devem ser encerradas no Invólucro III.
- 7.6. Os Invólucros I, II, e III que serão opacos e individualmente fechados e lacrados, devem ser encerrados num único volume (1º volume) que, por sua vez, será também fechado e lacrado.
- 7.7. Os painéis referidos na cláusula 4. do Caderno de Encargos, devem ser acondicionados num único volume (2º volume) que será fechado e lacrado.
- 7.8. O rosto de cada um dos Invólucros, para além das respectivas referências de I, II e III, deve conter, nos termos do número 8.3.1 deste Regulamento, o código de identificação do concorrente, que deverá constar também do rosto de cada um dos três envelopes cujo conteúdo foi atrás descrito.
- 7.9. O número de código referido na alínea anterior deve, de igual modo, constar do canto inferior direito de todas as peças escritas, peças gráficas e desenhadas e painéis.
- 7.10. No rosto de cada um dos dois volumes deve constar, única e exclusivamente, a referência do presente Concurso:
CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº3/95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ

8. CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO DOS TRABALHOS

- 8.1. Os elementos a apresentar nos termos do Caderno de Encargos, em volumes acondicionados de forma inviolável, deverão ser entregues, por mão própria, no local referido em 1.3., até às 17.00 horas do último dia do prazo previsto para a sua entrega, admitindo-se uma tolerância máxima de trinta minutos, para além da hora limite atrás fixada.
 - 8.1.1. No caso de remessa através dos serviços postais, a mesma terá de ser efectuado sob registo e com aviso de recepção, mas sem indicação do nome do remetente inscrita no exterior dos respectivos volumes e enviada para o endereço referido em 1.3.; neste caso, o aviso de recepção servirá de recibo. O concorrente será o único responsável pelos atrasos ou extravios que eventualmente se verificarem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da recepção dos trabalhos se verificar já depois de esgotado o prazo limite máximo definido no número anterior.
- 8.2. No acto da entrega dos trabalhos, será passado aos concorrentes um recibo comprovativo da recepção dos mesmos, que mencionará a data, a hora e o número de ordem de entrada do trabalho recebido.
- 8.3. Os concorrentes em caso algum poderão violar o anonimato, não podendo os trabalhos conter, em qualquer das suas peças, nomes, símbolos ou quaisquer outros elementos susceptíveis de identificar os concorrentes.
 - 8.3.1. Os elementos a apresentar nos termos do Caderno de Encargos, conterão na respectiva capa um código definido pelos concorrentes para futura identificação, constituído por um número de seis algarismos, não dispostos por ordem natural crescente ou decrescente.

o qual deverá constar também do rosto do envelope opaco e lacrado que conterà o "BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO", a entregar com o trabalho.

8.3.2. O "BOLETIM DE INSCRIÇÃO" referido em 4.2.1., após preenchimento total e completado com o código de identificação do concorrente, passa a ser considerado "BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO".

8.4. A entidade promotora será responsável pelos trabalhos apresentados, desde a recepção até à sua devolução aos concorrentes.

9. EXCLUSÕES

9.1. São condições bastantes, para exclusão de um concorrente, as seguintes:

9.1.1. a entrega dos trabalhos, no local referido em 1.3, depois da data e hora limites mencionadas em 8.1;

9.1.2. a verificação pelo Júri, de que nos trabalhos existem sinais intencionalmente destinados a permitir a identificação do concorrente;

9.1.3. a falta de cumprimento das condições estipuladas no presente Regulamento e no respectivo Caderno de Encargos.

9.2. Quaisquer elementos que sejam apresentados pelos concorrentes, para além dos exigidos no Caderno de Encargos, serão excluídos e não considerados pelo Júri.

9.3. A exclusão de um concorrente, nos termos do número 9.1., será justificada pelo Júri e constará da acta da reunião em que tal decisão ocorrer, sendo do facto dado conhecimento ao concorrente em causa, aquando do anúncio da proposta de classificação do Júri.

10. DIREITOS

10.1. Os trabalhos premiados passarão a constituir propriedade material da entidade promotora, sem prejuízo dos direitos de propriedade intelectual e artística dos seus autores, não lhes podendo ser introduzidas quaisquer modificações sem expresso consentimento destes.

10.2. Os restantes trabalhos ficarão à disposição dos concorrentes para a respectiva devolução, dentro dos prazos fixados no calendário, após o que a entidade promotora deixa de se responsabilizar pelo seu depósito e conservação.

10.3. Os autores dos trabalhos premiados apresentados a Concurso e a entidade promotora, têm o direito de promover a sua publicação.

10.4. Os trabalhos não premiados são propriedade dos seus autores, não podendo ser usados pela entidade promotora para publicação ou qualquer outro fim, sem a sua expressa autorização, com excepção da exposição pública prevista neste Regulamento.

11. JÚRI

11.1. O Júri do Concurso será presidido por um representante da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. e integrará, para além deste:

- Um representante designado pela Câmara Municipal de Mourão;
- Um representante designado pela Junta de Freguesia da Luz;

- Um arquitecto designado pela Comissão de Coordenação da Região do Alentejo;
 - Um arqueólogo designado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico;
 - Um arquitecto paisagista designado pela Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo;
 - Um engenheiro agrónomo designado pela Direcção Regional da Agricultura do Alentejo;
 - Um arquitecto designado pela Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.;
 - Um arquitecto designado pela Associação dos Arquitectos Portugueses.
- 11.2. Será dado conhecimento nominal dos membros do Júri aquando das respostas aos pedidos de esclarecimento referidos em 6.2.
- 11.3. O Júri poderá agregar a título consultivo, e sem direito a voto, quem considerar necessário.
- 11.4. Na sua primeira reunião os membros do Júri elegerão, entre si, o Relator; as actas das reuniões do Júri serão assinadas por todos os seus membros presentes.
- 11.5. As reuniões do Júri devem ser efectuadas com a presença da maioria absoluta dos seus membros.
- 11.6. As decisões do Júri serão tomadas por maioria simples de voto e não poderá haver abstenções.
- 11.7. O Júri definirá o critério de pontuação classificativa a atribuir aos critérios gerais de avaliação que, por ordem decrescente da sua importância, são os seguintes:
- 11.7.1. Cumprimento do Programa Preliminar;
- 11.7.2. Qualidade da solução urbanística, entendida nas seguintes componentes:
- Integração urbano-rural
 - Enquadramento ecológico-paisagístico
 - Perspectivação histórica, inovação urbanística e arquitectónica;
- 11.7.3. Exequibilidade da solução numa perspectiva equilibrada entre custo e qualidade.
- Face às soluções apresentadas, o Júri poderá propor, à entidade promotora, a adopção de critérios acessórios que complementem os estabelecidos neste número.
- 11.8. O Júri só abrirá o Invólucro I, referido no número 7, deste Regulamento, depois de apreciados e classificados os elementos constantes dos Invólucros II e III e os elementos encerrados no 2º volume, também eles referidos naquele número; o envelope 3, mencionado no número 7.3, será aberto nos termos e nas condições previstas em 13.3.
- 11.9. O Júri fará, em face dos trabalhos presentes, uma primeira avaliação das peças escritas, gráficas e desenhadas, em termos de valor absoluto, seguida de uma segunda avaliação, em termos de valor relativo.
- 11.10. O Júri, com base nos critérios referidos em 11.7, avaliará cada um dos trabalhos apresentados a Concurso devendo as respectivas apreciações constar das actas das reuniões em que tenham lugar.
- 11.11. O Júri poderá deliberar, em face dos trabalhos presentes e quando a nenhum tenha sido reconhecida qualificação em termos de valor absoluto, o não prosseguimento do Concurso, devendo fundamentar detalhadamente tal opção, a qual requer maioria qualificada de 2/3 dos seus membros, devendo constar da acta da reunião em que tal decisão ocorrer e do relatório

final; igual procedimento deve ser adoptado sempre que o Júri delibere não atribuir qualquer dos prémios referidos em 15.1.

- 11.12. Não são admitidas classificações ex aequo de dois ou mais concorrentes, e em caso de empates na votação para a classificação final, o presidente usará o voto de qualidade.
- 11.13. As deliberações do Júri manter-se-ão secretas até ao anúncio público da proposta de classificação do Júri.
- 11.14. O Júri elaborará um relatório final, a expor publicamente com os trabalhos, no qual justificará a classificação atribuída em função dos critérios adoptados, que será assinado por todos os seus membros; no relatório final, ficarão também exaradas as eventuais declarações de voto.
- 11.15. A decisão do Júri não tem carácter vinculativo relativamente à adjudicação do prosseguimento dos estudos.

12. ACTO PÚBLICO DO CONCURSO

- 12.1. O Acto Público terá lugar na aldeia da Luz, pelas 14h30, em data e local a anunciar, nos termos do calendário.
- 12.2. A proposta de classificação do Júri será estabelecida com base nos critérios gerais de avaliação definidos em 11.7 e anunciada aos concorrentes, no Acto Público do Concurso, após a identificação de cada um deles, que ocorre com a abertura do envelope 1, referido no número 7.1.
- 12.3. Cumprido o que se dispõe no número anterior, o Júri, em sessão secreta, deliberará sobre a habilitação dos concorrentes em face dos documentos por eles apresentados nos envelopes 1 e 2, após o que voltará a tomar-se pública a sessão, para serem anunciadas as deliberações tomadas, designadamente, quais os concorrentes admitidos e excluídos e, neste último caso, as razões da sua exclusão.
- 12.4. No caso de não ser possível proceder, nesse mesmo dia, à verificação de todos os documentos, a sessão será interrompida e anunciado aos presentes o dia e hora em que será reaberta.
- 12.5. Do Acto Público do Concurso lavrar-se-á acta que será assinada por todos os membros do Júri presentes.
- 12.6. No Acto Público do Concurso serão fornecidos aos concorrentes cópias do relatório do Júri e das actas das reuniões por ele efectuadas.
- 12.7. Aos concorrentes que não estiverem presentes no Acto Público do Concurso, nem nele se fizerem representar, a entidade promotora enviará, por correio, sob registo e com aviso de recepção, os documentos referidos em 12.5 e no número anterior.

13. AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS CONCORRENTES

- 13.1. A proposta de classificação do Júri será objecto de audiência prévia dos concorrentes que tomará a forma escrita nos termos do Código do Procedimento Administrativo, na qual os concorrentes colocarão todas as questões relevantes que importem à proposta de classificação apresentada pelo Júri, até ao termo do prazo previsto para o efeito.
- 13.2. A classificação final, estabelecida pelo Júri, deve ponderar as questões colocadas pelos concorrentes e ser definida, essencialmente, com base na proposta de classificação anunciada no Acto Público do Concurso a qual, será complementada com a apreciação dos dados

curriculares que, conforme disposto na cláusula 1.2 do Caderno de Encargos, os concorrentes devem apresentar.

- 13.3. O concorrente que for classificado em primeiro lugar será notificado do facto, por escrito, e convocado para uma reunião com a entidade promotora na qual se procederá à abertura do envelope 3, mencionado em 7.3, para efeitos de negociação do valor da Proposta de Honorários por ele apresentada.
- 13.4. Caso o valor apresentado seja considerado inaceitável e não for possível ajustá-lo, reinicia-se o procedimento com o segundo classificado e, assim por diante.
- 13.5. Estabelecido o acordo, os envelopes com os elementos relativos à proposta referida em 13.3, dos restantes concorrentes, deverão ser devolvidos à procedência, sem terem sido abertos.

14. ANÚNCIO DOS RESULTADOS

- 14.1. Todos os concorrentes serão notificados por escrito dos resultados do Concurso, após a deliberação final do Júri e sua subsequente divulgação pública, sendo-lhes enviado também, uma cópia do relatório final referido em 11.14, juntamente com a indicação do valor dos honorários acordados com o concorrente a quem for adjudicado o prosseguimento dos estudos, bem como cópia das actas das reuniões do Júri aos que expressamente as solicitarem.
- 14.2. Para além das notificações individuais referidas no número anterior, os resultados finais do Concurso serão publicados no Diário da República e em jornais nacionais.

15. PRÉMIOS

- 15.1. Aos concorrentes, cujos trabalhos ficarem classificados em primeiro, segundo e terceiro lugares, serão atribuídos, respectivamente, os seguintes prémios:

| | | |
|-----------|---------------|--|
| 1º Prémio | 4.500.000\$00 | (Quatro milhões e quinhentos mil escudos); |
| 2º Prémio | 2.500.000\$00 | (Dois milhões e quinhentos mil escudos); |
| 3º Prémio | 1.500.000\$00 | (Um milhão e quinhentos mil escudos). |

Aos autores dos restantes trabalhos, que se distingam pela sua singularidade, poderão ser atribuídas Menções Honrosas, até ao limite de 2 (duas), no valor unitário de Esc. 750.000\$00 (Setecentos e cinquenta mil escudos). 1500

- 15.2. Os prémios de natureza pecuniária e as Menções Honrosas referidos no número anterior, serão liquidados logo que decorridos 20 (vinte) dias úteis após a publicação oficial dos resultados do Concurso.
- 15.3. Caso o Júri considere que a quantidade de trabalhos apresentados com qualidade digna de menção é superior à dos Prémios e Menções Honrosas, referidos em 15.1, pode recomendar à entidade promotora a atribuição de mais Menções Honrosas, ainda que de natureza não pecuniária.

16. MINUTA DO CONTRATO, PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 16.1. O concorrente classificado em primeiro lugar e cuja Proposta de Honorários tiver sido aceite pela entidade promotora ficará com a incumbência do prosseguimento dos estudos, através de contrato a celebrar com esta, para o que fica obrigado a pronunciar-se sobre a Minuta de Contrato anexa ao presente Regulamento (Anexo II), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a data de recepção da notificação referida em 14.2.

- tabela honorários*
- 16.1.1. Caso se verifique a situação referida em 13.4., o concorrente classificado em primeiro lugar receberá, única e exclusivamente, o prémio a que tem direito, nos termos do número 15.1, sendo a adjudicação do prosseguimento dos estudos feita ao primeiro dos concorrentes que, em ordem seguinte da classificação final estabelecida pelo Júri, apresente uma Proposta de Honorários que seja aceite pela entidade promotora.
- 16.2. O proposto adjudicatário poderá reclamar contra a Minuta do Contrato se, no seu entender, dela resultem obrigações que contrariem ou não estejam contempladas no Regulamento do Concurso, no Caderno de Encargos ou na proposta; no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a entidade promotora comunicará ao proposto adjudicatário o que houver decidido sobre as propostas de alteração, entendendo-se que as indefere se não se pronunciar no referido prazo.
- 16.3. As propostas de alteração à Minuta, referidas no número anterior, respeitarão apenas a pequenos ajustamentos nas cláusulas contratuais e nunca de forma a pôr em causa as condições que determinaram a adjudicação.
- 16.4. Antes da celebração do Contrato, o adjudicatário deverá prestar caução, pelos modos legalmente permitidos, no valor de 5% do valor total da Proposta de Honorários aceite pela entidade promotora, com exclusão do I.V.A., para garantia do exacto e pontual cumprimento das suas obrigações. Ao valor da caução acrescerá o valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. (Anexos III, IV e V do Caderno de Encargos)
- 16.5. A entidade promotora informará o proposto adjudicatário da data fixada para a celebração do Contrato, a qual não excederá o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da prestação da caução e de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data da publicação oficial dos resultados do Concurso, mas não antes de decorridos 10 (dez) dias úteis sobre a data da notificação referida no número 14.2 do presente Regulamento.
- 16.6. Antes da celebração do contrato, o proposto adjudicatário submeterá à aprovação definitiva da entidade promotora a constituição da equipa de responsáveis pelos projectos das restantes especialidades.
- 16.7. O contrato referido no número anterior regular-se-á pelo articulado da Minuta de Contrato anexa ao presente Regulamento (Anexo II), sendo o valor dos honorários calculado:
- de acordo com as tabelas para projectos completos, constantes das "Instruções para Cálculos de Honorários de Projectos de Obras Públicas", a que se refere a Portaria de 07.02.72 do Ministério de Obras Públicas e das Comunicações, publicada no Diário do Governo, IIª Série, nº. 35, de 11.02.72, com as alterações de actualização constantes da Portaria publicada no Diário da República, IIª Série, nº. 53, de 05.03.86, ou a vigorar na altura da celebração do contrato; para o caso das Infra-estruturas Urbanísticas e Edifícios; e
 - de acordo com a aplicação dos preços de uso corrente, praticados em trabalhos similares, para o caso de cada uma das restantes especialidades intervenientes.
- 16.8. Para efeitos de determinação dos honorários, os Projectos de Execução das Infra-estruturas Urbanísticas e dos Edifícios são classificados na Categoria II das tabelas referidas no número anterior.
- 16.9. Ao valor dos honorários a liquidar ao adjudicatário, no acto do primeiro pagamento, será deduzida a importância correspondente ao prémio referido em 15.1, já por ele recebida.
- 16.10. Quando da aprovação do Estudo Prévio do Projecto de Plano, revisto e completado, serão liquidados ao adjudicatário os honorários correspondentes às fases de Programa-Base e de

Estudo Prévio, de acordo com a Proposta de Honorários que tiver sido aceite pela entidade promotora.

- 16.11. Em caso de falta de comparência, não justificada, do proposto adjudicatário, no acto da assinatura do contrato, por causa que lhe seja imputável, será reiniciado o procedimento referido em 13.3, com os restantes concorrentes.
- 16.12. Caso, nos 60 (sessenta) dias úteis subsequentes à data da publicação oficial dos resultados do Concurso, não se tenha ainda processado a assinatura do contrato, o primeiro classificado receberá um adiantamento no valor de 2% (dois por cento) dos honorários totais que lhe serão devidos, mais IVA, com retenção da percentagem afectada ao IRS.

17. INDEMNIZAÇÕES

17.1. Se não houver lugar à celebração do contrato com o proposto adjudicatário, por falta ou por causa imputável ao concorrente, não terá este direito a qualquer indemnização; sendo a falta ou causa considerada injustificada, deverá haver lugar ao reembolso do prémio atribuído.

17.1.1. Considerar-se-á causa imputável ao concorrente, nomeadamente, a impossibilidade de celebração do contrato por incumprimento das obrigações fiscais ou com a Segurança Social por parte do proposto adjudicatário.

17.2. No caso de não se realizar a assinatura do contrato, por razões não imputáveis ao concorrente, no prazo de um ano contado a partir da data da publicação oficial dos resultados do Concurso, ou verificando-se comunicação expressa da entidade promotora informando da sua impossibilidade para proceder a tal assinatura, terá o proposto adjudicatário, direito a receber, para além dos 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos honorários totais que lhe seriam devidos até à fase de Estudo Prévio, ainda uma indemnização correspondente a 5% (cinco por cento) do valor dos honorários totais.

17.3. No caso de anulação do Concurso, durante o período de inscrição previsto no calendário, será devida a cada um dos concorrentes inscritos uma indemnização de valor igual ao preço do processo do Concurso.

17.4. No caso de anulação do Concurso, após a recepção dos trabalhos e antes da atribuição dos prémios, será devida a cada um dos concorrentes cujas propostas tenham sido admitidas, uma indemnização de valor idêntico à fracção resultante da divisão do montante total dos prémios pelo número daqueles concorrentes.

Anúncio do Concurso

$$10.000.000,00 = \begin{array}{r} 4.500.000,00 \cdot 1^{\circ} \\ 2.500.000,00 \cdot 2^{\circ} \\ 3.000.000,00 \cdot 3^{\circ} \\ 500.000,00 \cdot 4^{\circ} \\ \hline 10.000,00 \end{array} \quad \left| \begin{array}{r} 10.000,00 \\ - \\ \hline 10.000,00 \end{array} \right.$$

18. EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS

18.1. Decorridos, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, após a publicação oficial dos resultados do Concurso, e no mínimo, durante os 11 (onze) dias úteis seguintes, a entidade promotora promoverá uma exposição pública, na aldeia da Luz, dos trabalhos admitidos, na qual estará presente o relatório final, referido em 11.14, pelo que todos os concorrentes se comprometem a autorizar desde logo a exposição dos seus trabalhos.

18.2. O anonimato dos trabalhos não premiados será mantido desde que os concorrentes o desejem e indiquem expressamente no boletim de identificação.

18.3. Os painéis a exibir na exposição, serão os mesmos que hajam sido presentes a Concurso pelo que, posteriormente à publicação oficial dos resultados, não é permitido introduzir-lhes alterações que não sejam as decorrentes da necessidade de reparação de qualquer dano entretanto ocorrido com o seu manuseamento.

1º Vc

Invól

18.4. O local, data e hora de abertura da exposição serão anunciados nos meios de comunicação social e a todos os concorrentes.

19. DEVOLUÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos não premiados estão à disposição dos concorrentes nos respectivos locais de recepção, nos prazos definidos em calendário, findos os quais cessa a responsabilidade de depósito.

20. SEGURO DOS TRABALHOS

Cada trabalho apresentado a Concurso está seguro pela entidade promotora, até ao valor de Esc: 500.000\$00 (Quinhentos mil escudos) durante o período compreendido entre a entrega nos locais de recepção e a data limite fixada para o seu levantamento.

21. CONFLITOS

Em caso de conflito, será competente, o foro da comarca da entidade promotora.

22. CALENDÁRIO

22.1. O calendário do Concurso, a iniciar com a data da publicação do respectivo anúncio no *Diário da República* e considerando que os prazos abaixo indicados são contados em dias úteis, será o seguinte:

- Inscrição, até (vinte e oito) dias após a data da publicação do anúncio no *Diário da República*;
- Pedidos de esclarecimento, até (vinte e oito) dias após a data da publicação do anúncio;
- Visita à área de intervenção, durante (dois) dias antes da data limite dos pedidos de esclarecimento;
- Respostas aos pedidos de esclarecimento, até (onze) dias após a data limite dos pedidos de esclarecimento;
- Recepção dos trabalhos, até (oitenta e quatro) dias após a data da publicação do anúncio;
- Proposta de classificação do Júri, até (dezoito) dias após a data limite da recepção dos trabalhos;
- Acto Público do Concurso (dois) dias após a deliberação da proposta de classificação do Júri; *
- Audiência prévia dos concorrentes, durante (dez) dias após o Acto Público do Concurso;
- Publicação oficial dos resultados do Concurso, até (sete) dias após o termo do período de audiência prévia dos concorrentes;
- Pagamento dos prémios, após (vinte) dias contados da data da publicação oficial dos resultados do Concurso;
- Exposição pública dos trabalhos, durante 11 (onze) dias, no mínimo, até (dez) dias, no mínimo, após a data da publicação oficial dos resultados do Concurso;
- Levantamento dos trabalhos dos concorrentes, até (vinte) dias após a data de encerramento da exposição.

22.2. As datas resultantes dos prazos indicados serão fornecidas aos concorrentes, aquando das respostas aos pedidos de esclarecimento.

Dnr. 4

ANEXO I

ESQUEMA DO MODO DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

1º Volume: Documentos

| | | |
|---------------|------------|--|
| Invólucro I | Envelope 1 | <ul style="list-style-type: none"> • Boletim de identificação ✓ • Prova de habilitações técnico-profissionais de cada elemento da equipa ✓ • Declaração de participação voluntária do responsável de cada especialidade (Anexo I ao Caderno de Encargos) — • Documento comprovativo de ausência de dívidas ao Estado Português ✓ • Documento comprovativo da situação regularizada relativamente à Segurança Social ✓ • Documento comprovativo da declaração periódica de rendimentos mais recente para efeitos de IRS ou IRC ✓ • Declaração junta como Anexo II ao Caderno de Encargos — |
| | Envelope 2 | <ul style="list-style-type: none"> • Curriculum vitae do responsável de cada especialidade • Curriculum da empresa ¹ • Curriculum vitae da equipa projectista ² |
| | Envelope 3 | <ul style="list-style-type: none"> • Proposta de Honorários |
| Invólucro II | | <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem Crítica ao Programa Preliminar • Memória Descritiva e Justificativa • Metodologia • Plano de Trabalhos • Estimativa Geral do Custo do Empreendimento |
| Invólucro III | | <ul style="list-style-type: none"> • Peças gráficas e desenhadas |

2º Volume: Painéis

¹ No caso de empresas em nome individual ou societárias.

² No caso de equipa projectista constituída por profissionais independentes, sempre que os responsáveis de cada especialidade já tenham experiência de trabalho em conjunto.

ANEXO 3
MINUTA DE CONTRATO

| ÍNDICE | PÁG. |
|--|------|
| CLÁUSULA 1ª OBJECTO DO CONTRATO | 3 |
| CLÁUSULA 2ª METODOLOGIA | 3 |
| CLÁUSULA 3ª REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL | 3 |
| CLÁUSULA 4ª ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DA 1ª OUTORGANTE | 4 |
| CLÁUSULA 5ª ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DO 2ª OUTORGANTE | 4 |
| CLÁUSULA 6ª SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS | 4 |
| CLÁUSULA 7ª FASES | 5 |
| CLÁUSULA 8ª PRAZOS | 5 |
| CLÁUSULA 9ª APRESENTAÇÃO DOS PROJECTOS | 6 |
| CLÁUSULA 10ª HONORÁRIOS | 6 |
| CLÁUSULA 11ª FORMA DE PAGAMENTO | 6 |
| CLÁUSULA 12ª REVISÃO DOS HONORÁRIOS | 7 |
| CLÁUSULA 13ª SUSPENSÃO DO CONTRATO | 8 |
| CLÁUSULA 14ª RESCISÃO DO CONTRATO | 8 |
| CLÁUSULA 15ª INDEMNIZAÇÕES | 9 |
| CLÁUSULA 16ª CAUÇÃO | 10 |
| CLÁUSULA 17ª MULTAS CONTRATUAIS | 10 |
| CLÁUSULA 18ª RESPONSABILIDADES DO SEGUNDO OUTORGANTE | 10 |
| CLÁUSULA 19ª ERROS E OMISSÕES DOS PROJECTOS | 11 |
| CLÁUSULA 20ª REVISÃO DE PROJECTOS | 12 |
| CLÁUSULA 21ª ADITAMENTOS | 12 |
| CLÁUSULA 22ª DIREITOS DE AUTOR | 13 |
| CLÁUSULA 23ª COMPROMISSO ARBITRAL | 13 |

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

Entre a
Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A., pessoa colectiva nº 503 450 189,
representada por _____, adiante designada como **Primeira**
Outorgante, e
_____, (prestador dos serviços: Arquitecto Coordenador da equipa
projectista, empresa em nome individual ou societária, ou associação de empresas), contribuinte
fiscal nº _____, adiante designado como **Segundo Outorgante**,

é celebrado o presente Contrato de prestação de serviços, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA (Objecto do Contrato):

Constitui objecto do presente Contrato a elaboração pelo Segundo Outorgante, do Projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz, dos Projectos de Infra-estruturas e Conjuntos Habitacionais, bem como a respectiva Assistência Técnica às obras, a que se refere a proposta datada de ___/___ aprovada pela Primeira Outorgante em ___/___ que fica a fazer parte integrante do presente Contrato, em tudo o que não estiver alterada pelo disposto nas cláusulas que se seguem.

NOTA: Poderão considerar-se também partes integrantes do Contrato, com ressalva idêntica à atrás referida, todos os documentos que conduzirem ao acordo que consubstancia a vontade negociada das partes.

SEGUNDA (Metodologia):

- UM O Segundo Outorgante obriga-se a cumprir o estabelecido na sua proposta de metodologia que integra a proposta aprovada a que se refere a cláusula Primeira do presente Contrato.
- DOIS No que respeita aos Projectos de Infra-estruturas e dos Edifícios Habitacionais o Segundo Outorgante considerará o estabelecido nas "Instruções para o Cálculo de Honorários referentes aos Projectos de Obras Públicas", aprovadas por Portaria de 07.02.72, publicada no suplemento ao D.G., 2º, nº 35, de 11.02.72, com as alterações introduzidas pela Portaria de 22.11.74 publicada no D.G., 2º, de 3.1.75 e pela Portaria de 05.03.86 publicada no D.R., IIª série, nº 53 ou a vigorar na altura da celebração do contrato.

TERCEIRA (Regulamentação aplicável):

- UM Para a elaboração do objecto do Contrato, o Segundo Outorgante considerará de forma imperativa os normativos regulamentares e técnicos de carácter geral e ainda os de carácter especial com aqueles relacionados ou por eles exigidos.
- DOIS Para a determinação da percentagem (%) para efeitos de cálculo de honorários referente a cada fase da prestação de serviços objecto do presente Contrato, sua forma de pagamento e respectiva revisão, será considerado o estabelecido na Proposta de Honorários aprovada pela Primeira Outorgante e nas instruções mencionadas nas cláusulas anteriores.

QUARTA (Âmbito de Intervenção da Primeira Outorgante):

Incumbe à Primeira Outorgante:

- a) prestar e fornecer ao Segundo Outorgante as informações necessárias ao início e desenvolvimento da prestação de serviços, nomeadamente a informação cadastral, cartográfica e alfanumérica digitalizada disponível;
- b) comunicar ao Segundo Outorgante, no prazo máximo de 40 dias úteis, após a recepção dos elementos submetidos à sua apreciação para aprovação, a eventual existência de deficiências ou irregularidades, independentemente da sua natureza ou importância;
- c) aprovar, no prazo máximo de 40 dias úteis após a respectiva recepção, a fase de prestação de serviços submetida à sua apreciação, considerando-se a ausência de acto expresso como aprovação tácita, salvo as situações previstas na cláusula Oitava n.º dois;
- d) proceder ao pagamento pontual das "Notas de Honorários" apresentadas pelo Segundo Outorgante, relacionadas com a prestação de serviços;
- e) não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresso consentimento do Segundo Outorgante, qualquer informação da parte deste recebida com classificação de confidencialidade;
- f) respeitar os circuitos de comunicação ou relacionamento estabelecidos por forma escrita para a prestação de serviços, nomeadamente quando envolvam terceiros.

QUINTA (Âmbito de Intervenção do Segundo Outorgante):

Incumbe ao Segundo Outorgante:

- a) prestar os serviços objecto do presente Contrato com a competência, diligência e pontualidade adequadas à execução da proposta a que está vinculado, defendendo os legítimos interesses e expectativas da Primeira Outorgante, principalmente no que se refere a relações com terceiros;
- b) comunicar à Primeira Outorgante no prazo de 10 dias úteis após a respectiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
- c) não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresso consentimento da Primeira Outorgante, qualquer informação desta recebida, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com a prestação de serviços, sem prejuízo do exercício dos direitos reconhecidos no Código do Direito de Autor;
- d) apoiar a Primeira Outorgante na selecção de propostas que conduzam a outros Contratos de Concepção de Projectos relacionados com a prestação de serviços e nela não incluídos;
- e) apoiar a Primeira Outorgante na selecção de propostas que conduzam a Contratos de empreitadas para a execução de Obras e de Projectos relacionados com a prestação de serviços.

SEXTA (Subcontratação de Serviços):

A responsabilidade do Segundo Outorgante perante a Primeira Outorgante mantém-se independentemente da subcontratação.

SÉTIMA (Fases):

- UM A prestação de serviços pelo Segundo Outorgante obedecerá às seguintes fases:
- estudo Prévio do Plano de Pormenor revisto e completado/ Programa-base das Infra-estruturas Urbanísticas e dos Conjuntos Edificados;
 - projecto de Plano de Pormenor/ Estudo Prévio das Infra-estruturas Urbanísticas/ Estudo Prévio simplificado dos Edifícios Habitacionais;
 - projecto de Execução das Infra-estruturas Urbanísticas/ Estudo Prévio dos Edifícios Habitacionais;
 - assistência Técnica às Obras das Infra-estruturas/ Ante-Projecto dos Edifícios Habitacionais;
 - projecto de Execução dos Edifícios Habitacionais/ Continuação da Assistência Técnica à execução das Infra-estruturas;
 - assistência Técnica às Obras das Infra-estruturas e dos Edifícios Habitacionais.
- DOIS Antes do início da fase de Projecto de Plano de Pormenor, o Segundo Outorgante deverá rever e completar o Estudo Prévio que integra a proposta aprovada a que se refere a cláusula Primeira do presente Contrato.
- TRÊS O prazo para a execução das tarefas referidas no número anterior é de 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da data de assinatura do presente Contrato.
- QUATRO O conteúdo das fases referidas nas alíneas a) a e) do número UM desta cláusula relativamente aos Projectos de Execução das Infra-estruturas e dos Edifícios ou conjuntos Habitacionais, será conforme as disposições constantes da Portaria de 07.02.72 publicada no D.G., 2º, nº 35, de 11.02.72, com as alterações de actualização que lhe foram introduzidas até à presente data.

OITAVA (Prazos):¹

- UM Para a elaboração das fases enumeradas na cláusula anterior serão acordados entre as partes os respectivos prazos nos termos da proposta seleccionada.
- DOIS Os prazos referidos no número anterior apenas serão passíveis de prorrogação nos seguintes casos:
- por decisão unilateral da Primeira Outorgante;
 - necessidade de elaboração de alterações solicitadas pela Primeira Outorgante e aprovadas pela Segunda ou resultantes de intervenção ou imposição de entidades oficiais, desde que legalmente prevista ou legitimamente fundamentada;
 - ocorrendo motivo de força maior ou facto alheio à responsabilidade do Segundo Outorgante.

¹ FÓRMULA-TIPO: a) Fase _____ a executar no prazo de _____ (dias, meses) após a verificação da eficácia do presente contrato.

b) Fase _____ a executar no prazo de _____ após a comunicação da aprovação da fase anterior ou, na sua omissão, do primeiro dia útil seguinte à caducidade do prazo para a prática do respectivo acto

- TRÊS A prorrogação dos prazos referida no número DOIS desta cláusula não conduzirá à aplicação de qualquer penalidade.
- QUATRO A contagem dos prazos definidos no número UM desta cláusula, só tem início a partir do momento da entrega, pelo Primeiro Outorgante, do último dos documentos, que constitua sua incumbência.

NONA (Apresentação dos Projectos):

- UM O Projecto de Plano de Pormenor e os Projectos de Execução das Infra-estruturas e dos Edifícios Habitacionais resultantes da prestação de serviços serão devidamente subscritos pelos respectivos autores.
- DOIS Os referidos Projectos deverão ser apresentados em 5 (cinco) exemplares, um dos quais em material reprodutível e outro em formato digital²; a Primeira Outorgante poderá, relativamente aos Estudos Prévios, exigir igual número de exemplares à equipa contratada.
- TRÊS Os encargos com o fornecimento de exemplares em número superior ao fixado no número anterior serão suportados pela Primeira Outorgante.

DÉCIMA (Honorários):

- UM Pela prestação dos serviços objecto do presente Contrato, a Primeira Outorgante pagará ao Segundo Outorgante, a título de honorários, o preço acordado entre ambos nos termos da proposta aprovada a que se refere a cláusula Primeira, na importância de esc. _____ \$00 (por extenso).
- DOIS Aos honorários previstos acrescerá o valor do I.V.A à taxa legal em vigor.

DÉCIMA PRIMEIRA (Forma de Pagamento):

- UM O pagamento dos honorários fixados na cláusula anterior será satisfeito contra a apresentação pelo Segundo outorgante da necessária "Nota de Honorários".
- DOIS Os honorários relativos à elaboração do Projecto de Plano de Pormenor serão pagos da seguinte forma:
- primeira prestação, na importância de ESC. _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 40 % (quarenta por cento) do valor da proposta, com dedução do quantitativo do prémio (_____ escudos) auferido pelo Segundo Outorgante enquanto concorrente ao Concurso Público que esteve na base da celebração do presente Contrato, vencida com a apresentação do Estudo Prévio revisto e completado;
 - segunda prestação, na importância de ESC. _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da proposta, vencida com a apresentação do Projecto de Plano de Pormenor;
 - terceira prestação, na importância de ESC. _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da proposta, vencida com a aprovação do Projecto de Plano de Pormenor.

² Neste caso, a informação deverá ser apresentada em ambiente WINDOWS, sendo a documentação alfanumérica em winword V.6 e a cartografia compatível com o Sistema de Informação Geográfica (SIG).

TRÊS Os honorários relativos à elaboração dos Projectos das Infra-estruturas serão pagos da seguinte forma:

- a) primeira prestação, na importância de ESC. _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 25 % (vinte e cinco por cento) do valor da proposta que esteve na base da celebração do presente Contrato, vencida com a apresentação do Estudo Prévio;
- b) segunda prestação, na importância de ESC. _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor da proposta, vencida com a apresentação do Projecto de Execução;
- c) terceira prestação, na importância de ESC. _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da proposta, relativa à Assistência Técnica a prestar, em _____ (_____) parcelas trimestrais iguais entre si, a primeira das quais vencida com a consignação da obra e a última com a sua recepção provisória.

QUATRO Os honorários relativos à elaboração dos Projectos dos Edifícios serão pagos da seguinte forma:

- a) primeira prestação, na importância de Esc: _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 35 % (trinta e cinco por cento) do valor da proposta, que esteve na base da celebração do presente Contrato, vencida com a apresentação do Estudo Prévio;
- b) segunda prestação, na importância de Esc: _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta, vencida com a apresentação do Ante-Projecto;
- c) terceira prestação, na importância de ESC: _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da proposta, vencida com a apresentação da fase de Projecto de Execução;
- d) quarta prestação, na importância de ESC: _____ \$00 (_____ escudos) correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta, relativa à Assistência Técnica a prestar, em _____ (_____) parcelas trimestrais iguais entre si, a primeira das quais vencida com a consignação da obra e a última com a sua recepção provisória.

CINCO O pagamento das importâncias apresentadas em cada "Nota de Honorários" será efectuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a sua recepção.

SEIS Findo o prazo previsto no número anterior serão liquidados juros de mora por cada dia de atraso na satisfação do pagamento da importância devida, para o efeito se considerando a taxa de juro legal em vigor.

SETE As importâncias correspondentes aos juros moratórios serão liquidadas quinzenalmente, devendo o respectivo pagamento ser reclamado mediante notas de débito.

OITO Ao pagamento de quaisquer encargos da responsabilidade da Primeira Outorgante é aplicável o disposto nos anteriores números DOIS, TRÊS e QUATRO.

DÉCIMA SEGUNDA (Revisão dos Honorários)

UM Os honorários serão calculados em função das estimativas e orçamentos aprovados pelo Segundo Outorgante, havendo somente revisão em relação ao valor de adjudicação quando esta não se efectue nos 120 (cento e vinte) dias imediatos à data de aprovação dos projectos.

- DOIS Sempre que as obras forem iniciadas no prazo de dois anos contados a partir da data de aprovação oficial dos projetos, os honorários relativos à assistência técnica serão calculados com base nos valores das adjudicações e actualizados em função dos valores finais das obras, incluindo as revisões de preços a liquidar ao empreiteiro.
- TRÊS Não haverá redução de honorários se as alterações à categoria da obra, alheias ao Segundo Outorgante, posteriores a fases aprovadas pela Primeira Outorgante, interferirem no preço de adjudicação da obra, motivando uma redução no seu custo final relativamente às estimativas iniciais ou orçamentos aprovados.

DÉCIMA TERCEIRA (Suspensão do Contrato):

- UM A suspensão da eficácia do presente contrato que traduza a interrupção temporária da prestação de serviços poderá partir da iniciativa da Primeira ou do Segundo Outorgantes, nas circunstâncias previstas nos números seguintes, só se tomando efectiva 30 (trinta) dias após o recebimento da comunicação para o efeito, efectuada por forma escrita pela parte que a pretenda e da qual fará constar as razões que a justificam.
- DOIS No reatamento da prestação de serviços, findo qualquer período de suspensão, poderá ser considerada a necessidade de ajustamento de prazos para a elaboração de fases ou de quantitativo de honorários, devendo o Segundo Outorgante para este efeito elaborar por forma escrita a necessária e respectiva proposta.
- TRÊS No caso de suspensão das tarefas contratadas por mais de 180 (cento e oitenta) dias, em fases de Projecto, por circunstâncias alheias ao Segundo Outorgante, este tem direito à integral remuneração correspondente à fase interrompida ou, no caso da suspensão se fazer logo após a entrega de uma fase, tem direito à remuneração correspondente aos 50% da fase seguinte.
- QUATRO No caso do número anterior, o Segundo Outorgante terá direito à remuneração referida no número anterior acrescida de uma indemnização igual a 5% do total dos honorários contratados.
- CINCO No decorrer do período mencionado no número UM desta cláusula, as partes procurarão ultrapassar as circunstâncias que justificaram a suspensão.
- SEIS Invocando razões de conveniência, a Primeira Outorgante pode a todo o tempo promover a suspensão da eficácia do presente contrato.
- SETE O Segundo Outorgante pode promover a suspensão do Contrato nas seguintes situações:
- a) pela verificação de circunstâncias que impeçam a prestação de serviços em condições de normalidade, não derivadas de factos que lhe possam ser imputados;
 - b) se o pagamento de qualquer "Nota de Honorários" devidamente apresentada não for efectuada nos 90 (noventa) dias imediatos à respectiva apresentação.

DÉCIMA QUARTA (Rescisão do Contrato):

- UM A rescisão do presente contrato poderá partir da iniciativa da Primeira ou Segundo Outorgantes nas circunstâncias previstas nos números seguintes.
- DOIS A rescisão, todavia, só se tomará efectiva após a recepção da comunicação para o efeito, efectuada por forma escrita pela parte que a promova, da qual fará constar a necessária fundamentação.

TRÊS A Primeira Outorgante poderá rescindir o presente Contrato nas seguintes condições:

- a) com a invocação de razões de conveniência;
- b) quando por factos imputáveis ao Segundo Outorgante o cumprimento dos prazos para a prestação de serviços for excedido em mais de 90 (noventa) dias;
- c) pela verificação de graves erros, negligência ou omissões, imputáveis ao Segundo Outorgante;
- d) pela verificação de incumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte do Segundo Outorgante de que possa resultar prejuízo ou dano para os direitos e legítimas expectativas da Primeira Outorgante.

QUATRO O Segundo Outorgante poderá rescindir o Contrato nas seguintes situações:

- a) se se verificar a suspensão da eficácia do contrato por período superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- b) se, por facto que lhe não seja imputável, não se verificar a aprovação da fase contratada do projecto, no prazo correspondente ao dobro do fixado para a verificação daquele acto, ou de 180 (cento e oitenta) dias se aquele for inferior a este lapso de tempo;
- c) pelo não pagamento de qualquer factura correspondente a prestação de honorários ou nota de débito correspondente a juros moratórios, excedidos que sejam todos os prazos contratados para o efeito;
- d) pelo decurso de 5 (cinco) anos sobre a data da entrega do objecto do presente Contrato, sem que as obras correspondentes hajam sido iniciadas;
- e) pela verificação de incumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte da Primeira Outorgante de que possa resultar prejuízo ou dano para os direitos e legítimas expectativas do Segundo Outorgante.

CINCO A rescisão do Contrato não prejudica de forma alguma o direito do Segundo Outorgante de receber o pagamento dos honorários ou da parte destes vencida.

SEIS Independentemente da causa que a provocou ou do Outorgante que a promoveu, o Segundo Outorgante terá um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contado da efectivação da rescisão, para pôr termo e organizar a documentação relativa à fase de prestação de serviços que se encontrava em curso.

DÉCIMA QUINTA (Indemnizações):

UM Verificando-se a rescisão do contrato por facto imputável ao Segundo Outorgante, tem a Primeira Outorgante direito às seguintes indemnizações:

- a) se o facto for devido à verificação de graves erros, negligência ou omissões, o quantitativo da indemnização será igual ao valor dos honorários da fase ou fases em que aqueles se produziram;
- b) por qualquer outro facto, a indemnização será igual ao valor correspondente a 15% dos honorários vencidos.

DOIS Verificando-se a rescisão do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante, terá o Segundo direito às seguintes indemnizações:

- a) o quantitativo correspondente ao valor de honorários atribuível ao trabalho não executado na fase em curso;
- b) a 10% (dez por cento) do valor das prestações de honorários vincendos, salvo se este quantitativo for inferior ao montante do valor da fase imediatamente subsequente, caso em que será esta a quantia indemnizatória; e
- c) a 10% (dez por cento) do valor estabelecido para a fase de Assistência Técnica, corrigida segundo o valor orçamentado e aprovado para a obra, decorridos que sejam 2 (dois) anos sobre a data de aprovação final do projecto.

DÉCIMA SEXTA (Caução)

- UM A caução prestada pelo adjudicatário, nos termos referidos no n.º 16.4 do Regulamento do Concurso que deu origem a este Contrato, destina-se a garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Segundo Outorgante.
- DOIS A Primeira Outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento, pelo Segundo Outorgante, das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais.
- TRÊS A caução permanece válida até ao cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas pelo Segundo Outorgante.
- QUATRO No prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do cumprimento referido no n.º anterior, a Primeira Outorgante promoverá a libertação da caução prestada.

DÉCIMA SÉTIMA (Multas contratuais)

- UM O incumprimento dos prazos estabelecidos para a execução de qualquer fase da prestação de serviços objecto do presente contrato, por factos não derivados de motivo de força maior, ou cuja justificação haja sido aceite pela Primeira Outorgante, determinará a aplicação de multas ao Segundo Outorgante, calculadas diariamente, pela aplicação das seguintes permissões ao valor da prestação de honorários da fase em curso:
 - a) um por mil, nos primeiros quinze dias;
 - b) dois por mil, a partir do décimo sexto e até ao trigésimo dia;
 - c) três por mil, a partir do trigésimo primeiro e até ao quadragésimo quinto dia;
 - d) quatro por mil, a partir do quadragésimo sexto e até ao nonagésimo dia.
- DOIS O quantitativo das multas determinado será deduzido, pela Primeira Outorgante, ao valor da prestação de honorários da fase contratada, no momento do respectivo pagamento.

DÉCIMA OITAVA (Responsabilidades do Segundo Outorgante)

- UM Constitui responsabilidade do Segundo Outorgante a existência de erros ou omissões qualificados como graves, verificados e comprovados pela Primeira Outorgante, derivados de negligência ou inaplicação profissional, afeitas estas nos limites dos comportamentos e conhecimentos considerados de diligência média à data da celebração do presente Contrato.

- DOIS O valor da indemnização derivada da imputação da responsabilidade pelos erros ou omissões ao Segundo Outorgante não poderá exceder o valor dos honorários correspondentes à fase da prestação de serviços em que aqueles se verificarem.
- TRÊS A responsabilidade do Segundo Outorgante a que se refere o número UM poderá ser transferida para uma entidade seguradora, sendo incumbência do Segundo Outorgante promover a celebração do necessário e respectivo contrato de seguro, devendo remeter um duplicado deste à Primeira Outorgante.
- QUATRO Não constitui responsabilidade do Segundo Outorgante a verificação de erros ou omissões motivados por incorrecções ou deficiências existentes nos elementos fornecidos pela Primeira Outorgante.
- CINCO O Segundo Outorgante obriga-se a corrigir ou completar, sem encargos adicionais para a Primeira Outorgante, os estudos e documentos que haja produzido e que sejam reconhecidos como manifestamente insuficientes ou defeituosos.
- SEIS A responsabilidade imputável ao Segundo Outorgante por mora no cumprimento dos prazos contratuais considera-se restrita à aplicação das multas previstas na cláusula Décima Sétima.
- SETE A exigibilidade da responsabilidade imputável ao Segundo Outorgante caduca findo o prazo de 5 (cinco) anos contados da data da entrega dos documentos correspondentes à fase de prestação de serviços, ou da data da conclusão da prestação destes se não houver lugar à produção de documentos.

DÉCIMA NONA (Erros e Omissões dos Projectos)

- UM O Segundo Outorgante será penalizado pelos erros e/ou omissões dos Projectos, invocados pelo empreiteiro a quem venha a ser adjudicada a execução da obra, dentro do prazo legal, e aceites pela Primeira Outorgante, que ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor de adjudicação da obra, até ao limite de 20% (vinte por cento) do encargo total dos honorários fixados no presente Contrato.
- DOIS O disposto no número UM desta cláusula não invalida ou atenua as responsabilidades perante a lei dos técnicos autores dos projectos.
- TRÊS Verificando-se as circunstâncias previstas no número UM desta cláusula, o Segundo Outorgante deverá proceder à alteração dos projectos de molde e coítmatar os erros e/ou omissões detectados, mas respeitando sempre o limite orçamental imposto pela Primeira Outorgante, admitindo-se contudo, se se justificar, uma variação de valor não superior a 5% (cinco por cento) sobre o valor da adjudicação das obras.
- QUATRO Pelos erros e omissões dos projectos, invocados pelo empreiteiro dentro do prazo legal, reconhecidos e aceites pela Primeira Outorgante, após audição do Segundo Outorgante, fica este sujeito às seguintes penalidades:
- a) reposição de honorários se o valor dos erros e omissões se situar entre 5% e 8% do valor de adjudicação das obras; o valor da reposição será calculado, fazendo incidir sobre o valor dos erros e omissões, a percentagem actualizada, correspondente a esse valor, e para a categoria a que o projecto foi classificado, extraída do Anexo II às "Instruções para o cálculo de honorários referentes aos projectos de obras públicas";
 - b) se o valor dos erros e omissões for superior a 8%, o Segundo Outorgante suportará, parcial ou totalmente, o financiamento dos correspondentes trabalhos da empreitada, nos termos indicados na seguinte tabela, onde:

6
7
8
9
10
11

A Corresponde à percentagem, relativamente ao orçamento do projecto aprovado, do valor dos erros e omissões.

B Corresponde à percentagem relativa ao custo dos trabalhos da empreitada correspondentes a erros e omissões a suportar pelo Segundo Outorgante, sendo o limite para esse custo o correspondente aos preços unitários do projecto aprovado.

| A | B |
|-------------|------|
| > 8% a 12% | 15% |
| > 12% a 16% | 25% |
| > 16% a 20% | 50% |
| > 20% | 100% |

CINCO Para os efeitos do disposto no número anterior, entende-se por erros e omissões dos projectos o saldo que resultar da soma algébrica das importâncias referentes aos trabalhos a mais (valor positivo) e a menos (valor negativo) decorrentes da rectificação daqueles erros e omissões após a consignação da empreitada.

VIGÉSIMA (Revisão de Projectos):³

UM Se a proposta de valor mais baixo apresentada para a execução das empreitadas das Infra-estruturas e dos Edifícios, cujos projectos são objecto deste Contrato, exceder em mais de 15% (quinze por cento) os orçamentos a apresentar com os Projectos de Execução, fica o Segundo Outorgante obrigado à revisão dos mesmos, de modo a que os encargos com a sua execução se comportem dentro dos limites financeiros definidos por aqueles orçamentos, sem direito a qualquer remuneração complementar.

DOIS O prazo máximo fixado para a revisão dos projectos é de 30 (trinta) dias úteis contados da data de recepção, pelo Segundo Outorgante, da comunicação da obrigatoriedade a que se reporta esta cláusula.

TRÊS A aplicação da obrigatoriedade imposta no número UM desta cláusula, está dependente da abertura do processo de selecção do empreiteiro para execução da obra, no prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis contados da data da aprovação do Projecto de Execução, sem prejuízo do estipulado no número seguinte.

QUATRO Caso não seja excedido o prazo fixado no número anterior, manter-se-á a obrigatoriedade de revisão do Projecto de Execução sem direito a qualquer remuneração complementar, sendo, no entanto, o limite fixado no número UM desta cláusula, corrigido para mais ou para menos, tendo em conta o agravamento de custos de mão-de-obra e de materiais, tomando como base a fórmula de edifícios correntes publicado no Diário do Governo, nº 180, II Série, de 06.08.75, os índices publicados pelo Ministério da Habitação e Obras Públicas e considerando a sua variação desde o termo final do referido prazo de 120 (cento e vinte) dias úteis e a data da efectiva realização do Acto Público do Concurso e de acordo com o Decreto Lei n.º 348-A/86 de 16 de Outubro.

VIGÉSIMA PRIMEIRA (Aditamentos):

Serão objecto de aditamento ao presente contrato por comum acordo entre as partes:

- a) a contratação de quaisquer estudos e tarefas não compreendidos no objecto do presente Contrato, incluindo as respectivas despesas;

³ Quando exigida pelo Primeiro Outorgante.

- b) o ajustamento de prazos e de honorários nas situações expressamente previstas;
- c) o estabelecimento de condições relativas à fase de Assistência Técnica, se a execução da obra a que a prestação de serviços se refere não for iniciada no prazo de 2 (dois) anos após a aprovação do respectivo projecto;
- d) as modificações introduzidas, a pedido da Primeira Outorgante, durante o trabalho, no volume da construção ou no Programa Preliminar, ou modificações aceites pela Primeira Outorgante sob proposta do Segundo Outorgante, durante o desenvolvimento de qualquer das fases do trabalho e que implique a alteração de elementos gráficos ou escritos já aprovados pela Primeira Outorgante, com conseqüente aumento de honorários e prorrogação dos prazos de elaboração da fase do trabalho em curso, segundo acordo a estabelecer, se o teor e importância das alterações introduzidas o exigir;
- e) as alterações aos Projectos de Execução originadas por erros de construção, cuja emenda em obra não seja exigida pela Primeira Outorgante, com conseqüente agravamento de honorários conforme o teor e importância das alterações;
- f) quando o regime adoptado para a realização da Obra for o de execução por fases ou por empreitadas parciais, e tal exija do Segundo Outorgante a organização de projectos e processos parciais destinados a definir autonomamente cada uma das fases ou empreitadas, com conseqüente agravamento de honorários, seja qual for a fase do trabalho em que a decisão sobre a realização da Obra seja tomada pela Primeira Outorgante.

VIGÉSIMA SEGUNDA (Direitos de Autor):

- UM O âmbito, conteúdo e tutela dos Direitos de Autor é regulado nos termos do Decreto-Lei nº 63/85 de 14 de Março, alterado pela Lei nº 45/85 de 17 de Setembro e pela Lei nº 114/91 de 3 de Setembro.
- DOIS Ao Segundo Outorgante é lícito, pelas formas previstas nos mencionados diplomas, divulgar os estudos produzidos no âmbito da prestação de serviços objecto do presente Contrato.

VIGÉSIMA TERCEIRA (Compromisso Arbitral):

- UM Qualquer conflito emergente do presente Contrato será dirimido por arbitragem nos termos e segundo o processo estabelecido na Lei nº. 31/86 de 29 de Agosto.
- DOIS O Tribunal Arbitral será composto por três árbitros, sendo um designado pela Primeira Outorgante, outro pelo Segundo Outorgante e o terceiro, que presidirá, nomeado por ambos.
- TRÊS Os árbitros julgarão sempre segundo a equidade.

_____ de _____ de 199_

A Primeira Outorgante

O Segundo Outorgante

EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA

Concurso Público Internacional nº. 3/95 no âmbito da União Europeia

Das. 6 a 11

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS

| | | |
|------|---|----|
| 1. | TERMO DE REFERÊNCIA | 3 |
| 1.1. | CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA E RESPONSABILIDADES | 3 |
| 1.2. | CARACTERIZAÇÃO DA ZONHA | 4 |
| 2. | Projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldela da Luz | 5 |
| 3. | REGRAS GERAIS DE EXECUÇÃO | 7 |
| 3.1. | ESCALA DE EXECUÇÃO | 7 |
| 3.2. | FORNITORES | 7 |
| 4. | PREÇOS | 7 |
| 5. | HAZURELA | 8 |
| | ANEXO I - DECLARAÇÃO | 9 |
| | ANEXO II - DECLARAÇÃO | 10 |
| | ANEXO III - ORÇAM. DE DEPÓSITOS DE CAUÇÃO | 11 |
| | ANEXO IV - MONTA DE GARANTIA BANCÁRIA | 12 |
| | ANEXO V - MONTA DE ANCIET DE LOURO-CAIÇÃO | 13 |

SETEMBRO 1995



Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva S.A.

Handwritten notes on the right margin: "6", "7", "8", "9", "10", "11", "12", "13", "14", "15", "16", "17", "18", "19", "20", "21", "22", "23", "24", "25", "26", "27", "28", "29", "30", "31", "32", "33", "34", "35", "36", "37", "38", "39", "40", "41", "42", "43", "44", "45", "46", "47", "48", "49", "50", "51", "52", "53", "54", "55", "56", "57", "58", "59", "60", "61", "62", "63", "64", "65", "66", "67", "68", "69", "70", "71", "72", "73", "74", "75", "76", "77", "78", "79", "80", "81", "82", "83", "84", "85", "86", "87", "88", "89", "90", "91", "92", "93", "94", "95", "96", "97", "98", "99", "100".

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

| | PÁG. |
|--|------|
| 1. TERMOS DE REFERÊNCIA | 3 |
| 1.1 CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA E RESPONSABILIDADES | 3 |
| 1.2 CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA | 4 |
| 2. PEÇAS ESCRITAS | 5 |
| 3. PEÇAS GRÁFICAS E DESENHADAS | 6 |
| 3.1 ESCALAS A UTILIZAR | 7 |
| 3.2 FORMATOS | 7 |
| 4. PAINÉIS | 7 |
| 5. MAQUETA | 8 |
| ANEXO I - DECLARAÇÃO | 9 |
| ANEXO II - DECLARAÇÃO | 10 |
| ANEXO III - GUIA DE DEPÓSITO DE CAUÇÃO | 11 |
| ANEXO IV - MINUTA DE GARANTIA BANCÁRIA | 12 |
| ANEXO V - MODELO DE APÓLICE DE SEGURO-CAUÇÃO | 13 |

39
202-6

CADERNO DE ENCARGOS

Todas as equipas concorrentes a este Concurso Público obrigam-se a cumprir todas as condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos, nos seguintes termos:

1. TERMOS DE REFERÊNCIA

1.1. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA E RESPONSABILIDADES

- 1.1.1. A constituição integral da equipa projectista deve constar de um Boletim de Identificação.
- 1.1.2. O Boletim de Identificação consiste no próprio Boletim de Inscrição totalmente preenchido e completado com o código de identificação do concorrente.
- 1.1.3. O Boletim de Identificação contém a constituição nominativa da equipa técnica, abrangendo, no mínimo, as seguintes especialidades:

- Ordenamento do Território
- Planeamento Urbanístico
- Arquitectura e Renovação Urbana
- Arquitectura Paisagista
- Sociologia e Economia Rural
- Arqueologia e História
- Direito Fundiário
- Infra-estruturas Urbanísticas

- 1.1.4. Apenso ao Boletim de Identificação deverá constar prova documental das habilitações técnico-profissionais de cada elemento da equipa técnica.

- 1.1.4.1. A referida prova documental consiste numa declaração da respectiva Ordem ou Associação Profissional ou, quando a inscrição numa daquelas não seja obrigatória para o exercício da profissão, numa fotocópia da Carta de Curso autenticada notarialmente,

- 1.1.5. Devem também, os responsáveis pelas diferentes especialidades, fazer prova da sua decisão voluntária de participar na constituição da equipa técnica e em todas as actividades inerentes a cada uma das fases de desenvolvimento dos Projectos, bem como na prestação de Assistência Técnica às obras.

- 1.1.5.1. A referida prova, a apresentar de acordo com o modelo anexo ao presente Caderno de Encargos (Anexo I), consiste numa declaração individualizada dos técnicos responsáveis pelas diferentes especialidades onde, sob compromisso de honra, são assumidas as responsabilidades referidas no corpo desta cláusula.

- 1.1.6. Os concorrentes devem ainda apresentar:

- ✓ → 1.1.6.1. Documento comprovativo de que não estão em dívida ao Estado Português por impostos liquidados nos últimos três anos.
- ✓ → 1.1.6.2. Documento comprovativo de se encontrar regularizada a sua situação relativamente às contribuições para a Segurança Social em Portugal ou no Estado de que é nacional ou onde se encontre estabelecido.
- ✓ → 1.1.6.3. Documento comprovativo de entrega da declaração periódica de rendimentos mais recente, para efeitos de IRS ou IRC.

1.1.6.4. Declaração devidamente preenchida - Anexo II do Caderno de Encargos.

1.1.7. Os documentos referidos na cláusula anterior consistem em certidões ou cópias emitidas e autenticadas pelas autoridades competentes, portuguesas ou do país de origem do concorrente e dizem respeito, unicamente, à situação do Coordenador, nos casos de equipas projectistas e de empresas em nome individual mencionadas no nº 3.3 do Regulamento e à situação da empresa, nos casos de empresas societárias.

1.1.7.1. No caso de, na ordem jurídica do país de origem do concorrente, não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração, sob compromisso de honra, feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.

1.1.8. A proposta e os documentos exigidos, nos termos do Caderno de Encargos, devem ser redigidos em língua Portuguesa ou, no caso de o não serem, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respectivos originais.

1.2. CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

1.2.1. Devem os concorrentes caracterizar toda a equipa técnica através da apresentação, num único exemplar, dos *curricula* dos técnicos que a integram; quando os concorrentes forem empresas em nome individual ou societárias, deverão apresentar também o *curriculum* da empresa.

1.2.1.1. A caracterização, que respeita aos técnicos responsáveis pelas especialidades, é feita em *curriculum vitae* individual, no máximo com 3 (três) páginas de formato A4, dactilografadas, sendo conveniente que, nesse *curriculum* individual, se faça referência especial aos empreendimentos de escala e complexidade semelhantes às do agora posto a Concurso.

1.2.1.2. No caso de equipas projectistas constituídas por profissionais independentes, o respectivo Coordenador, para além da referência mencionada no número anterior, deve indicar também, no próprio *curriculum vitae*, os trabalhos mais relevantes dos três últimos anos, indicando os custos das obras e os respectivos clientes.

1.2.1.3. Sempre que os responsáveis pelas diferentes especialidades integrantes das equipas referidas em 1.2.1.2 tenham experiência de trabalhos precedentes, similares ao pretendido em natureza e dimensão, efectuados em conjunto, deverá ainda o Coordenador apresentar o *curriculum vitae* da equipa projectista.

1.2.1.4. O *curriculum* da empresa, referido em 1.2.1, deverá, no caso de empresa em nome individual, mencionar os elementos exigidos em 1.2.1.2.

1.2.1.5. O *curriculum* da empresa, referido em 1.2.1, deverá, no caso de empresas societárias, mencionar os elementos que permitam avaliar da sua experiência e da sua capacidade técnica, fornecendo, no mínimo, informação sobre os três empreendimentos mais importantes, de escala e complexidade semelhantes às do agora posto a Concurso, realizados nos últimos cinco anos.

2. PEÇAS ESCRITAS

As peças escritas devem ser entregues em duplicado, nas condições do presente Caderno de Encargos, em folhas de formato A4 e dactilografadas; quando constituídas por fascículos indecomponíveis, criados por processo que impeça a sua separação ou acréscimo de folhas, devem possuir todas as suas páginas numeradas, de forma a que a primeira página escrita de cada fascículo mencione o número total de folhas.



2.1. PEÇAS A APRESENTAR - INVÓLCURO I

→ a) Um documento com uma Abordagem Crítica ao Programa Preliminar, com o número máximo de 5 (cinco) páginas, onde os concorrentes devem tecer comentários e apresentar sugestões com vista ao enriquecimento do seu conteúdo.

→ b) Uma Memória Descritiva e Justificativa, com o número máximo de 35 (trinta e cinco) páginas, que descreva e justifique a solução preconizada para o Ordenamento Urbano e a Concepção Arquitectónica da Nova Aldeia da Luz, com referência específica aos seguintes elementos mínimos de análise, para a caracterização da situação existente:

- condicionantes biofísicas e paisagísticas;
- perfil e carácter do aglomerado existente;
- infra-estruturas urbanísticas;
- tipologia arquitectónica; e
- situação sócio-económica da população.

A Memória Descritiva e Justificativa deve fundamentar a proposta de localização da Nova Aldeia da Luz e em termos da sua integração no espaço rural envolvente, o seu conteúdo deverá permitir:

- estimar necessidades;
- dimensionar as componentes urbana e rural da aldeia;
- prever custos;
- estabelecer prioridades; e
- programar a implementação.

tendo em conta que a proposta global deve, a nível de planeamento urbano, conter Idelas-solução ao nível do desenho urbano, que contemplem os aspectos seguintes:

- realojamento;
- expansão habitacional;
- equipamentos urbanos;
- equipamentos sociais; e
- infra-estruturas urbanísticas.

permitindo, também, identificar e caracterizar claramente os planos de pormenor e os projectos parciais a desenvolver posteriormente.

Finalizar

→ c) Uma proposta de Metodologia de trabalho a adoptar para a intervenção, com o número máximo de 20 (vinte) páginas, por forma a responder aos termos de enquadramento e aos objectivos expressos pela entidade promotora, designadamente o faseamento, com indicação:

- das áreas fundamentais dos estudos a empreender e respectivas actividades, de acordo com o faseamento proposto;
- das modalidades previstas para a articulação do desenvolvimento do processo com a sua aprecação, discussão, aprovação, e eventual reformulação; e
- das formas de intervenção e participação da comissão técnica de acompanhamento dos estudos.

→ d) Um Plano de Trabalhos para a elaboração dos estudos, com o número máximo de 20 (vinte) páginas que evidencie, sob a forma de um gráfico de barras, as principais fases do seu desenvolvimento e estruturado de maneira a, nomeadamente:

- Definir, em conformidade com o cronograma constante do Programa Preliminar, com precisão, o início e a conclusão da elaboração dos estudos, bem como a ordem, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de concretização das diversas

actividades, distinguindo as fases que, de acordo com a metodologia proposta, sejam consideradas vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação; e

- Indicar a qualificação técnica dos recursos humanos a afectar, por unidade de tempo, a cada fase de elaboração dos estudos.

e) Uma Estimativa Geral do Custo do Empreendimento, que mencione de forma indicativa e discriminada por especialidades, os valores atribuídos às realizações previstas na proposta e a empreender pela entidade promotora.

f) Uma Proposta de Honorários, de onde constem:

- a indicação do preço global da proposta, sem IVA, discriminado por cada uma das especialidades envolvidas no projecto de plano de pormenor, nos projectos de infra-estruturas urbanísticas e nos projectos dos edifícios habitacionais;
- a forma de pagamento;
- o prazo de validade da proposta, que não deve ser inferior a 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data da publicação oficial dos resultados do Concurso.

Esta proposta deve ser apresentada, em um único exemplar, nas condições expressas na alínea c) do número 7.3 do Regulamento.

3. PEÇAS GRÁFICAS E DESENHADAS — INVÓLUCRO III

A solução proposta deve ser concretizada em peças gráficas e desenhadas julgadas convenientes para a sua fundamentação e compreensão, admitindo-se adequada, sem prejuízo da liberdade de opção própria de cada concorrente, a apresentação de desenhos de projecções bi-dimensionais, apoiados nos levantamentos e demais documentação cartográfica fornecida ou publicada e mencionada no Programa Preliminar.

Os elementos indicados a seguir são peças mínimas obrigatórias, pelo que podem os concorrentes apresentar ainda aquelas que entendam como indispensáveis à completa compreensão da proposta.

3.1. ESCALAS A UTILIZAR

3.1.1. Elementos mínimos para caracterização da situação existente

- Ordenamento do Território:** cartografia nas escalas 1/25.000
Caracterização biofísica e paisagista
Acessibilidade e infra-estruturas
- Planeamento Urbanístico:** plantas nas escalas 1/5.000 a 1/1.000
Análise-síntese do inquérito urbanístico definidor do perfil e carácter do aglomerado
Análise das infra-estruturas urbanísticas
- Arquitectura:** registos à escala mínima de 1/200
Morfologia urbana e caracterização tipológica da arquitectura

3.1.2. Proposta

- Ordenamento do Território:** escala 1/25.000
Nova localização e integração na envolvente
- Planeamento Urbanístico:** plantas nas escalas 1/5.000 a 1/1.000
Zonamento geral das principais classes e categorias de espaços
Implantação ou síntese

c) **Arquitectura:** registos à escala mínima de 1/200
Elementos mínimos estruturantes da concepção do desenho urbano

3.2. FORMATOS

Todas as peças gráficas e desenhadas serão realizadas, nas escalas indicadas, em papel de dimensões normalizadas e dobradas em formato A4, devendo ser apresentadas em duplicado, em cópia, de preferência, não brilhante.

4. PAINÉIS - 2º Volume

- 4.1. Os concorrentes deverão apresentar uma síntese das peças escritas, gráficas e desenhadas que reputeem como mais significativas da sua proposta, sobre 4 (quatro) painéis de formato A1, ao baixo, destinados à exposição.
- 4.2. Não é permitida aos concorrentes a inclusão, nos painéis, de qualquer elemento da informação constante do envelope 3, ou análoga.
- 4.3. O tipo de material a utilizar para a realização dos painéis deve ser leve, mas autoportante (cartolina, madeira, cartão-maqueta, P.V.C., etc..) e ter uma espessura máxima de seis milímetros.
- 4.4. Os painéis devem ser utilizados numa só face.

5. MAQUETA

- 5.1. Não é permitida aos concorrentes a apresentação de maquetas da solução proposta.
- 5.2. Ao concorrente a que for adjudicado o prosseguimento dos estudos será solicitada a apresentação de uma maqueta da solução adoptada para inclusão na exposição dos trabalhos a concurso, pelo que o respectivo custo deverá ser incluído na proposta de honorários.

Figura 26. Regulamento, EDIA, 1996

EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA



ÍNDICE

Nota Introdutória

Primeira Parte – O ALENTEJO E A ÁGUA

Capítulo 1 – O ALENTEJO

| | |
|--|----|
| 1 – Região Histórica e Administrativa | 3 |
| 2 – O Clima | 7 |
| 3 – O Relevo. Os solos | 10 |
| 4 – O Povoamento. O Aproveitamento do Território | 11 |
| 5 – Referências Bibliográficas | 22 |
| Índice de Quadros | 24 |
| Índice de Figuras | 25 |

Capítulo 2 – A REGA DO ALENTEJO NO PASSADO

| | |
|---|----|
| 1 – Os Estudos da Comissão de 1884 | 27 |
| 2 – O Plano do Canal do Tejo ao Guadiana (1898) | 31 |
| 3 – O Aproveitamento do Guadiana | 33 |
| 4 – Referências Bibliográficas | 39 |
| Índice de Figuras | 40 |

Capítulo 3 – O PLANO DE REGA DO ALENTEJO

| | |
|---|----|
| 1 – Síntese do plano | 41 |
| <i>Âmbito</i> | 41 |
| <i>Terras a Regar</i> | 42 |
| <i>Necessidades de Água para Rega. Processos de Rega</i> | 44 |
| <i>Recursos Hidráulicos</i> | 46 |
| <i>Obras Destinadas à Rega</i> | 52 |
| <i>Estrutura Agrária e Exploração Agrícola das Terras a Submeter ao Regadio</i> | 57 |
| 2 – Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas | 60 |

| | |
|---|----|
| 3 – Parecer da Câmara Corporativa | 65 |
| <i>Súmula do Parecer</i> | 65 |
| <i>Revisão dos Estudos Económicos do Plano</i> | 67 |
| 4 – A Execução do Plano | 70 |
| 5 – Novos Estudos do Aproveitamento do Rio Guadiana | 75 |
| 6 – Convénio Luso-Espanhol de 1968 | 81 |
| <i>Criação da Comissão Luso-Espanhola para Regular o Uso e</i> | |
| <i>Aproveitamento dos Rios Internacionais nas Suas Zonas Fronteiriças</i> | 81 |
| <i>Estudo das Soluções Técnicas</i> | 81 |
| <i>Repartição dos Troços Internacionais</i> | 83 |
| 7 – Referências Bibliográficas | 84 |
| 8 – Referências Bibliográficas Adicionais | 86 |
| Índice de Quadros | 89 |
| Índice de Figuras | 89 |

Segunda Parte – O APROVEITAMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA

Capítulo 4 – O PROJECTO DE 1970

| | |
|--|-----|
| 1 – Introdução | 93 |
| 2 – Estudo Hidrológico | 95 |
| 3 – Estudo Geológico e Geotécnico | 97 |
| 4 – Barragem e Órgãos de Segurança e Exploração | 98 |
| <i>Concepção Geral da Obra</i> | 98 |
| <i>Barragem</i> | 100 |
| <i>Central</i> | 101 |
| <i>Estação Elevatória</i> | 102 |
| 5 – Programa de Execução, Expropriações e Restabelecimento de Comunicações | 103 |
| 6 – Economia do Aproveitamento de Alqueva | 104 |
| 7 – Nova Configuração dos Esquemas de Rega do Alto e do Baixo Alentejo | 107 |
| 8 – Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas | 108 |
| 9 – Referências Bibliográficas | 111 |
| Índice de Figuras | 112 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 5 – DA CONCESSÃO DO APROVEITAMENTO DO GUADIANA À CRIAÇÃO DA EMPRESA DE ALQUEVA | |
| 1 – Outorga da Concessão do Guadiana | 113 |
| 2 – Arranque das Obras do Aproveitamento de Alqueva | 114 |
| 3 – Novos Estudos | 119 |
| 4 – Avaliação Global do Empreendimento | 120 |
| 5 – Relançamento das Obras de Alqueva | 122 |
| 6 – Criação da Empresa Gestora do Empreendimento | 124 |
| 7 – Nova Configuração do Sistema de Rega | 125 |
| 8 – Referências Bibliográficas | 126 |
| Índice de Figuras | 127 |

Capítulo 6 – O PROJECTO DE 1988-1994

| | |
|---|-----|
| 1 – Introdução | 129 |
| 2 – Estudo Hidrológico | 131 |
| <i>Símula do Estudo</i> | 131 |
| <i>Suficiência das Afluências a Alqueva</i> | 131 |
| <i>Nova Avaliação dos Caudais em Alqueva</i> | 138 |
| <i>Cheia de Projecto</i> | 140 |
| 3 – Estudo Geológico e Geotécnico | 143 |
| <i>Novo Reconhecimento da Fundação</i> | 143 |
| <i>Estrutura e Propriedades Mecânicas do Maciço Rochoso</i> | 145 |
| <i>Outras Características da Fundação</i> | 147 |
| 4 – Albufeira | 148 |
| <i>Características</i> | 148 |
| <i>Regime da Albufeira</i> | 150 |
| 5 – Barragem | 152 |
| <i>Esquema Geral do Aproveitamento</i> | 152 |
| <i>Características da Barragem</i> | 155 |
| <i>Acções</i> | 157 |
| <i>Análise do Comportamento da Barragem</i> | 159 |

| | |
|---|-----|
| <i>Outros Aspectos do Projecto da Barragem</i> | 163 |
| 6 – Órgãos de Segurança..... | 164 |
| <i>Descrição Geral</i> | 164 |
| <i>Efeito Regularizador da Albufeira</i> | 165 |
| <i>Descarregadores de Superfície</i> | 171 |
| <i>Descarregadores de Meio Fundo</i> | 173 |
| <i>Descarga de Fundo</i> | 174 |
| 7 – Central e Subestação..... | 174 |
| <i>Estudos de Produtibilidade</i> | 177 |
| <i>Circuitos Hidráulicos</i> | 180 |
| <i>Descrição Geral da Central e da Subestação</i> | 182 |
| <i>Equipamentos</i> | 186 |
| 8 – Referências Bibliográficas..... | 189 |
| 9 – Referências Bibliográficas Adicionais..... | 189 |
| Índice de Quadros..... | 190 |
| Índice de Figuras..... | 190 |

Capítulo 7 – IMPACTOS AMBIENTAIS

| | |
|---|-----|
| 1 – Introdução..... | 193 |
| 2 – Estudos de Impacto Ambiental do Aproveitamento de Alqueva..... | 198 |
| <i>Estudo da DRENA-E.G.F.</i> | 198 |
| <i>Estudo Integrado de Impacto Ambiental (Estudo SEIA)</i> | 199 |
| <i>Gestão Alternativa da Albufeira</i> | 203 |
| 3 – Alguns Desenvolvimentos dos Estudos de Impacto Ambiental..... | 204 |
| 3.1 – Qualidade da Água..... | 204 |
| <i>Disposições Legais</i> | 204 |
| <i>Qualidade da Água para Consumo Humano. Eutrofização</i> | 205 |
| <i>Qualidade da Água para Rega</i> | 209 |
| <i>Classificação da Albufeira de Alqueva. Planos de Ordenamento</i> | 210 |
| <i>Desarborização e Desmatação da Albufeira de Alqueva</i> | 211 |
| 3.2 – Caudal Ecológico..... | 214 |
| <i>Conceitos</i> | 214 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 100 | Métodos Adoptados e Resultados | 215 |
| 100 | 3.3 – Geologia e Tectónica | 217 |
| 100 | Análise Geológica | 217 |
| 100 | Estudo do ICAT | 218 |
| 100 | Estudo do LNEC | 219 |
| 100 | Parecer de Lloyd Cluff | 223 |
| 100 | Alguns Desenvolvimentos dos Estudos Sísmicos | 225 |
| 100 | 3.4 – Sedimentação Fluvial, Estuário e Zonas Costeiras | 228 |
| 100 | Assoreamento da Albufeira de Alqueva | 231 |
| 100 | Transporte de Sedimentos no Trecho Fluvial do Guadiana | 233 |
| 100 | Dinâmica Estuarina e Costeira | 235 |
| 100 | 3.5 – Arqueologia | 235 |
| 100 | Minimização de Impactos e Valorização do Património Cultural | 238 |
| 100 | Castelo da Lousa | 245 |
| 100 | Cromeleque do Xerez | 248 |
| 100 | 4 – Referências Bibliográficas | 254 |
| 100 | 5 – Referências Bibliográficas Adicionais | 257 |
| 100 | Índice de Quadros | 257 |
| 100 | Índice de Figuras | 257 |

Capítulo 8 – IMPACTOS AMBIENTAIS (Continuação)

| | | |
|-----|--|-----|
| 100 | AS ALDEIAS DA LUZ E DA ESTRELA | |
| 100 | 1 – A Aldeia da Luz e a sua Reinstalação | 259 |
| 100 | Antecedentes | 259 |
| 100 | A Participação da População | 260 |
| 100 | Plano da Nova Aldeia da Luz | 266 |
| 100 | Estudo do Impacto Ambiental | 269 |
| 100 | O Realojamento na Nova Aldeia | 270 |
| 100 | Plano de Trasladação do Cemitério | 277 |
| 100 | Projecto de Emparcelamento Rural | 278 |
| 100 | 2 – A Aldeia da Estrela | 278 |
| 100 | Caracterização | 278 |

| | | |
|---|---|-----|
| 091 | Transporte e Colocação do Betão..... | 320 |
| 093 | 3 – Escavações e Tratamento das Fundações..... | 321 |
| 094 | O Tratamento Específico da Falha 22..... | 322 |
| 100 | Escavações..... | 322 |
| 101 | Tratamento das Fundações..... | 322 |
| 095 | Solução Base do Projecto de Tratamento da Falha 22..... | 326 |
| 096 | Trabalhos Iniciais do Tratamento da Falha 22..... | 327 |
| 097 | Reformulação da Solução Base do Projecto..... | 327 |
| 001 | Realização do Tratamento da Falha 22..... | 331 |
| 104 | 4 – Construção das Estruturas da Barragem e da Central..... | 334 |
| 105 | Volumes e Ritmos de Construção..... | 334 |
| 201 | Controle da Qualidade da Construção..... | 345 |
| 202 | Injecção das Juntas de Concreção..... | 347 |
| 105 | 5 – Principais Vicissitudes da Construção..... | 348 |
| 011 | Considerações Gerais..... | 348 |
| 012 | Inundações do Estaleiro no Outono - Inverno de 1997-98..... | 350 |
| 013 | Ruptura Parcial da Ensecadeira de Montante, em Janeiro de 2001..... | 351 |
| 014 | Escorregamento de um Talude na Margem Esquerda, em Janeiro de 2001..... | 353 |
| 015 | Alguns Problemas com a Produção e Colocação do Betão..... | 356 |
| 106 | 6 – Restabelecimento das Comunicações..... | 357 |
| 107 | 7 – Referências Bibliográficas..... | 360 |
| 016 | Anexo I – Relação de Empreitadas e Fornecimentos..... | 365 |
| 017 | Anexo II – Características Principais do Aproveitamento de Alqueva..... | 371 |
| 108 | Anexo III – Datas Mais Significativas..... | 375 |
| 109 | Índice de Quadros..... | 377 |
| 110 | Índice de Figuras..... | 377 |
| 111 | Índice de Tabelas..... | 377 |
| Capítulo 11 – O SISTEMA PRIMÁRIO DE REGA | | |
| 112 | 1 – Introdução..... | 381 |
| 113 | 2 – Estudos do Sistema de Rega..... | 382 |
| 114 | 3 – Configuração do Sistema de Rega..... | 383 |
| 115 | 4 – O Subsistema Alqueva..... | 385 |
| 116 | 4.1 – Circuito Hidráulico. Esquema Geral..... | 385 |

| | |
|---|-----|
| 4.2 – Estação Elevatória e Circuito Álamos – Loureiro | 389 |
| <i>Estação Elevatória</i> | 389 |
| <i>Barragens dos Álamos</i> | 389 |
| <i>Canal dos Álamos</i> | 391 |
| <i>Canal Álamos – Loureiro</i> | 392 |
| 4.3 – Canal Conductor Geral de Évora | 398 |
| <i>Esquema Geral</i> | 398 |
| <i>Barragem do Loureiro</i> | 398 |
| <i>Características do Canal</i> | 400 |
| <i>Barragem R4</i> | 404 |
| <i>Estação Elevatória EE 4</i> | 405 |
| <i>Conduta de Ligação a Monte Novo</i> | 405 |
| <i>Impactos Ambientais</i> | 405 |
| <i>Barragem de Monte Novo</i> | 407 |
| 4.4 – Canal Conductor Geral do Baixo Alentejo | 410 |
| <i>Esquema Geral</i> | 410 |
| <i>Troço Loureiro – Alvito</i> | 410 |
| <i>Tomada de Água</i> | 410 |
| <i>Túnel Loureiro – Alvito</i> | 412 |
| <i>Estudo de Impacto Ambiental</i> | 418 |
| <i>Avaliação dos Impactos</i> | 418 |
| <i>Água do Guadiana na Bacia do Sado</i> | 419 |
| <i>Medidas de Mitigação dos Impactos</i> | 420 |
| <i>Avaliação Global do Projecto</i> | 421 |
| <i>Troço Alvito – Pisão</i> | 421 |
| <i>Barragem do Alvito</i> | 421 |
| <i>Características do Canal</i> | 422 |
| <i>Troço Pisão – Roxo</i> | 427 |
| <i>Reformulação do Circuito Hidráulico</i> | 427 |
| <i>Características do Canal</i> | 430 |
| <i>Reservatório de Ferreira do Alentejo</i> | 433 |
| <i>Barragem de Penedrão</i> | 435 |

| | |
|--|-----|
| Alimentação da Albufeira do Roxo. Central Hidroeléctrica | 437 |
| Canal de Beja | 437 |
| Reservatório do Álamo | 440 |
| Estação Elevatória do Álamo | 441 |
| Reservatório de Beringel | 442 |
| Barragem dos Cinco Reis | 443 |
| 5 – Referências Bibliográficas | 444 |
| Índice de Quadros | 447 |
| Índice de Figuras | 448 |
| | |
| Anexo I – Estação Elevatória dos Álamos | 451 |
| I.1 – Estudo de viabilidade | 451 |
| I.2 – Capacidade da albufeira dos Álamos | 453 |
| I.3 – O Projecto da Estação | 453 |
| Concepção Geral | 457 |
| Aspectos construtivos | 458 |
| Circuito de Elevação | 460 |
| Regimes Transitórios. Reservatórios de Ar Comprimido | 461 |
| Descarga no Canal dos Álamos | 462 |
| Subestação e Edifício de Comando | 463 |
| I.4 – Referências Bibliográficas | 463 |
| Índice de Figuras. Anexo I – Estação Elevatória dos Álamos | 464 |
| | |
| Anexo II – Barragens dos Álamos | 465 |
| II.1 – Recursos Hidráulicos | 465 |
| II.2 – Barragens | 465 |
| II.3 – Órgãos de Segurança e Exploração | 468 |
| II.4 – Primeiro Enchimento | 468 |
| II.5 – Referências Bibliográficas | 468 |
| | |
| Anexo III – Barragem do Loureiro | 471 |
| III.1 – Recursos Hidráulicos | 471 |

| | |
|---|-----|
| III.2 – Albufeira | 472 |
| III.3 – Barragem..... | 472 |
| III.4 – Descarregador de Cheias..... | 476 |
| III.5 – Descarga de Fundo..... | 477 |
| III.6 – Tomada de Água | 477 |
| III.7 – Primeiro Enchimento | 477 |
| III.8 – Referências Bibliográficas | 478 |
| Índice de Figuras. Anexo III – Barragem do Loureiro..... | 479 |
| | |
| Anexo IV – Barragem R4 e Estação Elevatória EE4..... | 481 |
| IV.1 – Barragem R4 | 481 |
| <i>Recursos Hidráulicos</i> | 481 |
| <i>Albufeira</i> | 481 |
| <i>Barragem</i> | 483 |
| <i>Descarregador de Cheias</i> | 485 |
| <i>Descarga de Fundo</i> | 485 |
| <i>Tomada de Água</i> | 488 |
| IV.2 – Estação Elevatória EE4..... | 488 |
| <i>Localização e Finalidade</i> | 488 |
| <i>Concepção Geral</i> | 488 |
| <i>Equipamentos e Instalações. Grupos Electrobomba</i> | 489 |
| <i>Reservatório Hidropneumático</i> | 491 |
| <i>Outros Equipamentos</i> | 493 |
| <i>Instalações Eléctricas</i> | 493 |
| <i>Sistema de Automação e Supervisão</i> | 493 |
| IV.3 – Referências Bibliográficas..... | 493 |
| Índice de Figuras. Anexo IV – Barragem R4 e Estação Elevatória EE4 | 494 |
| | |
| Capítulo 12 – O SISTEMA PRIMÁRIO DE REGA (Continuação) E O REGADIO | |
| I – O Sistema Primário de Rega (continuação)..... | 495 |
| 1 – O Subsistema Ardila | 495 |

| | |
|---|-----|
| III.2 – Albufeira | 472 |
| III.3 – Barragem..... | 472 |
| III.4 – Descarregador de Cheias..... | 476 |
| III.5 – Descarga de Fundo..... | 477 |
| III.6 – Tomada de Água | 477 |
| III.7 – Primeiro Enchimento | 477 |
| III.8 – Referências Bibliográficas | 478 |
| Índice de Figuras. Anexo III – Barragem do Loureiro..... | 479 |
| | |
| Anexo IV – Barragem R4 e Estação Elevatória EE4..... | 481 |
| IV.1 – Barragem R4 | 481 |
| <i>Recursos Hidráulicos</i> | 481 |
| <i>Albufeira</i> | 481 |
| <i>Barragem</i> | 483 |
| <i>Descarregador de Cheias</i> | 485 |
| <i>Descarga de Fundo</i> | 485 |
| <i>Tomada de Água</i> | 488 |
| IV.2 – Estação Elevatória EE4 | 488 |
| <i>Localização e Finalidade</i> | 488 |
| <i>Concepção Geral</i> | 488 |
| <i>Equipamentos e Instalações. Grupos Electrobomba</i> | 489 |
| <i>Reservatório Hidropneumático</i> | 491 |
| <i>Outros Equipamentos</i> | 493 |
| <i>Instalações Eléctricas</i> | 493 |
| <i>Sistema de Automação e Supervisão</i> | 493 |
| IV.3 – Referências Bibliográficas..... | 493 |
| Índice de Figuras. Anexo IV – Barragem R4 e Estação Elevatória EE4 | 494 |
| | |
| Capítulo 12 – O SISTEMA PRIMÁRIO DE REGA (Continuação) E O REGADIO | |
| I – O Sistema Primário de Rega (continuação)..... | 495 |
| 1 – O Subsistema Ardila | 495 |

| | |
|---|-----|
| <i>Circuito Hidráulico. Esquema Geral</i> | 495 |
| <i>Terras a Regar</i> | 496 |
| <i>Necessidades de Água para Rega</i> | 496 |
| <i>Métodos de Rega</i> | 497 |
| <i>Recursos Hidráulicos</i> | 498 |
| <i>Obras Destinadas à Rega. Descrição Geral</i> | 500 |
| <i>Circuito Hidráulico de Pedrógão</i> | 501 |
| <i>Circuito Hidráulico da Amoreira</i> | 502 |
| <i>Circuito Hidráulico de Brinches</i> | 502 |
| <i>Circuito Hidráulico de Serpa</i> | 502 |
| II – O Regadio..... | 505 |
| 1 – Introdução | 505 |
| 2 – O Preço da Água para Rega..... | 506 |
| <i>Antecedentes</i> | 506 |
| <i>O Preço da Água no Aproveitamento de Alqueva</i> | 507 |
| 3 – Equipamentos dos Perímetros de Rega..... | 508 |
| <i>Método de Rega</i> | 508 |
| <i>Blocos de Rega</i> | 509 |
| III – Referências Bibliográficas | 510 |
| Índice de Quadros | 511 |
| Índice de Figuras..... | 512 |

Terceira Parte – O APROVEITAMENTO DE PEDRÓGÃO

Capítulo 13 – ESTUDOS E PROJECTOS DO APROVEITAMENTO DE PEDRÓGÃO

| | |
|--|-----|
| 1 – O Aproveitamento de Pedrógão no Esquema do Guadiana..... | 515 |
| 2 – O Projecto da Barragem..... | 518 |
| 2.1 – Introdução | 518 |
| <i>Esquema Geral</i> | 518 |
| <i>Localização da Barragem</i> | 519 |
| 2.2 – Estudos Hidrológicos e de Gestão Hidráulica | 521 |
| <i>Afluências</i> | 521 |

| | |
|--|-----|
| Cheia de Projecto..... | 521 |
| Modulação dos Caudais | 525 |
| Caudal Ecológico..... | 525 |
| 2.3 – Albufeira | 526 |
| 2.4 – Barragem..... | 527 |
| Características Geológicas e Geotécnicas do Local da Barragem..... | 527 |
| Sismicidade | 529 |
| Concepção Geral da Barragem..... | 529 |
| Características do BCC | 531 |
| Análises da Estabilidade da Estrutura | 532 |
| Descarregador de Cheias | 534 |
| Descargas Auxiliares | 535 |
| Ensaio Hidráulicos..... | 537 |
| Passagem para Peixes | 537 |
| 3 – O Projecto da Central e da Subestação | 538 |
| Introdução | 538 |
| Avaliação da Energia Produtível..... | 539 |
| Estudo Geológico e Geotécnico..... | 543 |
| Circuitos Hidráulicos..... | 543 |
| Descrição Geral da Central e da Subestação..... | 545 |
| Equipamentos..... | 547 |
| 4 – Referências Bibliográficas | 548 |
| Índice de Quadros | 551 |
| Índice de Figuras..... | 551 |

Capítulo 14 – AS OBRAS DO APROVEITAMENTO DE PEDRÓGÃO

| | |
|--|-----|
| 1 – Introdução | 553 |
| 2 – A Derivação Provisória do Rio Guadiana | 554 |
| 3 – O Betão Compactado com Cilindro (BCC) | 557 |
| Nota Introdutória | 557 |
| Composições do BCC | 558 |

Capítulo 8

IMPACTOS AMBIENTAIS (Continuação) ALDEIAS DA LUZ E DA ESTRELA

1 – A Aldeia da Luz e a sua Reinstalação

Antecedentes

1.1 – A Aldeia da Luz é sede e única povoação de uma das três freguesias do concelho de Mourão, do distrito de Évora, no Alentejo. A sua parcial submersão aparece inevitável desde os estudos decisórios para o aproveitamento do rio Guadiana, ou seja, desde os anos setenta, quando se concluiu que para realizar integralmente o Plano de Rega do Alentejo se tornava indispensável criar no próprio rio Guadiana uma grande albufeira de elevado índice de regularização específica plurianual.

Da análise comparativa das alternativas possíveis resultou que, a par de outros igualmente consideráveis indicadores, a albufeira de Alqueva afectava uma única povoação [1], a “*sede da freguesia da Luz, com aproximadamente 180 fogos e 700 habitantes, e sem energia eléctrica, abastecimento de água e rede de esgotos, o que contrastava com as outras soluções estudadas*”.¹

Passando à fase de projecto, no primeiro projecto do aproveitamento de Alqueva, datado de 1970, avaliou-se a população da Luz em cerca de 500 habitantes (com tendência para diminuir), havendo que expropriar 195 prédios urbanos (dos quais 51 se encontravam desabitados) com condições de habitabilidade muito deficientes, pois não dispunham de redes de distribuição de água, de energia eléctrica, e de esgotos.²

¹ Na hipótese de a barragem ser implantada em Atalaia, a cerca de 6 km da Rocha da Galé, ficaria totalmente submersa a povoação de Quintos (250 fogos e 1 000 habitantes) e parcialmente submersa a povoação de Marmelar (130 fogos e 500 habitantes). Noutra hipótese, em que a barragem era implantada em Brinches, a albufeira submergeria as povoações de Pedrógão (700 fogos e 2 800 habitantes), Selmes (530 fogos e 2 000 habitantes) e Marmelar (130 fogos e 550 habitantes) [1].

² Veja-se o número 5.2 do Capítulo 4.

Duas décadas mais tarde, o Estudo Integrado de Impacto Ambiental (Estudo SEIA) registava que a população da Aldeia da Luz era de 358 habitantes em 1989-1990 e a povoação, já então servida com redes de abastecimento de água e electricidade, era constituída por 193 casas de habitação, das quais 23 estavam desabitadas, 23 eram habitações temporárias e outras 10 estavam ocupadas por inquilinos pagantes e de favor [2].

A Participação da População

1.2 – Perante a realidade da construção do aproveitamento de Alqueva, procurou-se estreitar a participação da população nas soluções a adoptar para o seu realojamento. De facto, sobretudo depois de nos Estados Unidos da América do Norte vigorar a Lei sobre a política do ambiente (“National Environmental Policy Act”, NEPA), passou a dar-se particular valor à participação dos interessados no processo de tomada de decisão sobre a realização de aproveitamentos hidráulicos. Os efeitos destas obras, tal como as medidas adoptadas para os prevenir ou atenuar, podem influenciar consideravelmente a área circundante, os seus habitantes e as suas actividades. É o caso do realojamento das populações deslocadas em virtude da criação de albufeiras, como aconteceu na Aldeia da Luz,³ problema que é um dos mais sensíveis no aproveitamento dos recursos hidráulicos e para cuja solução é indispensável ouvir as pessoas afectadas.

Num trabalho de pesquisa de 1980 [4] foram auscultadas todas as famílias residentes na Aldeia da Luz (455 habitantes distribuídos por 152 fogos, em 1977-1978), e o seu Autor colheu destas famílias sentimentos e aspirações que, mesmo em resumo sucinto, eram bastante claros.

Na realidade, segundo o Autor, existia na Aldeia da Luz um sentimento histórico muito marcado e a população orgulhava-se do seu passado. A vida da freguesia reflectia em todos os seus aspectos uma herança social de séculos.

Para os moradores, a freguesia havia-se formado na sequência do aparecimento da Senhora da Luz a um vaqueiro de nome Adriano, perto de uma ribeira, nos campos da Lousa. A este acontecimento seguiu-se a construção de uma igreja no local onde a Senhora apareceu, a qual chamou peregrinos das redondezas que se foram fixando para adorar a Senhora. A igreja terá sido começada várias vezes no Outeiro do Marôco, aparecendo sempre derrubada, pois a Senhora queria a igreja no sitio onde apareceu.⁴

³ Nomeia-se aqui a povoação tal como consta da descrição de 1758 da “Freguesia da Nossa Senhora da Luz, termo da Vila de Mourão”, da autoria do Pároco Theodósio José de Brito: “[A Igreja Paroquial] está situada em lugar solitário distante de uma légua da Vila de Mourão para a parte do meio dia e tem em seus limites uma pequena povoação com o nome de Aldeia da Luz de cuja dista a paróquia a oitava parte de uma légua” [3].

⁴ Esta versão oral recolhida dos aldeões da Luz é muito próxima daquela que, em 1718, o erudito Frei Agostinho de Santa Maria escreveu a propósito da “milagrosa imagem de Nossa Senhora da Luz” e que situou nas cercanias de Mourão: “Uma légua da referida vila de Mourão, para a parte do meio dia, se vê uma freguesia dedicada à Mãe de Deus, com o título de Nossa Senhora da Luz. E tem-se por tradição constante que se erigira naquele lugar por causa de aparecer nele uma Imagem da Virgem

A Igreja de Nossa Senhora da Luz – distante cerca de 800 m da Aldeia da Luz e de grande importância para os luzenses – era uma construção de finais do Século XV³, embora com alterações posteriores [7] (Fig.8.1).



Fig.8.1 – Antiga Igreja de Nossa Senhora da Luz

Maria aonde é venerada com grande devoção e concurso de todos aqueles povos circunvizinhos. A forma de seu milagroso aparecimento se refere nesta maneira.

"Andava um vaqueiro por aqueles campos pastando uma manada de vacas, o qual se chamava Afonso Anes. Este em um dia lhe apareceu a Rainha dos Anjos sobre uma árvore, uns dizem que era azinheira, outros sobreiro; porque de umas e outras árvores há por ali muitas; e dizem que a Senhora lhe falara em uma Imagem sua que estaria metida no tronco da mesma árvore, ou sobre ela; e que lhe mandara dêsse parte do seu aparecimento e dissesse que edificasse naquele mesmo lugar uma Ermida, porque ali queria ser louvada. Esta é a tradição. E confirma-se esta ser verdadeira, porque fazendo-se-lhe logo à Senhora a casa na forma que ordenara, e de tal sorte que o altar-mor se erigiu sobre o lugar, ou sobre o tronco da mesma árvore se vê ainda hoje uma cova debaixo do mesmo altar aonde, há poucos anos, se afirma existia parte do troço que osromeiros iam levando em pedaços até que de todo se acabou; e aplicadas estas particulas e relíquias da árvore a quaisquer enfermos recuperavam perfeita saúde em as enfermidades que padeciam.

"Mais se confirma a tradição com dois quadros que ainda hoje se vêem na mesma igreja da Senhora, um antiquíssimo e outro mais moderno, nos quais se vê a Senhora em a árvore falando ao vaqueiro e ele perto de joelhos diante da Senhora, e as vacas pastando em redor, e de um e outro se vê a verdade do aparecimento. O tempo e as mais circunstâncias se não sabem, mas dizem ser muito antigo o aparecimento da Senhora" [5].

Frei Agostinho de Santa Maria foi autor de uma copiosa obra de índole histórica e ascética, e grande parte dos seus trabalhos impressos os dedicou aos Santuários Marianos e à história das imagens que aí se veneram. Nasceu em Estremoz a 29 de Agosto de 1642, e deixou o mundo e com ele o nome de Manuel Gomes Freyre para ingressar na Congregação dos Agostinhos Descalços, onde ocupou os maiores lugares, como o de Cronista da Ordem e Vigário Geral de toda a Congregação [6].

³ Sobre as escavações arqueológicas realizadas no local veja-se a publicação [9].

Nas Fig.8.2 e Fig.8.3 podem ver-se imagens do interior da Igreja da Nossa Senhora da Luz.



Fig.8.2 – Arco Triunfal. Decoração e Fresco



Fig.8.3 – Cúpula da Capela - Mor

Quanto ao futuro, a generalidade da população queria continuar na freguesia, e não ser integrada em Mourão ou noutras localidades próximas. A maior parte dos moradores pretendia que uma nova aldeia fosse construída no Monte da Juliôa ou Charneca, de modo que aqueles que possuem terras (pequenos olivais) não inundáveis as pudessem continuar a trabalhar. Manifestaram-se a favor de uma aldeia com a estrutura funcional da então existente, e em que as casas futuras obedecessem ao modelo daquelas em que viviam (Fig.8.4 e Fig.8.5). Os habitantes da Luz gostavam das suas casas, da sua largueza, das despensas às comodidades para poderem curar a carne de porco, da cozinha e dos quintais, tapadas e cabanas (que serviam, em muitos casos, de “casa de lume”).



Fig.8.4 – Vista geral da antiga Aldeia da Luz



Fig.8.5 – Praça e habitações da antiga Aldeia da Luz

1.3 – Em 1981, quando já se haviam executado obras preliminares do aproveitamento de Alqueva⁶, o Governo determinou a constituição de uma comissão interministerial, composta por representantes de onze ministérios e de entidades, com a missão de elaborar um relatório com proposta das grandes linhas para a reinstalação da Aldeia da Luz e das medidas necessárias para lhes dar realização.⁷

⁶ Estava construída a galeria de desvio provisório do rio, bem como os acessos e parte do bairro do pessoal, além de outros trabalhos conexos, mas as obras estiveram suspensas até à Resolução do Conselho de Ministros de 4 de Janeiro de 1996, em que o Governo resolveu “*avançar inequivocamente com o Projecto de Alqueva*”.

⁷ Despacho Conjunto nº 117-A/81, publicado no Diário da República, II Série, nº 207, de 9 de Setembro de 1981.

Entretanto, nesse mesmo ano, uma comissão de moradores da Luz apresentou um programa preliminar *“que avançava com critérios de indemnização à base do pagamento em espécie de propriedades. O requerimento do realojamento de prédios rústicos ou urbanos traduzia a rejeição unânime de uma compensação meramente monetária, impelindo o Estado a conceber e construir um novo povoamento - a nova Aldeia da Luz”* [10].

Tendo a comissão interministerial chegado ao termo do seu trabalho, elaborou relatório com data de 20 de Janeiro de 1982, em que fez a caracterização da situação da Aldeia, acentuando o seu elevado despovoamento (o censo de 1981 apurou apenas 375 habitantes, distribuídos por 142 famílias, enquanto que, em 1960, a população atingia 704 habitantes), registando que a povoação carecia de abastecimento de água domiciliário e de rede de esgotos e que a população era constituída predominantemente por assalariados rurais, que complementavam a sua actividade em courelas próprias situadas na vizinhança.

No relatório da comissão salientava-se também que a freguesia da Luz era a mais afectada entre as que iriam ser parcialmente inundadas pela albufeira de Alqueva, ficando submersa uma área de 3 282 ha, (ou seja, cerca de 64 por cento da sua área total, de 5 090 ha), e ainda que o programa de reinstalação da Aldeia deveria ter essencialmente em conta que se tratava de uma povoação com personalidade, de marcada tradição e ambiência local de apreço, com um património histórico-cultural de interesse e em que o modo de vida era sobretudo agrário.

A vontade da população veio a ser formalmente manifestada na proposta da Câmara Municipal de Mourão e da Junta de Freguesia da Luz, de 15 de Dezembro de 1981, segundo a qual a nova aldeia a construir deveria ser situada na área da freguesia (na herdade da Juliôa) e satisfazer às seguintes condições:

- 1) O seu ordenamento respeitaria as características urbanísticas, sociais e culturais da aldeia então existente, transpondo os elementos mais representativos da povoação, e devendo ser previstas áreas de expansão habitacional, industrial, etc.;
- 2) Seriam construídas todas as infra-estruturas necessárias, mesmo para as áreas de expansão;
- 3) As edificações então existentes seriam repostas de acordo com estudos convenientemente elaborados e com a participação da população, devendo as respectivas áreas ser funcionalmente adequadas;
- 4) Seriam igualmente restabelecidas as áreas e os estabelecimentos comerciais, industriais e artesanais;
- 5) Os equipamentos públicos seriam restabelecidos conforme os existentes e compreenderiam: escola primária, jardim infantil, centro de assistência à terceira idade, centro cultural, casa do povo, mercado, jardim público, igreja, recinto desportivo e recreativo e praça de touros. Nestes equipamentos incluía-se ainda o *“Museu do Aldeamento da Luz”*, onde se *“evocará a sua história e serão patentes os testemunhos do seu património arquitectónico, cultural e histórico”*;
- 6) Os acessos à nova aldeia seriam o mais directo possível a partir da via que conduz a Mourão, assim como das vias para a vizinha povoação da Granja e para Espanha.

Relativamente a indemnizações, a proposta autárquica era no sentido de o seu pagamento ser feito em espécie, passando para plena propriedade e posse dos moradores afectados quer os prédios urbanos quer os agrícolas. As propriedades agrícolas envolventes da Aldeia da Luz deveriam ser também objecto de um processo de reinstalação.

De facto, uma nova Aldeia da Luz veio a ser edificada no local escolhido pela população, nas herdades dos Passaros e Juliã, propriedades privadas adquiridas para o efeito pela EDIA, S.A.

Este caso da Aldeia da Luz, uma aldeia que iria ser submersa por uma albufeira ser substituída por outra idêntica mas a cota superior (Fig.8,6), tem sido apontado como um exemplo de conciliação entre valores éticos e a necessidade de se continuar a construir barragens [11].

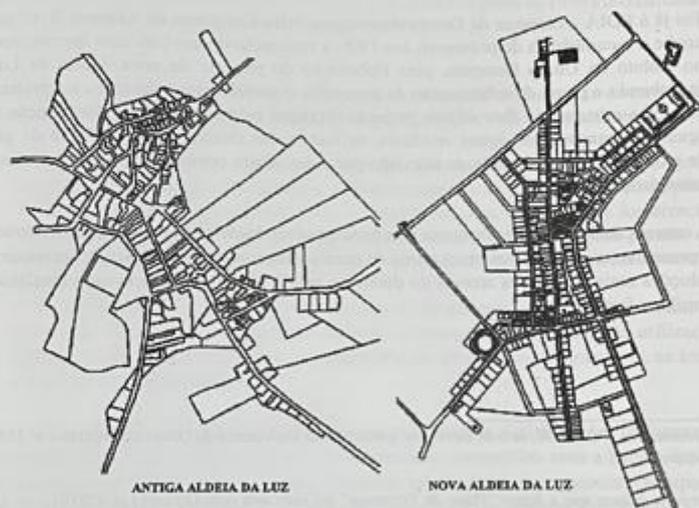


Fig.8.6 – Plantas da antiga e da nova Aldeia da Luz

Plano da Nova Aldeia da Luz

1.4 – A submersão da Aldeia da Luz constituiu o principal impacto social provocado pela albufeira de Alqueva e, assim, a sua reinstalação e o alojamento da respectiva população mereceu cuidadoso tratamento, incluindo providências legislativas especiais, de modo a garantir a necessária eficácia às medidas exigidas pelo interesse público nacional do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. Consoante essas providências⁸, a indemnização a atribuir aos proprietários dos imóveis situados na Aldeia da Luz poderia ser satisfeita mediante a cedência de bens ou direitos com características equivalentes. Os prédios urbanos cedidos a título de indemnização deveriam situar-se na nova Aldeia da Luz, de acordo com o respectivo plano de pormenor. E os prédios rústicos cedidos a título de indemnização deveriam situar-se na freguesia da Luz, de acordo com o projecto de reestruturação fundiária a aprovar.

Dispõe-se ainda no mesmo diploma que competia ao Conselho de Ministros aprovar o plano de pormenor⁹ da nova Aldeia da Luz, precedido de inquérito público, bem como do parecer da Câmara Municipal de Mourão.

Foi já à EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.¹⁰ que coube a incumbência de promover, em 1995, a realização de um concurso internacional no âmbito da União Europeia, para elaboração do projecto da nova Aldeia da Luz, englobando o plano de urbanização da povoação, o projecto das habitações e o projecto das infra-estruturas¹¹. Este último projecto abrangeu os arruamentos, a distribuição de água, a drenagem das águas residuais, as instalações eléctricas, a instalação de gás, de rede telefónica e de rede de televisão por cabo, assim como os trabalhos de arranjo paisagístico.

A concepção do plano de pormenor procurou envolver desde o início a população e os seus representantes autárquicos, num clima de permanente concertação, visando encontrar as soluções mais adequadas através do diálogo e privilegiando o contacto individualizado, família a família.

⁸ Decreto-Lei n.º 21-A/98, de 6 de Fevereiro, publicado no Suplemento do Diário da República n.º 31/98, I Série-A.

⁹ Importa aclarar que a figura "Plano de Pormenor" foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro, do Ministério das Obras Públicas, com a finalidade de atribuir aos municípios poderes para aprovar planos de urbanização de pormenor referentes a sectores urbanos integrados em planos gerais ou parciais já aprovados, reservando porém ao Ministro das Obras Públicas a competência para os aprovar quando a área por eles abrangida ainda não estivesse sujeita a plano aprovado. Legislação posterior especifica que os planos de pormenor são planos municipais que tratam, em detalhe, áreas abrangidas, quer pelos planos directores municipais, quer por planos de urbanização.

¹⁰ Recordar-se que a EDIA, S.A foi criada pelo Decreto-Lei n.º 32/95, de 11 de Fevereiro.

¹¹ Projectos elaborados sob a coordenação do Arquitecto João Francisco Figueira.

Nas reuniões com os proprietários das habitações e suas famílias, caso a caso, foram-lhes sendo apresentadas propostas e projectos para as futuras habitações, tendo-se tratado com 185 proprietários para 207 novas parcelas a atribuir, incluindo habitações, anexos e espaços comerciais. O mesmo foi feito quanto aos equipamentos sociais e colectivos da futura aldeia.

A criação pela EDIA, S.A., no próprio local, de um Gabinete para a Reinstalação da Aldeia da Luz (GRAL) permitiu a todos os interessados um contacto e um acompanhamento sistemático de cada passo do processo. Este Gabinete teve ainda por missão o apoio aos habitantes, no processo da sua reinstalação na nova povoação.

Neste mesmo âmbito, a EDIA, S.A. estabeleceu um Protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Mourão em que esta se comprometeu a submeter o projecto de plano da nova Aldeia à aprovação da Assembleia Municipal e a promover os formalismos necessários à sua ratificação e registo.

O plano de pormenor veio a ser objecto de consulta pública no final do ano 1997, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Mourão em 20 de Fevereiro de 1998 e foi ratificado pelo Conselho de Ministros em 14 de Outubro de 1998¹².

1.5 – O plano da Nova Aldeia da Luz, como plano municipal de ordenamento do território, tem como elementos fundamentais a Planta de implantação e o Regulamento do Plano:

- A Planta de implantação estabelece o parcelamento, os alinhamentos e o polígono base para a implantação dos edifícios, o número máximo de fogos, o número de pisos e cércias, a área total dos pavimentos e respectivos usos, a natureza e localização dos equipamentos e também os arranjos paisagísticos; e desdobra-se nas plantas do espaço urbano, dos espaços urbanizáveis e dos arruamentos e novos arruamentos (projecto do solo).
- O Regulamento é um minucioso documento de 86 artigos¹³ em que são tratadas as classes de espaços, as disposições comuns (infra-estruturas, locais de utilização pública, publicidade e sinalética), o espaço urbano, os espaços urbanizáveis, as áreas edificáveis e as áreas abertas.

Em resumo sumário, o espaço urbano destina-se a habitação, a actividades tradicionais, a equipamentos, a actividades industriais e comerciais compatíveis com a habitação, e a arruamentos; e os espaços urbanizáveis terão novas habitações e arruamentos. Os espaços urbano e urbanizáveis compreenderão áreas edificáveis e áreas abertas (Fig.8.7).

¹² Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/98, publicada no Diário da República, I Série – B, n.º 254, de 3 de Novembro de 1998.

¹³ Publicado em anexo à citada Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/98.

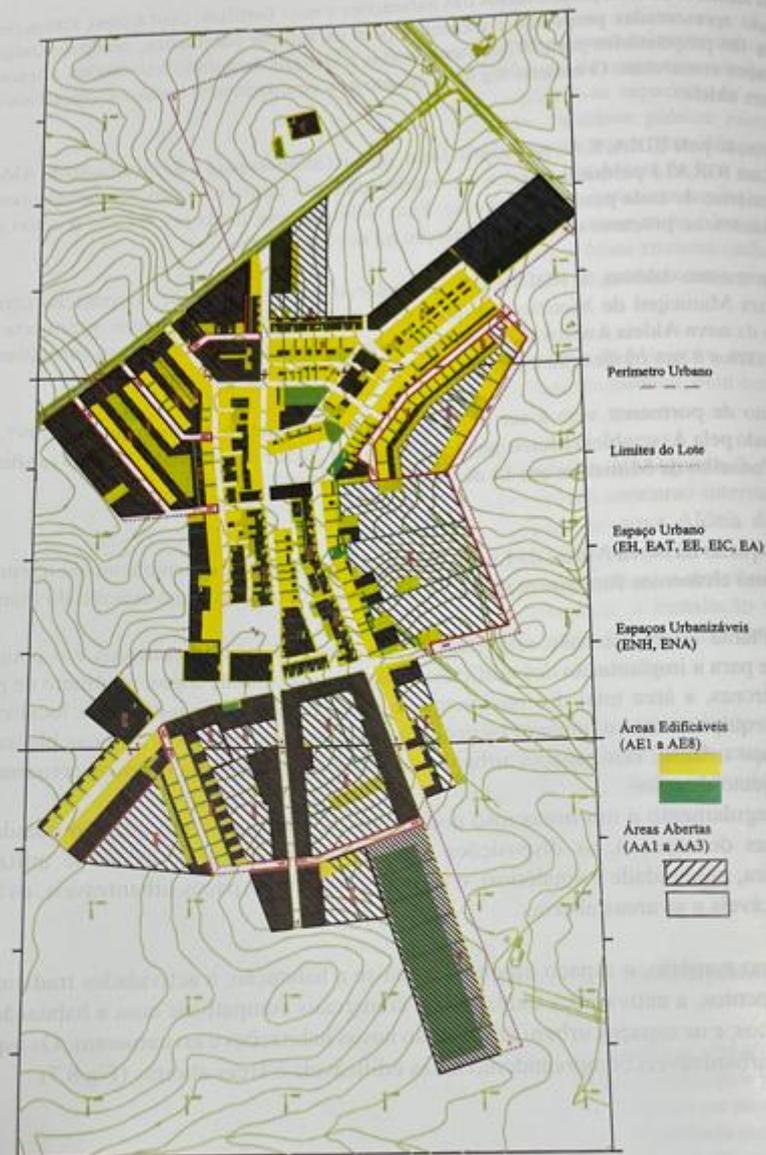


Fig.8.7 – Planta de conjunto da nova Aldeia da Luz.
Espaço urbano e espaços urbanizáveis

A habitação constitui o uso principal do espaço urbano, mas admitem-se outros usos, tais como, hotelaria e restauração, turismo, equipamentos e actividades comerciais, terciárias, oficinas e agrícolas. Também é admitida a construção de cozinhas rústicas¹⁴ desde que exista cozinha de fogo, assim como de arrecadações e de arramadas¹⁵.

De um modo geral, o número máximo de pisos das edificações é apenas de um, incluindo as lojas, as oficinas, as cozinhas rústicas e as arramadas.

Como actividades tradicionais, o Regulamento entende o fabrico de mobiliário tradicional, a restauração e bebidas, os serviços e actividades de uso público, as actividades comerciais, o fabrico de queijo, de enchidos, de vinho, etc..

A principal utilização do espaço dos arruamentos é pedonal, admitindo-se no entanto a circulação de veículos, a título complementar.

São definidos no Regulamento os materiais que devem ser utilizados na construção dos edifícios, na cobertura, nas paredes exteriores e nas portas e janelas. Para a construção da réplica da igreja de Nossa Senhora da Luz, destinada a recolher o património arquitectónico e artístico conhecido ou a descobrir, devem adoptar-se, na medida do possível, soluções semelhantes às da igreja existente.

Estudo do Impacto Ambiental

1.6 – De harmonia com o disposto no Decreto Regulamentar nº. 38/90, de 27 de Novembro, o projecto de plano de pormenor da nova Aldeia da Luz foi objecto de um estudo de impacto ambiental cometido pela EDIA, S.A. à empresa PROCESL-Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. O relatório final deste estudo [11], datado de Maio de 1997, descreve o plano, caracteriza a situação de referência, faz a previsão e avaliação dos impactos ambientais e indica medidas de minimização dos impactos negativos.

Além das medidas que respeitam à fase de construção da nova povoação, o estudo recomendava que se assegurasse a manutenção das áreas verdes a implantar, que fossem introduzidas espécies da flora autóctone nas futuras zonas de revestimento vegetal de integração ambiental, que fosse assegurada a manutenção do estado sucessional das comunidades vegetais arbóreo - arbustivas e que fossem mantidas condições ideais de desenvolvimento e de auto-regeneração de espécies nas zonas verdes naturais ou semi-naturais a introduzir. Seria imperativa a conservação estrita da espécie botânica *Narcissus humilis* subsp. *Cavanillensii*.

¹⁴ Edificação de uma só divisão, obrigatoriamente dotada de chaminé, para cozinhar, fazer o fumeiro e fabricar queijo.

¹⁵ Edificação aberta destinada a apoiar quaisquer edificações localizadas, ou não, no mesmo lote, e podendo também servir de garagem.

Quanto ao património cultural, considerava-se que deveriam ser reconfirmadas as razões da escolha do sítio da nova Aldeia, explicitados os conceitos técnico e cultural para a "abordagem às tipologias das habitações", esclarecida a relação entre critérios de realojamento e traçados de arruamentos e quarteirões, apresentado estudo alternativo para os passeios pedonais dos arruamentos e, ainda, reavaliado o grau de diversidade dos materiais a utilizar na pavimentação das ruas e restantes espaços exteriores.

Para a demografia e sócio-economia, recomendava-se como principal medida minimizadora um plano integrado de âmbito local, orientado para a formação profissional, apoio à criação de empresas e dinamização da actividade agrícola de regadio.

Passando, por fim, à avaliação global dos impactos, ou seja, à avaliação de impactos residuais, que poderiam permanecer após a implantação das medidas de minimização recomendadas, havia que constatar terem sido classificados como pouco significativos os impactos geomorfológicos e, bem assim, quer os impactos sobre o clima, os solos, a qualidade do ar, o ambiente sonoro, a flora e a vegetação, a fauna e os habitats, quer os impactos sobre as infra-estruturas.

O Realojamento na Nova Aldeia

1.7 – O realojamento da população na nova Aldeia da Luz implicou a construção de 212 casas de habitação. Considerando as diversas tipologias (Quadro 8.1) e as variantes introduzidas nos 25 projectos - tipo, dificilmente se poderão identificar casas iguais e, ainda menos, casas iguais às da antiga aldeia. Três das novas casas de habitação reproduzem a forma tradicional de construir.

O plano compreendia também os projectos de anexos, tais como cozinhas de lume, casões, arrecadações e alpendres (Quadro 8.1), assim como projectos de estabelecimentos de comércio local (restaurantes, cafés, minimercados, padaria e queijaria).

Quadro 8.1
Casas de Habitação e Anexos
Construídos na Nova Aldeia da Luz

| Tipo | Tipologia | Quantidade | Áreas (m ²) |
|---------------------|-----------|------------|-------------------------|
| Casas de Habitação | T1 | 14 | 59,00 a 68,00 |
| | T2 | 59 | 83,00 a 110,00 |
| | T3 | 81 | 98,00 a 161,00 |
| | T4 | 53 | 115,00 a 201,00 |
| | T5 | 5 | 143,00 a 194,00 |
| Cozinhas exteriores | | 82 | 10,50 a 24,30 |
| Arrecadações | | 82 | 9,70 a 62,00 |
| Casões | | 77 | 27,00 a 56,70 |
| Alpendres | | 45 | - |

Na Fig.8.8 apresentam-se vistas gerais da nova Aldeia da Luz e, na Fig.8.9, aspectos dos seus arruamentos, edifícios e fontanário construído à entrada da aldeia.



Fig.8.8 – Vistas gerais da nova Aldeia da Luz



Fig.8.9 – Arruamentos, edifícios e fontanário na entrada da nova Aldeia da Luz

Distribuídos por vários núcleos, a nova Aldeia da Luz passou a dispor dos seguintes equipamentos colectivos, todos eles construídos por EDIA, S.A.:

- Junta de Freguesia;
- Escola Primária e Jardim Infantil;
- Unidade de Saúde e Centro de Dia;
- Pavilhão Polidesportivo, Campo de Futebol, Área de Jogos Tradicionais e Campo Descoberto;
- Mercado, Tanque, Sociedade Recreativa, Praça de Touros e Jardim Público;
- Igreja de Nossa Senhora da Luz, Capela e Casa Mortuária, Cemitério e Museu

Imagens de alguns destes equipamentos colectivos podem observar-se na Fig.8.8 e Fig.8.9, assim como nas Fig.8.10, Fig.8.11 e Fig.8.12.

A construção da nova Igreja de Nossa Senhora da Luz (Fig.8.13) requereu exigências particulares, pois não se tratava da simples substituição de um edifício por outro mas de desmontar com os devidos preceitos a antiga igreja, para servir de “*modelo*” em alguns aspectos, e tais trabalhos fizeram parte integrante do processo de construção da nova Igreja de Nossa Senhora da Luz¹⁶.



Fig.8.10 – Praça de touros e depósito de água

¹⁶ O projecto do conjunto formado pela Igreja da Luz, Museu da Aldeia da Luz e Cemitério (Fig.8.14), é da autoria de uma equipa coordenada pelo Arquitecto Pedro Pacheco. O projecto da Igreja é acompanhado de desenvolvida memória histórica sobre a Igreja de Nossa Senhora da Luz e da Aldeia da Luz [12].

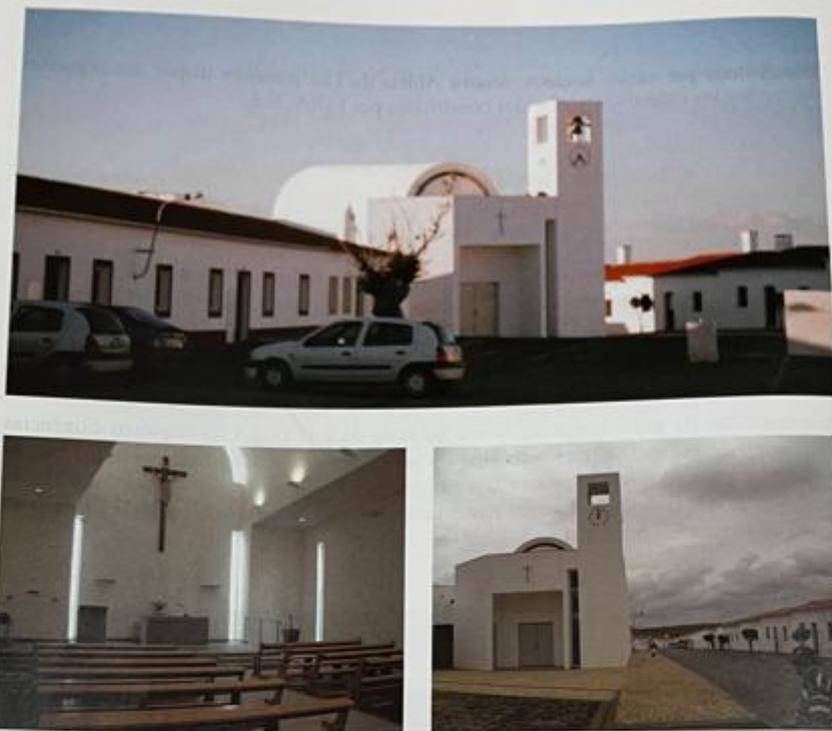


Fig.8.11 – Capela, na praça principal da aldeia

A construção teve pois em atenção a “*coexistência de dois edifícios gémeos em lugares diferentes*”¹⁷. Segundo o projecto, dentro do possível a igreja deveria ser construída com técnicas tradicionais, e também uma análise da antiga igreja permitiu inventariar as peças arquitectónicas a remover, reparar e recolocar na nova igreja. Alguns outros elementos foram também recuperados, como a telha do revestimento da cobertura e dos beirados e ainda a telha da torre sineira.

¹⁷ Consoante dispunham as Condições Técnicas do Caderno de Encargos.



Fig.8.12 – Escola

Entre o conjunto de sítios arqueológicos localizados na sua área envolvente, a EDIA, S.A. decidiu integrar na nova Aldeia da Luz a estrutura habitacional romana denominada Monte da Juliôa 24 (Fig.8.14)¹⁹ que, por isso, foi alvo de trabalhos de conservação e restauro com o propósito de a tornar num espaço musealizado e dar uma imagem de organização doméstica e de uma unidade rural do tempo dos romanos [13].

¹⁹ Fotografia da autoria do Dr. Joaquim Garcia.



Fig.8.13 – Nova Igreja de Nossa Senhora da Luz,
Centro de Saúde, Cemitério e Museu

A estação arqueológica Monte da Juliôa corresponde a um casal e é constituída por compartimentos de várias dimensões de planta rectilínea rectangular, que compõem uma área residencial e uma área de armazenamento e transformação (celeiro, forno) [13].



Fig.8.14 – Monte da Juliã restaurado

Após a transferência das famílias e seus bens, operação preparada e realizada pelo Gabinete para a Reinstalação da Aldeia da Luz (GRAL), a nova aldeia foi solenemente inaugurada no dia 19 de Novembro de 2002¹⁹.

Plano de Trasladação do Cemitério

1.8 – O processo de trasladação do cemitério da Luz (Fig.8.13), pelo seu natural melindre e complexidade, foi conduzido por uma comissão de acompanhamento local, pela equipa técnica do GRAL e pelo dirigente de uma equipa científica encarregada do caso²⁰.

A metodologia adoptada assentou nos seguintes princípios:

¹⁹ A cerimónia foi presidida pelo Primeiro Ministro Dr. José Manuel Durão Barroso.

²⁰ Equipa dirigida pelo Dr. Moita Flores.

- 1) Proceder à trasladação dos restos mortais de todos os indivíduos sepultados;
- 2) Desenvolver a operação no mais rápido intervalo de tempo possível;
- 3) Preservar, a todo o custo, a intimidade e solenidade do acto;
- 4) Desenvolver acções de acompanhamento psico-sociológico e assistencial das famílias a que a operação mais pudesse afectar.

A EDIA, S.A. distribuiu pela população uma detalhada informação do que se iria passar no processo de transferência, o qual envolveu também um grupo de peritos do Centro de Estudos Forenses da Universidade Moderna. O processo foi dado por concluído em Junho de 2001.

Projecto de Emparcelamento Rural

1.9 – O plano de urbanização da nova Aldeia da Luz deu origem a acções de emparcelamento rural na freguesia, operação envolvendo o emparcelamento simples nas áreas confinantes com a albufeira e, simultaneamente, a reinstalação dos ferragiais da velha Aldeia, através do emparcelamento integral, nas áreas disponíveis das herdades dos Pássaros de Baixo, Pássaros de Cima e Juliôa, pertencentes à EDIA, S.A.. Os respectivos trabalhos foram confiados ao Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente, mediante contrato com a EDIA, S.A.

Ao processo de emparcelamento, que abrangeu 147 agricultores, associou-se o aproveitamento hidroagrícola de 591 ha, para beneficiar cerca de 300 ha de olival e 84 ha de vinha. A rede, prevista para o sistema de rega gota-a-gota, deverá servir 309 prédios, agrupados em 268 parcelas de rega.

2 – A Aldeia da Estrela

Caracterização

2.1 – A povoação da Estrela, ribeirinha da albufeira de Alqueva, situa-se no vale do Guadiana, entre as confluências da ribeira de Alcarrache e da ribeira de Zebro (Fig.8.15). Pertence ao concelho de Moura, freguesia de Póvoa de São Miguel, de cuja sede dista cerca de 6 km, e é servida pelo caminho municipal 1 005, o qual entronca na estrada municipal 515, que vai da EN 236 (Mourão) à EN 386 (Moura - Póvoa de São Miguel).

Em Janeiro de 2003, a população residente era de 121 pessoas, tendo mais de 50 por cento idade superior a 65 anos [14].

Ao contrário da Luz, a Estrela não foi submersa pelas águas, mas é a aldeia que estabelece mais estreita ligação com o plano de água da albufeira de Alqueva, que a transforma em condições de península com a água a seus pés. Todo o enquadramento geográfico do lugar foi pois substancialmente alterado, passando a sua área envolvente a apresentar uma extensa frente litoral.



Fig.8.15 – Localização

As margens da albufeira adjacentes à Estrela têm uma extensão de cerca de 2,5 km na direcção norte e cerca de 1,5 km na direcção sul [15]. Por tais razões, o plano de ordenamento das albufeiras de Alqueva e Pedrógão²¹ prevê que à zona urbanizável da Estrela se associem infra-estruturas de apoio à prática de desportos náuticos e a actividades ligadas à água. De tais condições decorre igualmente que se considere a aldeia vocacionada para a utilização do plano de água em empreendimentos turísticos [15].

Reorganização Urbana

2.2 – Do ponto de vista urbanístico, a aldeia foi-se organizando em torno da Igreja Matriz e ao longo do hoje caminho municipal que termina no Guadiana [15]. A Igreja de Nossa Senhora da Estrela, uma construção dos finais do século XVI com grande intervenção no início e meados do século XIX, é de alvenaria de xisto e encontra-se em razoável estado de conservação [16].

Sendo frágil a actual estrutura urbana e tendo a povoação e a sua população de se adaptarem a uma situação diferente, até pelo facto do território envolvente ficar reduzido, tornou-se patente a necessidade de estudar a reorganização urbana, a par da sua valorização ambiental e paisagística. Aliás, já no citado plano de ordenamento da albufeira de Alqueva se adverte que a estruturação e ocupação urbana da Estrela deveria ser precedida de um plano municipal de ordenamento do território. E, de facto, em 1997, a EDIA, S. A. e a Câmara Municipal de Moura estabeleceram um protocolo sobre o plano de valorização e reabilitação urbana da aldeia da Estrela e, ao mesmo tempo, um outro protocolo para a instalação do Gabinete de Apoio à Revitalização da Estrela (GARE).

Veio a caber à GESTALQUEVA (Sociedade de Aproveitamento dos Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e Pedrogão, S.A.)²², sob enquadramento municipal, promover

²¹ Aprovado para Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2002, de 7 de Fevereiro, publicada no Diário da República n.º 110, Série – B, de 13 de Maio de 2002.

²² Empresa formada por EDIA, S.A. e por sete municípios: Alandroal, Moura, Mourão, Vidigueira, Portel, Serpa e Reguengos de Monsaraz.

a elaboração do plano de pormenor da aldeia da Estrela com os objectivos gerais seguidamente enunciados: "Garantir a qualificação do desenho urbano como expressão da vontade pública de investimento, tendo como contrapartida um investimento privado qualificante; Promover a reabilitação do espaço, tanto urbano como natural acolhedor e expressivo dos valores identitários presentes e em articulação com a nova realidade emergente; Assegurar e enquadrar formas de actualização e evolução das construções existentes, assumindo-as como estruturantes da identidade local, garantindo simultaneamente novos usos de forma sustentável; Garantir um tratamento paisagístico e específico das margens, eficiente e exequível, como forma de minimizar eventuais impactos negativos, nomeadamente estéticos, ambientais e de saúde pública, decorrentes da variação do nível da albufeira; Prever um conjunto de equipamentos que promovam o lazer dos visitantes; Dotar a aldeia de condições de funcionamento que criem alternativas às acessibilidades existentes e resolvam as dificuldades impostas à implantação das redes de saneamento, decorrentes da morfologia do terreno e do enchimento da albufeira; Elaborar um sistema de peregrinação que funcione como um mecanismo de redistribuição de benefícios e encargos, decorrentes do processo de urbanização e requalificação urbana, intimamente relacionado ao grau de condicionamento que incida sobre os imóveis (um maior condicionamento às possibilidades de edificação corresponderá uma menor incidência de encargos); Pugnar pela garantia da eficiência ambiental e eficácia económica das intervenções, tomando como orientadores os princípios da Agenda Local 21".

Trasladação do Cemitério

2.3 – A construção de um novo cemitério tornou-se necessária, uma vez que o existente seria inundado ao ocorrer a cheia de projecto na albufeira de Alqueva, e a sua localização foi acordada entre a Associação de Moradores da Estrela, a EDIA, S.A. e a Câmara Municipal de Moura.

Uma equipa multidisciplinar fez o acompanhamento de alguns dos habitantes, foi utilizada a metodologia aplicada na aldeia da Luz [17] e a exumação e trasladação²³ foi realizada em Março de 2004.

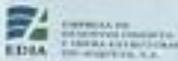
3 – Referências Bibliográficas

- [1] RUI SANCHES – *Plano de Rega do Alentejo. Relatório sobre o Aproveitamento do Rio Guadiana*. Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, Direcção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos, Julho, 1966. (Policopiado)

²³ A equipa científica encarregada da operação foi dirigida pelo Dr. Moita Flores.

- [2] SEIA - Sociedade de Engenharia e Inovação Ambiental, S.A. – *Estudo Integrado do Impacte Ambiental do Empreendimento de Alqueva*. Lisboa, Fevereiro, 1995.
- [3] ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. – *Memórias Paroquiais*. Volume 21.
- [4] ISABEL MARIA CARVALHO FONSECA – *A População da Aldeia da Luz e a Barragem de Alqueva*. Simpósio sobre a “Utilização da Água na Produção de Energia”, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, Outubro, 1980.
- [5] FR. AGOSTINHO DE SANTA MARIA – *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora e das Milagrosamente Aparecidas que se Veneram em o Arcebispado de Évora e os Bispados do Algarve e Elvas e seus Sufrageanos*. Tomo sexto, Lisboa, na Oficina de António Pedrozo Galram, 1718.
- [6] DIOGO BARBOSA MACHADO – *Biblioteca Lusitana*, Segunda Edição, Tomo 1, Lisboa, 1930.
- [7] MURAL DA HISTÓRIA, Restauro de Pintura Mural, Lda – *A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz - Aldeia da Luz* (sem data).
- [8] HELOISA VALENTE dos SANTOS e SUSANA RODRIGUES COSME – *Procurando Memórias Através da Escavação Arqueológica na Velha Igreja Matriz da Luz*, in “No Tempo dos Moinhos do Guadiana e Outros Tempos”. *Memórias d’Odiara - Estudos Arqueológicos de Alqueva*, n.º 3, Coordenação Editorial de Maria João Lança. Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A., Agenda Comum, 2003.
- [9] PEDRO BANDEIRA – *Lux Aeterna*, in “Una Nueva Cultura del Agua par el Guadiana”, ed. coordinada por Fco. Javier Martinez Gil, Navarro e Navarro Impresores, Zaragoza, 2004.
- [10] GUIDA LAMI DIAS da SILVA – *Ética em Energia*. “Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX”. Coordenação de Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito, Maria Fernanda Rolo. Publicações Dom Quixote, Dezembro, 2004.
- [11] PROCESL - Engenharia Hidráulica e Ambiental, L^{da} – *Estudo de Impacto Ambiental da Nova Aldeia da Luz (Mourão)*. Relatório Final. Lisboa, Maio, 1997.
- [12] SANDRA AMARAL MONTEIRO – *Senhora da Luz. Memória Histórica da Igreja Paroquial e da Aldeia*. Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A., in “Aldeia da Luz, Projecto da Igreja, Cemitério e Museu”.

Figura 27. Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, EDIA, 1996



0 0 2 2

Aldeia da Luz

// - 09 - 01 - 01

Concurso para a Elaboração de Estudo Prévio / Projecto de Execução

Série Documental
C.P.S. nº 03/95
No âmbito da união Europeia para a Elaboração do Projecto de Plano de Pormenor da Nova Aldeia da Luz
Doc's a que se refere o parágrafo 3. do Caderno de Encargos do Concurso

Peças Gráficas e Desenhadas

Descrição do Contrato
Dt: 01/01/1996
A: 01/11/1996

// // // // // // // //

E.D.J.A. - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.

EMPREENHIMENTO DE FINIS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº 03 / 95 NO
ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA PARA A ELABORAÇÃO DO
PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Documentos a que se refere o parágrafo 3. do
Caderno de Encargos do Concurso

PEÇAS GRÁFICAS E DESENHADAS

Febrero / 1996

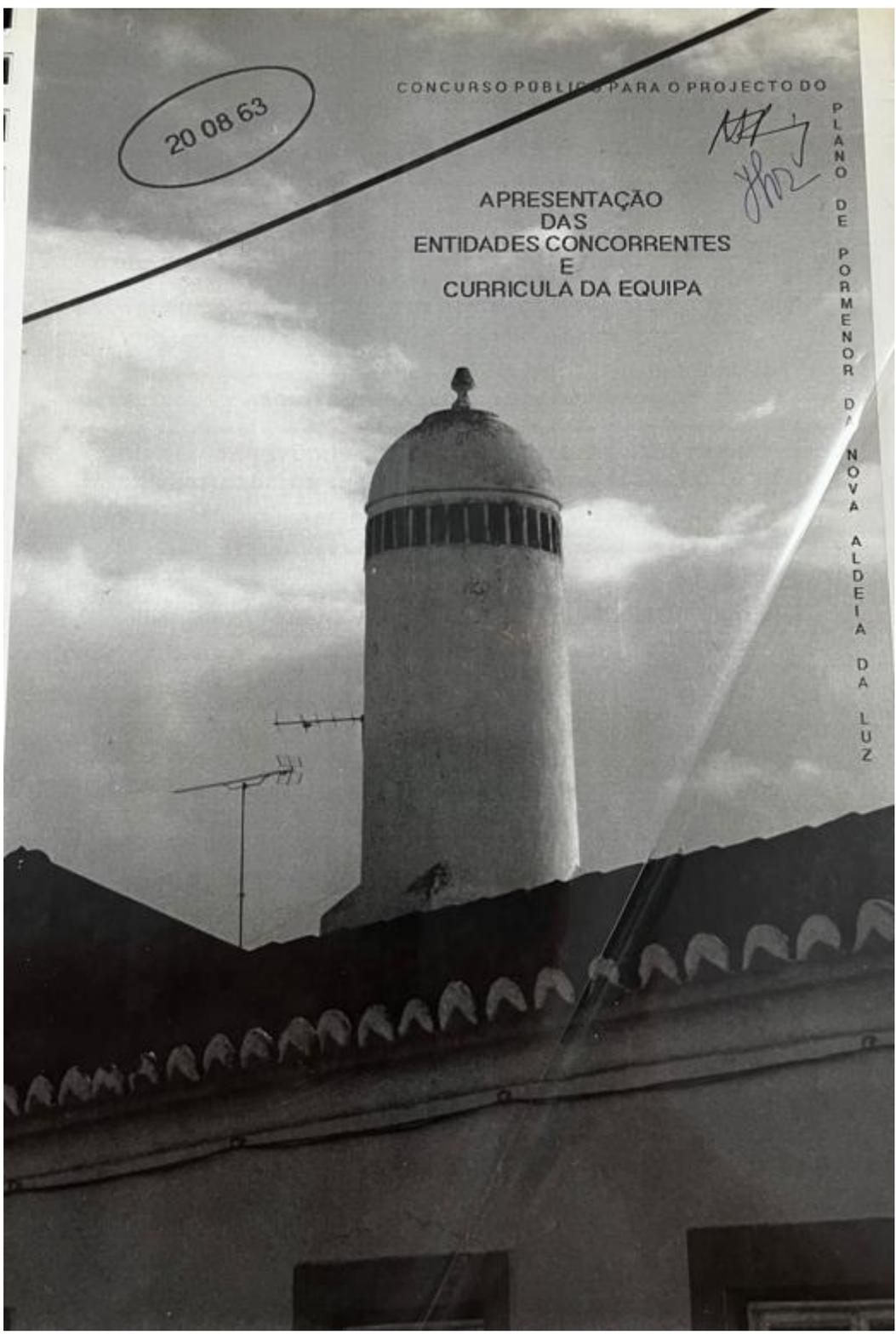
20 08 63

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROJECTO DO

APRESENTAÇÃO
DAS
ENTIDADES CONCORRENTES
E
CURRICULA DA EQUIPA

Handwritten signatures

P L A N O
D E
P O R M E N O R
D A
N O V A
A L D E I A
D A
L U Z



APRESENTAÇÃO DA EQUIPA

A Equipa Técnica que concorre ao CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ, é coordenada pelo ARQ.^{TO} PAULO DE QUEIROZ VALENÇA.

Esta Equipa surge através de um acordo entre a PLANESTRA — PLANEAMENTO, ESTUDOS E ARQUITECTURA, LDA, empresa que a partir de 1990 desenvolve a sua actividade na área do planeamento territorial e urbano e na área da arquitectura e o CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, que intervem desde 1978 na área das ciências sociais.

No corpo desta Equipa, para além de técnicos permanentes de ambas as entidades:

• PLANESTRA—PLANEAMENTO, ESTUDOS E ARQUITECTURA, LDA

Paulo de Queiroz Valença — planeamento estratégico, ordenamento do território, desenho urbano e arquitectura

Carlos Barroso Alves — arquitectura

Nair Ribeiro da Graça — arquitectura e desenho urbano (estudante de arquitectura)

Teresa Beça — arquitectura (estudante de arquitectura)

João Peneda — tratamento informático do desenho

• CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

Fernando Ruivo — planeamento estratégico e sociologia

Anabela Franqueira — sociologia

João Paulo Dias — sociologia

intervieram também outros técnicos externos:

Oscar Knoblich — paisagismo e economia rural

João Diogo Alpendurada — infraestruras de saneamento básico

José Manuel Bezerra — planeamento estratégico e acessibilidades

Ana Almeida — economia rural e planeamento estratégico

Filomena Paiva — arqueologia e história

António Calheiros Ferraz — consultoria jurídica

EXERCÍCIO

20 08 63

2

ACTIVIDADES:

Consultoria, projecto e execução de planos e programas de desenvolvimento urbano, estudos de arquitectura de interiores, projecto e execução de interiores, projecto e execução de obras de arquitectura.

CONSTITUIÇÃO:

Em Março de 1990, é formada a empresa **PLANESTRA** — Planeamento, Estudos e Arquitectura, Lda

SEDE:

Av. D. Afonso Henriques, 1196, salas 801 e 802
4450 MATOSINHOS — PORTUGAL
TEL / FAX — (02) 9371350/ (02)9385717

SÓCIOS:

Arq.to Carlos Barroso Alves
Arq.to Fernando Mariz
Arq.to Paulo de Queiroz Valença

SITUAÇÃO FINANCEIRA:

Sociedade por quotas com capital social de 9 000 000.00 (nove milhões de escudos).

Não existem quaisquer dívidas nem ao Estado, nem a fornecedores.

PESSOA COLECTIVA:

502 348 950 — 1º Bairro Fiscal de Matosinhos

AMBITO:

O objecto consiste na elaboração de estudos e projectos no âmbito do planeamento — territorial e urbano —, arquitectura e arquitectura de interiores, bem como na prestação de assistência técnica nessas mesmas áreas.

Assegura a elaboração de projectos de especialidades, nomeadamente no âmbito da estabilidade estrutural, das infraestruturas, do ambiente e da arquitectura paisagística.

Intervem ainda em estudos de localização e estudos económicos no âmbito dos sectores da imobiliária, dos equipamentos de utilização colectiva e do turismo.

EMPRESAS COM AS QUAIS COLABORA:

- ENGITRAÇO
- PLANUM — ASSESSORIAS E PROJECTOS
- PROAMBIO — PROJECTOS DE AMBIENTE
- QUATERNAIRE PORTUGAL
- RAR AMBIENTE
- TECNOPOR
- TOTTA FINANCE
- GABINETE DE ESTUDOS DA AIP
- STRATEGOS
- CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA FAC ECONOMIA DA UNIV DE COIMBRA



CONSULTORES: PERMANENTES

- Anabela Franqueira, sociologia
- Ana Almeida, história e planeamento estratégico
- António Calheiros Ferraz, apoio jurídico
- Elisa Babo, economia e planeamento territorial e estratégico
- Fernando Teles de Meneses, engenharia civil (estruturas)
- Fernando Ruivo, sociologia
- Filomena Paiva, história
- Ilda Henriques, engenharia civil (infraestruturas)
- João Diogo Alpendurada, engenharia civil (infraestruturas)
- João Lobão, economia e engenharia financeira
- João Paulo Dias, sociologia
- João Pedro M Fernandes, planeamento territorial e urbano
- João Pereira de Barros, engenharia civil (infraestruturas)
- José Manuel Bezerra Barbosa, planeamento territorial e urbano
- José Graça Rocha, engenharia civil (infraestruturas)
- Luís Cardoso, estatística e informática
- Luís Miguel Duarte, história
- Mário Carvalho, estatística e informática
- Max Ferraro Vaz, engenharia electrotécnica
- Miguel Magalhães, economia e finanças
- Oscar Knoblich, arquitectura paisagista
- Rogério Ribeiro, engenharia civil (estruturas)
- Rui Sequeira, engenharia civil (infraestruturas)
- Sara Fuentes Afonso, planeamento territorial
- Silva Torres, engenharia electrotécnica

COLABORADORES PERMANENTES:

- Alexandra Silva, arquitectura
- Cristina Alfredo, arquitectura
- Nair Ribeiro da Graça, arquitectura
- Teresa Bastos, arquitectura
- Mário Torres, CAD
- João Peneda, CAD e desenho
- Ana Paula Mota, desenho
- Miguel Oliveira, desenho

PLANEAMENTO TERRITORIAL E URBANISMO:

U-01-90

Plano de Ocupação de Val Flores (4ha) — C.M.Valença • (Concluído).

U-03-90

Estudo de Ocupação da Quinta do Casal (5,2ha), em Marco de Canaveses — Viacento/SONAE • (Concluído).

U-06-90

Estudo de Ocupação para as Margens do Tâmega em Marco de Canaveses — SONAE • (Concluído).

PDM-01-91

Termos de Referência para o Plano Director Municipal de Valença — C.M. Valença • (Concluído).

PDM-01-91

Plano Director Municipal de Valença (11 693,5 ha) — C.M. Valença • (Concluído e ratificado em D.R.).

PDM-04-91

Plano Director Municipal de Monção (43 514,0 ha) — C.M.Monção • (Concluído e ratificado em D.R.).

U-09-91

Loteamento na Rua Francisco Cruz, Carvalhos, V. Nova de Gaia — Abílio J. P. Couto • (Concluído).

U-10-91

Loteamento no Novo Arruamento dos Carvalhos, Vila. Nova de Gaia — Abílio J. P. Couto • (Concluído).

U-11-91

Estudo-prévio de loteamento no Regato, Carvalhos, V. N. de Gaia — Abílio J. P. Couto • (Concluído).

U-13-91

Programa-base de Intervenção na Zona Envolvente à Muralha de Valença — C.M.Valença • (Concluído).

U-07-92

Loteamento em Monte-Grande, Vila Nova de Gaia (13 ha) — Pedro de Abreu Coutinho e António de Abreu Coutinho • (Em apreciação).

U-05-93

Estudo de Ocupação do Iodo em Francelos, V N Gaia — Edgaia • (Concluído).



- Estudo Estratégico para o Centro Urbano de Valença — C.M.Valença •
(Concluído).
U—01—93
- Plano de Pormenor da Área Central da Vila de Valença (47,8 ha) — C.M. Valença
• (Concluído).
U—05—94
- Loteamento em Tuído, Valença (1,7 ha) — Mário Cardadeiro • (Concluído).
U—10—94
- Estudo de Ocupação em Barcelinhos, Barcelos (11 ha) — Ferraz Menezes/C.M.
Barcelos • (Concluído).
U—13—94
- Estudos de ocupação para Habitação Social no concelho de Valença (3,46ha)—
C.M. Valença • (Concluído).
U—14—94
- Concurso de Ideias para o Parque Oriental do Porto—C.M. Porto • (3º lugar sem
atribuição de 1º lugar).
U—20—94
- Concurso de Ideias para a frente ribeirinha da vila de Monção—C.M. Monção • (7º
lugar).
U—01—95
- Alteração de Loteamento e tratamento de espaço público, Área Central de
Valença — João Pinheiro de Matos, Lda. (em licenciamento).
U—05—95
- Plano de Ordenamento da Praia do Ourigo no Porto (2ha) — Jorge Ramos •
(concluído).
U—07—95
- Plano de Pormenor do Centro Histórico de Valença — CM Valença • (Em
execução).
U—08—95
- Arranjo Urbanístico da Coroada — CM Valença • (Em Execução).
P—09—95
- Estudo do Perfil Industrial do Vale do Minho — Agrupamento de Concelhos do
Vale do Minho • (Em elaboração).
U—10—95
- Concurso público de Ideias para o Arranjo do Largo Central de Cantanhede (10
ha) — CM Cantanhede • (1º Lugar).

•ÁREA DE ARQUITECTURA

Projecto do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira — B. V. de Paços de Ferreira — Quartel tipo "B" e parque de viaturas tipo "D" - 2720m² • (obra concluída)

Projecto da Unidade Industrial Poliplastic, em Vila do Conde — Poliplastic SA - 4700m² • (obra concluída)

Projecto de Edifício de Escritórios da Poliplastic, Vila do Conde—Poliplastic SA

Projecto do Campo da Feira, em Valença — C.M.Valença - 35000m² • (em construção)

Projecto de Berçário e Espaço Cultural em Massarelos, Porto — Junta de Freguesia de Massarelos - 480m² • (obra concluída)

Projecto de Ampliação da Igreja Matriz do Souto, em Sta. Maria da Feira • (obra concluída)

Edifício de Escritórios na Rua das Oliveiras, Porto — Eng^o Fernando J. S. C. Mariz - 620m² • (projecto licenciado)

Projecto de Edifício de Habitação Unifamiliar, em Recezinhos, Penafiel — Paulo Antunes • (obra concluída)

Remodelação do Restaurante Rota-Verde, Vila Nova de Gaia - 160m² • (obra concluída)

Projecto de Arquitectura de Interiores da Ourivesaria Carvalhense, Carvalhos, Vila Nova de Gaia - 50m² • (obra concluída)

Estudo Preliminar para Edifício de Habitação Colectiva e Comércio em Moledo, Caminha

Projecto de Edifício de Habitação Unifamiliar em Gondizalves, Braga — Fernando Gomes • (em construção)



- Projecto de Edifício de Habitação Unifamiliar, em Ganfei, Valença — Dr. José Maria Velasques Caruncho - 360m² • (obra concluída)
- Projecto de Edifício de Habitação Unifamiliar, em Sta. Maria de Avioso, Maia — Manuel Antunes • (obra concluída)
- Projecto de Remodelação e Reabilitação de Habitação Unifamiliar do séc XIX, na Rua do Campo Lindo, Porto — Arq^º Paulo Valença - 290m² • (em construção)
- Projecto de Edifício de Habitação Colectiva e Comércio, em Tuiido, Valença — Eng^º Luis Vaz - 1350m² • (em construção)
- Projecto de Arquitectura de Interiores em Habitação Integrada em Edifício de Habitação Colectiva em Vila Nova de Gaia — Dr. Rui Vilar • (obra concluída)
- Projecto de Recuperação e Ampliação de Habitação Unifamiliar em Fregim, Amarante — Dr. Roberto Assis P. Cardoso • (obra concluída)
- Projecto da Sede do Paúl de Arzila em Coimbra — Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais - 490m² • 1^º lugar no concurso limitado (em construção)
- Projecto de Arquitectura de Interiores nos Escritórios da firma de Advogados H. Abecasis /A. Guimaraes, Av. da Boavista, Porto • (obra concluída)
- Projecto de Habitação Unifamiliar em Valença — Maria de Lurdes P. F. Domingues - 588m² • (em construção)
- Projecto de Habitação Unifamiliar em Valença — Victor Manuel P. F. Domingues - 743m² • (em construção)
- Projecto de Habitação Unifamiliar no Marco de Canaveses — Eng^º Fernando Barreira • (em construção)
- Projecto de Hábitação Multifamiliar na Maia — Dr^º Ilidio Quelhas • (em construção)
- Projecto de Habitação Unifamiliar no Porto — Paulo Antunes • (em construção)
- Projecto de Unidade Turística em Arcos de Valdevez — Dr. Artur Barros Pinto • (em elaboração)

- Projecto de Habitação Unifamiliar de apoio, em Stª Maria de Avioso, Maia — Manuel Antunes • (obra concluída)
- Estudo-prévio de Unidade Comercial, em Arcos de Valdevez — José Carneiro
- Remodelação de um edifício para restaurante na Foz Velha, Porto — Jorge Ramos e outros • (em elaboração)
- Restaurante em Verdoejo, em Valença — Restaurante "O Nuno" (em licenciamento)
- Projecto de Arquitectura de Interiores para Consultório de Medicina Dentária, em Matosinhos — Dr. José Gavina - 60m² • (obra concluída)
- Projecto de Área de Serviços, em Valença — Jorge Santos Silva - 1700m² • (em construção)
- Reabilitação de uma Habitação Unifamiliar, em Matosinhos — António da Silva - 591m² • (em construção)
- Reconversão de um armazem em Bar, em Matosinhos — Dr. Alvaro Castelo-Branco e Outros • (obra concluída)
- Projecto de um Espaço Comercial para venda de mobiliário, em Tuido, Valença — Henrique Barreira - 2482m² • (em licenciamento)
- Projecto de remodelação de uma Habitação Unifamiliar, em Granja, V N Gaia — Dr. Pinto de Sousa • (em elaboração)
- Projecto de remodelação de um edifício rural para Turismo Rural, em Urgeira, Valença — Dr. Domingos Veiga - 320m² • (em apreciação)
- Estudo de Viabilidade para edifício de habitação colectiva, Vila do Conde — Engª José Lencastre e Outros • (em apreciação)
- Reabilitação Habitação Unifamiliar, Amarante — Dr. Anibal Barreira • (em construção)
- Projecto de Execução de 145 fogos de Habitação Social, Valença — C. M. Valença • 1ª lugar no concurso limitado (em elaboração)

Projecto de Execução da remodelação do acesso à Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Lisboa • (obra concluída)

Estudo Prévio para um Parque de Estacionamento Colectivo e um edifício habitacional, Valença — João Pinheiro de Matos & Filhos, Lda.

Projecto de remodelação de um edifício rural para Turismo Rural, em Gilmonde, Barcelos — Eng. Fernando Mariz - 700m² • (em apreciação)

Concurso Público Internacional para a Rede de Frio e Calor na EXPO 98, Lisboa — RAR Ambiente, Climespace e Entrepose-Montalev — responsabilidade pelo edifício da Central - 3000m² • 1º lugar no concurso por convite (em elaboração)

Projecto de Execução para uma Casa de Chá, Valença — C. M. Valença

Concurso de Ideias para o projecto de remodelação da ex-Escola da Rua 23, Espinho — C.M.Espinho

Concurso de Ideias para a construção de 134 fogos de Habitação Social em Paramos, Espinho — C.M.Espinho

Projecto de Execução de um Edifício Misto de Comércio e Aparcamento em Valença — João Pinheiro de Matos & Filhos, Lda. • (em licenciamento)

Reabilitação Habitação Unifamiliar, Porto — Engº Sérgio Pires Martins • (em projecto)

Projecto de Arquitectura de Interiores nos Escritórios da firma de Advogados H. Abecasis /A. Guimarães, Praça Mouzinho de Albuquerque, Porto • (em projecto)

Projecto do Edifício-sede da INDÁQUA, Fafe (em projecto)

Projecto de um Edifício Misto de Habitação e Comércio, Valença — Guilherme Collarte • (em projecto)

Matosinhos, Fevereiro de 1996



BREVE APRESENTAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

O Centro de Estudos Sociais foi criado em 1978 por iniciativa de um grupo de docentes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra com o objectivo de promover a investigação científica sobre a sociedade portuguesa. A prossecução deste objectivo esteve desde o início sujeita a quatro ideias reguladoras: 1 - maximizar as vertentes e as potencialidades interdisciplinares da investigação sociológica; 2 - desenvolver quadros teóricos e analíticos e dispositivos metodológicos novos e inovadores, capazes de captar as especificidades da sociedade portuguesa num contexto de crescente internacionalização das relações sociais; 3 - combinar a pluralidade analítica e metodológica com a coerência teórica essencial à investigação integrada com o objectivo de permitir a cumulatividade do conhecimento; 4 - criar "truncos comuns" de investigação sociológica básica, polivalentes e de uso múltiplo em diferentes áreas temáticas.

Fiel aos seus objectivos iniciais, o CES conheceu uma significativa expansão nos últimos anos. Esta expansão repercute-se de um modo particularmente relevante na sua internacionalização. O CES tem hoje um corpo de 36 investigadores — sociólogos, na sua maioria, economistas, juristas, investigadores literários, geógrafos e médicos. Realizou nos últimos anos, ou tem em curso, 57 projectos de investigação, participando ainda em cerca de 20 redes científicas internacionais. Para esta expansão contribuiu decisivamente o projecto de investigação *O Estado, a Sociedade e a Reprodução Social na Semiperiferia do Sistema Mundial — O Caso Português*, financiado pela JNICT. Dirigido por Boaventura de Sousa Santos, director científico do CES, este projecto envolveu 19



investigadores e dominou a actividade do CES nos primeiros anos da presente década. Os seus principais resultados vieram a ser publicados em *Portugal: Um Retrato Singular* (Porto, Afrontamento, 1993, 635 páginas).

Pela sua dimensão e pelo modo como foi conduzido, constituiu um projecto verdadeiramente estruturante, não só no plano científico, mas também no plano funcional: obteve resultados científicos importantes; abriu pistas de investigação novas, em especial no que se refere à comparação em termos internacionais, muitas delas retomadas em projectos posteriores, alguns já em curso, outros ainda em fase de planeamento; treinou uma vasta equipa no trabalho de investigação interdisciplinar; criou um padrão de exigências funcionais e administrativas que serviu de base ao trabalho científico ulterior.

Esta articulação, na mesma unidade de investigação, de um grande projecto com um número razoável de pequenos e médios projectos revelou-se extremamente frutuosa na medida em que a experiência de trabalho em conjunto pôde ser transmitida a várias equipas de menor dimensão. Perante isto, e ainda que num âmbito mais restrito, realizou-se posteriormente uma nova experiência de articulação entre grandes e pequenos projectos. Assim, a partir de 1991, iniciou-se um projecto de investigação sobre *Os Tribunais na Sociedade Portuguesa*, o qual foi apresentado recentemente. Este projecto pretendeu pôr à disposição da sociedade portuguesa informação já disponível em outros países da Comunidade Europeia. Foi financiado pelo Ministério da Justiça, através do Centro de Estudos Judiciários, e realizado por uma equipa de doze investigadores (incluindo os auxiliares de investigação). A investigação veio a desencadear uma outra série de pequenos projectos, financiados pela JNICT, pelo Centro de Estudos Judiciários e por esta instituição em associação com a Direcção-Geral do Ambiente.



Para além da articulação entre grandes e pequenos projectos de investigação, estão ainda em curso projectos de média dimensão, contempladores de escalas comparativas: *Turismo e Cultura em Portugal: quatro estudos sobre mentalidades, práticas e impactes sociais*; *O Estado e a Sociedade Civil: a criação de actores sociais num período de reconstituição do Estado*; *Classes Sociais e Trajectórias de Classe em Portugal*; *Intelectuais, Cultura e Sociedade: quatro estudos sociológicos*. Em articulação com estes projectos decorrem ou estão a ser planeados pequenos projectos, que têm a virtualidade de proporcionarem um treino adequado a investigadores mais jovens.

O Vice-Director do Centro de Estudos Sociais

Fernando Ruivo

(Dr. Fernando Ruivo)

António **Paulo Teixeira de Queiroz Valença**, nascido a 20 de Agosto de 1963 em Paranhos, Porto, Portugal.

Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em Julho de 1988.

Frequência do Curso de Pós-Graduação em Reabilitação de Centros Urbanos, promovido pela ARCA/ETAC a coberto da UNESCO e coordenado pelo Prof. Arquitecto Lech Zymowski da Universidade de Posnan na Polónia.

A partir de Novembro de 1987 e até Fevereiro de 1994 colabora com a Comissão de Coordenação da Região do Norte / Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Até Março de 1988, junto da Divisão de Equipamentos e Infraestruturas, participando na apreciação de projectos e acompanhamento de obras de Equipamentos de Utilização Colectiva. A partir de Março de 1988, junto da Divisão de Áreas Críticas e Reabilitação.

Em paralelo exerceu trabalhos de escala mais alargado no âmbito da Comissão de Coordenação da Região do Norte:

- Colaboração anual em Relatórios de Estado do Ordenamento do Território, Ambiente e Recursos Naturais
- Colaboração no Plano de Ordenamento da Zona Envolvente da Albufeira do Azibo
- Responsável pela 1ª versão do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Aldeia de Stª. Combinha em Macedo de Cavaleiros
- Colaboração nos Planos de Desenvolvimento Regional
- Colaboração no Programa de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças
- Selecção de Projectos a integrar no âmbito do Apoio a Actividade Industrial - PEDIP
- Preparação e Comunicação no Seminário sobre Contratos - Programa
- Definição de Instrumentos de Planeamento para os concelhos de Miranda do Douro, Lamego, Bragança, Monção, Caminha, Ponte Lima e Ponte da Barca
- Colaboração no Estudo Prévio do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda - Gerês
- Colaboração no Plano Regional de Ordenamento da Zona Envolvente do Douro - PROZED
- Membro da Equipa que elabora o Plano de Estratégia "Faixa fluvio-marítima do Douro: do Inha ao Atlântico"
- Membro da Comissão de Trabalho Norte de Portugal/Galiza

Em Abril de 1990 em associação com os Arqs. Carlos Barroso Alves e Fernando Mariz, constitui o gabinete PLANESTRA – PLANEAMENTO, ESTUDOS E ARQUITECTURA, LDA, com sede em Matosinhos:

- Coordenador do Plano Director Municipal de Valença
- Coordenador do Plano Director Municipal de Monção
- Responsável pelo documento "Uma ideia estratégica para o centro urbano de Valença"
- Coordenador do Plano de Pormenor da Área Central de Valença
- Consultor Urbanista da Câmara Municipal de Valença
- Coordenador do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Valença
- Coordenador do Estudo do Perfil Industrial para o Vale do Minho (em início) com AIPortuense, RAR Ambiente, Totta Finance

Em Fevereiro de 1994 assume as funções de Adjunto do Presidente do Gabinete Coordenador do Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais – PROSIURB – Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Em Janeiro de 1996, assume as funções de Gestor Regional do Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais – PROSIURB – Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Outras actividade profissionais a destacar:

- Membro da Equipa Técnica do Eixo Atlântico c/ PLANUM
- Membro da Equipa Técnica encarregada de definir uma estratégia de intervenção para as Cidades de Média Dimensão c/ QUATERNAIRE (Janeiro 94)
- Desenvolvimento de um estudo de ocupação para o Parque dos Manglesais, em Recife, Brasil, com Arq.tos Cristiano Oliveira (Brasil) e Alessandro Sala (Itália)

Publicações realizadas:

- Termos de Referência para a elaboração de Planos de Pormenor de Reabilitação Urbana
- Guião de apoio à actividade dos GTL's
- Reabilitação Urbana na Região do Norte - Balanço e Perspectivas

Comunicações proferidas:

- Comunicação sobre Planeamento e Reabilitação Urbana na Região do Norte num curso de formação para quadros técnicos no âmbito da Recuperação de Edifícios e Reabilitação Urbana — Porto
- Comunicação sobre Reabilitação Urbana num Encontro de JADE's em Bragança
- Comunicação sobre Reabilitação Urbana/Urbanismo Integrado — 1ª Jornadas de Reabilitação na Região do Norte, Amarante, Novembro 92
- "Do património construído ao planeamento urbanístico" — 1º Congresso do Forum Matosinhense, Matosinhos, Maio 93
- "Do não Centro Histórico à cidade continua", 1º Congresso Ibérico de Urbanismo, Viana do Castelo, Junho 93
- Comunicação sobre o "Modelo Territorial do Alto Minho" no âmbito de um curso de formação de agentes de desenvolvimento — Arcos de Valdevez, Julho 93
- Comunicação sobre "Instrumentos de Planeamento Territorial" no âmbito de um curso de formação de agentes de desenvolvimento — Guimarães, Julho 94
- "O PROSIURB e a formatação de uma Rede Urbana para Portugal - que expectativas para o Vale do Ave" — Seminário Europeu "A Cooperação e o Desenvolvimento das Regiões no Espaço Europeu" — Guimarães, Dezembro 94
- "VALENÇA — Uma necessidade e uma exigência de requalificação urbana" — Forum Urbanismo e Desenvolvimento — Valença, Outubro 95

Actividades em que participou como Valorização Profissional:

- Seminário "Renovação Urbana na Europa" - Novas Iniciativas, Novas Tendências - Lisboa

- Seminário "Centros Históricos" - Porto
- Encontro "Construção Clandestina no Litoral Norte" - Porto
- 2º Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico - Beja
- Encontro Internacional de Municípios com Centro Histórico - Guimarães
- Seminário "A Lei que temos. Os Planos que faremos" - Lisboa
- 1ª Conferência Internacional sobre Alojamento - Lisboa
- Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico - Tomar
- 4º Encontro Nacional de GTL's - Vila Nova da Barquinha/Constância
- 5º Encontro Nacional de GTL's - Chaves - Jun 92
- 1ª Jornadas de Reabilitação na Região do Norte - Amarante
- 1º Congresso Ibérico de Urbanismo - Viana do Castelo - Jul 93
- Forum Mundial dos Jovens Arquitectos - Recife, Brasil - Out 94
- 2º Bienal de Arquitectura de Recife, Brasil - Out 94
- Congresso "O Futuro das Cidades Médias e as suas Estratégias" - Tarragona, Espanha - Nov 94
- 3º Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico - Viana do Castelo - Nov 95

PORTO, Fevereiro de 1996

CURRICULUM VITAE

NOME: Fernando Alberto Baetas de Oliveira Ruivo

DATA DE NASCIMENTO: 16 de Janeiro de 1951

ESTADO CIVIL: Casado, dois filhos

RESIDENCIA: Rua Machado de Castro, 81 - 4.º Dtº - 3.000 Coimbra

Percurso Académico

— Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1975-76, com média final de dezasseis valores.

— Monitor do Núcleo de Ciências Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra de Setembro de 1974 a Julho de 1977. Neste período, desenvolve trabalho de formação geral na área de Sociologia (agregado à cadeira de Introdução às Ciências Sociais), sob a orientação do Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos.

— No ano lectivo de 1975-76 é, simultaneamente, co-regente da cadeira de "Sociologia I" do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra e regente da cadeira de "Sociologia" da Escola de Enfermagem Bissau Barreto (Coimbra).

— Assistente eventual da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra de Julho de 1977 a Julho de 1979.

— Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra de 1979 a 1993.

— Nos anos lectivos de 1979-81 foi ainda encarregado das aulas práticas da cadeira de "Sociologia do Direito" da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

— Assistente Convidado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra de 1993 até à presente data.

— No Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA/Coimbra, Secretaria de Estado da Modernização Administrativa), desempenha funções, no período compreendido entre 1985 e o corrente ano, de coordenador da cadeira de "Sociologia da Função Pública" do Curso de Administração Autárquica, bem como de orientador de estágios para a área de Sociologia de finalistas do mesmo Curso junto das Câmaras Municipais.

— Desde a sua constituição, é investigador do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, do qual foi, em 1978, membro fundador. Em 1994 é eleito para a Direcção do referido Centro, vindo a ocupar, por designação dos seus restantes membros, o cargo de Vice-Director, o qual mantém desde essa data. Por inerência deste cargo, tem também assento no Conselho Científico do mesmo Centro.

— Em representação do corpo docente, foi membro do Conselho Directivo da Faculdade de Economia nos anos lectivos de 1980-83, bem como da sua Assembleia de Representantes a partir do momento em que este órgão foi instituído e até 1988. Em 1989-90 é eleito membro da Assembleia da Universidade e em 1991-92, em representação dos docentes não doutorados, membro do Conselho Científico da mesma Faculdade. De 1990 a 1992 faz ainda parte do Júri Nacional da Prova Específica de Filosofia.

— Foi membro do Conselho de Redacção da "Revista Crítica de Ciências Sociais" desde a sua fundação, em 1978, até 1989, ano em que passa a integrar o Conselho Editorial desta mesma publicação.

— Foi igualmente membro do Grupo Coordenador da Revista "Direito e Sociedade", da Direcção da "Associação Portuguesa de Estudos sobre Direito em Sociedade" (desde a fundação de ambas, em 1985), bem como membro da "European Critical Legal Studies". Colaborador permanente no decurso do ano de 1987 do Jornal "Tribuna da Justiça", encontra-se ainda incluído no "Research Directory on the Legal Profession" da Ordem dos Advogados dos E.U.A. (American Bar Foundation).

— Aguarda a defesa da Dissertação de Doutoramento em Sociologia (área temática de Sociologia do Estado, do Direito e da Administração) pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, subordinado ao tema Um Estado Labirintico: O Poder Relacional nas Relações entre Poderes Local e Central em Portugal, sob a orientação do Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos.

— Entre Março e Julho do corrente ano lançou o "Inquérito Nacional aos Municípios Portugueses", com o apoio do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Estágios de Investigação

— Em 1983 (Fall Semester), foi "Honorary Fellow" na University of Madison-Wisconsin (Law School, Center for Legal Studies), E.U.A.. Ai desenvolveu investigação sobre a implementação de políticas económicas e sociais por parte do Supremo Tribunal Federal de Justiça Norte-Americano e sobre sistemas judiciais comparados.

— Em 1989, efectuou investigação na área de "Administração e Desenvolvimento" em Itália, ao abrigo de um acordo de cooperação entre o I.N.I.C. e o Consiglio Nazionale Della Ricerche.

— Em 1991, ao abrigo de um acordo entre o I.N.I.C. e o Centre National de la Recherche Scientifique, efectuou um estágio de investigação no Centre Comparatif d'Etudes des Politiques Publiques et des Espaces Locaux (C.E.P.E.L.) da Faculdade de Direito de Montpellier (França). Os temas investigados foram "Políticas Públicas" e "Redes Sociais".

— Em Outubro de 1992, Junho-Julho de 1994 e Janeiro-Fevereiro de 1995 efectua estágios de investigação na London School of Economics and Political Science. Os temas que, no decurso desses estágios, trabalhou foram, respectivamente, "Comparative Central-Local Relations", "Local Government Networks" e "Theories of Local Government". As referidas estadias tiveram o patrocínio da J.N.I.C.T., ao abrigo do Contrato nº PCSH/C/SOC/161/91.

Projectos de Investigação

— A partir de 1989 colabora no Programa de Investigação "Estado, Economia e Reprodução Social na Semiperiferia do Sistema Mundial: O Caso Português" (subprojecto "O Estado, o Direito e as Instituições Administrativas numa situação de Estado Paralelo"), desenvolvido pelo Centro de Estudos Sociais e coordenado pelo Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos, sob o patrocínio da J.N.I.C.T., o qual viria a decorrer até 1992.

— A partir de Julho de 1990, é o representante português no projecto internacional "Fiscal Austerity and Urban Innovation", dirigido pelo Prof. Terry Clark da University of Chicago, Illinois, com o apoio do "Research Committee 03 (Community Research)" da International Sociological Association.

— Entre Março e Julho do mesmo ano lança o "Inquérito Nacional aos Municípios Portugueses", com o apoio do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

— A partir de Novembro de 1991, é o Investigador Responsável do Projecto "O Local e a Política em Portugal", sob o patrocínio da J.N.I.C.T. e ao abrigo do Programa "Estímulo nas Ciências Sociais e Humanas" (Contrato nº PCSH/C/SOC/161/91), projecto que irá desenvolver por um período de três anos.

— Em Outubro de 1994 é-lhe adjudicado por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses o concurso para a elaboração do "Estudo Preparatório da Revisão da Lei das Finanças Locais", cuja equipa coordenará, tendo o referido estudo sido entregue em Maio de 1995.

— Em 1995 dá início à participação no projecto internacional "Comparative European Local Governments on Social Exclusion", o qual congrega investigadores de mais seis países (Reino Unido, Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica e Itália).

— Ainda em 1995, desenvolve investigação no projecto internacional "The Internationalization of Professional Regulation", em que participam investigadores de mais quatro países (Inglaterra, França, Itália e Polónia).

Outras actividades

Tem participado desde sempre em reuniões científicas e suas comissões organizadoras, para além de outras realizações como em seminários ou em redes internacionais de investigação científica. Ao nível de publicações e artigos a sua participação tem se desenvolvido ao nível de revistas especializadas e da imprensa, estando ainda em preparação a publicação, em Portugal e no estrangeiro, dos seus mais recentes trabalhos.

- 1985/86 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1986/87 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1987/88 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1988/89 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1989/90 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1990/91 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1991/92 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1992/93 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1993/94 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1994/95 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1995/96 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1996/97 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1997/98 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1998/99 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 1999/00 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2000/01 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2001/02 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2002/03 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2003/04 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2004/05 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2005/06 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2006/07 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2007/08 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2008/09 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2009/10 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2010/11 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2011/12 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2012/13 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2013/14 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2014/15 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2015/16 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2016/17 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2017/18 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2018/19 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2019/20 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2020/21 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2021/22 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2022/23 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS
- 2023/24 - Plano de Acção de Ampla das Áreas de Protecção do Ambiente - Lisboa - SOGAS

Curriculum vitae**Oscar Henrique Barroso Knoblich**

| | |
|------------------------------------|--|
| Nacionalidade | Portuguesa |
| Residência | Rua Jorge Álvares, nº2 6º A - Lisboa - Tel. 01 - 301 45 27 |
| Data de nascimento | 1952.01.09 |
| Habilitações Académicas | Licenciatura em Agronomia e Arquitectura Paisagista - Instituto Superior de Agronomia de Lisboa 1975/1984 |
| Formação profissional complementar | 1977 - Curso em Salzburg "Land Use Planning", Bolsa da Fulbright American Studies 1980 - Estágio no Serviço de Ambiente e Protecção aos Consumidores da C.E.E. - Bruxelas 1989 - Curso de Introdução aos Estudos de Impacte Ambiental 1993 - Curso de Autocad - Lisboa |
| Principais trabalhos | |
| 1993/95 | -Representante do I.C.N. na Comissão de Acompanhamento de Obra da Nova Travessia Rodoviária do Tejo -Projecto de Execução dos Arranjos de Exteriores das Novas Instalações dos Serviços Meteorológicos de Macau. -Presidente substituto da Comissão Nacional da Reserva Ecológica. |
| 1992/93 | -Planos Directores Municipais de Valença e Monção - c/ PLANESTRA - Porto -Presidente Substituto da Comissão Nacional da REN (Reserva Ecológica Nacional) - ICN -Coordenação do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina |
| 1990/92 | -Coordenação do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês |
| 1987/88 | -Projecto de Execução do Arranjo da Praça do Iao-Hor - Macau - SOMEK |
| 1986/87 | -Projecto de Execução do Arranjo de Exteriores do Hospital Central Conde de S. Januário - Macau - Construções Técnicas -Projecto de Execução do Arranjo de Exteriores da Central Térmica de Macau - C.E.M. -Projecto de Execução da Consolidação dos Taludes dos Depósitos de Combustível da Central Térmica de Coloane - Macau - SOMEK |
| 1985/86 | -Projecto de Execução do Jardim Municipal da Montanha Russa de Macau - Leal Senado -Projecto de Execução do Arranjo da placa central da Av. D. Henrique - Macau - Leal Senado -Ante-Projecto de Arranjo dos Jardins do Paço Episcopal - Macau - SOMEK |
| 1984/85 | -Projecto de Execução do Arranjo dos Jardins do Palácio do Governador de Macau - SOMEK -Projecto de Execução do Arranjo do Largo do Leal Senado de Macau - Leal Senado -Projecto de Execução do revestimento florestal da lixeira do Canal dos Patos para conversão em Parque Urbano - Macau - Leal Senado |
| 1983/84 | -Plano de Intervenção Urbanística das Colinas da Guia e S. Januário - Macau - Leal Senado -Plano de Intervenção Urbanística da Baía da Praia Grande - Macau - PROAMBIO -Plano de Pormenor de Reis Magos - Madeira - PROAMBIO -Plano Director da Frente de Mar da Ponta do Garajau à Baía D'Abra - Madeira - PROAMBIO -Estudo de Ordenamento e Capacidade Biofísica de Utilização das Herdades dos Medos e Apostiça - Sesimbra - TIDWELL CORPORATION - ASSO - SASAKI - PROAMBIO |
| 1982/83 | -Coordenador do Estudo de Planificação Biofísica da Área de Influência das Barragens da Agueira, Coiço e Fronhas - Serviço de Estudos do Ambiente |
| 1980/81 | -Coordenação do Projecto de Riscos de Erosão da província do Algarve - Serviço de Estudos do Ambiente -Projecto de Riscos Naturais da CEE - Bruxelas |
| 1979/80 | -Ordenamento Biofísico do Concelho de Sesimbra - Serviço de Estudos do Ambiente |
| 1978/79 | -Ordenamento Biofísico da Província do Algarve - Serviço de Estudos do Ambiente |

Cargos desempenhados

- 1993/95 -Assessor principal do Instituto da Conservação da Natureza
- 1989/93 -Chefe de Divisão do Instituto da Conservação da Natureza - I.C.N.
- 1988/89 -Técnico Superior de 1ª Classe do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza
- 1984/89 -Técnico Superior Principal do Gabinete de Apoio à Presidência - Leal Senado - Macau
- 1973/77 -Técnico Superior de 2ª Classe da Direcção Geral de Planeamento Urbanístico

Publicações/Comunicações

- 1980 -Comunicação sobre "os aspectos ecológicos no Planeamento de Portugal" - Universidade de Bruges - Bélgica
- 1982 -Comunicação ao Seminário sobre Conservação da Natureza "Estudo dos Riscos Naturais" - LNEC - Serviço de Estudos do Ambiente
- 1987 -Os últimos 10 anos de Arquitectura de Macau - Publicação do Instituto Cultural de Macau
- 1989 -Comunicação ao II Congresso de Áreas Protegidas - "Zonamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês" - Fundação Calouste Gulbenkian - S.N.P.R.C.N.
- 1993 -Comunicação nas Jornadas Turísticas da Nova Lei Quadro do Ambiente
- 1995 -Formador do Curso de fiscais do Ambiente St. André-Sines
- Professor convidado-Curso de Engenharia do Território.I.S.T.-Lisboa
- Comunicação no III Congresso Nacional dos Biólogos-Lisboa

Congressos

- 1977 -Congresso da IFLA - Istambul, Turquia
- 1989 -II Congresso das Áreas Protegidas - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Seminários

- 1979 -Seminário sobre Ordenamento Integrado do Litoral Mediterrânico - "Plan Bleu" - C.E.E.
- 1986 -Seminário Internacional "Green Forum" - "Cultural Approaches to the Growing of the Urban Environment" - Osaka - Japão
- 1987 -Seminário sobre Protecção da Natureza - Liga da Protecção da Natureza - Israel
- 1990 -Seminário sobre Impactes Ambientais - J.A.E.
- Seminário Internacional "Os Sistemas de Transporte e o Ambiente" - Departamento de Engenharia Civil - I.S.T.

CURRICULUM

Filomena Diamantina Monteiro Gomes de Paiva Beira, natural de Cedofeita, concelho do Porto, distrito do Porto, licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a classificação final de 14 valores.

Curso de Ciências Pedagógicas, com a classificação de 14 valores.

Preparava tese de licenciatura sobre arquitectura oitocentista da Avenida Rodrigues de Freitas no Porto, entretanto abolida em função das alterações estruturais surgidas com o 25 de Abril.

Dedica-se desde 1973 ao ensino da disciplina de História, no ensino secundário em que fez estágio com a classificação de 16 valores, tendo realizado um trabalho de pesquisa, em que fundamentava as relações da história com as novas tecnologias do ensino, tornando apelativa o gosto pela investigação.

Participação em campanhas de arqueologia e em congressos ligados particularmente à História de Portugal.

- Pós-Graduação em "Estudos Comparados" História - Economia - Sociologia, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1981/82.

- Licenciatura em História - áreas História Económica e Social, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1978/83 e 1982/83.

CURRICULUM VITAE

•DADOS PESSOAIS

Nome: Ana Maria Fernandes de Almeida Martins de Sousa
Nacionalidade: Portuguesa
Data de Nascimento: 22 de Agosto de 1958
Estado civil: casada
Residência: Rua Fernão de Magalhães, 44- 4450 LEÇA DA PALMEIRA
Telefone: 02-9963092

•DADOS ACADÉMICOS

- "A Empresa na CEE: Gestão Concorrencial", curso destinado a quadros de empresa, promovido pela Associação Industrial Portuense de Março de 1988 a Novembro de 1988.
- Pós-Graduação em "Estudos Europeus" variante—Economia Europeia, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Ano lectivo 1984/1985.
- Licenciatura em História-vertente História Económica e Social, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, anos lectivos de 1979/80 a 1982/83.

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1 — ESTRATEGIA DE ACÇÃO

O caminho seguido na abordagem ao Concurso de Ideias para o Projecto do Plano da Nova Aldeia da Luz, em Mourão, situa-se em duas dimensões complementares — a metodologia, que se corporiza num Plano-processo e não na elaboração de um documento que termina em si mesmo e, a definição de uma estratégia de intervenção física e funcional que, para além das questões materiais, atinja também, e, com especial enfoque, as questões imateriais que se interligam com a vida e com as movimentações desta comunidade.

Neste pressuposto de base, quando se assume a figura de Plano-processo quer, de facto, concretizar-se que a relação deste instrumento de planeamento para com a vida e para com a dinâmica de transformação deverá ser íntima, discutida e partilhada com todos os sectores intervenientes, nomeada e especialmente com a população, principal alvo da acção.

Por isso, esta abordagem à IDEIA é apenas o agregar de vectores que em seu tempo e após aferição deverão ser desenvolvidos. Este primeiro passo do Plano-processo, é o da compreensão da "cultura e da forma de estar e de sentir" da comunidade luzense, da sua forma tradicional de se posicionar no território, da sua forma de organização em aglomerado, das suas técnicas de construir e de criar o seu espaço de habitar, das suas actividades sociais e económicas e, ainda, das suas necessidades e anseios. Mais do que chegar a respostas formais e finalizadas às diversas questões que se põem, importou, neste momento, repescar os sinais do passado que se podem manusear de forma a assegurar condições de actualidade e de progresso de forma a consolidar todo o processo de transferência e de requalificação de todo o sistema.

A atitude de transferir uma comunidade inteira, mais que o realojamento de diversas famílias e actividades, deve ser um processo de valorização das suas características, pelo que nesta fase, para além de uma intervenção pura de desenho, pretendeu-se encontrar as premissas que levem a um desenho no futuro. O tempo agora é de definir cada intenção de planeamento.

O Plano-processo, porque maturado, evolutivo e abrangente, permite a continuidade deste Programa Preliminar de intenções e ideias. Chegará, no quadro da calendarização definida, a um momento de "chave-na-mão" que foi gerado em comunhão de interesses com as autoridades e com a população local, a partir de uma figura que consideramos imprescindível criar neste âmbito e que será o "Gabinete da Luz", enquanto fórum de discussão, de acompanhamento e de decisão do processo de implementação desta estratégia.

Ao nível das "bandeiras" que se desfraldam como mote para a estratégia proposta, destacam-se três Ideias-força:

- Mobilização da população
- Adequação do tradicional
- Criação de diferenças e de complementaridades face à envolvente

Estes vectores estruturantes de toda a proposta, enformam todas as suas matérias.

A um lado, repete-se, os cidadãos da Luz, enquanto residentes e activos, são sempre o primeiro objectivo da proposta. Mobilizá-los para o Plano-processo e, por maioria de razão, para a gestão e para o desenvolvimento futuro da sua comunidade é uma exigência da qual se não abre mão.

Assim, é com eles que se deve "fazer" a nova aldeia, mas é a eles também que cabe a responsabilidade de futuramente assegurar a sua manutenção dinâmica. Mas, com as condições actuais, essa perspectiva pode estar dificultada, pelo que, desde já, urge assegurar a formação dos mais novos e a reciclagem dos activos, que a prazo vão dispôr de um modo de vida que não é mais o do passado, pois novas condições vão existir e isso vai provocar novas actividades e novos entendimentos.

Por outro lado, é impensável não acautelar a manutenção de uma identidade cultural e económica que é a base de qualquer comunidade e que decorre da utilização de símbolos, sinais, regras e arquétipos que sempre deram coerência e coesão à vida dos grupos. **Adequar a tradição** é, nos mais diversos sectores, basear no passado uma atitude dinâmica de consolidar as actuais exigências da vida das populações, quanto à organização territorial, quanto à edificabilidade, quanto ao desenvolvimento das actividades económicas e, também, quanto à cultura e ao lazer.

Ou seja, negando o *pastiche*, não se contrariam neste processo, os sinais que decorrem do tradicional modo de viver dos luzenses, actualizando-os e adaptando-os às condições de vida de hoje e, também, às novas circunstâncias que a albufeira do Alqueva vai inevitavelmente trazer à região.

Por fim, porque se está a criar algo de novo e melhor "apetrechado", impõe-se encontrar outros vectores estratégicos de desenvolvimento da nova aldeia, que complementem a sua vivência quotidiana, mas que também lhe confirmem **diferenças e complementaridades** face a todo um território envolvente. Tendo sempre em mente a escala da intervenção, mas sendo imaginativo e inovador, por forma a sedimentar e a potenciar pontos de atractividade

que mantenham a população actual e que, eventualmente, atraiam permanente ou ocasionalmente outros.

Neste âmbito da IDEIA, três são também os vectores-operacionais que se propõem sejam desenvolvidos:

- Fazer da nova aldeia da Luz um mercado de origem das actividades tradicionais da região
- Desenvolver intensivamente a actividade agrícola biológica e recriar as actividades agro-pecuárias tradicionais
- Criar uma oferta ao nível do turismo rural e de natureza

A opção por estes vectores, que em local próprio serão desenvolvidos, surgiu de um conjunto de ideias já consolidadas sobre realidades semelhantes, mas, sobretudo, do entendimento do ambiente a que a nova aldeia deve responder.

É um facto que se está a recriar uma comunidade, para a qual importa encontrar novas frentes sociais e económicas. Assim, e contando com a modernização que apesar de todos os pressupostos lançados vamos ter na nova aldeia da Luz e que confere um aumento da capacidade de informação, atracção e de resposta, podemos, a partir daqui, garantir a divulgação e a comercialização de um conjunto de produtos artesanais/tradicionais, que contribuam para a manutenção da identidade da região envolvente e, também, para a fixação das populações que ainda aí produzem este tipo de bens. Com o incremento do impacte exterior da aldeia, fomentando aí serviços de apoio a este mercado de oferta, consegue-se construir uma imagem de marca que promova produtos e actividades actualmente em declíneo, mas que tão necessários são ao reforço de uma verdadeira regionalização.

As novas circunstâncias derivadas da existência da albufeira e, em termos práticos, da existência de água, vão favorecer, não só aqui mas numa área bem extensa, a reanimação da actividade agrícola.

As especificidades da propriedade que directamente pertence aos habitantes da Luz e atendendo à sua escala, a falta de dimensão da freguesia e da sua área cultivável, impedem que se opte por intervir de forma intensiva no sector agrícola, centrando-se a aposta na agricultura biológica, a partir de formas cooperativas de actuação e, ainda, de um espírito mais inter-relacionado com a exploração de pequena escala e (quase que) de subsistência.

Outra realidade inquestionável, que importa potenciar a partir da prestação de serviços e da oferta de mercado que se impõe sedimentar, na nova aldeia da Luz, é o turismo. Não um

turismo tradicional de passagem e/ou de massas, mas sim um turismo que procure a qualidade, que saiba e consiga usufruir das condições naturais e rurais deste território envolvente da albufeira do Alqueva. Tomando a Luz como local de permanência, esta aposta centra-se na recriação de espaços de alojamento com a imagem tradicional dos assentamentos humanos alentejanos, na prestação de serviços de restauração e afins a partir de estruturas integradas na vivência quotidiana da aldeia e no aumento de oferta de produtos locais/regionais — artesanato e produtos agrícolas biológicos. A contrapartida a oferecer, será a integração numa comunidade tradicional/actual, a água para desportos não motorizados e, também, o monte pela utilização de trilhos e de percursos temáticos inseridos em roteiros turísticos.

2 — INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA

"É preciso ter uma grande dignidade humana, uma certeza em si muito profunda, para usar uma casaca de pele de ovelha com o garbo dum embaixador"

Miguel Torga, « PORTUGAL ».

LOCALIZAÇÃO

Em 6 de Junho de 1758, o pároco Teodósio José de Brito em resposta ao inquérito ordenado pelo Marquês de Pombal, descrevia assim a freguesia de Nossa Senhora da Luz: «... *Esta situada em lugar solitário distante huma legua da vila de Mouram para a parte do meio dia tem em seus lemites huma pequena povoasam com o nome de Aldeya da Lus de cuja dista a parochial a outtava parte de huma legua ...*» Mas se neste documento está bem explícita a existência da "povoasam com o nome de Aldeya da Lus", o mesmo não acontece em prova cartográfica. Com efeito, em 1672, posteriormente portanto à data do inquérito citado, Zannoni numa carta, assinala no lugar de Nossa Senhora da Luz, o topónimo «Origua»; remontando à carta de Pedro Teixeira Albernaz de 1661, não consta aí nenhuma designação, não figurando também na Carta de Portugal de Fernando Alvares Leça de 1561. Irá constar apenas no Séc. XIX, na carta geográfica de Portugal que sob a direcção de Folque irá ser levantada entre 1860 e 1865.

TOPONIMIA

Se a prova cartográfica é relativamente recente, busque-se, então, a antiguidade do lugar por esta via. Nossa Senhora da Luz é um topónimo de natureza hagianómica e, como afirma Paiva Boléo, «um dos mais fecundos processos de formação toponímica, residiu nas devoções e cultos cristãos». Assim, a antiguidade de um topónimo desta natureza, «é a antiguidade da

ermida ou templo que ai existe ou existiu». Adverte, no entanto, o mesmo autor, que a arquitectura actual do templo existente, não deverá ser prova de antiguidade. E que os templos na sua primeira fundação, são antiquíssimos e, mesmo que se conheçam os fundadores, nada poderá garantir que não sejam apenas reedificadores. Irá-se encontrar o topónimo Nossa Senhora da Luz, para além do documento citado de 1758, nos registos paroquiais. No Arquivo Distrital de Evora, encontra-se encadernado a pergaminho o Livro Nº1 desses registos (Anexo 1, capa; Anexo 2, contracapa; Anexo 3, registo de casamento; Anexo 4, registo de óbito).

O assento tardio destes registos em comparação com os de outras freguesias, dever-se-á, provavelmente, ao facto de, como afirma Chantre Alcântara Guerreiro, no Séc. XVI, as Igrejas das aldeias da Granja e da Luz do concelho de Mourão ainda não serem paroquiais, pois aparecem designadas como «*Sambraz capella curada*» e «*Santa Maria da Luz capella curada*».

Tentou-se encontrar também a antiguidade do topónimo, no Cadastro da População do Reino que em 17 de Julho de 1527 D. João III ordenou fazer, através de uma Carta Circular a cada um dos corregedores das seis comarcas em que o reino se dividia então (Anexo 5).

A resposta do corregedor da Comarca de Elvas em que se integrava então a vila de Mourão, inserta nas «*Actas das Comarcas Dantre Tejo e Odiava e da Beira*», foi a que se encontra no Anexo 6. Ora, «*Achou-se em grãja aldeia da dyta vylla noventa e tres fogos*», mas não se acha menção para aldeia da Luz. Provavelmente, porque a proximidade da aldeia em relação a Mourão, levou o chanceler da correição a incluir os seus moradores no termo da vila: «*Achou-se no termo da dyta vylla corenta e oyto fogos*». Mas, se assim for, não se poderá considerar incompetência do chanceler, já que a ordem de D. João III era explícita: «*... e quantos (moradores) no termo declarando quanttas alldeas ha no dito termo por seus nomes e quantos moradores ha em cada huma dellas...*»? Curiosamente, esta perspectiva de resposta omissa à determinação régia, é corrente entre os escrivães da «*Comarca Dantre Tejo e Odiava*», mas não da Comarca da Beira, em que o rigor na obediência à disposição real é nitido.

PATRIMONIO CONSTRUIDO

Procure-se a antiguidade do lugar nas manifestações artisticas do seu património construído. Significativa, a igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz, situada a cerca de 1 Km da aldeia. O belo portal gótico da fachada com capitéis de mármore lavrados com folhagem e frutos regionais, obra de mestre João, aponta a construção da obra para os reinados de D. Afonso V

e D. João II. Da sua estrutura quatrocentista, mantêm os portais góticos, o óculo do frontão triangular de rendilhado gótico trilobado e os cachorros do alpendre. Remonta, portanto, ao Séc. XV a antiguidade do edifício, que sofreu, no entanto, alterações e acrescentos posteriores, ao gosto da época como era vulgar acontecer.

Mas como atrás foi referido, nada garante que a Igreja paroquial não seja uma reedificação de um templo mais antigo. A lenda que situa o aparecimento da imagem da Nossa Senhora da Luz nos campos da Lousa, poder-se-á associar a outro símbolo arquitectónico da freguesia, o castelo da Lousa? Poderá remontar a origem do lugar à época do castelo? Poderia ter sido a igreja paroquial primitivamente um templo pagão? A proximidade do que o General João de Almeida regista no «Mapa das Fortalezas das Estradas Romanas» como «castro de Louza» adiantando a hipótese dos vestígios da antiga fortaleza aí existentes, terem origem num castro lusitano, poderá indiciar a antiguidade do lugar. Datada seguramente está a construção edificada no promontório entre a ribeira dos Pássaros e a do Montinho que desaguardam no «Fluvius Anas» (Anexo 7). E na opinião de Afonso do Paço e Joaquim Bação Leal que aí iniciaram escavações em 1962, um fortim romano, «diferente de qualquer outro» e «obra rara de que não se conhecia igual na nossa península» (Anexo 8).

Os fragmentos de ânforas, pesos de barro, cossoiros e fibulas, mós manuais aí encontradas, incluindo moedas, uma delas (denário da Família JULIA) datada de 50 A.C., vieram comprovar inequivocamente a marca da construção. (Anexo 9).

Sugerem os autores citados que não se verificam no castelo da Lousa sinais de combates, dando a sensação de que após o cumprimento da missão de vigilância do «Fluvius Anas», a guarnição militar ter-se-ia retirado sem incidentes. Acrescente-se: ter-se-ia fixado hipoteticamente em local não muito distante com condições propícias à formação de um aglomerado humano? Poder-se-á estabelecer uma relação de causalidade entre o abandono da fortaleza da Lousa e a formação da aldeia da Luz?

Investigar a resposta, se é possível encontrá-la, poderá vir a ser objecto de tratamento a longo prazo, como homenagem a um povo que em nome do progresso vê a sua identidade ameaçada, mas viverá nas memórias do seu passado.

3 — CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

3.1 • CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

Clima

O clima desta região é de características mediterrânicas e as influências regionais dependem principalmente do afastamento do oceano, uma vez que o relevo é pouco acentuado e constituído por extensas superfícies aplanadas.

Assim, pode-se considerar que, quanto à temperatura, esta apresenta uma variação anual que se caracteriza por verões sempre quentes e invernos temperados, a temperatura média anual varia entre 15° e 16° sendo a margem esquerda do Guadiana, onde nos situamos, ligeiramente mais quente atingindo os 16,5° e mais, por sua vez, os meses mais quentes são Julho e Agosto.

A quantidade de precipitação diminui de norte para sul e de oeste para este, sendo as referências analisadas relativas às médias de 106 anos da precipitação anual em Beja e em Evora, respectivamente de 572 mm e 654 mm.

O regime plüviométrico da Bacia do Guadiana é caracterizado por um período húmido de Novembro a Março, com mais de 50% do total das chuvas anuais, e um período seco de Maio a Setembro, sendo a irregularidade interanual muito acentuada.

A evaporação potencial anual varia entre 1800 e 2050 mm e, é sempre superior à precipitação, criando assim, invariavelmente, um déficit hídrico do solo no fim da Primavera, Verão e princípio do Outono. O nevoeiro e o orvalho, embora raros, ocorrem nesta bacia durante os meses de Inverno de Primavera, principalmente devido à inversão térmica. A geada é um fenómeno meteorológico frequente na bacia do Guadiana, que ocorre de Outubro a Abril entre 9 e 50 dias. A insolação média anual da bacia aumenta de norte para sul e de oeste para este, entre 2600 e 3033 horas /ano.

Do ponto de vista microclimático, a nova localização escolhida para a aldeia da Luz situa-se num ponto elevado de topografia suave que origina encostas com todas as exposições.

Esta paisagem de peneplanície apresenta uma diferenciação das encostas das colinas dos interflúvios que se distingue pela exposição de sudeste, soalheira e seca e de noroeste mais húmida e mais exposta aos ventos dominantes de noroeste.

A localização da actual aldeia da Luz é mais abrigada, dado que se insere num vale mais encaixado, defendendo-a dos factores de clima mais adversos, nomeadamente, do fluxo eólico dominante de Noroeste.

Geomorfologia/litologia

O tipo de relevo dominante desta região é a peneplanície. Este constitui a fase final da evolução do ciclo geomorfológico que ao longo de muitos anos permitiu que os agentes erosivos desgastassem quase completamente o relevo e restassem apenas pequenas colinas interfluviais.

Inserido no biotopo da planície de Évora, que se caracteriza por apresentar declives pouco acentuados com altitudes que variam entre 200 m e 300 m, litologia de xistos, quartzitos e grauwagues. Os solos dominantes são do tipo de luvisolos e litossolos (solos mediterrânicos e litólicos); ph predominantemente ácido, ocorrendo manchas de ph neutro, sendo a aptidão agrícola mediana.

Ocupação do solo

A ocupação do solo é dominada pelo complexo de culturas arvenses de sequeiro-pousio, sobretudo de cereais. A azinheira é uma árvore comum em todo o Alentejo, apresentando maior expressão nesta zona, principalmente, pelos fracos recursos agrícolas - solos pouco férteis, delgados e de relevo irregular. O olival assume aqui, também, alguma expressão como foco olivícola associado ao aglomerado habitacional de Mourão.

Aspectos ecológicos a considerar

Do ponto de vista de caracterização ecológica, esta zona corresponde a um ecossistema antropomorfizado denominado agroecossistema. Comparativamente com os ecossistemas naturais, este corresponde a equilíbrios secundários mais instáveis, directamente relacionados com os tipos e ritmos de produção.

Nalgumas zonas de mais difícil acessibilidade, ou onde a topografia ou natureza do solo não recomenda a prática agrícola, é possível encontrar vegetação não cultivada em fases mais ou menos próximas do clímax. Não se registam comunidades vegetais de interesse na zona, sendo quase toda um ecossistema transformado.

O tipo de cultura predominante é arvense extensivo de sequeiro, dominante em toda a região. Registam-se, pelo tipo de terrenos existentes de maior sinusidade e de menor aptidão agrícola em que as culturas cerealíferas e pastagens dominam, as rotações e os pousios na forma de exploração das mesmas.

Em termos de caracterização ecológica, a área em estudo pode-se definir como sendo de baixa diversidade de ocupação do solo e, conseqüentemente, apresenta reduzida riqueza de espécies.

Assim, quanto ao valor funcional dos ecossistemas como habitat de espécies animais, podemos considerar a humanização existente e o grau de rusticidade de reduzido valor.

No que se refere à conservação do solo, os riscos de erosão e, de uma forma geral, a degradação dos solos, exigem medidas adequadas na futura intervenção, quer urbana, quer agrícola. A introdução nas práticas agrícolas de tecnologias relacionadas com a agricultura biológica assume, como objectivo, prevenir riscos de poluição química na sua forma de poluição difusa, através das linhas de água e da toalha freática que podem, deste modo, contaminar a futura albufeira e criar situações de eutrofização. Outra das vantagens consiste na melhoria da qualidade dos produtos agrícolas, contribuindo para uma mais valia de rendimentos económicos desta comunidade rural e, promove, em termos globais, a nova aposta na aldeia da Luz.

3.2-O ESPAÇO URBANO ACTUAL

A aldeia da Luz, que hoje podemos percorrer, assenta a sua estrutura em três situações diferenciadas, no entanto, complementares entre elas — a origem do aglomerado; a área de uma primeira expansão e a expansão mais recente.

A origem do aglomerado identifica-se com a malha envolvente à Rua de Trás e sobrepõe-se ao eixo de ligação ao Castelo da Lousa, edificação romana, que representa o primeiro assentamento humano formal do território da freguesia. É um primeiro núcleo de grande coesão formal, de malha orgânica bem amarrada ao terreno e de pequena dimensão, quer longitudinal, quer transversalmente.

Um segundo espaço construído da aldeia, que define um primeiro tempo de crescimento da sua malha construída, agrega-se ao núcleo embrionário utilizando como rótula o Largo Central da Luz, espaço público de convivalidade e de lazer que surgiu a partir da demolição de dois edifícios remanescentes da estrutura mais antiga.

Esta malha organiza-se já de forma mais rígida e sobrepõe-se a dois dos eixos mais importantes da aldeia — aquele que define a ligação a Mourão; aquele-outro que a interliga com a Igreja, com o cemitério e com o "sitio," que através dos tempos e dando corpo às lendas, se mostra como referência da existência e da acção da padroeira desta comunidade. Nesta estrutura, a dimensão do quarteirão é já bem maior, mas, por contraponto, sente-se já a perda de sentido de malha, fórmula de ocupação do território que faz a transposição para o terceiro e mais recente espaço de expansão.

Assim, quanto ao valor funcional dos ecossistemas como habitat de espécies animais, podemos considerar a humanização existente e o grau de rusticidade de reduzido valor.

No que se refere à conservação do solo, os riscos de erosão e, de uma forma geral, a degradação dos solos, exigem medidas adequadas na futura intervenção, quer urbana, quer agrícola. A introdução nas práticas agrícolas de tecnologias relacionadas com a agricultura biológica assume, como objectivo, prevenir riscos de poluição química na sua forma de poluição difusa, através das linhas de água e da toalha freática que podem, deste modo, contaminar a futura albufeira e criar situações de eutrofização. Outra das vantagens consiste na melhoria da qualidade dos produtos agrícolas, contribuindo para uma mais valia de rendimentos económicos desta comunidade rural e, promove, em termos globais, a nova aposta na aldeia da Luz.

3.2-O ESPAÇO URBANO ACTUAL

A aldeia da Luz, que hoje podemos percorrer, assenta a sua estrutura em três situações diferenciadas, no entanto, complementares entre elas — a origem do aglomerado; a área de uma primeira expansão e a expansão mais recente.

A origem do aglomerado identifica-se com a malha envolvente à Rua de Trás e sobrepõe-se ao eixo de ligação ao Castelo da Lousa, edificação romana, que representa o primeiro assentamento humano formal do território da freguesia. É um primeiro núcleo de grande coesão formal, de malha orgânica bem amarrada ao terreno e de pequena dimensão, quer longitudinal, quer transversalmente.

Um segundo espaço construído da aldeia, que define um primeiro tempo de crescimento da sua malha construída, agrega-se ao núcleo embrionário utilizando como rótula o Largo Central da Luz, espaço público de convivialidade e de lazer que surgiu a partir da demolição de dois edifícios remanescentes da estrutura mais antiga.

Esta malha organiza-se já de forma mais rígida e sobrepõe-se a dois dos eixos mais importantes da aldeia — aquele que define a ligação a Mourão; aquele-outro que a interliga com a Igreja, com o cemitério e com o "sitio" que através dos tempos e dando corpo às lendas, se mostra como referência da existência e da acção da padroeira desta comunidade. Nesta estrutura, a dimensão do quarteirão é já bem maior, mas, por contraponto, sente-se já a perda de sentido de malha, fórmula de ocupação do território que faz a transposição para o terceiro e mais recente espaço de expansão.

Este espaço, apesar da sua diminuta presença física, representa com muita clareza a negação da tipologia tradicional de ocupação do solo na região, organizando-se axialmente ao longo dos eixos viários enquanto vectores estruturantes da malha e, entra, assim, em ruptura com a lógica comum da nuclearização e da coesão formal dos aglomerados urbanos do alentejo.

Esta estrutura urbana permite visualizar, nas três épocas diferentes da sua consolidação, um aglomerado em mancha cuja origem é sempre "um ponto" e que se desenvolve através de linhas que a consolidam.

Assim, esta estrutura semi-radial, acontece essencialmente a partir de quarteirões que se relacionam directamente com o sistema de arruamentos que prevalece face aos espaços públicos. De facto, a aldeia da Luz, para além do Largo Central que muito a caracteriza, está carente de espaços públicos que a organizem formal e funcionalmente enquanto pequenas e secundárias centralidades. No entanto, e, a título de curiosidade, impõe-se atentar para o facto de todas as áreas livres de ocupação existentes no seio desta estrutura urbana, assentarem em desenhos triangulares, dos quais o largo fronteiro à escola se destaca pela sua dimensão.

Os quarteirões são, em regra, definidos por conjuntos de parcelas que quando subdivididos transversalmente, lhe definem as frentes e traseiras, de acordo com a sua própria organização. Isto, porque a tipologia dominante das parcelas se organiza segundo três situações — o fogo, o pátio e os anexos que se interligam através de um eixo longitudinal.

No que concerne à organização funcional deste aglomerado da Luz e, para além da localização da Igreja enquanto factor exógeno face ao núcleo, podem-se identificar duas situações como caracterizadoras do sistema. A um lado, é visível que o eixo de ligação a Mourão, actualmente o eixo principal da aldeia, é aquele que localiza o maior número de comércio; por outro lado, pode-se afirmar que o Largo Central, quer em relação directa, quer em relação indirecta, polariza a localização de todos os equipamentos e serviços existentes — a Junta de Freguesia / Creche, a Capela, a Extensão de Saúde, o Centro de Dia da 3ª Idade, a Associação Recreativa, a Escola Primária (um pouco mais afastada), o Polidesportivo (em construção) e o Parque Infantil.

Com esta concentração de actividades quotidianas complementares da função habitar, o Largo assume-se, com nitidez, como a principal e, mesmo, única centralidade da aldeia, onde tudo se passa e por onde todos passam. É, também, o principal local de convívio daqueles que por serem mais idosos já não trabalham de forma tão intensiva; é o local de conversa e troca de novidades; é o local onde todos, dos mais novos aos mais velhos, se encontram após a jornada de trabalho de cada dia.

O fogo, repescando o que foi já referido neste capítulo da análise, não vive, em regra, independente de um sistema que representa uma forma de estar e de viver. Tendo em atenção as parcas condições de habitabilidade que oferece, pode-se afirmar que os fogos se organizam segundo eixos longitudinais que interligam a rua com o pátio, atravessando espaços que confundem compartimentações íntimas com compartimentações sociais e espaços de estar, com espaços de dormir e de trabalhar.

Peças mais importantes neste sistema são a casa dianteira por onde se entra e onde se recebem os menos íntimos, a cozinha e os anexos onde se confeccionam e se armazenam os viveres — enchidos e queijos — e onde se prefaz a ligação com a actividade agro-pecuária, com a qual esta comunidade sempre viveu. Os quartos não passam de alcovas, quer pela sua exígua dimensão, quer pela sua localização muitas vezes interior. As instalações sanitárias surgiram há muito pouco tempo e, por isso, não estão nunca integradas na estrutura do edifício principal.

Relevante é o eixo que organiza toda a compartimentação e, também, todo o crescimento da habitação que veio evoluindo através do tempo, das necessidades e das possibilidades de cada família. Este eixo é, normalmente, central face ao edifício e interliga directamente o exterior ao pátio, assumindo-se não com um corredor, mas porque existem compartimentos interiores sem arejamento nem iluminação natural, como um percurso através de diversos espaços do fogo — a casa dianteira, a sala de comer, a cozinha, ...

Como é de tradição na região, como garantia de protecção relativamente ao clima, os vãos são poucos e exíguos, abrindo ao exterior apenas a casa dianteira e o quarto principal que se lhe anexa.

Em termos construtivos, apesar de se encontrarem já hoje vários edifícios que utilizaram técnicas actuais, prevalecem, porque a evolução foi pouca dinâmica e as possibilidades económicas sempre foram escassas, materiais e técnicas tradicionalmente pobres, onde se destacam a pedra miúda, os barros e a madeira, que não garantem as condições de conforto exigíveis nos nossos dias. Dos materiais utilizados na pavimentação das casas, destaca-se a laje de ardósia originária desta região.

É característica dominante da actividade principal desta comunidade rural a sua ligação com a terra, na sua componente agrícola e pecuária, razão pelo qual as áreas habitacionais, normalmente, estabelecem comunicação directa com os quintais adjacentes ou próximos, cuja dimensão cresce normalmente de forma centrífuga em relação ao centro da aldeia.

Estes quintais correspondem a um mosaico suburbano composto por pequenas parcelas de coberto vegetal diversificado, sendo este constituído por hortas, pequenos pomares, vinhedos, oliveirais, etc.

O fraccionamento da propriedade em redor da aldeia é, normalmente, feito através da construção de muros de pedra seca em xisto, de rara beleza, que pela técnica de construção utilizada constituem uma característica paisagística de elevado valor, a qual pretendemos reproduzir nos mesmos moldes. Estas estruturas representam, no contexto histórico e cultural da aldeia, um valioso património paisagístico, representativo da organização da paisagem rural que esta comunidade criou ao longo dos tempos, com o objectivo fundamental de melhorar as condições de produção agrícola, permitindo proteger as culturas dos factores climáticos adversos e, ainda, a reutilização do xisto como material geológico originário desta zona, proveniente da necessária despedrega dos terrenos de cultivo.

3.3-CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONOMICA - ALDEIA DA LUZ: 50 ANOS EM SUSPENSO

"Esta abordagem sobre o impacto ambiental do Alqueva no que se refere à freguesia da Luz, pretende demonstrar que uma política de Ambiente, não poderá deixar de atender às condições de ordem cultural, sociológica e, nomeadamente, às motivações individuais e colectivas subjacentes às principais aspirações de uma população que vive no presente caso há trinta anos angustiada pela indecisão, por não poder programar o seu futuro, dos seus filhos e netos." (Isabel Fonseca, Impacto sócio-cultural do projecto Alqueva na freguesia da Luz, 1978)

No entanto, nos últimos cinquenta anos, a incerteza e a angústia de um viver sem horizontes, tem marcado e ensombrado os corações e os projectos desta gente. Esta impossibilidade de planear o seu próprio futuro, dos seus filhos e dos seus netos mantêm-se, ainda hoje, em face da decorrente estagnação do projecto do Alqueva.

A descrição/caracterização, que se propõe de seguida fazer, pretende ilustrar a vivência económica e social desta população, que vive desde à muito, como já o dissemos, à sombra de um projecto que teima em não começar. De salientar que, esta será uma breve descrição, pois, em face das habituais limitações espaciais, interessará salientar os aspectos mais relevantes.

As bases que serviram de apoio a esta caracterização foram o inquérito realizado pela EDIA à população da Luz e a experiência realizada *in loco* que permitiu retirar bastantes ilacções fundamentais para o conjunto desta caracterização.

Assim, começou-se por observar que esta população contém um número ligeiramente mais elevado de indivíduos do sexo feminino: 187 efectivos contra 176 indivíduos do sexo masculino. Do total dos 363 habitantes, constatou-se que 56,7% são casados, 10,5% são viúvos e 32% são solteiros, sendo a família de tipo nuclear e, com tendência para terem poucos filhos. Assim, só 16,7% e 18,9% das famílias são constituídas por 4 e 3 indivíduos respectivamente; os valores mais significativos situam-se nos 52,3% para famílias constituídas por 1 e 2 elementos.

Esta população é unida por fortes laços de interajuda, de solidariedade e de convivência social, como se prova pelos 88,8% dos inquiridos que afirmam darem-se bem e muito bem com os vizinhos. Por seu lado, 46,3% dos habitantes dizem que as pessoas da aldeia se ajudam muitas vezes umas às outras, havendo, ainda, 41,2% que dizem apenas ajudarem-se quando necessário. Relativamente à questão da conflitualidade existente entre membros da população, 58,8% dizem que raramente essa ocorre, enquanto, 11,2% consideram que nunca se proporciona qualquer tipo de conflitos.

Na sua maioria, estes indivíduos são originários da Luz (75,8%), no entanto, verifica-se que 18,2% vieram doutro concelho do distrito de Évora e 3% da região de Lisboa.

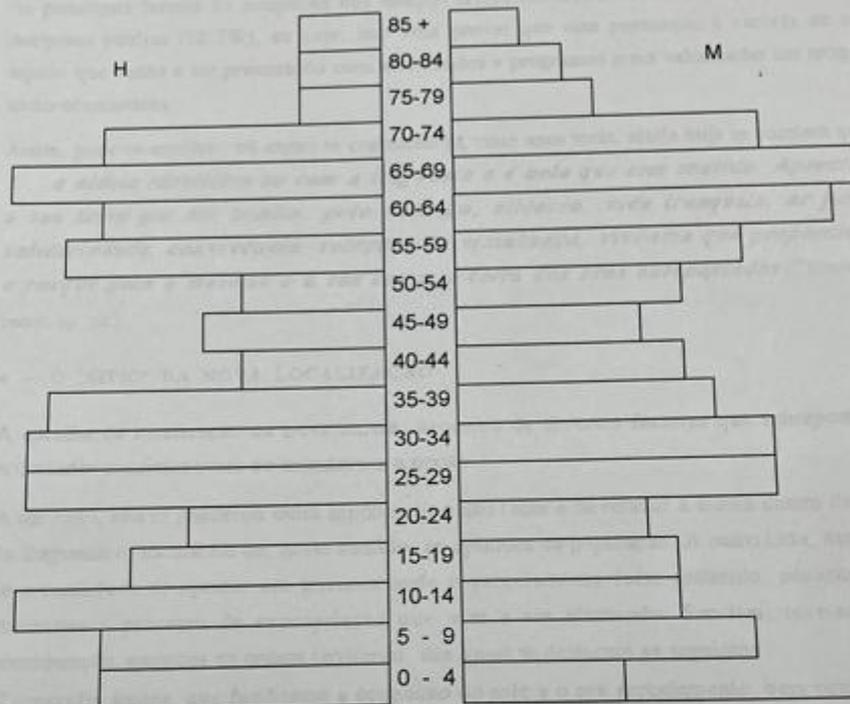
Na sua maioria não sabem ler nem escrever (21,5%) ou, então, possuem um nível de escolaridade bastante baixo (51,8%). Destacam-se, porém, já alguns elementos mais jovens que frequentam ou possuem o ensino secundário (16,6%) e, ainda, 1,9% que frequentou ou frequenta o ensino superior.

No que se refere à idade, observa-se que esta população se encontra em ritmo decrescente, já que na pirâmide etária o peso de jovens em relação aos adultos — dos 25 aos 65 anos, constituindo 22,9% da população total — e aos idosos — com idades superiores a 65 anos, 22,9% dos efectivos — é pouco mais de um quarto - 27,5% até aos 24 anos. No entanto, estes valores mostram-se animadores uma vez que se se criarem condições e possibilidades, como mais à frente se referirá, será possível, num futuro não muito distante, vislumbrar a reanimação da pirâmide etária.

Esta população é, como não poderia deixar de ser, de base rural, vivendo em grande parte daquilo que a terra dá. Existe, ainda, um leque variado de outras profissões que se ligam a vários sectores, em que 48,5% trabalham na freguesia e 21,5% noutra freguesia do concelho.

No entanto, todos estes indivíduos têm como actividade secundária/complementar a agricultura, já que, para além de plantarem a sua horta, também trabalham sazonalmente na

POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO
 ALDEIA DA LUZ
 1994



% 4 2 2 4 %

In EDIA, "Inquérito à População da Aldeia da Luz", Julho de 1994

apanha da azeitona e nas searas (especialmente as mulheres). Assim, 71% trabalham por conta de outrem, enquanto apenas 14,5% trabalham por conta própria. Pode-se, deste modo, afirmar que a taxa de actividade se situa nos 51,2%, incluindo nestes 7% de desempregados e, ainda, 15,6% de trabalhadores sazonais.

As principais formas de ocupação dos tempos livres localizam-se em casa (44,1%), e na rua/praca pública (12,7%), ou seja, isto vem provar que esta população é carente de um espaço que venha a ser preenchido com actividades e programas mais valorizadas em termos sócio-económicos.

Assim, pode-se concluir, tal como se constatou há vinte anos atrás, ainda hoje se constata que: *"... a aldeia identifica-se com a freguesia e é nela que tem sentido. Apreciam a sua terra por ser bonita, pelo sossego, silêncio, vida tranquila, ar puro, solidariedade, convivência, relações de vizinhança, vivência que proporciona e porque para a maioria é a sua terra, a terra dos seus antepassados."* (Fonseca, Isabel; op. cit.).

4 — O "SITIO" DA NOVA LOCALIZAÇÃO

A escolha da localização da nova aldeia, decorreu de diversos factores que sobrepostos e articulados condicionavam ou orientavam a opção.

A um lado, não se ponderou outra hipótese que não fosse a de refazer a aldeia dentro da área da freguesia e, escutaram-se, nesse sentido, as opiniões da população. A outro lado, avaliou-se a facilidade de apostar em terrenos onde o parcelamento fosse reduzido, situação que abreviava o processo de expropriação que vier a ser efectuado. Por fim, teve-se, em consideração, questões de ordem territorial, das quais se destacam as seguintes:

- Topografia amena, que facilitasse a ocupação do solo e o seu parcelamento, bem como que repuzesse as fórmulas tradicionais de integração do edificado na paisagem;
- Acessibilidade ao exterior, nomeadamente a Mourão e à Póvoa, no quadro da situação futura de submersão de alguns eixos e, também, tendo como objectivo o restabelecimento de ligações a baixo custo;
- Proximidade da toalha de água, valorizando o ambiente da aldeia e encontrando aí um produto turístico a oferecer;
- Proximidade face às courelas privadas não submergíveis e destinadas assim à manutenção da exploração agrícola;
- Acautelamento dos solos integrados na RAN e na REN
- Respeito pelas margens de protecção à albufeira;

•Eleição de sinais que enformam uma dada localização e que, no presente caso decorrem da ligação axial entre a actual Igreja da Luz e do espaço simbólico que a envolve com a Igreja de Mourão, eixo este que cruza um arco traçado com centro na Igreja da Luz e que toca o Castelo da Lousa. Retomam-se desta forma e, intencionalmente, pontos que originaram a velha aldeia e cuja identidade para com a sua população é elevada — é o **adequar da tradição** tomado como regra em todo o processo.

As características geomorfológicas do local destinado à implantação da Nova Aldeia da Luz, diferem ligeiramente da actual localização, apesar da sua proximidade.

A actual localização está encaixada num microrelevo característico da pêneplanície, protegendo-a naturalmente dos factores de clima mais adversos. A nova localização apresenta-se mais exposta, dado a cota necessária como protecção da zona de alagamento.

A esta particularidade há que acrescentar as características de empobrecimento dos solos que aí ocorrem, mais esqueléticos e de menor valor para o uso agrícola intensivo, dado corresponder a uma situação de cabeço de reduzido grau de fertilidade, solos delgados e com elevada pedregosidade.

5 — PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

5.1-O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Neste capítulo, a proposta estruturou-se segundo várias premissas que se corporizam na acção física sobre o território, quer directamente sobre a aldeia, quer sobre a sua envolvente próxima enquanto área de influência e com influência no sistema urbano-rural da Luz.

Integrados nestas áreas territoriais, estarão os **equipamentos "âncora"** que, de acordo com a ESTRATEGIA assumida, serão a "pedra de toque" para a **construção de diferenças e complementaridades face à região envolvente** e, também, vantagens comparativas que potenciarão um melhor e mais eficaz desenvolvimento desta comunidade.

AREA DE VERDE URBANO

Esta área compreende os espaços limitrofes do aglomerado urbano, que reúnem condições espaciais para a **instalação de equipamentos diversos, integrados em áreas verdes construídas**, contribuindo, assim, para enquadrar paisagisticamente o novo aglomerado urbano na sua ligação com a envolvente rural.

Para o efeito, elegeram-se as localizações com melhor aptidão para os diversos fins em vista nomeadamente:

•**Áreas desportivas (articuladas com a zona escolar) incluindo campo de jogos grande e polidesportivo a céu aberto, jogos informais e recinto destinado a parque de campismo rural** — A reunião destes equipamentos justifica-se pela afinidade de interesses proporcionando um aproveitamento comum por vários sectores da população e visitantes, necessitando para o efeito de uma gestão a cargo da entidade local (junta de freguesia e Cooperativa). Este espaço será objecto de arranjo paisagístico adequado às condições locais.

•**Área destinada a feira e festividades** — Este recinto, qual rossio da Luz, destina-se a eventos sazonais como **Mostras de Artesanato Local e Festas da Freguesia**, servindo também para outras actividades de recreio informal dos habitantes e visitantes da aldeia.

•**Área destinada à implantação de praça de touros e centro hipico localizado a poente da Aldeia da Luz** — Com o objectivo de preservar uma antiga tradição desta aldeia, pretende-se reproduzir, noutros moldes, a **praça de touros**. Para rentabilizar a utilização deste espaço, pode-se, durante o ano, aproveitá-lo para **centro hipico**, espaço lúdico complementar das actividades turísticas a promover pela aldeia. Este recinto será projectado ao estilo dos teatros gregos em anfiteatro e integrado no terreno sem qualquer construção saliente, sendo compositivo com o arranjo paisagístico da envolvente verde urbana.

•**Área destinada à localização de um Centro de Estágios** — A localizar próximo da toalha de água e da zona mais turística da aldeia, beneficiando dum enquadramento privilegiado com dominância visual sobre toda a área envolvente e integrado num amplo espaço verde de protecção.

•**Área de verde de protecção** — A localização da nova aldeia, como já se referiu anteriormente, apresenta uma maior exposição aos factores climáticos adversos como ventos dominantes e excessiva insolação, pela ausência de sombras projectadas, situando-se a uma cota mais elevada de geomorfologia suave e aplanada.

No sentido de corrigir estes efeitos e de criar as condições necessárias para melhorar o conforto dos habitantes, propõe-se a criação de uma **Estrutura Verde de Mata Pluriestratificada** em maciços de média dimensão, com dominância das espécies da flora climacea, a situar nos sectores mais expostos da cintura externa do perímetro urbano da Aldeia.

O objectivo destas estruturas é reduzir, por um lado, a acção dos ventos dominantes de noroeste no inverno, mas, também, assegurar as condições necessárias de ventilação atmosférica, que durante o período quente amenizem e refresquem o clima local, beneficiando para o efeito do aumento previsto de humidade atmosférica provocado pela massa de água da futura albufeira.

A construção desses espaços verdes, comparativamente com a anterior situação, resulta fundamentalmente das novas disponibilidades de água, no entanto, entende-se que a utilização desse recurso não deverá ser feita de forma irracional, devendo existir preocupações na escolha das espécies a utilizar, como seja a boa adaptabilidade, o baixo custo e a fácil manutenção.

Do ponto de vista da conservação da natureza, a biodiversidade criada pela construção destes espaços verdes é favorável ao reaparecimento de espécies faunísticas outrora existentes.

AREA RECREATIVA RIBEIRINHA

Localizada num dos principais braços da Albufeira a noroeste da Aldeia, e aproveitando a antiga estrada municipal de Mourão-Luz, é proposta a **construção de um ancoradouro**, cuja extensão permite atingir um nível de profundidade que assegure água durante todo o ano.

As características físicas deste braço da albufeira, que apresenta maior profundidade e uma extensa área livre, é favorável à criação de uma pista de remo com 2 000 m que permite já a realização de provas de alta competição.

AREA DE CULTO RELIGIOSO

A **construção da Igreja e do Cemitério**, são duas referências de maior significado na memória dos habitantes da aldeia da Luz, razão pela qual o estudo da sua nova implantação e a reprodução dos seus elementos mais marcantes será objecto do maior cuidado. Esta decorre do cruzamento do eixo imaginário que interliga a velha localização à Igreja e ao castelo de Mourão, no ponto em que este se entrecruza com um outro eixo imaginário que decorre de um arco traçado a partir da primeira memória do local que é o Castelo da Lousa. Solta-se da aldeia, porque já hoje isso acontece e, assim, se mantém a **tradição**, destacando-se do conjunto um espaço simbólico para a comunidade, capaz de garantir a ligação emocional ao passado. Este lugar, julga-se, deverá ser recôndito e evidenciar, igualmente, uma relação visual directa com os vários pontos de observação da aldeia e da sua envolvente próxima.

O conjunto constituído pela **via de acesso à Igreja**, com características de via sacra (tal como hoje), associando os símbolos próprios e o seu posicionamento fora da aldeia, assim como a implantação do cemitério na sua vizinhança, serão aspectos a estudar, mas, desta vez, com uma nova moldura de enquadramento que é a proximidade da albufeira.

Considera-se, também, que o local é, na sua tradição, um local de peregrinação e festa, pelo que deverá dispor de espaço para todo o tipo de manifestações religiosas que aí possam ocorrer.

AREA AGRICOLA SUBURBANA

Conforme já referido, propõe-se a reprodução da **área agrícola suburbana** existente nas imediações da aldeia da Luz e, que se caracteriza por uma divisão por quintais separados por muros de pedra seca de xisto de rara beleza. Este espaço será reproduzido como elemento construído de significância, no âmbito do património cultural desta aldeia, e na sua função de protecção das culturas praticadas nestes quintais.

O reactivar desta actividade agrícola de pequena escala, é uma proposta que dá sequência ao processo de compensação dos habitantes que venham a ser espoliados desse bem, caso os seus terrenos fiquem submersos e lhes possa ser dado outras alternativas de compensação sem ser a indemnização.

Para o efeito, considera-se que o conjunto da área agrícola, resultante dos antigos terrenos não submersos e os novos a integrar na proximidade da nova aldeia da Luz, constitua uma exploração integrada e explorada em associação de agricultores com o apoio da "Cooperativa Agrícola" da aldeia da Luz a criar, e que desempenhe o papel de coordenação e apoio técnico e material aos agricultores, principalmente, na introdução de novas formas de produção agrícola em alternativa às mais comuns, como seja a **agricultura biológica**.

O **zonamento agrícola da área** será desenvolvido nas fases subsequentes, sendo tónica desta proposta a necessidade de reorganização espacial das áreas de cultivo com as características de compartimentação atrás referidas e o papel coordenador a desempenhar pela **Cooperativa**, que será o organismo de representação local, decisivo na implementação e gestão deste projecto.

Assume-se que a proposta é, repete-se, uma primeira abordagem que representa uma IDEIA quase teórica e estratégica, que o evoluir do Plano de Pormenor virá a afinar e a melhor enquadrar no futuro.

A estrutura física da nova aldeia, que se propõe seja construída na freguesia da Luz, retoma e suporta-se directamente na ideia-força de **adequação à tradição**. Isto a dois níveis:

— Porque se criou um **sistema de linhas imaginárias**, contudo muito simbólicas, que enformam toda a malha a partir de um eixo principal que liga a Igreja, o rossio da festa e da feira, o Largo Central, (que "cria") a rua principal e interliga a aldeia com o exterior no sentido de Mourão.

— Porque se apostou na "**estilização**" da malha orgânica da actual aldeia da Luz e na sua adaptação ao solo, por forma a identificar ao máximo a imagem da nova aldeia com as imagens remanescentes da velha aldeia, situação que evita maiores custos sociais e que favorece a **manutenção das relações de vizinhança**, tão importantes no processo que se vai encetar.

A partir desta estruturação principal, "construiu-se" uma aldeia assente no inter-relacionamento de quarteirões que se sub-dividem no quadro da organização das parcelas privadas e públicas e que, mantendo a tipologia funcional actual ao atravessarem todo o quarteirão, lhe criam uma frente e uma traseira que se espelha no funcionamento do próprio fogo.

Introduziram-se, adequando o passado a novas condições de vida e compensando a população deste processo de transferência, novos dados na estrutura urbana. Assim, reforçou-se uma "hierarquia" de arruamentos, valorizando face ao todo, as características daqueles que se entenderam como principais. Esta valorização decorre do seu maior perfil — (1 m passeio+5 m faixa de rodagem+2 m estacionamento+1 m passeio) —, da existência de passeios e, também, da implantação de arborização (facilitada pela existência de água), que qualifique e harmonize o ambiente urbano e que intensifique a utilização do espaço público enquanto espaço de convivialidade e de animação. A restante rede, tal como hoje, assenta num perfil de 5 m limitados por bermas de circulação pedonal e de drenagem de águas pluvias.

Uma outra inovação que se pretendeu trazer à nova aldeia, onde mais gente estará mais vezes, e onde as condições de habitabilidade e de urbanidade devem ser reforçadas face à situação actual, foi a estratégia assumida no que concerne ao espaço público de estar — os largos e

pracetas. Valorizando o predomínio do Largo Central na sua relação com o aglomerado, suas funções e actividades, criou-se também um outro sistema complementar de outros pontos de contacto e de lazer, que em nada se pretende sejam centralidades alternativas, mas sim e apenas, mais recantos de animação do espaço urbano enquanto espaços complementares dos quarteirões, onde as pessoas se encontram à sombra das árvores e cavaqueiam.

Sobre os espaços centrais definidos pelo Largo e pelos eixos principais, se darão, tal como hoje, as maiores intensidades de ocupação e de uso —possibilidade de implantação de edifícios de cêrcea superior (até R/C + 1); funções terciárias de comércio e serviços.

A abordagem feita ao fogo, assenta basicamente na definição de tipologias construtivas indicativas, que a par do Regulamento que o futuro Plano de Pormenor definir, virão a consolidar arquitectonicamente esta nova aldeia. A partir da análise da situação actual, e das necessidades que se sentem em termos da dimensão dos núcleos familiares existentes e previsíveis, estruturaram-se duas tipologias evolutivas cuja base, ao que se julga, será o T3— uma de T1 a T4, outra de T2 a T4 — com as variantes de um ou dois pisos e com a possibilidade de dispôr de um espaço comercial na frente do edificio.

Estas tipologias que se implantam sempre em parcelas de 30x10 m, dispõem ainda de pátio/logradouro/quintal, sendo igualmente enquadrados por um conjunto de espaços anexos preparados para responder à actividade rural desta população.

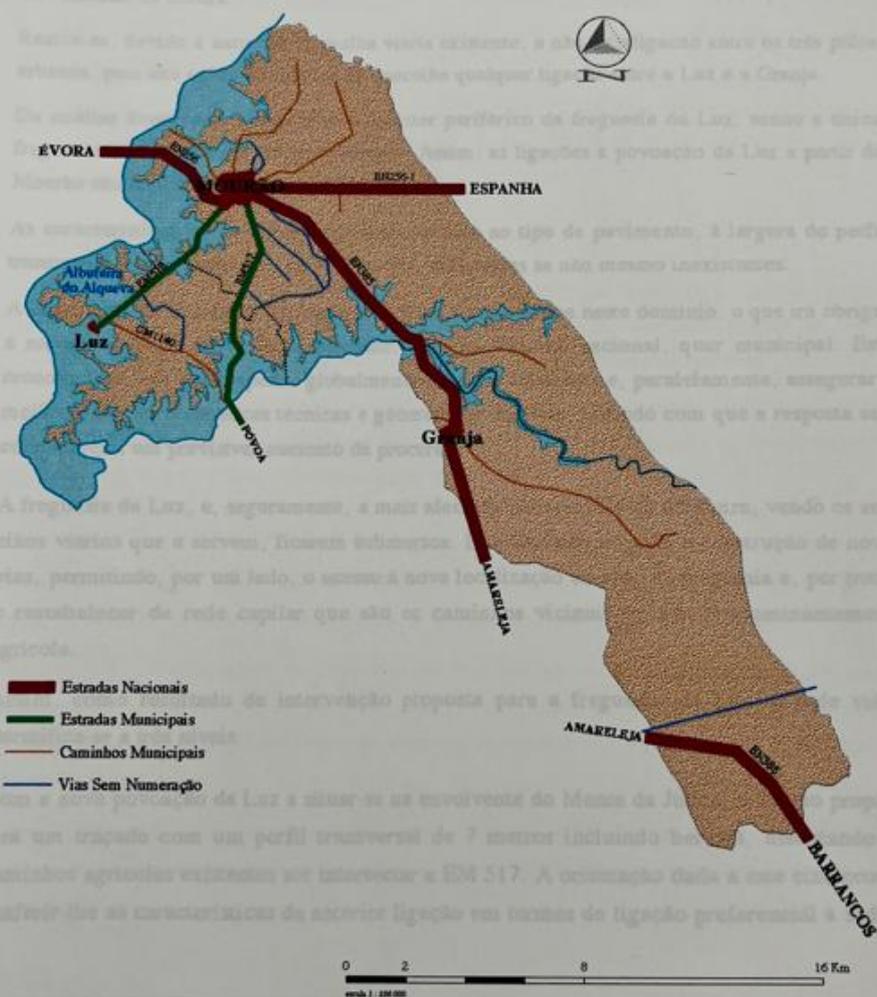
REDE DE ACESSIBILIDADES

A estrutura viária do concelho, assenta numa malha radial a partir de Mourão, constituída por um conjunto de vias estruturantes, as quais asseguram, quer as ligações interconcelhias e à fronteira, quer as ligações intraconcelhias nomeadamente com as sedes das freguesias da Luz e Granja. Saliente-se que, o concelho é constituído por três freguesias e que a quase totalidade da população está concentrada nas sedes.

A extensão total da rede construída é cerca de 110 Km's apresentando uma densidade de 0,39 Km/Km², representando a rede nacional somente 23% do total se incluir a proposta de revisão do PRN/85. Estes valores são baixos quando comparados com os regionais e nacionais.

Da rede viária existente, podemos identificar claramente como eixo principal, a EN 256 e EN 256-1, o qual permite estabelecer a ligação à capital do distrito, à rede nacional fundamental e, por sua vez, à fronteira de S. Leonardo. Este eixo é o único existente no concelho que possibilita o atravessamento do rio Guadiana que constitui uma fronteira natural.

REDE VIÁRIA DO CONCELHO DE MOURÃO



Outro eixo com desenvolvimento Norte-Sul e apoiado na EN 385, estabelece as ligações, por um lado, entre Mourão e a Granja, por outro, com os concelhos de Moura e Barrancos, constituindo-se no futuro como o principal elo de ligação com o IP 8, via esta que tem como pontos extremos Sines e a fronteira de Vila Verde de Ficalho.

Se a importância destes eixos é claramente supramunicipal e mesmo regional, outro existe com uma natureza claramente intermunicipal - EM 517 - ligando directamente Mourão a povoações do concelho de Moura.

Realce-se, devido à natureza da malha viária existente, a não interligação entre os três pólos urbanos, pois não existe no interior do concelho qualquer ligação entre a Luz e a Granja.

Da análise desta rede, constata-se o carácter periférico da freguesia da Luz, sendo a única freguesia não servida por estrada nacional. Assim, as ligações à povoação da Luz a partir de Mourão são realizadas através da EM 518.

As características que esta rede apresenta, quanto ao tipo de pavimento, à largura do perfil transversal e sinalização são, na sua maioria, deficientes se não mesmo inexistentes.

A construção da Barragem do Alqueva terá um forte impacto neste domínio, o que irá obrigar à reconstrução da rede viária existente, quer na vertente nacional, quer municipal. Esta reconstrução terá que respeitar globalmente os eixos existentes e, paralelamente, assegurar a melhoria das características técnicas e geométricas das vias, fazendo com que a resposta seja compatível a um previsível aumento da procura.

A freguesia da Luz, é, seguramente, a mais afectada pelo regolfo da albufeira, vendo os seus eixos viários que a servem, ficarem submersos. Esta situação implica a construção de novas vias, permitindo, por um lado, o acesso à nova localização da sede da freguesia e, por outro, o restabelecer da rede capilar que são os caminhos vicinais de uso predominantemente agrícola.

Assim, como resultado da intervenção proposta para a freguesia da Luz, a rede viária estratifica-se a três níveis.

Com a nova povoação da Luz a situar-se na envolvente do Monte da Julioa, o acesso proposto terá um traçado com um perfil transversal de 7 metros incluindo bermas, assentando em caminhos agrícolas existentes até intersectar a EM 517. A orientação dada a este eixo procura conferir-lhe as características da anterior ligação em termos de ligação preferencial à sede do

concelho e, ao mesmo tempo, permitir a ligação a Sul através da EM 517 rectificada. A proposta procura evitar uma maior compartimentação da propriedade.

Paralelamente, e em face das propostas de ordenamento apresentadas, manifesta-se necessário afectar ao uso rodoviário normal um conjunto de caminhos agrícolas existentes, que naturalmente passarão pelo alargamento e pavimentação, resultando num perfil transversal com 5 metros incluindo bermas.

Por último, em face da compartimentação da propriedade e sua localização, aliada à quebra das ligações actuais, existe a necessidade de promover, em conjunto com os agricultores, uma nova teia de caminhos de uso agrícola.

As acessibilidades constituem-se num factor importante do processo de desenvolvimento de determinada área/região, permitindo um aumento da mobilidade de pessoas e bens, assim como o desenvolvimento de novas actividades.

5.2•REDES DE INFRAESTRUTURAS

O presente capítulo tem por objecto a descrição das soluções que venham a ser adoptadas, em relação às infraestruturas a seguir discriminadas, e tidas por necessárias ao bom funcionamento da área abrangida pelo "Plano de Pormenor da Aldeia do Alqueva".

O Plano de Pormenor desta área constituirá elemento estruturante e condicionante das soluções apresentadas, nomeadamente das galerias técnicas a construir e da localização do depósito de água e da antena parabólica geral da aldeia.

DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS

Os terrenos a ocupar pela presente intervenção não são atravessados por qualquer rede de água, de carácter permanente, que mereça tratamento digno de registo.

Atendendo às características de ocupação da área em estudo, procurar-se-á garantir que a drenagem de águas pluviais se processe, sempre que possível, a céu aberto, procurando-se evitar o recurso a uma solução do tipo rede de aquedutos instalada sob os arruamentos ou espaços públicos afins.

Assim, o estudo da drenagem da área em estudo incidirá sobre a forma de condução das águas pluviais afluentes aos espaços públicos, em regime superficial, até ao destino final que vier a ser considerado.

A concepção do sistema de drenagem de águas pluviais será estabelecida após consulta aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Mourão e o seu dimensionamento hidráulico será efectuado em observância, tendo por base as prescrições do Decreto Regulamentar 23/95 e demais Disposições Regulamentares em vigor.

ABASTECIMENTO DE AGUA

O sistema de abastecimento de água à zona em estudo deverá ser alimentado por mananciais subterrâneos. Para o efeito, prevê-se a abertura de furos nos locais hidrogeologicamente aconselháveis devendo ser, neste caso, definidas e regulamentadas as respectivas áreas de protecção.

A elevação será feita recorrendo a grupos electromecânicos adequadamente comandados e protegidos, sendo instalada uma conduta elevatória devidamente dimensionada. A unidade de tratamento será concebida em função da qualidade da água captada e dos usos que lhe estão destinados.

A reserva do sistema será efectuada mediante funcionamento de um reservatório elevado cuja localização, cotas de funcionamento e capacidade serão fixados em observância aos padrões habituais.

No aglomerado será instalada uma rede de distribuição cujo traçado será desenvolvido de forma a garantir a satisfação dos padrões de funcionamento desejáveis.

O dimensionamento do sistema será efectuado de acordo com o estipulado no Decreto Regulamentar 23/95, e demais Disposições Regulamentares em vigor, tendo em atenção as recomendações que se venham a colocar pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Mourão.

DRENAGEM E DEPURAÇÃO DE AGUAS RESIDUAIS

A drenagem e depuração das águas residuais será efectuada mediante recurso a um sistema próprio, dotado de uma rede de drenagem do tipo separativo, e de uma unidade de depuração autónoma.

A concepção do esquema geral do sistema de drenagem terá como condicionantes fundamentais a morfologia do terreno, e a solução urbanística adoptada. Na escolha do tipo da unidade depuradora a instalar-se, ter-se-à em atenção os custos de estabelecimento da unidade assim como respectivos encargos de exploração e de manutenção .

Será definida e regulamentada a área operacional e de protecção à unidade depuradora.

O dimensionamento hidráulico do sistema de drenagem e depuração de águas pluviais será efectuado tendo por base as hipóteses de cálculo definidas no Decreto Regulamentar 23/95, e demais Disposições Regulamentares em vigor, após consulta aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Mourão.

PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O sistema de processamento de lixos da aldeia do Alqueva deverá ser integrado no sistema público municipal que opera no concelho de Mourão.

A selecção do tipo de contentores a utilizar, bem como dos locais de instalação, deve ser efectuada tendo em atenção a comodidade dos residentes, a operacionalidade do sistema de recolha, assim como as recomendações efectuadas pelos serviços Camarários.

Os locais de instalação dos contentores serão devidamente tratados por forma a garantir, não só boas condições de acesso aos residentes e à equipa de limpeza, como também de higiene e de qualidade ambiental.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E TELECOMUNICAÇÕES

A presente área de intervenção será dotada de rede pública de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, rede de iluminação pública e rede pública de telecomunicação.

Estas redes serão ligadas às redes públicas gerais de energia e comunicação, sendo observadas as Disposições Regulamentares em vigor, bem com o teor dos contratos específicos que a Câmara Municipal tenha eventualmente estabelecido.

As redes públicas de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, de iluminação pública e de telecomunicação serão, em regra, constituídas por condutores subterrâneos.

Na iluminação pública serão utilizados focos luminosos e postes do tipo corrente, após ouvidos os Serviços Técnicos competentes.

5.3-PROPOSTAS PARA ALTERAÇÃO DA ESTAGNAÇÃO SOCIO-ECONOMICA

Os estudos macro a qualquer população impõem sempre a sua vertente micro-social. Neste sentido, e, de acordo, com as propostas deste projecto é imperativa uma micro-análise da

população da Luz enquanto comunidade, que permita inferir sobre os seus hábitos e vivências sociais/culturais.

A vivência rural e os hábitos sociais e culturais marcam profundamente a identidade de qualquer população e, no presente caso, da população da Luz. A identidade individual e colectiva, deste tipo de população rural, foi desde sempre considerada um bem demasiado precioso para ser "desbaratado" e, como tal, deverá ser sempre presença consciente na nossa memória aquando da elaboração de qualquer projecto de intervenção.

Para tal, deveremos ter presente que, ao "tocarmos" na aldeia, esta jamais voltará a ser a mesma e, deste modo, é necessário minimizar todos os riscos de perda da identidade sócio-cultural, evitando os perigos que esse procedimento pode originar. Para os evitar — descaracterização, perda/morte da identidade sócio-cultural — é imperioso ter em mente, quando se fala da transferência da aldeia, todo o espaço físico, social e humano envolvente, o que implica a tomada *a priori* de um conjunto de medidas que possam atenuar, e mesmo potenciar, as consequências de tal acto.

A questão da mudança da aldeia não se põe tanto ao nível físico (embora não descurando a sua importância), mas sim do ponto de vista social, uma vez que são as pessoas, enquanto grupo, a dar sentido e razão de ser às infraestruturas físico-materiais. Tendo em devida consideração este pressuposto, espera-se apontar alguns caminhos para o descortinar das soluções e das respostas às diversas questões que se apresentam diante de nós, desenvolvendo um conjunto de ideias que possam, não só convencer a população a mudar, mas essencialmente que a alicie a abraçar um processo de mudança que se quer autêntico e inovador, propondo-se uma complementariedade de acções que tragam uma mais valia à aldeia, de modo a que se atinja um nível de vida e bem-estar superior ao actual, tendo por base alicerces sociais, culturais e económicos de grande riqueza.

Torna-se, assim, primordial definir um processo que crie as condições propícias ao progresso económico e social, conjugado com uma participação efectiva da população da Luz. De uma maneira geral, interessam a este nível os melhoramentos nos domínios da saúde, educação e lazer, artesanato e comércio, turismo e desporto, discussão colectiva dos problemas para uma análise mais profunda das necessidades locais, formação profissional dos mais jovens e uma requalificação profissional dos mais velhos.

A adopção de políticas atractivas de desenvolvimento é essencial à fixação da actual população da Luz, podendo esta mesmo vir a ser reforçada pela integração de jovens oriundos desta região, contribuindo, assim, para o dinamismo e progresso da nova aldeia, num processo que respeite os actuais hábitos, identidade e cultura desta comunidade.

Esta integração tem que corresponder, necessariamente, aos interesses e expectativas dominantes, de modo a evitar conflitos e tensões que poriam em causa todo o processo. Por isso, e tendo em consideração que estamos diante de uma população de base rural, cujos laços de solidariedade lhe conferem características de uma forte sociedade-providência, devem-se tomar precauções para que a riqueza das relações existentes não seja ameaçada, contribuindo para o reforço das mesmas.

Neste âmbito, há que repensar todo o modo de vida da população atentando aos seus meios de subsistência. Sabendo que grande parte desta população depende exclusivamente da agricultura, e tendo presente o facto de que grande parte das terras cultiváveis da freguesia ficarão submersas pelas águas da barragem do Alqueva, há que pensar em eventuais alternativas. No entanto, estas serão essencialmente viradas para o complemento da actividade agrícola que deverá continuar a ser a principal ocupação, caso contrário poderá correr-se o risco de haver uma ruptura descaracterizadora do tecido social.

A pluriactividade deve ser vista neste cenário como conceito-chave, ou seja, o desempenho de uma actividade secundária por parte dos habitantes da Luz que, para além das habituais compensações monetárias, origine, também, a nível pessoal, satisfação profissional e cultive no seio dos seus utilizadores a consciência de estarem a produzir algo que é fundamental e importante ao desenvolvimento colectivo da comunidade. Mas, estas novas actividades tem que estar em consonância com as novas potencialidades que o novo espaço físico poderá proporcionar e, assim, proceder a uma qualificação/requalificação profissional dos habitantes orientados para o artesanato e para os produtos típicos da região, bem como para a diversidade de possibilidades que o aproveitamento turístico da área irá potenciar.

Assim, deveremos considerar que:

1. A formação profissional desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento da aldeia da Luz. Neste sentido, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e as escolas profissionais existentes no Concelho, em coordenação com os vários organismos oficiais implicados, terão uma função primordial no desenvolvimento da actividade económica da aldeia, que se pretende dinâmica, abrangente e inovadora.

2. Obviamente, que em todo este processo não poderemos deixar de ter em consideração a população inactiva. Assim, quando nos referimos a esta população, certas acções se impõem pela sua importância:

2.1. Deste modo, no que concerne a população mais idosa, é essencial que para além de se transferir o actual Centro de Dia, este possa ser ampliado de forma a co-funcionar com um Lar de Terceira Idade e, que este seja capaz de organizar no seu seio um conjunto de actividades susceptíveis de criar um dinamismo vivencial de forma a "animar" o passar dos anos. Por exemplo, organizar excursões, exposições de pintura, artesanato ou outros produtos por eles elaborados, concursos de gastronomia, etc.

2.2. Em relação à população mais jovem, é necessário criar um certo número de ocupações para os tempos livres ou extracurriculares:

-A edificação de uma biblioteca que crie hábitos de leitura desde muito cedo;

-A criação de oficinas artesanais onde pudessem aprender e desenvolver actividades tradicionais como tapetes ou bordados, mobiliário, pintura de louças, etc;

-A construção de um recinto de jogos que proporcione o desenvolvimento de actividades desportivas para os mais jovens, podendo inclusivamente organizar-se competições interconcelhias.

3. As festas religiosas e romarias deverão manter-se fiéis às tradições. Assim, associada à festa da Nossa Senhora da Luz deverá manter-se um costume: as garraíadas, para as quais na actual aldeia já existe recinto próprio, a nosso ver, de baixa qualidade e mal localizado, pelo que propomos manter esta tradição noutros moldes, criando próximo da nova aldeia um espaço para a sua prática, além de poder ser utilizado para outros fins como picadeiro e ainda concertado com o rossio, para bailes, festas, feiras....

4. Seria também importante recuperar antigas formas de convivência através da criação de um grupo de folclore e/ou cantares tradicionais do Alentejo (masculinos), que sirva de estandarte à cultura local. A dinamização, deste grupo, passará por incentivos que proporcionem intercambios com outros ranchos folclóricos e/ou outros grupos de cantares, além da participação em festivais do género, podendo vir inclusivamente a organizar este tipo de certames na sua própria região.

5. Finalmente, a criação de um museu/arquivo rural da aldeia da Luz seria importante para o manter da memória que se quer viva e activa. Este espaço, que se pretende "a céu aberto", testemunharia a vida na aldeia e a sua posterior transição, bem como representaria um cartão de entrada para a cultura, as tradições, os hábitos e o artesanato da aldeia, demonstrativo da

alma deste povo. Este teria como espólio vídeos, fotografias, utensílios tradicionais, bem como uma exposição permanente sobre o antigo Castelo da Lousa, resultado de um levantamento histórico-arquitectónico:

OS PROCESSOS ECONÓMICOS — uma revolução tranquila

Embora a separação entre as áreas sócio-cultural e económica sejam efectuadas, estas não são lineares e, não raras vezes estão em estreita ligação e dependência. Assim, qualquer alteração no sector económico terá as suas naturais repercussões no sector sócio-cultural e vice-versa.

Nesta área muito se pode fazer passando as estratégias de acção por um aumento da quantidade e qualidade da oferta de produtos turísticos, através da profissionalização de sectores específicos da população, assim como a diversificação de produtos e de mercados. Estas estratégias têm como preocupação dominante, a garantia de uma maior e melhor qualidade ambiental e respeito pelos espaços naturais e humanizados, que constituem a sua identidade cultural e patrimonial. E, ainda, nosso objectivo proporcionar uma integração do turismo no processo de desenvolvimento, em consonância com as vontades e aspirações da população, numa perspectiva, como já o afirmamos, de médio e longo prazo.

Para isso, há que potenciar os acessos rodoviários, nas suas ligações internas e com Espanha, tomando em consideração as transformações operadas nesta zona e os atractivos decorrentes da construção da nova aldeia da Luz e, por outro, da criação de um grande plano de água, mantendo-se, todavia, o seu enquadramento rural e bucólico característico desta região.

Sendo assim, um conjunto de medidas deveriam ser implementadas de modo a criar um estímulo económico capaz de manter e de diversificar um determinado número de actividades, o que contribuiria para um elevar dos níveis de vida da população em geral, que actualmente depende predominantemente da actividade agrícola, existindo, no entanto, alguns casos que se ligam à Administração Central e Local e a pequenas empresas locais privadas (pedreiro/carpinteiro, serralheiro/mecânico, operários fabris, etc.).

Deste modo, é fundamental para o desenvolvimento do sector económico, que a aposta se faça no sector agrícola e artesanal, em moldes diferentes dos actuais, bem como o aproveitamento da vertente turística que daqui advirá. Este poderá ser realizado através da diversificação da oferta com o aproveitamento das potencialidades lúdicas (plano de água, cinegéticas, gastronómicas e artesanais, incremento de turismo em espaço rural, incentivo

infraestruturas e equipamentos de animação turística e o desenvolvimento de infraestruturas desportivas, de negócios, juvenis e naturais).

É neste sentido que aqui apresentamos um conjunto de IDEIAS consideradas fundamentais para um crescimento sustentado e integrado da economia e, em especial, do sector turístico:

1-Criação de um Centro Hoteleiro Rural (sob a forma de um aglomerado de casas tradicionais, com espaços de convívio comuns e dentro das características típicas da habitação alentejana - aproximadamente 20 casas inseridas no perímetro urbano da aldeia). Esta estrutura hoteleira destina-se a alojamento, proporcionando aos seus utilizadores disfrutar o ambiente e a tranquilidade alentejana. Associado à gestão deste complexo, a participação da população local como personalização desta prestação de serviços e como forma de complementaridade de emprego. Privilegiar-se-á nesta unidade hoteleira o consumo de produtos locais, nomeadamente, os de agricultura biológica, garantindo assim padrões de qualidade inovadores e o escoamento dos produtos.

2-Criação de restaurantes e tabernas nos moldes típicos da região, com especial cuidado na tradição e qualidade gastronómica, bem como na decoração, procurando manter-se fiel aos hábitos e à cultura da zona.

3-Decorrente desta estrutura hoteleira de alojamento serão fomentadas actividades relacionadas com o turismo ecológico, designadamente, através da implantação de percursos pedestres/equestres, devidamente assinalados e, de preferência, ao longo das margens da albufeira e articulado com parques de merendas e zonas de estadia, etc. Estes percursos deverão ter um carácter temático, cuja viabilidade estará dependente do plano de ordenamento e condicionantes da utilização desta albufeira, que actualmente desconhecemos, devendo ser previamente objecto de inventariação e estudo.

4-Em local estratégico face à nova aldeia e à toalha de água, será criado um ancoradouro e um Centro de Estágio para actividades náuticas não motorizadas. No fundo, não será mais do que potenciar o plano de água da albufeira para actividades lúdicas e desportivas através da seleção de espaços propícios a actividades como o remo, o windsurf, o surfbike, a vela, a canoagem, etc. Nas proximidades do ancoradouro e beneficiando das características físicas marginais da albufeira propõe-se a criação duma **pequena praia fluvial** para banhos, se as condições de salubridade do local e regime de utilização da albufeira o permitirem. No apoio a estas infraestruturas propõe-se uma pequena construção tipo **clube náutico**, e que assegure também o necessário apoio de praia, e se insira no conjunto de equipamentos de oferta

turística que a aldeia pretende promover e gerir através dos seus agentes locais. A sua construção deverá ser de concepção simples e bem integrada, devendo utilizar materiais perecíveis.

5-Ainda dentro das propostas a desenvolver no âmbito da **área agrícola suburbana**, destaca-se a **criação, em pequena escala, de cavalos de apoio ao turismo**, destinados a alugar para passeios equestres e de charrete e mesmo para provas hípicas no recinto para o efeito criado. Eventualmente, também, para apuramento de raça e venda. Esta actividade pela complementaridade com a agricultura, deverá ser da responsabilidade da "Cooperativa Agrícola" ou de candidatos locais que manifestem interesse por esta iniciativa.

6-Associado ao turismo ecológico promover-se-á a instalação de um parque de campismo rural para tendas, de pequena/média dimensão, destinado às camadas mais jovens, localizado na periferia da aldeia junto do campo de jogos, beneficiando das infraestruturas aí existentes, e cujo chavão seria a qualidade. No seguimento do apoio à pluriactividade da população local, este parque deveria ser gerido pelos agentes locais.

7-A agricultura aqui praticada, apesar de possuir características tradicionais de subsistência e em regime extensivo, dado o reduzido valor agrícola dos terrenos, apresenta-se favorável a uma reconversão na perspectiva da agricultura biológica (de acordo com o regulamento da União Europeia nº 2092/91), garantindo a produção em níveis de qualidade além de constituir um atractivo turístico a acrescentar aos outros produtos da região.

8-Criação de uma "Cooperativa Agrícola" que se destina fundamentalmente a apoiar técnica e comercialmente essa actividade, desempenhando, igualmente, um papel social de apoio à população. Nos aspectos relacionados com a actividade agrícola, esta Cooperativa poderá garantir aos agricultores, por um lado, a promoção e comercialização dos produtos provenientes da agricultura biológica, e, por outro, a canalização de fundos de apoio agrícola e de formação técnica neste sector. A venda e promoção destes produtos artesanais deve ser efectuada preferencialmente em lojas situadas no centro da aldeia, como atractivo turístico, cabendo a esta Cooperativa assegurar o escoamento e a venda dos excedentes.

9-A actividade pecuária está intimamente ligada à actividade agrícola, no entanto, esta apresenta pouco significado económico no cômputo da exploração agrária dada a reduzida dimensão das propriedades e dos reduzidos recursos dos agricultores. Propomos manter os efectivos existentes, melhorando as condições para a sua criação, através do melhoramento de pastagens e especialização de raças adequadas à zona. Destaque-se, neste âmbito, a criação do

porco alentejano que em tempos constituiu um rendimento importante na economia desta zona, pelo seu valor comercial, tendo sido abandonada a sua criação pela falta da sua base alimentar dominante (a bolota).

10-Promoção e apoio aos produtos regionais, em especial aos de origem animal e vegetal (enchidos, queijos, azeite, figos, etc.) e do artesanato (mobiliário, tapetes, bordados, louças, etc.), com a atribuição de selos DOC - Denominação de Origem Controlada. Esta acção pressupõe um esforço preliminar na área da formação profissional, envolvendo as pessoas já conhecedoras das artes e ofícios de forma a cativar os mais jovens para essas profissões. Fundamental, neste ponto, é o apoio a prestar à comercialização posterior dos produtos confeccionados, como forma de lhes assegurar a rentabilidade necessária à duração dos projectos. Para tal é necessário uma acção concertada entre as várias aldeias da região, o IEFP, a Direcção Geral de Turismo e a CCRA.

11-Na promoção/divulgação destes produtos, entre outras acções externas, poderia organizar-se na aldeia uma Feira agrícola e de artesanato.

12-Propõe-se a conjugação, na área de recreio da escola primária, de um campo de jogos que sirva de apoio à realização de actividades desportivas, tanto da escola primária como do jardim infantil e/ou da própria aldeia, servindo, ainda, de apoio ao parque de campismo atrás referido.

13-Para que a exequibilidade deste projecto, na sua globalidade, seja positivo, há que integrar a aldeia nas rotas e publicações turísticas como o "Guia de Itinerários Culturais das Regiões da Europa" ou o "Guia Turístico Alentejo-Extremadura", concomitantemente com uma correcta divulgação/promoção das actividades e produtos locais no seio das empresas e associações de turismo nacionais e internacionais.

5.4-GESTÃO E COORDENAÇÃO

O aparecimento de um instrumento que dê corpo e forma a todo este conjunto de ideias e iniciativas é essencial à execução do projecto numa visão global. Assim, a criação do que se denominaria por Gabinete da Luz seria o primeiro de uma série de passos a levar a cabo, no sentido de materializar as propostas entretanto avançadas.

A ideia consistiria na estruturação de um Gabinete que tivesse como máximas de acção, a manutenção dos actuais níveis de coesão e unidade social, bem como o forte sentido de

pertença existente na aldeia, constituindo estes alguns dos aspectos mais valiosos e marcantes, sendo importante não só respeitá-los mas, inclusivamente, sempre que possível, reforçá-los, indo ao encontro de um dos principais objectivos que corresponde à preservação da actual sociedade-providência local. Para o conseguir, é necessário que haja uma mobilização de todos os habitantes e colectividades, num congregar de esforços que se quer abrangente e motivador, tendo como pano de fundo uma transferência que respeite, não só a malha urbana, mas também as tradições e a cultura deste povo.

O Gabinete da Luz será o polo dinamizador da aldeia, baseado na gestão da dualidade **centralização/descentralização**. Será, também, o interlocutor entre a aldeia e a Equipa Técnica, visto que esta, se encarregará, por um lado, da coordenação de todo o projecto nas suas mais variadas vertentes e, por outro, deverá fazê-lo de um modo transparente e aberto levando a que toda a população se identifique com o processo, participando no que for possível e útil à comunidade. Deverá a equipa técnica, portanto, coordenar todas as actividades a desenvolver, elaborando os estudos e os projectos necessários e apresentando as candidaturas aos apoios financeiros essenciais à execução das ideias que mereçam a concordância da população local, sempre numa perspectiva de colaboração e diálogo, sem os quais todo o processo da operação de transferência poderia ficar comprometida. O Gabinete da Luz terá, para além de outras, uma função de consulta.

A composição do Gabinete da Luz deverá incluir representantes da sociedade civil local, da Câmara Municipal de Mourão e da Junta de Freguesia da Luz. Poderá à partida, promover-se uma assembleia geral da população para que esta indicasse um ou dois representantes seus, aproveitando-se o evento para discutir todas as questões que estivessem directamente relacionadas com a aldeia. Isto permitiria uma gestão participada, envolvendo de um forma directa ou indirecta todos os elementos da aldeia, de modo a que o projecto não seja "imposto", mas que emane de uma vontade colectiva, legitimando, deste modo, a acção da Equipa Técnica e, por sua vez, do Gabinete da Luz.

Este Gabinete deve ser dotado de poder jurídico, capacidade decisória e autonomia financeira, de modo a que tenha uma estrutura leve e flexível, capaz de responder rapidamente às solicitações mais urgentes e importantes. A sua credibilidade dependerá imenso da imagem que conseguir transmitir aos agentes intervenientes e, principalmente, à população, por isso há que começar bem para evitar problemas futuros.

A colaboração e o envolvimento do Gabinete da Luz com os agentes privados e públicos, locais e nacionais, deverá preconizar uma postura de criação de mais valia para a zona e deverá personificar uma política de gestão de interesses diversificados, que na sua complementaridade e articulação, e não na sua sobreposição, serão muito importantes para o aproveitamento de todas as potencialidades que este novo espaço rural irá proporcionar.

A mobilização dos sectores económicos mais dinâmicos e menos lesivos — para o tecido social e para o ambiente — será privilegiado, na medida em que a capacidade de iniciativa, imaginação e *know how* constituirão premissas fundamentais a capitalizar. Também, o envolvimento institucional dos agentes públicos é imprescindível ao bom desenrolar deste processo, nomeadamente, através de organismos como a Direcção Geral de Turismo, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Ministério de Agricultura, o Ministério do Ambiente, o Ministério da Solidariedade e Segurança Social ou instituições financeiras (bancos, seguros, etc.), capazes de assegurar a formação profissional da população, a informação/divulgação dos projectos da aldeia, o financiamento de iniciativas empresariais, a solidez do financiamento, etc.

Deverá-se, então, lutar contra as tradicionais carências características destas zonas do Alentejo, procurando evitar: a falta de participação da população; a prática de baixos salários; o carácter sazonal do turismo; a substituição da agricultura pelo turismo; a degradação ambiental; a falta de dinamismo económico/empresarial; a fraca articulação entre as várias entidades públicas/privadas locais; e a insipiente comercialização e divulgação dos produtos agrícolas, artesanais e turísticos. A inversão desta tendência será, sem dúvida nenhuma, um dos grandes desafios a levar a cabo pela futura equipa do Gabinete da Luz.

Uma outra função do Gabinete da Luz será a de fomentar a criação de uma Associação de Desenvolvimento Local, apoiando-a e acompanhando-a no período inicial de maneira a que possa a médio prazo substituir o Gabinete em algumas das suas competências e, para que, à data da extinção deste, aquela esteja realmente operacional, passando então a desempenhar as funções que o Gabinete detinha, no que diz respeito à dinamização das actividades sócio-económicas locais. Para tal, é necessário efectuar a priori:

1. Elaboração de um estudo de viabilidade económica, delimitando as suas áreas de actuação;
2. Preparação e programação de uma estratégia agressiva na informação/divulgação e marketing, referente ao que a aldeia tem a oferecer, junto da opinião pública;
3. Celebração de protocolos de cooperação com várias entidades e organismos, no sentido de apoiar o seu desenvolvimento nos primeiros anos, diminuindo, depois, de forma progressiva até atingir a sua própria autonomia;

4. Designação de um representante oficial para acompanhar o lançamento e evolução da associação.

Se todos estas ideias e projectos forem cumpridos ou, pelo menos, parcialmente atingidos, isso significaria que os objectivos iniciais não foram descurados nem desvirtuados, ao longo de todo o processo de transferência da aldeia da Luz.

5.5•ACÇÃO JURIDICA

Afigura-se muito importante para o bom desenvolvimento do projecto, a escolha de uma correcta solução jurídica que proceda às transferências de propriedade dos terrenos a submergir — parcelas urbanas e terrenos agrícolas.

A implementação destas medidas no plano jurídico, visará a não descapitalização inicial da intervenção com indemnizações a proprietários locais, o que pode ser plenamente conseguido através de uma efectiva protecção às verbas que se encontram previstas no projecto.

Para isso, a proposta vai no sentido de proceder à desafecção das áreas a submergir e à reinstalação da população, em termos habitacionais e económicos, através do instituto jurídico da permuta, a promover entre os proprietários e a entidade tomadora dos terrenos para o realojamento da comunidade da Luz — perímetro urbano e área peri-urbana —, cuja aplicação concreta permitirá aproximar os valores dos terrenos a submergir, com as novas parcelas a edificar e com os novos solos agrícolas.

Numa primeira fase, tratar-se-á, em simultâneo, dos terrenos e áreas a submergir, permutando-os directamente pelas parcelas dentro do perímetro urbano do aglomerado compostas por fogos e logradouros, e dos solos envolventes com aptidão agrícola, promovendo o seu emparcelamento.

Em paralelo com o decurso das permutas entre particulares, a entidade expropriante, deverá promover a expropriação directa de todos os terrenos necessários à construção e implementação da rede viária e dos arruamentos de acesso à aldeia. Dentro do perímetro urbano, deverá proceder à transferência e afectação ao domínio público de todos os terrenos necessários à construção dos edifícios públicos, dos espaços públicos e dos arruamentos, não se justificando, ao que se julga, o recurso a outra via legal.

O instituto jurídico da permuta beneficiará ainda os proprietários locais, isentando-os do pagamento de quaisquer tipos de impostos nas aquisições de propriedade que vão fazer, nomeadamente sisas e mais-valias, afigurando-se, por isso, como o modo mais correcto e económico de proceder à desafecção da propriedade dos terrenos a submergir e à afectação das novas propriedades expropriadas.

20 08 63

3 4 3 4

Figura 28. Peças gráficas desenhadas, EDIA, 1996

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO E INFRA-ESTRUTURAS DO ALQUEVA, S.A.

PROJECTO DO PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ
FASE DO ESTUDO PRÉVIO DO PLANO

INQUÉRITO URBANÍSTICO

II - Registo das Parcelas de Equipamentos
e Serviços, Públicos ou Colectivos.

João Francisco Figueira
arquitecto
Fevereiro de 1997

Figura 29. Inquérito urbanístico, João Figueira, 1996



Figura 30. Concurso Público Internacional n3/95, EDIA, 1996

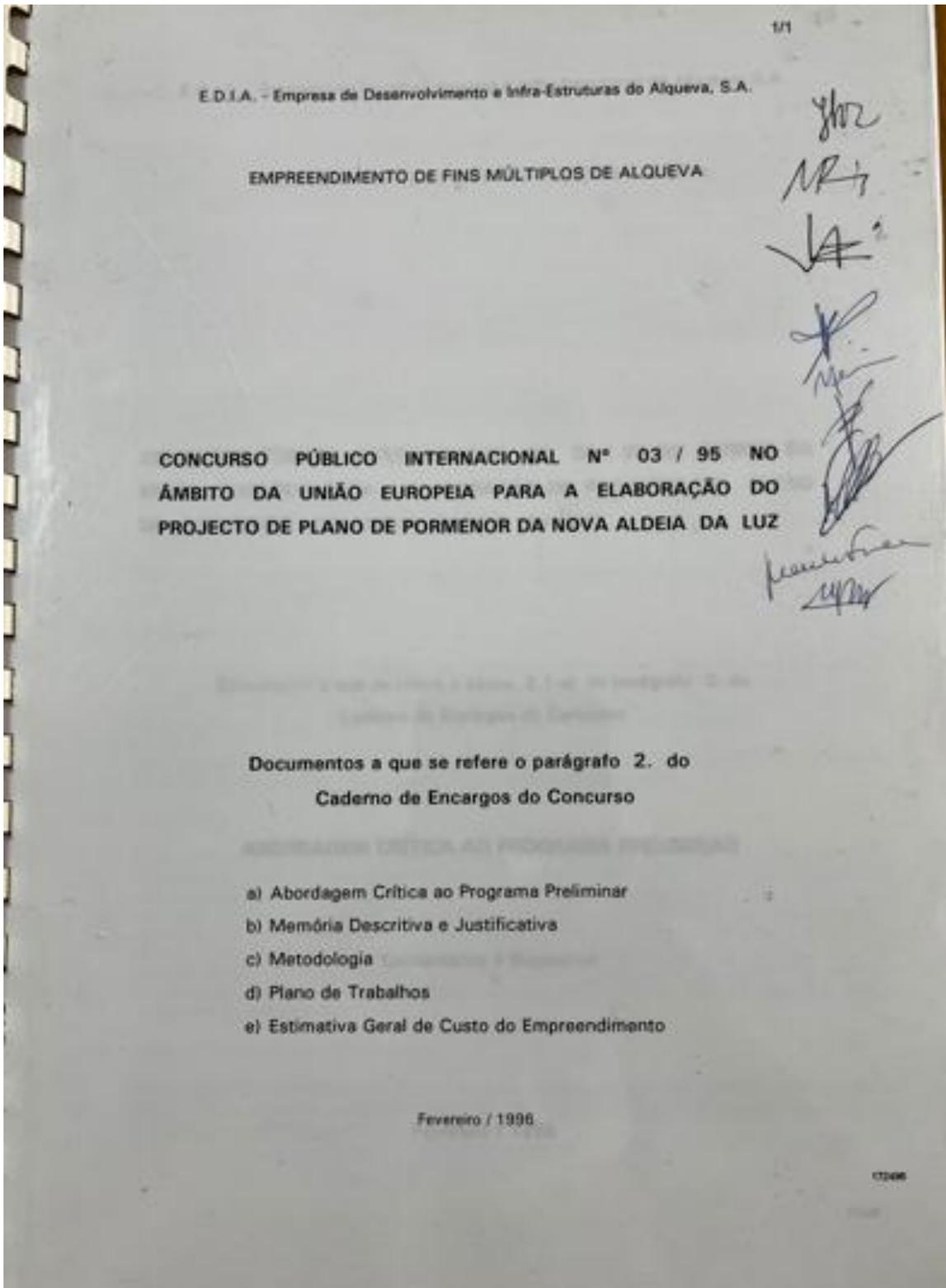


Figura 31. Caderno de Encargos, EDIA, 1996

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL nº 398
NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO
DE FORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO NO JURI
COMO REPRESENTANTE DA AAP
MARIA MANUELA TABORDA FAZENDA

A participação no júri deste Concurso, como representante da AAP decorreu nos termos previstos e está largamente documentada pelos elementos que se anexam (actas das reuniões, relatórios do júri, alegações dos concorrentes e outros documentos que parecem ser relevantes para a total compreensão do processo).

No entanto, parece-nos oportuno fazer alguns comentários que se prendem com as dificuldades sentidas nos trabalhos do júri. Assim passo a referir diversos aspectos que eventualmente estarão na origem dessas dificuldades:

- Em primeiro lugar surge a própria natureza do concurso envolvendo diversas disciplinas, em que a Arquitectura não era a especialidade dominante, mas aparecia com o papel importante de emprestar uma IMAGEM a todas as opções interdisciplinares que terão forçosamente que estar presentes quando se trata de "criar" uma NOVA ALDEIA.

Em minha opinião essa imagem representada graficamente seria tanto mais abstracta e flexível quanto mais representasse a síntese das diversas especialidades e das vontades dos habitantes, e esta característica deu origem a algumas dificuldades de leitura das soluções propostas, por parte dos não arquitectos presentes no júri.

- Por outro lado a constituição do júri não incluía representantes de todas as especialidades exigidas aos concorrentes o que acarretou dificuldades de apreciação das propostas, nomeadamente nos aspectos relativos à Sociologia, Economia Rural e Direito Fundiário e até eventualmente de Engenharia Civil.

Quanto ao número de Arquitectos no júri, o Regulamento do Concurso previa a presença de 3 arquitectos, sendo o júri constituído por 8 elementos e presidido por um representante da EDIA. Felizmente a EDIA nomeou mais um Arquitecto para presidir ao júri, completando-se assim o número de quatro arquitectos em nove elementos. No entanto, e apesar dos considerandos já feitos sobre as características específicas deste concurso, ainda foram sentidas dificuldades pelo facto de os arquitectos estarem em minoria no Júri.

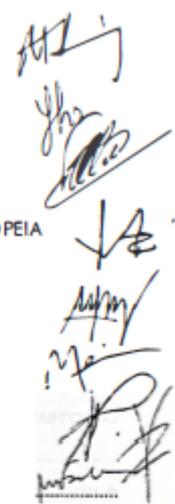
- O peso burocrático e a precisão jurídica que são exigidas pelo Código de Procedimento Administrativo nos Concursos parecem justificar que o respectivo júri incluía sempre um jurista. Assim poderiam ser acautelados alguns procedimentos menos correctos do ponto de vista jurídico.

- Parece-me ainda que nunca é demais referir o quanto o Decreto -Lei nº 55/95 de 29 de Março que rege os concursos está desajustado aos Concursos de Concepção. Assim, permito-me sugerir à AAP que, aproveitando a abertura que parece existir no actual governo para a revisão deste diploma legal, interfira no sentido de ser criada legislação própria e adequada à natureza dos Concursos de Concepção.

James Ferreira

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL n.º 3/ 95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Acta n.º 1
1ª REUNIÃO DO JÚRI



Aos nove dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, pelas dez horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mourão, reuniu-se o Júri de apreciação das propostas ao Concurso acima indicado, cujos membros, designados pelas respectivas entidades representadas e por Despacho do Presidente do Conselho de Administração da EDIA de .../12/95, são os seguintes:

- Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, em representação da EDIA, na qualidade de Presidente do Júri.
- José Manuel Santinha Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Mourão, em representação da mesma.
- Francisco Simão Lopes de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia da Luz, em representação da mesma.....
- Arquitecto Humberto Sousa Branco, em representação da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo.
- Dr. Rafael António Ezequiel Alfenim, arqueólogo, em representação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- Arquitecta paisagista, Maria Rosário Ramalho, em representação da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo.
- Engenheiro Francisco Miguel Pires da Silva Correia, agrónomo, em representação da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.
- Arquitecta Maria Manuela T. Pinheiro Fazenda, em representação da Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Arquitecta Maria João Gaudêncio Simões George, em representação da EDIA.

Estiveram presentes na reunião todos os membros do Júri, com excepção do Presidente da Câmara Municipal da Mourão, que se fez representar por Renato Canete, Vereador daquela Autarquia.

Participaram ainda, como consultores, sem direito a voto e nos termos do previsto no nº 11.3 do Regulamento do Concurso, a Dra. Rita Plácido Fernandes, da EDIA, o Engº André Ramos, da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Engª Margarida Teixeira, do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, de Lisboa.

Aberta a sessão pelo Presidente e efectuada a apresentação dos participantes, foi proposta e aceite a Ordem de trabalhos seguinte:

I. Visita à Freguesia da Luz

II. Reunião de trabalho

.. A. Nomeação do relator do Júri.

.. B. Atribuição de pontuação classificativa aos critérios gerais de avaliação.

.. C. Aspectos metodológicos sobre o funcionamento do júri e calendário das suas futuras reuniões.

I. A visita à Aldeia e Freguesia da Luz teve como objectivo possibilitar a todos os membros do Júri uma visão directa sobre o território da intervenção e uma primeira troca informal de opiniões sobre os vários aspectos do Programa Preliminar proposto.

O percurso escolhido foi idêntico ao realizado aquando da visita ao local com os concorrentes, com partida de Mourão e paragens no Castelo da Lousa, Igreja, Cemitério e praça de touros, percurso até aos moinhos no Guadiana, regresso a Mourão após passeio a pé na Aldeia da Luz.

II. A segunda parte da reunião do Júri teve início às 13 horas, logo após a conclusão da visita à freguesia e à aldeia da Luz, estendendo-se até às 18h30, com o intervalo de 1 hora.

.. A. Procedeu-se de imediato à eleição do relator, conforme previsto no ponto 11.4 do Regulamento. Foi escolhida, por unanimidade, a Arqª Maria João Simões George.

.. B. Foram revistas, na generalidade, as atribuições do Júri, dando-se início a um amplo debate sobre os critérios gerais de apreciação e classificação, definidos no ponto 11.7 do Regulamento do Concurso.

A abrir, o Presidente propôs que a pontuação prevista no Regulamento fosse entendida como uma ferramenta de avaliação das propostas em presença, no sentido de lhe proporcionar uma base mais segura. No entanto, a escolha final não deverá resultar de uma mera contabilidade

aritmética, ela própria baseada em critérios de pontuação subjectivos, podendo ser complementada por um juízo global fundamentado acerca dos méritos das propostas apresentadas.

Registou-se o entendimento de que, embora atribuindo uma pontuação percentual, por ordem decrescente, aos critérios constantes do Regulamento, haveria que desdobrá-los em factores de ponderação susceptíveis de permitirem um registo de referência a uma linguagem tão comum quanto possível entre formações tão diversas como as que procederão à avaliação das propostas.

Nesta perspectiva, a valorização dos critérios, após amplamente debatida e sujeita a diversas sugestões dos membros do Júri, foi aprovada por unanimidade, tendo sido atribuída a seguinte pontuação aos critérios de avaliação dos trabalhos:

- 1. Cumprimento do Programa Preliminar: _____ 40% _____
- 2. Qualidade da solução urbanística, entendida nas seguintes componentes: _____ 35% _____
 - Integração urbano-rural
 - Enquadramento ecológico-paisagístico.....
 - Perspectivação histórica, inovação urbanística e arquitectónica.....

- 3. Exequibilidade da solução numa perspectiva equilibrada entre custo e qualidade: 25% _____

Para a análise detalhada dos trabalhos, o Júri definiu parâmetros de referência em cada um dos critérios, de tal modo que terá em conta os seguintes aspectos na apreciação do CUMPRIMENTO DO PROGRAMA PRELIMINAR

- a) na actual aldeia da Luz e no espaço envolvente
- análise urbanística
- análise arquitectónica
- análise histórico-patrimonial
- análise da estrutura agrária.....
- inserção na paisagem.....
- análise socio-económica.....
- síntese de modelos e linguagens
- b) condicionantes biofísicas e a óptima paisagística do território.....
- c) nova localização e justificação:
- inserção na paisagem rural e envolvente paisagística
- proposta de zonamento

- acessibilidades

Na apreciação da QUALIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA, entendida nas suas várias vertentes, o Júri terá em conta os seguintes aspectos do ambiente e do desenho urbano:

- estruturação urbana e zonamento
- plano de estrutura agrária
- enquadramento e ecológico-paisagístico
- perspectivização histórico-cultural
- inovação e adequação urbanística
- inovação e adequação arquitectónica

Na apreciação do critério da EXEQUIBILIDADE DA SOLUÇÃO numa perspectiva equilibrada entre custo e qualidade, o Júri tomará em conta os seguintes aspectos da proposta metodológica:

- suporte metodológico e estrutura organizacional
- metodologia para a reestruturação fundiária
- plano de trabalhos e programa de execução
- viabilidade económica da solução e plano de financiamento

.. C. Na próxima reunião do Júri, a ter lugar em data posterior à data limite de entrega das propostas (dia 15 de Fevereiro), deverá dar-se início à abertura e apreciação dos trabalhos entregues, devendo dar por concluídas tais tarefas até ao dia 13 de Março, com a elaboração de uma proposta de classificação dos concorrentes e um relatório justificativo da mesma.

O Júri decidiu marcar as próximas reuniões para os dias 26, 27 e 28 de Fevereiro e 7 e 8 de Março, em Alqueva.

A sessão encerrou pelas 18h30, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes.

.....O JURI DO CONCURSO.....

Maria Teófilo
José Manuel Duarte
Francisco Simão Lopes de Oliveira
António Sá
Maria José

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL n.º 3/95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Acta n.º 2

2.ª REUNIÃO DO JÚRI

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, pelas onze horas, na sala de reuniões da EDIA em Alqueva, reuniu-se o Júri de apreciação das propostas ao Concurso acima indicado, estando presentes na reunião todos os seus membros:

Participaram ainda, como consultores, sem direito a voto e nos termos do previsto no n.º 11.3 do Regulamento do Concurso, o Eng.º André Ramos, da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo e a Eng.ª Margarida Teixeira, do Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, de Lisboa.....

Aberta a sessão pelo Presidente, foi proposta e aceite a Ordem de trabalhos seguinte:.....

- Aprovação da acta da reunião anterior.
- Aprofundamento da discussão dos critérios estabelecidos.
- Abertura das peças escritas, desenhadas e gráficas e dos painéis constantes dos Invólucros II e III e do 2.º Volume, pela ordem de entrada das propostas e análise formal das mesmas.
- Deliberação sobre a análise formal das propostas.
- Início do processo de apreciação das propostas em valor absoluto, nos termos do ponto 11.9 do Regulamento, de acordo com os critérios aprovados.
- Marcação da próxima reunião.

1. Lida a Acta da Reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada na presença de todos.

2. Seguiu-se um amplo debate sobre a aplicação dos critérios estabelecidos, tomando como referência a sub-divisão nos parâmetros definidos. O Júri considerou oportuno concretizar o critério complementar fixado no ponto II -B da sua 1.ª reunião, a aplicar como juízo global acerca dos méritos das propostas apresentadas. Nesse sentido, entendeu-se que o referido critério deveria permitir avaliar as propostas nos seguintes aspectos: compreensão dos anseios e aspirações da população relativamente às expectativas criadas, nomeadamente, no que

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "KZ", "H", "V.A.", and "M".

respeita à imagem da actual Aldeia da Luz, à localização da Nova Aldeia e à sua ligação com a envolvente e os campos de lavoura não submersos e os resultantes do novo emparcelamento.

O Júri decidiu atribuir a este factor, pelo seu carácter globalizante, a pontuação máxima de cem por cento, com o mesmo peso que o conjunto dos restantes critérios.

O modo de pontuação foi realizado segundo o seguinte critério:

- 100% para a proposta mais votada para 1º lugar;
- 90% para a proposta mais votada para 2º lugar;
- 80% para a proposta mais votada para 3º lugar;
- 70% para a proposta mais votada para 4º lugar;
- 60% para a proposta mais votada para 5º lugar;
- 50% para a proposta mais votada para 6º lugar;

3. O Júri procedeu, de imediato, à abertura das 11 propostas por ordem da sua entrega.

4. Relativamente à proposta nº1, o Júri decidiu, por unanimidade, tomar a seguinte deliberação: «Tendo verificado que o invólucro I do concorrente nº1 cujo código é o nº 00 69 87, não estava lacrado, o Júri decidiu não excluir o concorrente por incumprimento das formalidades relativas ao modo de apresentação das propostas, por considerar que não foi violado o fim que a formalidade de lacrar teve em vista, já que o Júri constatou que o invólucro I não havia sido violado por se encontrar inserido no 1º volume que, por sua vez, se encontrava lacrado. Para garantir que essa inviolabilidade permanecesse, o Júri decidiu proceder à sua selagem com lacre.»

Os trabalhos foram interrompidos às 14 horas e retomados pelas 15 horas e 30 minutos.

Dando continuidade à abertura dos invólucros II e III e painéis, procedeu-se à verificação das respectivas condições de apresentação, observando-se o seguinte: as propostas entregues em 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 8º e 10º lugar, respectivamente com os códigos 00 69 87, 17 24 96, 20 08 63, 37 19 58, 39 26 45, 99 77 73 e 30 92 94, apresentaram os volumes e as peças escritas e desenhadas conforme previsto no Regulamento. A proposta apresentada em 5º lugar, com o código 60 56 96, não continha o invólucro III em duplicado. A proposta apresentada em 7º lugar, com o código 14 27 95 não continha os invólucros II e III em duplicado nem apresentou abordagem crítica ao programa preliminar nem plano de trabalhos. A proposta apresentada em 9º lugar, com o código 49 58 06, não continha os invólucros II e III em duplicado. A proposta apresentada em 11º lugar não continha o duplicado do invólucro II.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'YH2', 'KSK', and several illegible signatures.

Efectuada a análise formal das propostas, o Júri deliberou, por unanimidade, aceitar todas as propostas sem condicionantes apesar do incumprimento das condições de apresentação por parte de alguns concorrentes, atendendo a que o Júri considerou não serem as faltas verificadas fundamento suficiente para determinarem a exclusão e dado que não obstam a uma regular e correcta apreciação técnica das mesmas.

A primeira sessão da 2ª reunião do Júri terminou pelas 21 horas.

5. Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se a segunda sessão da segunda reunião do Júri, em Alqueva. Com início às 10 horas e 30 minutos, com intervalo entre as 14 horas e as 15 horas, iniciou-se o processo individual de apreciação técnica das propostas, interrompendo-se a reunião pelas 20 horas.

Acordou-se, por consenso, que, após proceder à abertura das propostas e à verificação das condições da sua apresentação, se fizesse uma leitura individual das mesmas com vista a uma primeira avaliação global e em termos absolutos.

Sempre com a totalidade dos membros do Júri presente, retomaram-se os trabalhos na terceira sessão, pelas 10 horas e 30 minutos do dia vinte e oito do mês de Fevereiro, no mesmo local. Continuou-se a leitura das propostas, individualmente, tendo-se procedido a um intervalo às 14 horas.

Retomada a sessão pelas 15 horas, esta continuou nos mesmos moldes até às 17 horas, altura em que o Júri reuniu em plenário para proceder a uma primeira avaliação global dos conteúdos das propostas e estabelecer a sua apreciação em termos de valor absoluto, tendo então deliberado, por unanimidade, a exclusão da proposta 30 92 94, nos termos do artº 61 b) do Decreto-Lei 55/ 95 de 29 de Março. A proposta não respeita o objecto do Concurso no sentido da construção de uma nova aldeia da luz nem apresenta qualquer solução fundamentada para a actual Aldeia, com excepção de uma pequena referência, na Memória Descritiva, ao reforço da rede de equipamentos. Com efeito, esta proposta prevê manter o aglomerado existente, mediante a construção de diques com ausência total de qualquer proposta de intervenção urbana.

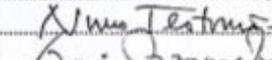
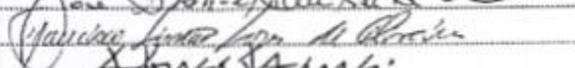
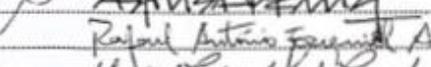
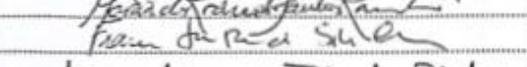
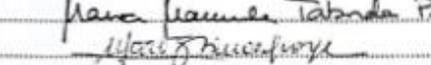
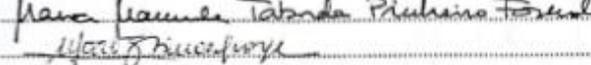
No entanto e tendo em atenção a importância do que está em jogo e das responsabilidades contraídas perante a população, o Júri recomenda à EDIA que proceda ao estudo da respectiva viabilidade técnico-económica, sem esquecer que tal solução implicará, necessariamente, um projecto específico de reabilitação urbana.

Todos os membros do Júri se pronunciaram sobre as restantes propostas, conforme as suas perspectivas individuais e com base nos critérios gerais estabelecidos. Deliberaram, por maioria, considerar, à luz desses critérios, que não reuniam condições de mérito em valor absoluto as propostas 17 24 96, 37 26 45, 60 56 96 e 14 27 95, de acordo com a fundamentação a incluir no relatório do Júri. Do mesmo modo, a seguir, ainda numa primeira avaliação em termos de valor absoluto, o Júri deliberou, por maioria, seleccionar as propostas 00 69 87, 20 08 63, 39 26 45, 99 77 73, 49 58 06 e 13 75 92 para uma avaliação mais aprofundada em termos de valor relativo e com vista à respectiva classificação.

6. A terceira reunião do Júri terá lugar em Alqueva, durante os dias 7 e 8 de Março, com início às 10horas e 30minutos.

Às 19horas o Presidente deu por encerrada a 2ª Reunião do Júri, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes.

O JÚRI DO CONCURSO

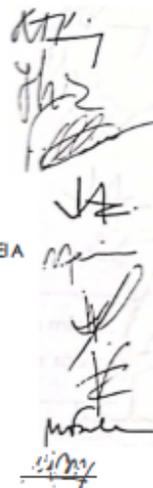








| QUADRO RESUMO DA ESPECIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS | PONTUAÇÃO DE REFERÊNCIA | % |
|--|-------------------------|------------|
| CUMPRIMENTO DO PROGRAMA PRELIMINAR | | 40 |
| COMPREENSÃO DA ACTUAL ALDEIA DA LUZ E DO SEU ESPAÇO ENVOLVENTE | 100x2 | |
| análise urbanística análise arquitectónica análise histórico-patrimonial análise da estrutura agrária inserção na paisagem análise socio-económica síntese de modelos e linguagens | | |
| CONDICIONANTES BIOFÍSICAS E APTIDÃO PISAGÍSTICA DO TERRITÓRIO | 100 | |
| NOVA LOCALIZAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO | | |
| inserção na paisagem rural e envolvente paisagística acessibilidades proposta de zonamento | | 40 |
| QUANTIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA | | 35 |
| AMBIENTE E DESENHO URBANO | 100 | |
| estruturação urbana/zonamento plano de estrutura agrária enquadramento ecológico-paisagístico perspectiva histórico-cultural inovação e adequação urbanística inovação e adequação arquitectónica | | 35 |
| EXEQUIBILIDADE DA SOLUÇÃO NUMA PERSPECTIVA EQUILBRADA ENTRE CUSTO E QUALIDADE | | 25 |
| PROPOSTA METODOLÓGICA | 100 | |
| supORTE metodológico e estrutura organizacional proposta metodológica para a reestruturação fundiária plano de trabalhos/ programa de execução viabilidade económica da solução/ financiamento | | 25 |
| | TOTAL PARCIAL | 100 |
| AVALIAÇÃO GLOBAL DA PROPOSTA | 100 | 100 |
| | TOTAL GERAL | 100 |

UML 10/10/1


CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL nº 3/ 95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Acta nº. 3
3º REUNIÃO DO JÚRI



Aos sete dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e seis, pelas onze horas, na sala de reuniões da EDIA em Alqueva, reuniu-se o Júri de apreciação das propostas ao Concurso acima indicado, cujos membros estiveram presentes na sua totalidade.

Aberta a sessão, foi proposta e aceite a Ordem de trabalhos seguinte:

- Aprovação da acta da reunião anterior.
- Início da redacção do Relatório do Júri.
- Apreciação das propostas em termos de valor relativo.
- Pontuação das propostas de acordo com os critérios aprovados.
- Proposta de classificação do Júri.
- Marcação da próxima reunião.

1. Lida a Acta da Reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada na presença de todos.

2. A abrir, o Presidente do Júri, referindo-se às propostas analisadas, afirmou que, na generalidade, as propostas seleccionadas apontam caminhos possíveis e, nessa perspectiva, poderá dizer-se que o objectivo do Concurso está alcançado.

Procedeu-se então à redacção do Relatório do Júri no que se refere à fundamentação da apreciação global das propostas admitidas.

Os trabalhos foram interrompidos às 14horas e retomados pelas 15horas e 30 minutos.

Dando continuidade aos trabalhos, o Júri prosseguiu a Reunião até às 20horas.

3. Aos oito dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e seis às 10horas e 30 minutos, sempre com a totalidade dos membros do Júri presente, retomaram-se os trabalhos no mesmo local, tendo-se efectuado a apreciação das propostas em termos de valor relativo.

Handwritten signature and initials at the top right of the page.

Handwritten signature and initials below the first signature.

4. Iniciou-se o processo de pontuação das propostas, tendo-se atingido os valores médios globais nos diferentes itens da grelha, conforme a seguir se discrimina. Após um intervalo das 13 às 14 horas, foi retomada a sessão que continuou nos mesmos moldes até às 20 horas, altura em que o Júri procedeu ao apuramento dos resultados, que são os seguintes:

| | CUMP do PROGRAMA PRELIMINAR/ | QUALIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA/ | EXEQUIBILIDADE E METODOLOGIA |
|----------|------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| 00 69 87 | 36,9/ 40 | 19,8/ 35 | 15,0/ 25 |
| 20 08 63 | 23,7/ 40 | 11,1/ 35 | 12,0/ 25 |
| 39 26 45 | 27,6/ 40 | 19,8/ 35 | 13,2/ 25 |
| 99 77 73 | 29,5/ 40 | 21,2/ 35 | 14,7/ 25 |
| 49 58 06 | 29,3/ 40 | 17,5/ 35 | 19,2/ 25 |
| 13 75 92 | 32,8/ 40 | 25,9/ 35 | 16,8/ 25 |

De acordo com o aprovado no ponto 2. da Acta n.º 2 o Júri procedeu à votação, tendo o resultado sido o seguinte:

- Para 1.º lugar: 7 nomeações para a proposta 00 69 87
2 nomeações para a proposta 13 75 92
- Para 2.º lugar: 6 nomeações para a proposta 99 77 73
2 nomeações para a proposta 13 75 92
1 nomeação para a proposta 00 69 87
- Para 3.º lugar: 5 nomeações para a proposta 13 75 92
3 nomeações para a proposta 99 77 73
1 nomeação para a proposta 49 58 06
- Para 4.º lugar: 8 nomeações para a proposta 49 58 06
1 nomeação para a proposta 00 69 87
- Para 5.º lugar: 9 nomeações para a proposta 39 26 45
- Para 6.º lugar: 9 nomeações para a proposta 20 08 63

Ainda nos termos do aprovado na referida Acta, a avaliação global ficou pontuada do seguinte modo:

| | |
|-------------------|----------|
| Proposta 00 69 87 | 100/ 100 |
| Proposta 20 08 63 | 50/ 100 |
| Proposta 39 26 45 | 60/ 100 |
| Proposta 99 77 73 | 90/ 100 |

KTZ
 [Handwritten signature]
 ↓
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

Proposta 49 58 06 70/ 100
 Proposta 13 75 92 80/ 100
 Da conjugação dos critérios considerados, resultou a seguinte pontuação:
 Proposta 00 69 87 85,9/ 100
 Proposta 20 08 63 48,4/ 100
 Proposta 39 26 45 60,3/ 100
 Proposta 99 77 73 77,7/ 100
 Proposta 49 58 06 68,0/ 100
 Proposta 13 75 92 77,8/ 100

5. A proposta de classificação do Júri é a seguinte:
- 2º Menção Honrosa..... 39 26 45.....
 - 1º Menção Honrosa..... 49 58 06.....
 - 3º Prémio..... 99 77 73.....
 - 2º Prémio..... 13 75 92.....
 - 1º Prémio..... 00 69 87.....

A terminar, o Júri decidiu registar em acta que no decorrer dos trabalhos foram recolhidas duas recomendações dirigidas à Entidade Promotora relativamente ao desenvolvimento do processo que vai seguir-se. A primeira, de carácter geral, diz respeito à proposta metodológica para a reestruturação fundiária: a segunda, refere-se especificamente à proposta classificada em primeiro lugar, no sentido de que no seu desenvolvimento, as soluções, relativamente à linguagem e aos modelos urbanos e arquitectónicos propostos, não constituam um referencial rígido.

6. O Júri reunir-se-á em Évora, no próximo dia 13 de Março, pelas 10 horas e 30 minutos, para aprovação da acta desta reunião, da proposta de classificação do Júri e do respectivo Relatório de apreciação das propostas.
 Às 19 horas, o Presidente deu por encerrada a 3ª Reunião do Júri, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes.

.....O JÚRI DO CONCURSO.....
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL n.º 3/ 95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

XIX

VE

Acta n.º 4

4.ª REUNIÃO DO JÚRI

Aos treze dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e seis, pelas dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo, em Évora, reuniu-se o Júri de apreciação das propostas ao Concurso acima indicado, cujos membros estiveram presentes na sua totalidade.

Aberta a sessão, foi proposta e aceite a Ordem de trabalhos seguinte:

- Aprovação da Acta da Reunião anterior.
- Aprovação da Proposta de Classificação do Júri e do respectivo Relatório.
- Adopção da Recomendação proposta pelo membro do Júri representante da Direcção Regional de Agricultura

1. Lida a Acta da Reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada na presença de todos.
2. Os documentos elaborados nos termos das decisões tomadas na reunião anterior Proposta de Classificação do Júri e Relatório - foram aprovados por unanimidade dos seus membros.
3. O Júri discutiu e decidiu anexar ao Relatório, como recomendação própria, a Recomendação à Entidade Promotora, apresentada na reunião anterior pelo Eng.º Francisco Carreira.

Às 19 horas, o Presidente deu por encerrada a 4.ª reunião do Júri, dela se lavrando a presente Acta que vai ser assinada por todos os membros presentes.

O JÚRI DO CONCURSO

Francisco Carreira
Francisco Carreira

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL nº 3/ 95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

RELATÓRIO DO JÚRI

APRECIÇÃO GLOBAL DAS PROPOSTAS

Nos termos das deliberações tomadas na sua 2.ª reunião, o júri regista no presente relatório a sua apreciação global sobre as propostas admitidas.

n.º1 código 00 69 87

Esta proposta apresenta uma análise morfológica e tipológica muito bem estruturada, fundamentada na estrutura das ruas, do quarteirão e da cerca, do lote e da parcela. Sublinha-se também a descodificação da malha urbana, entre sagrado e profano - a tríade (igreja, cemitério e praça de touros) e o aglomerado urbano propriamente dito.

Reflecte uma análise exaustiva e um conhecimento profundo do Inquérito realizado à população.

A análise e caracterização biofísica do território fundamenta devidamente a localização proposta e contém uma boa abordagem dos aspectos relativos ao enquadramento ecológico e paisagístico, definindo objectivos estratégicos adequados e particularizando princípios de aplicação.

Por outro lado, a localização escolhida permite um correcto posicionamento das parcelas agrícolas relativamente à nova aldeia, deixando todavia em aberto a possibilidade dos ajustamentos necessários.

A salvaguarda dos valores patrimoniais está prevista nesta proposta, considerando a necessidade de recolha dos elementos existentes e da sua conservação através da concepção de um museu-memória apresentada com interesse.

Metodologicamente, a proposta é clara e correcta, enquadrável na legislação em vigor. No entanto, nos aspectos metodológicos para a reestruturação fundiária há aspectos a corrigir.

Faz um bom enquadramento jurídico-urbanístico na procura de uma solução possível. No que se refere à proposta de desenho urbano, embora devidamente fundamentada, procura reproduzir aspectos formais existentes no aglomerado existente em vez de interpretar, à luz de conceitos actuais, as suas características essenciais.

A proposta obteve, assim, a seguinte pontuação:

| | |
|------------------------------------|------------------|
| CUMPRIMENTO DO PROGRAMA PRELIMINAR | 36,9/ 40 |
| QUALIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA | 19,8/ 35 |
| METODOLOGIA | 15,0/ 25 |
| AVALIAÇÃO GLOBAL | <u>100 / 100</u> |
| | 85,9/ 100 |

nº2 código 17 24 96

A proposta contém um levantamento exaustivo mas acrílico e não interpretativo da realidade, em todos os seus aspectos.

Na localização indicada não há correspondência entre as peças escritas e as desenhadas, enquanto a estrutura urbana proposta simula uma espontaneidade que é artificial.

Incompreensivelmente, é incluído um conjunto de desenhos pormenorizados de peças de equipamentos, cuja apresentação não se coaduna com o grau pouco aprofundado da solução global.

Nos aspectos metodológicos é insuficiente, sendo inexistente um plano de estrutura agrária ao mesmo tempo que se propõe uma reestruturação agrária incorrecta.

O Júri considerou que esta proposta não reunia em mérito absoluto condições para a elaboração de uma solução integrada e sustentada em termos de ordenamento do território, entendendo como bastante a presente apreciação qualitativa.

nº3 código 20 08 63

Todo o estudo revela interesse em termos de análise, deixando a proposta muito aquém das potencialidades apontadas naquela fase.

A análise morfológica da aldeia actual manifesta elevado interesse, sem correspondência com o modelo urbano proposto, desenquadrado do próprio estudo.

Idênticas observações são extensivas aos aspectos das condicionantes e aplicação paisagística do território, sendo de mencionar a discrepância entre a análise às estruturas agrárias e as soluções apontadas.

Refere-se como positiva a perspectiva de inserção concelhia da proposta apresentada, embora insuficientemente fundamentada; como negativo o excessivo peso atribuído às actividades turísticas relativamente às tradicionais.

Ao nível da metodologia e do plano de trabalhos é uma proposta interessante.

A proposta obteve, assim, a seguinte pontuação:

| | |
|-----------------------------------|-----------------|
| CUMPRIMENTO DO PROGRAMA PREUMINAR | 23,7/ 40 |
| QUALIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA | 11,1/ 35 |
| METODOLOGIA | 12,0/ 25 |
| AValiação GLOBAL | <u>50 / 100</u> |
| | 48,4/ 100 |

nº4 código 37 19 58

A análise sumária realizada pelo concorrente não possibilitou uma correcta compreensão da actual Aldeia da Luz e do seu espaço envolvente, situação que se manifesta no teor da proposta ao nível do ambiente e do desenho urbano.

A estrutura urbana apresenta-se repetitiva e massificante, sem qualquer relação com o aglomerado actual. Refere-se como interessante a ligação à zona ribeirinha, sem que contudo seja devidamente justificada e ponderada.

Além disto, não é respeitada a zona de protecção da Albufeira, encontrando-se grande parte do novo aglomerado a menos de 500 metros do NPA.

Acrescenta-se ainda o facto de não haver qualquer abordagem a um plano de estrutura agrária, ser omissa relativamente aos aspectos do Património e, no referente à metodologia ser manifestamente insuficiente.

MH
[Handwritten signatures and initials]

O Júri considerou que esta proposta não reunia em mérito absoluto condições para a elaboração de uma solução integrada e sustentada em termos de ordenamento do território, entendendo como bastante a presente apreciação qualitativa.

nº5 código 60 56 96

A análise é insuficiente nos diferentes domínios e apresenta lacunas e omissões. A localização proposta enferma de um erro de base, considerando a cota 150 como NPA.

A análise da estrutura agrária é inexistente e não há proposta metodológica a propósito, sendo totalmente desajustada da realidade a proposta de ocupação cultural, partindo da premissa errada da possibilidade de utilização directa da água da Albufeira.

A proposta metodológica é manifestamente insuficiente.

O Júri considerou que esta proposta não reunia em mérito absoluto condições para a elaboração de uma solução integrada e sustentada em termos de ordenamento do território, entendendo como bastante a presente apreciação qualitativa.

nº6 código 39 26 45

No âmbito dos estudos das condicionantes biofísicas e de aptidão paisagística que foram aprofundados, a proposta não leva em consideração a faixa de protecção estabelecida no Programa Preliminar. Nem as razões apresentadas têm cabimento dada a ausência de um Plano de Ordenamento da Albufeira que preveja a sua alteração além de que, conforme o ponto 2.2 do Programa Preliminar «o local apontado para a realocação da Aldeia estará obviamente condicionado pela demarcação da faixa de protecção de 500m da albufeira contada a partir do NPA (cota 152) e medida na horizontal, ao abrigo do DR nº2/ 88 de 20 de Janeiro.»

A caracterização é interessante e bem estruturada nos diversos domínios, com evidência para os apontamentos e a análise da forma urbanos. A estrutura urbana é diversificada e bem articulada, apresentando um estudo cuidado das tipologias habitacionais. No entanto, no dimensionamento dos lotes há uma predominância excessiva de pequenos pátios sem ligação à via pública e sem disporem de quintais.

Não apresenta análise histórico-patrimonial embora aponte a necessidade da sua realização.

A proposta metodológica para a reestruturação fundiária assenta em bases legais inadequadas.

A proposta obteve, assim, a seguinte pontuação:

| | |
|------------------------------------|------------------|
| CUMPRIMENTO DO PROGRAMA PRELIMINAR | 27,6/ 40 |
| QUALIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA | 19,9/ 35 |
| METODOLOGIA | 13,2/ 25 |
| AVALIAÇÃO GLOBAL | <u>60,0/ 100</u> |
| | 60,3/ 100 |

nº7 código 14 27 95

A proposta não atingiu o nível mínimo relativamente à compreensão da actual Aldeia da Luz e do seu espaço nem tão pouco satisfaz no que se refere à análise das condições biofísicas e aptidão paisagística. É omissa em relação a vários aspectos, nomeadamente ao Património e à questão fundiária.

Handwritten signature and initials at the top right of the page.

Relativamente à qualidade da solução urbanística apresentada, o modelo em nada se identifica com as características morfológicas e tipológicas locais, criando diversos vazios intersticiais sem aptidão definida.

Além do exposto, tal como foi observado anteriormente, a proposta apresenta a Abordagem crítica ao Programa Preliminar nem o Plano de trabalhos.

nº8 código 99 77 73

Esta constitui a proposta cuja análise é globalmente mais equilibrada. Particularmente, no Património, considera várias das suas facetas, apresentando uma proposta de intervenção com uma metodologia consistente, onde o museu é entendido numa perspectiva muito interessante.

Embora bem fundamentada, a localização indicada, do ponto de vista do zonamento agrícola, não permitiria uma correcta implantação das courelas agrícolas. A opção, na acessibilidade, pelo cenário II, coloca-a como uma solução desfavorável do ponto de vista do ordenamento do território, com reflexo na proposta urbanística.

A estrutura urbana, está em correspondência com a análise.

A afirmação oportuna de que «uma aldeia nunca se repete» merece referência como pressuposto interessante. No entanto, é de notar que a escala do aglomerado proposto, ao nível do desenho urbano, não reflecte os parâmetros de referência da aldeia actual identificados na análise e na proposta tipológica.

A proposta obtive, assim, a seguinte pontuação:

| | |
|------------------------------------|------------------------------|
| CUMPRIMENTO DO PROGRAMA PRELIMINAR | 29,5/ 40 |
| QUALIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA | 21,2/ 35 |
| METODOLOGIA | 14,7/ 25 |
| AVALIAÇÃO GLOBAL | <u>90,0/ 100</u> 77,7/100 |

nº9 código 49 58 06

A proposta evidencia uma qualidade notável em toda a análise sobre o sítio, pela transparência como equaciona as diversas possibilidades de localização da nova aldeia e se interroga sobre as alternativas. A proposta final, no entanto, coloca-se numa posição desfavorável atendendo a que abrange parte das courelas da população.

Como aspectos negativos, salienta-se a inviabilidade que coloca a uma estrutura agrícola envolvente do aglomerado em condições semelhantes às actuais.

A geometria da estrutura urbana proposta não a favorece, apesar de conter uma análise morfológica bem estruturada e coerente, apoiada na proposição da coexistência dos dois lugares. A metodologia sugerida merece ser salientada pela proposta de estabelecimento de três níveis regulamentares: plano de pormenor, carta de arquitectura e carta de paisagismo, aspectos onde se manifesta inovação.

Sobre o Património, a caracterização é fraca embora apresente propostas razoáveis.

A proposta obtive, assim, a seguinte pontuação:

| | |
|------------------------------------|-------------------------------|
| CUMPRIMENTO DO PROGRAMA PRELIMINAR | 29,3/ 40 |
| QUALIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA | 17,5/ 35 |
| METODOLOGIA | 19,2/ 25 |
| AVALIAÇÃO GLOBAL | <u>70,0/ 100</u> 68,0/ 100 |

nº11 código 13 75 92

Esta proposta apresenta-se com um discurso muito interessante da leitura que faz do território, ao nível da análise biofísica, urbanística e arquitectónica.

O ensaio metodológico sobre as diversas localizações possíveis traduz uma postura técnica muito correcta na abordagem do problema.

A cartografia apresentada é bastante deficitária em termos de informação. A compreensão da actual aldeia e do seu território traduz-se, porém na metodologia contida nas peças escritas e na estrutura da própria proposta de localização. A proximidade excessiva do olival constitui um factor negativo na apreciação.

Merece ser salientada, como solução inovadora a opção tomada, relativamente à estrutura urbana, propondo a organização do aglomerado a partir de uma rede de equipamentos correctamente posicionados relativamente a uma estrutura viária claramente hierarquizada, deixando em aberto todo o espaço do quarteirão por considerar que «o lote não é uma réplica mas uma área de escolha em função de posses e necessidades». Tal pressupõe tratar-se de uma proposta coerente com a análise e suficientemente aberta para permitir uma solução urbanística integrada e sustentada, ao nível do plano de pomenor.

No entanto, nos aspectos da análise do Património fica aquém das expectativas, embora seja interessante a forma como é pré-delineado o museu, numa perspectiva de eco-museu, teoricamente bem fundamentado, visando a construção de um importante espaço-memória.

Não sendo suficientemente expressa, a proposta metodológica de estruturação fundiária não satisfaz.

A proposta obteve, assim, a seguinte pontuação:

| | |
|------------------------------------|-----------------|
| CUMPRIMENTO DO PROGRAMA PRELIMINAR | 32,8/ 40 |
| QUALIDADE DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA | 25,9/ 35 |
| METODOLOGIA | 16,8/ 25 |
| AVALIAÇÃO GLOBAL | <u>80,0/100</u> |
| | 77,8/100 |

COMENTÁRIO RELATIVO A TODAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS SOBRE O PATRIMÓNIO

Relativamente ao Património, de uma forma geral ou mesmo considerando em particular o património arqueológico, tendo presente que, de cada equipa faz obrigatoriamente parte um arqueólogo, verifica-se uma grande disparidade entre as propostas apresentadas a concurso.

Com efeito, a propostas completamente omissas no que a este assunto se refere contrapõem-se outras muito bem elaboradas, quer ao nível dos levantamentos quer ao nível de metodologia de intervenção apontada, visando sobretudo a salvaguarda do valor científico e patrimonial das «coisas» inventariadas e a inventariar e a sua valorização como elementos de referência para a memória na qual se reconhece, e há-de reconhecer, a comunidade dos habitantes da actual e da futura Aldeia da Luz.

O património, material ou imaterial, permanecerá, certamente, como elemento aglutinador de um grupo que, ao ser bruscamente afastado dos seus lugares de quotidiano, se poderá sentir «perdido», assumindo, neste contexto de transferência de uma comunidade inteira, uma importância que não pode ser escamoteada.

Évora, 13 de Março de 1996.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL nº 3/95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DO JÚRI

1. PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS

Os resultados agregados da pontuação são os seguintes:

| | |
|---------------|-----------|
| 00 69 87..... | 85,9/100 |
| 20 08 63..... | 48,4/100 |
| 39 26 45..... | 60,3/100 |
| 99 77 73..... | 77,7/ 100 |
| 49 58 06..... | 68,0/100 |
| 13 75 92..... | 77,8/ 100 |

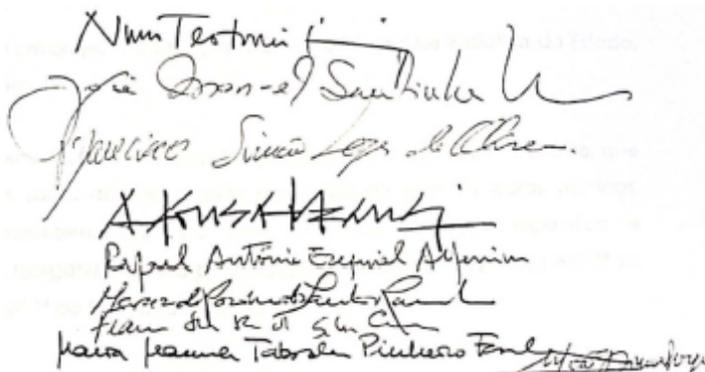
2. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DO JÚRI

A proposta de classificação do Júri é a seguinte:

| | |
|----------------|----------|
| Menção Honrosa | 39 26 45 |
| Menção Honrosa | 49 58 06 |
| 3º Prémio | 99 77 73 |
| 2º Prémio | 13 75 92 |
| 1º Prémio | 00 69 87 |

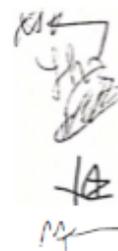
Alqueva, 8 de Março de 1996.

OS MEMBROS DO JÚRI



Handwritten signatures of the jury members, including names like Nuno Testeira, José Sousa, and others, with some names partially obscured or crossed out.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL n.º 3/ 95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ



RECOMENDAÇÃO DO JÚRI À ENTIDADE PROMOTORA

Analisadas as propostas, o Júri verificou que nenhuma delas identifica solução ou soluções adequadas para a área agrícola envolvente à aldeia.



Constatou-se que:



- há propostas que omitem em absoluto esta matéria;
- outras que apenas se pronunciam sobre a forma como a EDIA deve adquirir a área para a nova aldeia;
- outras que, de alguma forma, procurando abordar estas questões se limitam a aventar ideias para a situação futura, ideias estas desadequadas e desajustadas à realidade social e jurídica como é o caso da remissão para a legislação sobre a Reforma Agrária.

Em resumo, nenhuma das propostas apresenta metodologia concreta para efectuar a atribuição de nova área agrícola aos actuais proprietários das courelas, bem como não apresenta qualquer solução para os direitos, ónus e encargos existentes.

Assim, não foi proposta nenhuma solução global que articulasse a situação actual com a situação futura e que identificasse a forma de realizar essa mudança.

Pelo exposto, recomenda este Júri:

1. A adjudicação parcial à proposta que vier a ser preferida, por forma a que se adjudique apenas o projecto relativo à(às) área(s) urbana(s), excluindo-se toda a área agrícola envolvente.

2. A elaboração de um projecto de emparcelamento integral de iniciativa do Estado, pelas seguintes razões:

a) a legislação de emparcelamento prevê expressamente a situação em análise, que é a actuação nas zonas afectadas pela realização de grandes obras públicas, nomeadamente barragens, definindo uma forma de actuação específica e apropriada para a reorganização da propriedade rústica naquelas zonas (Art.º 1.º DL 384/88 de 25/10 e Art.º 1.º do DL 103/90 de 22/03);

b) porque, visando assegurar um correcto ordenamento do território e melhorar as condições técnicas e económicas das explorações, associa a reorganização da propriedade à realização de obras e melhoramentos fundiários;

c) porque prevê mecanismos que, para além de definirem as regras de transferência da propriedade e outros direitos, ónus e encargos, define a obrigatoriedade de participação de todos os interessados, proprietários, rendeiros e Autarquias;

d) porque os mecanismos previstos conferem força legal à situação futura, através da elaboração de um documento com força legal bastante, para se proceder ao registo de novas propriedades envolvendo desde o início as entidades competentes como: notário, conservador do registo predial e chefe da repartição de finanças.

Alqueva, 8 de Março de 1996.

OS MEMBROS DO JÚRI

Nuno Botelho
José Manuel Loureiro
Francisco Simões Loureiro
XNSA
Rafael António Esquível Alfenim
Herculano de Sousa
Fernando da Silva
João Paulo Taborda Piedras
Miguel

ACTO PÚBLICO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL Nº3/95
NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO
DE PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Acta

Aos quinze dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e seis, na Sociedade Recreativa da Aldeia da Luz reuniu-se o Júri perante o qual decorreu o Acto Público do Concurso acima indicado, designado pelas respectivas entidades representadas e por despacho do Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. (adiante designada abreviadamente por EDIA), datado do dia oito de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, constituído por:, Arq.º Nuno Teolónio Pereira, em representação da EDIA, na qualidade de Presidente do Júri; .. José Manuel santinha Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Mourão, em representação da mesma:, Francisco Simão Lopes de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia da Luz, em representação da mesma:, Arquitecto Humberto Sousa Branco, em representação da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo;, Dr. Rafael António Ezequiel Allenim, arqueólogo, em representação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico:, Arquitecta Paisagista, Maria do Rosário Ramalho, em representação da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo;, Engenheiro Francisco Miguel Pires da Silva Correia, agrónomo, em representação da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;, Arquitecta Maria Manuela T. Pinheiro Fazenda, em representação da Associação dos Arquitectos Portugueses:, Arquitecta Maria João Simões George, em representação da EDIA. Estiveram presentes no Acto Público todos os membros do Júri. Participaram, ainda, como consultores, sem direito a voto e nos termos do previsto no n.º11.3 do Regulamento do Concurso, a Dra. Rila Ficção Fernandes e o Dr. José Pedro Guimarães, assessores juristas da EDIA. Para efeitos deste Concurso, foi publicado o respectivo Anúncio de abertura nas seguintes publicações oficiais e jornais:

[Handwritten signatures and initials]

- Suplemento do Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º S 193/183, de 10 de Outubro de 1995:
- Diário da República n.º 237/95, III série, de 13 de Outubro 1995;
- Jornal Correio da Manhã de 9 de Outubro de 1995;
- Jornal Público de 9 de Outubro de 1995;
- Jornal de Notícias de 9 de Outubro de 1995;
- Jornal Diário do Alentejo, de Beja, de 13 de Outubro de 1995;
- Jornal Diário do Sul, de Évora, de 9 de Outubro de 1995.

Aberto o Acto Público pelas 14 horas e 30 minutos, com a presença de cerca de 100 assistentes, incluindo concorrentes ou seus representantes, o Presidente do Júri saudou as participantes, apresentou os membros do Júri e seus consultores, identificou o presente Concurso, referindo as datas de publicação do respectivo anúncio de abertura e justificou a necessidade do projecto objecto do Concurso.

Em seguida, foi feita, pelo presidente do Júri, uma exposição sobre a metodologia do Acto Público e do funcionamento do Júri, divulgando os critérios adoptados para a ordenação dos concorrentes.

Procedeu-se à leitura do número total de concorrentes e respectivo código de identificação, no total de onze, pela ordem de entrega dos respectivos trabalhos, elaborando-se uma lista dos mesmos, que são os seguintes:

- 1.º Concorrente: código n.º 00 69 87
- 2.º Concorrente: código n.º 17 24 96
- 3.º Concorrente: código n.º 20 08 63
- 4.º Concorrente: código n.º 37 19 58
- 5.º Concorrente: código n.º 60 56 96
- 6.º Concorrente: código n.º 39 26 45
- 7.º Concorrente: código n.º 14 27 95
- 8.º Concorrente: código n.º 99 77 73
- 9.º Concorrente: código n.º 49 58 06
- 10.º Concorrente: código n.º 30 92 94
- 11.º Concorrente: código n.º 13 75 92

Feita a leitura da lista dos concorrentes em voz alta, não foram pedidos quaisquer esclarecimentos nem foram apresentadas quaisquer reclamações à mesma.

De seguida, procedeu-se à abertura e rubrica pelo Presidente do Júri e pelo Presidente da Câmara Municipal de Mourão, de duas cartas recebidas pelo Júri depois da data limite para a entrega das propostas, tendo sido decidido proceder-se à sua análise em sessão secreta.

[Handwritten signatures and initials]

Tendo sido devidamente verificado que os Invólucros 1 de todas os concorrentes estavam devidamente fechados e lacrados, procedeu-se à sua abertura pelo número de ordem dos concorrentes, começando o respectivo exame sobre se cada um deles continha três envelopes, com as referências "Envelope 1", "Envelope 2", "Envelope 3", individualmente fechados e lacrados.

Pela mesma ordem procedeu-se à abertura dos Envelopes 1 e 2, cujos documentos foram rubricados na primeira página pelo Presidente do Júri e pelo Presidente da Câmara Municipal de Mourão, tendo sido identificados os concorrentes da seguinte forma:

- 1.º Concorrente: Código n.º 00 69 87
CEDRU, Lda. Arq.º Coordenador Pedro Concelção Silva George
- 2.º Concorrente: Código n.º 17 24 96
PARTEMA, Lda. Arq.º Coordenador Ricardo Terra da Mota
- 3.º Concorrente: Código n.º 20 08 63
PLANESTRA, Lda. Arq.º Coordenador António Paulo Teixeira de Queirós Valença
- 4.º Concorrente: Código n.º 37 19 58
JBL Arq.º Coordenador Joaquim Bento Lousan
- 5.º Concorrente: Código n.º 60 56 96
Arq.º Coordenador João Pedro Tojal Sousa Coelho
- 6.º Concorrente: Código n.º 39 26 45
PAL Arq.º Coordenador José António Bóia Paradelo
- 7.º Concorrente: Código n.º 14 27 95
Arq.º Coordenador António Madureira
- 8.º Concorrente: Código n.º 99 77 73
Álvaro Carneiro Lda. Arq.º Coordenador Álvaro Eduardo Baltazar Silva Carneiro
- 9.º Concorrente: Código n.º 49 58 06
Arq.º Coordenador António Pedro Moreira Pacheco
- 10.º Concorrente: Código n.º 30 92 94
Arq.º Coordenador Alfredo da Mata Antunes
- 11.º Concorrente: Código n.º 13 75 92
Arq.º Coordenador João Francisco Figueira da Silva

O Júri anunciou a deliberação tomada por unanimidade na segunda reunião do Júri e constante da Acta n.º 2 de excluir a proposta n.º 10 com o código n.º 30 92 94, por a mesma não respeitar o objecto do concurso no sentido da construção de uma Nova Aldeia da Luz.
Não foram pedidos quaisquer esclarecimentos nem apresentadas quaisquer reclamações contra a decisão tomada.

De seguida, o Júri procedeu ao anúncio da proposta de classificação do Júri, que foi a seguinte:

Menção Honrosa → Código 39 26 45

Menção Honrosa → Código 49 58 06

3.º Prémio → Código 99 77 73

2.º Prémio → Código 13 75 92

1.º Prémio → Código 00 69 87

Foi interrompida a sessão pelas 15 horas e 30 minutos, após o que o Júri procedeu, em sessão secreta, ao exame formal dos documentos inseridos nos Envelopes 1 e 2, tendo, por unanimidade, deliberado admitir o concorrente número 20 08 63 por toda a documentação se encontrar em conformidade com o exigido.

Deliberou ainda o Júri admitir condicionalmente os restantes concorrentes, por não terem apresentado a totalidade dos documentos referidos no Processo do Concurso. É-lhes concedido o prazo de dois dias úteis, a contar do encerramento do presente Acto Público, ou seja até às 18 horas do próximo dia 19 do corrente mês, para a apresentação dos documentos em falta, os quais deverão ser entregues em Beja, na sede da EDIA, no mencionado prazo, sob pena de exclusão do concorrente.

Nestas condições, são os seguintes as deliberações do Júri em cada caso:

1.º Concorrente: Código n.º 00 69 87

CEDRU, Lda. Arq.º Coordenador Pedro Conceição Silva George

Verificou-se que as duas cartas dirigidas ao Júri no Acto Público dizem respeito a esta proposta: uma, do arquitecto paisagista, responsável pela área, anunciando a sua desvinculação da equipa e, outra, do arquitecto-coordenador a indicar o seu substituto. O Júri decidiu, por unanimidade, aceitar a substituição. Verificou-se ainda não estar correctamente preenchida a declaração do responsável pela especialidade de Arquitectura e Renovação Urbana. Por este motivo, é o concorrente admitido condicionalmente.

2.º Concorrente: Código n.º 17 24 96

PARTEMA, Lda. Arq.º Coordenador Ricardo Terra da Motta

Verificou-se que as declarações individuais de participação voluntária exigidas no ponto 1.1.5.1 do Caderno de Encargos e a ele anexa, não dizem respeito à equipa coordenada pelo Arq.º Ricardo Terra da Motta, referido no Boletim de Identificação, mas sim a uma equipa coordenada pelo Arq.º Caelano Maria Beirão da Veiga. Esta proposta é aceite condicionalmente, devendo ser apresentadas as ditas declarações com a identificação do arquitecto coordenador conforme com o Boletim de Identificação.

4.º Concorrente: Código n.º 37 19 58

Handwritten notes and signatures at the top right of the page.

JBL Arq.º Coordenador Joaquim Bento Lousan

Nesta proposta não consta o *curriculum vitae* do responsável pela área de Direito fundiário, pelo que deverá este documento ser apresentado.

5.º Concorrente: Código n.º 60 56 96

Arq.º Coordenador João Pedro Tojal Sousa Coelho

O concorrente não apresenta a declaração anexada ao Caderno de Encargos com a sua identificação (Anexo II).

6.º Concorrente: Código n.º 39 26 45

PAL Arq.º Coordenador José António Bóia Paradela

Verificou-se que o concorrente apresentou a Declaração periódica de rendimentos sem carimbo de entrada, devendo, por isso, apresentar a dita declaração devidamente carimbada.

7.º Concorrente: Código n.º 14 27 95

Arq.º Coordenador António Madureira

Este concorrente deve apresentar a prova de habilitações de José Maria Cabral Ferreira, bem como o Documento comprovativo da ausência de dívidas ao Estado Português por impostos liquidados nos últimos três anos e o Documento comprovativo da situação regularizada relativamente à Segurança Social.

8.º Concorrente: Código n.º 99 77 73

Álvaro Carneiro Arquitectura Lda. Arq.º Coordenador Álvaro Eduardo Baltazar Silva Carneiro ...

Esta equipa não apresenta a declaração de participação voluntária do responsável pela especialidade de Infra-estruturas urbanísticas nem o respectivo *curriculum vitae*.

9.º Concorrente: Código n.º 495806

António Pedro Pacheco, Marie Clément e Fred Bonnel Arquitectos Arq.º Coordenador António Pedro Moreira Pacheco

Esta equipa concorrente não apresenta o certificado de habilitações, ou equivalente, do responsável pelas Infra-estruturas urbanísticas, bem como a sua declaração de participação voluntária.

11.º Concorrente: Código n.º 13 75 92

Arq.º Coordenador João Francisco Figueira da Silva

Nesta proposta falta o *curriculum vitae* do técnico responsável pela área de Sociologia e Economia Rural.

Voltando a sessão a tornar-se pública pelas 20 horas, o Júri comunicou aos presentes as deliberações atrás referidas. Seguiu-se um período de apresentação de reclamações por parte dos concorrentes que se passa a transcrever.

Vertical column of handwritten signatures and initials on the right side of the page.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like 'K.H.', 'J.M.', and 'J.A.'.

O representante do concorrente número 37 19 40, Arqº Tiago Cúbeles Lousan, dilou para a acta o seguinte: "O Arqº Paisagista João Cerejeiro participou na minha equipa como responsável pela Arquitectura Paisagista. Depois disso, foi convidado pelo Arqº Pedro da Conceição Silva George para participar na equipa deste. Quando o Arquitecto Paisagista lhe perguntou se havia algum impedimento regulamentar quanto a participar nas duas equipas, ele negou e disse que não havia. Conclui-se do Regulamento que nenhum participante pode participar em duas equipas simultaneamente. Portanto, além de considerar que o Arqº Cerejeiro foi enganado, considero que o Arqº Pedro George foi éticamente incorrecto, pelo que, nos termos do Regulamento, não deveria ser considerada a sua proposta. Mais digo que esta situação é mais grave do que a falta de qualquer documento em qualquer proposta." ...

O Arqº Ricardo Terra da Motta, em representação do concorrente com o código 17 24 96, apresentou as seguintes reclamações ao Júri: " 1. Não aceito, sem explicação concreta, o que é que são novos critérios de apreciação, quando o Regulamento do Concurso diz laxativamente critérios complementares. Tendo a palavra novos critérios sido proferida pelo Presidente do Júri, sem especificar quais os novos critérios e, não tendo tido acesso às actas para comprovar quais os novos critérios de apreciação. 2. Recusa total e integral de cartas particulares dirigidas ao Júri para serem lidas em linha de conta na apreciação intermédia das propostas, sobre as quais sugiro que sejam totalmente ignoradas com o risco de ser concedido também o direito de mandar muito mais informação complementar que não apresentei no termo da data do Concurso. Mais informo que não me foi dado oficialmente conhecimento do teor das cartas. 3. Pelo pequeno quarto de hora que tive para apreciar a documentação dos Envelopes 1 e 2, constatei que, à excepção da proposta 17 24 96, nenhuma delas está instruída em condições de prosseguir à fase seguinte do Concurso, visto faltarem, nomeadamente, as declarações de não dívida ao Instituto de Gestão Financeira e, em muitas delas, a declaração de não dívida à Segurança Social; o que, no mínimo, é lamentável este assunto ter passado em branco relativamente ao Júri. Verifico que só a proposta 00 69 87 traz, relativamente à CEDRU, a declaração de não dívida ao Instituto de Gestão Financeira. Em conclusão, pelo exposto em 1, 2 e 3., considero que este Concurso não foi isento, limpo e transparente, que o Júri não tomou uma decisão transparente."

O Arqº Terra da Motta, em representação do concorrente 17 24 96, pediu o seguinte esclarecimento à Mesa: " A quando do levantamento do Programa de Concurso não tinham os concorrentes acesso ao Programa que, posteriormente, foi entregue. Era obrigatório que o Coordenador da equipa fosse Arquitecto-Urbanista com curriculum referenciado. Qualquer Arquitecto em nome da Empresa podia ter vindo levantar o Programa do Concurso, a única coisa que era exigida era o número de inscrição na Associação; como tal, podia ser um

17/12/17
G. Almeida

arquitecto júnior da Empresa, não tendo portanto curriculum de Urbanista; o que, efectivamente, posteriormente teria de ser alterado e rectificado na constituição definitiva da Equipa. Portanto, o coordenador provisório não deverá implicar forçosamente que seja o coordenador definitivo da Equipa. Ainda relativamente a este ponto, peço que o Júri responda o mais brevemente possível."

A reclamação apresentada pelo Arqº Alvaro Cameiro, em representação do concorrente com o número 99 77 73, é a seguinte: "O Arquitecto Paisagista João Cerejeiro subscreveu declarações de adesão a duas equipas concorrentes, vindo mais tarde, por carta recebida pelo Júri, em data posterior à definida para apresentação das propostas, renunciar à sua adesão à equipa com o número 00 69 87. Assim, devem ser excluídas ambas as equipas dado que nos termos do Regulamento, ponto 4.2.4, nenhum dos membros da equipa pode integrar mais do que uma equipa. A não se entender assim deve a equipa 00 69 87 ser excluída na medida em que a substituição do Arqº Paisagista se operou pela entrega de documento com data posterior à definida no Regulamento. Acresce a isto, que o referido técnico, conhecendo ambas as propostas, estava em condições de viciar as regras da concorrência."

O Arqº João Correia, em representação do concorrente com o código 17 24 96, ditou para a Acta o seguinte: "Considero que efectivamente é lamentável esta sessão que se encontra a decorrer. Não compreendo de forma alguma como num acto destes não existe uma câmara de filmar ou, pelo menos, um gravador, a fim de ser transcrito textualmente tudo o que se passa nesta sessão. Deste modo, considero que é de duvidar que venha a estar em acta o que realmente aqui se passou. Por outro lado ainda não posso conceber que o Júri tenha estado a apreciar os envelopes 1 e 2 em, pelo menos, quatro horas e que os concorrentes tenham lido pelo menos 15 minutos para também a realizar. Considero também que, a confirmar-se aqui o anteriormente referido pelo meus colegas, o Concurso se encontra ferido de nulidade."

Foi interrompida a sessão pelas 22 horas para o Júri analisar e decidir, em sessão secreta, as reclamações apresentadas.

Voltando a sessão a tornar-se pública pelas 23 horas, o Júri comunicou aos presentes as seguintes deliberações:

Deliberação nº1: Relativamente às reclamações apresentadas referentes à admissão das propostas 00 69 87 e 37 19 58, o Júri voltou a ponderar a situação tendo decidido, por maioria, excluí-las face ao disposto no último parágrafo do nº 4.2.4 do Regulamento.

Deliberação nº2: Não houve definição de novos critérios, mas a adopção de um critério acessório complementando o estabelecido anteriormente, de acordo com o artº 11.7 do Regulamento. De acordo com o ponto 12.6 do Regulamento, do qual os concorrentes têm

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

conhecimento, ser-lhes-ão fornecidas cópias de todas as Actas das reuniões e do Relatório do Júri.

Deliberação nº3: Quando os concorrentes se inscreveram, estava patente, para consulta, desde a data do Anúncio do Concurso, toda a documentação, tendo sido consultada, por vários concorrentes, antes de tomarem a decisão de se inscreverem.

Deliberação nº4: O arquitecto-coordenador é, por imposição regulamentar, aquele que, como tal, se apresenta no momento da inscrição, de acordo com o nº4.2.1. do Regulamento: Por isso, as declarações deverão ser apresentadas referidas ao coordenador declarado no Boletim de Identificação.

Deliberação nº5: Face ao que consta do Caderno de Encargos, ponto 1.1.6.2. e, no Decreto-Lei nº55/ 95 de 29 de Março, artº53 nº1c), o Júri entendeu como suficientes os documentos apresentados.

Em seguida, foi pelo Presidente do Júri prestado o seguinte esclarecimento sobre a Audiência Prévia: "Os concorrentes têm dez dias úteis, para se pronunciarem sobre a Proposta de Classificação do Júri. O prazo de audiência prévia expirará no dia 3 de Abril. Os concorrentes deverão colocar todas as questões relevantes que importem à Proposta de Classificação apresentada pelo Júri. O Júri ponderará as observações dos concorrentes e submeterá à entidade promotora um Relatório Final, depois de devidamente ponderadas as referidas observações, elaborado essencialmente com base na Proposta de Classificação do Júri, complementada com a apreciação dos dados curriculares apresentados pelos concorrentes.

De seguida, foram entregues aos concorrentes presentes cópias das actas das reuniões e da proposta de classificação do Júri e respectivo Relatório, cuja entrega foi confirmada mediante rubrica na lista dos concorrentes.

Ficou esclarecido que a consulta, pelos concorrentes, das diferentes propostas, poderá efectuar-se de 21 a 28 de Março, período incluído no prazo de audiência prévia, na sede da EDIA em Beja, situada na Rua da Barreira nº6, durante as horas normais de expediente.

Nada mais tendo ocorrido neste Acto Público do Concurso e nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente Acta, que foi lida em voz alta e não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações sobre ela, vai ser assinada por todos os membros do Júri.

O presente Acto Público será reaberto para decisão sobre a admissão ou exclusão dos concorrentes admitidos condicionalmente no próximo dia 20 de Março, às onze horas, no mesmo local.

A sessão do Acto Público foi encerrada pelas 0 horas e 50 minutos.

..... OS MEMBROS DO JÚRI

ACTO PÚBLICO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 3/95 NO
ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE
PLANO DE PORMENOR DA NOVA ALDEIA DA LUZ

ACTA N.º 2

Aos vinte dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e seis, pelas onze horas, na Sociedade Recreativa da Aldeia da Luz, reuniu-se o Júri, cujos membros estiveram presentes na sua totalidade, à excepção do membro representante da Câmara Municipal de Mourão, José Manuel Santinha Lopes, Presidente da mesma, que se fez representar no presente acto público pelo Vereador desta Câmara, Horácio Sardinha Guerra, perante o qual foi reaberto o acto público do concurso acima indicado, a fim de proceder à abertura e análise dos documentos que foram entregues dentro do prazo estabelecido, na sede da EDIA, pelos concorrentes admitidos condicionalmente. -----

O Júri procedeu à rubrica dos documentos em presença, apresentados pelos concorrentes admitidos condicionalmente que a seguir se indicam: -----

- Concorrente com o código n.º 172496 - Coordenador Arquitecto Ricardo Terra da Motta

- Concorrente com o código n.º 605696 - Coordenador Arquitecto João Pedro Tojal Coelho-----

- Concorrente com o código n.º 392645 - Coordenador Arquitecto José António Boia Parabela-----

- Concorrente com o código n.º 997773 - Coordenador Arquitecto Álvaro Carneiro-----

- Concorrente com o código n.º 495806 - Coordenador Arquitecto António Pedro Moreira Pacheco-----

- Concorrente com o código n.º 137592 - Coordenador Arquitecto João Figueira da Silva--

O Júri interrompeu a sessão pelas onze horas e trinta minutos, para analisar e decidir, em sessão secreta, da admissão ou exclusão dos concorrentes admitidos condicionalmente.-----

Voltando a sessão a tomar-se pública pelas doze horas, o Júri comunicou aos presentes que, após análise detalhada dos documentos em presença, deliberou por unanimidade que sanadas as irregularidades que motivaram as admissões condicionais dos concorrentes com os códigos n.ºs 172496, 605696, 392645, 997773, 495806 e 137592, fossem os mesmos admitidos definitivamente ao Concurso. Assim os documentos apresentados vão ser apensos aos processos dos supra citados concorrentes, de que passam a fazer parte integrante.-----

O Júri deliberou ainda excluir o concorrente com o código n.º 142795 Coordenador Arquitecto António Madureira por não ter apresentado no prazo previsto os documentos em falta.

Não foi solicitada a abertura de um período para consulta da documentação nem apresentadas quaisquer reclamações contra as deliberações tomadas.

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente acta que, depois de lida em voz alta e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros do Júri.

O Acto Público terminou pelas doze horas e quinze minutos.

OS MEMBROS DO JÚRI

António José Gomes
Henrique Simões Gomes
Mário José Lopes de Almeida
A. José Gomes
Rafael António Fernandes Almeida
Henrique José Gomes
Henrique José Gomes
João Paulo Gomes
Henrique José Gomes

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL n.º 3/ 95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Acta n.º 5

5.ª REUNIÃO DO JÚRI

Aos vinte nove dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e seis, pelas dez horas e trinta minutos, na Comissão de Coordenação Regional do Alentejo, reuniu-se o Júri de apreciação das propostas ao Concurso acima indicado, cujos membros, designados pelas respectivas entidades representadas e por Despacho do Presidente do Conselho de Administração da EDIA de 29/04/95, são os seguintes:

- Arquitecto Nuno Teotónio Pereira, em representação da EDIA, na qualidade de Presidente do Júri.
- José Manuel Santinha Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Mourão, em representação da mesma.
- Francisco Simão Lopes de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia da Luz, em representação da mesma.
- Arquitecto Humberto Sousa Branco, em representação da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo.
- Dr. Rafael António Ezequiel Alfenim, arqueólogo, em representação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológica.
- Arquitecta paisagista, Maria Rosário Ramalho, em representação da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo.
- Engenheiro Francisco Miguel Pires da Silva Correia, agrónomo, em representação da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.
- Arquitecta Maria Manuela T. Pinheiro Fazenda, em representação da Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Arquitecta Maria João Gaudêncio Simões George, em representação da EDIA.

Participou ainda, como consultor, sem direito a voto e nos termos do previsto no n.º 11.3 do Regulamento do Concurso, a Dra. Rita Picão Fernandes, jurista da EDIA.

Aberta a sessão pelo Presidente, foi proposta e aceite a Ordem de trabalhos seguinte:

1. Análise e resposta às reclamações apresentadas.
2. Análise e resposta às alegações apresentadas.

Em resposta às reclamações apresentadas ao Júri pelo concorrente com o código nº17 24 96, foi tomada a seguinte deliberação:

A reclamação apresentada no ponto 5.1 do concorrente diz respeito a uma decisão do Júri tomada no Acto Público do Concurso, sobre a qual foi apresentada reclamação no próprio Acto Público. Nos termos do nº3 do artº58º do Decreto-Lei nº55/95 de 29 de Março, o Júri deliberou, ainda no Acto Público, manter a sua decisão.

Assim, nos termos do artº 64º do referido Decreto-Lei desta decisão apenas caberia recurso hierárquico necessário para a entidade promotora - e não, como o concorrente pretende, nova reclamação para o Júri - pelo que este entende não dever aceitar a referida reclamação.

Em resposta à reclamação apresentada nos pontos 5.2, 5.3.5.4 e 5.5 das alegações do concorrente o Júri considerou o seguinte:

As reclamações da habilitação definitiva a concurso dos concorrentes devem ser interpostas no Acto Público e não durante a Audiência Prévia.

As "reclamações" apresentadas pelo concorrente não constituem fundamento para admissão ou exclusão a concurso dos concorrentes, tendo sido devidamente ponderadas na avaliação feita pelo Júri as questões evocadas pelo concorrente.

Estranha-se que, tendo o concorrente entendido doutra forma, não se tenha auto-incluído na mesma situação de incumprimento dos termos do concurso, considerando as falhas da sua própria proposta.

Nos termos do exposto, o Júri considera que as reclamações apresentadas pelo concorrente não procedem, negando, assim, provimento às mesmas.

Pelas treze horas e trinta minutos, o Júri interrompeu os trabalhos para almoço, retomando os mesmos uma hora depois, no mesmo local.

Passando ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Júri procedeu à análise e resposta às alegações apresentadas pelos concorrentes no âmbito da Audiência Prévia:

1. Alegações apresentadas pelos concorrentes com os códigos 13 75 92 , 4º 5806 e 17 24 96.

O critério referido como acessório ou complementar adoptado pelo Júri não o foi nos precisos termos do último parágrafo do ponto 11.7 do referido Regulamento.

Efectivamente, o Júri considerou este critério na sua 1.ª reunião (ponto II B da respectiva ordem de trabalhos) e explicitou o seu conteúdo na 2.ª reunião (ponto 3 da respectiva ordem de trabalhos), sempre em momentos anteriores à abertura e avaliação das propostas e não "face às soluções apresentadas", acrescentando ainda que não se tratou de complementar os critérios estabelecidos no Regulamento, mas sim da adopção de uma forma global de

avaliação desses critérios, constituindo apenas um outro ponto de vista, designado por "juízo global".....

Devido a esse carácter global, integrando os diferentes critérios, decidiu o Júri atribuir-lhe um peso de pontuação igual ao do somatório das pontuações dos critérios sectoriais.

Neste sentido, considera-se que não foi alterada a ordem decrescente de importância dos critérios prevista no Regulamento.

Face ao exposto, o Júri entendeu não ser necessário obter a concordância da entidade promotora pois se tratava de um mero procedimento de aferição dos critérios previstos, com o objectivo de alcançar uma mais completa avaliação das propostas apresentadas.

2. Alegações apresentadas pelo concorrente com o código 99 77 73

A posição relativa das courelas agrícolas e da nova aldeia não é idêntica nas propostas 00 96 87 e 99 77 73 como afirma o concorrente.

Efectivamente, a valorização da primeira solução, a este respeito, resulta do facto de as courelas envolverem o aglomerado sem estarem limitadas por ele e, a solução apontada, sendo mais aberta, permite atingir no futuro um dimensionamento adequado às necessidades dos habitantes. A solução apresentada pela proposta nº 99 77 73 pelo contrário é mais restritiva e confinada.

A solução urbanística proposta pelo concorrente n.º 99 77 73 está particularmente condicionada pela opção pelo Cenário II da rede viária, conforme aliás se assume, contrariamente às outras duas propostas em comparação (00 89 87 e 13 75 92), que deixam em aberto qualquer das possibilidades.

Sendo o objecto do Concurso seleccionar a melhor proposta de solução, a nível de estudo prévio simplificado para a elaboração do Projecto do Plano de Pormenor, e, a nível de programa base, para a elaboração dos projectos das infra-estruturas urbanísticas e dos conjuntos habitacionais, o Júri considerou não serem exigíveis, nesta fase, as peças previstas no DL 69/90 de 2 de Março, diploma que regula a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território.

O Júri considerou ainda relativamente à proposta nº 13 75 92 que o conteúdo das peças apresentadas na proposta dava resposta de forma explícita ou implícita, directa ou indirecta, ao exigido no Caderno de Encargos, permitindo uma avaliação suficiente, sem no entanto deixar de, por esse motivo, penalizar o concorrente na classificação atribuída.

3. Alegações apresentadas pelo concorrente com o código 17 24 96

Embora o levantamento fosse exaustivo e até desajustado aos objectivos de um concurso desta natureza, as suas proposições não se transpõem para a estrutura urbana proposta e, por isso, o Júri considerou-o acrílico.

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL nº 3/95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

Acta nº. 6

6ª REUNIÃO DO JÚRI

.....
Aos trinta dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e seis, pelas dez horas e trinta minutos, na Comissão de Coordenação Regional do Alentejo, reuniu-se o Júri de apreciação das propostas ao Concurso acima indicado, cujos membros, designados pelas respectivas entidades representadas e por Despacho do Presidente do Conselho de Administração da EDIA de 29/04/95, são os seguintes:

- Arquitecto Nuno Teolónio Pereira, em representação da EDIA, na qualidade de Presidente do Júri.
- José Manuel Santinha Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Mourão, em representação da mesma.
- Francisco Simão Lopes de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia da Luz, em representação da mesma.....
- Arquitecto Humberto Sousa Branco, em representação da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo.
- Dr. Rafael António Ezequiel Allenim, arqueólogo, em representação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- Arquitecta paisagista, Maria Rosário Ramalho, em representação da Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo.
- Engenheiro Francisco Miguel Pires da Silva Correia, agrónomo, em representação da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo.
- Arquitecta Maria Manuela T. Pinheiro Fazenda, em representação da Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Arquitecta Maria João Gaudêncio Simões George, em representação da EDIA.

Aberta a sessão pelo Presidente, foi proposta e aceite a Ordem de Trabalhos seguinte:.....

1. Aprovação da Acta nº5
2. Análise e apreciação dos curricula dos concorrentes.
3. Elaboração e aprovação do Relatório Final.

Lida a Acta nº5, o Júri considerou-a em condições de ser aprovada, tendo sido de seguida assinada pelos presentes.

O Júri, depois de analisar os documentos curriculares das equipas concorrentes cujos trabalhos fazem parte da classificação provisória, concluiu que, na generalidade, todos eles satisfazem as exigências pedidas.

O Júri constatou ainda que, na sua composição, as várias equipas apresentam globalmente experiência profissional equivalente, pelo que decidiu considerá-las satisfatórias.

Dando seguimento à Ordem de Trabalhos, o Júri procedeu à redacção do Relatório Final que, depois de aprovado por unanimidade, ficou anexo a esta Acta.

Às 20 horas, o Presidente do Júri deu por encerrada a 6ª Reunião do Júri, dela se lavrando a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros presentes.

O JÚRI DO CONCURSO

Attestament

Francisco Simão Lopes de Oliveira

Prof.ª Antónia E. Miguel Almeida

Marta de Fátima

Tran do Rui Silva

Paulo Manuel Taborda Pinheiro Fernandes

Marta Pinheiro

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL n.º 3/ 95 NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE PLANO DE PORMENOR
DA NOVA ALDEIA DA LUZ

RELATÓRIO FINAL DO JÚRI

I. INTRODUÇÃO

Nos termos do ponto 13.2 do Regulamento do Concurso, o presente Relatório Final do Júri teve em conta as alegações apresentadas pelos concorrentes no âmbito da Audiência Prévia, a apreciação dos dados curriculares dos concorrentes e a Proposta de Classificação do Júri anunciada no Acto Público.

II. ALEGAÇÕES DOS CONCORRENTES

1. O Júri do Concurso recebeu alegações escritas, no âmbito da Audiência Prévia, dos concorrentes com os seguintes n.ºs de código:
 - código n.º 20 08 63
 - código n.º 17 24 96
 - código n.º 49 58 06
 - código n.º 99 77 73
 - código n.º 13 75 92
2. As apreciações realizadas pelo Júri, após as alegações recebidas terem sido por ele devidamente analisadas, encontram-se registadas na Acta n.º 5.

III. APRECIÇÃO DOS DADOS CURRICULARES

A apreciação dos dados curriculares dos concorrentes admitidos encontra-se registada na Acta n.º 6, da qual este Relatório faz parte integrante.



IV . FUNDAMENTAÇÃO

1. As alegações, apresentadas no âmbito da Audiência Prévia, não justificam alterar a Proposta de Classificação atribuída pelo Júri e anunciada no Acto Público, nem a fundamentação inserida no respectivo Relatório.
2. A exclusão da proposta com o n.º de código 00 69 87 a quem foi atribuído o primeiro prémio na proposta de classificação do Júri, levou o mesmo a ponderar sobre a eventual alteração da classificação dos concorrentes. Nesse sentido, da discussão travada a propósito e, atendendo a não terem sido identificadas razões objectivas que justificassem não atribuir o primeiro prémio, o Júri decidiu manter a ordem anteriormente apresentada das propostas já classificadas, passando a proposta classificada em segundo lugar a ocupar o primeiro e assim sucessivamente, sem atribuir a segunda Menção Honrosa, por considerar que a proposta com o n.º de código 20 08 63 não reúne condições de singularidade que a qualifiquem para atribuição de uma menção honrosa.
3. Por outro lado, a apreciação curricular permite ao Júri afirmar que a mesma não põe em causa a ordenação atribuída às propostas.

V. CLASSIFICAÇÃO FINAL

Face à fundamentação apresentada o Júri decidiu, por unanimidade, que a ordenação dos concorrentes passasse a ser a seguinte:

- 1º classificado - concorrente 137592
- 2º classificado - concorrente 997773
- 3º classificado - concorrente 495806
- 4º classificado - concorrente 392645
- 5º classificado - concorrente 200863

o que corresponde à atribuição dos prémios seguintes:

- Menção Honrosa: concorrente 392645
- 3º Prémio: concorrente 495806
- 2º Prémio: concorrente 997773
- 1º Prémio: concorrente 137592

VI. RECOMENDAÇÕES DO JÚRI

1. ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE PORMENOR

Na sequência da Classificação Final, tendo em vista assegurar que o Plano de Pormenor corresponde aos anseios da população, como é objectivo deste Concurso, o Júri recomenda às entidades responsáveis que a Comissão de Acompanhamento integre técnicos designados pelas Autarquias envolvidas no processo, para além dos previstos, de nomeação da Administração Central.

2. COMPENSAÇÃO ÀS EQUIPAS PREMIADAS PARA ALÉM DOS VALORES PECUNIÁRIOS

Com vista a rentabilizar os investimentos e energias dispendidas neste Concurso e, ao mesmo tempo, a diversificar as autarias que hão-de dar forma à nova Aldeia da Luz, o Júri recomenda à EDIA que dê preferência, na encomenda dos projectos de alguns dos equipamentos previstos, às equipas premiadas. Estas encontrariam assim alguma compensação pelo empenho que demonstraram em compreender e dar forma aos anseios da população.

3. FUNDO DOCUMENTAL PARA O MUSEU DA LUZ

Considerando que, com o presente Concurso se produziu um conjunto de trabalhos e documentação que testemunha, do ponto de vista histórico, um momento fundamental da vida da Aldeia da Luz, charneira entre a «velha» e a «nova» aldeia; considerando ainda a rapidez das transformações que o processo implica e a necessidade de conservação de elementos que contribuam de forma positiva, para a construção da memória dos factos contemporâneos mais relevantes para a História da Luz e da sua população, o Júri recomenda à EDIA que proceda ao estudo da forma de obtenção de todas as peças gráficas e escritas apresentadas a Concurso com vista à sua integração nos fundos documentais do futuro Museu da Luz e a uma eventual publicação.

Desta forma, garante-se a salvaguarda de um importante espólio respeitante à História Contemporânea da Luz e de um processo único no contexto nacional.

Évora, 30 de Abril de 1996.

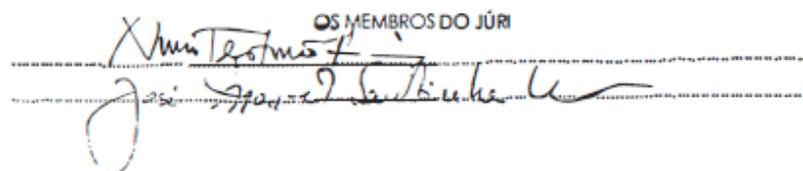
OS MEMBROS DO JÚRI


Figura 32. Relatório da participação no Juri, Ordem dos Arquitectos, 1996